

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EDWIN CATAORA VIDANGOS

**TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E
SINDICALISMO NO BRASIL E NO PERU
1990 - 2000**

Porto Alegre
2007

EDWIN CATAORA VIDANGOS

**TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E
SINDICALISMO NO BRASIL E NO PERU
1990 - 2000**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora Doutora Elida Rubini Liedke

Porto Alegre
2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO(CIP)
BIBLIOTECÁRIOS RESPONSÁVEIS: Leonardo Ferreira Scaglioni
CRB-10/1635

C357T Catacora Vidangos, Edwin
 Transformação das relações de trabalho e
 sindicalismo no Brasil e no Peru 1990-2000 /
 Edwin Catacora Vidangos. – Porto Alegre,
 2007.
 403 f.

 Tese (Doutorado em Sociologia)
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
 Graduação em Sociologia. Porto Alegre, BR-RS, 2007.
 Orientadora: Profa. Dra. Elida Rubini Liedke.

 1. Organização do trabalho; 2. Sindicalismo : Brasil :
 Peru; 3. Movimento sindical : Brasil : Peru; 4. Relações de
 trabalho : América Latina. I. Título.

CDD 331.11

EDWIN CATACTORA VIDANGOS

TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALISMO NO BRASIL E
NO PERU

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 04 de abril de 2007

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
UFRGS

Prof. Dr. Adrián Scribano
UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA

Profa. Dra. Claudia Wasserman
UFRGS

Dr. Walter Arno Pichler
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Lista de tabelas

Tabela 1 - Taxas de Desemprego da OCDE, 1982-98	37
Tabela 2 - Taxa de desemprego aberto em países selecionados da América Latina	39
Tabela 3 - Dimensão do setor informal da economia latino-americana, em países selecionados – 1990-1998. (% sobre o PIB)	39
Tabela 4 – Evolução da Taxa de Sindicalização (1970-1990)	44
Tabela 5 – Nível de Sindicalização na América Latina 1995	48
Tabela 6 – Votação dos candidatos a presidente da República nas eleições de 1989	147
Tabela 7 - Dívida externa total do Peru - 1970 a 1980 (Milhões de US\$)	174
Tabela 8 – Salários, custo de vida e desemprego Peru 1976-1979.	176
Tabela 9 - Evolução das greves 1974-1978	179
Tabela 10 - Emprego, Subemprego, Desemprego Peru 1980 a 1985	197
Tabela 11 - Índice de Preços ao Consumidor – Peru 1974 a 1984	198
Tabela 12 - Número de greves de trabalhadores, em greve – Peru 1980 a 1984	199
Tabela 13 - Sindicatos reconhecidos –Peru – 1980 a 1984, durante o governos de Belaúnde Terry	199
Tabela 14 – Greves nacionais - Peru 1980-85	200
Tabela 15 – Distribuição da População Economicamente Ativa – Peru 1984 – 1985	203
Tabela 16 – PEA Total e condição de atividade - Peru fevereiro de 1987.	209
Tabela 17 - Taxa de crescimento anual do PIB – Peru – 1985-1990	212
Tabela 18 - N ^o de greves - Trabalhadores afetados e horas/homem perdidas – Peru - 1986 a 1988	213
Tabela 19 – Número de empresas vinculados aos três principais grupos financeiros, por ramo de atividade econômica – Peru – 1989	215
Tabela 20 - Paralisações Nacionais Convocadas pela CGTP Durante o Governo da PARA –Peru – 1987 – 1989	220
Tabela 21 - Indicadores econômicos do período de governo Aprista – Peru – 19985-1990	224
Tabela 22 - Resultados das Privatizações por Período Presidencial e Tipo de Moeda (US\$ milhões)	254
Tabela 23 – Número de Empresas Privatizadas e Ações Legais apresentadas ao judiciário por Setor de Atividade Econômica 1991-1997	256
Tabela 24 - Número de Greves no Brasil 1990-1997	258
Tabela 25 – População urbana e rural Peru, 1940-1992.	288
Tabela 26 - Resultado nacional do Referendum de outubro de 1993 (votos válidos)	308
Tabela 27 - Evolução das greves segundo diferentes causas e horas-homens “perdidas” em produção no Peru (1990-1994)	315
Tabela 28 - Desemprego, sub-emprego e emprego no Peru (1980-1991).	318
Tabela 29 - Negociação Coletiva no Peru (1990-2003)	323
Tabela 30 - Atividade Grevista no Peru (1990-2003)	324
Tabela 31 – Evolução em percentuais da razão entre a população sindicalizada e População Assalariada no Peru (1982-1996)	326
Tabela 32 - Trabalhadores assalariados do setor privado na região metropolitana de Lima, segundo acesso à sindicalização	326
Tabela 33 - Porcentagem de aprovação à gestão presidencial por camadas sociais na região metropolitana de Lima	346

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	TRABALHO E SINDICATOS: BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA	23
2.1	Emergência do movimento sindical.....	23
2.2	Crise capitalista, reestruturação produtiva e trabalho.....	30
2.3	O sindicalismo no período recente: o cenário internacional.....	43
2.4	O sindicalismo na América Latina: o sindicalismo corporativista e o sindicalismo classista.....	49
2.5	O sindicalismo no Brasil e no Peru: o início de um período crítico.....	52
2.6	O processo de flexibilização das relações trabalhistas.....	57
3	NEO-POPULISMO E NEOCORPORATIVISMO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS.....	64
3.1	Relações entre Estado sociedade: as contribuições de Antonio Gramsci e de Max Weber.....	64
3.1.1	Estado e correlação de forças segundo Gramsci.....	64
3.1.2	Estado e formas de dominação legítima segundo Max Weber.....	68
3.2	Estado e sindicatos no Brasil e no Peru.....	72
3.2.1	O populismo.....	72
3.2.2	O contexto brasileiro.....	76
3.2.3	O contexto peruano	79
3.3	O marco da reforma estrutural.....	83
3.3.1	O neoliberalismo como projeto.....	85
3.3.2	A proposta do Consenso de Washington	89
3.3.3	O ajuste estrutural	91
3.4	Neopopulismo e neocorporativismo.....	94
3.4.1	O neopopulismo	96
3.4.2	Neopopulismo e neocorporativismo no Brasil	100
3.4.3	O neopopulismo no Peru	103
4	A ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA	109
4.1	Organização sindical e corporativismo no Brasil	110
4.2	O autoritarismo militar no Brasil	120
4.3	Novas relações entre Estado e sociedade.....	125
4.4	A ascensão do novo sindicalismo.....	129
4.5	A abertura política e o sindicalismo da CUT.....	135
4.6	A ação sindical e política da CUT	143
5	A ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO PERU E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	149
5.1	O nascimento da organização dos trabalhadores no Peru	149
5.2	A organização do sindicalismo classista no Peru	156
5.3	O regime militar e a reorganização do movimento sindical	160
5.4	Uma aproximação bismarckiana do corporativismo do Governo Velasco.....	167
5.5	Segunda fase do regime militar: liberalização das relações trabalhistas e repressão do movimento sindical.....	174
6	ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO SINDICALISMO PERUANO: RELAÇÕES	

ENTRE ESTADO E SINDICATO	184
6.1 Articulação política do sindicalismo peruano.....	184
6.2 O sindicalismo no retorno à democracia constitucional.....	189
6.3 O sindicalismo e o Governo Belaúnde Terry (1980-1985).....	194
6.4 O populismo do governo de Alan García (1985-1990) e sua relação com o movimento sindical.....	204
6.5 Ponto de inflexão do Governo García: o início da crise do governo da APRA.....	214
6.6 O fim do Governo García: bases sócio - políticas do neopopulismo	221
6.7 A eleição de Alberto Fujimori, e o início do neopopulismo no Peru.....	226
7 AJUSTE ESTRUTURAL E SINDICALISMO NO BRASIL HOJE	232
7.1 Desregulamentação e abertura comercial durante o Governo Collor: a emergência do neopopulismo.....	232
7.2 As reformas e as novas formas de concertação neocorporativista.....	239
7.3 O Plano Real.....	247
7.4 As relações trabalhistas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.....	250
7.5 O sindicalismo no Brasil: rupturas e continuidades do corporativismo nos anos 90.....	257
7.6 O processo de desregulamentação e o reajuste neocorporativista	262
7.7 A ação sindical neocorporativista frente ao processo de desregulamentação.....	268
8 MOTIVAÇÕES E ESTRATÉGIAS DO AJUSTE ESTRUTURAL NO PERU: A EMERGENCIA DO NOVO CLASSISMO	287
8.1 Antecedentes	287
8.2 O ajuste estrutural no Peru e a reforma trabalhista: visão geral	291
8.3 O regime neo-populista autoritário no Peru (1990-2000).....	297
8.4 A desregulamentação das relações trabalhistas.....	302
8.5 A ação sindical no Peru frente ao processo flexibilizador.....	320
9 CRISE E RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NO PERU: NOVOS DESAFIOS.....	333
9.1 A violência política no Peru e o movimento sindical peruano.....	333
9.1.1 Organização do Sendero Luminoso.....	333
9.1.2 Sendero e o sindicalismo	335
9.1.3 A captura de Abimael Guzmán.....	343
9.2 Declínio, tentativa de re-ascenso da organização sindical e o fim do regime de Fujimori.....	345
9.2.1 O início do fim do regime de Fujimori.....	345
9.2.2. Um terceiro período eleitoral de Fujimori.....	348
9.3 O Novo classismo?.....	354
9.3.1 Rearticulação do movimento sindical.....	354
9.3.2 Solidariedade internacional.....	355
9.3.3 A reorganização da CGTP.....	358
CONCLUSÃO.....	366
REFERÊNCIAS.....	376

Resumo

A presente tese busca contribuir para a análise das modificações da organização do trabalho e do movimento sindical no Brasil e no Peru em suas inter-conexões com a ação estatal. As diferenças ocorridas no mundo do trabalho e as profundas mudanças do sindicalismo, no decorrer de finais da década de 1980 e ao longo da década de 1990, não são apenas resultantes de transformações tecnológicas e de mercado: elas também estão fortemente vinculadas a componentes do sistema político. A perda progressiva dos fundamentos econômicos e sociais que deram razão de ser à forma de organização dos trabalhadores então vigente é produto das mudanças econômicas, políticas e sociais que foram se implementando, em boa parte, a partir do Consenso de Washington. Nos países semi-periféricos (como o Brasil) e nos países periféricos (como o Peru) do sistema capitalista mundial, essas mudanças foram sendo implementadas pela iniciativa privada e pela atuação estatal, através dos ajustes estruturais.

A tese está organizada em três partes: uma primeira que aborda questões referentes às principais mudanças da organização do trabalho, à abertura econômica e à mudança das orientações políticas e ideológicas do Estado em direção ao neoliberalismo. Discute-se, também, os aportes teóricos de Antonio Gramsci e de Max Weber quanto às relações de poder, em especial, no que respeita ao cesarismo e ao bonapartismo. A segunda parte desenvolve uma perspectiva histórica da organização do sindicalismo no Peru e no Brasil e suas relações com o Estado; e a terceira compreende a análise da implantação dos programas de ajuste estrutural, bem como suas repercussões sobre o movimento sindical. Constata-se a emergência de novas formas de atuação sindical: o neocorporativismo, no cenário político do Brasil, e o novo classismo, no caso do Peru.

Resumen

Esta tesis busca contribuir al análisis de las modificaciones en la organización del trabajo y del movimiento sindical en Brasil y Perú en su inter-conexión con la acción estatal. Las diferencias ocurridas en el mundo del trabajo y las profundas transformaciones del sindicalismo, en el transcurso del final de la década de 1980 y durante la de 1990, no son apenas resultado de transformaciones tecnológicas y de mercado, sino también están fuertemente vinculadas a componentes del sistema político. La pérdida progresiva de los fundamentos económicos y sociales, que dieron razón de ser a la forma de organización de los trabajadores hasta entonces vigente, es producto de las transformaciones económicas, políticas y sociales implementadas, en buena parte, a partir del Consenso de Washington. En los países semi-periféricos (como el Brasil) y en los países periféricos (como el Perú) del sistema capitalista mundial, esas transformaciones fueron implementadas por la iniciativa privada y por la actuación estatal, a través de los ajustes estructurales.

La tesis está organizada en tres partes: una primera que aborda las principales modificaciones de la organización del trabajo, la abertura económica y los cambios en las orientaciones políticas e ideológicas del Estado en dirección al neoliberalismo. Se discute, también, los aportes teóricos de Antonio Gramsci y de Max Weber respecto a las relaciones de poder, en especial, en el cesarismo y el bonapartismo. La segunda desarrolla una perspectiva histórica de la organización del sindicalismo en Perú y Brasil y sus relaciones con el Estado; y la tercera parte analiza la implantación de los programas de ajuste estructural, así como sus repercusiones sobre el movimiento sindical. Se constata la emergencia de nuevas formas de actuación sindical: el neocorporativismo, en el escenario político de Brasil, y el nuevo clasismo, en Perú.

O conceito de relações de trabalho envolve o conjunto de arranjos institucionais e informais que modelam e transformam as relações sociais de produção nos locais de trabalho, transcendendo a situação laborativa. (LIEDKE, Elida, 2006, p. 242).

INTRODUÇÃO

Na presente tese busca-se analisar os principais elementos do movimento sindical no Brasil e no Peru, bem como suas transformações, particularmente no que respeita às duas últimas décadas do século XX. Estudam-se os modos de organização de um sindicalismo de cunho corporativista, no caso do Brasil, e de um sindicalismo de cunho classista, no caso do Peru. Ambos os tipos de sindicalismo vêm sendo transformados no decorrer do desenvolvimento capitalista dos últimos 20 anos quando, paralelamente à reestruturação dos Estados nacionais enquanto agências de ordenamento político-jurídico nesses dois países, teve lugar um amplo processo de desregulamentação e, portanto de flexibilização das relações trabalhistas que afetou profundamente a organização sindical.

Parte-se da idéia de que as transformações do sindicalismo nesses países não são apenas resultantes de transformações tecnológicas e de mercado: elas também estão fortemente vinculadas a componentes do sistema político, mais especificamente, à estrutura do Estado nacional, à capacidade de organização e de mobilização dos partidos políticos e das entidades da sociedade civil, inclusive os sindicatos e, como ocorreu no caso peruano, no período em foco, à emergência do movimento de guerrilha.

A abordagem, na presente tese, desses dois casos, permite apreender as linhas gerais dos grandes contrastes dos processos de transformação do mundo do trabalho ocorridos em cada um dos dois países ao longo do período que se estende entre a década de 1980 e os primórdios dos anos 2000. Durante esse período, as organizações sindicais atravessaram profundas mudanças. Assiste-se a fortes processos de reestruturação produtiva; de enxugamento da força de trabalho no interior das firmas privadas e também das empresas públicas, acarretando, para as entidades sindicais, a necessidade de construir novas formas de organização e de ação.

É bastante conhecida a condição generalizada de refluxo do movimento sindical nas assim chamadas economias de livre mercado, durante o período ora considerado. A perda progressiva dos fundamentos econômicos e sociais que deram razão de ser a essa forma de organização dos trabalhadores é produto das mudanças econômicas, políticas e sociais que foram se implementando, em boa parte, a partir do Consenso de Washington. Nos países ditos semi-periféricos (como o Brasil) e nos assim chamados países periféricos (como o Peru), essas mudanças foram sendo implementadas através da iniciativa privada e da atuação estatal, entendidas como necessários ajustes estruturais.

No Brasil, a perda da capacidade de ação sindical nas últimas décadas (VISSER, 1993; MARTINS RODRIGUES, 1999), difere da que ocorreu em relação a outros países, não apenas da periferia e da semi-periferia capitalista, como também do núcleo orgânico. Nesse país é possível perceber que o movimento sindical dos anos 80, especialmente no que respeita aos setores aglutinados em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se tornou uma central sindical de massa, participou ativamente da criação de um partido de base popular, o Partido dos Trabalhadores. Nos anos 90, porém, o movimento sindical brasileiro entrou em uma fase defensiva (BOITO Jr., 1999; GALVÃO, 2003). As estratégias de confrontação e as ações de massa, defendidas e praticadas pela CUT nos anos 80, acabaram sendo, em não poucos episódios, substituídas pela negociação direta com agentes governamentais.

Esse recuo referente às ações de ampla mobilização resulta de importantes transformações sócio-econômicas, políticas e ideológicas. Dentre essas se destaca as fortes oscilações das taxas de crescimento econômico na década de 90, o deslocamento de plantas industriais para diferentes regiões e até mesmo o seu fechamento no país, com o conseqüente aumento do desemprego e da informalidade nas relações de trabalho. Essas mudanças foram acompanhadas por uma austera política de controle dos gastos públicos, no que respeita

particularmente às políticas sociais governamentais, o que agravou a situação econômica e social da população trabalhadora.

No Peru, a *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP) sofreu as conseqüências da ação repressiva do Governo Fujimori durante a década de 1990, o qual colocou em prática medidas favoráveis à liberalização comercial, à privatização das empresas estatais e à desregulamentação das relações trabalhistas. O impacto desses processos diminuiu consideravelmente as perspectivas de emprego assalariado para a população trabalhadora, de um modo geral, e bloqueou a expansão do emprego público. Além disso, a violência política interna – que se instalou no Peru durante a década de 1980 e parte dos anos 90 –, enfraqueceu consideravelmente as entidades sindicais dos trabalhadores.

Na presente tese, essas mudanças são abordadas em uma perspectiva histórica, com enfoque na década de 1990, buscando-se apreender as relações entre o movimento sindical e a ação do Estado no Brasil e no Peru. No que respeita ao sindicalismo, o estudo enfoca a mais importante central sindical do Brasil, a Central Única de Trabalhadores do Brasil (CUT), e no Peru, a também mais importante central sindical, a *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP).

As hipóteses que guiaram este estudo são as seguintes:

1) No Brasil e no Peru, os impactos estruturais derivados do desenvolvimento capitalista nos últimos 20 anos conduziram a uma reestruturação do Estado e a um processo de desregulamentação e de flexibilização das relações trabalhistas, assim como de destituição de direitos que afetam as bases das organizações sindicais. No caso do Brasil, o fortalecimento que o movimento sindical obteve a partir de suas conquistas, o qual tem como seu elemento emblemático a formação da CUT, permitiu a esse movimento sobreviver à política de

desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais. No caso do Peru, o declínio da *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP) expressa de forma dramática o processo de crise do movimento sindical em um contexto politicamente regressivo.

2) Os problemas que o movimento sindical vem enfrentando, a partir das drásticas mudanças das relações de trabalho (referentes ao trabalho assalariado formal), que caracterizaram a institucionalidade construída durante o último século, em particular, o direito ao trabalho, o acesso a mecanismos de proteção social, a negociação coletiva, a representação e a organização sindical, conduziram à fragmentação e, em alguns casos, à destruição de suas bases, através do desemprego e da terceirização. Nesta tese argumenta-se que, ainda que esses fenômenos tenham ocorrido de forma generalizada na América Latina, cumpre apreender as especificidades dos contextos nacionais. Entende-se, como será visto comparativamente nos casos do Brasil e do Peru, que os impactos dessas transformações podem diferir de modo altamente relevante, principalmente em decorrência da capacidade de organização e de negociação sindical, de um lado e, de outro, não menos importante, do grau de avanço obtido na consolidação institucional de um Estado de Direito Democrático.

Explicitando-se melhor essas hipóteses, tem-se presente que a partir dos processos de ajuste aos novos padrões competitivos em escala internacional, o recuo da capacidade sindical se generalizou em ambos os casos ora abordados. Assim mesmo, no Peru, embora extremamente enfraquecidos, os núcleos do movimento sindical que sobreviveram aos piores momentos das investidas político-regressivas ocorridas nos anos 90, especialmente os ligados à CGTP, vêm buscando se reorganizar. Em contraste, no Brasil, em um contexto político posterior à Constituição de 1988, mais favorável às expectativas que, de um modo geral, pode-se afirmar, se expressavam como demandas de democratização do país, a (CUT) buscou construir mecanismos

de negociação, o que lhe proporcionou uma importante capacidade de pressão, especialmente como um ator político.

Em ambos os países, medidas de corte político neopopulista desregulamentaram as relações trabalhistas, afetando a organização sindical e dando origem a uma nova forma de corporativismo, no caso brasileiro – o neo-corporativismo –, e a uma nova forma de classismo – o neoclassismo –, no caso peruano.

No Brasil, durante os anos 90, as organizações sindicais como a Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores, agiram sob governos de influência neoliberal, manifestando-se através da diversificação de suas pautas de lutas. No que se refere especificamente à CUT, argumenta-se, no presente estudo, que o seu fortalecimento como ator político, no período em foco, decorre de sua capacidade de implementar estratégias organizacionais tendentes a se adequar ao contexto de desregulamentação das relações de trabalho, através de acordos de cunho neocorporativista.

No Peru, como já referido, o espectro político sindical difere do caso brasileiro, já que o processo de desregulamentação foi violento, através da liquidação de direitos contidos na Carta Constitucional de 1979, quando de sua substituição pela Carta de 1993. Essas mudanças foram realizadas durante o regime neopopulista e autocrático do Governo Fujimori. Em relação a esse contexto, a presente tese busca apreender de que modo o sindicalismo classista da CGTP, após atravessar uma severa conjuntura crítica, vem tentando reconstruir formas de ação e de articulação sindical, a partir do que nessa tese se denomina novo classismo.

No desenvolvimento do presente estudo tomou-se por referência o método histórico-comparativo. Em termos gerais, esse tipo de análise consiste na utilização sistemática de observações extraídas de duas ou mais entidades macro-sociais, tais como sistemas ou subsistemas políticos, organizações sociais, econômicas ou culturais, ou, então, conjunturas

diversas de uma mesma sociedade nacional, com vistas não só a examinar suas semelhanças e diferenças, como também a formular possíveis explicações (ELDER, 1976; LIJPHART, 1971; SKOCPOL, 1994).

Essa forma de análise tem sido utilizada amplamente na Sociologia, assim como na Economia, na Antropologia, na História, na Psicologia Social e na Ciência Política. Segundo Sartori (1970), uma das características mais importantes desse tipo de análise é o uso de conceitos que tenham a capacidade de “viajar”, isto é, que sejam aplicáveis a mais de um país ou cultura. A concepção do método comparativo, como estratégia de pesquisa na ciência social, tem sua origem em autores clássicos como Max Weber, cuja obra propiciou o desenvolvimento uma das mais importantes tradições da ciência social: a abordagem histórico-comparativa qualitativa, entendida como o estudo qualitativo de casos, com vistas a sua apreensão analítico-explicativa (COLINO, 2002, p. 1, tradução nossa).

No entanto, dadas as limitações enfrentadas para a elaboração da presente tese, fez-se necessária a adoção modificada do referido método, no sentido de identificar os principais contrastes entre os dois casos selecionados e, não tanto, de realizar uma comparação sistemática exaustiva. Como se constata no desenvolvimento dos capítulos da tese, optou-se pela apresentação primeiramente do caso brasileiro. Esse caso é abordado neste estudo de forma um tanto breve, considerando-se a sua complexidade, em boa parte devido à ampla gama de estudos existentes, continuamente atualizados, acerca do sindicalismo no Brasil e de suas inter-relações com o Estado nacional. A constatação da elevada capacidade de, no Brasil, as principais centrais sindicais, particularmente a CUT, se constituírem como atores relevantes no cenário político, ao longo do período contemplado na pesquisa, conduziu a análise a tomar o caso brasileiro como referencial para fins de elaborar contrastes em relação ao caso peruano.

No que se refere ao Peru, o presente estudo se dedica a uma análise mais extensiva, em boa medida devido à quase inexistência de estudos e pesquisas atualizados acerca do tema em foco. Fez-se necessário, assim, apreender de forma detalhada de que modo, ao longo das duas décadas consideradas, o movimento sindical passou de uma posição de forte ator político no cenário nacional para uma posição extremamente fragilizada e secundária, a qual vem buscando superar nos anos mais recentes.

Cumprindo indicar que para a reconstrução dos casos em estudo, recorreu-se à releitura e à análise aprofundada da bibliografia existente. A pesquisa também se valeu do exame de documentos referentes à temática, em especial no que se refere às relações entre Estado e sindicalismo, tais como os atinentes a normas constitucionais e a legislação trabalhista em cada um dos dois países enfocados. Mais ainda, levantamentos realizados por instituições de pesquisa vinculadas ao sindicalismo em cada um desses países, como o DIEESE, no caso brasileiro, e de entidades peruanas correlatas abaixo discriminadas, permitiram acessar dados e informações cruciais para o desenvolvimento da presente tese.

A pesquisa empírica realizada incluiu também a realização de entrevistas semi-estruturadas com agentes sociais selecionados, tais como lideranças sindicais e seus assessores jurídicos, bem como técnicos de entidades de pesquisa e assessoria vinculadas ao movimento sindical em ambos países, no período em pauta. É importante esclarecer que essas entrevistas buscaram complementar as informações colhidas nas fontes anteriormente referidas, bem como melhor apreender os fenômenos analisados na perspectiva desses atores.

No caso do Brasil, foram realizadas várias entrevistas, em diferentes oportunidades, com o Presidente da CUT. Além disso, procedeu-se à assistência de assembléias e reuniões acerca das atuais bandeiras de luta dessa entidade. Também foram realizadas entrevistas com especialistas – advogados trabalhistas –, para melhor entender muitas interrogantes, especialmente de tipo

procedimental, acerca das relações trabalhistas. Diferentemente do caso peruano, no Brasil tem-se produzido vasta pesquisa referente à temática, o que facilitou o presente estudo, levando em consideração as pesquisas e o trabalho documental existentes. No total, foram realizadas 7 entrevistas no Brasil.

No caso peruano, foram realizadas, fundamentalmente, entrevistas com lideranças da *Confederación General de Trabajadores* (CGTP), e também com membros ONGs vinculadas ao trabalho sindical, dentre as quais se destacam o *Centro de Asesoría Laboral del Perú* (CEDAL), o *Programa Laboral para el Desarrollo* (PLADES), o *Consejo Consultivo Laboral Andino* (CCLA) e o *Instituto de Estudios Sindicales* (IESI). Cumpre chamar atenção sobre o fato de que o IESI é uma instituição que trabalha diretamente com a CGTP e que conta com o apoio de centrais sindicais da Europa, como a *Confederación Sindical de Comisiones Obreras*, da Espanha, a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro*, da Itália, e a *Fédération Générale du Travail de Belgique*, da Bélgica.

Nessas instituições foi possível realizar entrevistas com seus dirigentes e também com pesquisadores que desenvolvem estudos sobre a temática em pauta. Na sede da OIT no Peru, foi possível realizar uma entrevista com o responsável pelo cargo de *Especialista Regional en Educación Obrera*. Também foi possível contatar representantes da Diretoria Nacional da CGTP assim como as organizações sindicais de base, tais como a *Federación de Construcción Civil*, a *Federación de Empleados Bancários* e o *Sindicato Único de Trabajadores en la Educación Peruana*. No total foram realizadas 12 entrevistas no Peru.

A tese está organizada em três grandes partes. A Primeira Parte está formada pelos capítulos 1 e 2. Nesses, faz-se uma breve reconstituição da emergência do movimento sindical e das principais mudanças tecnológicas ocorridas na organização do processo de trabalho. Toma-se, como pano de fundo, as reformas estruturais, baseadas na implantação do neoliberalismo,

ancoradas no Protocolo do Consenso de Washington. As repercussões sobre o sindicalismo, tanto no âmbito dos países do núcleo orgânico capitalista como na América Latina, são analisadas.

É a partir desse contexto que o estudo se propõe a apreender os fundamentos do neopopulismo e do neocorporativismo, em uma perspectiva analítica acerca das relações entre sindicalismo e Estado. Os aportes teóricos de Antonio Gramsci e de Max Weber quanto a relações de poder, a relações sociais no interior do Estado, e a formas de dominação e de legitimidade são examinados nesses capítulos.

Os capítulos 3, 4 e 5, que formam a Segunda Parte, abordam a organização do sindicalismo no Brasil e no Peru, bem como suas relações com o Estado em uma perspectiva histórica. O Capítulo 3 aborda questões referentes ao sindicalismo corporativista no Brasil, particularmente a ascensão do chamado novo sindicalismo e a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no bojo do processo de abertura política. Nos capítulos 4 e 5 enfoca-se o caso peruano. No Capítulo 4, aborda-se questões referentes ao sindicalismo classista, especialmente no que se refere a sua atuação durante a primeira etapa do regime militar implantado em 1968, e às tentativas de corporativização e de consolidação de direitos trabalhistas. Considera-se o também o processo de contra-reforma que teve lugar durante a segunda etapa do regime militar (1975-1980), e que implicou a liberalização das relações trabalhistas e a forte repressão do movimento sindical. O retorno ao regime democrático-constitucional e a transferência de poder aos civis, em especial, as grandes mobilizações da população pela abertura democrático-constitucional, e o papel da CGTP nesse processo encontram-se igualmente abordados nesse capítulo.

No Capítulo 5 analisa-se as articulações do sindicalismo peruano com os partidos políticos e suas relações com o Estado, quando do retorno à democracia constitucional (1980-1985). Os termos das negociações entre militares e partidos políticos, a implantação de

mecanismos para o desenvolvimento das assim chamadas “forças de mercado”, e o isolamento das organizações dos trabalhadores são analisados.

Ainda nesse mesmo capítulo, aborda-se o populismo do Governo Alan García da *Alianza Popular Revolucionaria* (APRA), entre 1985 e 1990, em sua relação com o movimento sindical. Chama-se a atenção para o fato de que durante esse período, mudanças substanciais ocorreram na dinâmica do sindicalismo peruano. Os organismos sindicais, que haviam sido debilitados pelas políticas de ajuste aplicadas entre 1980 e 1985, entraram em uma aparente calma social nos dois primeiros anos (1986-1987). Entretanto, a partir de 1987, o Governo Garcia atingiu um ponto de inflexão, iniciando-se um período de crise política e econômica. É nesse contexto de confrontação política que em 1990, Alberto Fujimori foi eleito Presidente da República do Peru.

A Terceira Parte deste estudo compreende os capítulos 6, 7 e 8. Nesses se analisa a implantação dos programas de ajuste estrutural e suas repercussões sobre o movimento sindical no Brasil e no Peru. O Capítulo 6 compreende o processo de desregulamentação e a abertura comercial durante o Governo Collor de Mello no Brasil (1990-1992), e a emergência do que nesta tese se denomina neopopulismo. As novas formas de atuação do movimento sindical brasileiro, entendidas como neocorporativismo, são enfocadas nesse capítulo. Aborda-se também rupturas e continuidades do corporativismo no movimento sindical brasileiro, dados o contexto de implantação do Plano Real (1994), e o processo de desregulamentação das relações de trabalho.

Os Capítulos 7 e 8 dizem respeito ao caso peruano. Aborda-se as estratégias do ajuste estrutural; o golpe de Estado de Fujimori; o processo de desregulamentação das relações trabalhistas e a ação sindical frente ao processo flexibilizador. Outrossim, considera-se a questão da violência política que - por constituir um dos principais argumentos utilizados no regime de Fujimori para a repressão do movimento sindical -, representou um fator crucial da crise do

movimento sindical peruano, sob o argumento de combater as atividades guerrilheiras do Sendero Luminoso (PCP-SL) e, em menor medida, do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA). Finalmente, examina-se a situação do sindicalismo peruano, assim como as perspectivas de reorganização da CGTP, quando do declínio e queda do Governo Fujimori, o qual se havia consolidado através de uma coalizão de interesses bastante forte, que combinava neoliberalismo e neopopulismo.

Nas Considerações Finais, salientam-se os principais contrastes detectados no decorrer da análise. Esses resultados serviram de base para a elaboração dos argumentos centrais da presente tese, no que respeita à diversidade dos impactos, sobre o sindicalismo, do processo de desregulamentação das relações de trabalho em cada um dos dois casos selecionados. Toma-se por referência o modo como tem sido amplamente analisado esse processo, que se disseminou não somente no âmbito dos países que constituem o núcleo orgânico do sistema capitalista mundial, mas também entre os países da semi-periferia desse sistema, como o Brasil, e da sua periferia, como o Peru. Procura-se também, ao final deste estudo, melhor avaliar a generalização das previsões formuladas a partir de meados dos anos 90 do século passado, relacionadas ao “fim do sindicalismo” como uma das conseqüências quase inevitáveis da assinatura do Protocolo do Consenso de Washington.

2 TRABALHO E SINDICATOS: BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

No presente capítulo abordam-se brevemente os principais elementos constitutivos da emergência do movimento sindical no percurso histórico, assim como as tendências ideológicas. Trata-se das estratégias implantadas pela crise capitalista conducentes à reestruturação produtiva e às mudanças no mundo do trabalho, a emergência dos novos esquemas produtivos, assim como do processo de flexibilização das relações trabalhistas; visando perceber as relações entre Estado e mercado. Também, contorna-se uma visão do sindicalismo internacional no período recente, dependendo do patamar atingido pelo processo de industrialização em cada um dos países, busca-se compreender a articulação do sindicalismo na América Latina, o sindicalismo corporativista e o sindicalismo classista. Discute-se, brevemente o início de um período crítico do sindicalismo no Peru e no Brasil, em ambos os países o sindicalismo alcançou uma atividade intensa na década de 70 e 80.

2.1 Emergência do movimento sindical

Os sindicatos nascem como uma resposta coletiva, produto da relação entre capital e trabalho durante o período de industrialização. Configurando-se ao longo do século XIX, consolidam-se alcançando modificações em relação às sucessivas transformações do sistema social, econômico e político. Conforme Crozier (1962):

O movimento operário não é apenas uma reação a uma situação dada, uma das peças indispensáveis do equilíbrio social, é também um fator original novo que constitui para o conjunto da sociedade, um fator de mudança (CROZIER, 1962, p. 205).

Os sindicatos constituíram-se em centros organizadores dos trabalhadores, indispensáveis nos conflitos entre o capital e o trabalho. Utilizaram diversos recursos políticos,

fundamentalmente os centrados no poder de pressão coletiva. A ação sindical não está centrada apenas na reivindicação salarial, mas também alcança diferentes campos do conflito, relacionados ao processo de trabalho, o que acarreta implicações na sua organização.

Os sindicatos buscavam – e ainda buscam – alcançar objetivos para responder às necessidades dos que fazem parte dele (mesmo que cada organização sindical possa ter objetivos muito variados). Seus objetivos são motivados por princípios que dão razão de ser a todo sindicato. Esses objetivos orientam a ação das organizações sindicais em sua luta por dignificar as condições de vida dos trabalhadores. Para melhor aprender as finalidades dos sindicatos, é preciso analisar as relações entre as organizações sindicais e os empregadores, assim como entre dirigentes e aderentes, entre a organização inteira e os empregadores ou o mundo político (CROZIER, 1962, p. 204).

Um objetivo importante dos sindicatos é de ordem econômica, mediante o qual lutam para que os trabalhadores obtenham um salário adequado e digno, que lhes permita dar conta de suas necessidades, como foi salientado por Marx e Engels (1981):

Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. Sabe-se já que, se a relação entre a oferta e a procura muda, o preço de mercado também muda. Mas tal mudança está longe de ser o simples feito unilateral do comprador, no caso, o capitalista. Além disso, existe uma grande diferença entre, de um lado, o montante do salário determinado pela oferta e procura (isto é, o montante resultante da operação “honestá” do intercâmbio de mercadorias quando comprador e vendedor tratam em pé de igualdade) e, de outro lado, o montante de salário que o vendedor – o operário – é forçado a aceitar, quando o capitalista trata com cada operário isoladamente e lhe impõe um baixo salário, explorando a miséria excepcional do operário isolado, independentemente da relação geral entre oferta e procura. Conseqüentemente, os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. Esta é razão (a base lógica) dos sindicatos (MARX; ENGELS, 1981, p. 9).

As lutas pelo reconhecimento de direitos – como a regulamentação da jornada de trabalho e outras leis a favor dos trabalhadores –, converteram as reivindicações sindicais em luta política, dando origem a ideologias. As primeiras, românticas, formadas – em suas origens – pelo pensamento socialista, que se expressa como uma doutrina social que pretende estruturar a vida econômica sobre o trabalho, segundo a qual o ser humano deve ser o centro da vida social; tendo como horizonte, em seu ideário, a emancipação econômica da classe operária, desde logo se manifestaram contestarias do sistema social. São diversas as doutrinas sociais e religiosas que consideram até hoje, o sindicalismo fundamental para o avanço das lutas dos trabalhadores. Segundo Antunes (1980), as tendências do sindicalismo podem ser classificadas do seguinte modo:

- Sindicalismo revolucionário: anarquistas, comunistas (1866). Ano em que se realizou o congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunindo representantes operários de todo o mundo. Lá estavam presentes as idéias anarquistas de Bakunin, de Proudhon e as idéias comunistas de Marx e de Engels. Nesse congresso reafirmou-se a importância da criação dos sindicatos definidos como uma das tarefas primordiais do proletariado.
- Sindicalismo reformista com origens no *trade-unionismo* inglês: opõe-se à ação revolucionária do proletariado. Os reformistas pretendem uma melhora das condições dos trabalhadores dentro do sistema capitalista. Nessa corrente se encontra o sindicalismo norte-americano, que pauta sua ação no terreno estritamente economicista e reivindicatório, ajustando-se ao sistema capitalista. Sua recusa a um sindicalismo político data desde a criação da Federação Americana do Trabalho, em fins do século XIX.
- Sindicalismo cristão: inspirado na Encíclica *Rerum Novarum* (1891). De Leão XIII, essa corrente propugna uma ampla colaboração social e reconhece a legitimidade de princípio das organizações sindicais. No entanto, isso não implica transformações radicais no regime capitalista da propriedade privada.
- Sindicalismo Comunista: Utilização da força sindical para uma luta mais ampla pelo fim do sistema capitalista. Parte do pressuposto leninista, que quando do movimento sindical fica isolado das demais lutas da sociedade, acaba incorrendo numa atuação “economicista”, *trade-unionista*. Daí a importância da atuação dos comunistas dentro dos sindicatos para transformar a luta *trade-unionista* numa luta mais ampla pelo fim do sistema capitalista.
- Sindicalismo do Estado ou corporativista: pretende afastar-se de toda orientação política, mantendo-se no campo puramente sindical, surge na Itália e na Alemanha, mas não foi uma força relevante. Datou das primeiras décadas do século XX, durante a vigência do fascismo. Este apareceu depois de violenta repressão fascista, acabando com as verdadeiras lideranças operárias, além de uma intensa manipulação das massas populares. Em 1927 Mussolini decretou a

Carta Del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas: as corporações tornaram-se dependentes do Estado. Expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital (ANTUNES, 1980, p. 28- 30).

Por essas vias, alcançaram constituir-se em uma força social diretamente interlocutora dos governos e, até mesmo, capaz de mostrar-se como classe dirigente. No seu percurso histórico, a “causa operária” se desenvolve como produto do século XIX e da revolução industrial. Sua objetivação social é posterior à conversão da burguesia como classe dirigente. Foram esses trabalhadores que, organizados – os desprotegidos de direitos nos centros industriais – deram forma a uniões operárias surgidas na Europa e que substituíram a organização trabalhista artesanal. A emergência do movimento operário europeu a partir de 1840, era entendido como "o movimento real que supera o estado de coisas atual", em que os sindicatos, greves, (e o cartismo), foram expressões clássicas do movimento sindical como resposta operaria à primeira Revolução Industrial e que perdurou toda a segunda metade do século XIX, originando uma assim chamada aristocracia privilegiada, para o “sindicalismo de indústria”¹. Somente no final do século XIX e inícios do século XX, é que a produção em massa e o aumento substancial, no mercado de trabalho, de grupos não especializados, forçaram mudanças na estrutura organizacional e ideológica dos sindicatos. A progressiva mecanização diminuiu a influência dos operários mais especializados na luta pela garantia dos direitos dos novos sindicalizados (GARCÍA Rey, 2001).

Na conformação de espaços de ação sindical, a gênese histórica é importante porque as etapas anteriores deixam suas marcas nas posteriores. No passado, predominaram os proto-sindicatos de ofício, os quais foram fortemente reprimidos por governos e pelo patronato. Assim, no início do século XX, os novos sindicatos não eram os herdeiros dos do século XIX. Nasceram

¹Foram conhecidos assim, os sindicalismos desenvolvidos nos países do núcleo orgânicos, como os sindicatos livres da Alemanha de Weimar, o sindicalismo norte-americano, antes e depois da formação do *Congress of Industrial Organizations* nos anos 1920, assim como o sindicalismo Francês da *Confédération Générale du Travail* (CGT) (TOURAINÉ; MOTTEZ 1962, pp. 292-297).

não por ofícios, como na Inglaterra, mas por empresa. Os sindicatos foram organizados de acordo com ramos de emprego, como são os casos dos sindicatos nos Estados Unidos, em companhias como as de mineração, as ferrovias, as têxteis e as de eletricidade.

A emergência do taylorismo² e a produção em cadeia, iniciada por Henry Ford em Detroit³, impactou a organização do trabalho e terminou com o sindicalismo de ofício, acabando com o papel preponderante do operário-artesão, para passar ao trabalhador menos qualificado, relativamente ao domínio de um ofício. Segundo Gounet (2000), a composição da classe trabalhadora modificou-se a partir das mudanças tecnológicas e o controle capitalista sobre a organização do trabalho. O processo de mecanização tornou o trabalho mais especializado e, ao mesmo tempo, tornou o trabalhador menos especializado (GOUNET, 2000, p. 94).

Durante os primeiros anos do século XX, a regulação da negociação coletiva, a intermediação e a ajuda estatal nos sistemas de saúde, de pensões e seguridade social, avançaram em relação ao século anterior. Uma das mudanças históricas mais importantes do século XX, quanto à capacidade de organização dos trabalhadores, foi a implantação dos acordos na negociação coletiva (principalmente na Inglaterra, Alemanha, Suécia,). Com a participação conjunta do Estado, dos sindicatos e dos empregadores na negociação da proteção social (GARCÍA, Moriyon, 2001).

Assim, o sistema de relações de trabalho passou a ser constitutivo do sistema político, como produto de uma articulação histórica que envolve o funcionamento do Estado e da economia, abrangendo os sindicatos como organizações intermediárias. Essa articulação faz parte

²No ano 1895, Frederick Winslow Taylor apresentou seu trabalho na *American Society of Mechanical Engineers* com uma conferência que levou o título de *A Piece Rate System, being a step toward a Partial Solution of the Labor Problem*. Segundo Taylor, "o controle da velocidade no trabalho reside na administração". Um dos argumentos fundamentais então apresentados foi a redução de custos gerais (GARCÍA Rey, 2001).

³A partir de 1913, Henri Ford desenvolveu a produção em série de carros em sua fábrica de Detroit. Em seu *My Life and Work*, Ford considerava elemento decisivo para a produção em série a uniformidade do produto. Sua idéia era concentrar-se em um só modelo, o modelo "T", desenhado por ele mesmo para que fosse fácil de conduzir, fácil de reparar, leve e com usos vários (GARCÍA Rey, 2001).

do processo de constituição do Estado interventor na Economia⁴, com variantes nos países denominados de núcleo orgânico, semi-periféricos e periféricos⁵.

O conceito de corporativismo comporta uma pluralidade de significações, de variadas idéias e de contraditórios sentidos. De forma mais ampla pode ser entendido como uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada em associações representativas e interesses e atividades que monopolizam ofícios. Graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às formulas de colaboração daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, à luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político (BOBBIO, 1983, p. 287). Pode coincidir com uma concepção orgânica do Estado e da sociedade, abrangendo tanto o corporativismo de Estado, de cunho hierárquico, como o corporativismo de associação, de matriz consensualista e pluralista.

O corporativismo, baseado na concessão de benefícios com bases não universais tem garantido sua sobrevivência por dar acesso privilegiado e proteção a determinados setores sindicais e empresariais, que terminam por concretizar-se em lei. Segundo Stepan (1980), também é referido a um conjunto particular de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação dos interesses. Onde predominam tais disposições, o Estado muitas vezes concede privilégios ou até cria grupos de interesse, tenta regular o seu número e lhes dá aparência de um monopólio quase representativo juntamente com prerrogativas especiais. Em

⁴Os sindicatos constituíram-se em gestores importantes de sistemas de trocas simbólicas e materiais entre as bases de trabalhadores e os estados ao se desenvolverem os sistemas de previdência social e de leis trabalhistas. As regulações trabalhistas estatizaram-se e a coerção estatal se desenvolveram como ferramenta de vigilância da governabilidade laboral.

⁵Esta categorização segue a perspectiva que aponta Arrighi (1997): “todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Os primeiros tendem a ser o *locus* de acumulação e poder mundial, e os segundos, o *locus* da subordinação. A legitimidade e estabilidade desse sistema altamente desigual e polarizador são reforçadas pela existência de países semi-periféricos, definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais o menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas. Exatamente devido a essa combinação mais o menos igual de atividades de núcleo orgânico e atividades periféricas, desenvolvidas dentro de suas fronteiras, supõe-se que os estados semi-periféricos têm o poder de resistir à periferização, embora não tenham poder suficiente para superá-la completamente e passar a fazer parte do núcleo orgânico” (ARRIGHI, 1997, p. 140).

retribuição por essas prerrogativas e monopólios o Estado exige o direito de controlar os grupos representativos por uma variedade de mecanismos, a fim de desencorajar a expressão de exigências conflitantes com base nas classes. Muitas elites do Estado, passadas e presentes têm usado essas políticas corporativistas para estruturar a representação dos interesses (STEPAN, 1980, p. 71).

A especificidade da noção de corporativismo não é simplesmente interceder junto ao Estado por interesses privados, senão participar, de forma mais o menos subordinada da governabilidade no que respeita à produção e aos mercados de trabalho e de produtos, de maneira institucional ou informal. No que respeita particularmente à América Latina, essa função de governabilidade corporativista tem implicações práticas no desenho das políticas econômicas, sociais e trabalhistas especialmente durante os períodos do século XX, em que os Estados mantinham forte capacidade de intervenção na economia⁶ e, ao mesmo tempo, expressou a busca de garantias de paz laboral (DE LA GARZA, 2001).

O sindicalismo, durante o período que durou a guerra fria, dividiu-se em várias organizações internacionais, destacando-se a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOL) e a Federação Mundial de Sindicatos (FSM). Esta última aglutinava os sindicatos de orientação comunista nos países ocidentais e nos sindicatos oficiais dos países chamados socialistas. Nos países europeus e os Estados Unidos, a partir dos anos 50 do século XX, foram-se afastando dos ideários centrados, nas bandeiras de luta operária, para centrar-se na negociação coletiva e na co-gestão do Estado de Bem-Estar. Essa mudança político ideológica

⁶O corporativismo emergiu em alguns países da América Latina a partir da grande crise de 1929; em outros países depois da Segunda Guerra Mundial, não só na América Latina, como também na África e na Ásia. Essa corporativismo implicou em uma subordinação dos sindicatos não só ao estado, senão ao regime político, de modo mais estrito do que quando de sua ocorrência nos países do núcleo orgânico (DE LA GARZA, 2001).

levou a uma rápida institucionalização das grandes organizações sindicais, a um – assim chamado – sindicalismo de serviços, como a IGMETAL na Alemanha (GARCÍA Moriyon, 2001).

2.2 Crise capitalista, reestruturação produtiva e trabalho

A partir do início da década de 70, ocorrem as primeiras evidências no pós II Guerra, de uma crise da capacidade reprodutiva do capital: sobre produção, ciclo de lutas sindicais, alta dos preços do petróleo. Vizontini (1997) chama a atenção sobre os efeitos da elevação do preço do petróleo no início da década de 70: Em 1973, na esteira da guerra do Yom Kippur, os países árabes aumentaram o preço do petróleo em quatro vezes, além de decretarem um embargo contra os países que apoiaram Israel. Ora, considerando que os Estados Unidos importavam menos de 10% de seu petróleo do Oriente Médio, não é difícil constatar que o Japão e a Europa Ocidental foram os maiores afetados pelo embargo (VIZENTINI, 1997, p. 36).

A materialização de um período crítico no sistema capitalista conduziu a uma reestruturação das diferentes atividades da vida social, com fortes impactos na economia, na produção, na política e na cultura. Desenvolveram-se mudanças conducentes à globalização do capitalismo. Multiplicam as relações e estruturas em escala mundial, em rápida expansão e simultaneamente em diferentes contextos⁷. A seqüência de transformações, de auto-expansão sistêmica, de uma mobilidade intensiva e extensiva do capital, de grande complexidade, conta

⁷Segundo Wallerstein (1995), o sistema capitalista mundial está conformado pelas instituições políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, ao reflexionar sobre o que denomina a história do sistema-mundo capitalista dos últimos séculos, este autor interroga sobre: Qual é o problema principal dos capitalistas num sistema capitalista? A resposta é clara: individualmente, otimizar seus benefícios e, coletivamente, assegurar a acumulação contínua e incessante do capital (WALLERSTEIN, 1995).

com a incorporação tecnológica de ponta e a suficiente informação para garantir seu investimento e sua lucratividade, ao passo que se mercantilizam todos os processos de produção⁸.

No cenário contemporâneo a globalização se objetiva numa crescente gravitação dos processos econômicos, sociais e culturais em âmbito global, regional e nacional. No plano econômico, trata-se de uma crescente generalização do livre comércio, com uma importante presença de empresas transnacionais no cenário mundial, funcionando como sistemas internacionais de produção integrada com uma considerável expansão e mobilidade de capitais. Assim, as indústrias devem aprender a processar matéria prima obtida dos lugares mais remotos e a vender seus produtos nos mercados mais isolados, pressionados pelas exigências do mercado a utilizar todas as formas de obter maior produtividade e, pelo tanto, lucros sempre renovados. Um processo novo com profundas raízes históricas, que Wallerstein (1985) denomina de capitalismo histórico.

O que me parece urgente, uma tarefa para a qual, em certo sentido, tem se dirigido o conjunto do meu trabalho recente, é ver o capitalismo como um sistema histórico, na totalidade de sua história e na sua realidade concreta única (WALLERSTEIN, 1985, p. 7).

As grandes mudanças nos terrenos político, econômico e organizacional–tecnológico, representaram uma resposta à crise do capitalismo global, a qual se manifestou em uma extensa e profunda recessão, expressa nas baixas taxas de crescimento combinadas com altas taxas de inflação (sustentadas pelo *Welfare State*⁹ na sua fase keynesiana¹⁰, focando-se na metade do

⁸Essa informação é possível pela contribuição dos setores intelectuais formados nas diversas disciplinas das ciências, formando as “tecno-estruturas transnacionais”, *think tanks* cosmopolitas, organizações empresariais especializadas em assessorias e consultoria de todos os tipos (IANNI, 2000, p. 25).

⁹A análise do Estado de bem-estar foi muito variada e sujeita a numerosas influências. Dentre elas, a de maior importância nos círculos radicais dos Estados Unidos foi a Escola de Frankfurt, que postula que o Estado de bem-estar legitimou o sistema capitalista, cooptando para a ordem capitalista as classes trabalhadoras do capitalismo ocidental desenvolvido (NAVARRO, 1993). Dessa forma, a ordem capitalista reproduz-se, basicamente, através do consenso entre as classes sobre o valor da ordem capitalista. Como a classe capitalista consolidou o Estado de bem-estar para legitimar seus interesses, as reformas tendem a fortalecer, mais do que a debilitar, o capitalismo

século XX, entre a recessão e a depressão da quarta larga onda¹¹). Esse foi um período de crise do capital com uma “longa onda depressiva” (MANDEL, 1990) ou conforme Harvey (1992): uma crise da estratégia de acumulação capitalista denominada “fordista-keynesiana”. Para Antunes (2001), a crise estrutural do capital, manifesta a tendência descendente da taxa de lucro produto decorrente de: a) aumento do preço da força de trabalho – conquistado através das lutas sociais depois de 1945; b) esgotamento do padrão de acumulação fordista-taylorista de produção e c) incremento acentuado da flexibilização do processo produtivo, dos mercados e do emprego da força de trabalho. Todos esses aspectos têm como resultado a redução dos níveis de lucratividade do capital (ANTUNES, 2001, p. 29-30).

Além disso, as estratégias implantadas na esfera global – como respostas à crise capitalista – alicerçaram-se em uma lógica que se apóia não só em puras relações mercantis, mas também, em determinações sociais que permitem ao sistema ampliar sua lucratividade. A produção não é exclusivamente produção material e valorização contínua, é também reprodução sócio-histórica dos processos de dominação. Ao se recompor – numa nova fase – a divisão do trabalho no sistema capitalista, observa-se um processo sistemático de reestruturação produtiva¹²,

(NAVARRO, 1993, p. 157-158). O *Welfare State* teve no *New Deal* do Presidente Roosevelt (1933-38) o primeiro ensaio histórico de êxito de seu desenvolvimento.

¹⁰Keynes demonstrou que o capitalismo não poderia sobreviver se continuasse orientando-se pelos mecanismos automáticos do mercado, tal como o prescrevia a teoria clássica. O modelo de capitalismo de bem-estar estava estabelecido fundamentalmente no âmbito do Estado Nação, e o Estado intervinha para resguardar a indústria nacional, ou para sustentação do bem-estar nacional.

¹¹A análise da oscilação cíclica do capitalismo foi desenvolvida Kondratiev, economista russo que a mediados da década de 1920, elaborou e propagou um método para interpretar a história do desenvolvimento econômico. Ele observa que a economia mundial passa periodicamente por ciclos de ascensão e de declínio em toda a atividade econômica, estendendo-se aproximadamente de 50 a 60 anos. A sua vez Shumpeter (1969), sustenta que cada ciclo era único por causa da influencia de eventos exógenos. Para ele, esses ciclos tinham uma característica comum: a inovação tecnológica, que é o motor da inovação capitalista e a origem do lucro empresarial (SHUMPETER, 1969).

¹²Segundo De la Garza Toledo(2000), a reestruturação produtiva pode ser compreendida como a transformação da base sócio-técnica dos processos produtivos, em seus níveis tecnológico, organizacional, de relações trabalhistas, de perfil e cultura do trabalho. Esta reestruturação pode se dar em todos os seus perfis ou em parte deles. Detrás da reestruturação produtiva está a crise das configurações sócio-técnicas dominantes no período anterior: esta crise, em outro nível, pode-se entender como de sobre acumulação de capital frente a uma reordenação das políticas econômicas dos Estados, significadas pela redução do gasto público, e as políticas macroeconômicas de ajuste para reduzir as inflações, que deprimem os mercados internos (DE LA GARZA, 2000, p. 729).

com a formação de zonas francas, maquiladoras, subsidiárias e associadas e alianças estratégicas por todo o mundo, afetando o controle dos Estados sobre as economias e, sobretudo, às organizações sindicais¹³. Conforme Antunes (2001):

[...] nesse mesmo período ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2001, p. 35).

Desse modo, são variadas as formas de resolução da crise e dos impasses desenvolvidos pelo movimento de reestruturação do capital. Tudo isso se torna possível com a revolução microeletrônica e informacional que aprofundam a transformação das relações de trabalho e as suas organizações. Assim, Castells (1999) aponta:

O modelo dominante de trabalho na nova economia baseada na informação é o modelo de uma força de trabalho permanente formada por administradores que atuam com base na informação e por aqueles a quem Reich chama de ‘analistas simbólicos’, é uma força de trabalho disponível que pode ser automatizada e/ou contratada/demitida/enviada para o exterior, dependendo da demanda do mercado e dos custos do trabalho. Além disso, a forma de organização empresarial em rede permite a terceirização e a subcontratação flexível às condições do mercado (CASTELLS, 1999, p. 292).

Além das transformações da lógica do capital, formou-se um novo sistema de relações internacionais – marcado pelo fim da Guerra Fria e um crescente papel regulador das instituições políticas internacionais. O desaparecimento dos países socialistas na Europa Central e Oriental – em particular a desarticulação da URSS–, criou novas condições para uma ordem mundial, baseada na preservação das desigualdades entre os países do núcleo orgânico, semiperiféricos e

¹³Conforme a Beck (1998): “As empresas podem produzir num país, pagar impostos em outro e exigir gastos estatais em forma de criação de infra-estruturas num terceiro país” (BECK, 1998, p. 23). Segundo o autor, a globalização se relaciona de forma unilateral, sobretudo, com a supressão de postos de trabalho e seu deslocamento a países com salários mais baixos – apesar do maior crescimento econômico e dos vertiginosos benefícios obtidos pelas multinacionais –, “numa época na que a sociedade está registrando um desemprego em grande escala que lembra bastante os tempos de Weimar” (BECK, 1998, p. 33).

periféricos, com a exclusão dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores (ARRIGHI, 1997); no entanto, esse processo difere de país a país¹⁴.

As drásticas transformações do sistema capitalista provocaram uma enorme mudança nas relações entre Estado e mercado, afetando a estrutura das sociedades contemporâneas que, em grande medida, pode ser caracterizada por um fenômeno geral: a fragmentação social. As ações públicas e privadas para restaurar a taxa de lucros implicaram, desde princípios dos anos 80, no abandono de políticas de fomento ao emprego e, com isso, a contenção das demandas salariais. Esses fatos ocasionaram o desemprego estrutural, assim como a intensificação do emprego de trabalhadores contratados sem vínculo direto e o desenvolvimento de políticas de oferta destinadas a destruir qualquer obstáculo que impeça o funcionamento do mercado.

Essas transformações que contribuíram ao ascenso da ideologia neoclássica que asseverou a crise do Estado social – tema que será retomado mais adiante –, surgindo, paralelamente, as primeiras versões das teses acerca da crise do trabalho¹⁵. Para Neffa (2001), as argumentações sobre o fim do trabalho tiveram sustento nas mudanças objetivadas na decadência da indústria com relação aos serviços e na transformação da estrutura das ocupações, com o crescimento relativo de trabalhadores qualificados. O fim do trabalho na perspectiva sociológica seria

¹⁴A prestação de serviços públicos e a proteção social à população em geral e à classe trabalhadora em particular; junto ao fomento do consumo de massas atingido pelo Estado de Bem-estar, implantou bases sólidas nos sistemas nacionais de previdência social, com aposentadorias, prestações por enfermidade, acidentes de trabalho, seguro de desemprego nas décadas de auge (50-70) na maioria dos países da Europa, Japão, Austrália e Canadá. Além disso, a negociação coletiva centralizada e amplamente desenvolvida, com salários mínimos, acordos setoriais nacionais regionais e provinciais, estatutos, ordenanças, reformas trabalhistas e um conjunto de normativas (ARRIGHI, 1997). O modelo de negociação coletiva europeia é hierárquica: os grandes acordos delimitam e condicionam as negociações de âmbitos menores (região, província, empresa), com exceções mínimas na regulação normativa. Isso facilita os acordos por cima das cúpulas sindicais e patronais com os governos; é o instrumento que tem facilitado a autonomia da burocracia sindical com respeito a sua afiliação. Esses direitos sociais dos países do núcleo orgânico, a maioria ainda fica não foi desmontado com a facilidade dos países semiperiféricos e periféricos.

¹⁵As diversas conotações da crise do trabalho remetem-nos ao antigo problema do conceito de trabalho (THOMPSON, 1983). A sociedade capitalista, assim como a economia neoclássica, entendeu por trabalho o assalariado. O uso restrito do conceito de trabalho assalariado dá lugar a argumentações que se baseiam na perda de importância do trabalho na população economicamente ativa (PEA), ou na constatação da diminuição do emprego no setor industrial (DE LA GARZA, 2001, p. 12).

percebido como o fim da centralidade do trabalho no conjunto das relações sociais, especialmente na conformação de identidades coletivas; como a perda de importância do trabalho relacionado com sua função geradora de valor e como um problema político, o resultado da luta em que a classe operária teria perdido posições quanto à capacidade de negociação desde os anos 80 – originados pelas mudanças no regime de acumulação (NEFFA, 2001, p. 52).

André Gorz com o conhecido *Adeus ao proletariado* (1982), tem uma visão otimista – de luta da "não classe"¹⁶. Mais do que uma tendência estrutural seria um programa político pela abolição do trabalho e a recuperação do tempo livre, impulsionado pela emergente revolução tecnológica, que permitiria satisfazer as necessidades da humanidade com menos trabalho. É preciso salientar que nessa conjuntura, do início dos anos 80, se iniciavam a reestruturação produtiva internacional em sua forma de introdução de novas tecnologias, e, embora ainda não estivesse claro, as mudanças na forma do Estado em direção ao neoliberalismo. Ademais, na Europa era regra, até então, a existência de acordos corporativista, com forte influência dos sindicatos nas políticas estatais.

Outra referência importante são as teses de Offe (1985) – posteriores às de Gorz. Para o autor, o fim da centralidade do trabalho como espaço estruturador da sociedade define-se a partir de duas grandes transformações: a primeira, a mudança na estrutura da economia até o setor terciário em detrimento do industrial e, em especial, das ocupações, o incremento dos colarinhos brancos, as diferenças entre pequenas e grandes empresas, a extensão das ocupações não manuais em detrimento das manuais; a segunda, um argumento teórico que remete à fragmentação dos mundos de vida dos trabalhadores, em particular, entre o mundo do trabalho e o da família, o

¹⁶Gorz (1983) reivindica a sociedade do não trabalho e chama a lutar por ela não ao proletariado senão ao que denomina a "não classe".

tempo livre e o consumo, tratar-se-ia também da perda de importância do mundo do trabalho na formação de identidades e subjetividades.

Algumas versões são mais pragmáticas e pessimistas, como as de Jeremy Rifkin (1997). Influenciado pelo impacto do progresso científico e tecnológico sobre o emprego, considera que, infelizmente, o fim do trabalho é algo que deverá acontecer devido à globalização e a incorporação das novas tecnologias da informação e as comunicações (NTIC), que aumentam rapidamente a produtividade e condena a maior parte da população ao desemprego. Para fazer frente às graves conseqüências que esse processo acarretaria, considera que se deveria constituir um "terceiro setor" situado fora do Estado e do mercado. Nessa linha encontram-se Viviane Forester (1997), assim como as dos organismos internacionais como a OIT (2002; 2006); Banco Mundial (2000), entre outros. Esses estudos enfatizam, sobretudo, a decadência da indústria em relação aos serviços e a mudança na estrutura das ocupações com crescimento relativo dos trabalhadores qualificados, técnicos e engenheiros, colarinhos brancos, mulheres e jovens.

Esse fenômeno é de diferente incidência nos países do núcleo orgânico, mas teve reflexos importantes na relação entre capital e trabalho no marco de sociedades semiperiféricas e periféricas. Hoje, há a tendência a considerar uma parcela cada vez maior da população trabalhadora como "inempregável", a versão moderna, no entender de Castel (1997), dos que eram considerados "inúteis para o mundo", o seja, a mão-de-obra transformada em "supérflua" pela Revolução Industrial. Significa que essa população passa a ser vista como um conjunto de indivíduos que nem são sequer "exploráveis", já que, para sê-lo, teriam que contar com "perícias transformáveis em valores sociais". Trata-se de um conjunto crescente de sujeitos que passam a ser visualizados como radicalmente fora – e incapazes de entrar – do mundo produtivo e, portanto, excluídos, desqualificados enquanto sujeitos possíveis de ser tomados em conta (e muito menos de participar diretamente) em processos de interlocução e negociação social. A

marginalização e a exclusão¹⁷ não restringem os países semiperiféricos e periféricos, o que, pode ser bem compreensível historicamente, senão que abrangem também setores sociais e regiões importantes dos países do núcleo orgânico. Isso pode ser constatado pelas altas taxas de desemprego aberto, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 1 - Taxas de Desemprego da OCDE, 1982-98

Anos	Estados			Reino			
	Unidos	Japão	França	Alemanha	Itália	Unido	Espanha
1982	9,7	2,4	7,7	-	6,8	11,1	15,3
1985	7,2	2,6	10,1	7,9	8,4	11,5	21,7
1989	5,3	2,3	9,3	-	10,0	7,3	17,2
1992	7,5	2,2	10,4	-	9,0	10,1	18,5
1994	6,1	2,9	12,3	8,4	11,4	9,6	24,1
1996	5,4	3,4	12,4	8,9	12,0	8,2	22,2
1997	4,9	3,4	12,4	10,0	12,1	7,0	20,8
1998	4,4	4,2	11,9	9,8	12,1	6,4	18,9

Fonte: DIEESE-CESIT, 1999, p. 60.

As taxas de desemprego nos países do núcleo orgânico tiveram um comportamento oscilatório. Os anos 90 representam flutuações importantes, especialmente entre 1990 e 1996 que quase todos os países alcançaram patamares mais altos, já a partir de 1996, alguns países como Estados Unidos e Reino Unido, o desemprego caiu significativamente; Espanha teve uma leve redução em suas taxas de desemprego; outros países como Itália, França, Alemanha mantiveram ou tiveram pequenas variações. Só o Japão mostra um incremento na taxa de desemprego, embora sua taxa não tenha tido grandes oscilações.

Na América Latina – particularmente no Peru e no Brasil – a crise do trabalho apresenta-se na precarização das atividades, assim como na proliferação da informalidade do trabalho. Esse fenômeno, para Quijano (2002), seria a objetivação de uma proporção crescente de trabalhadores que paulatinamente vão ficando fora do emprego assalariado estável, excedendo à que

¹⁷Na maior parte dos casos a exclusão nomeia, atualmente, situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior (CASTEL Robert, 1997, p. 21).

normalmente se produz pela alternância entre ciclos de expansão e de contração do capital, e respectivamente, entre "mão de obra ativa" e "em reserva". Essa população excedente de trabalhadores atrelada ao predomínio do trabalho acumulado em relação ao trabalho vivo, é a que agora se denomina "marginalizada". Assim sendo, estaria em curso uma tendência do capital a "marginalizar" os trabalhadores no referente às relações salariais, em medida crescente. Essa é a lógica da ordem capitalista mundial, mas, sobretudo, nas áreas onde a heterogeneidade histórico-estrutural é mais acentuada. Em tal perspectiva, os contínuos crescimentos de uma população sem emprego e sem ganhos salariais estáveis, não provêm da passagem da sociedade tradicional à moderna (QUIJANO, 2002). São fenômenos produzidos pelas próprias tendências globais do capital, cujos efeitos sobre a população trabalhadora se exercem em todo o mundo capitalista, mas se agravam nas condições das sociedades semi-periféricas e periféricas¹⁸.

Embora a população ocupada no setor industrial tenha diminuído em graus variados conforme o país considerado¹⁹, a existência de uma crise do trabalho não pode ser atribuída exclusivamente à do trabalho assalariado industrial (DE LA GARZA, 2002). A crise pode ter no desemprego o indicador mais importante, porque esse fenômeno aumentou nos anos 90, na maioria dos países, como observamos na seguinte Tabela.

¹⁸A partir daí, geraram-se vertentes distintas de interpretação do fenômeno. Duas delas são aqui consideradas. A primeira é a de José Nun (1969; 2001), segundo a qual essa mão-de-obra excedente pode ser considerada como "massa marginal", sem funções, ou melhor, com disfunções em relação ao capital. A segunda é a de Aníbal Quijano (1966; 1997), de acordo com a qual essa mão-de-obra restante tende a conformar o "pólo marginal" na economia: um conjunto de ocupações ou atividades estabelecidas em torno do uso de recursos residuais de produção, que se estruturam como relações sociais de modo precário e instável, que geram reduzidos, instáveis e de incompleta configuração com respeito ao "salário" ou ao que produzem bens e/ou serviços para um mercado constituído pela própria população de trabalhadores marginalizados (QUIJANO, 2002).

¹⁹Argumenta De la Garza Toledo(2002): "Veamos primeiro alguns dados elementares recentes para a América Latina. Certamente que a população ocupada na indústria diminuiu, mas essa se diferencia por países; em geral na América Central e no Caribe a porcentagem da população ocupada na indústria cresceu entre 1980 e 1997; nos demais países diminuiu. Todavia, na maioria a diminuição esteve muito longe da experimentada por países como Estados Unidos (-9,1 pontos percentuais de diminuição da população ocupada na indústria entre 1980 e 1997) ou Canadá (-14,2 pontos percentuais); em troca, a diminuição nos países da América Latina e do Caribe, nesses mesmos anos, foi de -0,1 ponto percentual" (DE LA GARZA, 2002, p. 27, tradução nossa).

Tabela 2 - Taxa de desemprego aberto em países selecionados da América Latina

Ano	Argentina	Brasil	Chile	Peru	Colômbia	Uruguai
1990	7,5 (*)	4,3 (*)	5,7(*)	7,1(*)	10,5 (*)	9,2 (*)
1999	14,5 (**)	9,0 (**)	7,2 (**)	8,7 (***)	20,1 (**)	11,3 (**)
2000	15,4 (***)	7,5 (***)	9,2(***)	10,3(***)	20,4(***)	13,3(***)

Fontes: (*) (CEPAL, 1997, p. 63); (**) (DIEESE, 2001, p. 308); (***) (OIT, 2001).

Podemos verificar que durante a década de 90 o desemprego em países como o Brasil, a Argentina e a Colômbia duplicaram suas taxas. No entanto, o Brasil é o único país que registrou uma queda significativa no ano 2000. Nos demais países como o Peru, o Chile, o Uruguai, e a Colômbia, registrou-se um incremento sistemático. Somado a isso, ocorreu a diminuição dos salários reais na maior parte desses países.

Mas, acima de tudo, é o crescimento da informalidade entre 1990 e 1996, principalmente nas ocupações por conta própria que foi responsável pelo crescimento da ocupação em micro-estabelecimentos, que em geral funcionam em condições precárias em relação a salários, à seguridade no emprego e a condições de trabalho (DE LA GARZA, 2002, p. 27). Os dados quanto ao crescimento do setor informal na América Latina, pode ser observada na Tabela a seguir.

Tabela 3 - Dimensão do setor informal da economia latino-americana, em países selecionados – 1990-1998. (% sobre o PIB)

Ano	1990	1992	1993	1994	1997	1998
Argentina	40,3	-	-	44,5	-	42,1
Bolívia	59,1	-	55,8	-	59,5	-
Brasil	45,0	-	43,1	-	44,1	-
Chile	37,0	-	-	32,1	-	30,8
Colômbia	-	32,9	-	30,3	-	37,5
Equador	50,3	-	-	49,0	-	50,6
México	21,6	-	-	24,1	-	39,5
Paraguai	47,3	-	-	47,9	52,2	-
Peru *	48,1	-	-	48,2	51,9	-
Uruguai	36,2	-	-	36,5	-	37,7

El Salvador	52,7	-	-	46,0	-	46,7
-------------	------	---	---	------	---	------

Fontes: CEPAL, Panorama Social de América Latina 1999-2000. *Dados do Peru, coletado da OIT (2000).

Como se pode apreciar, a informalidade na maioria dos países selecionados abrange quase a metade da população economicamente ativa (PEA), destacando-se os países andinos (Peru, Bolívia e Equador), que no final da década de 90 atingem porcentagens acima dos 50% da PEA. Mas todos os países latino-americanos têm quase a mesma tendência, de uma alta presença do setor informal, evidentemente, embora alguns apresentem percentuais mais baixos.

As tendências gerais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho expressam-se na redução do proletariado manual, fabril e estável-típico da fase taylorista e fordista. Esse proletariado tem diminuído em escala mundial de maneira diferenciada, em função das particularidades de cada país e de sua inserção na divisão internacional do trabalho. Nas últimas décadas, paralelamente à redução dos empregos estáveis, aumenta a escala explosiva o número de trabalhadores, homens e mulheres, com regime de tempo parcial, em trabalhos assalariados temporários. Essa é uma forte manifestação do novo segmento que compõe os trabalhadores de hoje.

Dentre as explicações desse processo podem-se encontrar duas vertentes. De um lado, as sistemáticas reestruturações produtivas, principalmente no Brasil. Ainda que focalizadas em grupos limitados de grandes empresas, seus impactos foram importantes no emprego e na produção. Os modelos produtivos²⁰ dominantes oscilam entre o Fordismo-Taylorismo e o Toyotismo²¹, caracterizado por aplicações parciais da Qualidade Total e do Justo a Tempo, com

²⁰De la Garza Toledo(2003), considera como Modelo Produtivo à configuração entre tecnologia, organização, relação trabalhista, perfil da força de trabalho e cultura trabalhista que caracteriza um processo produtivo (DE LA GARZA, 2003).

²¹Também é possível utilizar o conceito de Toyotismo, em lugar de Pós-fordismo, Organização Pós-moderna, Especialização Flexível, para restringir o conceito às características do modelo de produção inspirado originalmente na experiência da Toyota no Japão (desenvolvido pelo engenheiro chefe da Toyota Taichi Ohono, por isso que também é conhecido como o *Ohonismo* (CORIAT, 1992), que implica uma combinação entre Controle Total da Qualidade com Justo a Tempo e uma cultura laboral de participação e envolvimento dos trabalhadores nos problemas da produção. Procura desenvolver por meio dos mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva. Para Alves e Antunes (2004), É a partir do processo de produção intra-

uma divisão do trabalho de contínua segmentação, atribuindo aos técnicos e engenheiros as tarefas de concepção, deixando aos operários as de execução, reduzindo os postos de trabalho, diminuindo salários e com alta rotatividade externa de trabalhadores. É dizer, uma mistura de um toyotismo baseado no baixo salário e a alta intensidade do trabalho com novas formas de organização, como é salientado por Alves (1996):

Se a reestruturação produtiva no Brasil, principalmente as inovações tecnológicas, ainda é pontual e limitada em termos relativos, à integração de novo tipo do Brasil à economia mundial, a denominada globalização capitalista, tende a promover o aprofundamento da heterogeneidade e da exclusão de largas parcelas da força de trabalho no Brasil, colocando novos desafios de caráter estrutural, para o movimento operário e sindical. Além disso, terão que lidar com um capital privado com bases globais e um Estado imbuído da lógica do mercado. Ou seja, a tarefa primordial do sindicalismo é saber como enfrentar a nova onda do capital em processo no limiar do século XXI (ALVES, 1996, p. 154).

Por outro lado, desenvolveu-se uma segmentação do mercado de trabalho, com o incremento de trabalhadores em situações de trabalho precário, através do crescimento da informalidade, da micro empresa, baseada no auto-emprego e no trabalho familiar, do trabalho a domicílio e do trabalho agrícola por jornada diária, sem vínculo empregatício. Trata-se de segmentos de trabalhadores de difícil sindicalização, não só porque as leis trabalhistas impedem, senão porque em muitos destes pequenos negócios as relações salariais se confundem com a cooperação familiar, constituindo-se mais estratégias de sobrevivência que a conformação empresas. Os salários desses trabalhadores são baixos e a instabilidade não ocorre só por rotação da força de trabalho senão também pela quebra de micro unidades de produção, cujo tempo médio de vida é sabidamente curto.

fábrica (e na relação entre empresas) que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital. Ele procura, mais do que nunca, reconstituir algo que era fundamental na manufatura: o "velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado - a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho" (GRAMSCI, 1985). O toyotismo restringe o nexos da hegemonia do capital à produção, recompondo, a partir daí, a articulação entre consentimento operário e controle do trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004).

Essas formas de trabalho são encontradas em quase todos os setores da atividade econômica: na manufatura, na confecção e nas oficinas de reparação; em serviços e no comércio, em serviços pessoais, na preparação e venda de alimentos em fias públicas, transporte urbano e a pequena construção (especialmente em países de grande informalidade como Peru²²), bem como na agropecuária. Entre esses trabalhadores, pode-se afirmar que é muito baixa ou até mesmo nula a sindicalização, porque parte importante se encontra na informalidade, nos micro-negócios e no auto-emprego.

No Brasil e no Peru, a economia de livre mercado fragmentou o mercado de trabalho e marginalizou um amplo contingente de trabalhadores. Por um lado, as sistemáticas reestruturações produtivas e, por outro, a exclusão do emprego estável e adequadamente remunerado, assim como o desemprego dos que não se conseguem se incorporar aos setores tecnologicamente mais avançados da produção, incrementam a fragmentação social entre os trabalhadores. Fatos que repercutem em suas normas, valores e atitudes, aspectos importantes que conduziram à debilitação do movimento sindical e a suas formas de organização de tipo corporativista e classista.

A crise do trabalho se objetiva também como um problema político, resultante de uma luta, que implicou nas adoções pelos Estados nacionais orientações e ações baseadas em princípios do neoliberalismo²³. Nesse contexto, na América Latina, especialmente no Brasil e no

²²Segundo Espinoza e Rios (2005), para o Peru urbano, a porcentagem estimado de trabalho informal é de 61.5%, e o comércio se apresenta como a atividade que concentra mais trabalhadores informais (93% de total de empregos neste setor). Em quanto ao gênero, a proporção de informais dentro de cada grupo é muito similar; no ano 2002, a porcentagem de trabalhadores no setor informal dentro dos homens ocupados é em torno de 55% entanto que das mulheres, o 59% (OIT 2003). No que respeita à estrutura do trabalho do setor informal, em Lima Metropolitana, se obtêm que o 20% concentra-se nas micro-empresas, aproximadamente o 28% como independentes não profissionais, e um 5% como trabalhador familiar não remunerado (OIT 2003) (ESPINOZA; RIOS, 2005, p. 7).

²³A esse respeito Meleneu Neto (1996) sustenta que o processo histórico de formação do capitalismo não se confundiria com o produto de uma lógica econômica férrea. Para que o sistema siga funcionando são necessárias certas condições de que o mercado não dispõe. A ação do Estado é uma delas. Mesmo eliminado as externalidades da acumulação primitiva, o processo de acumulação capitalista em escala ampliada requer certas condições sociais para

Peru, gerou-se um período crítico para o movimento sindical em suas modalidades corporativista e classista respectivamente.

No final dos anos 80, as organizações dos trabalhadores se encontravam diante do desafio de transformar suas formas de luta, mediante abertura dos mercados, a extensão da subcontratação, a redução do emprego público e a desregulamentação do mercado laboral.

Uma nova cultura trabalhista vinha se construindo e precisava ser equacionada pelo movimento sindical.

2.3 O sindicalismo no período recente: o cenário internacional

A resposta do capital à crise em curso foi uma nova organização do trabalho, baseada nas inovações tecnológicas, na descentralização produtiva e na globalização da economia mundial, provocando, nas décadas subseqüentes, o desemprego estrutural em âmbito global, porque as empresas, pressionadas pelo mercado, adotaram diversas formas de renovação de sua capacidade de lucro²⁴. Esses mecanismos vão desde políticas de Estado, passando por processos de reestruturação produtiva, até estratégias empresariais, fazendo com que – indiretamente ou diretamente –, os trabalhadores se afastem dos sindicatos, como remarca Beynon (2001):

Eliane Arons, recrutadora de emprego da Eversheds, aconselha: “mantenha-se distante da política Não faz bem a ninguém comparecer a reuniões do sindicato, oficiais ou não. Essa gente nunca se dá bem quando ocorrem cortes na gordura de mão-de-obra.” Lamentavelmente, é como se estivéssemos de volta para a era da escuridão, quando os empregados tinham de levar sempre a pior (BEYNON, 2001, p. 34).

manter a reprodução dos pressupostos do sistema: de um lado, a classe dos vendedores da força de trabalho, e, de outro, a classe dos possuidores do capital (MELENEU, 1996, p. 83).

²⁴Já em começos do século XX, Max Weber apontava que, a utilização de elementos técnicos de precisão conduz a um resultado cada vez mais racional, a empresa capitalista moderna utiliza a mais alta tecnologia, para conseguir um maior lucro, o que é uma das condições do capitalismo, Weber salientava que: dentro da ordenação capitalista da economia todo esforço individual, que não esteja orientado a conseguir uma rentabilidade, está condenado ao fracasso (WEBER, 1979, p. 9).

Essas ações, entre outros aspectos, conduziram a uma queda importante na taxa de sindicalização na Inglaterra (como aponta Beynon), produto, em parte, de uma seqüência de estratégias desenvolvidas pelo setor empresarial sob o argumento de que os sindicatos estão deixando de ser interlocutores válidos. Nesse sentido, foram suspensas as negociações coletivas e implantadas diferentes ações conducentes a minar a ação sindical, justamente em um país como Inglaterra, onde o sindicalismo tem uma tradição importante de conquistas de direitos trabalhistas.

Na seguinte Tabela, pode-se constatar a ocorrência de dessindicalização em alguns países do núcleo orgânico, no período de 1970 a 1995.

Tabela 4 – Evolução da Taxa de Sindicalização (1970-1990)

Países	França	Itália	Espanha	Alemanha	Inglaterra	Suécia	Estados Unidos
1970	22,3	36,3	27,4	33,0	44,8	67,7	23,2
1980	17,5	49,3	25,0	35,6	50,4	79,7	22,3
1990	9,8	38,8	11,0	32,9	39,2	82,2	15,6
1995	6,1	30,6	11,4	29,6	26,2	77,2	12,7

Fonte: OCDE. In: Carrilho da Costa (2005).

Nesses países com considerável tradição na organização sindical, pode-se constatar que depois ter atingido um patamar importante, as taxas de sindicalização, a partir da década de 1970, entram em queda sistemática, embora Alemanha, Itália e Inglaterra tenham experimentado uma leve recuperação durante a década de 1980. Porém, durante a década de 90, a queda foi uniforme em todos esses países. Só a Suécia teve uma trajetória oposta aos demais países, de crescimento nas taxas de sindicalização desde a década de 70, ainda que o último dado – de 1995 – aponte uma queda em relação há anos anterior.

É preciso salientar que depois de um leve crescimento da sindicalização, o sindicalismo inglês, a partir de 1980 foi confrontado fortemente pelo governo de Margareth Thatcher, eleito em 1979 que em seu programa tinha o objetivo de derrotar o movimento sindical. Já nos Estados Unidos, em 1980, Ronald Reagan ganha a Presidência da República, consolidando uma dupla com Margareth Thatcher e exercendo um papel fundamental na expansão da política neoliberal e na conformação de uma “nova ordem mundial” que o neoliberalismo expressa. Segundo Anderson (1995), o “modelo inglês” foi o pioneiro e o mais puro (no âmbito dos países do núcleo orgânico). O governo Thatcher contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu controles sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego maciços, aplacou greves, impôs uma nova legislação anti-sindical e cortou gastos sociais – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –. Lançou-se num amplo programa de privatização começando pela habitação pública e passando em seguida às indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p. 12).

Hoje, os sindicatos vêm enfrentando problemas cada vez mais complexos, que se expressam na redução do número de trabalhadores sindicalizados, causado por vários fatores, destacando a emergência de novos esquemas produtivos²⁵. Estes acabaram com a centralização produtiva da grande empresa e com o emprego de milhares de operários, deslocando-se das antigas áreas de localização de complexos industriais, para inserir-se onde os custos salariais e de produção são mais baixos. Os grandes pólos industriais urbanos já não são os centros

²⁵O debate sobre a crise do fordismo revela as dificuldades de definição dos esquemas interpretativos atuais e diversos modelos produtivos, todos buscando elevar a flexibilidade da produção e da força de trabalho. A maioria das contribuições a este esforço de definição dos novos mecanismos de produção concentra sua crítica nas condições industriais de êxito (ou fracasso) dos novos modelos.

fundamentais do trabalho: os centros de trabalho se disseminam por todo lugar, em cadeias e complexos produtivos que abarcam desde o trabalho a domicilio até a fábrica robotizada.

O estabelecimento de cadeias produtivas globais se nutre da mais alta tecnologia, de diversas e continuamente renovadas formas de gestão empresarial, bem como de formas de produção que incorporam pouca ou nenhuma inovação técnico-organizacional. São estratégias do capitalismo na procura de um lucro sempre renovado, localizando-se e criando vínculos em todas as partes do mundo. “Mediante a exploração do mercado mundial a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países” (MARX; ENGÉLS, 1983, p. 36).

Essas mudanças aumentaram as diferenciações entre os trabalhadores, segmentados por grupos, processo que dificulta sua organização, assim como a forma de organização sindical. Na maioria dos países, a influência dos sindicatos vem diminuindo: a notável desmobilização dos trabalhadores ocorre, em grande medida, mediante a ameaça do desemprego. Ademais, estudos sobre as relações entre o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e a evolução do movimento sindical, como o de Spyropoulos em documento da OIT (2005), aponta que as mulheres têm-se mostrado menos propensas a se sindicalizar e os sindicatos, por sua parte, não têm demonstrado interesse específico pela situação da mulher trabalhadora ou por sua qualidade de filiada sindical (OIT, 2005). Trabalhos referentes ao Brasil como o de Castro Mary, sugere que a in-ou-não-significância da presença da mulher em posição de liderança em sindicatos é reforçada pela relativa exclusão das mulheres de certas "tecnologias do poder", mesmo quando elas ocupam formalmente o poder. Em muitos sindicatos são bem-vindas, não significando que sejam ouvidas como sujeitos em gênero, com uma linguagem singular. Sendo apreciadas como "grandes companheiras de luta", o que não significa que sejam admitidas como companheiras no poder (CASTRO, 1995).

No entanto, a população ativa feminina continuou aumentando sua participação. Segundo Eugênia Troncoso (2006), uma perspectiva de gênero permite também revelar mudanças interessantes na estrutura ocupacional entre 2002 e 2004, a partir dos dados da PNAD. Inicialmente, constata-se que o crescimento do emprego formal foi igualmente intenso para homens (5,1% ao ano) e para mulheres (5,3% ao ano). Já a ocupação não-formal (emprego sem carteira, trabalho por conta-própria, trabalho sem remuneração, serviço doméstico remunerado e empregadores) ficou constante para homens e aumentou de forma expressiva para mulheres (3,6% ao ano). O total da ocupação não-agrícola cresceu então 4,3% no caso das mulheres e 2,4% no caso dos homens (TRONCOSO, 2006, p.30).

As modificações no âmbito sindical não estão isoladas do conjunto das mutações políticas, econômicas e sociais, porque os diversos elementos de mudança são interdependentes. Em muitos lugares ocorreu um processo de enfraquecimento – até o desaparecimento – de algumas organizações sindicais (como é o caso do sindicalismo no Peru, que será visto mais adiante). Apresenta-se o que seria uma profunda crise, o que não necessariamente significaria agonia e morte, considerando-se as especificidades de cada caso quanto às possibilidades de superação, ao contrario de uma perda inexorável de vitalidade. A crise não necessariamente implicaria prognosticar o seu fim. A instituição sindical poderia estar passando por uma fase de mutação, difícil certamente, mas passível de superação após algumas mudanças na própria instituição ou no meio em que vive. É esta perspectiva que argumenta Rodrigues (1999), sobre os rumos do movimento sindical em período recente:

Crise é uma alteração súbita nos rumos de um processo, uma ruptura de uma situação de equilíbrio de um desenvolvimento que até então seguia rumos normais, quer dizer; previsíveis. No uso comum, o termo é utilizado com o significado de uma mudança negativa, indicando uma conjuntura perigosa, uma fase difícil de um sistema econômico, de um regime político, de uma instituição de uma relação social. Declínio é entrar em decadência, decair, perder vitalidade de modo inexorável, ainda que o ritmo possa ser mais lento o mais

rápido. È um processo mais do que um Estado. Referido a uma dada instituição, declínio indica um enfraquecimento que não necessita acontecer súbita e rapidamente. No caso do sindicalismo, [este] poderia estar passando por uma fase difícil, mas passível de superação após algumas reformas (RODRIGUES, 1999, p. 20).

Passou-se a observar um processo de dessindicalização que se objetiva na década de 80 e, com maior força, na década de 90. Todo o estatístico disponível respeito dos países industrializados ressalta que os sindicatos perderam nos últimos anos (até meados da década de 90), entre 10%, 20% e até 50% de seus filiados, segundo o Instituto Sindical Europeu (1993); Spyropoulos (1991); Visser (1989). Na América Latina, a OIT, em um estudo sobre densidade sindical, mostra como o grau de sindicalização se apresenta em diferentes países na segunda metade da década de 1990, conforme a Tabela a seguir.

Tabela 5 – Nível de Sindicalização na América Latina 1995

PAÍS	Trabalhadores sindicalizados	
	Total	% total
Argentina	3.200.000	42,3 (1995)
Brasil	15.205.000	26,1 (1994)
Bolívia	276.000	22,4 (1996)
Venezuela	1.153.000	14,9 (1995)
Chile	684.000	12,7 (1995)
Uruguai	151.000	12,4 (1993)
Equador	300.000	10,4 (1994)
Peru	444.000	7,8 (1995)
Colômbia	840.000	6,9 (1995)

Fonte: (OIT; CIDUTAL, 2000).

A variação percentual nos países latino-americanos registra: um primeiro grupo de países com porcentagens acima dos 20% de trabalhadores sindicalizados, como é o caso da Argentina, do Brasil e da Bolívia; outro grupo de países em que se encontram a Venezuela, o Chile, o Equador e o Uruguai, oscila entre 10,0% e 20,0%; e um terceiro grupo, com porcentagens de sindicalização inferiores a 10%, como os casos do Peru e da Colômbia.

2.4 O sindicalismo na América Latina: o sindicalismo corporativista e o sindicalismo classista

Para a análise da situação atual do sindicalismo, tem-se que levar em consideração alguns antecedentes históricos, situados antes e durante as ditaduras. Na América Latina, no século XX, as organizações anarquistas, cooperativistas e mutualistas de artesãos passaram a ser substituídas por dois tipos principais de sindicatos desenvolvidos na região: o classista e o corporativista, com trajetórias particulares, dependendo do patamar atingido pelo processo de industrialização em cada um dos países. A heterogeneidade do sindicalismo em suas linhas organizacionais e ideológicas também depende da estrutura política e social do país e do modo como se encontra inserido no sistema capitalista.

Os primeiros sindicatos classistas constituíram-se em princípios do século XX, como reflexo da Revolução de Outubro de 1917 – embora o termo classista seja usado freqüentemente de forma ambígua. O classismo designa a articulação ideológica de um grupo de reivindicações com conotação e pertença de classe. Sua posição política e ideológica requer a luta pelo reconhecimento de seus interesses de classe para, em um momento posterior, dirigir-se ao conjunto dos setores oprimidos e explorados da sociedade desde um discurso em que enfatiza sua hegemonia. Esse tipo de sindicalismo é influenciado ideologicamente pela perspectiva marxista leninista (DE LA GARZA, 2001, p. 10).

Por volta dos anos de 1930 e 1940, dependendo da configuração do regime político, os sindicatos se bifurcaram em corporativistas e classistas. O sindicalismo classista predominou no Peru²⁶, no Uruguai, no Chile e na Bolívia e, em períodos mais curtos ou de maneira menos abrangente, na Colômbia e no Equador (DE LA GARZA, 2001, p. 10). Esse tipo de sindicalismo

²⁶No Peru, a essência da organização sindical e de sua maior central, a CGTP, esteve impregnada de seu caráter classista desde sua formação por Mariátegui. Mas durante o governo de Velasco Alvarado (1968-1975), houve a tentativa de corporativizar ao movimento sindical, mas sem poder ser modelado.

agiu sob a perspectiva da luta de classes. A influência ideológica fez com que muitas vezes se concentrara a atuar como força política, de oposição ao Estado, e a tentar influir em suas políticas, mais do que na preocupação com as relações trabalhistas no âmbito da empresa, como é o caso da influência do trotskismo na Bolívia²⁷.

Já o sindicalismo corporativista desenvolveu-se juntamente com os regimes populistas. O Estado populista não só alentou a formação de sindicatos, como também os tornou parte de suas bases sociais e, em alguns casos incluiu aos camponeses. O sindicalismo corporativista dominou, no Brasil²⁸, no México, na Argentina, na Venezuela e no Paraguai, e em um período breve no Peru e na Bolívia (DE LA GARZA, 2001).

O sindicalismo corporativista no Brasil é um sistema de representação sindical, caracterizado pelo monopólio exercido por um sindicato – com autorização do Estado – em determinada demarcação territorial, nasce com as reformas políticas e institucionais da década dos 30. O governo de Getulio Vargas, ao longo de mais de uma década, estimulou e manteve a criação de vínculos diretos entre organizações patronais e de trabalhadores com as estruturas de governo. Ser inicialmente projetados para o controle das elites empresariais e sindicais, ditos vínculos institucionais converteram-se, com o fim do regime ditatorial, em um canal direto de pressão sobre o sistema político e trouxeram ao interior do próprio aparelho do Estado o conflito entre capital e trabalho (LAMOUNIER, 2005).

O sindicalismo corporativista na América Latina associa-se com os regimes populistas ou desenvolvimentistas quando buscaram institucionalizar o conflito inter-classista. Como aponta De la Garza Toledo(2001):

²⁷Só na Bolívia em 1952, o sindicalismo classista participou de uma revolução e triunfou. No Peru, no Chile e no Uruguai os sindicatos estiveram muito influenciados pelos partidos de esquerda. O âmbito privilegiado desses sindicatos no que se refere à negociação e protesta, também foi o do Estado.

²⁸Desde o governo de Getulio Vargas (inícios da década de 30), estruturou-se uma legislação única que garante o monopólio sindical territorial e por rama da economia, sem permitir a representação no lugar de trabalho (DE LA GARZA, 2001).

Na América Latina não basta, como nos escritos iniciais de Schmitter, definir o corporativismo como uma forma de representação de interesses através de organizações não cidadãs, nem tampouco, como na sua versão final, como intermediação de interesses. De fato, todo sindicato é uma organização intermediária, de tal forma que a essa definição lhe falta especificidade. Especificar não significa somente incluir mais fatores na definição, senão situar a intermediação de interesses através de organizações em uma articulação histórica, é dizer, com certo funcionamento do Estado e da economia e o papel que em dito funcionamento corresponde aos sindicatos. Nesta medida, o corporativismo em geral corresponde à aparição do Estado interventor na economia, que substituiu o Estado liberal do século passado (DE LA GARZA, 2001, p. 10).

A especificidade do corporativismo sindical na região não se refere simplesmente a interceder interesses, mas sim, participar de forma mais ou menos subordinada na governabilidade, de maneira institucional ou informal. A participação das organizações operárias, muitas vezes junto às empresariais, como co-responsáveis pela boa marcha do Estado e da economia.

Nesses países, o corporativismo tem como referente principal o Estado e não as empresas, e é no âmbito estatal que se pretende pressionar, negociar. O corporativismo é uma forma de intermediação à dominação, muitas vezes, como grande acordo interclassista (trabalhadores e empresários industriais) como é o caso brasileiro durante do Governo de Vargas. Assim aponta Mercadante (1987):

A constituição do edifício institucional, que garante a presença determinante do Estado na estrutura sindical, tem início a partir da chamada "Revolução de 30". O processo político a partir de 1930 revela uma ruptura da "Primeira República" e é acompanhado da instalação de um Estado que, em um quadro de relativa crise de hegemonia, permite à burocracia estatal gozar de certo grau de autonomia e reorganizar o bloco dominante sob sua direção. Verifica-se nesse período um processo de reorganização das classes sociais no Estado, estabelecendo-se políticas públicas e uma estrutura orgânica do aparelho de Estado, que permitirão certo deslocamento do poder de decisão de grupos privados para a burocracia pública (MERCADANTE, 1987).

Na América Latina, o corporativismo populista surgiu no período de pós-guerra. Os sistemas de seguridade social, as leis trabalhistas e o monopólio da representação sindical foram vinculados estreitamente ao poder governamental.

2.5 O sindicalismo no Brasil e no Peru: o início de um período crítico

No Brasil, uma das características mais importantes da história do sindicalismo corporativista é que o Estado sempre esteve presente e interveio de forma decisiva na evolução do mercado de trabalho, na determinação dos salários, na gênese e no funcionamento das entidades sindicais e em toda a disposição jurídica responsável pela normatização das relações trabalhistas²⁹. O movimento sindical em finais dos anos 70 viveu um momento de extrema importância para sua história. Após do golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco espaço de ação, o sindicalismo de corte progressista lutava pela ampliação dos espaços para a representação dos interesses dos trabalhadores. Num cenário político mais amplo, a re-emergência do movimento dos trabalhadores possibilitou arranjos políticos da transição para o regime democrático constitucional.

Um dos pontos mais fortes do sindicalismo brasileiro foi a intensa mobilização contra o regime militar, desenvolvido por um setor do movimento sindical conhecido como *novo sindicalismo*. No ano de 1981 realizou-se em São Paulo a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), onde 1.091 entidades sindicais foram representadas. É a partir desse congresso que se iniciou o projeto para criar a Central Única de Trabalhadores (CUT) em âmbito nacional, com a finalidade de proteger os interesses dos trabalhadores. Duas grandes tendências contribuíram para a formação desta Central: a) O bloco autodenominado “combativo”

²⁹É no início da década de 30, no contexto de um Estado que passa a internalizar os conflitos de classe inspirado no corporativismo fascista italiano, que se constitui a estrutura sindical oficial, que sobrevive às mais diversas conjunturas históricas, chegando praticamente intacta até os dias de hoje (MERCADANTE, 1987).

com a concorrência de projetos políticos e sindicais de esquerda, onde se encontrava o Partido dos Trabalhadores (PT) formado pelos sindicalistas ditos "autênticos" – reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC³⁰ aos quais se agregavam sindicalistas de diversas categorias e partes do Brasil – e pelas chamadas Oposições Sindicais; b) o segundo bloco, a Unidade Sindical, agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitas vinculadas aos setores denominados "pelegos", e os militantes de setores da chamada "esquerda tradicional", que incluía o PCB, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (SANTANA, 1999, p. 104).

Poder-se-ia dizer que a CUT representa a ruptura histórica com o passado da organização sindical brasileira. Mas, a partir de 1991³¹ começou a viver um intenso debate interno sobre concepções e práticas sindicais. Debate que significaria o fim de um ciclo e um elemento decisivo para o futuro político da CUT. É verdade que ao longo dos últimos 20 anos de criação da CUT, encarou problemas de diversa ordem, de caráter interno–orgânico, assim como externo, através de sua relação com os diferentes governos. Segundo Marques (2005), a CUT, nas suas origens, era crítica da estrutura sindical corporativista. Por isso nasceu como uma central de trabalhadores, não de sindicatos. Organizava trabalhadores do campo que não eram sindicalizados. Organizava os funcionários públicos que não eram sindicalizados. E organizava as oposições sindicais. Seus congressos tinham a participação de trabalhadores de base ao lado de diretorias oficiais. Essas são características fundamentais de uma central de trabalhadores, e diferenciavam a CUT das articulações entre sindicatos, das articulações de cúpula. Foi por isso

³⁰A Região do Grande ABC é uma região industrial formada por sete (07) municípios da Região Metropolitana de São Paulo: Santo André (A); São Bernardo do Campo (B); São Caetano do Sul (C).

³¹A partir do I Congresso Nacional (em 1991) é que se amplia a incorporação de outras forças não petistas, ingressaram na central, garantindo-lhe um caráter mais plural. Com a entrada da Corrente Sindical Classista (CSC). Ademais, de uma discussão mais aprofundada sobre o período de mandato das direções nacionais, em função da elaboração e implementação dos projetos e planos de ação da Central, proporciona a ampliação do tempo de realização dos congressos nacionais. Agora são de três em três anos (CUT, 2006).

ela conseguiu se consolidar. No entanto após de mais de anos de seu surgimento, se percebe sua adaptação à estrutura sindical, sua renúncia à luta pela liberdade e pluralidade sindical, sua aceitação da tutela da Justiça do Trabalho, sua aceitação de leis que regulam o direito de greve (MARQUES, 2005).

No caso do Peru, o sindicalismo classista alcançou uma atividade intensa nos anos 70, e boa parte dos anos 80, no referente o incremento no registro sindical, às negociações coletivas, às greves, à sindicalização maciça do setor público e à grande atividade das federações. Ao mesmo tempo, iniciava-se uma trajetória crítica e de desgaste da organização classista, produto de uma sistemática investida na extinção do poder sindical, precisamente no caminho à restituição da democracia constitucional e o exercício da mesma (fatos que serão desenvolvidos mais em diante).

Assim, em 1977, durante o governo de Morales Bermúdez (segunda fase militar 1975-1980), junto à promessa de volta ao sistema democrático constitucional, autorizaram-se a demissão dos organizadores da greve nacional de 1977³², através de um Decreto Supremo DS-11-TR; autorizaram-se a demissão de mais de 5.000 trabalhadores, cuja maior parte era de líderes sindicais de esse tempo (BALBI, 1989, p. 113). Durante esse período, emitiu-se um conjunto de disposições legais conducentes a frear a ação sindical. Assim, aponta Balbi (1989):

[...] buscou-se também frear e recortar as diversas formas de atividade e ingerência sindical na vida da fábrica pela via do castigo e inibir às lideranças no grado de mobilidade alcançado ao interior de ela, para atender conflitos (BALBI, 1989, p. 117).

³²Durante a segunda fase do regime militar, em 19 de julho de 1977, o sindicalismo peruano protagonizou uma das greves nacionais mais importantes da história peruana, que não somente paralisou virtualmente a atividade econômica do país, mas, foi também uma demonstração de força de grande magnitude; provocou medidas de força que remexeram o cenário social e político. Foi um acontecimento que possibilitou o enfraquecimento do regime militar e marcou, assim, o retorno ao sistema democrático constitucional do sistema político no Peru.

Os governos sucessivos – Belaúnde Terry (1980-1985) e Alan García (1985-1990) –, não deram solução às demandas trabalhistas. Pelo contrário, as restrições de direitos foram se sucedendo. O governo de Morales Bermúdez já tinha começado a afetar a lei de estabilidade laboral (estendendo de três meses a três anos o período de probatório) e a colocar tetos de delimitação do valor da compensação por tempo de serviço. O governo de Belaúnde desmontou todos os mecanismos de participação laboral na propriedade e na gestão das empresas – direitos que haviam sido outorgados os servidores durante o governo de Velasco Alvarado 1968-1975 – e desconhecaram os direitos sindicais funcionários públicos. O governo de García foi igualmente adverso aos sindicatos: implantou sistemas de contratação laboral a prazo fixo sem limitações – o PROEM e o PAIT (programas de emprego temporário) –, que converteram os novos empregos em trabalho instável. Esses governos intervieram no mercado salarial para reduzir as remunerações com mecanismos variados, desde a suspensão direta da negociação coletiva até o estabelecimento de tetos do cálculo para os acordos, incluindo intervenção administrativa e judiciária.

O desgaste do movimento sindical classista e corporativista – no Peru e no Brasil respectivamente –, manifestava os primeiros sinais de esgotamento no final da década dos 80, quando as pautas sindicais tinham como prioridade a luta pela reposição salarial, em função principalmente da hiper-inflação³³, como consequência desse processo os sindicatos foram debilitados e dispersados – no caso peruano com maior força.

As relações entre os sindicatos e o Estado assim como o intercâmbio institucional desenvolvido na relação entre capital e o trabalho, passou por mudanças importantes a partir da década dos 80, face a duas transições políticas. A primeira diz respeito às ditaduras militares

³³No Brasil, no final dos anos 80 iniciou-se uma espiral inflacionária que no terceiro trimestre do ano 1988 estava ao nível de 1.000% ao ano. No caso peruano, este fenômeno chegou a um patamar acima de 1.000% (SACHS, 1991, pp. 138-140).

ao pluralismo político, quando o movimento sindical teve um papel importante na queda das ditaduras militares. Essas organizações dirigiram os protestos e foi parte dos assinantes dos pactos de transição. Foram os casos da Central Única de Trabalhadores (CUT), no Brasil, da *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP), no Peru, assim como em outros países como a *Confederación General de Trabajadores* (CGT), na Argentina, a *Central Obrera Boliviana* (COB), na Bolívia; da *Central Única de Trabajadores* (CUT) no Chile e o *Plenário Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores* (PIT-CNT) no Uruguai (DE LA GARZA, 2001). E a segunda, refere-se ao conjunto de medidas de corte neoliberal que estão contidas no protocolo do “Consenso de Washington”. Medidas nas que aprofundaram a crise na organização dos trabalhadores – do sindicalismo em âmbito internacional – agravando-se com a predominância da concepção neoclássica da economia e da política. Essas propostas ganharam terreno com a implantação de políticas de ajuste estrutural. Na argumentação de Godio (1993):

[...] o neoliberalismo tem criado uma grande confusão ideológica nas forças sociais e políticas partidárias de aprofundar a democracia, o que nos sindicatos coloca em dois planos: a) no plano estritamente ideológico, dado o esgotamento histórico de velhas concepções sindicais, e b) no plano tático-sindical, dado que as políticas de ajuste estrutural estão segmentadas no mundo do trabalho e dificultam homogeneizar as reivindicações dos diferentes setores da classe operaria (GODIO, 1993, p. 16).

A abertura econômica significou submeter às empresas à concorrência do mercado internacional como exportadoras, o mesmo acontecendo nos mercados internos. Essa política econômica rejeitou a inversão produtiva pública e o fomento industrial, com o argumento de combater a inflação e a procura de um equilíbrio macroeconômico. O crescimento do valor salarial deveria ser menor do que crescimento econômico, de modo a atrair o investimento estrangeiro direto; nessa mesma política a seguridade social dirigida aos assalariados deveria ser

substituída por outras políticas, de focalização sobre a extrema pobreza. Os sindicatos perderam cada vez mais sua capacidade de influencia sobre as políticas econômicas dos governos.

Mesmo assim, embora estejam atravessando um período crítico, os sindicatos enquanto organizações que englobam trabalhadores de setores econômicos como, indústria, serviços e demais atividades produtivas, legalmente organizadas mantêm ligações com os diversos setores da atividade econômica.

O sindicalismo tem ainda espaço nas disputas frente ao capital. Como representante do trabalho, sua ação se manifesta em inúmeros papéis, desde as tarefas de resistência, de unificação de lutas, de constituição de identidades, de mediação de conflitos de interesses, até a conquista dos trabalhadores da condição de cidadãos e dos direitos a ela inerentes. Este argumento será aprofundado no decorrer da presente tese.

2.6 O processo de flexibilização das relações trabalhistas

Como consequência das transformações internas do sistema capitalista internacional, desde finais dos anos 70 e principalmente da década dos 80, o mundo do trabalho e as instituições sindicais, vistas como agentes relevantes desse mundo, passaram por profundas metamorfoses, com diferentes gradações nos países denominados do núcleo orgânico, semi-periféricos e periféricos. A expansão da economia financeira e as mudanças no sistema produtivo conduziram à criação de um tipo de emprego mais ou menos especializado, caracterizado, principalmente, pela acentuação da flexibilidade nas relações trabalhistas.

Na Europa e nos EUA, durante o pacto social fordista, a relação entre capital e trabalho teve nos sindicatos um suporte de grande importância, valendo para as grandes empresas industriais e dos serviços com grande poder de difusão sobre diversos setores da economia. Os mecanismos de produção e consumo em massa entraram em um processo de crise desde finais

dos anos 60 e no curso dos anos 70. O modelo fordista de organização da produção³⁴ foi substituído e combinado com novos tipos de divisão do trabalho³⁵, como parte do processo de reestruturação produtiva e de reordenação econômica, conforme destacado por autores como: Wallerstein (1974; 1980; 1983; 1988); Arrighi (1994; 1997); Chase Dunn (1998; 1999); Ianni (2004), entre outros.

Na segunda metade dos anos 80, a produção acadêmica desenvolveu trabalhos que se orientaram para novos esquemas interpretativos. A análise sobre os determinantes da crise levou a discutir o novo paradigma produtivo. Tratou-se de circunscrever o modelo geral de organização mediante uma nova articulação coerente de produção e consumo, assim como a emergência de novos contextos empíricos. As performances industriais japonesas e a economia difusa italiana foram os focos da atenção do debate sobre os espaços do pós-fordismo (PIORE; SABEL, 1990). As novas formas de produção industrial, os novos mecanismos financeiros, a definição das novas normas de produção, a automação de altos níveis de qualidade alcançavam grande impulso. Buscou-se entender esse processo a partir, principalmente das contribuições próprias dos enfoques institucionalistas de Piore e Sabel (1990) e também da escola francesa da "regulação" de Aglieta (1979) e Boyer (1986).

³⁴Segundo Gramsci (1984), O fordismo ganha vida a partir de dentro e de fora da fábrica. Dentro, o trabalhador desenvolve atividades autômatas, maquinais, que exigem altos dispêndios físicos; trata-se de um trabalho coisificante, repetitivo, trabalho de um "gorila amansado" (Taylor). Para o fordismo ganhar vida, premissas externas à fábrica também são necessários, os métodos de trabalho que a racionalização fordista exige também depende da ontologia dos trabalhadores: estes têm de conservar um estado físico e psicológico que não embargue o processo produtivo, têm de fazer do uso dos salários para manterem-se em condições de trabalho. As políticas de regulamentação ontológica dos trabalhadores, por parte do Estado, expressam e assumem o fordismo como política de toda a sociedade; sendo além de um modo de acumulação, um modo de dominação.

³⁵Concepções acerca da divisão internacional do trabalho são utilizadas para englobar fenômenos de distinto alcance, tais como: a divisão do trabalho em e entre empresas, a divisão setorial, regional e internacional do trabalho entre distintos países e áreas. Para Ianni (2004), a globalização do capitalismo envolve uma nova divisão transnacional do trabalho. Em lugar de concentrar-se em alguns países, como ocorria na época do capitalismo nacional, inclusive na dinâmica dos sistemas imperialistas, desde que ocorre a globalização, a indústria se distribui por muitas nações, em todos os continentes e arquipélagos (IANNI, 2004, p. 76).

O processo de reestruturação produtiva – nos países semi-periféricos e periféricos, particularmente na América Latina – é acompanhado de uma mudança estrutural do modelo de desenvolvimento³⁶, objetivando-se sob diferentes particularidades que obedecem à própria realidade histórica de cada país. A mudança de modelo se sustenta sobre uma forte ofensiva contra o sindicalismo. Nessa perspectiva, De la Garza Toledo(2000) salienta que esses processos de flexibilização não descansam exclusivamente na inovação tecnológica, senão, nos baixos salários e na intensificação do trabalho, impondo restrições aos sindicatos e permitindo maior flexibilidade laboral (DE LA GARZA, 2000, p.169).

Esse processo teve reflexos importantes na América Latina e assumiu particularidades no Brasil e no Peru durante a década de 1990. Conjugou-se com mudanças do modelo econômico, do Estado, das relações dos sindicatos com as forças políticas, da estrutura produtiva e do mercado de trabalho (DE LA GARZA, 2002).

Segundo Zapata (1995; 2003), a análise do impacto dos processos de ajuste e reestruturação econômica sobre o sindicalismo precisa considerar o contexto de transição entre modelos de desenvolvimento. Para o autor, é necessário apresentar os aspectos conjunturais ligados às duas transições pelos quais transitou a região nos últimos 20 anos: por um lado, a transição entre modelos de acumulação, desde o modelo da industrialização por substituição de importações (ISI), ao modelo de desenvolvimento da trans-nacionalização do mercado interno; por outro lado, a transição do modelo de dominação política, de regimes ditatoriais às “novas” democracias constitucionais. Na transição entre modelos de desenvolvimento é importante ter presente o trânsito entre um modelo em que o mercado interno e o capital nacional tiveram um

³⁶A discussão sobre os novos modelos de desenvolvimento – além das interpretações da crise do modelo fordista, no referente às normas de produção, da rigidez técnica da cadeia de montagem – nos países periféricos e semi-periféricos (particularmente na América Latina), está estreitamente vinculada às políticas de ajuste econômico, a liberalização do comércio, a privatização das empresas estatais e a transformação dos mercados de trabalho e suas instituições. Estas se relacionam com um processo de transição desde o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), até um “novo modelo econômico” caracterizada pela abertura econômica desregulamentada.

papel central, a um modelo em que o mercado externo e o capital estrangeiro constituem os mecanismos principais de dinamismo econômico. O que não implica que no modelo de industrialização substitutiva o capital estrangeiro não tenha desempenhado um papel importante no financiamento de certos setores da indústria pesada (ZAPATA, 2003, p. 6).

Trata-se da passagem de um modelo de organização estatal fortemente estruturada, proprietária de várias empresas públicas, com expansão do mercado interno e do capital nacional, com função central do Estado, a outro, em que as exportações de produtos manufaturados ocupam um lugar estratégico em detrimento da produção para o mercado interno. Na lógica deste modelo, o capital estrangeiro vem a ser imprescindível (ZAPATA, 1994; 2003).

O efeito dessas transformações em suas duas dimensões, econômica e política, foram a flexibilização dos mercados de trabalho, com base nos argumentos de que os sistemas nacionais de relações de trabalho estavam caducos, produtos de legislações rígidas que não permitiam ao capital a mobilidade necessária para fazer frente ao aumento da intensa competitividade global. Passa-se a exigir dos sistemas de relações de trabalho reformas estruturais para que a competição estabeleça equilíbrio espontâneo de mercado.

A flexibilização das relações trabalhista evoluiu devido às pressões para conduzir à modernização as relações entre capital, trabalho e Estado na nova ordem produtiva internacional (CARDOSO, 2000). O conceito de flexibilidade laboral tem distintos usos retóricos. O conceito varia segundo o contexto em que se utilize e pela forma como é empregado pelos diferentes atores sociais como os membros do governo, os empresários e os sindicalistas. Para Finkel (1994), das distintas acepções do conceito de flexibilidade, oferece cinco definições do termo flexibilidade que se corresponde com os componentes da relação salarial:

1. O grau de adaptabilidade da organização produtiva (organização do processo de trabalho).

2. A atitude dos trabalhadores para mudar o posto de trabalho (hierarquia de qualificações).
3. As restrições jurídicas à demissão e ao contrato laboral (mobilidade dos trabalhadores dentro e entre empresas).
4. A sensibilidade dos salários à situação econômica de cada empresa ou ao mercado de trabalho (princípio de formação do salário direto e indireto).
5. A possibilidade das empresas de se liberar em custos fiscais e sociais (utilização da renda salarial) (FINKEL, 1994, p. 418).

A Organização Internacional do Trabalho OIT (2004), faz uma caracterização da flexibilidade, recolhe aspectos gerais no âmbito do Direito do Trabalho e a define como a eliminação, diminuição, afrouxamento ou adaptação da proteção trabalhista clássica, com a finalidade – real ou presumida – de aumentar o investimento ou emprego, ou a competitividade da empresa. Essa flexibilização se produz de múltiplas formas, destacam: a diminuição ou eliminação de direitos ou benefícios trabalhistas, assim como a modificação da relação entre as fontes, através da disponibilidade dos preceitos legais pela negociação coletiva ou a de acordos coletivos pelos individuais (*rectius*: geralmente, a vontade unilateral do empregador). Constituindo um veículo para a diminuição de direitos ou benefícios trabalhistas. Para a Ermida (2000), o direito de trabalho sempre foi flexível “*hacia arriba*”. A ordem pública laboral ou ordem pública social sempre admitiu sua modificação por normas heterônomas ou autônomas, coletivas ou individuais, mais favoráveis para o trabalhador. Por isso, que o que hoje se conhece como flexibilidade, pelo geral é, em verdade, a flexibilidade “*hacia abajo*”, de menoscabo ou “*in pejus*” (ERMIDA, 2000).

Assim, a flexibilização do mercado de trabalho envolve a revisão do direito do trabalho, do ordenamento jurídico-normativo das relações de trabalho. A revisão do ordenamento jurídico-normativo das relações de trabalho teve formas e intensidades diferentes – no caso peruano foi drástica, já no caso brasileiro, não teve uma revisão profunda, senão, foram feitas algumas alterações através de medidas provisórias, marcando uma grande diferença entre os dois países,

como será analisado mais adiante. Supõe-se que uma configuração rígida de regras, leis ou regulamentos impede o funcionamento adequado do mercado de trabalho, demandando mudança, flexibilização, de modo que o significado do direito de trabalho potencialize o alcance do referencial analítico neoclássico, hegemônico na economia (CARDOSO, 1999).

No caso brasileiro o processo de flexibilização atingiu tanto às esferas privada e pública mediante a proposta de corte de pessoal do setor público federal. Assim salienta Boito Jr. (2003):

[...] do mesmo modo que Fernando Collor de Melo inaugurou sua política de des-industrialização elegendo as montadoras do ABC como alvo - sua afirmação de que os carros fabricados no Brasil eram “carroças” foi seguido da abertura do mercado brasileiro para os carros importados -, ele também partiu para a ofensiva contra o funcionalismo público. Tentou um corte de pessoal no setor federal, colocando milhares de funcionários públicos “à disposição”, insuflou a população contra os servidores públicos – lembremos novamente da “caça aos marajás” - e endureceu as relações do governo federal com os grevistas do setor público. Esse terceiro pilar do sindicalismo também foi, desse modo, vitimado pela ofensiva neoliberal desde o seu início. Ao longo da década de 1990, a difusão da ideologia neoliberal colocou os funcionários públicos numa situação defensiva. Caracterizados como privilegiados e improdutivos, os funcionários públicos encontraram dificuldades crescentes para organizar a luta sindical e grevista, num setor em que a greve golpeia, ao menos no plano imediato, a população usuária dos serviços (BOITO JR., 2003, p. 24).

Assim, os empregados do setor público ficaram em uma situação crítica, encontrando dificuldades crescentes para organizar a defesa de seus direitos e fazer frente às ações governamentais voltadas à redução de gastos no setor público. Fatos que conduziram ao enfraquecimento da organização sindical nesse setor.

No caso peruano, o fator principal foi o processo de desregulamentação e a conseqüente flexibilização do sistema de relações laborais, a partir de restrições jurídicas ao contrato de trabalho, o que permitiu a demissão de muitos trabalhadores. Essa desregulamentação não foi negociada com os demais atores. O ministro de economia do regime Carlos Boloña salientava:

O objetivo da reforma no mercado laboral é sua flexibilização, tanto através da livre entrada e saída deste (liberdade para reduzir e aumentar pessoal), como da livre determinação dos salários e a redução dos custos

laborais. Requer-se acabar com o poder monopólico dos sindicatos nas negociações das condições de trabalho e no uso da greve como mecanismo de negociação (BOLONA, 1992, p. 76).

Durante o processo de desregulamentação e flexibilização, não só se realizaram mudanças nos direitos individuais do trabalho, também foram abrangidas matérias estratégicas para a organização sindical através da normatização das relações coletivas de trabalho. No universo assalariado, tanto público como privado, as novas normas laborais foram progressivamente destruindo os mecanismos legais e a prática judicial que amparava o desenvolvimento dos sindicatos. Ao destruir a estabilidade no emprego também foram eliminadas as regras de ação, de promoção e intermediação.

É preciso salientar que as experiências ao interior das unidades produtivas para incorporar a melhoria de sua produtividade a partir de uma reestruturação produtiva foram isoladas. O que primou foi um clima produtivo em que predominou a prepotência empresarial, com a complacência do governo e a administração de justiça dependente dele (BERNEDO, 2000). Além disso, o movimento sindical peruano não reagiu nessa conjuntura, porque se encontrava atrelado por dois frentes³⁷: a aversão governamental e empresarial e a violência política desenvolvida pelo Sendero Luminoso (temas que serão desenvolvidos no decorrer do seguinte estudo). Somado a isso, no setor externo, a queda do bloco socialista teve um impacto considerável, na medida em que o sindicalismo peruano, em sua concepção classista, estava altamente identificado com a esquerda e a visão socialista.

³⁷Cumpramos considerar que o panorama organizacional do sindicalismo classista no Peru, já mostrava dispersão antes das reformas dos anos 90. Sua dispersão era cada vez mais evidente, devido a que se encontrava sustentada por fracionamentos estimulados por interesses de política partidária, inclusive por interesses particulares ou de grupos menores, afetando a todos os níveis organizacionais superiores, federativos ou de confederação (BERNEDO, 2000).

3 NEO-POPULISMO E NEOCORPORATIVISMO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOLOGICOS

Neste capítulo são analisados os principais aportes teóricos, utilizados na presente Tese, voltados para o estudo das relações Estado e sociedade no âmbito político, ancorados às contribuições teóricas de Antonio Gramsci e Max Weber. Examina-se, também, a emergência de novas formas de articulação política no Peru e no Brasil, que são denominadas como neopopulismo o neocorporativismo, e seus fundamentos históricos e sociológicos. A continuação, aborda-se o marco da reforma estrutural implantada como parte do protocolo do Consenso de Washington e o ajuste estrutural ancorados ao projeto neoliberal. Finalmente, resgatam-se os fundamentos do neopopulismo e o neocorporativismo e sua presença no Brasil e no Peru.

3.1 Relações ente Estado sociedade: as contribuições de Antonio Gramsci e de Max Weber

3.1.1 Estado e correlação de forças segundo Gramsci

Para Gramsci (1978), o Estado busca certo grau de equilíbrio, que é sempre estável, entre sociedade política e sociedade civil, ancorado na capacidade de uso de meios de coerção e também na capacidade de direção que um grupo social exerce sobre a sociedade nacional em seu conjunto. Por meio de organizações privadas como a Igreja, os sindicatos, a escola, que se constituem como instituições do aparelho da hegemonia de uma classe.

Ainda segundo Gramsci (1984; 1986), as relações de classe sociais devem ser entendidas como contraditórias, como confrontações e enfrentamentos, como relações de forças entre os sujeitos sociais constituídos a partir delas. As relações de classe não se inscrevem só no plano da produção, senão que perpassam as relações sociais no interior do Estado. Assim, as relações de poder participam na constituição mesma das relações de classe no capitalismo: um grupo cujas

bases sociais configuram o campo dos estratos “dominantes” e outro que configuram o campo dos estratos “subordinados”, grupos esses diferenciados a partir de sua posição na correlação de forças. Nessa acepção, sobressai-se o conceito de hegemonia. Assim, aponta Portantiero (1997):

[...] o eixo de procura estará em sua reformulação do conceito de hegemonia, isto é, na transformação que realiza de um termo operatório da teoria política – que incorpora o marxismo russo de fins do século XIX – e que Gramsci deslocará ao terreno do ético e cultural. Para Gramsci o período histórico posterior a 1870, é dizer, que marca a transformação de época do capitalismo como sociedade industrial e de massas, haverá de estruturar-se numa articulação complexa que se resume na fórmula de "hegemonia civil", culminação de um processo transformista em que o liberalismo subsume os temas da democracia. Para analisar e ainda para superar historicamente a essa nova forma da dominação, resultaria insuficiente a visão simplista de uma classe ou um grupo que impõe arbitrariamente a outros sua vontade desde os aparelhos do Estado. Do mesmo modo, o conceito de hegemonia, aplicado à prática social dos setores subordinados enfrentados ao *status quo*, deveria ser considerado como mais amplo do que a liderança política poderia corresponder a um deles, isto é, em termos marxistas, ao proletariado *vis a vis* o camponês ou as camadas médias da população. O que a hegemonia constrói é uma verdadeira comunidade de valores, uma "vontade coletiva" (PORTANTIERO, 1997, p. 10-11, tradução nossa).

Em certas formulações usadas para apresentar seu conceito de hegemonia, Gramsci (1984) atribui à ideologia do(s) grupo(s) ou classe(s) dominante(s) uma função ética e civilizadora, nos casos em que essa ideologia é entendida na concepção historicista de Gramsci, como sendo a ideologia da classe social historicamente ascendente (GRAMSCI, 1984).

No desenvolvimento histórico, segundo Gramsci (1986), pode-se dizer que o cesarismo ou bonapartismo expressa uma solução “arbitrária” confiada a uma grande personalidade. Pode haver um cesarismo progressista ou um cesarismo regressivo, e o significado exato de cada forma de cesarismo pode ser reconstruído pela história concreta. Assim, aponta o autor:

[...] Pode haver um cesarismo progressista ou um cesarismo regressivo, e o significado exato de cada forma de cesarismo, em última análise, pode ser reconstruído pela história concreta e não por um esquema sociológico. É progressista o cesarismo quando sua intervenção ajuda à força progressista a triunfar ainda com certos compromissos limitativos da vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a triunfar à força regressiva, também neste caso com certos compromissos e limitações, que não obstante tem um valor, uma

alcance e um significado distintos que no caso precedente. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III (e também Bismarck) de cesarismo regressivo (GRAMSCI, 1986, p. 102, tradução nossa).

Segundo Portantiero (1997), na perspectiva gramsciana, o Estado moderno se converte em educador, em instrumento de unidade intelectual e moral, como complexo de relações sociais, de atividades práticas teóricas através das quais não só domina, senão, também dirige a sociedade, integrando os governados em um consenso de valores universais. É sob essa direção ética e cultural que, no marco de um determinado desenvolvimento das relações sociais e econômicas, constitui-se um bloco histórico³⁸ – em que confluem organicamente estrutura e superestruturas –, unificado por uma vontade coletiva. No Estado moderno opera uma reconciliação universal dos interesses fragmentados da sociedade mediante uma operação de absorção cultural baseada em um consenso que é apresentado como espontâneo, embora se situe a favor da direção imposta à vida social. Essa expansão chega a um ponto de saturação, quanto não há condições de integrar, tem início um processo de desagregação no interior do bloco histórico. Ponto de início de uma crise orgânica – como momento em que se rompe o aparelho de governo espiritual –, a vontade coletiva estatal construída na relação entre intelectuais privados e governamentais, orgânicos aos grupos sociais fundamentais, entra em tensão com a vontade coletiva nacional-popular que elabora a articulação entre intelectuais e classes subalternas (PORTANTIERO, 1997, p. 10).

³⁸Segundo Portantiero (1997), o conceito de bloco histórico tem para Gramsci vários alcances. Metodologicamente, permite constituir uma categoria que supera a dicotomia entre estrutura e superestrutura que, naturalizada, dá lugar a uma relação de causalidade mecânica, superando essa ótica, isto é, considerando a distinção entre forças materiais ("conteúdo") e ideologia ("forma"), e postulando uma unidade complexa e contraditória entre as duas. Uma unidade complexa de interesses materiais e de valores não é uma estrutura indiferenciada senão que supõe movimentos contraditórios. É um sistema hegemônico, o que equivale a dizer – em termos de teoria sistêmica – que opera como um grande redutor de complexidade, enquanto exclui (ou subordina) toda uma série de possibilidades e permite a atualização de uma série definida de alternativas. Mas o sistema, por sua vez, vive da tensão entre essa tendência à redução da complexidade e a potencialização de sua complexidade, o que gera sua dinâmica interna de mudança. Essa possibilidade de mudança, em quanto o fatalismo histórico não existe, requer um elemento propulsor (PORTANTIERO, 1997, p. 9, tradução nossa).

O Estado moderno é produto da ação política que atua em seu interior, como é apontado por Gramsci (1984):

[...] O Primeiro elemento [o pilar da política] é a existência real de governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais) (GRAMSCI, 1984, p. 18-19, tradução nossa).

É um conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só seu domínio, mas também consegue obter o consentimento ativo dos governados (GRAMSCI, 1984). Aponta o autor que o Estado é igual à sociedade política mais sociedade civil, é dizer, hegemonia revestida de coerção. Além de seus conceitos operacionais como os de sociedade civil, sociedade política e guerra de posições, constitutivos de sua concepção de hegemonia, é importante considerar a forma como Gramsci introduz a noção de intelectuais como mediadores da hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Essa mediação ocorre em relação ao domínio direto ou de mando que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Somada a isso, aparece também a função dos funcionários³⁹. A importância dos intelectuais em Gramsci (1986) está indissolúvelmente ligada à hegemonia como direção política e cultural.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como sucede para os grupos sociais fundamentais, senão que é “mediada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, das que, precisamente, os intelectuais são os “funcionários”. Poder-se-ia medir-se a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, estabelecendo uma gradação das funções e das superestruturas desde baixo até o topo (da base estrutural para cima). É possível, por agora, estabelecer dois grandes “planos” superestruturais, que se pode chamar de “sociedade civil”, ou seja, o conjunto de organismos vulgarmente chamados “privados”, e o da “sociedade política ou Estado” e que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e ao de “domínio direto” ou de mando que se expressa no Estado e o no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conetivas. Os intelectuais são os “encarregados” pelo grupo dominante para o

³⁹ Para Gramsci (1984), cada nova forma social teve necessidade de um novo tipo de funcionário, dos quais os novos grupos dirigentes jamais puderam prescindir (GRAMSCI, 1984, p. 81-82, tradução nossa).

exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 1986, p. 357, tradução nossa).

Na medida em que cada grupo social nascido na produção econômica, cria com ele, organicamente, camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade e consciência de seus fins, são estes os encarregados de exercer as funções tanto de hegemonia social quanto de governo político, as funções conectivas e organizativas no interior do bloco histórico. Mas essa relação entre grupos sociais e intelectuais não é linear, senão complexa.

3.1.2 Estado e formas de dominação legítima segundo Max Weber

Na abordagem de Max Weber, o Estado é concebido como um conjunto de instituições distintas e relativamente centralizadas que se arrogam o monopólio da violência coletiva de uma sociedade sobre um dado território. O conceito de Estado condensa os elementos institucionais e funcionais da ordem estatal, não podendo ser reduzido às meras atividades de governo e representação dos interesses sociais. Como uma instituição de dominação, com características burocráticas, que utiliza a violência legítima, é também uma arena na qual diferentes grupos lutam para impor seus próprios objetivos. Assim aponta Weber (1992):

O Estado, do mesmo modo que as demais associações políticas que o precederam, é uma relação de domínio de homens sobre homens baseada no meio de ação legítima (quer dizer: considerada legítima). Assim, pois, para que subsista é necessário que os homens dominados submetam-se à autoridade dos que dominam em cada caso. Quando e porque o façam, só pode compreender-se quando se conhecem os motivos internos de justificação e os meios externos em que a dominação se apóia (WEBER, 1992, p.1.057, tradução nossa).

A definição weberiana ancora as bases da teoria da modernização caracterizada pelo desenvolvimento de critérios racionais de eficácia na administração que tomam corpo em uma burocracia relativamente divorciada dos sujeitos sociais e crescentemente imposta sobre eles.

O papel dos intelectuais é enfatizado por Weber (1992), ao analisar a probabilidade de uma ação homogênea de classe. Coloca como uma de suas condições a presença de uma "direção com fins claros que regularmente se dão ou se interpretam por pessoas não pertencentes à classe ('intelectuais')" (WEBER, 1992, p. 245, tradução nossa), formulando-se como teoria da burocracia moderna. Para Weber (1992), as estruturas burocráticas que dominam o mundo moderno, sejam elas ministérios, empresas, escolas, grupos de interesse, resultam de um intenso esforço de elaboração de estruturas cada vez mais eficazes, destinadas a cumprir tarefas formais ligadas a essas organizações. A forma organizacional dessas estruturas é praticamente a mesma, devido à racionalidade e à busca de eficácia inerentes a elas e necessárias para o cumprimento de suas tarefas. Em termos ideal-típicos, sob a racionalidade capitalista, segundo o autor, organiza-se um sistema de funcionários submetidos a decisões racionais, treinados por expertos, e cuja administração pressupõe um cuidado racional dos interesses.

A administração burocrática pura, o seja, a administração burocrático-monocromática, atido ao expediente, é a teor de toda experiência a forma *mais racional* de exercesse uma dominação; e o é nos sentidos seguintes: em precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiança; calculabilidade, portanto, para o soberano e os interessados; intensidade e extensão do serviço; aplicabilidade formalmente universal a toda sorte de tarefas; e suscetibilidade *técnica* de perfeição para alcançar o ótimo em seus resultados. O desenvolvimento das formas "modernas" de associações em toda classe de terreno (Estado, igreja, exercito, partido, exploração econômica, associação de interessados, uniões fundações quaisquer outras que possam citar-se) coincide totalmente com o desenvolvimento e incremento crescente da administração *burocrática*, sua aparição é, por exemplo, o germe do Estado moderno ocidental (WEBER, 1992, p. 178, tradução nossa).

A administração burocrática é o resultado de uma ação racional em que se combinam aspectos substanciais que originaram um tipo particular de conduta orientada pela escolha

inteligente do melhor caminho para lograr um fim, produto dessa dominação que será possível obter: constância, regularidade, disciplina e perseverança são cruciais no esforço para lográ-lo. Este aparelho burocrático eficiente, altamente capacitado, com fins específicos e dominado pelo cálculo, tem requerimentos que se ancora em um proceder sistemático que tenha continuidade na ação (WEBER, 1992). No que se refere às atividades produtivas, trata-se de um modo de dominação que vincula o destino material dos trabalhadores ao funcionamento constante da organização capitalista, cada vez mais apoiada no caráter técnico-racional do sistema econômico.

Toda dominação sobre uma pluralidade de homens requer de um modo normal (não absolutamente sempre) um quadro administrativo; é dizer, trata-se da probabilidade, em que se possa confiar, de que se dará uma atividade dirigida à execução de suas ordenações gerais e mandatos concretos, por parte de um grupo de homens cuja obediência se espera (WEBER, 1992, p. 170, tradução nossa). Há uma tendência geral à racionalização e um dos meios através do qual essa tendência se materializa é a burocracia, considerada pelo referido autor como um modelo universal eficaz de racionalidade e de dominação.

A dominação legal tem como idéia base à existência de um estatuto que pode criar e modificar normas, desde que seu processo – forma – esteja previamente estabelecido. Portanto, constitui uma relação desprovida de sentimentos, ou seja, baseia-se unicamente no profissionalismo e na hierarquia da empresa. Designa-se como empresa todas as partes, sejam elas dominantes ou dominadas. Como exemplos de dominação legal se pode citar o Estado, ou uma empresa capitalista privada, em uma associação com fins utilitários, ou qualquer união em que haja uma hierarquia regulada por um estatuto. Weber (1992) faz uma analogia entre o desenvolvimento do Estado Moderno e o da moderna burocracia; também o faz entre a evolução do capitalismo moderno e a burocratização crescente das empresas econômicas. Salienta que no

campo político se observa uma dominação não unicamente burocrática, uma vez que os monarcas detêm elementos carismáticos hereditários e os presidentes elementos carismáticos plebiscitários.

A dominação tradicional é aquela que se dá em virtude da crença na “santidade” das ordenações e dos poderes senhoriais, tendo como tipo mais puro a dominação patriarcal, na qual o “senhor” ordena e os súditos obedecem. Seu quadro administrativo é formado por “servidores”. A dominação é exercida em virtude da dignidade do senhor e reiterada pela tradição, por fidelidade (WEBER, 1992). No entanto, o fato de tais normas terem como pressuposto a tradição não impede a criação de um novo “direito” que pode ser feito por meio do reconhecimento de um estatuto como válido. O quadro administrativo conta com dependentes pessoais – familiares, funcionários domésticos, parentes ou amigos pessoais favorecidos –, ou pessoas a ele ligadas por vínculo de fidelidade.

As relações do quadro administrativo são dominadas não pelo dever ou disciplina objetivamente ligados ao cargo, mas sim pela fidelidade pessoal do servidor. Essas formas deram historicamente sustentação à emergência de muitos regimes ungidos de amplos poderes arbitrários. Os quais vieram a constituir os patrimonialismos modernos, cuja legitimidade se obtém pelo voto popular e cujos discursos – especialmente o discurso populista ou neopopulista, que exaltam o poder do mandato popular – expressam uma valoração mítica que adquire a funcionalidade da “santidade das ordenações” nos modos de legitimação tradicional (TROCELLO, 2000).

A estrutura de dominação é patrimonial quando emerge um quadro administrativo pessoal do senhor e os companheiros se transformam em súditos. A característica então é a divisão de bens entre membros do círculo. Quando a autoridade se exerce dentro das organizações políticas, conhecida como estatal-patrimonial, sua forma é semelhante à estabelecida na comunidade doméstica (WEBER, 1992, p. 185). É importante resgatar as formas de sustentação dos

“servidores patrimoniais”, que Weber denomina prebendalismo, é dizer, quando se confere de um modo renovado, com apropriação individual, mas nunca hereditário, consignações em dinheiro ou bens, ou mediante apropriação de probabilidades de rendas, direitos ou tributos (WEBER, 1992, p. 188).

De acordo com a abordagem weberiana, acima referida os patrimonialismos modernos podem ser percebidos sob a forma de comunidade doméstica, centrando suas práticas em duas instituições: o clientelismo e o prebendalismo. O primeiro terá entre suas práticas diletas a entrega de bens às camadas mais pobres; e o segundo como sistema de favores para com os leais ao regime, geralmente situados em outras camadas sociais, que não são as mais pobres. O suporte central de todo sistema de dominação argumenta Weber (1992), é a credibilidade por parte dos subordinados na legitimidade da subordinação. Esse modo de intercâmbio está vinculado à credibilidade na legitimidade do vínculo gerado.

As contribuições de Weber e do Gramsci, até aqui referidas não se situam alheias ao processo de desenvolvimento do Estado na América Latina. As questões por eles apontadas se fazem presente especialmente quanto às tendências a desenvolver tipos de dominação expressas em formas populistas e corporativas, assim como a emergência mais recente do neopopulismo e do neocorporativismo ancorada nas linhas fundamentais do pensamento neoclássico de condução da economia.

3.2 Estado e sindicatos no Brasil e no Peru

3.2.1 O populismo

É a partir da Segunda Guerra Mundial, que se difundem, na maioria dos países da América Latina, os denominados "populismos latino-americanos". Irrompem em diferentes

regiões, em épocas similares, mostrando sua capacidade de certo modo adaptativa e eclética de responder a determinadas condições comuns de atraso e desigualdade social e econômica.

O populismo tem origens muito antigas, tendo ocorrido simultaneamente durante a segunda metade do século XIX, na Rússia e Estados Unidos (LA TORRE, 2000). O autor salienta que na América Latina desenvolveu-se em contextos históricos muito diferentes entre as décadas de 1930 e 1960. No período mais recente, retornou com um conteúdo político novo (DE LA TORRE, 2000). O populismo foi analisado por Gino Germani (1973); Torcuato Di Tella (1965); Octavio Ianni (1975); Ernesto Laclau (1978); Francisco Weffort (1989), entre outros. Esses autores desenvolveram as principais características e aportes teóricos do populismo latino-americano. O populismo teve como característica constitutiva, uma ampla mobilização social; a integração de camadas sociais urbanas antagônicas; a promoção de uma maior diferenciação econômica capitalista com ênfase industrializador. Teve dimensões e ingredientes políticos, ideológicos, discursivos, estruturais (VILAS, 2004).

É preciso salientar que o conceito de populismo é de uma enorme ambigüidade, e que sob este termo foram assinalados os mais diversos tipos de política. Tem sido um conceito “guarda-chuva”, sob o qual poderiam se abrigar muitos conteúdos, o que mostra a sua elasticidade o que resulta em uma diversidade de abordagens. Assim aponta De La Torre (2000):

[...] tão peculiares experiências e dissimiles fenômenos tem sido reconhecido sob uma mesma categoria que parece abarcar tudo. Como assinalo o professor Isaiah Berlín numa conferencia realizada em Londres em maio de 1967 ao se referir ao populismo: “[...] existe um sapato – a palavra populismo – para o qual (há) um pé em cada lugar [...] Existe toda classe de pé que quase o podem calçar, mas não nos devem enganar estes pés que quase ajustam a sua medida. [Em algum lugar] espera um pé denominado populismo puro [...]” (DE LA TORRE, 2000, p. 160, tradução nossa).

Segundo Cervi (2001), classicamente, existem três grandes formas de abordagem analítica do populismo. Ele pode ser estudado como um fenômeno de origem social, como uma forma de

governo ou como uma ideologia específica. Em qualquer dessas formas, o populismo precisa de alguns elementos básicos para se concretizar: independente das particularidades e ocorrências ele surge quando há massificação de amplas camadas da sociedade, que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na massa, os quais se mantêm relacionados entre si; quando há uma perda da representatividade e da exemplaridade da camada dirigente e emerge a presença de um líder dotado de carisma de massas (CERVI, 2001, p. 151).

As análises sobre o populismo desenvolveram-se, de uma forma geral, para explicar os laços permanentes e inextricáveis em um momento histórico, entre a história e a política, resultantes de lutas políticas. O período do ascenso e auge do populismo na América Latina é apontado por Octavio Ianni (1975) como a "época da política de massas", na qual a burguesia industrial assume a liderança das lutas reivindicativas e reformistas dos trabalhadores e de outros grupos populares. Durante esses anos (1930 -1960) foram criadas novas organizações e estilos de liderança política, surgindo uma ideologia peculiar, sinteticamente referida ao "princípio de paz social" ou então à "harmonia entre as classes", a qual adquiriu primazia sobre as idéias e práticas políticas inspiradas nos antagonismos de classe. A união tática de grupos de intelectuais, de camadas populares e setores da burguesia e das forças armadas consolidou-se com o fim de acelerar as rupturas estruturais que haviam debilitado a oligarquia. Nessas mobilizações, encontrava-se em jogo interesses diversos, mas todos coincidiam quanto à idéia de que o desenvolvimento nacionalista era uma estratégia possível, primordial e urgente.

Embora o tema tenha suscitado intensos debates desde os anos 50, conforme a tradição das ciências sociais latino-americanas, muitas vezes sua utilidade analítica foi questionada. No entanto, entende-se que o populismo é um conceito útil e sua capacidade explicativa com relação a determinado tipo de processo pode ser explicitada no sentido apontado por Barboza Filho (1986):

[...] O populismo vai ser encarado como uma forma transicional, que seria própria de uma hegemonia incompleta da burguesia. Um Estado de compromisso e um Estado de massas, na medida em que espelha um movimento de entrada das massas populares na política. Esse Estado, para buscar a sua legitimidade, tem que atender a determinadas demandas dos setores subalternos da classe operária, principalmente, das massas populares. E aí é que entra a construção do populismo, que è feita da seguinte maneira: na medida em que se tem uma situação de empate político no interior da classe dominante, cria-se um vazio político que será ocupado por uma figura que vai arbitrar esse conflito, a figura do líder carismático (BARBOZA FILHO, 1986, p. 62).

Assim, o populismo procurou a inclusão dos novos setores excluídos que apareceram durante as primeiras décadas do século XX, especialmente os grupos sociais com capacidades organizativas crescentes: trabalhadores industriais, artesãos, professores, profissionais liberais. Assim também buscou absorver os movimentos de esquerda, socialistas e anarquistas que apareceram em cena demandando a ampliação do sistema político e institucional que o Estado oligárquico não conseguia incorporar.

Além disso, as economias latino-americanas começavam um período de desarticulação da economia mundial, com a Primeira Guerra Mundial, seguido do impacto devastador ocorrido nos mercados do Wall Street, conhecido como “o crash” de 1929. Produzia-se assim o contexto histórico em que emergiram os primeiros movimentos populistas latino-americanos com a queda de um regime de acumulação que se fazia a partir do antagonismo povo oligarquia. A emergência de lideranças autoritárias desenvolveu novos modelos de avanço tanto na economia como na política, tentando incorporar a camadas populares no Estado e procurando produzir uma identidade nacional.

A busca de inclusão das camadas populares no processo político ensejou a emergência de mecanismos verticais de organização e de discursos carregados de significados simbólicos que faziam alusão ao povo e à nação, assim como à necessidade de participação aberta e expressiva de vastos setores que apoiavam o processo. Deste modo, o Estado populista procurou desenvolver

a Nação construindo um tripé político constituído por: empresários nacionais, trabalhadores organizados e o Estado.

3.2.2 O contexto brasileiro

O populismo no Brasil necessita ser compreendido a partir do contexto de crise do sistema oligárquico vigente até o final da década de 1920 e do processo de urbanização crescente. As agitações sociais e políticas lideradas pelos militares deram origem a movimentos como o Tenentismo⁴⁰. O período denominado populista ocorre nos primeiros anos de 1930 se consolida no decorrer do período de 1950 a 1964. Contou com o apoio dos militares, os quais, desde começos da República, haviam-se convertido nos “árbitros” da política. Desenvolveu-se um sistema político que fortaleceu o poder central à custa dos estaduais e municipais. Este fortalecimento do Estado em âmbito nacional implicou no crescimento do aparelho burocrático (BORGES, 2002).

O populismo desenvolvido durante o governo Vargas se caracterizou pela manipulação política, desenvolvendo um débil sistema de participação, controlado hierarquicamente de cima para baixo, dependente, com aperfeiçoados mecanismos de cooptação. Foi um tipo de populismo que resultou da convergência entre, de um lado, uma insatisfação popular difusa e politicamente impotente e, de outro lado, uma ação deliberada de partidos políticos e do Estado para apoiar-se nessa insatisfação e dirigi-la para um objetivo político que definido sem a participação popular (BOITO JR., 2004).

⁴⁰Denominam-se “tenentismo” os movimentos militares liderados por tenentes das forças armadas. Para Vianna (2002): “É impossível entender, por exemplo, o tenentismo sem levar em conta Euclides da Cunha, sem entender que o positivismo, entre nós de forte pegada social, foi uma ideologia que levou a uma redescoberta do Brasil e à internalização de uma espécie de equivalente funcional do *ethos* puritano, dominante em uma importante fração da intelectualidade, a partir da qual se abandonou o intimismo ‘hiper-civilizado’ de um Machado de Assis e se foi ao encontro da esfera pública” (VIANNA, 2002, p. 3).

Implantou-se uma política de industrialização capitalista e de modernização do Brasil, nacionalizando a economia, oferecendo incentivos ao capital privado e, criando empresas estatais. Ao mesmo tempo, organizou-se o Ministério do Trabalho, criando-se uma estrutura trabalhista sem precedentes, que regulou os salários dos trabalhadores e propiciou a organização de um aparelho sindical atrelado ao Estado, como aponta Medeiros (2001):

Sob o governo Vargas, a década de 1930 é caracterizada pela estratégia deliberada de aumentar o papel do Estado na regulação da economia e da política nacionais como estratégia de desenvolvimento. Do ponto de vista das relações de trabalho, o regime populista do período perseguiu três objetivos básicos: (i) evitar que os movimentos de trabalhadores se tornassem base de apoio para grupos de oposição que reivindicavam mudanças mais profundas na organização da sociedade; (ii) despolitizar as relações de trabalho, impedindo que as organizações de trabalhadores se legitimassem como instrumento de reivindicação; e (iii) fazer dos trabalhadores um ponto de apoio, ainda que passivo, do regime. Tais objetivos foram alcançados por meio de uma combinação de repressão à oposição e concessão aos movimentos de trabalhadores que apoiavam o regime. Em vez de mobilizar, o regime populista buscou cooptar seletivamente segmentos de trabalhadores em um processo de inclusão controlada (MEDEIROS, 2001, p. 11).

Assim, o Estado absorveu as organizações trabalhistas, principalmente os sindicatos então recém criados. Os combativos sindicatos urbanos das duas primeiras décadas do século XX tiveram seus espaços de lutas ocupados crescentemente por uma estrutura sindical corporativista que passou a atuar no controle e desmobilização do movimento operário, responsável pelo fenômeno do peleguismo⁴¹. Por outro lado, o corporativismo, apesar da sua dimensão de controle estatal, trouxe também o reconhecimento público e a abertura do espaço de participação dos trabalhadores urbanos organizados. Assim salienta Lamounier (2004).

⁴¹Durante o governo de Getulio Vargas, desenvolveu-se uma política que colocou aos trabalhadores de acordo com o projeto de conciliação, de desenvolvimento nacional. Dentro dessa Política Trabalhista nasceu o "peleguismo". Pelego é o termo utilizado para designar o líder sindical, trabalhador, que faz o jogo do governo e das entidades patronais, aquele que se coloca como o "amaciador" das relações entre Estado e trabalhadores. O Pelego é aquele que serve de correia de transmissão entre governo e trabalhadores, fazendo com que a política do Estado tenha maior aceitação entre os trabalhadores, utilizando-se de fórmulas variadas, desde a defesa simples da política oficial até a desmobilização dos trabalhadores (BRASIL, 2005).

No Brasil, o corporativismo nasce com as reformas políticas e institucionais da década de 30. Partindo de um diagnóstico de falência das instituições liberais e representativas, o governo Vargas, ao longo de mais de uma década, estimulou e sustentou a criação de vínculos diretos entre organizações patronais e trabalhistas com as estruturas de governo. Inicialmente projetados para o controle e cooptação de elites empresariais e sindicais, esses vínculos institucionais tornaram-se, com o fim do regime ditatorial, um canal direto de pressão sobre o sistema político e trouxeram o conflito entre capital e trabalho para dentro do próprio aparato do Estado. Baseado na concessão de benefícios em bases não-universais, o corporativismo tem garantido sua sobrevivência justamente por prover acesso privilegiado e proteção a determinados segmentos sindicais e empresariais, que terminam por consagrá-los em lei (LAMOUNIER, 2004, p. 1).

Ainda no governo de Vargas, durante a ditadura iniciada em 1937, desenvolveu-se uma estrutura sindical baseada na "*Carta Del Lavoro*" – inspirada no corporativismo fascista italiano⁴² –, bem como se instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado por decreto de 1º maio de 1943, o Decreto-lei nº 5.452. A CLT passou por sucessivas reformas e ampliações. Seu corpo básico, contudo, continua em vigência até os dias de hoje. Assim, o Estado passa a internalizar os conflitos trabalhistas, constituindo uma estrutura sindical oficial que logra sobreviver a diversas conjunturas históricas, chegando quase intacta até hoje. Essa estrutura sindical se sustenta em alguns princípios resumidos por Mercadante (1987) da seguinte forma:

Os princípios que sustentaram essa estrutura sindical durante todos esses anos e que definem sua natureza podem ser resumidos da seguinte forma: 1) O corporativismo sindical, inspirado na "*Carta Del Lavoro*", do fascismo italiano. 2. Uma estrutura rigidamente vertical, em que a cada setor da produção corresponde uma organização uniforme para patrões e trabalhadores, hierarquizada em três instâncias: sindicatos, federações e confederações. 3. A conciliação dos interesses de classes, assegurada através de inúmeros instrumentos e pela definição do sindicato como instituição mista de direito público e privado, o que legitima os mais diversos mecanismos de controle pelo

⁴²Em 1939, uma nova lei sindical inspirada na *Carta del Lavoro* da Itália fascista implanta o corporativismo na organização das entidades dos trabalhadores. As organizações sindicais passam a ser entendidas como órgãos de colaboração de classe e base do poder do Estado. O governo cancela o registro dos sindicatos já existentes, dissolve as antigas diretorias e indica homens de sua confiança para as novas funções – os chamados "pelegos". Proíbe as greves e quaisquer atividades de protesto. Institui também o imposto sindical: cada trabalhador deve pagar por ano o valor correspondente a um dia de trabalho. Do total recolhido, 20% ficam com o governo e 80% com os sindicatos, sob controle do Ministério do Trabalho (SENTIDOS HISTORICOS, 2005, p. 2).

poder público. 4. A dependência e o controle do Estado através de formas diferenciadas, como: autorização prévia para o reconhecimento do sindicato; enquadramento sindical prévio; exigência de um estatuto padrão; ingerência do Estado na vida administrativa e financeira; possibilidade de intervenção do Poder Executivo no sindicato; possibilidade de cassação do mandato de diretores; contribuição sindical obrigatória e regulamentada pelo Estado, controle das eleições sindicais; e limitação no direito de sindicalização. 5. O assistencialismo como elemento fundamental da prática sindical (MERCADANTE, 1987, p. 2).

Assim sendo, a atividade sindical passou a estar sob o controle direto do Estado através da articulação de mecanismos de tutela impostos à organização sindical. Instaurando-se uma legislação trabalhista – grande parte dela ainda hoje em vigor – contida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Iniciando-se a era do emprego formal, da carteira de trabalho assinada e da previdência social, incorporando os trabalhadores ao processo de industrialização que ganhou impulso após a II Guerra Mundial.

3.2.3 O contexto peruano

No caso peruano, o populismo se apresenta com traços diferentes com respeito ao modelo urbano e capitalista do Brasil. No Peru o populismo se apresenta como ideologia e movimento político levado adiante por jovens, principalmente universitários, descontentes com a realidade peruana, em que primava uma forte presença indígena com tradição comunitária. Tal movimento buscou integrar setores operários e camponeses em torno da nascente organização da APRA⁴³. Em seu objetivo de lograr apoio internacional organizou-se em comitês e células em vários países latino-americanos, inclusive nos EE.UU. e na Europa, difundindo suas idéias em revistas como "Tribuna" e "Amauta".

⁴³*Alianza Popular Americana* (APRA), partido político peruano formado por Víctor Raúl Haya de la Torre, durante seu exílio em México, no ano de 1924.

A APRA se proclamou antiimperialista e nacionalista, propôs a independência econômica da América Latina, propugnou a nacionalização de terras e indústrias. Para atacar a oligarquia buscou liquidar o latifúndio, aceitando o capitalismo como realidade inevitável e passível de ser mais humano. Sua filosofia política baseava-se na oposição à interferência estrangeira na política peruana. Nem Estado proletário nem Estado burguês, buscou a solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo. Procurava se manter no terreno da Terceira Internacional. Tentava usar o marxismo não como doutrina, mas como ferramenta voltada para formular uma teoria da especificidade latino-americana para subsidiar um determinado tipo de revolução não socialista: a da ordem, considerada como antitética à revolução segundo o modelo socialista clássico (MARÇAL, 1999).

Ademais, propunha a criação de um Estado forte e regulador através de uma revolução nacional polí classista. O Estado deveria prover o bem-estar social através de reformas trabalhistas, sociais e educativas, promovendo igualdade política e social entre homens e mulheres. Ademais, a proposta de unidade política latino-americana só se lograria criando um grande Estado confederado e com o estabelecimento de uma democracia representativa. Embora as propostas da APRA tivessem à época uma forte repercussão na política peruana e latino-americana, no âmbito interno a organização manifestava incoerências ao negar cada uma de suas promessas, transformando-se num “partido da ordem”. Além disso, sobre ela pesavam fortes suspeitas de que havia se tornado um mero instrumento dos interesses norte-americanos (MARÇAL, 1999).

Com o golpe de Estado conduzido pelos militares liderados pelo General Juan Velasco Alvarado em Outubro de 1968⁴⁴, realizaram-se transformações estruturais com um programa de

⁴⁴O golpe de Estado de 3 outubro de 1968 foi justificado pela extrema desigualdade na distribuição da riqueza peruana, assim como produto das obscuras transações das elites civis governantes. O Golpe de Estado teve a

corte populista, a partir de uma concepção de desenvolvimento endógeno e com impulso à industrialização por substituição de importações (ISI). Ao mesmo tempo, legítimo-se o movimento sindical e implantou-se uma reforma agrária. As mudanças estruturais que o Reformismo delineava⁴⁵ assumiam um marcado corte estatista, que suplantou o Estado oligárquico (RUBIO CORREA, 1991, p. 113).

Cabe destacar que houve uma forte influência das idéias progressistas sobre a jovem oficialidade do exército peruano, produto do descontentamento frente à política de condução liberal que se vinha desenvolvendo no Peru. Segundo Stepan (1978), esta experiência foi qualificada como “Estatista Orgânica Inclusiva”. Para o autor, o estatismo orgânico se apresenta como um equilíbrio desejável entre os dos pólos de Estado, o liberalismo clássico e o socialismo de comando. Este componente estatista do modelo desenvolve um forte papel do Estado na estruturação da sociedade integrada num todo solidarista (STEPAN, 1980, p. 67).

O governo de Velasco pretendia uma transformação da sociedade através da estrutura militar. Contava com a possibilidade de congregar as dispersas forças sociais e políticas através dos seguintes princípios orientados: organização vertical, efetividade de comando centralizado, capacidade de deslocamento, experiência organizativa, apoliticismo e patriotismo. A ideologia militar girava em torno dos problemas da integração nacional entendida como a assimilação do

justificativa na assinatura de concessão de exploração do petróleo (das jazidas de Brea e Pariñas, localizados no departamento de Piura ao norte do Peru) feito pelo primeiro governo de Belaúnde Terry, à empresa norte-americana *International Petroleum Company* (IPC), decretando-se sua expropriação.

⁴⁵O Reformismo no Peru teve nas propostas de Manuel González Prada, Víctor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui seus maiores expoentes que desenvolveram verdadeiras contribuições originais ao pensamento social peruano. Buscaram a explicação das especificidades peruanas na história, na estrutura social e na cultura nacional. Desde perspectivas diferentes, propuseram a substituição do sistema oligárquico. A APRA de Haya de la Torre apostava em um projeto encaminhado ao desenvolvimento de um capitalismo nacional por meio de um "Estado anti-imperialista". Por sua vez, José Carlos Mariátegui oferecia uma perspectiva que buscava integrar o moderno e o não moderno, recolhendo as múltiplas combinações de formas históricas diferentes que coexistem e se articulam em um mesmo espaço e tempo: feudal, capitalista, formas socializantes e até elementos escravistas. Nesta visão, estas formas históricas não se encontram em oposição, se sucedem umas às outras em um desenvolvimento linear definido pela lógica do capital. Dita proposta não deveria ser "nem imitação nem cópia" de outras realidades, senão a busca de um "socialismo indo-americano" (NAVARRETE, 2005, tradução nossa).

conjunto de interesses da sociedade em um objetivo comum, que o Estado deveria encarnar (COTLER, 1988).

Desse modo, se esperava que as medidas anti-oligárquicas e nacionalistas empreendidas pelo governo transformassem a estrutura produtiva, através de reformas nas empresas capitalistas e no sistema financeiro – os bancos estatais passaram a ser os mais importantes – mediante o princípio da comunidade trabalhista. As ferrovias passaram a ser propriedade do Estado, assim como os serviços públicos essenciais de telefonia, eletricidade, rádio e televisão. Iniciou-se uma transformação de fundo na propriedade, convertendo os trabalhadores em donos das instalações dos empreendimentos privados, colocando representantes dos trabalhadores na sua direção. No setor agrário, expropriou-se a terra através de uma profunda reforma agrária. O Estado assumiu o monopólio da comercialização dos produtos fundamentais da economia como o petróleo, óleo de farinha de peixe, café, entre outros.

O desenvolvimento das organizações populares de forma isolada em relação ao Estado fez com que o regime promovesse um sistema autônomo de organizações, separado das “tradicionais”, para isolar setorialmente a população com o objetivo de restringir sua representação em função dos interesses estabelecidos pelo governo. Era uma tentativa de corporativizar o movimento sindical e popular. Essa tentativa teve lugar entre 1971 e 1975, em que diversas áreas do governo proclamaram o nascimento de uma série de organizações populares, diretamente controladas por oficiais do exército especialmente incumbidas dessa função. No entanto, rivalidades políticas e interesses burocráticos destas organizações provocaram interferências mutuamente às organizações e as áreas respectivas do governo. Somase a esse quadro, a eficaz resistência e oposição das organizações sindicais e populares frente às tentativas oficiais para inviabilizá-las (COTLER, 1988). Dessa forma, frustrou-se o objetivo de

cooptação das lideranças sindicais e populares da estratégia corporativista do governo de Velasco.

O monopólio militar na atividade estatal, as mudanças no aparato produtivo desenvolvido durante o governo “revolucionário” de Velasco (1968-1975), foram acompanhados por uma política econômica populista, que não conseguiu satisfazer os diferentes interesses, desenrolando uma grave crise econômica na história peruana. Essa crise aprofundou os problemas relativos à participação dos diferentes setores sociais e sua relação com o Estado, Esgotando-se rapidamente a única experiência populista e o intento corporativista no Peru, ate então (COTLER, 1988).

3.3 O marco da reforma estrutural

No terreno da economia política, a crise cíclica do capitalismo⁴⁶ iniciada a partir dos anos 70 produziu no sistema uma recessão caracterizada por baixas taxas de crescimento – retrocesso no crescimento das economias capitalistas –, e altas taxas de inflação. Esse fenômeno aprofundou a brecha produtiva das economias semiperiféricas e periféricas, alterando profundamente as relações entre capital e trabalho e conseqüentemente, os modos de organização do trabalho. A administração da crise estava baseada em uma nova versão das receitas do “livre mercado” liberal (AMIN, 2000). Uma proposta ideológica cujas origens remontam à conclusão da Segunda Guerra Mundial, sua gênese ocorrendo como movimento intelectual e, posteriormente, como ideologia hegemônica. Esses argumentos são sustentados no livro de Friedrich Hayek, “*O Caminho da Servidão*”, escrito em 1944. Nessa obra, o autor reage contra o nascente Estado de Bem-estar, em plena formação nos países do núcleo orgânico.

⁴⁶Segundo Amin (2000), a crise que seguiu (entre 1968 e 1975) provocou a erosão e logo o colapso dos sistemas sobre os quais previamente se havia baseado a sua expansão. Esse período se caracteriza pelo caos ainda hoje não superado. As políticas implantadas sob essas condições não constituem uma estratégia positiva da expansão do capital, senão que, simplesmente, tratam de administrar a crise do capital (AMIN, 2000, p. 6, tradução nossa).

As causas da crise capitalista, segundo as posturas dos defensores do livre mercado, foram principalmente: 1) os gastos sociais excessivos por parte do Estado; 2) o exagerado intervencionismo do Estado na economia e 3) o poder excessivo e nefasto dos sindicatos (ANDERSON, 1995). A proposta de solução a esta crise consistiu na eliminação das causas, projetando-se um Estado débil nos gastos sociais e na intervenção econômica e um Estado forte em sua capacidade de quebrar o poder dos sindicatos⁴⁷. Essa proposta era apresentada, por seus defensores, como uma advertência aos perigos que implica a ingerência do Estado nas relações econômicas que os indivíduos e empresas desenvolviam.

A partir desse ponto na história, o crescimento e a manifestação da hegemonia do pensamento neoliberal se difundem como uma fórmula necessária e inevitável para a inserção de uma nação ou região na economia mundial. A inserção de uma nação terá que se circunscrever mediante o restabelecimento de controles e intercâmbios que a globalização do capitalismo impõe. A globalização é um processo histórico que afeta os diferentes subsistemas sociais e desenvolve novas “regras do jogo”. Ademais, apresenta características distintivas tais como a crescente interdependência dos mercados nacionais através do movimento de bens e serviços, o aumento da competitividade no comércio internacional, a internacionalização monetária e financeira, a expansão em escala mundial das empresas transnacionais, os desenvolvimentos tecnológicos e a nova dinâmica dos fluxos de capitais (AMIN, 2002).

Nesse processo, a preeminência do mercado age como principal regulador das relações sociais, impondo uma profunda reformulação das relações que o compõem. O impulso do processo globalizador a uma eficiente alocação de recursos levou à transformação das relações

⁴⁷Anderson aponta que: “As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista, com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”. (ANDERSON, 1995, p. 8).

entre o Estado e os atores sociais, efeitos que afetam as estruturas da ação e controle dos Estados, de forma que esses devem adaptar-se às mudanças que colocam as novas relações. A atual preponderância do mercado altera o papel estatal, instaurando-se um Estado a serviço principalmente do capital, com sensíveis conseqüências para o resto do tecido social.

3.3.1 O neoliberalismo como projeto

O pensamento neoliberal estava totalmente contraposto às circunstâncias econômicas latino-americanas do pós-guerra. Os altos preços das *commodities* e o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) permitiram um nível de desenvolvimento aceitável para a região. Com as profundas mudanças que começam a produzir-se no sistema econômico internacional, já nos anos 70, as economias latino-americanas sofreram uma carência crescente de capital. Além disso, os capitais do sistema financeiro internacional se orientaram ao crédito, financiando os grandes *déficits* dos governos ditatoriais latino-americanos, que foram cobertos com um maior endividamento externo. As conseqüências desse endividamento não afloraram senão até uma década mais tarde, quando as economias latino-americanas careciam dos meios para enfrentar os compromissos de pagamento dos mesmos (CHOMSKY, 2004).

A princípios da década de 1980, o projeto neoliberal se personaliza nos novos líderes dos EE.UU. e Inglaterra. Ronald Reagan e Margaret Thatcher se convertem nos principais impulsores do pensamento neoliberal no âmbito internacional e propulsores de programas de governo que se propõem corrigir os esbanjamentos de 30 anos de estatismo de bem-estar. Esse conjunto de propostas é sustentado pelos princípios filosóficos, políticos e econômicos conhecidos como constituídos do “projeto neoliberal” ou “neoliberalismo”, apontado por Anderson (1995) nos termos que seguem:

[...] Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural a sua extensão internacional (ANDERSON, 1995, p. 22).

Esse projeto recolhe elementos fundamentais da cultura moderna do progresso e se sustenta com base em princípios fundamentais do individualismo, no sentido da liberdade, como aponta MORAES (1994):

[...] É a argumentação de Hayek, um autor que transcende o universo estrito da economia política que, talvez, indique o caminho mais sistemático para compreender a lógica dessa corrente. A falta de consciência sobre os limites do conhecimento humano é um dos fatores que ameaçam a liberdade. Segundo Hayek, a compreensão dos indivíduos é limitada, entre outras razões porque eles só podem manipular uma parte de todo o conhecimento que contribui para o sucesso de suas ações. O indivíduo beneficia-se mais de conhecimento do que de consciência (MORAES, 1994, p. 7).

Como ideologia e programa que combateu o socialismo, impôs um capitalismo de livre mercado como forma de resolver os problemas dos países do núcleo orgânico, semiperiféricos e periféricos. Em âmbito global, o projeto neoliberal corresponde à confluência de três grandes movimentos: (1) em primeiro lugar, uma reação defensiva neoconservadora de certos setores dominantes que viram seus privilégios ameaçados pelas pressões sociais políticas internas e externas (conquistas dos sindicatos⁴⁸, das coletividades, consolidação do Estado de bem-estar, reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, avanços do terceiro mundo); (2) em segundo lugar, uma estratégia da grande burguesia transnacional para criar as condições de uma reestruturação tecnológica produtiva e um novo ciclo de acumulação com concentração de capital (mobilidade de capitais, flexibilização das relações de trabalho, redefinição das relações

⁴⁸Segundo Anderson (1995), a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, ocorreu em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. A partir daí, as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e em relação ao controle do dinheiro (ANDERSON, 1995, p. 10).

econômicas em âmbito global); (3) em terceiro lugar, iniciou-se uma ofensiva ideológica contrária aos países socialistas, aproveitando suas dificuldades econômicas e de crise de seus regimes políticos, com vistas a que estes regimes se dissolvam, conquistando uma hegemonia capitalista no âmbito global. (ANDERSON, 1995).

Os principais objetivos do ideário neoliberal são: (1) afiançar o princípio da propriedade privada, entendida como garantia da liberdade, da iniciativa empresarial e do progresso; (2) promover o mercado e a competitividade como forma de regulação da economia; (3) objetar o poder da organização e participação dos trabalhadores, dispersando-os para evitar que se constituam em sujeitos sociais e políticos; (4) restringir a intervenção do Estado na economia e na sociedade em geral. (MORAES, 1994).

Entre os principais teóricos do neoliberalismo se destacam figuras como Frederick A. Hayek (prêmio Nobel de economia de 1974)⁴⁹, Milton Friedman (prêmio Nobel de Economia de 1976), James Buchanan (prêmio Nobel de Economia de 1986) e Ludwig Von Mises (1881–1973, foi um dos mais influentes economistas de seu tempo). Seus principais divulgadores provêm da chamada “Escola de Chicago”, que compreende, a sua vez, diferentes sub-escolas como a do monetarismo, o do “capital humano”, o do “direito de propriedade” e da “economia da opção pública”. Não obstante, são várias as propostas que sintetiza o neoliberalismo, como aponta Ianni (1996):

É no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, a crescente articulação dos mercados nacionais em mercados regionais e em um mercado mundial, os novos desenvolvimentos dos meios de comunicação, a

⁴⁹Hayek desenvolve a idéia de que o mercado resulta numa instituição não-intencional e um artifício não-arbitrário, conseqüência da evolução da cultura ocidental, que parte da barbárie e chega à civilização como produto de uma lenta evolução. Nesta evolução, produz-se uma seleção natural, na qual, as instituições mais aptas permanecem. Hayek critica tanto Marx como Keynes, por seus supostos escassos conhecimentos do mercado, ao confundir intercâmbio com organização. Somente o intercâmbio mercantil pode lograr que os indivíduos – apesar de suas diferenças – prestem serviços recíprocos sem alienar sua liberdade (TIRONI, 1986).

formação de redes de informática, a expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais, entre outros desenvolvimentos da globalização do capitalismo. São muitas e evidentes as propostas e as reivindicações que se sintetizam na ideologia neoliberal: reforma do Estado, desestatização da economia, privatização das empresas produtivas e lucrativas governamentais, aberturas de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional. Esse e outros objetivos e meios inspirados no neoliberalismo impregnam tanto as práticas de governos nacionais quanto de organizações multilaterais (IANNI, 1996, p. 8).

Segundo Tironi (1986), os fundamentos principais do enfoque neoliberal se pode resumir nos seguintes pontos: (1) o princípio da superioridade da economia sobre a política; (2) uma concepção do homem baseada no lucro individual, na competitividade e na razão instrumental; primazia lógica e histórica do indivíduo sobre o grupo e a sociedade, os indivíduos são motivados por seus interesses particulares; (3) o mercado é o mecanismo principal de regulação das relações entre os indivíduos, o mercado permite o equilíbrio e a eficiência econômica; (4) a propriedade privada constitui um princípio fundamental para a defesa dos juros dos indivíduos e para sua atuação no mercado, a delimitação precisa dos direitos de propriedade e se constitui em condição de eficácia individual e de progresso social; (5) o Estado limita as prerrogativas dos indivíduos e obstaculiza o funcionamento do mercado, asfixia à iniciativa privada e impede a eficácia e o progresso⁵⁰, o Estado se restringe a garantir a propriedade e a liberdade econômica, a administração da justiça, da polícia e as relações internacionais; deve-se reduzir a burocracia e privatizar os serviços públicos; (f) o trabalho assalariado não outorga nenhum direito que não seja

⁵⁰A crítica à intervenção estatal está baseada nos seguintes argumentos: (1) é impossível conhecer e prever o curso da vida econômica e social devido a sua complexidade e à margem de liberdade dos múltiplos agentes que intervêm; a planificação resulta menos eficaz que o mercado; (2) ao proteger os mais débeis, o Estado desalenta a iniciativa dos indivíduos mais empreendedores e dos espíritos criativos, propiciando a mediocridade social e impedindo o progresso; (3) a administração pública gera uma burocracia ineficiente que os usuários não podem fiscalizar e emendar, sendo aconselhável privatizar ao máximo suas funções; (4) os serviços sociais a cargo do Estado, além de serem ineficientes, constituem uma carga cada vez maior sobre a economia e não podem continuar crescendo; é necessário também privatizá-los (TIRONI, 1986).

derivado da livre relação contratual entre indivíduos, pelo que não deve haver estabilidade no emprego nem função protetora do Estado na resolução dos conflitos de trabalho, nem participação na gestão da empresa (TIRONI, 1986).

Os princípios neoliberais apontam à flexibilização das relações de trabalho – supressão de todo vínculo rígido entre o trabalhador e um determinado posto de trabalho –, assim como a descentralização e a externalização da força-de-trabalho, recorrendo a sistemas de subcontratação, com a finalidade de estabelecer maior distância entre os verdadeiros centros de decisão empresarial e os trabalhadores diretos.

Na América Latina, gerou-se uma nova situação sócio-econômica e política no final dos anos 80, marcada pelo fim do modelo industrial substitutivo, ademais de grandes tensões entre o mundo da política e as transições democráticas, assim como no mundo do trabalho. É nesse contexto que surge o chamado "Consenso de Washington", que se centrou principalmente em assuntos de disciplina fiscal, de liberalização da política comercial e do regime de inversões, de desregulamentação dos mercados internos e de privatização das empresas estatais. Havia-se atingido um grau considerável de consenso acerca de dez instrumentos de política (TIRONI, 1986).

3.3.2 A proposta do Consenso de Washington

O "Consenso" foi escrito por John Williamson em 1990 e apresentado em um seminário internacional cujo tema foi "*The Political Economy of Policy Reform*". Reunindo um grupo de especialistas estadunidenses, funcionários do Governo de EE.UU., do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. As políticas tinham o objetivo de controlar a inflação e a liberdade de mercado, com vistas a melhorar a eficiência e a competitividade das economias em desenvolvimento, mantendo as taxas de crescimento econômico sempre elevadas (TAMAYO,

2003). Durante a década de 1990, foram implantadas políticas – por governantes e técnicos da América Latina – auspiciadas pelas Instituições financeiras internacionais e o Tesouro dos Estados Unidos⁵¹. Segundo Tamayo (2003), o consenso se sustenta nas propostas a seguir resumidas.

De acordo com Williamson os dez instrumentos de política propostos pelo "Consenso de Washington" (1990), eram: (1) a disciplina fiscal; (2) priorização do gasto público em educação e saúde; (3) reforma tributária; (4) taxas de juros positivas determinados pelo mercado; (5) tipos de câmbio competitivos; (6) políticas comerciais liberais; (7) abertura à inversão estrangeira; (8) privatizações; (9) desregulamentação e (10) proteção à propriedade privada (TAMAYO, 2003, p. 1, tradução nossa).

As políticas previstas no protocolo do Consenso de Washington permitiriam substituir definitivamente o modelo de industrialização substitutiva, reduzir drasticamente o papel do Estado, erigidos como fonte de todos os males, e permitir o desenvolvimento de mercados cada vez mais competitivos, eficientes abertos internacionalmente e mantidos pela propriedade privada. Prevalece nessa proposta a concepção tecnocrática e instrumental do desenvolvimento, que presume dois aspectos: o primeiro que afirma estar disponível o conhecimento experto e suficiente, que os povos só teriam que aplicar para entrar na senda do crescimento firme e sustentado; e o segundo, que considera que se pode prosperar individual e socialmente sem mudar realmente nem as regras das interações, nem os modelos mentais de atitudes e valores que nelas subjazem, é dizer, sem mudar a institucionalidade nem as valorações e práticas éticas (TAMAYO, 2003, p. 1, tradução nossa).

Os intelectuais defensores do Consenso de Washington tiveram no racionalismo instrumental a teoria e a prática do desenvolvimento. Tratava-se de encaixar, conforme a melhor

⁵¹O Secretario do Tesouro norte-americano, Robert Rubin, que provém de Wall Street, do mesmo modo que os anteriores secretários, Roger C. Altman e Nicholas Brady, trabalham em sociedades de inversão. Ernest Stern, antigo Presidente do Banco Mundial, era Diretor do banco J.P. Morgan, e o seu Presidente, James Wolfensohn, também era Diretor de um banco de investimentos (TAMAYO, 2003, p.1, tradução nossa).

teoria econômica prevalecente no momento, políticas de pretendido valor universal a serem implantadas por autoridades dotadas da suficiente vontade política e, se fosse necessário, aplicar a repressão. Tratava-se da adoção de políticas que são justificadas por pessoal técnico com base em seu exclusivo acesso à formação de alto nível⁵², que lhes propicia o acesso às instâncias decisórias administrativas, técnicas, políticas, econômicas e culturais, bem como a sua manutenção em posição de poder (WHITAKER, 2005).

Defende-se, entre esses intelectuais, uma corrente de pensamento que tem no crescimento e no comércio entre os países, o sustento da economia mundial. Desde esta perspectiva, a eliminação de barreiras que impedem a livre circulação de mercadorias, se converte em uma questão central, ganhando força como eixo do discurso dos organismos de crédito internacionais e demais organismos de arbitragem comercial. O discurso que propunha a desregulamentação comercial como requisito para o aumento do comércio entre as regiões desenvolvidas não era novo à época da divulgação do “Consenso” (GIGLI, 2001).

3.3.3 O ajuste estrutural

A crise latino-americana do final dos anos 80, objetivada na crise fiscal, nos processos hiper-inflacionários e na desvalorização monetária, apresentava-se como um processo de ampla mobilização de setores populares. Entretanto, em outros países – são os casos no Peru, na Bolívia, no Equador –, enquanto se verificava a desmobilização e despolitização destes setores ocorria a emergência de outros sujeitos sociais como principais protagonistas, como é o caso dos trabalhadores informais e imigrantes. Nesse contexto se dá a implantação do projeto neoliberal na América Latina, são suas características à transição do público ao privado; a flexibilização da

⁵²São os "tecnopols" preconizados pelo Consenso de Washington, a saber, políticos tecnocratas das elites periféricas altamente treinadas em centros acadêmicos norte-americanos e europeus (WHITAKER, 2005, p. 41).

legislação trabalhista; o enfraquecimento dos sindicatos e das forças políticas; o crescimento da economia informal; e o desvanecimento da credibilidade e representatividade estatal. Segundo Jiménez (1995), as causas das crises que a partir de então se manifestaram estariam localizadas em certas formas de administração e intervenção estatal e de política econômica.

O neoliberalismo pôs em dúvida o manejo do Estado assistencial (benfeitor), denunciando-o como oneroso, centralista, ineficiente e responsável pela estagnação, bem como o caráter desestabilizador das tendências igualitárias que colocava. Dado o peso que adquiriu a intervenção estatal na economia e nos aspectos político-sociais, as decisões a juízo do neoliberalismo, perderam racionalidade e passaram a resultar de negociações e acordos políticos que pelo menos alteraram a gestão governamental (JIMÉNEZ, 1995, p. 16, tradução nossa).

As idéias que serviram de fundamento à aplicação do receituário das políticas do Consenso de Washington, também conhecidas como Programas de Ajuste Estrutural (PAE), foram impulsionadas pelos organismos financeiros internacionais⁵³. O custo para alcançar as metas do plano era levar adiante um profundo processo de reforma das economias nacionais (sobretudo com medidas tendentes a diminuir o déficit fiscal) e é a partir de então que a difusão dos PAE se generaliza em todo o continente latino-americano. A imposição dos PAE pelos organismos financeiros internacionais abriu uma nova etapa, tanto sócio-econômica como política na região (GIGLI, 2001). Para o autor, o processo de Ajuste Estrutural trata de segurar uma estabilização das variáveis macro-econômicas, de acordo com a mais clássica teoria neoliberal. Entre os objetivos dos PAE se pode citar: (1) redução da proteção de taxas à indústria e agricultura; (2) liberalização dos preços; (3) desregulamentação do sistema financeiro; (4)

⁵³Considerava-se que o pagamento dos juros da dívida externa dos países latino-americanos, havia sido uma das causas que levou ao fracasso os intentos estabilizadores de meados da década de 80. Por isso, o governo dos EE. UU., repetiu a proposta do plano Baker de 1985 e impulsionou, em 1989, o plano Brady, apoiado pelos organismos financeiros internacionais, esse plano tinha como objetivo aliviar o cronograma de pagamento (e remir alguns deles) das economias com um alto nível de endividamento (GIGLI, 2001, p. 8).

desregulamentação do comércio internacional; (5) racionalização do Estado (GIGLI, 2001, p. 9, tradução nossa).

Um dos principais objetivos dos PAE é o de lograr que as decisões de investimento sejam determinadas pelo setor privado, de acordo com a rentabilidade que assinalam as vantagens comparativas e não com critérios de protecionismo ou de subsídios (GIGLI, 2001). Logo após os processos de reforma do Estado, de liberalização e de desregulamentação da economia, alguns países, lograram a estabilização macroeconômica tão desejada, mas com altos custos para as camadas medias e baixas e, pior ainda, para as organizações dos trabalhadores. Foram assentadas, assim, as bases para o funcionamento dos mercados com mínimo controle por parte do Estado. Medidas como as privatizações, a liberalização do comércio e reforma do setor público chegariam a impactar negativamente nos setores menos capacitados para essa profunda reconversão estrutural, tais como o grande incremento dos trabalhadores informais, o incremento nas taxas de desemprego assim como nas taxas de pobreza.

O aumento da mobilidade do capital e a desregulamentação do comércio exterior levaram a um barateamento das importações, com as conseqüentes pressões competitivas para as empresas da região. A necessidade de adaptação e a redução dos custos dos bens de capital provocaram um aumento da produtividade das empresas com importantes deslocamentos de trabalhadores da indústria de transformação. A reestruturação produtiva expulsou um importante número de trabalhadores de baixa qualificação, produzindo um aumento da taxa de desemprego, da informalidade, e grandes pressões para o setor público (GIGLI, 2001).

Assim, no Brasil e no Peru, as empresas pertencentes ao Estado foram submetidas a processos de privatização em momentos diferentes, segundo a situação sócio-econômica e política de cada país, com o objetivo de reduzir os gastos correntes do Estado e de sanear a dívida externa. Também impulsionando programas de redução da administração pública, mediante

medidas como redução de pessoal, aposentadoria antecipada. Além disso, foi promovida a reforma da previdência social também com o fim de reduzir gastos.

3.4 Neopopulismo e neocorporativismo

O retorno às democracias constitucionais na década de 80 fazia presumir que algumas das formas de dominação política não voltariam a ser praticadas. Não só as ditaduras militares se afastavam, senão que parecia que os populismos haviam sido enterrados na história desses países. Assim aponta Lodola (2004):

No final da década de 1980 e início de 1990, um ponto de vista amplamente compartilhado pela comunidade de cientistas políticos proclamava a morte e enterro definitivo do século populista latino-americano (Adelman, 1994; Drake, 1982; 1991; Kaufman-Stallings, 1991; Wirth, 1982). No entanto, poucos anos depois, a realidade demonstrava que o réquiem do populismo havia sido prematuro e que sua agonia resultava ser muito mais longa do que inicialmente se esperava (LODOLA, 2004, p. 11, tradução nossa).

A democracia constitucional erradicava a participação das forças armadas nos governos e o neoliberalismo aparecia dissolvendo a velha cultura política populista. Hipóteses a esse respeito sustentavam que o populismo respondia a uma etapa anterior de desenvolvimento sócio-econômico associada à industrialização por substituição de importações (ISI), e que as tendências globais à democratização e à modernização da economia de mercado, implicariam necessariamente na uniformização – no âmbito mundial – dos processos e dos sistemas políticos.

Paradoxalmente, em vários países de América Latina e particularmente no Peru e no Brasil, emergiram novas formas de lideranças com capacidade de adaptação ao modelo populista, o neopopulismo. Esse novo tipo de dominação política foi desenvolvido por atores surgidos em contextos de sistemas democráticos instáveis, caracterizados por organizações estatais e sistemas partidários em processo de deslegitimação (WEYLAND, 1997, p. 13, tradução nossa). O neopopulismo que caracteriza determinados governos com seus projetos de poder e de condução

política, como é o caso do Fujimori no Peru e de Collor no Brasil (cuja análise detalhada será apresentada mais adiante, nesta tese).

O populismo em sua acepção política abre a possibilidade de sua compatibilização com o liberalismo econômico. Os populismos clássicos como o Getulismo, o Peronismo, o Cardenismo e o Velazquismo, tinham como seus principais simpatizantes e base de apoio os trabalhadores urbanos assalariados regulamentados e à classe média baixa provinciana. O neopopulismo das últimas décadas procurou apoio entre trabalhadores urbanos em condição de informalidade e na população empobrecida do setor agropecuário, ademais das camadas mais altas que eram críticas do Estado. Evocou ideais neoliberais para justificar a mudança para uma economia de mercado em sentido abrangente, incluindo em suas reformas importantes medidas de ajuste estrutural que, na prática, não eram necessariamente destinadas a eliminar totalmente a intervenção do Estado. Essa significativa dose de pragmatismo propiciou a compatibilidade entre neopopulismo e neoliberalismo, mais além das possíveis tensões entre esses dois projetos. Ambos formaram uma aliança nos países em que as políticas econômicas provocaram uma crise hiperinflacionária⁵⁴.

Uma significativa combinação de afinidades entre neopopulismo e neoliberalismo se apresenta em conjunturas históricas similares, empurrados pelas necessidades criadas por uma profunda crise e a insistência em aderir às leis universais do mercado, a obsessão pelo equilíbrio fiscal, mas com uma necessidade neopopulista de procurar apoio através de programas de gasto social (WEYLAND, 1997, p. 11, tradução nossa).

Fenômeno que se inicia com o ressurgimento das novas democracias constitucionais latino-americanas a partir da década de 1980, o populismo faz um novo *debut* de sistemas

⁵⁴Nos casos do Brasil e do Peru, no final dos anos 80 iniciou-se uma aguda espiral inflacionária. No Brasil, no terceiro trimestre de 1988, a taxa de inflação estava em 1.000% ao ano. No caso peruano, esse fenômeno chegava, em 1989, a um patamar acima de 1.000% (SACHS, 1991, p. 138-140, tradução nossa).

políticos nacionais. O neopopulismo⁵⁵ nos remete ao conceito de populismo, do qual se supõe que é uma variante contemporânea. A atualização do conceito requer uma indispensável explicação que justifica que a ampliação do termo com a partícula “neo”, remetendo à transformação do populismo tradicional. O neopopulismo é uma forma legitimação que não é estranha ao regime democrático constitucional, senão que se nutre dele para colocar no centro da política o líder “natural” que encarna a vontade popular e, apelando à nostalgia comunitária, constitui-se no símbolo da unidade do Estado com a população (MAYORGA, 2004).

3.4.1 O neopopulismo

O neopopulismo implica em um tipo de dominação que se refere à personalização da liderança política – ademais de um discurso político⁵⁶ – dentro ou fora do sistema democrático constitucional. Sob essa perspectiva é possível considerar a confluência de alguns fatores que caracterizam a conduta política e o discurso dos atores chamados neopopulistas. Entre esses líderes predomina o carisma pessoal na representação política. Pode ser construído, como no caso de Fujimori, através da mídia, a qual majoritariamente, chegou a controlar. Ademais, lhe é favorável a debilidade dos mecanismos institucionais formais dos partidos políticos, permitindo o respeito às decisões do caudilho. Propicia a influência de fatores culturais no intercâmbio político, isto é, as relações clientelistas entre líder e seguidores são matizadas por elementos simbólicos, destacando-se a sua importância na conquista do voto.

⁵⁵O conceito de neopopulismo apresenta as mesmas dificuldades que o de populismo, alguma ambigüidade. Com este conceito foram assinalados os mais diversos tipos de atuação política, como um conceito “guarda-chuva”, pode servir como instrumental metodológico sob o qual poderia abrigar muitos conteúdos. Permite analisar as tensões, conflitos, acordos, encontros em torno da implementação da reestruturação econômica e social durante a década de 90 no Brasil e no Peru, a implantação de estilos diferentes de desenvolvimento, assim como, o conflito nas relações entre capital e trabalho. A promoção dessas transformações ou a luta contra elas tem sido, nesta década, o eixo central da política e o marco em que os regimes se desenvolveram. Na presente tese, toma-se como referência de análise essas ressalvas, ao mesmo tempo em que se adota, como salienta a definição de Mayorga (2004).

⁵⁶Segundo Laclau (2002), o discurso carece de referentes de classe e de vinculação com uma configuração socio-econômica dada, cabe assinar o rótulo populista a uma gama muito ampla de regimes políticos.

A precariedade da ideologia na conformação de identidades políticas facilita que novas demandas e novos sujeitos sociais sejam incorporados à política através destes líderes. Assim, com este tipo de dominação é possível abordar a análise de alguns casos nacionais. Conceituando o neopopulismo na perspectiva que salienta Mayorga (2004):

Em primeiro lugar, penso que o neopopulismo é uma forma elevada de decisionismo e voluntarismo político que tem se desenvolvido no marco de enfraquecimento ou decomposição das instituições democráticas (partidos, executivos, parlamentos, etc.). Em segundo lugar, o neopopulismo – uma variante atual do populismo tradicional marcado pela preponderância do líder carismático – exacerba o estilo de política personalista e anti-institucional que deriva de uma cultura política patrimonialista. Os atores neopopulistas promovem uma política anti-institucional, dirigida contra os partidos e as elites do "*establishment*" tradicional. No entanto, essa política anti-institucional se nutre paradoxalmente do marco institucional constituído pelo sistema presidencialista de governo. Desse modo, a política neopopulista tende a concentrar o poder em mãos do presidente e a empregar métodos de governo que prescindem das organizações partidárias e desvalorizam seu papel no sistema político. Em terceiro lugar, no plano ideológico, o discurso dos "*outsiders*" neopopulistas revela-se como ambíguo e eclético. É uma mistura de elementos que apelam às massas populares, ao "povo" oprimido e à nação acossada por inimigos internos y externos, mas traduzindo simultaneamente um compromisso com valores neoliberais e estratégias de transformação econômica baseadas na economia de mercado. Paradoxalmente, a retórica populista é usada para apoiar políticas ortodoxas. Daí que este discurso não seja uma ruptura com o populismo tradicional, senão que, pelo contrario, estabeleça uma continuidade notável com seus princípios ideológicos chaves que configuram um universo dicotômico (povo vs. exploradores, nação vs. anti-nação, etc.) Mas nem tudo è, por suposto, continuidade: o discurso neopopulista rompe com uma vertente substancial do populismo tradicional ao abandonar o anti-imperialismo, a política de estatização da economia, a estratégia do desenvolvimento para dentro e o distribuicionismo (MAYORGA, 2004, p. 12, tradução nossa).

O neopopulismo tem se legitimado pela descrença das camadas populares frente ao Estado, aos partidos políticos e às lideranças tradicionais. Acabou beneficiando as lideranças marginais que se viram isoladas do sistema vigente. É uma forma em que as camadas populares encontraram para demonstrar sua insatisfação com a moderna democracia constitucional, elegendo líderes não integrados nas redes de representação político partidárias já consolidadas, considerando-se como "*outsiders*" ou "independentes". São formações políticas de que apelam ao

discurso anti-partido e ou liderados por personagens cuja procedência é externa ao sistema político partidário existente.

A cultura política personalista e a incapacidade de elites de atender demandas sociais têm recriado as condições sociais necessárias para a emergência dos fenômenos neopopulistas, em numa espécie de movimento pendular da história. Assim sendo, o sucesso de lideranças neopopulistas tem como seus aliados a crise e a incapacidade de representação das elites – que chegaram ao governo através do voto popular –, em função do não cumprimento de muitas das promessas da democracia constitucional (CERVI, 2001).

Ademais, as lideranças neopopulistas utilizam o populismo político para impor um liberalismo econômico, adaptando o populismo a um ajuste estrutural no âmbito econômico, com a finalidade de defrontar a espiral inflacionária deixado pelos governos que as antecederam. Com a finalidade de reverter o cenário crítico anterior, as novas lideranças utilizam o espaço político com o patrocínio dos organismos multilaterais como o FMI, o Banco Mundial, o BID, assim como com o apoio – mesmo que não organizado – dos setores afetados pela crise. Assim, aponta Weyland (1997):

Collor, Fujimori e Menem, erigindo-se em neopopulistas, apelaram diretamente às massas não organizadas (com frequência através da televisão). Collor e Fujimori, que não contavam com nenhuma organização partidária significativa, dirigiram-se especialmente ao setor informal urbano e aos pobres rurais. Os três líderes ganharam as eleições com um apoio desproporcionado dos setores menos favorecidos da sociedade. Mas, uma vez no poder, os três presidentes impuseram drásticas medidas de ajuste e iniciaram a reestruturação para uma economia de mercado (WEYLAND, 1997, p. 14-15, tradução nossa).

Essa tendência seria uma manifestação de processos profundos de desintegração política, possibilitando o retorno de lideranças de cunho autocrático ao sistema democrático constitucional. Não obstante, não se podem deixar de lado as diferenças qualitativas do contexto político e institucional, para explicar os rumos distintos que seguiram esses processos em países

como o Brasil e o Peru. Uma característica importante do neopopulismo é que esse estilo de política se faz acompanhar de programas que utilizam mecanismos clientelistas amplamente difundidos entre os setores sociais carentes, o que gera um grande apoio⁵⁷. No contexto de ajuste estrutural, as políticas focalizadas, com benefícios mais seletivos e direcionadas a setores sociais específicos foram úteis para a construção de redes de clientelismo. Essas políticas não têm o impacto fiscal do modelo substitutivo, é funcional para pedir em troca apoio político. A nova variante populista é apontada por Trocello (2000):

Sua emergência demonstra que o populismo pode se adaptar à era neoliberal e que não está definido pelo dispêndio fiscal, pois ainda restringidos pela austeridade fiscal e as reformas do mercado, os líderes personalistas descobriram diversos instrumentos políticos e econômicos para movimentar o apoio do setor popular quando as instituições intermediárias estão em crise (TROCELLO, 2000, p. 8, tradução nossa).

Assim, os governantes neopopulistas tratam de ganhar uma base de apoio apelando às camadas de excluídos do anterior modelo Industrial Substitutivo de Importações (ISI), conformadas fundamentalmente por estratos não inseridos em atividades formais de trabalho. Tentam centrar seus esforços em lograr o apoio maciço dos setores carentes de organização, que necessitam de quem os represente e defenda seus direitos como cidadãos. Na mesma linha do populismo tradicional, os neopopulistas concebem a “massa marginal” ou o “setor informal”⁵⁸, não organizado, como reserva principal para obtenção de apoio. Suas

⁵⁷O apoio que receberam as lideranças neopopulistas por parte das camadas populares em diferentes lugares foram salientadas em diversos estudos. Alguns de estes estão contidos nos trabalhos de Cotler e Grompone El Fujimorismo (2001); Arias Quincot, Perú: Entre La Utopía y el Cinismo (1996), entre outros analisam essa temática, destacando a adesão do setor urbano popular emergente.

⁵⁸Ao referir-nos ao “setor informal”, sempre lembrar que esta categoria foi utilizada na década dos 70, a partir dos trabalhos da PREALC-OIT, com vistas a explicar a origem e desenvolvimento da informalidade no trabalho. É desenvolvido pela literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. É empregado, freqüentemente, para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde as relações capital trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais desenvolvidas por Tokman e Souza (1976; 1978). Sua descrição permite múltiplas abordagens e diferentes objetos de estudos – microempresas, ocupações por conta própria, trabalhadores do mercado de trabalho secundário –, embora parte expressiva dos estudos venha

convocatórias foram dirigidas a essas camadas populares do setor urbano e aos pobres do setor rural, ignorando as organizações intermediárias – como os sindicatos –, cujo principal apoio vem dos trabalhadores assalariados urbanos.

3.4.2 Neopopulismo e neocorporativismo no Brasil

Outras experiências tiveram uma seqüência similar. É o caso da encarnada pelo presidente Fernando Collor, no Brasil, que obteve para a sua eleição para Presidente do país, um importante apoio das camadas mais altas, mas também, das mais baixas, principalmente do setor informal.

Assim salienta Boito Jr. (1999):

Os grandes empresários e os meios de comunicação juntaram-se para apoiar o candidato viável da burguesia, e Collor soube juntar esse apoio dos “de cima” com a simpatia que ele angariara entre os “de baixo” – as pesquisas de intenção de voto indicaram que a maioria dos eleitores dos estratos de renda mais baixa pretendia votar em Collor. A formula do sucesso foi a retórica neoliberal (crítica aos “privilégios dos funcionários públicos, aos cartórios e aos monopólios”) apresentada numa linguagem de conotação popular – seu refrão de campanha, como se recorda, era a “caça aos marajás” (BOITO JR., 1999, p. 119).

O processo de reconfiguração das relações sociais, políticas e econômicas dos anos 90. Ocorre em sincronia histórica com a mundialização do capital e sob o signo das políticas neoliberais, na América Latina, desenvolveram-se formas renovadas de patrimonialismo, clientelismo e neocorporativismo. Essa reconfiguração se fez acompanhar de importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial, expressas nos investimentos em estratégias como os Programas de Qualidade

enfocando primordialmente as características e a organização de pequenas e microempresas de bens e serviços salientados por Duarte e Cavalcanti (1980); Souza e Araújo (1983); FIBGE (1993). Assim, a percepção da informalidade pode ser apreendida através de distintos marcos teóricos que, em virtude de diferentes propósitos, permite abordar os objetos múltiplos de estudo. Isto, entretanto, não pode vir a obscurecer o fato de que parcela expressiva dos trabalhadores mais pobres, em praticamente todos os países do globo, inserem-se numa plêiade de situações que podem ser representadas por meio de diferentes inserções no setor informal. Esse fato é o motor que renova o interesse sobre o tema (CACCIAMALI, 2000, p. 154).

Total, Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e, por outro lado, a debilitação do coletivo sindical, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, características essas marcantes das políticas neoliberais (ALVES, 2000).

As novas formas de corporativismo, ou o neocorporativismo⁵⁹ consistem em um sistema em que o Estado contribui à criação de mediadores privados. As redes legais do neocorporativismo estão integradas de maneira mais o menos formal pelos profissionais. O alto funcionário público que surge dos grandes corpos do Estado possui capacidade de assumir de maneira técnica os problemas políticos e, de maneira política, os problemas técnicos. Há transações, negociações e intercâmbio de informações entre os mediadores e o Estado, através das redes legais. Existe um acerto mútuo e um intercâmbio de recursos diferentes (poder econômico, social e político). (CARTIER, 1996).

É preciso salientar que o neocorporativismo, ao igual que o corporativismo, abarca um amplo uso político. Existe, porém, uma importante diferenciação entre corporativismo social e corporativismo estatal. O primeiro implica em um ressurgimento mais o menos autônomo das organizações que buscam uma negociação com o poder público, enquanto o segundo se refere a um controle autoritário do Estado sobre as organizações, com o objetivo de mantê-las sob o seu domínio. Assim aponta Medina (1992):

Existe um amplo campo em muitos e distintos países para aprofundar a análise do modelo de corporativismo estatal, mas a discussão dentro das ciências sociais tem focado quase em sua totalidade a análise organizacional nos países industriais avançados, especialmente os da Europa ocidental (Áustria, Suécia, Suíça, os Países Baixos, Noruega, Dinamarca), atribuindo-lhe nomes como corporativismo societal ou social (Schmitter), corporativismo

⁵⁹Segundo Cartier (1996), Schmitter mostra que o paradigma dominante da teoria pluralista que postula a livre concorrência de interesses para o acesso aos recursos públicos, não explica a articulação entre os grupos de interesse e as políticas públicas típicas de certos países europeus. O corporativismo pode definir-se como um sistema de representação de interesses em que as unidades constituintes estão organizadas em um número limitado de categorias singulares, obrigatórias, não competitivas, reconhecidas ou admitidas, por não dizer, criadas pelo Estado e às quais se tem garantido um monopólio deliberado de representação no seio de suas categorias respectivas, em troca da observação de certos controles sobre a seleção dos líderes e a articulação das demandas e dos interesses (CARTIER, 1996, p. 12, tradução nossa).

liberal (Lehmbruch), ou simplesmente, em época posterior utilizando o conceito genérico de neocorporativismo ou neocorporatismo. É importante notar um detalhe lingüístico interessante: a supressão da sílaba, ao utilizar-se corporatismo em lugar de corporativismo. Segundo Schmitter, não foi um fato premeditado, já que se podia deduzir tranquilamente do original francês que ele utilizava: “corporatisme”. No entanto, para muitos acadêmicos da Europa ocidental resultou mais atraente o conceito simplificado com o objetivo de distingui-lo explicitamente da forma de organização corporativa dos regimes fascistas. O prefixo *neo* trata de isolar desta teoria as sombras do passado: de igual maneira, com outro artifício lingüístico, em inglês e em espanhol, os teóricos de esta corrente transformaram as terminações de *ivism* em *ism* e *ismo*, para distinguir o uso atual do velho modelo corporativista de ingrata memória (MEDINA, 1995, p. 195-196, tradução nossa).

A natureza e as implicações do nascimento de um neocorporativismo remete às dimensões centrais desse conceito, que sofreu uma ampliação desde o trabalho seminal de Schmitter (1974), passando a abranger tanto determinadas propriedades associativas quanto características do processo decisório. Segundo Tapia e Gomes (2002):

Nos trabalhos de Schmitter (1974; 1982) as razões para o envolvimento do Estado a favor dos arranjos neocorporativistas vinculam-se à necessidade de obter informações, mobilizar *expertise*, bem como a colaboração dos outros atores econômicos e sociais. A construção de consenso é a maneira de exercer influência sobre os atores econômicos centrais no curso das variáveis macroeconômicas. A negociação entre governo e organizações de representação do capital e do trabalho permitiria previsibilidade e periodicidade ao cálculo político e econômico do Estado (TAPIA; GOMES, 2002, p. 6).

O envolvimento ativo das organizações de representação de interesses, além de fundamental na implantação dessas políticas e programas, possibilita uma redução das chances de contestação das políticas implantadas. Assim, nos arranjos neocorporativistas, a cooperação é fundamental para a formação e a implantação das políticas públicas, especialmente no campo macroeconômico. A lógica da concertação está ancorada não apenas no papel mediador e indutor do Estado, mas depende igualmente da construção de relações de compromisso e confiança entre sindicatos e empresários. A condição básica para que haja políticas de concertação é a existência

de disposição dos interesses organizados de negociar compromissos conjuntos. No Brasil, por exemplo, o reforço do conteúdo corporativista dos sindicatos renovou-se sob um neocorporativismo, como salienta Alves (2000):

[...] o poder sindical nos anos 80 esteve preñado de potenciais neocorporativistas, que iriam se desdobrar sob o novo complexo de reestruturação produtiva. A estrutura sindical descentrada, descentralizada, desenraizada e, principalmente, verticalizada, seria propícia à metamorfose do "egoísmo de fração" do corporativismo estatal para um neocorporativismo setorial, em que categorias assalariadas tenderiam a preservar a sua institucionalidade sindical no meio da precariedade da classe. É no interior da inércia estrutural do corporativismo de Estado inscrito na estrutura sindical brasileira que se desenvolveriam as estratégias sindicais de semblante neocorporativista, que procurariam mais do que transformar, adequar-se à estrutura sindical vigente, inclusive como estratégia de sobrevivência política (principalmente sob o impulso disruptivo do novo complexo de reestruturação produtiva) (ALVES, 2000, p. 114).

Assim, a fragmentação dos trabalhadores e sua individualização reforçam o conteúdo corporativista dos sindicatos, agora renovado sob um neocorporativismo sustentado na separação entre os trabalhadores de primeira categoria (os contratados) e os trabalhadores de “segunda categoria”, entre os com emprego e os sem emprego, entre os formais e os informais (DRUCK, 1996, p. 34).

3.4.3 O neopopulismo no Peru

Algumas dessas características foram assumidas no início deste ciclo neopopulista, desenvolvido pelo governo da APRA – liderado por Alan García (1985-1990) –, que se sustenta fundamentalmente no apoio de setores não organizados de camponeses e trabalhadores informais. Em seu discurso de posse como Presidente da República, sua proposta ia dirigida para os 70% mais pobres do setor rural e das cidades, baseada na reativação da agricultura e no melhoramento dos rendimentos, assim como, no acesso ao emprego pelos desempregados urbanos. De fato, o

governo de García implementou programas de emprego com baixa remuneração, de trabalho temporário para o setor urbano, como o *Programa Ocupacional Emergencial*⁶⁰ (PROEM), o *Programa al Ingreso Temporal* (PAIT), e o crédito facilitado para produtores rurais através do Banco Agrário (VERDERA, 1990, p. 115, tradução nossa).

O neopopulismo implantado por Fujimori teve algumas similitudes em relação com o governo populista – com alguns traços neopopulistas – de García. Ambos dos governantes apelaram ao setor informal como sendo o alvo de suas políticas públicas. Esse setor não tinha maior compromisso político ou organizativo, sendo mais receptivo às promessas populistas e constituindo-se na base social do neopopulismo. Ao mesmo tempo, houve uma nítida diferença na condução econômica, já que o governo de Fujimori desenvolveu a estratégia de utilizar o populismo político para impor um liberalismo econômico, através de um ajuste estrutural ancorado no protocolo do Consenso de Washington, com a finalidade de defrontar a espiral inflacionária deixada por seu antecessor.

No caso peruano, os setores informais tiveram um crescimento significativo, especialmente nas grandes cidades, alimentados pelo enorme fluxo migratório das populações pobres do setor rural, salientado por diferentes autores como Matos Mar (1976); Adams e Valdivia (1991); Cotler e Grompone (2001), entre outros. Como produto da escassa criação de empregos no setor formal da economia, muitos destes novos sujeitos populares urbanos vêm tendo que sobreviver na base de atividades econômicas desenvolvidas à margem da formalidade existente e sem a “proteção do Estado”, como o comércio ambulante, as atividades em pequenas oficinas informais ou os serviços que não se ajustam à legislação trabalhista (ADAMS; VALDIVIA, 1991).

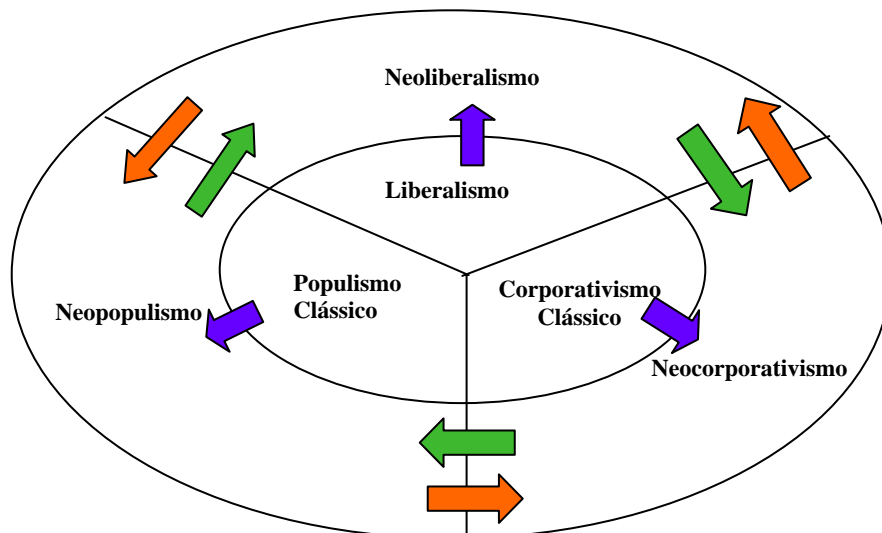
⁶⁰Segundo Bernedo (2000), o governo de García foi adverso aos sindicatos e colocou em marcha um sistema de contratação laboral a prazo fixo sem limitações – o Programa Ocupacional de Emergência (PROEM) em 1986, que converteu o novo emprego em instável (BERNEDO; BASTIDAS, 2000, p. 23, tradução nossa).

A maior parte deste emergente setor se localiza entre os grupos de pobreza; só uma fração pequena deles está em melhor posição que os trabalhadores formais. A maioria do setor informal não tem vínculo com as organizações nacionais e constitui um público especialmente disposto a apoiar um movimento neopopulista. Assim, salienta Lodola (2004):

Enquanto o populismo centralmente mobilizava a classe trabalhadora urbana sindicalizada, o crescimento da informalidade e da heterogeneidade do mercado de trabalho e a conseqüente perda de poder do movimento operário faz com que a política neopopulista fundamentalmente movimente e articule a setores informais urbanos e, em alguns casos, os pobres rurais. Os exemplos mais claros são Fujimori, sobretudo durante o seu primeiro mandato (LODOLA, 2004, p. 18, tradução nossa).

A presença de novas formas de lideranças personificadas por Collor e Fujimori, leva a afirmar que o populismo, assim como o corporativismo, são suficientemente acomodáticos para se adaptar em situações sócio-econômicas e políticas diversas, coadjuvando a formas inovadoras de patrimonializar o Estado. Dita acomodação pode ser observada na seguinte figura apresentada a seguir:

Figura 1 – Esquema ilustrativo da reconfiguração das relações sociais, políticas e econômicas na década de 90 no Brasil e no Peru.



Fonte: Elaboração própria.

Essa articulação é produto do novo tipo de relacionamento com as instituições clássicas de mediação e representação política, como partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil. Conquanto a estratégia de incorporação do velho populismo se sustentava no uso de mecanismos corporativistas que as seguravam o controle “desde cima”, na distribuição de benefícios sociais e na articulação das demandas dos trabalhadores, os líderes neopopulistas pretendem manter distância dessas instituições para desenvolver uma relação direta com esses setores. Também se soma a importância do “setor informal”, ao ser mostrado como um modelo de um tipo de novo empresário, pretendendo com isso afirmar que a livre iniciativa de mercado é a melhor alternativa também para a sobrevivência dos menos privilegiado. Como foi salientado por Hernando de Soto no caso do Peru (desenvolvido no capítulo mais em diante).

No Brasil, a preservação da estrutura corporativista sustentou o surgimento de um neocorporativismo de cariz societal, de caráter setorial (ALVES, 2000). Embora, o ciclo neopopulista do período Collor tenha sido breve – seu final se deu em setembro de 1992 –, durante esse curto período iniciaram-se os esforços para reviver as câmaras setoriais. No final de 1991, tinha-se negociado com 32 organizações (sindicatos, organizações patronais, autoridades locais, regionais e nacionais, assim como representantes das empresas montadoras de veículos). A contribuição dos sindicatos da CUT foi importante no primeiro *Acordo Setorial Automotivo*, que entrou em vigência em março de 1992 (DOMBOIS; PRIES, 2000). Portanto, o controle do mercado nas novas condições do complexo de reestruturação produtiva, resulta o caminho mais viável para a integração dos trabalhadores à ordem do capital do que o velho controle estatal. Assim, o neocorporativismo societal, vigente sob o novo complexo de reestruturação produtiva,

cumpriria a mesma função social do corporativismo estatal: a moderação das lutas dos trabalhadores, restringindo a ação do movimento sindical a acordos produtivos (ALVES, 2000).

Assim, as respostas das organizações sindicais no ABC paulista, durante a década de 90, relacionam-se com a significativa densidade institucional que caracteriza a região, que se expressa na presença de sindicatos organizados, representativos e com importante experiência negociadora; de empresas e gerências que também desenvolveram, ao longo do tempo, uma capacidade negociadora superior à média da existente no país; e de governos municipais comprometidos com processos e programas inovadores de gestão em várias áreas (ABRAMO; LEITE, 1998). Assim é salientado por Leite (2000):

[...] novo olhar vem revelando experiências novas de enorme importância para a discussão sobre o futuro da sociedade, as quais dizem respeito à criação de novas institucionalidades relacionadas ao trabalho, que apontam em direção a uma nova forma de regulação social (LEITE, 2000, p. 81).

Os passos iniciais da Câmara estiveram marcados por discussões voltadas à identificação, demarcação e análise dos problemas econômicos e sociais enfrentados pela região e suas diferentes possibilidades de resolução. Uma articulação que envolveu as prefeituras da região industrial automotiva, o governo do Estado de São Paulo, os sindicatos de trabalhadores, as principais empresas da região e a sociedade civil organizada, reunida no Fórum da Cidadania, a Câmara emerge como uma instituição capaz de articular uma ampla proposta não só de reconversão da região, como também de uma nova forma de governabilidade baseada na sociedade civil organizada, que se afasta tanto do modelo de governança baseado no Estado do Bem-Estar Social, como do capitalismo desorganizado caracterizado pela hegemonia do mercado (LEITE, 2000, p. 81).

Uma proposta de reconversão econômica e social, que parte do princípio de que face às transformações produtivas que estão ocorrendo atualmente, para continuar sendo atrativa para as grandes empresas, em especial a automobilística, a região deveria transformar-se num centro tecnológico de pesquisa e desenvolvimento baseado na produção e no trabalho qualificado. Eis o campo em que a categoria do interesse toma forma e acende à posição de elemento central nas políticas sindicais. Uma vez que o sindicalismo contemporâneo elege a relação direta com o empresariado sua atuação político-econômica, operando segundo a lógica do mercado.

Assim, a definição do neocorporativismo desenvolvida por Schmitter (1974), identifica aos fenômenos socio-políticos em que o governo é exercido via acordos tripartites entre representantes do Estado, capital e trabalho. Tal sistema de representação de interesses teria como unidades constitutivas, um número limitado de categorias não competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, além de detentoras de um monopólio de representação. O corporativismo societal (neocorporativismo) seria o estabelecimento de algum grau de institucionalização do conflito.

Embora haja a análise de autores como Offe (1993), que salientam os arranjos neocorporativistas como mecanismos criados pelo Estado como forma de retardar os efeitos de sua própria crise. Institucionalizando o conflito e reduzindo sua intensidade, o neocorporativismo ocultaria as diferenças entre as diferentes camadas sociais, cobrindo as desigualdades de poder estruturais existentes na sociedade capitalista.

4 A ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

No presente capítulo, pretende-se esquadrihar uma retrospectiva histórica da organização e ascensão do movimento sindical no Brasil até o final dos anos 80 e suas relações com o Estado. Busca-se apreender o processo histórico de articulação entre populismo e corporativismo no movimento sindical brasileiro. Na primeira parte, apresenta uma visão geral do processo de formação e organização do movimento sindical brasileiro, destacando-se a importância da imigração estrangeira, a relação com os ideais políticos da época e as suas características mais salientes. Por sua vez, desenvolvem-se as relações com a ação política do Estado, chamando a atenção para os referentes históricos mais importantes.

Também, aborda-se a situação do sindicalismo no Brasil precisando considerar alguns antecedentes históricos. É importante salientar a conformação de um sindicalismo corporativista associado ao governo populista de Getúlio Vargas, consolidado, sobretudo, durante a segunda metade da década de 1930 – durante a ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945 – o que implicou uma subordinação dos sindicatos, não só em relação ao Estado como responsável de sua reprodução, mas também, ao regime político que configurou um tipo singular de dominação.

Na segunda parte, privilegiam-se os momentos de definição da ordem institucional legal entre Estado e sindicatos, ou seja, as mudanças nas relações trabalhistas na sociedade urbana industrial dos anos 70; a expansão e consolidação do sindicalismo da CUT durante o processo de modernização dos anos 80 - passando pela polaridade de ditadura *versus* democracia, a qual originou processos de reconstrução das organizações dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito a sua capacidade de organização e a suas relações políticas.

4.1 Organização sindical e corporativismo no Brasil

O primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, iniciou um processo de desenvolvimento industrial e modernização, nacionalizando a economia com incentivos ao capital privado e com a criação de novas empresas estatais. Desenvolveu assim, uma forte estrutura administrativa, militar e econômica do Estado nacional. Além disso, fechou o Congresso, nomeou como interventores nos Estados representantes pessoais do governante, e desenvolveu uma composição política com as elites regionais remanescentes do regime anterior. A política trabalhista⁶¹ caracterizou-se pela criação de sindicatos que associavam diferentes tipos de trabalhadores. Foram elaboradas leis trabalhistas relacionadas com a nacionalização do trabalho, o salário mínimo, a sindicalização e a carteira profissional. Essas foram reunidas e ampliadas, dando lugar em 1943 à “Consolidação das Leis do Trabalho” (SCHWARTZMAN, 1982).

O processo iniciado pelo governo de Vargas pode ser dividido em várias etapas. Segundo Werneck Vianna (1978), em uma primeira etapa, de 1931 a 1934, o Estado inicia um tipo de prática intervencionista. Além de atuar sobre o mercado de trabalho, em nome de uma pauta não-liberal, restringe a autonomia da vida associativa operária nos termos da nova legislação sindical e procura neutralizar sua capacidade de intervir sobre o mercado. Por sua vez, os sindicatos, conservando muito da sua autonomia anterior, não se deixarão conter nos canais institucionais recém criados, pelo menos nos grandes centros urbanos. Uma segunda etapa, de 1934 a 1935, é inaugurada com a Carta Constitucional de 1934. Determinou-se a autonomia e a pluralidade

⁶¹Segundo Schwartzman (1982): “Todo o esforço de Vargas vai consistir em criar organismos onde as questões de alguma relevância passem a ser consideradas do ponto de vista técnico”. ‘O Estado puramente político’ - diz um de seus discursos - no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo atualmente entidade amorfa, que aos poucos vai perdendo o valor e a significação. E no decreto que disciplina a organização sindical varguista, Lindolfo Collor cita a bíblia do castilhismo – Augusto Comte: ‘Guiados por essa doutrina, nós saímos fatalmente do empirismo individualista, desordenado e estéril, que começou a bater em retirada há quase meio século, para ingressarmos no mundo da cooperação social, em que as classes interdependem uma das outras e em que a idéia de progresso está subordinada à noção fundamental da ordem’ (SCHWARTZMAN, 1982, p.1).

sindicais em preceitos constitucionais, embora uma e outra fossem atenuadas por decreto federal de sentido contrário. O movimento operário teve facultado, em tese, a livre atuação sobre o mercado, apesar de não estar realmente isento do controle do Ministério do Trabalho. A aparência de autonomia do movimento sindical veio a coincidir com a ampliação da política intervencionista estatal sobre o mercado. Uma terceira etapa, de 1935 a 1946, é assinalada pela radical transformação do movimento operário sindical. Este é redefinido, em 1937, como agência de natureza pública. Após a chamada Intentona de 1935⁶², o movimento operário não teve força para transgredir a legalidade que lhe foi imposta. O Estado assumiu a forma plenamente corporativa, exercendo uma ação reguladora e disciplinadora sobre todos os fatores envolvidos no mercado (VIANNA, 1978, p. 38).

Assim, o Estado no Brasil tem, desde a época analisada, uma presença importante na estrutura sindical. Para Fausto (1994), percebe-se nesse período um processo de reorganização das classes sociais no Estado, estabelecendo-se políticas públicas e uma estrutura orgânica do aparelho estatal que geraram certo deslizamento do poder de decisão de grupos privados para a burocracia pública. Isso terminou dando passo a um novo tipo de Estado. Conforme Fausto (1994):

Um novo tipo de Estado nasceu após de 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. 1º a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2º a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os a uma

⁶²Foi o nome usado para designar o levante militar deflagrado pelo Partido Comunista Brasileiro em 1935, tendo como objetivo a tomada do poder. O movimento previa, em sua primeira etapa, a instalação de um governo nacional revolucionário sob a chefia de Luís Carlos Prestes. A eclosão do levante se deu no Rio Grande do Norte e depois em Pernambuco, mas a etapa mais importante era a sublevação da Vila Militar no Rio de Janeiro, um complexo de quartéis que representavam o centro nervoso das forças incumbidas de garantir a segurança nacional. Em Natal (Rio Grande do Norte), o movimento iniciou-se antecipadamente, em 23 de novembro de 1935, quando sargentos, cabos e soldados tomaram o 21º Batalhão de Caçadores e instalaram um Comitê Popular Revolucionário. Quatro dias depois, as tropas do Exército e polícias dos Estados vizinhos tomaram o quartel, restabelecendo a ordem (WEGUELIN, 2005, p. 1).

aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3º o papel central atribuído às Forças Armadas - em especial o Exército – como suporte de criação de uma indústria de base e como fator de garantia da ordem interna. O Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana. Foi desse modo, e não porque tivesse atuado na Revolução de 1930, que a burguesia industrial foi promovida, passando a ter voz e força no interior do governo. O projeto de industrialização foi aliás muito mais dos quadros técnicos governamentais do que dos empresários (FAUSTO, 1994, pp. 182-183).

A partir de um decreto de governo, de março de 1931, o sindicalismo foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. Isso foi amalgamado com maior ênfase na Constituição de 1934. No entanto, os conflitos sociais gerados por problemas econômicos – que se manifestaram com radicalidade tanto por militantes de direita como de esquerda – se agudizariam nos anos de 1935 a 1937.

Getúlio Vargas deu um golpe de Estado com apoio dos militares em 10 de novembro de 1937. Para a legitimação do golpe, argumentou-se a descoberta do Plano Cohen⁶³. O governo (1937-1945), também conhecido como Estado Novo elaborou outra carta constitucional inspirada na Constituição Polonesa então em vigor, e por isso, apelidada de “polaca”⁶⁴. Em disposições transitórias estabelecia-se que ela só entraria em vigor, na sua totalidade, depois de ser submetida a plebiscito. Como isso nunca foi realizado, o regime político ficou indefinido e o chefe da nação passou a governar por meio de decretos leis.

Na Constituição de 1937, pode-se observar uma forte intervenção no movimento sindical, proibindo, de um lado, o direito de greve, e, de outro, interferindo na organização dos trabalhadores. O texto constitucional explicitou, no artigo 138, o princípio do sindicato

⁶³O Plano Cohen foi um documento atribuído à Internacional Comunista que proporia a tomada do poder pelos comunistas. Foi divulgado pelo governo brasileiro em 30 de setembro de 1937. Anos depois, segundo a fonte, o documento teria sido forjado pelo governo de Vargas com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937 (DIVULGAÇÃO, 2005).

⁶⁴A Constituição outorgada em 1937 era inspirada na Constituição polonesa do General Pilsudski. A Polônia era regida, na época, por um regime de tipo fascista (MENDES, 2005).

reconhecido pelo Estado, com funções delegadas pelo poder público, sendo o único com direito de representação legal e em condições de referendar contratos coletivos de trabalho obrigatório para todos os seus associados. O Decreto Lei Nº 1.402 de julho de 1939 e os Nº 2.377 e Nº 2.381 de 1940 intensificaram, em consonância com a Carta Política, a dependência do sindicato em relação ao Estado. Segundo Queiroz (2000), o governo de Vargas instituiu:

i) o poder de intervenção do Ministério do Trabalho nas entidades sindicais; ii) o controle do orçamento do sindicato pelo Ministério do Trabalho; iii) as penalidades de suspensão e destituição dos direitos dos sindicalistas; iv) o enquadramento sindical, por categoria e base territorial, v) a proibição de criação de central sindical, vi) a cassação da carta sindical; vii) o imposto sindical; viii) o sistema de unicidade sindical; ix) a exigência de constituição de associação pré-sindical como condição para a criação de sindicato; bem como x) o número de membros nas diretorias sindicais. Concluindo este ciclo, de forte intervenção estatal na organização sindical, foi baixado o Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, reunindo toda a legislação trabalhista e sindical na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Deve-se ressaltar que, ao mesmo tempo em que reprimia a ação sindical politizada e enquadrava os sindicatos, o Estado Novo atendia a inúmeras reivindicações dos trabalhadores, por exemplo, o salário mínimo (QUEIROZ, 2000, pp. 14-15).

O populismo do governo de Getúlio Vargas seria constituído por uma adaptação da herança autoritária e pela presença de uma liderança carismática. Esta última consistiu na aceitação da população de uma liderança tida como detentora de qualidades extraordinárias. Assim, o tipo de dominação no exercício do poder caracterizou-se pela combinação de plebeísmo, autoritarismo e dominação carismática.

É sob esse quadro que os trabalhadores urbanos não organizados tendiam a expressar suas reclamações e o Estado a definir uma direção política dirigida “do alto”. A relação direta do líder com a massa desorganizada é o aspecto formal mais saliente desse fenômeno político (BOITO JR., 2004). Junto com a política de concessões aos trabalhadores – que incluía os direitos de auxílio-natalidade, de salário-família, de licença para gestante, de estabilidade no emprego após 10 anos, e de descanso semanal remunerado - extinguiu-se o direito de greve e a independência

dos sindicatos, os quais passaram a ser dirigidos por líderes ancorados no governo e conhecidos como “pelegos”.

No setor produtivo, com a crise do setor agrícola-exportador, no final dos anos 20, seguida dos efeitos da Grande Depressão sobre a economia brasileira, a ação do Estado em defesa da cafeicultura ajudou indiretamente o desenvolvimento industrial. A demanda de produtos manufaturados passou a crescer primordialmente em função da renda gerada nas atividades ligadas ao mercado interno, e o nível da renda foi sustentado por políticas macroeconômicas expansionistas implementadas em defesa do setor exportador (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

A proteção à indústria foi aumentada devido à desvalorização da taxa de câmbio⁶⁵, o controle do mercado de câmbio e os controles quantitativos das importações. Com isso a indústria passou a liderar o crescimento e a industrialização avançou substituindo importações de bens de consumo e de alguns bens intermediários. Segundo Versiani e Suzigan (1990), entre fins da década de 30 e meados da de 50, o Estado passou a financiar e a investir diretamente no desenvolvimento de algumas indústrias de insumos básicos (siderurgia, mineração, álcalis e petroquímica) e a reforçar a infra-estrutura (energia e transportes).

A característica marcante desse período em relação ao desenvolvimento industrial foi a decisiva participação do Estado⁶⁶ como produtor direto na implantação de algumas indústrias de

⁶⁵Para Versiani e Suzigan (1990), a política cambial passou a ser o principal instrumento de proteção, através de: (a) a desvalorização da taxa de câmbio, nos anos trinta; e (b) a introdução, desde os anos trinta, de controles do mercado de câmbio com escala de prioridade para importações. No pós-guerra, com a taxa de câmbio mantida fixa (sobre valorizada), tais controles foram intensificados e ampliados na administração das importações (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 25).

⁶⁶O nacionalismo econômico encontrou um terreno fértil para seu desenvolvimento aproveitando-se da crise internacional do capitalismo. As indústrias se expandiam no país, aumentavam as exportações e a receita, tanto das empresas como do próprio Estado. Porém, o aumento da industrialização determinava o aumento de trabalhadores operários, organizados em sindicatos e que nas últimas décadas havia mobilizado milhares de trabalhadores e obtido conquistas, que em seus momentos de reivindicação e luta era liderada por anarquistas, muitos de origem italiana, ou seja, um [segmento] politizado e relativamente bem organizado para aquele momento histórico; sem dúvida um grande empecilho para a "conciliação" (BRASIL, 2005, p.1).

base e na geração de energia elétrica, impulsionando empreendimentos estatais⁶⁷ (ou de economia mista) voltados à indústria (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

No início dos anos 40, o aumento dos preços do café no mercado externo e a permanência das dificuldades de importação, devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, favoreceram o aumento da produção industrial interna. Data dessa época a reforma monetária que substituiu os mil-réis pelo cruzeiro. Em relação aos trabalhadores, deve-se destacar que o Estado novo acentuou sua intervenção sobre o mundo do trabalho. O governo de Vargas promoveu, neste período, a reorganização do movimento operário, tentando transformar as organizações sindicais de patrões e de empregados em órgãos de colaboração de classe e base de seu poder político. Assim, cancelou-se o registro dos sindicatos; foram dissolvidas as antigas diretorias, indicando-se homens de confiança do governo (os “pelegos”) para as novas funções; e determinou-se a limitação dos programas governamentais a atividades recreativas e assistenciais. Em 1939, uma nova lei criou o “sindicato único” por categoria, sendo proibidas as associações mais amplas. Além disso, foram proibidas as greves e quaisquer atividades de protesto.

Na década de 40, o governo de Getúlio Vargas começa dar signos de esgotamento. Em 1943, alguns intelectuais de Minas Gerais lançaram o “Manifesto dos Mineiros” que promovia a redemocratização, o fim do Estado Novo e a “União Nacional sem Getúlio”. A situação política determinou que o presidente convocasse eleições diretas para o dia 28 de Fevereiro de 1945, e a instalação de uma Assembléia Constituinte. Os acontecimentos políticos levaram à organização de novos partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – formado por setores getulistas e da União Democrática Nacional (UDN) – que representava a burguesia nacional e possuía traços

⁶⁷Podemos destacar: 1) No setor de mineração, a criação da Cia. Vale do Rio Doce, em 1942; 2) Na siderurgia, a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, e o controle acionário pelo Banco do Brasil em 1952, da Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA), fundada em 1944; 3) Na química, a criação da Companhia Nacional de Álcalis em 1943, para produção de barrilha e soda cáustica; 4) Na produção de motores pesados, com a criação da Fábrica Nacional de Motores em 1943; e 5) Na geração de energia elétrica, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, fundada em 1945 (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 27).

anti-varguistas e anticomunistas; o Partido Social Democrático (PSD) – formado por simpatizantes de Vargas e por oligarquias estaduais; e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – reorganizado por Luiz Carlos Prestes⁶⁸.

O processo iniciado em 1930, que levou ao poder a Vargas, culminou com o golpe de Estado de 29 de outubro de 1945⁶⁹. Acabou, assim, uma etapa importante de dominação populista e de organização corporativista do movimento sindical. Um novo período lhe sucedeu, de 1945 a 1964, com uma nova constituição em 1946. O mesmo não apresentou alterações importantes, exceto que entre 1951 e 1954 houve outro governo de Getúlio Vargas, caracterizado pela acentuação do estilo populista, a manutenção dos traços autoritários e paternalistas e a delegação do poder por parte das camadas altas ao líder carismático.

Segundo Bucal em (2006), o governo iniciado por Getulio Vargas, em 1930, tentou construir um Estado moderno e eficiente, ao molde das burocracias racional-legais⁷⁰, inofensivo aos interesses oligárquicos regionais e capazes de gerir a contento os superiores destinos da nação. No entanto, tal intento foi realizado apenas parcialmente, porque, de um lado, houve a predominância da corrente autoritária no debate ideológico do período, e, de outro, a participação hegemônica gaúcha no bloco militar, que dariam a tônica ao modelo de organização

⁶⁸Luis Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, no dia 3 de janeiro de 1898. Comandou movimento contra o governo chamado de Coluna Prestes, de 1925 a 1927. Em 1930, tornou-se marxista e rompeu com o tenentismo. Dirigiu o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e lançou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) (COUTO, 2004, p. 1).

⁶⁹Em 29 de outubro de 1945 teve fim o regime do Estado Novo – sob a liderança do alto comando do Exército – que teve oito anos de duração, Getúlio saiu do Governo como se tivesse renunciado e em troca recebeu garantias pessoais e se retirou para o Rio Grande do Sul, sem ser exilado e mantendo seus direitos políticos. A deposição de Vargas gerou um problema legal, a Constituinte de 1937 não havia criado a figura do Vice-Presidente, por outro lado no Estado Novo não havia Câmara e nem Senado, portanto não havia Presidente destas instituições para substituir o Presidente. Com o cargo vago foi necessário que ele fosse ocupado pelo Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, José Linhares que governou o Brasil entre 30 de outubro de 1945 e 31 de janeiro de 1946 (MENDOÇA, 1988, p. 2).

⁷⁰Um intento nesse propósito seria a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público - o DASP, em 1938, foi a primeira tentativa de dar ao serviço público brasileiro uma organização racional baseada no mérito e competência, em um período de grande concentração de poder no governo federal. A abertura democrática de 1945 teria introduzido, pouco a pouco, elementos de clientela e empreguismo na administração pública federal, diminuindo a capacidade de ação do DASP e colocando em segundo plano todos os seus princípios de racionalização e eficiência (SCHWARTZMAN, 1984, p. 4).

política. O autor salienta que é neste processo que se consolida um modelo de organização estatal e de relacionamento Estado-sociedade com contornos mais ou menos definitivos desde então. Os interesses autônomos no seio da sociedade civil, incluindo-se desde oligarquias regionais a movimentos sociais, foram inicialmente cooptados ou reprimidos conforme o caso. Posteriormente se estabeleceu uma pauta de critérios para sua reorganização sob a tutela do Estado. A mesma pauta servirá ainda para a cooptação, desde sua emergência, de novos grupos de interesse. Os sistemas decisórios e políticos partidários deram sustento ao caráter básico de relacionamento Estado-sociedade (BUCALEM, 2006, p. 70).

O segundo governo de Vargas manteve o pacto populista, fazendo concessões aos trabalhadores⁷¹, mas impulsionando o desenvolvimento capitalista. Para os industriais, o governo oferecia uma política de industrialização baseada nas substituições das importações, destacando o caráter nacionalista com postura autônoma. Nos momentos de crise, procurava conciliar os trabalhadores urbanos com os industriais de modo a romper o cerco criado pelos países capitalistas centrais e pelos grupos oligárquicos (BOITO JR., 2004). Ao mesmo tempo, o governo desenvolveu uma campanha pelo petróleo brasileiro, concretizada através da Lei nº 2.004 de 3 de outubro de 1953, com a criação da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). Essa lei estabeleceu disposições sobre a política nacional do petróleo e sobre as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, e promoveu o rápido desenvolvimento das atividades de refino, produção e prospecção de petróleo. A Instrução 70 de 1953, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)⁷², estabelecia um sistema de leilões de câmbio com cinco categorias de importações, favorecendo a compra de máquinas e equipamentos industriais. A Instrução 113 de

⁷¹Para os trabalhadores, “ofereceu” a CLT, diploma que contém, de um lado, a legislação trabalhista, mas, de outro lado, a estrutura sindical corporativista de Estado que burocratizou precocemente o movimento sindical brasileiro (BOITO JR., 2004).

⁷²A SUMOC foi criada em 1945, com o objetivo de fiscalizar as responsabilidades dos bancos e das casas bancárias.

1955, da SUMOC, permitia a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial pelas subsidiárias de empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil. As principais indústrias que se beneficiaram dessa última medida foram a automobilística, a química e as de bens de capital (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 29).

O processo descrito exigia priorizar os interesses da indústria e do mercado interno, na política cambial e creditícia e de comércio exterior, e implicava inúmeros prejuízos para o grande comércio de exportação e de importação. De todo modo, o governo de Vargas sofria pressões externas⁷³, o que animou também à oposição interna a seu governo⁷⁴. Em fevereiro de 1954, oficiais do exército enviaram ao ministro da Guerra um documento de protesto contra o governo de Vargas, o qual ficaria conhecido como o “Manifesto dos Coronéis”⁷⁵. As oposições mencionadas e as exigências de militares da Aeronáutica e da Marinha terminaram levando o presidente ao suicídio, no dia 24 de Agosto de 1954⁷⁶. Segundo Mazzei (2004):

[...] há um conjunto de fatores analisados por Ianni e muitos outros historiadores do período que deve ser considerado para facilitar o entendimento da herança, do processo de continuidade e da ruptura do legado varguista. Um ponto de partida interessante para essa discussão é a famosa Carta-Testamento, hipoteticamente escrita pelo presidente. O conteúdo e a linguagem do

⁷³No setor externo, os Estados Unidos constituíram-se no principal adversário do governo de Vargas. As empresas americanas pretendiam continuar usufruindo da situação favorável que lhes era assegurada pela antiga divisão internacional do trabalho e, por isso, eram contrárias à política de industrialização capitalista do Brasil. No jogo de concorrência entre as potências, a política industrialista pôde contar mais, no seu início, com o novo investimento industrializante do capital europeu do que com o do capital estadunidense (BOITO JR., 2004).

⁷⁴No setor interno a grande burguesia opunha-se à industrialização capitalista do Brasil. A fração superior da classe média foi um terceiro adversário do populismo varguista. Esse setor social, marcado pelo elitismo e representado na UDN, opunha-se à ampliação da participação popular, mesmo na forma superficial e controlada do padrão populista (BOITO JR., 2004).

⁷⁵“Em fevereiro de 1954, diante de uma grave crise econômica e política, 82 coronéis e tenentes-coronéis, ligados ao setor conservador do Exército, assinaram no Rio de Janeiro um manifesto que ficou conhecido como *Memorial dos Coronéis*. No documento, elaborado no dia 8 de fevereiro desse ano e divulgado pela imprensa 12 dias depois, os coronéis afirmavam a ‘deterioração das condições materiais e morais’ indispensáveis ao pleno desenvolvimento da instituição, cujo ‘perigoso ambiente de intranqüilidade’ se ampliava. Os coronéis conclamavam a seus superiores a promover uma ‘campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas’, com o firme propósito de restaurar os elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica, que [...] asseguravam ao Exército respeito e prestígio na comunidade nacional” (COSTA, 2005, p.1).

⁷⁶O conteúdo e a linguagem da Carta-Testamento escrita pelo presidente Vargas expõem a relação entre governante e o povo (governado): “Quis criar a liberdade nacional de potencialização das nossas riquezas através da PETROBRAS e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre” (VARGAS, apud, REDEGLOBO 2005, p.1).

documento sugerem um registro típico do seu estilo, caracterizado pela relação entre o EU (governante) e o POVO (governado). O governo de Getúlio conduz para o futuro a divisão entre os que estavam ao seu lado e os que conspiravam contra a nação brasileira. Nesse embate contra as forças inimigas dos humildes, Getúlio coloca-se ao lado do povo. Ele era favorável à liberdade social e contrário à espoliação dos grupos financeiros internacionais, que, aliados a alguns grupos nacionais, opunham-se ao regime de garantia do trabalho, à lei de lucros extraordinários e ao salário mínimo. O estadista também acusava inimigos da potencialidade nacional expressa pela criação da Petrobras, da Eletrobrás e pela defesa dos preços do café, o principal produto brasileiro de exportação. Dessa maneira, Vargas denunciava aqueles que combatiam o trabalhador livre. (MAZZEI, 2004, 1).

Com a morte do Presidente Vargas, o Vice-Presidente, Café Filho (1954-1956) assumiu a chefia do Estado, afirmando o propósito de se manter na legalidade. Após o suicídio de Getúlio o Brasil passou por um período conturbado no qual teve três Presidentes em catorze meses: Café Filho, Vice de Getúlio; Carlos Luz, Presidente da Câmara e Nereu Ramos, Presidente do Senado (MENDOÇA, 1988, p. 1).

Entre os governos posteriores, destaca-se o de Juscelino Kubitschek (1958-1961), o qual assumiu um caráter desenvolvimentista, com o planejamento como característica central e com objetivos a serem atingidos em cinco anos nos setores da indústria, da energia, da educação, e do transporte, entre outros (Plano de Metas). Segundo Mazzei (2004):

[...] o governo JK [Juscelino Kubitschek] representou um momento em que estava contemplada a conciliação entre a política de massa, preocupada em responder aos interesses dos trabalhadores, e a política econômica, em acordo com os anseios das elites internas e externas (MAZZEI, 2004, p. 1).

O governo de Kubitschek desenvolveu uma política internacional expressiva, destacando-se a “Operação Pan-Americana” (OPA), que por meio de um programa de assistência econômica, procurava chamar a atenção sobre a importância do desenvolvimento no conjunto dos países latino-americanos. A construção de Brasília e a transferência de capital para o Planalto Central, em 21 de abril de 1960, assinalou sua administração (MAZZEI, 2004).

Jânio Quadros tomou posse em 1º de janeiro de 1961, e depois de sete meses renunciou ao Governo em 25 de agosto de 1961. O vice de Jânio era João Goulart, que assumiu a presidência num clima político adverso. O governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado pela abertura às organizações sociais. Estudantes, organizações populares e trabalhadores ganharam alguns espaços, causando a preocupação das camadas conservadoras como, por exemplo, os empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média. Os partidos de oposição, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), acusavam ao governo de Goulart de estar planejando um golpe de esquerda e de ser o responsável pela carestia e pelo desabastecimento que o Brasil enfrentava (DITADURA, 2005). O clima de crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia. No dia 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saem às ruas. O presidente Goulart deixa o Brasil refugiando-se no Uruguai. Os militares tomam o poder. Em 9 de abril, é decretado o Ato Institucional Número 1 (AI-1). Cassando mandatos políticos de opositores ao regime militar. Só nos primeiros dias após o golpe militar de 31 de março de 1964, houve intervenção em 409 sindicatos, 43 federações e quatro confederações, então dirigidas por sindicalistas atuantes. A nova Lei de Greve (Lei 4.330, de junho de 64) conseguia ser mais dura que a anterior (Decreto-Lei 9.0701 de 46, mas baixado com base na Constituição de 37), impedindo na prática qualquer possibilidade de greve legal (QUEIROZ, 2000, 18).

4.2 O Autoritarismo militar no Brasil

Em 2 de abril de 1964, uma coalizão de militares e civis depôs o presidente João Goulart, instaurando-se, assim, um regime militar. A articulação política revestiu-se de uma forte organização e foi o reflexo da conjuntura internacional da guerra fria. A coexistência pacífica entre os EUA e a URSS tornou difíceis as relações entre os dois blocos. O Brasil engajou-se no

projeto de desenvolvimento capitalista, mas também com a política internacional norte-americana, alinhando-se, portanto, com o primeiro bloco. Isso significou a adesão à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que estipulava uma política regional de “contenção ao comunismo” e o direito dos EUA de intervirem em defesa de governos amigos. Determinou-se que o presidente seria um general designado pelas corporações de oficiais militares para eleição pelo Congresso – mais tarde ampliado para um Colégio Eleitoral – por um mandato determinado. O primeiro presidente militar após o golpe de 1964 foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967).

O regime militar assumiu o controle do Estado através dos Atos Institucionais (AI), desde o nº 1 até o nº 17. Esses revestiam o executivo de poderes especiais para caçar mandatos e suprimir direitos políticos, bem como para decretar o estado de exceção e elaborar emendas constitucionais sem aprovação parlamentar. Foram efetuadas demissões na burocracia, entre os militares, nas universidades e nos sindicatos. Ao mesmo tempo, o governo trabalhou na redação de uma nova constituição – de 1967 –, a fim de permitir que o próximo presidente pudesse assumir o poder sob um regime constitucional (SKIDMORE, 1988).

A sucessão presidencial, no regime militar, declarou presidente, em 1967, ao general Artur da Costa e Silva. No âmbito econômico, o Brasil teve um crescimento de 11% do PIB ao ano, entre 1968 a 1974 (SKIDMORE, 1988). O setor de bens de consumo duráveis foi o que mais se expandiu. O período ficou conhecido como o do "milagre econômico". O crescimento econômico foi facilitado pela existência de capacidade ociosa do período anterior, pela nova estrutura de financiamento montada no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)⁷⁷ e pela

⁷⁷O PAEG foi um plano elaborado pelo governo de Castelo Branco (1964-1967) com o objetivo de combater a inflação. O plano atingiu determinados objetivos, tais como o saneamento das finanças públicas, o realinhamento dos preços dos bens e dos serviços públicos, a recuperação da capacidade de investimento das empresas estatais e a renegociação da dívida externa. Além disso, estimulou as exportações (BARBOSA, 2005, p. 3).

disponibilidade de empréstimos estrangeiros. Na falta de poupança doméstica, a poupança externa foi a alternativa viável.

O crescimento se acelerou e distribuiu entre diferentes setores no período do chamado "milagre econômico". Os setores mais dinâmicos foram as indústrias da construção civil e de bens de consumo duráveis voltados para as classes de alta renda, e os de automóveis e eletrodomésticos. Expandiram-se também a pecuária e os produtos agrícolas de exportação. Os bens de consumo não-duráveis como calçados, vestuário, têxteis e produtos alimentícios destinados à população de baixa renda também tiveram um crescimento, ainda que reduzido (DA SILVA GAMA, 2003).

A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de fazer do Brasil uma "potência emergente", viabilizaram pesados investimentos em infra-estrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos e usinas hidroelétricas), nas indústrias de base (mineração e siderurgia), de transformação (papel, cimento, alumínio, produtos químicos e fertilizantes), equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores e turbinas), bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (grãos, carnes, laticínios). Projetos de "Grande Porte" ganharam prioridade, como a construção da Transamazônica e da hidroelétrica de Itaipu, absorvendo um importante contingente de desempregados. O auge do denominado "milagre econômico" ocorreu em 1972 e 1973 (DA SILVA GAMA, 2003).

Nas relações econômicas externas, segundo Da Silva Gama (2003), procurou-se recuperar credibilidade dos organismos multilaterais de crédito, dos investidores estrangeiros e dos países industrializados, especialmente dos Estados Unidos. Estimulou-se a entrada de capitais, com expectativas de que a Aliança para o Progresso se tornasse uma fonte de captação relevante. De acordo com o autor citado acima:

O crescimento da atividade industrial foi acompanhado pelo aumento dos investimentos externos, com a presença de firmas norte-americanas, européias e japonesas. Estas empresas - incentivadas pela legislação local - contribuíram para a expansão das exportações de produtos manufaturados e para o avanço da tecnologia industrial no país. Em 1973, a entrada de capitais passou de 4,3 bilhões de dólares. Isto significava o dobro do patamar de 1971 e o triplo de 1970 (DA SILVA GAMA, 2003, p. 1).

No âmbito político, a reação ao autoritarismo ganhou força efetiva a partir de 1968. Na medida em que as principais instituições da sociedade civil, como os sindicatos, eram mantidas sob intervenção, os estudantes tornaram-se a vanguarda da oposição. Os protestos levaram a que estudantes, professores, intelectuais, religiosos e outros segmentos da sociedade fizeram a maior passeata contra o regime em 1968, na cidade de Rio de Janeiro. Esses setores exigiam o fim da ditadura e o restabelecimento das liberdades democráticas. O governo reagiu com medidas policiais que se tornaram altamente repressivas, especialmente porque os setores denominados de “linha dura” comandavam, em geral, as forças de segurança (SKIDMORE, 1988).

O caminho da contenção do movimento sindical e popular ocorreu, com a intervenção do Estado que se impunha legitimar em nome de uma ordem de segurança nacional, usando, para isso, da violência por parte das instituições policiais. Assim e apontado por Costa 2005:

O regime de governo pós-1964 cassou partidos políticos de esquerda, interveio direta e extensivamente nos sindicatos combativos, perseguiu, banuiu, torturou ou assassinou seus líderes e operários mais militantes. Os movimentos sociais e as greves foram violentamente reprimidos e a intervenção estatal fez restringir a ação sindical às atividades burocráticas e assistencialistas. O peleguismo e a repressão praticamente anularam a representação sindical, sobretudo quando da imposição da política salarial pelo governo a partir de 1965, destituindo qualquer poder de negociação coletiva direta. Nesse período pouco se precisou alterar no sistema de representação sindical para manter sob rígido controle a classe trabalhadora. Foi necessário apenas seguir à risca os dispositivos que restringiam o âmbito da atuação dos sindicatos e proibir, com rigor, as greves e as manifestações políticas. Uma das inovações na legislação trabalhista, no entanto, que veio ainda mais facilitar a exploração capitalista via uso predatório da força de trabalho, foi a instituição do FGTS, um mecanismo que ampliava o poder de demissão das empresas e que, aliado às práticas

autoritárias e repressivas de gestão e à proibição das greves, fortalecia o grau de submissão dos trabalhadores (COSTA, 2005, p. 116).

Mesmo sob forte repressão, as greves do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco (São Paulo) e o sindicato dos Metalúrgicos da Companhia Belgo-Mineira, que estava entre as mais ativas de Minas Gerais, Contagem (Minas Gerais), em 1968, representaram momentos importantes de oposição ao regime militar. Os trabalhadores metalúrgicos ocuparam as fábricas e o movimento grevista se expandiu para outras empresas e forçou o Ministério do Trabalho a negociar com o Comando Geral da Greve. A greve ajudou a consolidar o Sindicato dos metalúrgicos como referência de luta na região, passando a constituir, ao mesmo tempo, uma das referências mais importantes na organização do movimento sindical brasileiro. Assim aponta Bounicore, (2006):

[...] O sindicalismo brasileiro havia sofrido uma grande derrota política em março de 1964, quando do golpe militar. A ditadura impôs uma série de leis visando impedir a livre organização e a luta dos trabalhadores. Esta era uma das condições para que pudesse implantar sua política econômica, assentada no arrocho salarial e na redução dos direitos sociais. Seguiu-se, então, um período de refluxo das lutas sindicais. Por isso, as greves de Contagem e a de Osasco, ocorridas em 1968, se tornaram marcos importantes da história das lutas da classe operária brasileira (BOUNICORE, 2006, p. 1).

As greves chamaram a atenção do governo ditatorial, que, em julho de 1968, voltou a intervir no Sindicato de Osasco. Em dezembro de 1968 – por impasses no congresso –, o presidente decretou o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que autorizava a suspensão de direitos civis como o de *habeas corpus*. A medida, justificada pelo regime na necessidade de garantir a segurança nacional, institucionalizou a repressão no país. Segundo Keck (1988), apesar da dura repressão implantada, houve várias ações por parte dos trabalhadores:

A pesar de a repressão às greves de Osasco e Contagem em 1968 terem acabado com esse tipo de debate público entre dirigentes sindicais, os trabalhadores realizaram várias ações nas fábricas, no começo dos anos 70. Os

sindicatos não eram, em geral, os organizadores dessas ações, mas eram chamados, com frequência, para negociar o acordo com os patrões. No setor automobilístico da região do ABC, em São Paulo, uma série de “operações tartaruga”, greves brancas e recusas simultâneas de trabalhar horas extras foram realizadas na segunda metade de 1973, e o sindicato não foi chamado sequer para negociar (KECK, 1966, p. 391).

No início dos anos 70 a situação dos trabalhadores sofreu grandes mudanças. Um controle rígido sobre a política salarial e sobre a atividade sindical limitava a participação nos benefícios gerados pela rápida expansão econômica do “milagre”⁷⁸. Mesmo assim, de 1968 a 1973, o salário mínimo brasileiro cresceu a uma taxa de 81,52% (BARBOSA, 2005). O desenvolvimento elevava a taxa de crescimento do PIB brasileiro para 10% ao ano. O governo incentivava as exportações, para obter divisas para a importação de máquinas e matérias-primas. As empresas estatais se agigantavam com a ajuda do governo (CÂMARA AMERICANA, 2006). O número de empregados cresceu 3,6 vezes, a oferta de emprego nas cidades cresceu a uma taxa maior do que a da população economicamente ativa, durante este período. A indústria continuou concentrada fortemente no Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo, responsável por 49% dos empregos no setor secundário em 1970 (KECK, 1988).

4.3 Novas relações entre Estado e sociedade

Desde início, dos anos 40 até final dos 70, o Brasil experimentou um rápido desenvolvimento industrializador e urbanizante. As taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) alcançaram uma média de 7% ao ano, transformando ao Brasil na "oitava potência

⁷⁸Na área econômica o país crescia rapidamente. Este período que vai de 1969 a 1973 ficou conhecido com a época do Milagre Econômico. O PIB brasileiro crescia a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação beirava os 18%. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e estruturou uma base de infra-estrutura. Todos estes investimentos geraram milhões de empregos pelo país. Algumas obras, consideradas faraônicas, foram executadas, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo e a conta deveria ser paga no futuro. Os empréstimos estrangeiros geraram uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil.

industrial do mundo capitalista". Ao mesmo tempo, as taxas de urbanização atingiram 70% da população⁷⁹. Este processo é observado por Petras (2002) do seguinte modo:

Entre 1940 e 1980, o PIB brasileiro cresceu entre um 6 e um 9% cada década. Protecionismo e inversão estatal direta produziram setores industriais diversificados (têxteis, aço, etc.) e o crescimento de uma classe trabalhadora significativa. A classe trabalhadora urbana organizou-se em sindicatos corporativistas controlados pelo Estado, em concorrência com sindicatos classistas. O governo por um lado, fornecia legislação trabalhista e Estado de Bem-estar, e por outro, medidas repressivas contra os sindicatos classistas. No começo dos anos 60, a aliança entre os sindicatos populistas, a burguesia nacional e o Estado entrou em crise: os sindicatos demandavam mais independência e salários, os camponeses ocupavam terras e a esquerda marxista ganhava influência (PETRAS, 2002, p. 1, tradução nossa).

Em março de 1974, quando Ernesto Geisel assumiu a Presidência do Brasil, ainda predominava a euforia do “milagre econômico” dos cinco anos anteriores. Em 1973, diante da crise internacional do petróleo, o governo tentou intensificar o processo de substituição de importações, procurando ampliar o papel do setor privado na economia, o que acabou por dilatar a presença do Estado. Este teve de canalizar recursos, através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), para as empresa privadas, concedendo subsídios para estimular os investimentos considerados essenciais (FISHLOW, 1988, p.158). De acordo com Skidmore (1988), essa crise mostrou as falências na produção de petróleo.

O choque do preço do petróleo da OPEP, em 1973, entretanto, mostrou que o Brasil, que importava 80% de seu petróleo, tinha poucas opções: cortar da importação os não-derivados de petróleo, usar suas reservas de divisas, ou tomar emprestado mais capital externo. Cortar nas importações diminuiria o ritmo do crescimento, e a recessão mundial causada pelo choque do preço do petróleo um aumento nos lucros com exportação. A única maneira de absorver o aumento do preço e manter o crescimento era usar as reservas ou fazer empréstimos externos. O Brasil fez ambas as coisas, duplicando sua dívida externa somente em 1974 (de 6,2 bilhões de dólares para 11,9 bilhões de dólares) (SKIDMORE, 1988, p. 31).

⁷⁹O Brasil passou, no século XX, por um dos mais velozes processos de urbanização da história moderna. Já em 1950 a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes. Hoje (2005) possui pouco mais de 20%. O êxodo rural acelerado, que perdurou até o início dos anos 90, praticamente se estabilizou a partir de 1995 (ÊXODO, 2005, p. 1).

Após da crise do petróleo, o mercado financeiro internacional tinha mudado. As autoridades brasileiras tinham facilitado o afluxo de capitais. Nesse ano (1973), um déficit comercial de US\$ 6,2 bilhões foi financiado utilizando-se menos de US\$ 1 bilhão com reservas. A reciclagem dos petro-dólares estava definitivamente em curso, e o Brasil tornava-se não apenas um tomador qualificado, mas um cliente atraente (FISHLOW, 1988). Entre 1973 e 1978, a dívida externa cresceu em média 28% ao ano, levando à elevação contínua da relação entre a dívida e as exportações. Durante esses anos, o Brasil tornou-se mais vulnerável e sua inserção na economia mundial foi cada vez mais assimétrica, sendo desproporcional seu grande endividamento em relação a sua pequena participação no comércio mundial (FISHLOW, 1988).

Os reajustes da economia mundial, principalmente com a consolidação do capital transnacional através do processo de financeirização, passaram a exigir novos parâmetros de associação. A utilização freqüente de concessão de subsídios creditícios, através da cobrança de correção monetária parcial, e a proliferação de generosos incentivos fiscais – como foi o caso dos exportadores de bens manufaturados – geraram crescentes constrangimentos fiscais no Estado. Mas, na tentativa de fazer frente aos problemas internos e ao ambiente externo hostil, o governo manteve sua política. Segundo Fislow (1988):

A política de “empurrar a barriga” que acabou prevalecendo foi capaz de manter os desequilíbrios dentro de limites razoáveis; nada fez, no entanto, para corrigi-los. Apesar disso, essa política foi suficientemente eficiente para assegurar uma transição bem-sucedida ao sucessor escolhido por Geisel, o general João Figueiredo chefe do Serviço Nacional de informações (FISHLOW, 1988, p. 167).

O General Geisel conseguiu impor sua posição diante da oposição dos partidos de esquerda e dos militares conservadores. A nova administração teria a missão de resolver o problema do ajuste econômico e de aplacar o amplo processo de reorganização da sociedade civil

que se vinha objetivando no decorrer da década de 70, em que diversos setores sociais começaram a exigir maiores direitos cidadãos.

Poder-se-ia argüir que o papel do Estado foi central durante estes anos – de 1930 até o final do período do regime militar. A ação do Estado refletida na criação de determinados ramos do aparelho de Estado, particularmente de setores específicos do aparelho estatal de regulação e definição do Estado no controle de preços, através de mecanismos como a Comissão Federal de Abastecimento e Preços encarregada da aplicação do controle de preços (COFAP)⁸⁰, assim como a ação estatal na regulação do comércio internacional via organismos como a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), foi uma condição marcante.

Gramsci tendia a considerar que o Estado (ou sociedade política) corresponde ao momento da coerção na função global de reprodução da ordem social. Este se contrapõe à sociedade civil, que designa o momento do consentimento, da persuasão e da hegemonia. No Estado se exerce a função de “dominação direta” sobre os grupos recalcitrantes em relação à manutenção da ordem. Gramsci destaca a importância da “sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e de economia de um determinado momento” (GRAMSCI, apud SILVA, 2001, 27). Gramsci afirma que é o “Governo político, isto é, o aparelho de coerção do Estado, que assegura ‘legalmente’ a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1988, p. 11). O que procuramos destacar é que sem a função de coerção não pode haver Estado. Embora não seja condição suficiente para a definição do Estado, é uma condição absolutamente necessária.

⁸⁰Durante os anos 50 foi criada a (COFAP) encarregada da aplicação do controle de preços (MONTEIRO, 2002).

Max Weber (1992) tendia a considerar como núcleo duro do Estado “o monopólio do uso legítimo da força física em um dado território”. O poder do Estado repousa, em última análise, no monopólio do uso da força. Assim, parece-nos deduzir uma compreensão da noção de estatização associa-se muito mais à expansão do papel coercitivo do Estado do que simplesmente ao número de empresas que este controla ou administra. Neste sentido, nada impede que determinada ideologia propugne uma redução radical da participação do Estado em atividades produtivas e a mais ampla liberdade de mercado ao mesmo tempo em que admita - e mesmo requeira - a expansão dos aparelhos repressivos do Estado, que são os aparelhos de Estado por excelência.

No âmbito sindical ocorreram diversas greves, mobilizações e vários tipos de luta, envolvendo reivindicações salariais, de ampliação de direitos políticos, de organização, de expressão e de democratização de sua sociedade. Esta etapa representa o início de construção de uma arena institucional, a partir da interação entre o Estado e a sociedade civil.

4.4 A ascensão do novo sindicalismo

A ação repressiva às mobilizações e a intervenção do Estado em diversos sindicatos⁸¹ durante o regime militar conduziram à liberdade para demitir e o controle manipulado dos salários fizeram ampliar o grau de exploração da força de trabalho no interior das empresas, que aproveitavam o clima político autoritário para endurecer, ainda mais, a disciplina e o controle sobre os trabalhadores, Costa (2005); Leite (1992). As greves em grande escala nas cidades industriais de Contagem, Minas Gerais, e Osasco, São Paulo, em abril e julho de 1968 representaram uma tentativa de contraposição ao regime autoritário, logo, então, reprimida pelo governo militar. Organizadas a partir das bases e opondo-se diretamente ao Estado, essas greves

⁸¹As centrais sindicais mais importantes como a CGT (Comando General dos Trabalhadores) foram proibidas. Entre 1964 y 1970, o Ministério de trabalho interveio 536 vezes nas organizações sindicais, demitindo a suas lideranças e nomeando interventores (KECK, 1988, p. 388).

preenunciariam as manifestações sindicais que dez anos depois pressionaram a abertura política do país. No final da década de 70, o movimento sindical iniciou um profundo processo de reorganização e redefinição de sua prática, preconizando a autonomia dos trabalhadores na condução de suas organizações e a democratização do sindicalismo.

Após o duro impacto do golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouca margem de ação – a não ser o trabalho silencioso no interior das fábricas e as tentativas pontuais de contestação –, o sindicalismo voltava à cena cobrando a ampliação dos espaços de representação dos trabalhadores. A re-emergência do movimento dos trabalhadores estremeceu, no cenário político mais amplo, os arranjos da transição para o regime democrático constitucional que estavam sendo articulados, até esse momento, sem levá-lo em consideração (SANTANA, 1999).

A partir de 1978, o cenário político e social brasileiro mostra uma importante variedade de experiências de organização e luta dos trabalhadores contra o governo e os empresários, envolvendo reivindicações salariais para uma série de categorias. Em maio de 1978, surge uma série de fóruns inter-sindicais no denominado ABC paulista⁸². Segundo Alves (2000), tratou-se de uma "explosão do sindicalismo" ou, ainda, de um "novo sindicalismo", que surgiu e se desenvolveu a partir de um mundo do trabalho estruturado pela expansão capitalista dos anos 60 e 70. O destino político-social do Brasil aparecia associado às flutuações dos ciclos da economia mundial.

O “novo sindicalismo” adquiria cada vez maior capacidade de articulação, ainda antes da fundação de uma grande central sindical⁸³. Em 1967, recém iniciada a ditadura militar, houve

⁸²O Grande ABC paulista equivale à Sub-Região Sudeste da Metrópole paulistana, que continua sendo a área mais industrializada do Brasil; tem uma população de quase dois e meio milhões de pessoas, em sete municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

⁸³Cumprido salientar que, durante o século XX, houve diversas experiências de criação de centrais sindicais. A primeira experiência foi a representada pela fundação, em 1908, da Confederação Operária Brasileira (COB). Posteriormente, houve diversas experiências de curta duração em 1929, em 1935, em 1946 e em 1953 (fruto da “greve dos 300 mil” em São Paulo). No Rio de Janeiro, em 1952, em 1958 e em 1960 (como resultado da “greve da

algumas tentativas de aglutinação de setores populares, como foi o caso, de baixa expressão, do Movimento Anti Arrocho (MIA)⁸⁴. Somente, em 1983, é criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), momento considerado crucial do sindicalismo brasileiro nos anos 80. A CUT constitui-se na central sindical mais poderosa, tanto no que refere ao número de entidades afiliadas quanto na capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores (RODRIGUES, 1990).

Há várias características que diferenciam o “novo sindicalismo” das praticas tradicionais do sindicalismo no Brasil. De acordo com Keck (1988):

Em primeiro lugar, havia uma ênfase crescente na organização de base e um contato maior entre liderança sindical e base. Em segundo lugar, havia uma reivindicação para uma revisão substancial da legislação trabalhista existente, para criar sindicatos que fossem autônomos do Estado; isso implicava o reconhecimento do direito de greve e o direito à negociação com os empregadores sem mediação governamental. Em terceiro lugar, havia uma maior disposição para a militância, como fazer greves, por exemplo, mesmo com a certeza de repressão por parte do governo (KECK, 1988, p. 393).

O processo iniciado pelo “novo sindicalismo” consolidou-se com a formação do PT em 1980 e da CUT em 1983⁸⁵. As propostas e características da CUT eram diferentes das observadas no sindicalismo da época do populismo. Essa central sustentava-se nos setores assalariados (trabalhadores e camadas médias); e contava com uma grande capacidade de articulação e luta, envolvendo metalúrgicos, bancários, petroleiros e ao funcionalismo público. A nova tendência do

paridade”). Em 1962 foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em janeiro de 1964 foi criada a União Sindical dos Trabalhadores (UST) que organizava os trabalhadores “pelegos” para rivalizar com a CGT (MARQUES, 2005, p.1).

⁸⁴Em 1967, cria-se o Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA). Participaram os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco para colocar um fim ao arrocho salarial. Só o sindicato de Osasco propunha avanços fora dos limites impostos pelo Ministério do Trabalho (SINTEF, 2005).

⁸⁵O Congresso de fundação da CUT foi realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, no antigo Estúdio Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, Grande São Paulo. Participaram 5.054 delegados de 911 entidades sindicais (CUT, 2005).

sindicalismo acreditava na força dos trabalhadores para obter suas reivindicações, concebendo e organizando um partido político para cumprir com seus objetivos (BOITO JR., 2004).

A CUT surgiu como uma crítica radical à estrutura sindical oficial e às relações capital e trabalho tuteladas autoritariamente pelo Estado, sendo ambas questões herança do período do Estado Novo de Getúlio Vargas, com adequações feitas pela ditadura militar. Esse momento de reorganização do sindicalismo brasileiro esteve caracterizado pela concorrência de projetos políticos e sindicais entre setores da esquerda, mais especificamente, entre o Partido dos Trabalhadores (PT)⁸⁶ e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nessa disputa, estava em jogo a definição das formas de organização e atuação do movimento sindical brasileiro. Segundo Santana (1999), dois blocos disputavam a cena sindical. De um lado, estava o autodenominado bloco "combativo"⁸⁷, formado pelos sindicalistas ditos "autênticos" – originários de setores metalúrgicos do ABC e de diversas categorias e partes do Brasil – e pelas chamadas Oposições Sindicais⁸⁸. O segundo bloco era representado pela Unidade Sindical, a qual agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitas vinculadas aos setores denominados "pelegos", e militantes de setores da chamada "esquerda tradicional", que incluía o PCB, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). (SANTANA, 1999, p. 104).

⁸⁶Segundo Santana (2000), a criação do PT cristalizou a polarização entre posições que já se vinham defrontando no campo sindical, desde antes da fundação do Partido dos Trabalhadores (SANTANA, 2000).

⁸⁷Em sua maioria, os grupos integrantes deste bloco, junto a outros, estarão presentes também na formação do PT.

⁸⁸De acordo com Santana (2000), as "oposições sindicais" agrupavam um amplo espectro de militantes, desde os que provinham da experiência da luta armada até militantes ligados a setores progressistas da Igreja Católica. Apresentavam o combate, via comissões de fábrica, à estrutura sindical corporativista por meio do trabalho de base, sendo uma das grandes expressões a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP). (SANTANA 2000, p. 115).

Segundo Santana (1999), o bloco dos "combativos" era a maior fração de constituição do "novo sindicalismo"⁸⁹, defendendo uma posição oposta à dos componentes da Unidade Sindical. Estes, por sua vez, eram vistos como "reformistas" e ou "pelegos" que, por meio de um sindicalismo orientado pela "colaboração de classes", dificultavam o atendimento das reivindicações dos trabalhadores. A prática dos setores que formaram o "novo sindicalismo" foi primordial na luta contra o governo ditatorial⁹⁰ e significou um avanço na conquista de direitos trabalhistas. Mas, principalmente, foi responsável, em 1983, pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) consolidando-se como a maior central sindical do Brasil (ANTUNES, 1991; ALVES, 2000; SANTANA, 1999).

O novo sindicalismo também desenvolveu uma articulação mais organizada da representação dos trabalhadores, com novas formas de interação com outros setores urbanos e rurais⁹¹ como a CONTAG,⁹² com instituições como o DIEESE,⁹³ e com setores da Igreja Católica influenciados pela Teologia da Libertação. Esses, por sua vez, influenciaram decisivamente a organização do movimento sindical brasileiro.

⁸⁹As "oposições sindicais" ligadas ao "novo sindicalismo" realizaram, nos anos 80, campanhas maciças de filiação, procurando dar um teor diferente a eleições tradicionalmente não competitivas. Cumpre lembrar que o sindicalismo corporativista exercia um controle sobre a filiação, com o objetivo de não perder eleições. Em ambos os casos, mais do que medida de poder do sindicato na sociedade, a taxa de filiação era um instrumento de ajuste interno entre as facções em luta pelo controle das instituições (CARDOSO, 2001, p. 60).

⁹⁰Segundo Antunes (1991), as greves assumiram várias modalidades, ou ainda formas de ser, tais como por empresa, gerais, gerais por categoria e com ocupação de fábricas. Entretanto, a tendência principal foi de aumento das "greves por empresa" em oposição às "greves gerais por categoria". Nos termos do autor: "A partir de 1980, aumentou o número de paralisações por empresas, chegando a representar 75,5% do total das greves desencadeadas em 1984 e 60,8% em 1985" (ANTUNES, 1991, p. 17).

⁹¹De acordo com Zouza (1988), pode-se constatar, durante esses anos, um incremento importante da sindicalização rural. Em 1985, de acordo com dados dos relatórios anuais da CONTAG, citados por Mayberry-Lewis, existiam mais de 8 milhões de trabalhadores sindicalizados no meio rural, organizados em 22 federações e em mais de 2.600 sindicatos. Os trabalhadores rurais eram, na época, a maior categoria ocupacional sindicalizada do Brasil (SOUZA, 1988, p. 622).

⁹²A Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), agrupava os sindicatos rurais, sob a presidência de José Francisco da Silva, começou a ter um papel cada vez maior na política e no movimento dos trabalhadores (KECK, 1988, p. 394).

⁹³O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) foi criado pelo movimento sindical, em 1955, com o objetivo de desenvolver atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação em temas relacionados ao mundo do trabalho e de se adequar aos desafios apresentados pela situação brasileira aos trabalhadores.

No período ditatorial, apesar da repressão do governo, emergiram novas formas de representação sindical, com estratégias renovadas e com bases sociais recrutadas nos setores mais modernos da indústria, nos assalariados da classe média, nos funcionários públicos⁹⁴ e nos trabalhadores rurais.

O novo sindicalismo constituiu um elemento decisivo para o futuro político da CUT. Algumas de suas características principais foram: a crescente organização de base e o contato mais fluído das lideranças com as suas bases; e a reivindicação de uma revisão substancial da legislação trabalhista, com o objetivo de criar sindicatos com autonomia do Estado⁹⁵. O novo sindicalismo não desenvolveu uma atividade paralela à estrutura sindical existente; no entanto utilizou mecanismos considerados democráticos, como o da soberania da assembléia sindical (KECK, 1988, p. 393).

O processo analisado conduz, em 1983, ao I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e à criação da CUT. Procurava-se, assim, construir uma institucionalidade que ampliasse a participação dos trabalhadores no cenário político⁹⁶. Cumpre salientar que, nessa época, foi constatado um crescimento das taxas de sindicalização e dos conflitos trabalhistas. Segundo Adalberto Cardoso (2001), o novo sindicalismo fez da filiação um importante

⁹⁴Segundo Jard da Silva (2001), o III Congresso Nacional da CUT (III CONCUR) dividiu a central sindical em três grandes setores: a) *setor estatal* — telefônicos; petroleiros; trabalhadores em processamento de dados; trabalhadores nas indústrias urbanas (gás, eletricidade, água e esgoto); funcionalismo público (administração pública federal, estadual e municipal); saúde; educação (professores de primeiro, segundo e terceiro grau e servidores das universidades e dos estabelecimentos do ensino da rede pública) e previdenciários; b) *setor privado* — trabalhadores rurais; químicos e petroquímicos; metalúrgicos e trabalhadores do ramo de vestuário; c) *setor de serviços* — transporte (aéreo, marítimo-fluvial, metroviário e ferroviário); comerciários (hotelaria, comércio varejista e atacadista, autônomos, turismo, armazéns e empregados de estabelecimentos de saúde); bancários e empregados do setor financeiro (JARD DA SILVA, 2001: 132).

⁹⁵A CUT assumiu a defesa da liberdade e autonomia sindical, através da reivindicação de homologação da Convenção 87 da OIT, e traçou como objetivo a ruptura com a estrutura sindical oficial (MERCADANTE. 1987). As mudanças organizativas na estrutura sindical oficial apontaram a manutenção dos elementos centrais da estrutura corporativista atrelada ao Estado, com a consolidação de sua estrutura organizativa e a hegemonia política da CUT, esta avançou no conjunto do movimento sindical.

⁹⁶Essa participação contou com ativistas de esquerda e de setores da Teologia da Libertação da Igreja Católica e de suas Comunidades de Base. As grandes mobilizações e as greves propiciaram a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), a formação de várias oposições sindicais e a própria construção da CUT.

mecanismo de afirmação, no processo de transição do autoritarismo para a democracia no Brasil. Algumas categorias, como os bancários de São Paulo, os metalúrgicos do ABC, os professores da rede estadual paulista e os petroleiros em nível nacional, chegaram a taxas de filiação superiores a 70%, sendo comparáveis às dos países nórdicos (PNAD, 1988). O associativismo, em categorias profissionais com 200 ou 300 mil trabalhadores na base, não estava apenas relacionado à prestação de serviços. A filiação representava uma medida de penetração dos sindicatos em suas bases de apoio, bem como um indicador de seu poder de pressão sobre os empresários e o governo (CARDOSO, 2001, pp. 60-61).

4.5 A abertura política e o sindicalismo da CUT

A gestão sobre a força de trabalho no interior das empresas e o controle oficial rígido sobre os salários fomentavam terreno fértil para a manifestação das insatisfações operárias reprimidas pelo regime militar. A escalada de greves se desencadeou por todo país a partir de 1978-1979, lideradas pelos metalúrgicos do ABC paulista, representou a manifestação pública dos trabalhadores, que participavam maciçamente, fortemente apoiados por movimentos populares organizados pelas alas progressistas da igreja católica e por uma militância de esquerda. Teve alcance para desenrolar transformações que a década de 1980 experimentaria: buscava a autonomia e a desvinculação dos sindicatos da tutela estatal e a retomada dos direitos políticos e civis cassados pelo regime militar (COSTA, 2005, p. 117). Os avanços na organização dos trabalhadores foram produtos da importância que a institucionalidade sindical obteve como parte da abertura de espaço conquistado a partir das lutas trabalhistas. Esse processo é apontado por Keck (1988):

O período da 'abertura' deu um espaço maior para atividades sindicais, principalmente um aumento na negociação direta entre sindicatos e patrões e a tolerância da organização intersindical, que era ilegal segundo a CLT. Uma

proposta de revisão da legislação trabalhista foi publicada pelo governo em 1979, fazendo concessões quanto à organização interna dos sindicatos, negociação coletiva, política salarial e representação sindical (KECK, 1988, p. 382).

A proposta efetuada pelo governo, em 1979 foi rejeitada pelos sindicatos, devido à manutenção de limitações ao direito de greve e de outros tipos de controle governamental sobre a autonomia dos sindicatos (KECK, 1988). O ambiente de renovação e de atividade política intensa do movimento sindical a partir do final dos anos de 1970 que grande parte dos sindicatos conseguiu ganhar seus espaços no cenário político nacional, sendo que “(...) verificou-se um crescimento na taxa de sindicalização, no número de greves e na maior presença dos sindicatos na vida nacional” (POCHMANN 1996, p. 271). Além disso, o Brasil atingia, após do “milagre”, uma conjuntura crítica. Em 1983, a inflação atingiu o patamar de 239%. Isso representava apenas o início de um ciclo crítico, pois posteriormente ocorreriam uma sucessão de planos econômicos antiinflacionários, os mais altos níveis de inflação e o crescimento da dívida externa, alcançando os 100 bilhões de dólares⁹⁷. Esse processo implicou duras críticas ao modelo econômico⁹⁸, originárias de diversas camadas da sociedade, desde os estratos mais baixos até o grande empresariado.

A mobilização social ganhou força com a proximidade das eleições presidenciais de 1985. Em 15 de janeiro de 1985 foi eleito o Colégio Eleitoral que proclamou presidente a Tancredo Neves do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e vice-presidente a José

⁹⁷A economia brasileira começou a ser cada vez mais indexada. A indexação acelerou o uso do dólar como moeda padrão interna, o qual, pelas leis de mercado, se valorizou a taxas absurdas, irrealis, desvalorizando a moeda nacional, e, por conseqüência, acelerando a escalada de preços e realimentando a economia indexada (WIKIPÉDIA, 2005).

⁹⁸Desde o início de 1980, o Estado abandonou o planejamento do desenvolvimento industrial e impôs à indústria os ônus mais pesados do ajustamento macroeconômico à crise do setor externo. Esse processo acentuou-se após o segundo choque do petróleo e com a elevação das taxas de juros no mercado financeiro internacional. Uma das medidas de ajustamento que mais afetou a indústria foi a desvalorização real da taxa de câmbio, a qual tinha por objetivo o aumento da rentabilidade das atividades voltadas para a exportação em relação àquelas orientadas para o mercado interno. A política salarial, por sua vez, implicava uma persistente perda do poder aquisitivo dos salários, reduzindo-se assim os custos de mão-de-obra e aumentando a competitividade da indústria (VERSIANI; SUZIGAN, 1990, p. 37).

Sarney, através da aliança denominada Frente Liberal. O Presidente recém eleito faleceu antes de assumir, assumindo a presidência o vice-presidente José Sarney.

Duas características são centrais no início do governo de Sarney (1985-1990): de um lado, sérios desequilíbrios econômicos que geraram um grande aumento do déficit público e uma inflação acelerada, e de outro, o processo de abertura política, que incluía uma transição para o estabelecimento de alguns direitos constitucionais e a reivindicação dos trabalhadores aglutinadas na recém fundada CUT, que iniciaram uma série de ações com vistas a obter ganhos salariais e uma redução, para 40 horas semanais, da jornada de trabalho.

Durante os primeiros meses de 1986, o governo implementou um programa de estabilização econômica de curto prazo, conhecido como “Plano Cruzado” I, baseado no controle dos preços e na desindexação da economia. Em 1º de março de 1986, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, lançou o Plano Cruzado. O plano incluiu uma reforma monetária que retirou três zeros do Cruzeiro e substituiu-o por uma nova moeda, o Cruzado. Além disso, congelou os preços por um ano, e os salários pelo valor médio dos últimos seis meses, com um acréscimo de um abono de 8%. O plano previu, ainda, o chamado "gatilho salarial", pelo qual toda vez que a inflação atingisse ou ultrapassasse 20%, haveria um reajuste automático no valor dos salários dos trabalhadores além das diferenças negociadas nos dissídios das diferentes categorias. O Plano Cruzado extinguiu a correção monetária e criou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para corrigir a poupança e as aplicações financeiras superiores para um ano. No primeiro ano de aplicação do plano, a inflação chegou a 225,16%. Quatro meses depois o plano começou a apresentar sérias dificuldades (DUBEUX, 2005).

Os problemas econômicos levaram o governo à implantação do “Plano Cruzado II”. Esse plano liberou os preços dos produtos e dos serviços, pelo qual a correção dos preços dos aluguéis passaria a ser negociada entre proprietários e inquilinos; alterou o cálculo da inflação, que passou

a ter como base os gastos com famílias com renda de até cinco salários mínimos; e reajustou os impostos das bebidas e dos cigarros. As exportações sofreram uma queda importante caíram e as importações aumentaram, esgotando as reservas cambiais. Com o Plano cruzado II, a inflação disparou, os preços dos combustíveis subiram 60,16%, os dos automóveis 80%, e os das bebidas 100%. Como resultado desse processo, o governo brasileiro suspendeu o pagamento da dívida externa em 20 de janeiro de 1987 (RUIZ, 2003). Com o objetivo de reverter a crise econômica cada vez mais grave, o governo implantou mais dois planos, o “Plano Bresser”⁹⁹ e o “Plano Verão”.

Nessa época, teve início um processo de liberalização da economia brasileira. Tratou-se de uma reforma estrutural com impactos sobre a estrutura produtiva, indicando uma profunda alteração nas metas governamentais relacionadas ao padrão econômico. A mudança não foi resultado do atendimento a um conjunto articulado de demandas de grupos sociais com capacidade de influência sobre o processo decisório público. No entanto, significou uma ruptura com a coalizão política dominante, que tinha como eixo central à indústria instalada no país e fornecedora de produtos para o mercado interno. Até esse momento, esta última tinha sido a maior beneficiada com a política de proteção patrocinada por diversos governos (PIO, 2003).

No terreno político começou um processo de abertura. Em 10 de maio de 1985, uma Emenda Constitucional restabeleceu as eleições diretas nas prefeituras das cidades consideradas pelo regime militar como áreas de segurança nacional. A emenda também concedeu o direito de

⁹⁹O "Plano Bresser" foi apresentado por Bresser Pereira que assumiu o ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987. Um mês depois de sua posse, a inflação atingiu 23,26%. O governo questionava o déficit público, afirmando que se gastava mais do que se arrecadava. De acordo com isso o "Plano Bresser", em junho de 1987, decretou o congelamento, por 60 dias, dos preços dos aluguéis e dos salários. Para diminuir o déficit público, o governo tomou algumas medidas, tais como o aumento de tributos, a eliminação do subsídio ao trigo, o adiamento de obras de grande porte (como a do trem São Paulo e Rio, Ferrovia Norte Sul, pólo-petroquímico do Rio de Janeiro) e a desativação do gatilho salarial. Além disso, retomou as negociações com o FMI, suspendendo a moratória. Mesmo com todas essas medidas a inflação chegou a 366% em dezembro de 1987. Bresser deixou o ministério em 6 de janeiro de 1988, sendo substituído por Maílson da Nóbrega (RUIZ, 2003).

voto aos analfabetos e aos jovens maiores de 16 anos, além de extinguir a fidelidade partidária e abrandar as exigências para registro de novos partidos. Isso permitiu a legalização do PCB e do PC do B e o surgimento de um grande número de pequenas agremiações (PARTIDOS, 2005). A mais importante medida dessa emenda foi a convocação, em 28 de junho, a uma Assembléia Nacional Constituinte, que foi aprovada em 22 de novembro. A Constituinte seria composta pelos mesmos deputados legisladores. Eleita em 15 de novembro de 1986 se reuniu em 1 de fevereiro de 1987, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte. A constituinte funcionou até 5 de outubro de 1988, promulgando a Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã (PAULIES, 2004).

Durante o período 1985-1989, a convivência entre governo, empresários e empregados mudou substancialmente, vendo-se facilitados os entendimentos e os processos de negociação. Antes mesmo da promulgado da Constituição de 1988, o governo adotou uma postura de não-intervenção nos sindicatos, de aceitação das centrais sindicais, de diálogo e estímulo à negociação entre os atores econômicos e sociais, e de mediação e entendimento nas Câmaras Setoriais, criando-se órgãos colegiados com representação dos trabalhadores¹⁰⁰. A Portaria 3.337,78, que proibia a existência de centrais sindicais foi revogada. Com essa Resolução, de 18 de março de 1985, o governo promoveu a reabilitação dos sindicalistas punidos, e com a Portaria 3.117,85 permitiu, entre outras medidas liberalizantes, que os sindicatos elaborassem seu próprio estatuto (QUEIROZ, 2000).

¹⁰⁰Em termos de política nacional de concertação, em 1989, sob o governo Sarney e sob a coordenação da ministra do Trabalho Dorothea Werneck, foram criadas as Câmaras Setoriais. As mesmas foram concebidas como arena de negociação voltada para a articulação de acordos em torno de políticas setoriais. Reunindo representantes empresariais e lideranças sindicais, ao lado de técnicos e representantes governamentais, as Câmaras Setoriais inauguraram um padrão tripartite de negociação (DINIZ, 2002, p. 11).

A nova Constituição destaca aspectos concernentes a benefícios trabalhistas como a segurança do trabalhador, a liberdade sindical e a liberdade de greve¹⁰¹, exceto para os que trabalham em serviços e atividades consideradas essenciais; as férias remuneradas acrescidas de 1/3 do salário. Os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos e rurais e dos trabalhadores domésticos; a jornada de 44 horas de trabalho; e o pagamento da hora extra por um valor de 50% a mais do valor da hora normal. Conforme Abramo (1991):

Entre as principais conquistas obtidas no campo dos direitos sociais, figuram as seguintes: (i) A redução da jornada de trabalho a 44 horas semanais, o que significou à institucionalização e a extensão a todos os trabalhadores de algo já conseguido pelos setores mais avançados. Foi considerada uma vitória parcial pelo movimento sindical, já que significou a derrota de sua proposição de redução da jornada para 40 horas semanais, e devido ao fato de que, em vários setores, a jornada de 44 horas já estava sendo progressivamente implementada desde as greves de 1985. (ii) O reconhecimento constitucional do direito a greve. O texto constitucional aprovado assegura a realização de greves, independentemente de seu conteúdo (reivindicativas, políticas, solidárias, etc.), sem que sua aprovação deva seguir nenhum procedimento estabelecido por qualquer instância diversa de aquela dos trabalhadores comprometidos. A aprovação de este artigo significou o fim do Decreto Lei nº4.330 e da ameaça permanente dos juízes trabalhistas nos tribunais respectivos, assim como do Decreto Lei nº1.632 (1978), que subordinava a noção de setores “essenciais” ao conceito de seguridade nacional (ABRAMO, 1991, p. 124, tradução nossa).

O processo analisado trouxe avanços para o movimento sindical brasileiro em termos de autonomização frente ao Estado, criando-se os traços de uma nova institucionalização da representação sindical que até então era caracterizada pelo corporativismo estatal clientelista. Contudo, a nova conjuntura trouxe também novos problemas como o da reposição salarial, já que a crise inflacionária teve como consequência a diminuição ostensiva dos salários. De acordo com o seguinte informe do DIEESE:

A ação sindical ultrapassou o âmbito das relações capital e trabalho, adquirindo um contorno institucional mais amplo. Principalmente após a Constituição de 1988, intensificaram-se os embates em relação às políticas

¹⁰¹Previsto no Art. 9 da Constituição, o direito de greve no Brasil também responde a determinados fatores históricos, porque a greve tem sido um direito que se configurava ao final da ditadura militar como instrumento de luta para a conquista das liberdades democráticas. Embora nesse tempo, a greve estava praticamente proibida.

salariais no Congresso Nacional. A partir desse momento, começava a ficar claro que os problemas do mundo do trabalho não poderiam mais ser resolvidos no espaço corporativista, que a inflação tinha causas complexas e que reformas estruturais seriam necessárias para debelar o processo inflacionário (DIEESE, 2001, p. 196).

A abertura, neste período, de novos espaços legais e institucionais, para a organização sindical, permitiu o desenvolvimento de outras tendências significativas. Antunes (1985) salienta o processo de ideologização do movimento sindical que o colocou no centro do cenário político.

Os graves embates sociais da década, dados por movimentos grevistas ampliados – ora por categoria, como a greve nacional dos bancários de 1985, ou com as greves gerais especialmente aquelas que foram mais bem sucedidas, como as de 1986 e 1989; ou ainda greves como a de novembro de 1988, dos metalúrgicos de Volta Redonda, só para lembrar alguns exemplos – exprimem esta inversão do movimento operário: a luta sindical reivindicatória esteve à frente dos próprios partidos, ganhando relevância então o papel político que acabou sendo exercido pelas centrais sindicais, em especial pela CUT. No vazio aberto pela limitação dos partidos de esquerda, o sindicato e seu instrumental nacional – a CUT – acabaram assumindo um papel político relevante, que normalmente é atributo dos partidos. Ilustra bem esta formulação, a pressão social exercida pela CUT no curso do processo de elaboração da Constituição, que posteriormente obrigou as forças da ordem a aceitarem algumas conquistas sociais. Não fosse esta pressão do movimento sindical, articulada pela CUT, a Constituição seria ainda mais conservadora (ANTUNES, 1995, p. 45).

Quanto ao modelo de relações trabalhistas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi outorgada sob a forma de um decreto-lei, no ano 1943, mantendo-se vigente e sem mudanças até hoje. Não foi criado um Código do Trabalho, mas sim uma compilação de leis que se acercam de um modelo harmonicista, de colaboração entre operários e patrões, tipicamente corporativista. Até os tempos atuais não se realizaram mudanças legais, mantendo-se vigente a través dos governos ditatoriais e civis democráticos. A CLT, com 1.004 artigos, regula as relações individuais e coletivas de trabalho, e também a organização sindical (MERCADANTE, 1987).

Assim sendo, durante a década de 1980, o movimento sindical no Brasil atravessou uma etapa de reorganização, sendo que as obtenções de algumas de suas reivindicações lhe

possibilitaram certo grau de proteção de sua organização. A nova Constituição, promulgada em 1988, lhe permitiu preservar alguns traços corporativistas, diante das profundas transformações que se vinham operando no mundo do trabalho. Assim foi instituído um sistema híbrido, que assegura liberdade e autonomia, mas desde que respeitados alguns princípios, entre os quais: a) o sistema confederativo, e b) a unicidade sindical e a garantia da contribuição compulsória, descontada de toda a categoria.

Segundo Queiroz (2000), como consequência desses princípios constitucionais, do ponto de vista legal, o país não poderá, sem mexer na Constituição: a) instituir a pluralidade sindical; b) ratificar a Convenção 87 da OIT; c) reconhecer as centrais como entidades sindicais, mesmo assim, elas podem – como organização de trabalhadores –, com base no artigo 10 da Constituição – que garante a participação dos trabalhadores nos órgãos públicos colegiados em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação –, representar os interesses dos trabalhadores nos órgãos colegiados como o Fundo do Amparo do Trabalhador, o Conselho Curador do FGTS e o Conselho da previdência Social.

Em relação às mudanças quanto à organização sindical, a serem incorporadas na Constituição de 1988, cada corrente sindical, conforme Queiroz (2000) defendeu sua proposta junto aos constituintes. De um lado, a CUT defendia um modelo plural de liberdade sindical plena, sem contribuições compulsórias, capaz de permitir a ratificação da Convenção 87 da OIT, e, de outro, as Confederações, incluindo as patronais, defendiam a unicidade, o sistema confederativo e a contribuição compulsória. Segundo o autor citado acima, o texto que prevaleceu, de caráter híbrido, adotou os seguintes princípios:

- 1) Reconhece o livre direito de associação profissional e sindical como um dos direitos fundamentais dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos, e empregadores; 2) é livre a administração dos sindicatos, proibida a interferência ou intervenção do Poder Público nas entidades sindicais; 3) a constituição de entidade sindical independe de autorização do Estado,

desaparecendo a exigência tanto da criação prévia de associação, o pré-sindical, quanto da antiga carta sindical de reconhecimento, emitida com base em critérios políticos pelo Ministério do Trabalho; 4) respeito à unicidade sindical e ao sistema confederativo, com a autodeterminação das bases territoriais pelos próprios trabalhadores e empregadores interessados, [e] admitida como base mínima o município; 5) o sindicato representará e fará a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, assim como os individuais dos seus membros, inclusive em questões judiciais ou administrativas, desobrigando-se das funções assistenciais; 6) os sindicatos são obrigados a participar das negociações coletivas de trabalho; 7) a assembleia do sindicato poderá instituir contribuição, com desconto obrigatório em folha, para custeio do respectivo sistema confederativo, sem prejuízo da contribuição definida em lei e da mensalidade associativa; 8) respeito à liberdade sindical individual de filiação e desfiliação, entendido como o direito de ingressar ou não como sócio do sindicato de sua categoria profissional ou econômica; 9) garantia de proteção contra despedida imotivada do dirigente sindical, desde o registro da chapa até um ano após o término do mandato; e 10) reconhecimento do direito do aposentado filiado de votar e ser votado para a direção sindical (QUEIROZ, 2000, p. 24).

Isso significou, em relação ao modelo até então vigente, que: a) foram suprimidos a carta sindical, o estatuto padrão e o voto obrigatório nas eleições sindicais; b) ficou revogada por completo a lei que permitia a intervenção na entidade sindical; c) a entidade sindical passou a definir o processo eleitoral, a duração do mandato, o número de diretores e a elaboração dos estatutos; d) o sindicato deixou de exercer função delegada pelo poder público, desobrigando-se de praticar assistencialismo ou prestar contas ao governo; e) a entidade sindical passou a ter autonomia para definir sua receita e despesa, sem estar sujeita a fiscalização, exceto de seu filiados; e f) os servidores puderam organizar-se em sindicato, em igualdade de condições com os trabalhadores da iniciativa privada (QUEIROZ, 2000).

4.6 A Ação sindical e política da CUT

É preciso salientar que, a partir de 1988, a nova Constituição favoreceu tanto o aparecimento de novos sindicatos quanto a fragmentação de categorias já organizadas, surgindo inclusive alguns sindicatos por profissão. Além da consolidação da CUT, em 1985, surgiu a

União Sindical Independente (USI), liderada por comerciários (1985); e, em 1986, houve a transformação da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Da CGT por cisões internas, nasceram duas outras centrais: a CGT-Central, em 1988, e a Força Sindical, em 1991 (QUEIROZ , 2000). Segundo Renner (2003), com as mudanças introduzidas pela Constituição de 88, os sindicatos obtiveram certa legitimação, mas não foram fortes na defesa da representação dos trabalhadores e de melhoria das condições de trabalho. O processo de consolidação da CUT foi apontado por Boito Jr. (1996) da seguinte maneira:

[...] a CUT foi gradativamente consolidando a partir de seu congresso de fundação em 1983, e até o seu terceiro congresso regular, em 1988, uma *plataforma de transformações econômicas e sociais* antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. De um congresso para o outro, a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras de ordem, referentes à economia e à política social: não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais. Em momentos críticos da luta democrática, a CUT aprovou em seus congressos palavras de ordem tais como: boicote ao colégio eleitoral, que acabaria por eleger Tancredo Neves, e luta por uma Constituinte exclusiva e soberana, opondo-se à atribuição de poderes constituintes ao Congresso que deveria ser eleito em 1986 (BOITO JR., 1996, p. 5).

Para Alves (2001), a Constituição de 1988 buscou incorporar pretensões reformistas de uma burguesia liberal, em um contexto político interno de ascensão dos movimentos sociais e da oposição política de esquerda. A derrota eleitoral da Frente Brasil Popular (Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro) e de seu candidato a Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, em dezembro de 1989, permitiu que a grande burguesia pudesse abrir o delicado caminho político e social das reformas estruturais da economia e do Estado capitalista. Conforme o autor citado, a Frente Brasil Popular e seu candidato representavam a resistência política e sindical de massas que vicejou nos anos 80.

Segundo Aracary (2006), era presumível que a maioria dos trabalhadores e das novas camadas médias urbanas depositasse esperanças, depois das eleições da Constituinte de 1986, e da consolidação de um calendário eleitoral estável, com direito à alternância, no dinamismo de um país que sempre mudou muito lentamente, mas que estava mudando para melhor. Houve uma tendência à consolidação das regras do jogo democrático constitucional, implicando na garantia da governabilidade pela gestão negociada dos conflitos políticos. Os seguintes princípios liberais básicos foram consagrados pela Constituição de 1988: liberdade de expressão e de organização; sufrágio universal; liberdade de imprensa e existência de fontes alternativas de informação; eleições livres, idôneas e competitivas; vigência do princípio da igualdade política em relação aos diferentes requisitos da democracia constitucional, sobretudo o requisito da elegibilidade para os cargos públicos; e, finalmente, o exercício de controle final sobre a agenda (DINIZ, 2003).

O movimento sindical passou, então, por um período de relativo fortalecimento, no número de sindicatos, tanto pela liberdade recém-instituída para a organização sindical no setor privado quanto pelo surgimento da organização sindical dos servidores públicos; e na participação nas instâncias colegiadas e de representação do governo. Posteriormente, ocorreram drásticas mudanças, no âmbito interno e externo, que acabaram repercutindo sobre o sindicalismo brasileiro. No âmbito interno, a liberação do controle político deu-se paralelamente à manutenção do poder dos sindicatos para arrecadar e dispor de impostos, como se fossem agências estatais, sem prestar contas de qualquer natureza ao poder público ou mesmo a seus representados. Segundo Cardoso (2003), desregulou-se a competição entre elites sindicais e lideranças trabalhistas, liberadas para fundar sindicatos a seu livre arbítrio, com base nos interstícios da CLT, e tendo o poder de taxar aqueles que supostamente representam. Para o autor, esse processo teve como consequência a fragmentação sem precedentes do sindicalismo no país, chegando-se, ao final da década de 90 a mais de 16 mil instituições reconhecidas e outros milhares em processo

de reconhecimento. Ou seja, a estrutura sindical corporativista, que garantiu a rápida reestruturação do sindicalismo em nível nacional, nos anos 80, revelou-se uma máquina incontrolável, na década seguinte, já que permitiu a fragmentação de bases sindicais antes solidamente protegidas por lei (CARDOSO, 2003, pp. 6-7).

No âmbito externo, o fim do denominado “socialismo real” e da guerra fria, simbolizada pela queda do muro de Berlim, inaugura uma nova era nas relações internacionais, agora lideradas pelos Estados Unidos da América. Essa nova ordem, ainda em formação, teve seus princípios definidos na reunião ocorrida em novembro de 1989, que resultou no Consenso de Washington, cujo receituário, em bases do pensamento neoclássico, recomenda a volta do Estado mínimo. Suas repercussões coincidem com as novas formas de articulação da democracia constitucional recém-instalada.

O marco do novo processo democrático foi a vitória eleitoral do primeiro governo civil brasileiro com plena liberdade partidária e eleição em dois turnos. Em 1989, Fernando Collor de Mello, do PRN (Partido da Reconstrução Nacional) e ex-governador de Alagoas eleito dentro das regras da Constituição de 1988, político jovem e com amplo apoio das forças conservadoras¹⁰², derrotou no segundo turno da eleição a Luiz Inácio Lula da Silva, destacado líder sindical e representante do PT. A eleição de Collor foi favorecida pelos efeitos da crise de governabilidade experimentada pelo país a partir dos últimos dois anos do governo Sarney. Criou-se, assim, um clima de descrença generalizada nas instituições e nos governantes, bem como um forte sentimento de rejeição do *status quo*. Nesse contexto, geraram-se condições para o sucesso de um candidato *anti-establishment*, que passou a priorizar as diretrizes identificadas com o chamado “Consenso de Washington”. Houve, então, um estreitamento e enrijecimento da agenda pública,

¹⁰²Collor se projetou como liderança política de envergadura nacional usando uma estratégia de exposição à mídia; o apoio da Rede Globo alavancou sua candidatura (MIGUEL, 2000, p. 197).

com centralidade nos programas de estabilização e no chamado ajuste estrutural. Como derivação da nova postura oficial, as reformas sociais perderam prioridade, sendo de fato descartadas da agenda. Além disso, a reforma do Estado ganhou importância e passou a ser incorporada ao programa do governo, logo após a posse do Presidente (DINIZ, 2002).

A eleição de Fernando Collor (PRN), em 1989, ancorado numa campanha milionária, virou fenômeno eleitoral. Na Tabela seguinte registra-se a votação de cada um dos candidatos que disputaram as eleições de 1989.

Tabela 6 - Votação dos candidatos a presidente da República nas eleições de 1989

Candidato		Quantidade de votos	Porcentagem
Fernando Collor	(PRN)	20.611.011	(28,53%)
Luíz Ignácio Lula da Silva	(PT)	11.622.673	(16,08%)
Leonel Brizola	(PDT)	11.168.228	(15,45%)
Mário Covas	(PSDB)	7.790.392	(10,78%)
Paulo Maluf	(PDS)	5.986.575	(8,28%)
Afif Domingos	(PL)	3.272.462	(4,53%)
Ulysses Guimarães	(PMDB)	3.204.932	(4,43%)
Roberto Freire	(PCB)	769.123	(1,06%)
Aureliano Chaves	(PFL)	600.838	(0,83%)
Ronaldo Caiado	(PSD)	488.846	(0,68%)
SEGUNDO TURNO			
Fernando Collor		35.089.998	(42,75%)
Luís Ignácio Lula da Silva		31.076.364	(37,86%)

Fonte: ELEIÇÃO, 2005, p. 1.

A vitória de Collor significaria o início de um processo de constituição de uma nova hegemonia no Brasil: a das concepções e das propostas políticas neoliberais. Instalou-se uma nova hegemonia (no sentido gramsciano) que combina como cimento de um novo bloco histórico, a conversão de uma ideologia com uma plataforma política.

Para isso, foi necessária a adesão ao denominado protocolo do Consenso de Washington, através de uma campanha de marketing permanente em defesa do discurso único e o

enfraquecimento das organizações que combatessem este último, como era o caso do movimento sindical.

A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora, e a correspondente condenação do Estado e das empresas públicas, como espaço do desperdício, do burocratismo e dos privilégios, foram idéias que iam ganhando força, difundindo-se em todo âmbito da sociedade. Assim, os sindicatos, que não estavam preparados para o início desse novo cenário, foram desafiados, tendo que incorporar novos termos e assumir novas posturas, em um contexto globalizado, com novas tecnologias substituindo trabalhadores, com a formação de blocos econômicos regionais, com privatização de empresas públicas, com intensificação da economia informal, dos processos de terceirização e de flexibilização das relações de trabalho.

5 A ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO PERU E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Neste capítulo, investiga-se, desde uma retrospectiva histórica, o nascimento e a organização do sindicalismo peruano, as relações entre os sindicatos e o regime militar – tanto na primeira etapa (1968-1975), como na segunda (1975-1980) – a consolidação do sindicalismo *clasista*, o reconhecimento legal da *Confederación General de Trabajadores del Perú* CGTP e sua emergência como eixo articulador da sociedade civil (atividades marcadas por um profundo processo de reconfiguração), assim como a obtenção de direitos e benefícios em favor dos trabalhadores.

Na segunda parte, aborda-se o intento de corporativização do movimento sindical durante o regime de Velasco. Faze-se uma reconstrução da consolidação e medidas de força que levaram à queda do regime militar, assim como o início do processo de liberalização das relações trabalhistas e a repressão do movimento sindical.

5.1 O nascimento da organização dos trabalhadores no Peru

No processo peruano, o período de conformação de trabalhadores assalariados – no sentido de um proletariado industrial – tem seus antecedentes no século XIX, de 1840 em diante, seguindo o desenvolvimento do maquinismo europeu. Como força trabalhista organizada só se afirmaria no primeiro terço do século XX, em torno de alguns direitos políticos. Desenvolveu-se principalmente na capital da república peruana, Lima. Fundições, fábricas têxteis, fábricas de bebidas e bolachas, tipografias eram a base da nova organização produtiva, baseada na utilização de maquinaria, a produção em série, na especialização dos trabalhadores em tarefas parcelares, assim como as minas do centro do país e os engenhos açucareiros do norte peruano.

No Peru existiu e ainda existe uma segmentação da sociedade a partir de sua situação geográfica. Só a região costeira se articulou à economia urbana industrial. É a partir da década de 1940 que se inicia um lento processo de industrialização. A atividade sindical limitou-se inicialmente à região da costa e depois se estendeu à atividade mineira, cuja exploração se focaliza em alguns lugares da serra, em mãos de empresas norte-americanas. Os trabalhadores assalariados não passavam de uma parte reduzida da população economicamente ativa: entre 1930 e 1940, só um terço da população era assalariada, destes, só uma terça parte estava articulada à indústria, ao transporte e ao comércio de pequeno porte (GOLDENBERG, 1964, p. 86).

Em Lima, as pequenas fábricas que se instalaram eram em sua maioria, de imigrantes italianos que chegaram ao Peru entre 1890 e 1910¹⁰³. Esses empresários fundariam importantes empresas como: *Donófrío* na indústria alimentar; *Santa Catalina* no setor industrial de confecções; Banco Italiano, no setor financeiro, hoje Banco de Crédito, o maior banco do Peru, com sucursais na Bolívia e nos Estados Unidos – (BERNEDO; BASTIDAS, 2000).

O sindicalismo no Peru remonta à época em que o trabalhador peruano teve que abrir seu espaço de manifestação em uma sociedade oligárquica, durante os 30 primeiros anos do século XX. A atividade sindical foi desenvolvida à margem da lei. Os grêmios operários se desenvolveram utilizando mecanismos de confrontação, já que não foram institucionalizados mecanismos de negociação. A nascente formação dos trabalhadores peruanos se constituiu como herdeira da organização artesanal e ao mesmo tempo, da ideologia anarquista ou anarco-sindicalista, bem como da ideologia da não participação política. Um momento importantíssimo na politização das camadas populares, especialmente dos trabalhadores, vem a ser a criação das

¹⁰³Segundo Bonfiglio (1982), neste período chegam em torno de 10.000 italianos que vão a dinamizar toda a vida econômica do Peru. (BONFIGLIO, 1982, p. 57, tradução nossa).

*Universidades Populares Gonzáles Prada*¹⁰⁴ que reivindicaram o sindicalismo operário frente ao mutualismo dos artesãos (BERNEDO; BASTIDAS, 2000; PORTOCARRERO; TAPIA, 1992).

As *Universidades Populares* representariam a tentativa de vincular a juventude universitária com os trabalhadores organizados; no princípio foram impulsionadas por Victor Raul Haya de la Torre (1895-1979), fundador da *Alianza Popular Revolucionária Americana* (APRA)¹⁰⁵ e, posteriormente, por José Carlos Mariátegui¹⁰⁶. Propugnavam a aproximação entre trabalhadores e intelectuais¹⁰⁷, entre estudantes e trabalhadores urbanos assalariados da indústria, envolvendo também os trabalhadores dos engenhos açucareiros do norte peruano, onde se enraizaria a APRA e o *Partido Comunista*, as duas grandes forças populares.

¹⁰⁴Gonzáles Prada, o personagem que depois da guerra do Pacífico (entre Peru e Chile 1879) teve um pensamento mobilizador, inculcando um espírito de construção nacional, tratou de vincular a juventude e os operários. É por isso que as universidades populares levaram seu nome. Essas universidades populares foram criadas pelo movimento reformista, impulsionado pelo líder *aprista* Victor Raul Haya de la Torre, e também por José Carlos Mariátegui, onde ademais lecionavam. Ambos avocaram-se a comprometer os estudantes universitários com as lutas operárias e editaram juntamente a Revista *CLARIDAD*. Mariátegui assumiu a direção da revista em junho de 1923. Sob sua direção foi convertida em órgão da Federação Operária Local de Lima. Celebrou diversos encontros com trabalhadores a quem informou acerca da crise mundial e da cena contemporânea. As conferências que ditou nas Universidades Populares González Prada logo foram recolhidas em seu livro *La historia de la crisis mundial* (MARIÁTEGUI,).

¹⁰⁵*Alianza Popular Revolucionária Americana* (PARA), partido político fundado por Víctor Raúl Haya de la Torre, em 7 de Maio de 1924, na Federação de Estudantes do México. Foi concebida como frente anti-imperialista de alcance americano. Seu nascimento remonta aos ideais marxistas da época. Foi uma proposta alternativa à de Mariátegui, que conjugava a eliminação do feudalismo, do capitalismo e do imperialismo. Para Haya de la Torre, no Peru não existia um capitalismo desenvolvido, portanto seu proletariado era débil. Por não existir a classe revolucionária, não havia a possibilidade de realizar a revolução socialista. Daí que se tornava necessário, primeiro, a instauração de um capitalismo nacional. Sobre estes antecedentes, a APRA elabora um modelo de transformação para o Peru e “Indo - América” que se pode resumir em seus traços mais genéricos e em forma bastante sucinta. Parte-se de um diagnóstico que caracteriza o país por ter o que se denomina atualmente uma estrutura dual, isto é, dois setores independentes: 1) o setor moderno, compreendido pelas indústrias, o açúcar e a mineração e 2) o setor tradicional, que compreende o feudalismo fechado e associado com os “*barones*” do algodão. Essa visão dualista segue sendo para muitos delineamentos políticos que propõem o apoio ao setor assim chamado moderno a fim de que este arraste, incorpore e modifique o que consideram ser o setor tradicional. (SULMONT, 1981).

¹⁰⁶José Carlos Mariátegui (1894-1930), um dos personagens mais importantes do cenário político peruano, comprometido com o movimento popular, jornalista autodidata de convicção socialista, em 1918 participou de um *Comitê de Propaganda Socialista* do qual saiu o primeiro *Partido Socialista* (de maio de 1919). Reconstituído em 1928, já em 1929, veio a ser o Partido Comunista Peruano (PCP). Também organizou a *Confederación General de Trabajadores del Perú*, (CGTP), em 17 de maio de 1929. Para Mariátegui, o capitalismo mundial é monopólico. O imperialismo já não permite organizar um capitalismo nacional. No Peru a única tarefa possível historicamente, necessária ademais, é a construção de uma *sociedade socialista*, por onde deve caminhar o conjunto e cada parte do movimento popular, urbano e rural. (MARIÁTEGUI, 1969).

¹⁰⁷Haya de la Torre procurava vincular o setor juvenil à primeira universidade peruana, *San Marcos*, que paulatinamente deixava de ser universidade de elite que fora até 1919. Depois da reforma universitária, passou a ter uma composição social um pouco mais aberta, não sendo mais um reduto totalmente aristocrático. (SULMONT, 1981).

O lugar de criação das universidades populares de educação operária foi a cidade de Lima, no ano de 1921, especificamente no Distrito de Ate-Vitarte (bairro fabril onde se haviam concentrado fábricas de fiação e de tecidos)¹⁰⁸. Esse distrito concentrava um considerável contingente de trabalhadores. Foi ali onde ocorreu o nascimento da organização dos trabalhadores em prol de demandas como a luta pelas oito horas. Propugnou-se e buscou-se, a partir de então, construir politicamente o vínculo entre intelectuais, estudantes e trabalhadores, bandeira que passou a fazer parte da base político-programática da esquerda e do *Aprismo*.

Desde os anos 30 o sindicalismo peruano era dominado pela APRA¹⁰⁹, sob a direção política das camadas médias, contrárias à organização autônoma do proletariado¹¹⁰. Essa aliança foi possibilitada pela debilidade da organização dos trabalhadores decorrente da crise dos anos 30, e pela repressão ao movimento *clasista*¹¹¹ que José Carlos Mariátegui impulsionou através da *Confederación General de Trabajadores* (CGTP). Ao mesmo tempo, se materializava no Peru a expansão do capital internacional, tornando-se utópico o projeto de desenvolvimento de um “capitalismo peruano autônomo” visionado pelos ideais *apristas*.

O sindicalismo sob a condução *aprista* teve uma primeira transformação, durante a segunda metade da década de 50 – a partir de 1956 –, quando se amplifica devido a uma massiva

¹⁰⁸Das tarefas de extensão realizadas por estudantes e professores nas fábricas, oficinas e sedes sindicais surgiram as *Universidades Populares Gonzáles Prada*, criadas pelo Movimento Reformista Peruano, com o propósito de colocar o conhecimento universitário de temas fundamentais de suas preocupações a serviço da sociedade. (QUIROGA, 2001).

¹⁰⁹Em 1944, realiza-se a segunda convenção clandestina do Partido Aprista Peruano, e frente aos túmulos de Gonzáles Prada e José Carlos Mariátegui deu-se o nascimento da *Confederación de Trabajadores del Perú* (CTP) (LUNA, 2005).

¹¹⁰A proposta *aprista* desenvolvida por Haya de la Torre na formação da frente dos “trabalhadores manuais e intelectuais”, durante a década de 1920, sustentou-se no predomínio da pequena burguesia, frente ao “*classismo*” que impulsionava o Partido Comunista Peruano (BERNEDO; BASTIDAS, 2000).

¹¹¹A constituição do *classismo* no Peru se desenvolve como um fenômeno importante dentro da história do movimento sindical, e que é produto de dois aspectos: a) a exclusão social e o racismo no Peru estiveram baseados na atitude de repelir os empresários, já que esses freqüentemente assumiam uma atitude racista de discriminação e de desprezo do trabalhador; e b) a influencia das idéias marxistas, canalizadas pela juventude universitária, que neste período aproxima-se dos setores populares. O fenômeno *classista* é assumido pelo movimento sindical com uma clara posição política, produto dessa combinação entre racismo e idéias radicais. Essa categorização de “*classismo*” ou “*clasista*” é utilizada nesta tese para caracterizar o movimento sindical desenvolvido sob o impulso dos ideais da esquerda peruana.

migração às principais cidades e como consequência do crescimento do setor industrial, que impulsionou a organização sindical a adotar novas práticas. Também influenciou o fato de que nesse ano se abriu um curto período democrático-constitucional no Peru, e o *Partido Aprista Peruano* (PAP) pôde voltar à vida pública após de oito anos de proscricção, o que lhe permitiu fortalecer sua presença entre os sindicatos. Esta conjuntura também permitiu a reorganização do *Partido Comunista del Perú*, que iniciou um período de expansão, mas em meio a um intenso debate interno que, mais adiante, provocaria uma profunda fissura entre moscovitas e pequineses¹¹².

Essa etapa democrático-constitucional de 1956-1962 também teve efeitos positivos sobre o crescimento sindical. O *Gobierno de la Convivencia*¹¹³ regulamentou o direito de associação e estabeleceu as normas para o reconhecimento dos sindicatos, ademais de uma série de dispositivos legais que institucionalizaram os conflitos laborais e a vida sindical. O número de sindicatos reconhecidos passou de 493 em 1955 a 1.093 em 1961. (TOCHE, 2003, p. 319).

Sob esse panorama, o *Partido Aprista Peruano* (PAP) exerceu a direção sobre o movimento sindical através da *Confederación de Trabajadores del Perú* (CTP), afiliada à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT) – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOOLS), fundada em 1º de maio de 1944. A unificação da condução do movimento sindical por *apristas* e *comunistas*, realizou-se o "*pacto sindical de Santiago*" – no Chile – em 1943. Impelido pela *Confederation of Latin American Workers* (CTAL), com o fim de constituir uma frente sindical nacional. A direção da *Confederación de*

¹¹²Trata-se da divisão do Partido Comunista Peruano (PCP), em 1964, como consequência da ruptura entre a União Soviética e a China de Mao Zedong. Dessa ruptura surgiu uma corrente maoísta, que tinha uma significativa presença nas zonas rurais da serra peruana (MANRIQUE, 2005).

¹¹³Trata-se do governo de 1956-1962, conhecido como de "convivência". O Partido Aprista se compromete a colaborar com o regime democrático-constitucional de Manuel Prado y Ugarteche, vinculado à oligarquia financeira. A APRA assume a responsabilidade conjunta pela manutenção da estabilidade do sistema político, em troca da legalidade e da sua incorporação à vida política, depois de muitos anos de clandestinidade, só interrompida no período 1945-1948. (BALBI, 1989, p. 28, tradução nossa).

Trabajadores Del Perú (CTP) foi reconhecida com Decreto Supremo N° 264 em 14-07-1964. Foi inicialmente compartilhada por comunistas e *apristas*, mas os segundos tomaram plenamente o controle a partir de 1945. No entanto, já se podia perceber a existência de uma forte oposição dirigida pelo *Partido Comunista del Perú*, e expressa por grêmios sindicais como os dos bancários, da construção civil, dos metalúrgicos e dos professores. A liderança da CTP se conduzia sob o ideal do sindicalismo livre¹¹⁴, mas seus estreitos marcos – além de ser nessa época a única central sindical do Peru –, resultaram insuficientes para as exigências dos contingentes cada vez maiores de pessoas que se incorporavam aos setores laborais. (TOCHE, 2003, p. 320).

A APRA havia renunciado a suas bandeiras anti-imperialistas e entrou em convivência com os mais tradicionais aliados do capital estrangeiro, perdendo influência no terreno sindical. Negociou politicamente as reivindicações dos trabalhadores e fomentou um "sindicalismo livre", financiado pelos grandes empresários e pelo governo norte-americano. Conforme as interpretações de Yopez e Bernedo (1987); Sulmont (1981) e Toche (2003), as contínuas crises econômicas fizeram eclodir as lutas camponesas e operárias, demonstrando a inviabilidade dessa tendência política de negociação e conciliação.

A base social do sindicalismo no Peru começou a se expandir em meados do século passado, momento em que o processo de industrialização tomou força. O setor industrial começou a se dinamizar e a se diversificar, verificando-se que o número absoluto de pessoas ocupadas na indústria se duplicou de 1940 a meados de 1960. Assim aponta Bernedo (1990):

[...] Só no período 1940-1961, a indústria (excluindo fiação e tecelagem) havia crescido 67%, em ramas tipicamente de planta, como as indústrias

¹¹⁴Grande parte da atividade das lideranças sindicais *apristas* esteve dedicada a opor-se a esse processo (de debilidade organizativa), fazendo resistência aos novos líderes de tendência classista. A sua vez, aproveitaram o posicionamento que lhes outorgou o “*Gobierno de la Convivência*”, bem como a institucionalização da CTP, para adquirir vantagens nas negociações trabalhistas. Assim, até onde permitiu o crescimento econômico, a condução *aprista* conseguiu lograr que o governo atendesse algumas demandas de suas bases, em um ambiente no quais estas lideranças se apresentaram como o *mal menor* ante a probabilidade de um movimento sindical conduzido pela esquerda (TOCHE, 2003, p. 319, tradução nossa).

metalúrgica e gráfica, que ampliaram a quantidade de ocupados, e a indústria química, que cresceu mais de quatro vezes (BERNEDO; 1990, p. 30, tradução nossa).

Houve o crescimento significativo de número de trabalhadores empregados, como consequência da dinamização de atividades produtivas através do crescimento da indústria metal-mecânica e química; produziu-se o *boom* da pesca – que serviu para a exportação de farinha de peixe¹¹⁵. Ademais, se iniciou a atividade na siderurgia e expandiram-se, entre outras, as atividades de mineração e petróleo, da construção civil, do comércio, do transporte, das finanças e dos serviços urbanos. Entre 1950 e 1970, o número de trabalhadores assalariados no setor industrial, tem-se incrementado de 121,500 a 203,000 trabalhadores (BALBI, 1989). Esse processo é apontado por Villarán (2004):

[...] Na década de 70 se atinge os maiores patamares de Emprego (com salários maiores ao mínimo e com todos os benefícios sociais e direitos trabalhistas reconhecidos pelas leis vigentes no momento), fluando entre o 45 e 55% do total da População Economicamente Ativa (PEA). (VILLARÁN, 2004, p. 2, tradução nossa).

Esse cenário se consolidou com as concepções reformistas do governo militar que se iniciou em outubro de 1968. Como assinalado linhas acima, desde fins dos anos 50 já se podia perceber um conjunto de esforços dirigidos, primeiro, a organizar a uma única central de trabalhadores. A *Confederación de Trabajadores del Perú* (CTP) teve uma rival na condução sindical quando se resolveu rearticular a *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP) sobre a base do *Comité de Defensa y Unificación Sindical* (CDUS), que se havia formado em 1966 (essa disputa será analisada mais adiante).

¹¹⁵Como produto desta atividade, as taxas de crescimento anual foram para o PIB *per capita* de 9,1%, para o PIB Global, de 12,2%. Foram as porcentagens mais altas registradas desde a década de 1950 até 1990. (INEI *Compendio Estadístico Anual*, 1990, p. 2).

5.2 A organização do sindicalismo classista no Peru

No Peru, em suas lutas anti-oligárquicas, as camadas médias e populares – influenciadas pelos ideais de Haya de la Torre e de Mariátegui – postularam um Estado fortemente intervencionista, capaz de mudar um modelo agro-mineiro e exportador, para outro, baseado na indústria e no mercado interno, abrindo um espaço para a sua ascensão na estrutura social e política do Peru. Essa proposta era produto da influencia da APRA¹¹⁶, que postulava a fórmula do Estado anti-imperialista e até populista, assim como o faziam os programas dos partidos reformistas dos anos 50 e 60, que delineavam reformas do Estado para controlar a voracidade do capital estrangeiro e compensar a falta de audácia da burguesia peruana.

Sob esses ideais reformistas desenvolveu-se a organização dos trabalhadores assalariados. Assim, em 1957 é fundada a *Federación de Trabajadores de la Indústria Metalúrgica del Perú* (FETIMP). Em 1962, a *Federación de Trabajadores de las Industrias Químicas* e a *Federación de Trabajadores en Laboratórios y afines*. A Federação de Pescadores e os trabalhadores da construção civil multiplicaram seus sindicatos por províncias e departamentos. Ademais, os Bancários consolidaram sua Federação, o magistério e outros setores de trabalhadores estatais começaram a organizar-se. Os núcleos de trabalhadores têxteis, mineiros e petroleiros se expandiram reforçando suas federações. No ano de 1959 organiza-se a *Federación Nacional de Trabajadores Metalúrgicos y Siderúrgicos del Perú* (FNTMSP). Todos estes setores foram

¹¹⁶É preciso salientar que a APRA, desde o início de sua atividade política esteve vinculada à organização, enfrentamento e condução do movimento sindical, disputando direções com o PC (Partido Comunista), e enfrentando as ditaduras que antecederam sua legalização. No período de 1956-62, a hegemonia *aprista* era predominante, mas o fundamento do *political bargaining* ou negociação política já não tinha mais aceitação entre os trabalhadores, porque eles não podiam obter ganhos por métodos pacíficos ou procedimentos burocráticos. O sindicalismo livre, porem, tinha esquecido este fato (BALBI, 1989, p. 40).

estimulados pela Lei de promoção industrial N° 13270, promulgada em 1959¹¹⁷, além do *boom* pesqueiro, que favoreceu a organização dos trabalhadores no setor da pesca.

O processo de organização sindical toma um novo impulso em 1968; primeiro, quando se refunda a *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP)¹¹⁸, reconhecida oficialmente em 1971; e segundo, a chegada ao governo por Juan Velasco Alvarado, através de um golpe militar em 3 de Outubro de 1968. É preciso, a seguir, desenvolver alguns aspectos importantes da constituição do classismo como parte importante do processo peruano, que adquiriu maior conotação nesta conjuntura.

A emergência do classismo peruano pode ser entendida como um sistema de orientações, que pretendeu pautar emoções, ideais e comportamentos dos trabalhadores com respeito à produção e às relações trabalhistas, aspirando influir sobre a construção do futuro pessoal e da ação política. Trata-se de um conjunto coerente de crenças que têm exercido uma forte influência sobre os trabalhadores assalariados, especialmente a partir da metade dos anos 60, em que é reorganizada a GCTP.

O classismo surge dentro de coordenadas bem definidas. A época de sua aparição esta marcada por uma tensão crescente entre o racismo e a luta pela igualdade de direitos. É dizer pela persistência da discriminação e do exclusivismo em um meio onde as idéias de igualdade começaram a ter uma significativa repercussão. A defasagem entre o plano normativo e a realidade produz indignação, rebeldia. (PORTOCARRERO; TAPIA, 1992). É preciso salientar

¹¹⁷O crescente peso do setor industrial colocou-se de manifesto com a Lei de Promoção Industrial. Esta Lei assinalou formalmente o ingresso do Peru à fase Industrial de Substituição de Importações. Suas principais disposições eram as exonerações parcial ou total de impostos de importação para nova maquinaria, equipamento e outros insumos não produzidos no Peru; exonerações tributárias sobre utilidades reinvestidas; vantajosas prebendas por depreciação de maquinaria e equipes, assim como incentivos na serra e na selva (FERRER, 1982, p. 65, tradução nossa).

¹¹⁸No ano de 1967, numerosas organizações sindicais desenvolvem greves e mobilizações por melhoria dos salários que ultrapassam a condução *aprista* no movimento sindical. Estes setores que radicalizaram suas demandas deram sustento à *Confederación General de Trabajadores del Peru* (CGTP), impulsionada fundamentalmente pelos bancários e pelos mineiros, que fizeram avançar o sindicalismo *clasista*, marcando o progressivo declínio da *Confederación de Trabajadores del Peru* (CTP), sob a condução *aprista*. (SULMONT, 1977).

que esse é um fator de longa data na história peruana. Os esforços do reformismo iniciado por Haya de la Torre e Mariátegui, assim como a luta pela toma de consciência de igualdade de direitos se difundiram rapidamente nas zonas urbanas. As lutas e a organização sindical seriam os seus resultados imediatos, cujas sucessivas direções se expressavam como: anarquistas, anarco-sindicalistas, apistas, marxistas.

De fato, o classismo representa a radicalização desta tendência secular. Sob o impacto ideológico do marxismo, e em uma conjuntura favorável, os trabalhadores enfrentam os desafios e desenvolvem uma concepção ampla de seus direitos. O classismo pode ser percebido como o reverso do racismo. Gera-se uma solidariedade incondicional entre os trabalhadores e uma oposição intransigente aos proprietários. Assim, apontam Portocarrero e Tapia (1992):

Na realidade, o marxismo encontrou na sensibilidade ferida de maior destaque dos trabalhadores um terreno fértil onde se desenvolver. As idéias de Marx podiam explicar tanto as experiências de ser desprezado e excluído, como fundamentar uma promessa de salvação uma esperança de bem-estar. Em definitiva produzir um sentimento de confiança no próprio valor. Reivindicar para o índio, para o *cholo* [índio migrante nas grandes cidades] como trabalhadores. Condenar o outro, o branco ou mestiço o diferente, baixá-lo de seu pedestal. (PORTOCARRERO; TAPIA, 1992, p. 23, tradução nossa).

O fundamento do classismo é a idéia de que o progresso podia ser conquistado mediante a luta contra os patrões. O trabalhador classista tinha altas expectativas e sempre esteve predisposto a organizar-se e reivindicar frente à empresa, assim como participar na transformação revolucionária da sociedade. A aspiração em lograr melhores condições de trabalho e vida ajudou a se conceber como responsável de seu destino. A imagem do outro, do empresário ou patrão, como alguém diferente dele, explorador, faz parte do imaginário indígena colonial, é uma representação marcada pela dominação.

A recepção do marxismo entre os trabalhadores foi rápida, cuja ideologia permitiu que estes pressupostos se articulassem em uma configuração estável. Com efeito, o marxismo

reforçou a expectativa de progresso e o otimismo dos trabalhadores. Orientou sua inclinação ao esforço coletivo para a organização e a luta. Consolidou a imagem do empresário como alguém insensível, sempre disposto a abusar dos trabalhadores. Em definitiva, o marxismo foi fundamental para que cristalizasse a imagem dos trabalhadores como lutadores por seus direitos, unidos contra a prepotência dos empresários. Segundo Portocarrero e Tapia (1992), das idéias aportadas pelo marxismo há duas que resultaram fundamentais:

A primeira é que o conflito e a luta constituem a relação natural entre grupos sociais. A harmonia ou o entendimento são avaliados como resultados da ignorância ou da claudicação. A segunda é a definição do lucro como “trabalho não remunerado” (teoria da mais-valia) e, como corolário, a idéia de que o trabalho operário é o único produtivo (PORTOCARRERO; TAPIA, 1992, p. 25, tradução nossa).

O efeito dessas percepções – apontadas pelos autores – elevou o horizonte reivindicativo das negociações e a radicalização dos conflitos. A intransigência foi apreciada como uma virtude do movimento sindical, e a confrontação e o conflito foram tidos como gestas heróicas¹¹⁹. O classismo ganha maior adesão a partir dos anos 60. Suas bases principais são operários jovens em fábricas novas, sem tradição sindical, surgidas ao amparo da legislação industrialista. Trabalhadores muitas vezes migrantes do mundo rural, com baixo nível educacional, em sua maioria com grau Fundamental ou Médio incompleto, mas com muito desejo de progresso. Esses trabalhadores tenderam a se identificar com a tradição operária, considerada como estável e de boas perspectivas. Desses trabalhadores procederia a elite do classismo.

É preciso salientar, que as circunstâncias foram decisivas. Sem a política pró-trabalhista e industrial do governo de Velasco (1968-1975), dificilmente teria se consolidado o classismo, além do clima ideológico e da radicalização dos intelectuais. Com efeito, o regime militar de

¹¹⁹O *classismo* teve uma visão e discurso sobre o Peru como um país muito rico por seus recursos naturais e sua população. Mas a ação depredadora do imperialismo e os grandes capitalistas, junto com a passividade e a corrupção dos governos, faziam com que os grandes excedentes engrossassem os fundos das companhias multinacionais ou as contas no exterior da burguesia crioula. (PORTOCARRERO; TAPIA, 1992, p.27, tradução nossa).

Velasco, a partir do golpe de Estado em 03 de outubro de 1968, propiciou um clima favorável para a luta dos trabalhadores. Pela primeira vez na história peruana, a rebeldia é fomentada pelo poder do Estado, como veremos a continuação.

5.3 O regime militar e a reorganização do movimento sindical

O final da década de 60 esteve marcado por mudanças substantivas na estrutura sócio-econômica e política do Peru. Foi impelida pela influência progressista de um setor da oficialidade do exército, que postulava mudanças estruturais que já haviam sido delineadas pelo reformismo peruano dos anos 60¹²⁰, não com traços liberais, senão com um marcado corte estatista que cancelou o Estado oligárquico.

O golpe de Estado – em 3 de outubro de 1968 – era justificado pela extrema desigualdade na distribuição da riqueza, ademais das obscuras transações das elites civis governantes, como os contratos celebrados na exploração do petróleo do norte peruano. Procurava-se a consolidação de um novo modelo de acumulação, que se caracterizasse por uma condução política diferente e por uma concepção de desenvolvimento endógeno, impelindo a Industrialização por Substituição de Importações (I.S.I).

Cabe salientar que houve uma forte influência progressista da jovem oficialidade do Exército, ante o descontentamento quanto à condução liberal que se vinha desenvolvendo no Peru (STEPAN, 1978, p. 143). Este autor qualificou o governo de Velasco como uma experiência “Estatista Orgânica Inclusiva”¹²¹. Nesta visão, o Estado é tido como uma expressão da

¹²⁰O *Reformismo* peruano é representado por correntes políticas que se desenvolveram a partir dos ideais de Haya de la Torre e Mariátegui, a partir da década de 30. Dessas tendências nasceram a Aliança Popular Revolucionaria Americana (APRA) e o Partido Comunista (PC). Mais adiante nasceu o *Partido Acción Popular* fundado por Fernando Belaúnde Terry e o *Partido de la Democracia Cristiana* fundado por Héctor Cornejo Chavez, durante os anos 1950 e 1960, respectivamente.

¹²¹Estatismo orgânico, categoria desenvolvida por Alfred Stepan (1980), para tipificar o Estado implantado no Peru durante a ditadura militar do general Velasco [o período compreendido entre 1968 a 1975]. Busca um equilíbrio

identidade social mais ampla, seu papel foi de garantir o fluido funcionamento da sociedade. Tende a ser percebida como orgânica à identidade claramente definida (STEPAN, 1978). A identidade dos indivíduos dentro da sociedade e o significado de sua existência derivam da identidade da sociedade como um todo e depende do lugar que eles tenham dentro da mesma. Os membros da sociedade se relacionam entre eles como partes de um organismo, e ao igual que ditas partes são por natureza diferente entre eles, têm distintas funções.

Existem, além dessa, outras diferentes caracterizações do governo de Velasco (1968-1975). Há aquelas que caracterizam o regime como corporativo com traços populistas como é o caso de Cotler (1974):

O governo revolucionário das forças armadas se emoldura neste quadro ao buscar eliminar as formas semi-coloniais e pré-capitalistas e impelir um modo moderno de acumulação e reprodução do capital. (...) Em primeiro lugar, através da reforma agrária (...), de modo que a burguesia agrária acabaria por trasladar sua sede ao setor urbano e moderno; (...) em segundo lugar, as medidas legais ditadas pelo governo militar se orientam a desencravar e descolonizar o setor exportador da economia, criando indústrias para a produção e a transformação de mercadorias provenientes da agricultura, da mineração e do setor pesqueiro, com o fim de substituir importações. (...) Além disso, a fim de evitar uma futura polarização de classes que pudesse levar o conflito social a um nível diferente e provavelmente mais extremo do que o atual, buscou democratizar o capitalismo, através da participação dos trabalhadores nos benefícios e na gestão operativa que está compreendida na reforma da empresa. Desta maneira, adquiriu um equilíbrio entre os sistemas capitalista e o socialista, através do participacionismo que constitui a nova versão de um regime corporativo e que tem um singular interesse nos regimes militares argentino e espanhol (COTLER, 1974, p. 2, tradução nossa).

Na perspectiva de Quijano (1973), o governo militar de Juan Velasco Alvarado foi caracterizado do seguinte modo:

Ao assumir o controle do aparelho político e administrativo do Estado com o golpe de outubro de 1968, estes grupos, que correspondiam aos setores sociais médios, puderam contar nessas condições com uma margem ampla de autonomia política relativa. Isto é, surgiram com as mãos livres para atuar, precisamente porque os partidos políticos da burguesia estavam em

desejável entre o Liberalismo Clássico e o Socialismo de Comando. Um forte papel do Estado é tido como necessário para a estruturação da sociedade integrada num todo solidarista (STEPAN, 1980, p. 67).

decomposição, e os movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade não haviam conseguido ainda o desenvolvimento para intervir de modo decisivo nessa conjuntura de crise de poder no país (...). O processo político posto em marcha com o golpe de outubro tinha que se desenvolver necessariamente com impulsos contraditórios e sua história não podiam deixar de consistir em um processo de depuração destas contradições (...). Essa história teve três etapas principais: 1) a etapa de tentativa de arbitragem entre classes, tratando de construir uma estrutura de conciliação de seus interesses, que dura de outubro de 1968 até aproximadamente meados de 1973; 2) a etapa de gradual transferência ideológica rumo a uma postura progressista tecnocrática que, sobre a base das medidas tomadas no momento anterior, buscava um novo modo de integração da economia dependente na ordem imperialista, e a organização de caráter corporativo que dura até fins de 1972; 3) a etapa na qual as contradições geradas no processo desembocam em tensões crescentes que forçam uma depuração do conteúdo ideológico e social do regime militar. Nessa etapa, chegam ao seu limite as possibilidades e as bases de uma política de arbitragem e de conciliação entre as classes, assim como a importante margem de autonomia relativa que o regime pôde ter frente à burguesia, tanto imperialista como dependente (QUIJANO, 1973, p. 78, tradução nossa).

Houve também afirmações de Petras e LaPorte (1981), que o golpe de Estado foi precipitado pelo temor de que o partido *aprista* ganhasse as eleições de 1969. No entanto, esta perspectiva não tinha maior relevância, já que a APRA tinha-se congraçado com as elites tradicionais, conforme apontam os autores:

[...] Apresentavam-se os militares como que defendendo a velha ordem contra a APRA “populista”. A referida versão não tinha em conta o fato de que este partido havia-se reconciliado desde há anos com a classe governante tradicional, e que, como veremos, tanto as idéias como a composição social do corpo de oficiais havia mudado. O golpe militar se explica por razões muito mais profundas e complexas que os ódios entre o antigo corpo de oficiais e os *apristas* (PETRAS; LAPORTE, 1981, p. 110, tradução nossa).

O reformismo militar estimava que fosse urgente tomar a iniciativa de mudanças que permitissem atenuar as graves desigualdades sociais e econômicas (especialmente no setor rural), e reestruturar a economia com base num Estado forte que terminasse com a estrutura do poder oligárquico tradicional e o controle direto do capital estrangeiro em uma economia de enclave. Nessa perspectiva Matos Mar (1984) aponta:

[...] o governo de Velasco e as Forças Armadas buscaram satisfazer estas demandas, respondendo à crise do Estado com instrumentos ideológicos e linguagem tecnocrática, postos ao serviço de uma tentativa de Projeto Nacional de orientações progressistas. Desta vez não serão os núcleos políticos das camadas médias os que assumirão a liderança, senão os representantes das Forças Armadas, esse instrumento de Estado do qual se haviam valido as classes dominantes para manter a ordem durante várias décadas. Os avanços da nova tecnocracia lhes proporcionaram força de apoio (MATOS MAR, 1984, p. 38, tradução nossa).

Por sua vez, Hobsbawm (1982) qualificou o governo de Velasco como anti-imperialista:

Eu creio sinceramente, subjetiva e objetivamente que o Governo de Velasco foi anti-imperialista. Esta foi então minha opinião, e foi também a de Fidel Castro, que interpretou que o processo peruano era objetivamente anti-imperialista apesar de todas as características do regime (HOBBSWAM, 1978, pp. 20-21, tradução nossa).

As medidas anti-oligárquicas e nacionalistas empreendidas pelo governo de Velasco, através da reforma da estrutura do setor agrário e das empresas capitalistas mediante a comunidade industrial¹²², deveriam criar uma espiral distributiva, ainda que desigual, entre cada um dos setores populacionais favorecidos. Executou-se uma reforma agrária em profundidade, as ferrovias passaram a ser propriedade do Estado e o mesmo ocorreu com os serviços públicos essenciais (telefonía, eletricidade, rádio, televisão). O Estado assumiu o monopólio da comercialização dos produtos fundamentais da economia (petróleo, óleo e farinha de peixe, café). Uma lei geral de educação foi promulgada; a banca do Estado passou a ser a mais poderosa do

¹²²Para o mundo urbano e industrial se implanta a Comunidade Industrial (CI), em julho de 1970. Todas as formas de propriedade privada que empregavam seis ou mais trabalhadores, ou que tinham uma renda anual de [em média] US \$ 25,000,00, estavam obrigadas a estabelecer uma Comunidade Industrial. Ao ser uma entidade legal distinta, a CI abarcava todos os empregados estáveis e contratados por tempo integral (inclusive a gerência). Havia uma Assembléia Geral e um Conselho Executivo, e pelo menos um delegado no Diretório. O número destes delegados aumentava em proporção à porcentagem de ações da firma que a CI obtinha. Os delegados deviam eleger em bloco; não podiam ser representantes do sindicato. Cada ano a CI obtinha 15% dos ganhos líquidos antes de deduzir os impostos para a compra das ações. O objetivo era que o conflito entre capital e o trabalho fosse substituído por relações mais harmoniosas (WILS, 1979, pp. 262-263, tradução nossa).

Peru¹²³ e, através do princípio da comunidade trabalhista, iniciou-se uma transformação de fundo no conceito de propriedade, convertendo os trabalhadores em donos das utilidades e participaram na direção e na propriedade das empresas.

A nova expressão do nacionalismo manifestou-se na apresentação do Plano de Governo, que constituiu uma versão típica do desenvolvimento proposto pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Uma das primeiras ações implantadas pelo governo de Velasco foi a estatização da *International Petroleum Company* (IPC), o que motivou a reação norte-americana. O governo dos Estados Unidos reagiu informando ao governo peruano que ele tinha seis meses para indenizar os expropriados, ou teria que enfrentar a emenda de *Hickenlooper*¹²⁴. Essa emenda compreendia a suspensão da ajuda financeira governamental, assim como a aquisição de açúcar. Esse corte afetaria 50% da produção de açúcar e teria um efeito negativo na economia peruana, implicando em um prejuízo de 120 milhões de dólares (isto é, em torno de 15% do valor total das exportações), assim como o desemprego de 45.000 trabalhadores (YEPEZ; BERNEDO, 1983).

Frente a esta posição do governo norte-americano, os militares iniciaram um processo insólito na vida política peruana. Assumindo uma postura anti-imperialista, a Chancelaria Peruana (Ministério de Relações Exteriores), tradicionalmente seguidora das pautas norte-americanas, rechaçou a ameaça norte-americana, considerando que o problema se situava entre o país e uma empresa norte-americana. Como aponta Moreira Neiva (1975):

O Peru já fora definido em um livro como “pequeno país e grande empresa”; entre 1960-1965 empresas estrangeiras investiram 58 milhões de dólares e mandaram para fora como remessas de lucros, 347 milhões (MOREIRA, 1975, p. 14).

¹²³Deu-se particular impulso a instituições do setor financeiro como: o *Banco Industrial del Perú* para o fomento do setor industrial; para o fomento do setor agrário, o *Banco de Fomento Agropecuário del Perú*; o *Banco Mineiro del Perú* para o fomento do setor minero; e o *Banco de la Vivienda del Perú* para a habitação.

¹²⁴O impacto que esta medida teria na economia peruana seria bastante grave. A farinha de pescado, que representa quinta parte do valor das exportações peruanas, destinava-se em aproximadamente 50% ao mercado norte-americano (COTLER, 1971, p. 31, tradução nossa).

Velasco atuou sob a lógica de que as reformas “de cima” impediriam uma revolução “de baixo”. Se não se conseguisse desativar o conflito social nem se lograsse uma saída para as expectativas, e se continuasse frustrando à população peruana, a revolução comunista seria inevitável. Diante disso, a única maneira de deter o comunismo era através de um processo que implicasse a integração social e a aplicação da reforma agrária, a fim de desativar a potencialidade do conflito social em curso.

É nesse contexto que a CGTP se posiciona como a mais importante central sindical peruana, afirmando seu caráter classista, adotando uma postura de oposição ao sistema capitalista, no sentido de postular que a luta sindical é parte de uma luta política. Os sindicatos foram reconhecidos e suas lutas deixaram de ser consideradas como negativas para o Peru. Elaborou-se uma legislação que favorecia os trabalhadores e os salários alcançaram altos patamares. O fomento da indústria teve um impacto positivo sobre os trabalhadores; as facilidades alfandegárias, tributárias e de crédito, permitiram que os empresários pudessem obter preços melhores remunerações de seus investimentos (PORTOCARRERO; TAPIA, 1992).

As reformas da primeira fase do governo militar de Juan Velasco (1968-1975) engendrariam as condições para canalizar a inicial simpatia popular ao processo político iniciado pelo regime. A CGTP, com sua linha de apoio ao processo de transformações que imprimia o governo, que se autodenominava de *revolucionário*, canalizou a adesão trabalhista, especialmente dos novos setores sindicais que não estavam influenciados pelo Partido Aprista e o sindicalismo livre.

Pode-se afirmar que já a partir da segunda metade da década de 1960, o sindicalismo peruano começou a atravessar por um processo de consolidação e de legitimação como movimento social autônomo impelido pelo classismo. É nessa conjuntura – na primeira fase de

1968 a 1975 do governo militar –, que se registrou um número considerável de sindicatos reconhecidos oficialmente, como aponta Balbi (1989):

Durante o período de 1968 a 1975 se produz um significativo crescimento numérico da organização sindical; nestes anos foram reconhecidas ao redor de 2.000 organizações sindicais, as mais altas taxas de sindicalização de toda a história do Peru (BALBI, 1989, p. 59, tradução nossa).

O governo de Velasco, ao mesmo tempo em que outorgou concessões ao setor trabalhista, tais como a Lei de Comunidade Industrial¹²⁵; a lei de Estabilidade Trabalhista¹²⁶; reconheceu a *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP) em 1971, a mesma que se constituiu na mais importante central sindical. Essa central usufruiu a atenção preferencial do governo. Esse fato contribuiu para a institucionalização e o fortalecimento da central sindical (BALBI, 1989).

Para Stepan (1980), a relação entre esse governo e a central foi apontada do seguinte modo:

A fim de criar um poder para contrabalançar o da APRA no setor dos sindicatos operários, o governo militar concedeu reconhecimento oficial e apoio valioso a uma confederação nacional de sindicatos operários do partido comunista, a CGTP (*Confederación General de Trabajadores del Perú*). A CGTP e o Partido Comunista em troca deram ao novo governo o apoio necessário. Mas quando o governo estava pronto para lançar sua própria confederação de trabalhadores, a CGTP havia consolidado sua posição (STEPAN, 1980, p. 176, tradução nossa).

A legitimidade obtida pela CGTP, a partir do governo militar em sua primeira etapa (1968-1975), contribuiu para a formação de uma nova geração de lideranças sindicais, caracterizadas por sua juventude e seus vínculos com setores da esquerda, os mesmos que iam ganhando terreno no sindicalismo por sua política de oposição aos efeitos da crise econômica de

¹²⁵Pelo Decreto Lei nº 21.949, convocou-se eleições a uma Assembléia Constituinte em 1978, cujo objeto era a elaboração de uma nova Carta Constitucional, que propiciaria outra eleição na qual deveriam ser designados os integrantes dos poderes públicos. O processo de transição democrática deveria ser feito com um novo texto constitucional, dado que a Constituição de 1933 era considerada anacrônica.

¹²⁶O 19 de novembro de 1970, institucionalizou-se por primeira vez em Peru o direito da estabilidade laboral absoluta, ao promulgar-se o Decreto Lei Nº 18471 durante o governo do Gral. Juan Velasco Alvarado, que exigiu ao trabalhador para alcançar este direito um mínimo de 4 horas de trabalho e três meses de período de prova, sob a dependência de um mesmo empregador (BLANCAS, 1991, p. 64).

1974 (SULMONT, 1977, p. 289). Pode-se constatar o crescimento da atividade sindical nessa conjuntura, através dos seguintes dados: dos 1.987 sindicatos reconhecidos, 941 pertenciam ao setor industrial, no período de 1969 a 1975. (BALBI, 1989, p. 317).

Poderíamos dividir em duas etapas o sindicalismo do período governamental de Velasco. A primeira, que compreende de 1968 a 1973, caracterizou-se pelo impulso do Estado no intento de democratizar a sociedade em diferentes âmbitos¹²⁷, destacando-se as novas relações trabalhistas, o apoio à sindicalização e o fortalecimento da CGTP, central do classismo. Um segundo momento, de 1973 a 1975, em que se debilita o projeto participativo de Velasco; o sindicalismo já organizado encara com muito ímpeto a preservação dos benefícios outorgados pelo governo, assim como a conquista de novos benefícios. O apoio na organização e direção do movimento sindical provém dos diversos grupos e partidos da esquerda emergente. A presença da esquerda avança em oposição ao governo, contra as tendências autoritárias e os organismos de controle do movimento sindical que surgem nesse período.

5.4 Uma aproximação bismarckiana e ao corporativismo do Governo Velasco

Há algumas semelhanças importantes entre o tipo de dominação implantado no Peru durante o governo de Velasco e a experiência alemã da segunda metade do século XIX, especialmente durante o período bismarckiano. A combinação de fatores semelhantes em ambos os casos sugere a possibilidade de caracterização do projeto peruano como uma aproximação da concepção bismarckiana. Nas duas sociedades é possível observar um profundo sentido nacionalista, influenciado por valores militares. Um vigoroso impulso em direção a um processo

¹²⁷No que se refere ao conjunto de reformas no setor agrário, industrial, trabalhista, assim como sua identificação com as camadas populares.

de industrialização, em perspectiva de construir uma nação forte, caracteriza, também, ambos casos.

No que concerne à Alemanha de Bismarck, Weber (1980), ao mesmo tempo em que mostra um fascínio e admiração por aquele que chamou de “criador do Reich” (do império), de “intelecto sofisticado”, de “gênio”, destaca uma mescla de violência e astúcia, por seu espírito nacionalista e seu carisma cesarista. Também salienta o autocratismo anti-parlamentar de Bismarck, que fez com que a modernização da nação alemã ficasse cativa da burocracia dominante, sobre a qual se escorava. Bismarck não tolerava um parlamento forte, marcado pelo espírito de autonomia política.

No entanto, o populismo latino-americano apresentou-se como resposta a um processo de modernização. Foi uma resposta primária que não tendeu a assumir o profundo do sistema democrático. Buscou-se uma mudança tecnológica e um desenvolvimento econômico. Isso requereu da incorporação de novas estruturas na sociedade e as mudanças no âmbito institucional. Para isso, vincularam-se as metas do desenvolvimento entendendo a setores da população com mecanismos re-distributivos. Através de esses tipos de mediações, tanto na mudança tecnológica como o desenvolvimento econômico adquiriu importância simbólica, fazendo empenho nos benefícios sociais.

A dimensão populista para afrontar a modernização no caso peruano foi de corte autocrático anti-parlamentar. O populismo se delineou como uma alteração das práticas políticas, fazendo um corte com estilos tradicionais. Uma combinação entre dominação tradicional e burocrático-legal.

É possível observar na experiência peruana, a implantação de uma legislação social administrada pelo Estado, com a finalidade de evitar uma revolução socialista e criar vínculos de

lealdade com o governo, debilitando, ao mesmo tempo, os traços de corte classista¹²⁸. Há um mesmo movimento em favor da eficiência e de uma sociedade não assediada por rivalidades e desigualdades regionais; a tentativa de unificação da costa e da serra no Peru, parecida aos intentos de Bismarck para unificar a nação alemã. No entanto, em ambos os casos são possíveis observar traços de uma dominação burocrática legal, já que se adverte o interesse em criar uma “burocracia moral” de acordo com os argumentos de Weber (1980): um instrumento administrativo neutro, eficiente e Racional da política nacional. Esses traços racionais se combinam com a aplicação de uma política autoritária, tradicional, em virtude da qual se governa com um poder executivo forte, apelando aos conhecimentos de expertos profissionais e assessores selecionados.

Weber (1980) entende que o Estado moderno é um empreendimento idêntico a uma grande empresa industrial, uma vez que a mesma tendência burocrática que predomina no Estado, também predomina nas grandes organizações econômicas privadas modernas. A engrenagem burocrática, segundo Weber acaba perpassando toda a organização social, inclusive as instituições políticas e culturais.

A dominação era exercida mediante uma estrutura burocrática e uma linha vertical de autoridade. Em relação às relações exteriores, em ambos os países é possível perceber um intento de estabelecer uma política externa independente, utilizando como impulso para promover o desenvolvimento e superar a dependência com respeito a outros países ou sua influencia. Também é possível perceber que o governo de Velasco teve uma tendência à autarquia e à mobilização dos recursos nacionais, assim como a repulsa a ideologias estrangeiras. Ao mesmo

¹²⁸Em análise sobre a Lei da Indústria, o presidente Velasco Alvarado assinalou: “O trabalhador agora não precisa proteção nem tem que estar alerta. Não haverá paralisações nem greves para que?. Tanto os capitalistas como os trabalhadores se beneficiaram. Haverá harmonia e atuarão como se fossem membros de uma família unida” (JORNAL EXPRESO, 13 Agosto 1970).

tempo, sua política na área educacional deu preferência à educação técnica encaminhada ao desenvolvimento industrial nacionalista.

É verdade que existiam fatores culturais – ademais de outras características – que são diametralmente diferentes, mas, existiu alguma semelhança entre o tipo de dominação bismarckiano e o modelo peruano: uma direção militar nacionalista que tentou impulsionar a integração nacional e o desenvolvimento industrial, depois dos fracassos dos experimentos liberais, assim como os falidos intentos de mobilizar o apoio das massas em favor de uma revolução socialista. É preciso salientar que no caso da Alemanha de Bismark foi alcançado certo êxito, porque as camadas da burguesia responderam aos incentivos e oportunidades originadas na política estatal de desenvolvimento. Os aristocratas latifundiários, os *junkers*, participaram cada vez mais da agricultura de tipo comercial; o aburguesamento da elite rural e sua incorporação aos planos de desenvolvimento do Estado, assim como a rápida expansão das atividades industriais, foram os fatores que contribuíram para converter a Alemanha em um Estado-Nação poderoso (PETRAS; LA PORTE, 1971, p.147).

Desde o início do governo de Velasco, os militares exerceram o poder diretamente, por meio da estrutura administrativa. A nova estrutura de poder foi legitimada com medidas de caráter nacionalista-populista. O sistema político anterior foi atacado por ter atuado em serviço da oligarquia e dos interesses estrangeiros. De fato, houve um desprestígio dos partidos políticos, embora esses partidos continuassem existindo no âmbito marginal da vida política. Os setores industriais e latifundiários fundaram sua oposição na crítica seletiva a determinados decretos e normas, mas não foi uma oposição que apelaria à restauração das instituições políticas anteriores. O principal cenário da luta e negociação política foi a burocracia; os diferentes ministérios passaram a representar distintas forças sociais e políticas situadas em sua órbita administrativa. A

burocracia incluía organismos que expressavam os interesses de diversas forças sociais, ainda que nem sempre estivesse submetido o seu controle (PETRAS; LA PORTE, 1971). Por essa razão, os autores anteriormente referidos consideram que o conceito de “burocracia representativa” não é incompatível com essa estrutura política autoritária, vigente na primeira etapa do governo Velasco.

O marco geral de referência dos fatores políticos decisivos leva a sugerir que as medidas concretas favoreceram certas camadas em detrimento de outras. A Lei de Indústrias beneficiou os setores mais dinâmicos e empreendedores das camadas altas, os empresários, tecnocratas e planejadores estatais que administraram o setor oficial da indústria. As organizações que incluíram as camadas baixas – trabalhadores da “comunidade industrial” nas empresas industriais, assim como nas cooperativas das zonas rurais – significaram, em grande medida, a cooptação de suas lideranças, incorporando-as a funções administrativas, de modo a limitar a intensidade do conflito reivindicativo e aumentar a produtividade nos centros de trabalho. Desse modo, se lograria a colaboração entre o trabalho e o capital no marco de uma economia capitalista. Segundo Weber (1980), para legitimar o poder concentrado no Estado em torno do grande estadista:

Toda espécie de poder político que se apóia na confiança das massas e não do parlamento – inclui-se aqui também a posição de um popular herói militar como Hindenburg – jaz no caminho que conduz a essas formas “puras” de aclamação cesarista. (...) As esperanças que uma figura cesarista como Bismarck atribuía ao sufrágio universal e a maneira de sua demagogia anti-parlamentar também apontam na mesma direção, ainda que tivessem sido adaptadas, na formulação e na fraseologia, às condições legitimistas específicas de sua posição ministerial (WEBER, 1980, p. 75).

A vontade política – sempre de uma elite – faz prevalecer seu projeto dentro de uma configuração social, através da subordinação da sociedade à legalidade e através do monopólio da

coerção física concentrada no Estado. Nesse sentido, a dominação implica na obtenção da obediência e da disciplina, que são necessárias para o exercício do mandato de um governante.

No caso peruano, as novas organizações sociais tentaram substituir os sindicatos, buscando incentivar os trabalhadores para elevar a produtividade. Entre os afiliados a essas organizações sociais se encontravam tanto os administradores como os operários, debilitando assim as organizações classistas – que propugnavam a luta de classes – ao salientar o interesse “comum” na “comunidade industrial”.

A política corporativista encarou uma forma de representação funcional que se apoiasse numa legislação social paternalista e que estava destinada à integração social. As instituições políticas corporativistas que o governo de Velasco promoveu estavam enraizadas nas doutrinas sociais católicas que, até certo ponto, foram difundidas pelos democratas cristãos sob a forma do conceito de comunitarismo cujo propósito era alentar a colaboração industrial entre patrões e empregados (PETRAS; LA PORTE, 1971).

Em geral, o setor empresarial não acolheu com simpatia a imposição oficial de instituições corporativistas. Ainda que as obrigações impostas pelo governo tendessem a promover condições perduráveis de paz social, os empresários peruanos as interpretaram como atentados contra sua própria liberdade¹²⁹. A integração social corporativista de Velasco chocou-se com o passado liberal ao qual os empresários peruanos estavam acostumados. A perda de certas possibilidades nas áreas de inversão e o papel diretivo que o governo assumiu nesse processo determinou que um setor importante da comunidade empresarial invocasse a doutrina fundamentalista do século XIX, que inclui a idéia que a propriedade privada é um direito de

¹²⁹Os empresários peruanos tinham o costume de fazer seus investimentos e atuar com muita liberdade, sem sofrer nenhum tipo de restrições ou normatividade, beneficiando-se todo o tempo com subsídios e isenções do governo. (PETRAS; LA PONTE, 1997, p. 154).

origem divina (PETRAS; LA PORTE, 1971, p. 154). O setor empresarial passou-se a afirmar que a paz social resultou muito custosa, em vista das restrições que impôs a suas atividades.

As semelhanças entre a política bismarckiana e o intento corporativo no Peru tiveram curta vida. Em 1973, se debilita o projeto participativo de Velasco¹³⁰. Ao fracassar em seu propósito, gerou uma profunda crise, expressa no bloqueio do projeto de industrialização, assim como na tentativa corporativista do projeto de modernização iniciada pelo regime de Velasco.

Esse declínio objetivou-se na resistência dos setores dominantes ao processo implantado e, ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma crítica da esquerda radical, propiciando a desunião do lado trabalhista. O perigo de um contragolpe da ala direita do regime era latente. Entre meados de 1973 e julho de 1974, apresentou-se uma conjuntura de dura polarização, segundo Wils (1979):

Os que se opunham aos militares cristalizaram uma “nova direita” que já não estava composta pela oligarquia ortodoxa, ultra-conservadora e poderosa pelos latifundiários, pelos interesses exportadores estrangeiros e seus aliados. Ademais dos excluídos pela revolução, agora se incluíam a diversas classes de indivíduos que temiam as conseqüências do curso paulatino para a esquerda, levado pelos militares: artesãos, industriais, agricultores classificados como pequenos e médios, assim como comerciantes que temiam a possibilidade da socialização total de seus meios de produção e a transferência da propriedade privada (WILS, 1979, pp. 290-291, tradução nossa).

Ademais, ocorreu uma crise de um dos atores mais progressistas nesse intento do processo de modernização: o movimento popular e, especificamente, o movimento sindical autônomo organizado. É dizer, houve uma progressiva desestruturação de todo o arcabouço trabalhista gerado pelo regime de Velasco. O contragolpe da ala direita do regime no interior do exercito conduz a um processo de reversão das reformas estruturais, entre as quais se incluem as

¹³⁰Embora o Produto Interno Bruto tenha crescido de modo significativo, graças à elevação das cotações internacionais dos produtos de exportação. No entanto, o crescimento da demanda interna se elevou substancialmente com a expansão das remunerações e do gasto público. Por outro lado, em 1974 a taxa inflacionária interna se acelerou em conseqüência da expansão da demanda não satisfeita pela produção interna. (PORTOCARRERO; NUNURA, 1984, p. 34).

trabalhistas. Gera-se uma repressão contra as lideranças sindicais e implanta um programa econômico recessivo, provocando uma queda de valor dos salários¹³¹.

5.5 Segunda fase do regime militar: liberalização das relações trabalhistas e repressão do movimento sindical

O auto-golpe do regime militar, em 29 de agosto de 1975, foi o primeiro episódio da transferência do poder aos civis; a ala progressista foi retirada do governo. O regime do General Morales Bermúdez inclinou-se a favor dos setores empresariais, endureceu medidas contra o movimento social organizado e a esquerda radical. Tratava-se de criar as condições para a aplicação de políticas de estabilização sem sobressaltos nem riscos para o setor empresarial. Mas a crescente polarização entre o governo e o movimento sindical organizado não possibilitaria alcançar esse objetivo. O novo governo outorgou uma série de concessões ao capital privado e conduziu negociações com os bancos internacionais, para o refinanciamento da enorme dívida externa, contraída na primeira fase do regime militar. A evolução da dívida externa pode ser observada na seguinte Tabela:

Tabela 7 - Dívida externa total do Peru - 1970 a 1980 (Milhões de US\$)

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Valor	2.712	2.723	2.862	3.162	4.268	5.288	6.415	7.598	8.355	8.445	8.723

Fonte: *Banco Central de Reserva del Perú, Compendio Estadístico del Sector Externo*, 1988, p. 85.

¹³¹O desencadeamento de uma aguda crise econômica levou à implantação de um programa econômico de estabilização sob pressão do Fundo Monetário Internacional, destinado a comprimir o salário real e conseguir um equilíbrio das contas internacionais (BALBI, 1989, p. 111).

Abandona-se a retórica revolucionária, congela-se a propriedade social, reduz-se a comunidade industrial a um simples mecanismo de participação nos lucros das empresas e suspende-se a estabilidade no emprego¹³². Os trabalhadores começaram a sofrer uma sistemática ofensiva patronal, tanto por parte do empresário privado como pelo Estado¹³³. Inicia-se uma investida contra o movimento sindical, ainda que o classismo tenha visto crescer suas fileiras com novos contingentes sociais, provenientes das organizações promovidas pelo governo do general Velasco. Os organismos sindicais criados durante este período como a *Confederación de Trabajadores de la Revolución Peruana* (CTRP), a *Confederación Nacional Agrária* (CNA) e a *Confederación Nacional de Comunidades Industriales* (CONACI) se transferiram do governo à oposição radical. Porém mesmo com o movimento sindical popular ainda forte, executa-se uma onda de demissões de dirigentes sindicais, como também de demissões maciças, seguindo as orientações do Fundo Monetário Internacional¹³⁴.

O descontentamento aumentou perante os sucessivos ajustes econômicos empreendidos pelo governo de Morales Bermúdez, assim como diante do seu caráter abertamente ditatorial. Intensificaram-se as paralisações de trabalhadores em 1975, manifestadas nas greves das federações setoriais, do setor estatal e no aumento de greves de solidariedade. Essas tiveram como resposta governamental um conjunto de dispositivos repressivos e de retirada dos direitos sindicais e políticos, destinados a paralisar as respostas dos trabalhadores organizados. (SULMONT, 1981). Como complemento para evitar o conflito trabalhista, decretou-se o “*Estado*

¹³²O governo militar de Morales Bermúdez aprovou uma nova Lei de Estabilidade no Emprego que amplia o período de experiência do trabalhador, exigido para a sua efetivação, de três meses a três anos; a Lei Nº 22.126 de março de 1978 (BALBI, 1989, p. 117).

¹³³O governo de Morales Bermúdez publica os Decretos Leis 22264 e 22265, aprovando a demissão de milhares de empregados públicos para equilibrar a receita do Estado. A revista *Marka* salienta que o FMI havia dado um passo mais na aplicação da receita chilena à economia peruana. (*MARKA* Nº 84, 1978, p. 11).

¹³⁴Segundo os dados do Instituto Nacional Administração Pública, os empregados públicos, incluídos os das empresas do Estado chegam a 600 mil em 1977; afirmou-se que os critérios de aplicação destas medidas abrangeram indivíduos nas seguintes condições: 1) os contratados; 2) os altos escalões; 3) um dos cônjuges se os dois trabalhassem em dependência do Estado; 4) os que tivessem outras fontes de renda 5) os solteiros com poucos encargos familiares (*MARKA* Nº 84, 1978, p. 13, tradução nossa).

de Emergência” em 13 de julho de 1976, que implicava a suspensão na liberdade de reunião e a proibição de greves (Decreto Supremo 011). O Ministério do Trabalho emitiu um comunicado respaldando essa última medida e indicando que a persistência de atitudes de força acarretaria automaticamente a perda da estabilidade empregatícia (BALBI, 1989, p. 112).

Recorreu-se à intimidação e à repressão do sindicalismo de forma intensa, além da adoção de medidas penais às greves e a submissão de seus julgamentos à competência dos tribunais militares. Santisteban (1980) assinala que, no campo das ações de ordem extra-legal,

O governo recorreu à captura, prisão e eventual deportação de dirigentes sindicais e políticos. Mas, além disso, inaugurou uma sofisticada modalidade repressiva: o encarceramento dos principais assessores legais de sindicatos, os quais foram confinados por vários meses no “*Sepa*” [um centro de reclusão para líderes políticos na selva peruana], junto com dirigentes mineiros (SANTISTEBAN, 1980, p. 273, tradução nossa).

No terreno da negociação coletiva estabeleceram-se tetos para as demandas salariais. Restringiu-se o conteúdo dos documentos da negociação coletiva a somente um ponto: o salarial, eliminando qualquer referência às condições de trabalho, saúde, bonificações e outros benefícios menores. O reconhecimento legal dos sindicatos diminuiu fortemente nesse período; essas mudanças se davam em um contexto de crescente deterioração do poder aquisitivo, como se pode apreciar na seguinte Tabela a seguir:

Tabela 8 - Salários, custo de vida e desemprego – Peru, 1976-1979

ANO	Custo de Vida	Salário Nominal (soles peruanos)	Índice salarial	Desemprego*	Subemprego**
1973	100	2.400	100	4,2	41,3
1976	214	4.500	88	5,2	44,3
1977	283	5.400	72	5,8	48,1
1978	482	6.900	64	6,2	52,0
1979	861	12.000	62	8,5	49,1

Fonte: *Ministério de Trabajo y Promoción Social – Perú* 1988

Elaboração: DESCO, 1989, p. 13.

*A definição de desemprego que é considerado pelos organismos oficiais no Peru, está de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece que uma pessoa é considerada desempregada se três condições são

cumpridas simultaneamente: a pessoa não está trabalhando, está disponível para o trabalho e está à procura de trabalho (BCRP; INEI, 2005, p. 1, tradução nossa)

**A definição de subemprego considera que “são subempregadas às pessoas com trabalho, que trabalham menos de 40 horas semanais e desejam e estão disponíveis para trabalhar mais horas” (INE, 2002, *Encuesta Continua de Hogares. Principales resultados 2001*, pp. 6-7, tradução nossa).

O agravamento da situação dos trabalhadores e da população em geral – como consequência da política econômica implantada pelo governo de Morales –, levou à elevação abrupta do custo de vida e à deterioração dos salários. Ao mesmo tempo, verificou-se o crescimento nas taxas de desemprego e de subemprego. Essas consequências possibilitariam o desencadeamento da mobilização sindical em meio do estado de emergência e da restrição das liberdades sindicais. A crise levou à ação reivindicativa de setores que não tinham tradição de mobilização, tais como funcionários municipais, trabalhadores dos correios, hoteleiros e trabalhadores não-docentes das universidades. Catalisando a resposta centralizada do movimento sindical contra o programa econômico do regime¹³⁵, convertendo-se no alvo preponderante do sindicalismo.

O agravamento da situação sociopolítica no Peru, marcou um enfrentamento aberto com o regime, originando a mobilização sindical, articulando-se com outros movimentos sociais. Assim aponta Balbi (1989):

Um conjunto de mobilizações que se iniciam em diversas cidades de províncias, adquire progressiva envergadura nacional. Lideradas pela CGTP e os partidos de esquerda, culminam na Greve Nacional de julho de 1977, considerado como a ação sindical mais importante no país desde a luta pelas oito horas. Esse vasto movimento significou a unificação dos diferentes setores políticos do classismo, enfrentados entre si; ele se traduz na criação do *Comando Unitário de Lucha* (CUL), integrado pela CGTP, a *Central de Trabajadores de la Revolución Peruana* (CTRP-Lima), *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e as principais federações do país, convertendo-se no

¹³⁵ Segundo a revista *Marka* (Nº 62, 1978): promete-se reduzir o crédito ao setor público para contrair a intervenção do Estado na economia; não criar um valor múltiplo da divisa (preços distintos para importações, exportações, o turismo); não controlar as importações. Igualmente serão dadas todas as facilidades para as transferências de capital do Peru ao exterior. Essas foram algumas condições que o Peru aceitou para obter o aval do FMI que lhe permitia obter novos empréstimos para cobrir o *déficit* da Balança Comercial e para amortizar as dívidas pendentes. Esse foi o custo da dívida externa e a maneira como foi administrada. (*MARKA* Nº 62, 1978, p. 18).

organismo que convocou à Greve Nacional. “Ademais, dita mobilização se articulou com um amplo movimento dos bairros que participou ativamente da paralisação nas favelas” (BALBI, 1989, p. 113, tradução nossa).

As mobilizações se deram em diversas cidades provinciais e adquiriram progressiva envergadura nacional. A resposta governamental à greve nacional de 19 de julho de 1977 foi um dos mais duros golpes recebidos pelo sindicalismo peruano. Junto à promessa da volta à democracia constitucional, autorizou-se a demissão dos responsáveis pela greve nacional de julho de 1977, através do Decreto Supremo 010¹³⁶, que permitiu a demissão de mais de 5.000 trabalhadores, a maior parte da liderança sindical naquele momento.

A pesar dos êxitos políticos, a greve nacional de 1977 teve um resultado muito negativo para o sindicalismo. O objetivo da medida acima referida era isolar de suas bases toda uma geração de lideranças forjadas no sindicalismo classista e desarticular toda a possibilidade de protesto frente às medidas econômicas que haviam sido implantadas. As demissões maciças debilitaram o movimento sindical, mas contribuíram para a radicalização dos trabalhadores. Após a greve de 19 de julho de 1977, anunciou-se a convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte, assim como a convocação para eleições gerais, como saída para a crise instaurada.

A acentuação da política de estabilização e a crescente deterioração dos salários, ampliada pelo pacote de medidas econômicas de inícios de 1978, desencadeariam uma nova paralisação nacional, desta vez de 48 horas, a dois e três de maio, superando em intensidade e mobilização a de julho de 1977. Essa nova greve teve uma grande significação, não somente pela participação ativa de comunidades jovens, mas também pelas manifestações de rua em quase todas as cidades

¹³⁶O governo militar (na segunda fase 1975-1980), emitiu o Decreto Supremo N° 010, que autorizava a demissão de grande parte da liderança de muitos sindicatos. Eduardo Castillo militante sindical à época, (entrevistado pelo autor, 2004) aponta: depois da queda de Velasco, a CGTP sofreu um golpe muito forte, inclusive eu diria uma derrota, porque significou a demissão de 5.000 dirigentes ou ativistas sindicais, entre eles eu. Só a Federação Bancária logrou a reposição de 240 demitidos. Eu era o secretário da CGTP, era a minha primeira demissão, mas fui repostado por ação da *Federación de Empleados Bancários* (FEB) (Entrevista com dirigente sindical da CGTP, 2004, tradução nossa).

do interior do Peru. A nova greve envolveu mais de um milhão de trabalhadores e significou 20 milhões de horas/homem perdidas, como pode ser observado na seguinte Tabela.

Tabela 9 - Evolução das greves 1974-1978

ANO	Número de greves	Trabalhadores grevistas (milhares)	% trabalhadores assalariados	Horas/homem (Perdas milhares)
1974	570	362,7	18,0	13,4
1975	779	617,1	29,0	20,3
1976	440	258,1	17,0	6,8
1977	234	396,2	21,0	5,0
1978	364	1.398,3	70,0	36,1

Fonte: *Ministério de Trabajo y Promoción Social – Peru, 1988.*

Ademais, produziram-se importantes mobilizações e greves de setores significativos de trabalhadores, como a greve dos professores organizada pelo *Sindicato Único de la Educación Peruana* (SUTEP), iniciada em maio de 1978 e que durou 81 dias. A essa greve, somaram-se as maciças mobilizações dos trabalhadores mineiros e dos empregados públicos. Esses últimos, pela primeira vez, organizaram-se e mobilizaram-se em defesa de sua estabilidade no emprego, o que obrigou o governo a retroceder em sua decisão de reduzir o número de trabalhadores da administração pública. Nasce nessa conjuntura a *Confederación Intersectorial de Trabajadores Estatales* (CITE). (YEPEZ; BERNEDO, 1983).

As paralisações nacionais de 1977 e 1978, em condições de dura repressão e criminalização da greve, foram as expressões mais altas do sindicalismo *clasista*. Com isso, ditas forças passam a constituir um eixo gravitacional no cenário político nacional. No terreno político, os partidos de centro-direita (a APRA; a Ação Popular, o Partido Popular Cristão) aproveitaram-se dessa ocasião para retomar possibilidades de ascensão ao poder político.

O governo, ao suspender as garantias civis, outorgou algumas mínimas concessões e paralelamente pôs em marcha o processo eleitoral, conseguindo deter momentaneamente a oposição maciça e isolar o movimento sindical. Ao mesmo tempo, dificuldade de encontrar uma

resposta para as demissões, assim como a deterioração da situação econômica dos trabalhadores iria precipitar uma crise de direção no movimento sindical. Gerar-se-ia um importante processo de articulação política da esquerda no movimento sindical. Os dirigentes da Federação de CENTROMIN e do *Comite de Coordinación y Unificación Sindical Clasista* (CCUSC) que se negaram a se articular com a CGTP e com o *Comando Único de Lucha* (CUL), de 19 de Julho, começaram a sofrer duros revezes em suas próprias bases. Os dirigentes da CGTP buscaram um acordo com o governo à margem do CUL e das bases classistas. Conseguiram poucas reposições, enfrentando graves polêmicas internas, igualmente ao que ocorria no interior do PC - Unidade. (BALBI, 1989).

Outro fato importante acontecido no final de 1977 foi o desencadeamento de profundas divergências dos dirigentes da CGTP, o que repercutiria profundamente no Partido Comunista (*PC-Unidad*) causando sua divisão nesse mesmo ano. Grande parte da Juventude Comunista e dos comitês regionais deste partido constituiu o chamado Partido Comunista (PC - Maioria) que adotou uma linha sindical mais radical frente ao governo. Paralelamente, constituíram-se duas novas frentes de esquerda que passaram a participar do processo eleitoral: a Unidade Democrática Popular (UDP) – à qual aderiram a Federação Mineira e o PC - Maioria – e a Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular (FOCEP).

O governo de Morales Bermúdez apelava com frequência à analogia da transição à democracia com uma ponte frágil que se podia romper se carregada com o peso excessivo das mobilizações sociais. Estas, contudo, se intensificaram através de greves, paralisações regionais e nacionais, impelidas pelo classismo e pela esquerda radical. Paralelamente, saíram do terreno sindical para entrar no cenário político. Esse trânsito apresentou muitas ambigüidades, contradições e rupturas políticas. A maioria dos líderes da esquerda pensava que sair do espaço

sindical era abandonar a luta direta das massas, que conduziria à revolução, para cair nas “banais expectativas da ditadura militar”. (BALBI, 1989, p. 115).

A convocatória a eleições marcou o retorno ao sistema democrático-constitucional, a transferência de poder aos civis foi considerada por setores da esquerda como uma manobra da ditadura para retirar as massas e suas vanguardas da luta direta. Surgiram então duas posições no seio da esquerda: a tática da abstenção eleitoral e a de participação ativa no processo eleitoral. O primeiro caminho, que foi escolhido por facções maoístas como *Sendero Luminoso*, *Pátria Roja* e outros grupos menores – que começaram a se autodenominar de *clasistas* –, que optavam pela confrontação aberta. A segunda opção, seguida pela forças políticas da maioria da esquerda, buscava participar politicamente da democracia constitucional. Essa divisão levou à institucionalização do confronto entre os dois movimentos autodenominados *clasistas*. (YEPEZ; BERNEDO, 1983).

As grandes mobilizações da população e a abertura democrática constitucional contribuíram para a unificação conjuntural da esquerda, então dispersa em diversas frentes políticas: a *Unidad Nacional de Izquierda Revolucionária* (UNIR), a *Frente Obrero Estudiantil del Perú* (FOCEP), a *Unidade Democrático Popular* (UDP), a *Unidad de Izquierda* (UI). Iniciava-se deste modo no cenário político da democracia constitucional, entra pela conquista do voto; dessa maneira deu-se uma amálgama da esquerda que duraria só no período eleitoral.

A força das organizações sociais durante o regime militar se viu refletida em um novo mapa eleitoral do Peru. Pela primeira vez, as esquerdas tiveram um peso eleitoral de 36,25%, maior do que a direita representada pelo Partido Popular Cristão (PPC), com 23,78%, e um pouco maior do que a APRA, com 35,34%. (TUESTA, 1994).

No campo da esquerda, os setores radicais adquiriam uma gravitação eleitoral maior do que os setores moderados. Os resultados eleitorais mudavam os termos da luta política

estabelecidos pelo regime do general Morales Bermúdez (de negociação com os setores empresariais, com os partidos de direita e a APRA, e de confrontação com os movimentos populares *clasistas* e a esquerda). Doravante, essa confrontação já não se desenvolveria entre o Estado e os movimentos populares fora do Estado, mas se realizaria dentro do próprio Estado e se processaria em termos institucionais.

No terreno econômico, várias mudanças se processaram, mas já se tinha iniciado reformas neoliberais como é apontado por Verdera (1990):

[...] no Peru a transição da Industrialização por Substituição de Importações ao neoliberalismo foi iniciada em 1975 sob o regime militar de Morales Bermúdez, ainda que as políticas neoliberais tenham continuado com igual intensidade sob a presidência democrática de Belaúnde. (VERDERA, 1990, p. 106, tradução nossa).

Do mesmo modo, Shydrowsky e Wicht (1990) definem a estratégia do governo de Morales Bermúdez a partir da resposta ante a crise e da aceitação das recomendações do FMI:

Sem um modelo próprio e sob pressão da comunidade internacional, os militares tiveram que aceitar não somente a penosa evidência de uma crise inesperada, mas, além disso, todo um novo conjunto de idéias e explicações: “o evangelho econômico” segundo o FMI a essência desta mensagem [diz que]... é necessário reduzir o gasto público e privado; a desordem financeira tem sido introduzida pela intervenção estatal, e, portanto é necessário retomar os mecanismos de mercado livre, especialmente no setor externo (SHIDLOWSKY; WICHT, 1990, p. 38, tradução nossa).

Ditas colocações fundamentam uma estratégia de desmonte do Estado, constituída a partir das recomendações e/ou pressões dos organismos financeiros internacionais. O processo de liberalização seguindo o molde neoliberal requer de vários anos. Esse modelo também aposta no receituário das instituições multilaterais de desenvolvimento.

Todas estas ações, dados seus impactos na ordem político-social e econômica, minaram o regime militar, o que determinou o seu termino. Nessas peculiares circunstâncias, as direções partidárias se colocaram de acordo com os militares sobre as regras e os procedimentos que

pautariam a transição para o sistema democrático-constitucional, convocando uma Assembléia Constituinte para o ano seguinte (1978)¹³⁷.

¹³⁷Apontada na nota 125.

6. ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO SINDICALISMO PERUANO: RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SINDICATO

Neste capítulo serão analisadas as principais características da articulação política do sindicalismo peruano, suas tendências, o universo político da condução política do movimento sindical. As relações entre Estado e sindicato, a obtenção de direitos compreendidos na Constituição de 1979, sancionada e promulgada em um contexto político social de forte efervescência sindical. contorna-se uma análise do sindicalismo peruano e da CGTP na volta à democracia constitucional, o processo de adaptação das esquerdas ao jogo democrático.

A continuação, far-se-á uma reconstrução e a problemática sindical durante o governo de Belaúnde Terry (1980-1985), o início de um processo de liberalização e abertura econômica, o que viabilizou o início de flexibilização das relações trabalhistas. A continuação se faz uma análise do Governo Alan García (1985-1990), a implantação de um populismo, inaugurado em meio a uma enorme expectativa popular, refletida no amplo respaldo eleitoral que obteve. A emergência das bases sócio-política do neopopulismo através da implantação de novas formas de contratação temporária, tais como o *Programa de Apoyo al Ingreso Temporal* (PAIT) e o *Programa Ocupacional de Emergencia* (PROEM). Ao mesmo tempo, também é desenvolvida a eleição de Alberto Fujimori, e o início do neopopulismo no Peru.

6.1 Articulação política do sindicalismo peruano

A condução política do movimento sindical organizado, em seus inícios, encontrou-se sob a hegemonia do Partido Aprista através da *Confederación de Trabajadores del Perú* (CTP), até a reorganização da *Cofederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP) em 1968, quando passa a ser hegemônica pelo Partido Comunista de tendência moscovita, com certa radicalidade em relação à condução *aprista*. Em períodos sucessivos, as lideranças se moveram dentro da

esquerda – pró-moscovita e pró-chinesa – com seus diversos matizes, assim como sob a influencia do trotskismo. A política de fundo dessas lideranças não foi simplesmente exigir do Estado o cumprimento de seus papéis democráticos, senão questionar a sua própria existência a favor de um novo modelo social. Isso só derivou em um permanente conflito e, inclusive, em perseguições das lideranças simpatizantes ou filiadas aos partidos como o *aprisimo* antes de 1956, o Partido Comunista e os demais partidos de esquerda nas últimas décadas¹³⁸.

No seguinte Quadro se pode apreciar a atividade que tiveram os partidos políticos de esquerda através de sua imprensa, desenvolvida intensamente no âmbito sindical, do período ditatorial iniciado em 1968 até o início dos anos 90.

¹³⁸ Um indício desse radical enfrentamento com o Estado é o de que a primeira dependência do governo encarregado de assuntos sindicais foi uma Seção Sindical da Prefeitura de Lima (responsável pela Polícia), na primeira década do século XX. A mesma continua, tanto que até agora assuntos sindicais (greves, em especial) devem ser comunicados e vigiados por dita Prefeitura, sendo que até os anos 80 por seu Departamento de *Seguridad del Estado* e, depois por sua *Dirección Contra el Terrorismo* (DINCOTE). (BERNEDO; BASTIDAS, 2000, p. 27, tradução nossa).

Quadro 1 - O universo da esquerda peruana na década de 80 e seus meios impressos

Agrupação Política	Meios de imprensa
PCP-U (<i>Partido Comunista Peruano, Unidad</i>)	Publicou o semanário <i>Unidad</i> ; linha identificada com o PC da ex-União Soviética; controlou e controla atualmente a direção da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP); influenciou a direção da Federação de Empregados Bancários do Peru (FEB) e os sindicatos da construção civil, entre outros.
PCP-BR (<i>Partido Comunista Peruano, Bandera Roja</i>)	Publicou irregularmente <i>Bandera Roja</i> , identificado com críticas do PC Albanês à China; controlou a <i>Confederación Campesina del Perú</i> (CCP) que é uma federação da CGTP.
PCP-SL (<i>Partido Comunista Peruano, Sendero Luminoso</i>)	Publicou em seus inícios <i>Voz Popular</i> e, posteriormente, uma segunda etapa (1) do <i>El Diálogo de Marka</i> ; no final da década de 80 ficou só com o nome do <i>El Diálogo</i> , teve forte influência regional em Ayacucho e uma posição crítica à direção do PC Chinês
PCP-PR (<i>Partido Comunista Peruano Pátria Roja</i>)	Publicou <i>Pátria Roja</i> identificado com a linha do PC Chinês; controla até hoje o Sindicato Único de Trabalhadores na Educação Peruana (SUTEP), a ex-Federação de Centromín e a Federação de Estudantes do Peru.
VR (<i>Vanguardia Revolucionária</i>)	Influenciou na direção do semanário “Amauta”; controlou a Confederação Camponesa do Peru (CCP), linha internacional próxima da China dos anos 70.
POMR (<i>Partido Obrero Marxista Revolucionário</i>)	Publicou irregularmente <i>Revolução Proletária</i> ; surgiu da VR em 1971; influenciou algumas bases bancárias; de tendência trotskista, filiado à Quarta Internacional.
PCR (<i>Partido Comunista Revolucionário</i>)	Publicou uma revista mensal <i>Clase Operária</i> e a revista teórica <i>Crítica</i> . Teve influência menor na (CCP) e em algumas federações estudantis.
MIR.CE (<i>Movimiento de Izquierda Revolucionária. Cuarta Etapa</i>)	Publicava o jornal MIR, <i>Voz Rebelde Cuarta Etapa</i> ; também teve uma influência menor na CCP através de bases em <i>Cusco, Piura e Ayacucho</i> .
PST (<i>Partido Socialista de los Trabajadores</i>),	De tendência trotskista, também teve influência na CCP, adepto a IV Internacional.

(1) *El Diálogo de Marka* em uma primeira etapa esteve dirigida pela esquerda moderada. Numa segunda etapa teve uma nítida identificação com o Sendero Luminoso.

Fonte: elaboração própria. Com base em informação da revista *Marka*, *El Universo de la Izquierda*, 1978, Nº 72, pp. 31-32-33.

Estes grupos influíram fortemente na política e desenvolveram uma imprensa partidária muito intensa e, através desses meios, influenciaram os movimentos populares. O marxismo-leninismo, o maoísmo, o althuserianismo e o castrismo foram as principais correntes intelectuais que predominaram na conjuntura de 1960 até final de 1980. Sua contribuição à criação de um

novo sentido da história e da vida peruana foi porém parcial e limitada. Moveram-se mais no horizonte utópico do que na elaboração de uma nova visão do país. Sua estratégia foi tomada de empréstimo de Mariátegui e do arsenal conceitual populista que definiam o clima cultural da época. (ROSPIGLIOSI, 1989; BALLON 1990; BALBI, 1990).

A crescente influência do maoísmo, de seus textos e de suas citações deve-se, em parte, à viva experiência rural de muitos intelectuais de origem provinciana, dos estudantes e dos próprios movimentos sociais da época (MONTROYA, 2005).

A condução política dos sindicatos gerou uma intensa mobilização sindical popular, a pesar da tentativa de transformá-los em órgãos corporativas subordinados ao Estado por parte do regime de Velasco. Este intento foi muito combatido, em cidades como *Chimbote* (o principal porto pesqueiro do Peru), Arequipa (a segunda cidade do país), Moquegua, Piura, Tumbes, além de outras. Em 1973, além dos setores que possuíam uma organização já consolidada, exerceram um papel importante os professores organizados no Sindicato Único de Trabalhadores na Educação Peruana (SUTEP). A maioria dos "sutepistas" que saíram da CGTP em 1971, ao rechaçar a conciliação com o governo, desenvolveu uma agressiva mobilização reivindicativa contra o governo, conduzida e influenciada pelo maoísmo de "Pátria Roja" que controlava dita organização.

Algo parecido sucedeu com os trabalhadores mineiros que foram expulsos da CGTP em 1973, junto com um setor do PC-Unidade. Outras bases começaram a questionar a política pró-governista dos dirigentes da CGTP, mas se mantiveram afiliadas a essa central. Também em 1973 se reorganiza a *Confederación Campesina del Perú* (CCP) sob a liderança da "Vanguardia Revolucionária", que tratava de situar-se como cabeça das mobilizações camponesas em ascensão.

Nessa conjuntura, surge a necessidade de centralizar as forças *clasistas* que não respondiam à direção do PC-*Unidad* e a CGTP, e que adquiriram maior presença no sindicalismo nacional. Ditas forças formaram o *Comité de Coordinación y Unificación Sindical Clasista* (CCUSC)¹³⁹ em 1974. Esta primeira tentativa de coordenação “*clasista*” à margem do PC-*Unidad* sofrerá as conseqüências da divisão da esquerda, “*Pátria Roja*” – facção maoísta do PC – acusava todas as demais centrais sindicais de serem burguesas e propugnava uma quinta central. O setor da *Vanguardia Revolucionária* (VR) que assessorava a *Confederación Campesina del Perú* (CCP), somou também no sentido de centralizar as forças à margem da CGTP; mas a CCP se retirou do CCUSC, apresentando-se problemas de representatividade de delegados e de estratégia frente ao governo. Outro setor da *Vanguardia Revolucionária* (VR) passou a constituir o *Partido Comunista Revolucionário* (PCR) e defendeu, juntamente com outros agrupamentos políticos, a proposta da centralização dentro da (CGTP).

Com a formação do CCUSC, múltiplas mobilizações sindicais e populares demonstraram uma surpreendente resistência dos trabalhadores ao intento corporativista do regime e à ideologia reformista que propugnava. Esta resistência contribuiu para atizar as contradições no interior do governo, onde disputavam diferentes alternativas políticas para controlar o movimento popular. Apesar das diferenças de caráter político, a CGTP¹⁴⁰ mantinha-se como a central sindical com maior capacidade de convocação (YEPEZ; BERNEDO, 1983). Não obstante a intensa

¹³⁹Nesse período a situação política era tensa. Os professores do *Sindicato Único de Trabajadores de la Educación Peruana* (SUTEP), de orientação maoísta, lutavam pela repatriação de seus deportados. Assinalavam que a CGTP havia abandonado a independência de classe e só se dedicava a apagar todo conflito laboral – acusavam a CGTP de fazer o jogo da Central de Inteligência Americana (CIA) –, agruparam-se em torno de um *Comité de Coordinación y Unificación Sindical Clasista* (CCUSC). Esse teve como objetivo a luta pela centralização operária e a defesa e reconstrução classista da CGTP. Também esteve impelido esse comitê pelo *Partido Obrero Marxista Revolucionário* POMR de tendência trotskista. (MARKA, 1978, pp. 10-11).

¹⁴⁰A CGTP compunha-se de 27 Federações de trabalhadores: uma Confederação Camponesa do Peru; um Sindicato Nacional (SUTE); 10 Federações Regionais; 192 sindicatos filiados diretamente; e 72 Comitês Sindicais (YEPEZ; BERNEDO, 1983, pp. 104-105, tradução nossa).

discrepância de caráter político ao nível das cúpulas, o sindicalismo contava com elevada capacidade de mobilização da base, desenvolvendo-se uma atividade político-sindical, intensa.

6.2. O sindicalismo no retorno à democracia constitucional

Na procura de uma saída política o regime militar convocou eleições para uma Assembléia Constituinte em 1978. Os acordos entre os militares e as lideranças dos partidos políticos da APRA e do Partido Popular Cristão (PPC), chefes de partidos de centro e de direita, conseguiram estabelecer fórmulas de transição que permitiriam a “transferência do poder”. As exigências dos militares relativas à “autonomia militar” foram aceitas sem dificuldades, enquanto as outras, as referentes à manutenção das reformas, somente foram admitidas por Haya de la Torre e sua organização, a PARA porque expressavam a sua própria vertente nacionalista.

Os termos das negociações, então secretas, entre os militares, a APRA e o PPC , desenvolveram a agenda as condições da transição para o regime democrático constitucional. Assim, chegou-se a um acordo a respeito de como seria o restabelecimento da representação partidária. Ademais, se re-implantam os mecanismos para o desenvolvimento das “forças de mercado” – e, com elas, das “forças vivas”, como se costumava qualificar os grandes proprietários –, reintegrando-se plenamente o Peru à comunidade de interesses regida pelos Estados Unidos em substituição das opções populistas nacionalistas. (BALBI, 1989).

A transição¹⁴¹ foi marcada por duas dinâmicas diferentes. De um lado, desenvolviam-se a mobilização e a radicalização políticas, alentadas e dirigidas pelas esquerdas marxistas cristãs. As esquerdas buscavam um modo de anular as medidas econômicas e reverter-lhas em favor dos

¹⁴¹O D.L. N° 21.949 convoca eleições para a Assembléia Constituinte, cujo único propósito é a elaboração de uma nova Carta Constitucional. Entendia que o processo de transferência de poder do regime militar para o regime democrático constitucional deveria ser realizado com um novo texto constitucional, dado que o de 1933 era considerado anacrônico.

interesses populares. De outro lado, os partidos de centro-direita e suas lideranças se interessavam pela elaboração de fórmulas para a nova institucionalidade, sem não entanto, preocupar-se com os problemas das camadas mais baixas. Esse desencontro tinha como fundamento a discussão sobre a visão que se formulava sobre a democracia. Para os que se inscreviam na primeira tendência – que se definiam como socialistas –, a democracia somente tinha sentido se resolvesse as necessidades vitais da população. Em contrapartida, para os que integravam a segunda tendência, a democracia constituía uma ordem constitucional que definia as regras e os procedimentos políticos, assegurando a manutenção e a reprodução de seus interesses e privilégios.

O movimento sindical reiterava sua histórica aspiração de que o Estado exercesse plenamente a mediação das suas relações com os empresários. Esperava que devido à amplitude de sua experiência histórica, o Estado se tornasse a instância que, de algum modo, reconhecesse suas demandas, oferecendo-lhes certa proteção nas relações com os empresários. Além disso, sua própria capacidade de mobilizar e paralisar constituiu uma “arma política” sumamente eficaz para pressionar o Estado e ampliar a obtenção seus benefícios provenientes de políticas governamentais. Por essas razões, os sindicatos estavam de acordo com a intervenção do Estado na negociação coletiva, normalizada durante o governo de Velasco em 1971 pelo Decreto Supremo 006-71-TR, esperando que o novo governo mantivesse em vigência (BALBI, 1989).

A Constituição de 1979 foi redigida, sancionada e promulgada em um contexto político social de forte efervescência sindical. A Constituição modelou os pilares básicos da nação peruana, reorganizou as estruturas de poder, nos âmbitos político, econômico e social. Assim aponta Quiroga (1994):

A constituição é, sobretudo, norma política antes de norma jurídica. Tem evidentemente uma manifestação jurídica que a faz situar-se no vértice superior do ordenamento jurídico. Mas, num cenário mais puro, é norma de consenso político (QUIROGA, 1994, p. 331, tradução nossa).

Essa Constituição continha um forte conteúdo humanista. Proclama a primazia da pessoa humana, o respeito à família como célula básica da sociedade, a justiça como valor primário da vida comunitária, a necessidade de uma sociedade justa, livre e culta, sem explorados nem exploradores, e a necessidade de fundar um Estado Democrático de Direito. (QUIROGA, 1994). A seguir citam-se veremos alguns artigos da Constituição de 1979, referentes ao trabalhador e aos seus direitos.

No capítulo V intitulado “Do Trabalho”, destaca-se o artigo 42 que diz:

O Estado reconhece o trabalho como fonte principal da riqueza. O trabalho é um direito e um dever social. Cabe ao Estado promover as condições econômicas e sociais que eliminem a pobreza e assegurem equanimemente aos habitantes da república a oportunidade de uma ocupação útil, e que os protejam contra o desemprego e o subemprego em quaisquer de suas manifestações. Em toda relação laboral fica é proibida quaisquer condição que impeça o exercício dos direitos constitucionais dos trabalhadores ou que desconheça ou rebaixe sua dignidade. O trabalho, em suas diversas modalidades, é objeto de proteção por parte do Estado sem discriminação alguma e dentro de um regime de igualdade de tratamento. (CONSTITUIÇÃO, 1979, tradução nossa).

Em seu artigo 43 afirma:

O trabalhador tem direito a uma remuneração justa que proporcione a ele e a sua família o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual. (CONSTITUIÇÃO, 1979, tradução nossa).

No artigo 48 lê-se:

O Estado reconhece o direito de estabilidade no trabalho. O trabalhador somente pode ser despedido por justa causa, assinalada na lei e devidamente comprovada. (CONSTITUIÇÃO, 1979, tradução nossa).

O artigo 51 acrescenta:

O Estado reconhece aos trabalhadores o direito à sindicalização sem autorização prévia. Ninguém está obrigado a fazer parte de um sindicato nem impedido de fazê-lo. Os sindicatos têm direito de criar organismos de grau superior, sem que se possa impedir ou obstaculizar a constituição, o funcionamento e a administração dos organismos sindicais. (CONSTITUIÇÃO, 1979, tradução nossa).

O artigo 55 afirma:

A Greve é um direito dos trabalhadores, exercido na forma que estabelece a lei (CONSTITUIÇÃO, 1979, tradução nossa).

Artigo 56 afirma:

O Estado reconhece o direito dos trabalhadores de participar da gestão da empresa, de acordo com a modalidade desta. A participação dos trabalhadores se estende à propriedade das empresas cuja natureza jurídica não o impeça. (CONSTITUIÇÃO, 1979, tradução nossa).

Poucos dias depois de subscrever a Constituição, como presidente da Assembléia Constituinte, o octogenário e enfermo Haya de la Torre faleceu (agosto de 1979)¹⁴², deixando um vazio no processo de transição que gerou incertezas sobre seu prosseguimento. Nessas condições, a convocação das eleições foi postergada até o ano seguinte (1980), na esperança de se controlar o desenrolar dos acontecimentos. Mas essa postergação fez com que a campanha eleitoral se desse em um ambiente de intensa mobilização política. Com a competição ideológica da APRA pelos votos que as esquerdas haviam obtido, intensificaram-se os sentimentos de rivalidade e hostilidade das esquerdas frente à APRA, o que reforçou as dificuldades com que se deparara Haya de la Torre para procurar um entendimento que culminasse numa aliança de centro-esquerda.

¹⁴² À morte de Haya de la Torre, entabulou-se uma luta aberta entre seus presumíveis herdeiros pela nomeação da candidatura oficial do partido *aprista*, que culminou com o triunfo de seu secretário geral, Armando Villanueva.

Após seu regresso do exílio o arquiteto, Belaúnde Terry¹⁴³ retomou a liderança de seu partido, a Ação Popular, renovou os laços clientelistas com familiares, amigos e correligionários políticos e se dispôs a entrar na campanha eleitoral. Belaúnde enfatizou sua natureza cívica: era o ex-presidente deposto por “maus” militares, dos quais não guardava rancores nem ressentimentos. Sua disposição para “trabalhar e deixar trabalhar” significava eliminar a crescente intromissão estatal nos âmbitos econômico e social. Como candidato a presidente prometia criar um milhão de empregos no período de 1980-85.

As lideranças das organizações esquerdistas entraram numa intensa disputa para ganhar o respaldo dos setores populares mobilizados, procurando controlá-los e assim impor-se nas negociações destinadas a alcançar sua integração política na *Alianza Revolucionária de Izquierda* (ARI). No entanto, essas negociações resultaram falidas por não terem conseguido realizar acordos partidários por ocasião da eleição para a Assembléia Constituinte, dois anos antes¹⁴⁴.

Nesse ambiente eleitoral, o ex-presidente Belaúnde venceu em 1980 por uma ampla margem do *aprista* Armando Villanueva e do direitista Luis Bedoya, ademais das diversas candidaturas esquerdistas. Segundo alguns analistas, nesses resultados parecia não terem influenciado as mudanças estruturais que se haviam desenvolvido nos 12 anos do regime militar; outros ainda viam uma falta de memória histórica do povo peruano ao eleger Belaúnde, que havia sido deposto por obscuras transações. (BALLON, 1986; PEASE, 1986).

O triunfo de Belaúnde expressava o novo clima de transição política dentro dos limitados parâmetros da democracia constitucional. Sua vitória deveu-se não somente à imagem anti-militarista de Belaúnde, mas também à proposta democrática e pluralista com a qual se tentava

¹⁴³ Belaúnde Terry foi deportado pelo governo de Velasco, fato que veio a consistir no motivo mais imediato do golpe de Estado de 3 de outubro de 1968.

¹⁴⁴ Segundo Cotler (1989), na *Izquierda Unida* (IU) funcionava a “cota”: cada um dos oito secretários gerais dos partidos buscava alcançar sua cota, a fim de incluir “sua gente” nas listas de candidatos, cingindo-se as conhecidas práticas do centralismo democrático. (COTLER, 1989, p. 172).

diferenciar de seus contendores. Com efeito, grande parte dos setores populares tinha a ilusão de fazer valer seus recém adquiridos direitos de representação e participação política; e, nesse sentido, a maioria do eleitorado achou que Belaúnde se encarregaria da máxima representatividade governamental. (SABINO, 1999)

6.3 O sindicalismo e o Governo Belaúnde Terry (1980-1985)

Uma nova configuração social e política contribuíram para que no Peru se gerasse a esperança de que se resolveriam os problemas relativos à integração e ao desenvolvimento nacional através da democracia constitucional. Depois de 12 anos de ditadura militar, contava-se com a promessa eleitoral de Fernando Belaúnde, de alcançar 1 milhão de novos empregos.

O início do período democrático constitucional apresentou aos sindicatos um cenário distinto. Significou o restabelecimento dos direitos sindicais de livre negociação coletiva. Porém, ainda que o governo suprimisse as limitações impostas por decreto durante o regime militar, seguiu aplicando uma política salarial conforme as resoluções ministeriais. Essa política não constava em documentos públicos, mas fazia parte do programa do Banco Central de Reserva para reduzir a inflação, monitorada pelo Fundo Monetário Internacional. Assim aponta a Carta de Intenção assinada entre o Ministro da Economia e o representante do FMI:

Redução da rigidez estrutural na economia; flexibilização da legislação trabalhista (eliminação da estabilidade no emprego); liberalização do potencial do setor agrícola (transferência de propriedade, re-privatização), política salarial restritiva (limitação de incrementos). (QUEHACER, 1985, p. 20, tradução nossa).

Belaúnde Terry e o líder do Partido Popular Cristão – da direita peruana –, Luís Bedoya Reyes, articularam uma aliança que assegurou a prática de uma política econômica oposta à ofertada por Belaúnde durante sua campanha eleitoral. Desse modo, desde a

instalação do governo constitucional, prosseguiu-se e reforçou-se a política econômica de ajuste que regeu a última fase do regime militar, enquanto se processava a transferência política.

Belaúnde delegou aos íntimos e leais amigos e familiares a tarefa de administrar a economia e de selecionar técnicos cuja experiência e prestígio internacionais deveriam assegurar o desenho e a aplicação das medidas de corte liberal. Ao mesmo tempo, buscava-se obter o respaldo dos governos, do setor financeiro e da imprensa norte-americana e européia. De tal modo, procurava-se o desligamento das responsabilidades políticas ao modelo econômico, delegando ao pessoal técnico esses encargos. Assim aponta Gonzáles de Olarte (1993):

O segundo governo belaundista adotou uma política econômica sob o signo do semi-liberalismo e da ortodoxia. Não obstante, em 1981 a balança em conta corrente acusou um *déficit* demasiado alto, anunciando a precariedade do equilíbrio externo, que implicava o altíssimo endividamento externo. Em 1982, a economia entrou novamente em crise, em grande medida pelo tipo de política econômica aplicada (DE OLARTE, 1993, p. 32, tradução nossa).

Simultaneamente, restabeleceram-se as tradicionais práticas políticas baseadas no nepotismo, o “amiguismo”, o assistencialismo e clientelismo, que contrastavam com as expectativas de democratização da política e do Estado. Na perspectiva de Weber (1992), pode-se dizer que os diversos tipos de dominação são modos diferentes pelos quais o poder é exercido. O que julgamos importante notar é uma burocracia que responde pelo interesse geral, e que participa do poder. Isto nos conduz à possibilidade da permanência de relações patrimoniais de poder em formações economicamente distintas, sob a égide de outros sistemas de legitimação e sob o feitiço de diferentes estruturas políticas formais. Tal argumento é analisado na obra de Faoro (1976) que a postula da seguinte forma:

O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político ou o pré-capitalismo –, centro da aventura, da conquista e da colonização, moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência, o capitalismo moderno de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de controlar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade se compreende no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi (FAORO, 1976 apud BUCALEM, 2006 p. 60).

Esse patrimonialismo que resistiu a enormes transformações sócio-econômicas, gerou, no dizer de Faoro, um estamento burocrático, que apesar de não contar com a hereditariedade das funções, mantém-se como comunidade, dentro da qual aquelas funções são cambiáveis, garantida a permanência do mesmo estrato nas posições de poder. Assim, o espírito patrimonialista se repete nas instituições políticas há séculos, implicando em amalgamento entre a esfera pública e privada.

No patrimonialismo, o Estado se funda na idéia de que o dirigente, o príncipe, o governador, prefeito, ou funcionário da repartição, é o proprietário legítimo do cargo que exerce e das vantagens que dele pode obter. Essa estrutura política cria uma cultura ancorada no poder do Estado que, sobrepondo as relações familiares e particulares ao domínio impessoal da lei, não consegue acompanhar o processo de modernização das instituições políticas. A estrutura de dominação é patrimonial quando aparece um quadro administrativo pessoal do senhor e os companheiros se transformam em súditos. A característica então a repartição de bens entre os membros do círculo. Quando a autoridade se exerce dentro das organizações política, denomina-se estatal-patrimonial, e sua forma é semelhante à estabelecida na comunidade doméstica (WEBER, 1992, p. 185). Salienta-se as formas de sustento dos servidores patrimoniais que

Weber denomina prebendas, “quando se conferem de um modo renovado, com apropriação individual, mas nunca hereditário, e se encontram reguladas tradicionalmente em sua amplitude ou em sua jurisdição. Denomina “prebendalismo à existência de uma administração mantida principalmente de esta forma”. (WEBER, 1992 p. 188, tradução nossa).

Durante o governo do presidente Belaúnde, haveria também a competência racional técnica. A racionalização das atividades procurou-se através do estabelecimento de regras impessoais em busca da eficiência através da delegação na condução da política e da economia a Manuel Ulloa. Este na condição de Primeiro-Ministro e de *Ministro da Economia*, amparado pela nova Constituição, emitiu decretos para reorganizar a economia, que posteriormente a maioria legislativa se encarregou de ratificar. Sem considerar ou omitindo-se diante do protesto sistemático da oposição e da opinião pública, decidiu aplicar um conjunto de medidas de corte liberal que acarretaram inflação, desemprego e recessão produtiva, como se detecta através dos indicadores constantes da tabela abaixo.

Tabela 10 - Emprego, Subemprego, Desemprego Peru 1980 a 1985

Nível de emprego	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Emprego *	66,9	66,4	65,4	57,7	54,3	47,4
Subemprego	26,0	26,8	28,0	33,3	36,8	42,5
Desemprego	7,1	6,8	6,6	9,0	8,9	10,1

Fonte: *Compêndio Estatístico, Instituto Nacional de Estadística 1987, Universidade do Pacífico (1988).*

* a definição de emprego formal inclui o emprego assalariado em uma empresa de mais de 5 trabalhadores e os profissionais e técnicos independentes. Os indicadores que se utilizam para determinar se um trabalhador numa microempresa é um trabalhador formal são: pertencência a um sindicato, com contrato vigente, com previdência social, com férias, com bonificações por Natal. OIT (1998).

O emprego formal diminuiu em 29,1% o desemprego aumentou em um 42.3% desde início do governo de Belaúnde até 1985, e o subemprego aumento em 63,3%, resultados que mostram as drásticas mudanças nas relações trabalhistas. Somava-se a esse panorama a crise

econômica, que se fez acompanhada de uma retração da ação sindical, como pode ser observado nas três tabelas que se seguem na continuação desta análise.

Tabela 11 - Índice de Preços ao Consumidor – Peru 1974 a 1984

ANO	MÉDIA
1979	100,00
1980	159,16
1981	279,20
1982	459,20
1983	459,20
1984	2.038,04

Fonte: Instituto Nacional de Estadística- Peru, 1988.

Ano base 1979 = 100,00

Nessa situação, os sindicatos não tiveram modo de se fazer escutar, pelo tipo de governo estabelecido, de capacidade de decisão absoluta da presidência em um governo constitucional, contando com o apoio da tecnocracia. Como aponta Parodi (1985):

O primeiro ministro Ulloa ditava a política econômica a seu estilo, despótico e ausente, abstendo-se de ouvir as demandas dos sindicatos, às quais qualificou, em janeiro de 1981, como o “cúmulo de disparates” (PARODI, 1985, p. 97, tradução nossa).

No caso específico dos sindicatos, o retorno à democracia constitucional significou deixar de ser o centro da atenção dos partidos de esquerda, que se deslocaram para o terreno eleitoral, parlamentar, de governo municipal e organização política nos bairros. A legalidade da negociação salarial foi novamente estrangulada, os direitos sindicais se perderam, as instituições políticas se tornaram inacessíveis para as demandas sindicais e as organizações dos trabalhadores

ficaram isoladas. O protesto e o radicalismo dos sindicatos tomaram renovada vitalidade nos primeiros anos do governo, como se verá a seguir, a qual, entretanto, arrefeceu no último ano.

Tabela 12 – Número de greves de trabalhadores, em greve – Peru 1980 a 1984

ANOS	Numero de Greves	Numero de Trabalhadores em Greve	
		Total (em milhares)	% do total de trabalhadores
1980	739	481.5	33,0
1981	871	856.9	39,0
1982	809	548.8	25,0
1983	843	785.0	39,0
1984	247	452.0	23,0

Fonte: Yepez e Bernedo, 1984, p. 34.

Os indicadores constantes das Tabelas 12 e 13 mostram a limitação da ação sindical no período.

Tabela 13 Sindicatos reconhecidos –Peru – 1980 a 1984, durante o governo de Belaúnde Terry

Ano	Sindicatos
1980	61
1981	60
1982	42
1983	22
1984	4
TOTAL	189

Fonte: *Ministério de Trabajo. Anuário Estadístico 1990.*

Além de usar a greve como medida extrema para pressionar pela solução de alguma demanda isolada, os sindicatos retomaram a paralisação geral como medida de protesto e de pressão em meio à inoperância do diálogo, dando continuidade à mesma estratégia que foi utilizada pelo classismo. Na convocatória da greve nacional de setembro de 1983, o secretário geral da CGTP, Eduardo Castillo, declarou:

Todos nossos esforços por dialogar e persuadir o governo para que mude sua política econômica nos demonstraram que não existe forma de deter as conspirações reacionárias que não seja a ação direta das massas. (EL BANCÁRIO, 1982, p. 18, tradução nossa).

Entre janeiro de 1981 e novembro de 1984, decretaram-se seis paralisações nacionais convocadas pela CGTP, três das quais tiveram muito êxito, pela quantidade de trabalhadores que paralisaram, para exigir aumentos gerais de remuneração ante as altas do custo de vida. Demandava-se o controle dos preços, a defesa dos direitos sindicais e a mudança da política econômica.

Tabela 14 - Greves nacionais - Peru 1980-85

DATA	Trabalhadores grevistas	Horas/ Paradas	Homem
15-01-1981	326.000		2,608.000
22-09-1981	72.989		583.912
10-03-1982	298.322		2,386.576
27-09-1983	75.117		600.936
22-03-1984	242.175		1,937.400

Fonte: Parodi, 1985, 102.

As paralisações de maior êxito tiveram como antecedentes comuns fatos políticos de transcendência na aplicação da política econômica, A greve de janeiro de 1981 foi convocada após ditar-se um conjunto de medidas econômicas que subiram em 60% o preço do leite, em 65% o do açúcar e em 50% o do pão e o das massas. A paralisação de março foi convocada posteriormente à nomeação de um novo gabinete que insistiu na mesma política econômica “com maior agressividade que seu antecessor” (PARODI, 1985, p. 103, tradução nossa).

Belaúnde fez da indiferença uma forma de despotismo que dissimulava poeticamente. Assim comparou com o “ócio” a greve de março de 1984. No ano anterior havia qualificado a

greve de março como um “ato de insanidade”; “desamor ao país” e de “antiestético”. (DESCO, *Resumen Semanal* N° 207-256, 1988).

Como se pode ver nas duas tabelas anteriores, as atividades sindicais nos últimos anos do governo de Belaúnde tiveram um franco declínio, devido, fundamentalmente, ao fato de que um importante contingente de trabalhadores, em vez de radicalizar suas lutas, aceitou negociar sua demissão das empresas. Frente a reduções ou eventuais fechamentos de centros de trabalho, antes que defender um posto de trabalho que oferecia salários baixos e instabilidade, um setor de operários preferiu aceitar das empresas um estímulo econômico para se demitir¹⁴⁵. Ao fazê-lo, buscaram incorporar-se a atividades independentes, esperando encontrar por esse caminho uma possibilidade de sobrevivência¹⁴⁶.

O trabalhador industrial sentiu pouca segurança em sua condição de assalariado, que havia conseguido na primeira metade dos anos 70. A crise afetou a organização sindical nesse setor. Realizaram-se paralisações sem êxito, daí que as preocupações dos operários por suas estratégias individuais de sobrevivência. Buscaram atividades adicionais, paralelas às da fábrica, diminuíram o interesse por cargos sindicais e pela rotina organizativa dos sindicatos. A este respeito, apontam Gamero e Balbi (1991):

A diminuição da capacidade de negociação dos organismos sindicais não somente afetou os níveis salariais; gerou incerteza e levou à desmoralização, ao não encontrarem alternativas; e à perda de confiança na utilidade da organização sindical. (GAMERO; BALBI, 1991, p.77, tradução nossa).

¹⁴⁵ Segundo Balbi (1983), levantamentos feitos nas organizações sindicais, junto a dirigentes sindicais dos ramos de calçados, vidraceiro, metalúrgico e têxtil (os mais afetados pela crise), constataram que “na maioria dos casos os trabalhadores saíram da fábrica por renúncia voluntária antes que se pusesse em prática o plano de reduções generalizadas de pessoal.” (BALBI, 1983, p. 196, tradução nossa).

¹⁴⁶ Com a demissão de operários eventuais não sindicalizados e com algumas reduções de pessoal sindicalizado, o emprego industrial declinou. O índice de emprego do setor manufatureiro na região Metropolitana de Lima (referente ao terceiro trimestre de cada ano) evoluiu da seguinte maneira: 101,2 (1982); 94,6 (1983) e 85,2 (1984). (INEL, *Instituto Nacional de Estadística* 1988, p. 18).

Outro aspecto importante foi que os dirigentes se encontravam aprisionados pela visão da legalidade surgida ao longo de sua experiência histórica, na qual aprenderam que sua própria capacidade de mobilização – antes que qualquer mecanismo legal de negociação –, era a garantia na obtenção de melhorias salariais. Além disso, o próprio exercício da greve foi sua arma fundamental para fazer valer seus direitos, a qual se havia institucionalizado como um direito sindical. Ao mesmo tempo, os partidos políticos mais influentes sobre as direções sindicais, fomentavam a concepção da política como protesto. Assim, aponta Toche (2003):

[...] o ambiente laboral em inícios dos anos 80 mostrava segmentações bastante nítidas que, ao se inserir em um contexto de crise econômica, foram aprofundando as probabilidades conflituosas. Por outro lado, a condição operária, uma questão imaginada pelas correntes de esquerda como um dos fundamentos da proposta revolucionária, aparecia agora como algo muito relativo. (TOCHE, 2003, p. 13, tradução nossa).

A crise econômica acarretada pelo processo de liberalização da economia, do comércio exterior, conduziu a políticas de reajuste dos preços públicos e dos serviços, assim como da taxa de câmbio. Esses fatos levaram ao incremento das taxas de inflação. Segundo Ferrari (1991), as taxas anuais foram 125,1; de 111,5 e 158,3% em 1983, 1984 e 1985 respectivamente, afetando substancialmente a organização do trabalho. Em fins de 1984 e começo de 1985 a PEA se distribuía do seguinte modo:

Tabela 15 – Distribuição da População Economicamente Ativa – Peru 1984 - 1985

EMPREGADOS		1.500.000
Setor Público		1.300.000
Setor Privado		200.000
Construção Civil	60.000	
Mineração	20.000	
Bancários	30.000	
Outras empresas do setor privado	30.000	
Empresas Públicas (com regime laboral privado)	60.000	
SUBEMPREGADOS		3.000.000
TRABALHADORES RURAIS		1.000.000
DESEMPREGADOS		500.000
TOTAL PEA		6.500.000

PEA = 6.000 Milhões de pessoas

Nota: as cifras deste gráfico têm somente um valor referencial a fim de dar uma imagem global da estrutura das relações laborais em 1984-1985 no país.

Fonte: Elaboração própria, com base em informação do Ministério de Trabalho 1985.

Como pode ser apreciado na Tabela 15, do total da população ocupada no Peru só um 25% corresponde a trabalhadores empregados com possibilidades de optar pela sindicalização, dessa porcentagem, só um 3 % era do setor privado. Nesse panorama os esforços das lideranças sindicais se centraram em lograr a máxima centralização possível¹⁴⁷. Esperavam assim fazer

¹⁴⁷Segundo Toche (2003), as ações de centralização se desenvolveram da seguinte forma: em 1980, conforma-se a Coordenadora Sindical permanente, com a finalidade de centralizar ações e exigir a reposição de demitidos pela ditadura. Quatro centrais sindicais elaboraram essa reclamação – *Confederación de Trabajadores Del Perú* (CTP), *Central Nacional de Trabajadores* (CNT) e a *Central de Trabajadores de la Revolución Peruana* (CTRP) constituem uma Frente Sindical Democrático. Em 1981, o *Sindicato Único de Trabajadores em la Educación Peruana* (SUTEP) torna a se afiliar à CGTP. Os bancários, através de diferentes greves, lograram a reposição de mais de 2.000 demitidos em 1977. Em 1982, dá-se a reunificação da *Federación de Luz y Fuerza* e a *Federación Nacional de Trabajadores Eléctricos* FENATREL. Cria-se a *Frente Nacional de Defensa de Empresas Estatales*. Ocorre a constituição do *Frente Unitário de Trabajadores de Energía y Minas*. A *Federación Nacional de Trabajadores Mineros, Metalúrgicos y Siderúrgicos del Perú* (FNTMMSP), torna a se afiliar à CGTP. Constitui-se o *Comité Unitário de Lucha*. No ano de 1983, cria-se a *Frente de Trabajadores en Defensa de la Estabilidad Laboral*. Constituí-se o *Frente Único de Trabajadores de las Empresas de Servicio Público* (*Luz y Fuerza, Electrolima, Teléfonos, Entel Perú y Sedapal*). Constitui-se a *Frente de Defensa del Sector Pesquero* para opor-se à privatização de *Pesca Perú* e reativar a atividade pesqueira. Em 1984, o governo reconhece legalmente ao SUTEP. A CCP se afilia à CGTP, em setembro. Reaparece a CITE como coordenadora e logo como confederação (TOCHE, 2003, p. 330, tradução nossa).

frente aos efeitos negativos que provocavam entre os trabalhadores a política econômica implantada pelo governo de Fernando Belaúnde.

O processo de adaptação das esquerdas ao jogo democrático gerou tensões que as cúpulas partidárias não enfrentaram diretamente, ocultando-as com um discurso extremamente ideologizado. O eixo do movimento social foi-se transferindo para os outros setores populares, como o setor vicinal e o movimento regional (referente à luta pela regionalização).

Aspecto importante a referir é que no início da década de 80 – em 18 de maio de 1980 –, o Sendero Luminoso (S.L.) iniciou suas ações político-militares, coincidindo com a data das eleições gerais, com dois objetivos estratégicos delineados. O primeiro diz respeito a destruir o que denominava a “ordem atual”; e o segundo paralelo ao primeiro, referia-se à construção de uma “nova ordem” que, supunha, obrigaria o governo a destinar, cada vez mais, seus recursos econômicos para a repressão, fazendo da insegurança um componente da vida cotidiana, paralisando as atividades produtivas e tentando minar a legitimidade do Estado (GONZALEZ, 1984, p 34). Cabe destacar que nesta etapa o S.L. não considerou como parte de sua estratégia introduzir-se no movimento sindical.

6.4 O populismo do Governo Alan García (1985-1990) e sua relação com o movimento sindical

Alan García, que havia chegado a desempenhar importantes cargos partidários sob o patrocínio do falecido líder do Partido Aprista - Victor Raúl Haya de la Torre –, juntamente com alguns velhos dirigentes, jovens universitários e profissionais, organizou uma corrente de opinião que se propôs a resolver o problema da integração partidária e sua atualização. O primeiro passo

foi obter a convocação de eleições internas a fim de tornar possível a transição de “um sistema monárquico absolutista para um regime republicano” dentro do partido *aprista*. Para isso, estabeleceram-se normas e procedimentos que asseguravam, pela primeira vez na história política do Peru, a participação democrática dos militantes nas eleições internas de um partido. Assim, as novas autoridades com esses mecanismos participativos teriam uma legitimidade indiscutível, resolvendo-se o problema da integração partidária.

A figura de Alan García tomou uma dimensão nacional, que lhe valeu ser designado como candidato oficial da APRA para as eleições de 1985, a qual venceu com grande margem¹⁴⁸. García assumiu o dever de “abrir-se ao país”, buscando erradicar a imagem sectária de seu partido (PAP) que lhe havia custado a derrota em 1980. Buscou oferecer uma imagem de seriedade, capacidade e eficiência, estudando e incorporando nos planos de governo os temas de preocupação nacional, da camada popular, dos setores médios e dos empresários “modernos”, enquanto resgatava o repertório nacionalista da época “áurea” de Haya de la Torre. Atou laços pessoais com prestigiosas e influentes figuras representativas de distintos círculos sociais, empresariais e profissionais, associando-as a seu projeto político, evitando assim confrontações que reavivassem os sentimentos anti-apristas.

García redefiniu a identidade política *aprista*; estreitou os laços da direção com os militantes e, ampliou substancialmente as bases sociais do partido, projetando uma imagem de organizador de acordos e pactos nacionais. Assim, pretendia eliminar os obstáculos que impediam a integração política da sociedade.

¹⁴⁸Segundo Tuesta (1994, p. 67), os resultados das eleições gerais de 1985 foram os seguintes: 1) Alan García Perez, da APRA, com 45,8%. 2) Alfonso Barrantes Lingán, da Esquerda Unida com 21,3%; 3) Luis Bedoya Reyes (líder da Democracia Cristã.) com 10,2%; 4) Javier Alva Orlandini, do Partido do Governo Ação Popular, com 6,3 %.

Em sua mensagem à Nação, em 28 de julho de 1985, investiu contra o modelo de Estado peruano anterior, as reformas de Velasco, a contra-reforma de Morales Bermúdez, assim como a restauração *belaudista*, foi por ele considerada como uma continuação das características de um Estado oligárquico. A democratização, para fazer um Estado para todos os peruanos, nacional e popular, e em essência anti-oligárquico e anti-imperialista, seria a resposta da APRA, o grande desafio que o governo se colocou. A solução para os grandes problemas do Peru – agravados pela crise do governo anterior –, somente poderia provir da transformação do Estado.

O governo *aprista* foi inaugurado em meio a uma enorme expectativa popular, refletida no amplo respaldo eleitoral que obteve respaldo esse que conseguiu manter e aumentar depois das eleições¹⁴⁹. Os fatores de maior expectativa dos trabalhadores se centraram no voluntarismo mostrado pelo governo para enfrentar a crise, enquanto buscava também reativar os mecanismos produtivos, conter a inflação, dar prioridade à defesa da economia nacional, proteger a produção local, limitar o pagamento da dívida externa e romper com o FMI¹⁵⁰, assumindo um matiz anti-imperialista.

Pode parecer paradoxal, mas é possível afirmar que havia traços democratizantes no que diz respeito à condução política dessa elite populista. As elites políticas populistas peruanas

¹⁴⁹Poucas vezes um presidente peruano chegou a tão altos níveis de popularidade como os alcançados por Alan García Pérez. Em agosto de 1988 chegou a 96,4% segundo a Datum (empresa de enquetes e opinião) e a 90,8%, segundo a empresa Apoio S.A. (LA REPÚBLICA, 30-08-1988, p. 17, tradução nossa).

¹⁵⁰Em 28 de julho de 1985, em sua mensagem à nação, García anunciou que limitaria o pagamento da dívida a 10% do valor das exportações, e que negociaria diretamente com os credores, sem mediação do FMI. Essa correspondia uma nova maneira de entender o significado da dívida, já que, segundo García: “as negociações e a colocação de nossos problemas não passaram pelo FMI, de quem não aceitaremos imposições de nenhum tipo, incluindo, logicamente, os programas de ajustes recessivos, baseados em incrementos nas taxas de desvalorização, eliminação de subsídios, compressão dos salários, compressão das demandas, e todas aquelas medidas que todos conhecem, porque provavelmente as vivem em seus próprios países”. (QUEHACER, 1985, p. 6, tradução nossa). Os deveres do novo Estado na esfera internacional aparecem organicamente vinculados à transformação interna do Estado. García trata de construir uma imagem internacional como líder dos não alinhados, contrastando em alguns pontos com a posição cubana de Fidel Castro, no que concerne à dívida externa, e levantando outras diferenças em relação a essa nação. Para alcançar esses objetivos realizou-se uma atividade febril e, por momentos, desordenada, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e pelo próprio Alan García; os instrumentos empregados eram claros: maior participação nos organismos multilaterais não-alinhados, Consenso de Cartagena, ONU. (QUEHACER, 1985, p. 6, tradução nossa).

tradicionais não tinham uma capacidade de representação devido aos baixos índices de renovação interna, fato que García pretendeu mudar ao interior de seu partido. Ele buscou uma organização democrática da estrutura partidária. Com essa atuação veio a se tornar carismática, que possibilitava uma renovação parcial do modo de fazer política no país até então.

O governo de García se constituiu em uma forma de populismo renovado ou uma aproximação neopopulista¹⁵¹ que combinou elementos diversos de dominação das camadas populares. Vertente popular e carisma do líder formam o cerne do populismo. Seu projeto econômico utilizou mecanismos redistributivos com base em métodos clientelísticos gerando apoio dos setores sociais mais carentes.

Teve também conotações de caráter nacionalista e reformador; aplicou uma política econômica de expansão (o “crescimento com redistribuição”) e o desenvolvimento, em um contexto de planejamento nacional, encontrou expressão concreta no diálogo e no *Ajuste social y económico*. Este último era um programa de curto prazo que tinha duas grandes linhas de ação: conter e reduzir o ritmo inflacionário e reativar a atividade econômica do país. O crescimento dos salários constituiu-se numa parte central da estratégia de reativação do consumo mediante a ampliação da demanda efetiva. A heterodoxia das orientações do governo exercia grande atrativo sobre a população, ao buscar terminar com a inflação sem os custos sociais do desemprego. Nesse marco desenvolveu-se o "Plano Nacional de Desenvolvimento", de 1986-1990. Em um *parágrafo* dizia em suma, o seguinte:

VI. Salários e rentabilidade a restrição generalizada e indefinida dos salários reduz a rentabilidade, porque reduz o poder de compra dos trabalhadores

¹⁵¹ A aproximação neopopulista do governo de García se caracterizou pela compra do futuro votante pelo clientelismo. Pretendia ser dadivoso e dar respostas messiânicas frente aos problemas econômicos. Mas ignorou o setor sindicalizado como base de apoio, dirigindo-se mais ao setor informal. Ademais, não se ancorou ao protocolo do Consenso de Washington, nem aos valores do mercado, pelo que sua mania de governar poderia ser considerada como uma primeira manifestação do neopopulismo que se desenvolve no cenário político do país na década de 90.

produzindo efeitos recessivos que reduzem a demanda e, portanto, os benefícios da economia dinâmica (DORNBUSCH; EDWARDS, 1990, p. 146, tradução nossa).

Segundo Dornbusch e Edwards (1990), as metas específicas do modelo de acumulação do governo *aprista* baseavam-se em quatro medidas:

1) Expansão rápida da demanda efetiva mediante incrementos do salário real. 2) Liberalização financeira para aliviar a situação das empresas; deter as pressões de custos mediante a redução dos custos financeiros das empresas, taxa de juros efetivas, impostos indiretos e outros elementos dos custos. 3) Estabelecimento de tipos de câmbio seletivos e abandono da política de desvalorização. 4) As contas externas devem manter-se equilibradas pelo crescimento das exportações, a substituição de importações e as limitações do serviço da dívida compatíveis com um crescimento aceitável (DORNBUSCH; EDWARDS, 1990, p. 148, tradução nossa).

Durante este período, presenciaram-se mudanças substanciais na dinâmica do sindicalismo. Os organismos sindicais, que haviam sido debilitados pelas políticas de ajuste aplicadas entre 1980 e 1985, entraram em uma aparente calma social nos dois primeiros anos (1986-1987). Já que o governo de García desenvolveu uma política econômica que possibilitou uma progressiva reativação da economia. Segundo Meza (2004), na primeira etapa (1986-1987), o Plano de Emergência de Curto Prazo teve como objetivo expandir a demanda e congelar os preços básicos (tipo de câmbio, taxas de juros e tarifas públicas); isto refletiu no aumento do PIB e no controle da inflação. A seguinte fase foi caracterizada pela concertação, que consistia no planejamento de projetos de investimento entre o setor privado e o governo. (MEZA, 2003, p. 86). Medidas que tiveram um relativo impacto nos trabalhadores, assim é apontado por Balbi (1990):

Neste esquema, o crescimento dos salários se constituiu na parte central da estratégia de reativação do consumo mediante a ampliação da demanda efetiva. Isso aconteceu a pesar de que, desde um início, o governo definiu ao

setor sindicalizado no bloco privilegiado da pirâmide social do país, que junto com os capitalistas representam o 25% da PEA, mas se apropriam de 77% do ingresso nacional. (BALBI, 1990, p. 65, tradução nossa).

Com o programa de reativação econômica, os salários se elevaram consideravelmente a partir da segunda metade de 1985. O nível de remunerações registra – no final de 1986 – um crescimento de 24,2%. Entre 1986 e 1987 o crescimento do PIB foi de 8,5% e 6,7% respectivamente (BALBI, 1990, p. 65, tradução nossa). Segundo as estimativas, a situação da população economicamente ativa (PEA) era a seguinte:

Tabela 16 – PEA Total e condição de atividade - Peru fevereiro de 1987

Condição na PEA	Total	%
Trabalhadores com Negociação Coletiva	210.000	
Trabalhadores sem Negociação Coletiva	2.288.000	
Total Empregados	2.495.000	38,0
Subempregados	3.306.000	50,5
Desempregados	749.000	11,5
População Economicamente Ativa (PEA)	6.555.000	100,0

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central de Reserva 1989.

Dentro da população assalariada o peso da sindicalização não era maior a 58% dos trabalhadores assalariados (TOCHE, 2003). O que significa um declínio nas taxas de filiação com relação à PEA, assim como de suas atividades políticas. Essa foi uma situação de retrocesso orgânico e de deterioração de seu peso político, não somente como força econômica, mas também como força social.

Esse fenômeno se relaciona com a política que se vinha impondo desde o governo de Morales Bermúdez, em 1975. Mantinham-se as medidas restritivas ordenadas pelo F.M.I, pelo

Banco Mundial, pelo BID, como parte da política econômica que vinha sendo aplicada no Peru de diversas formas. Um conjunto de dispositivos de caráter legal logrou encurralar o movimento sindical, com a finalidade de restringir seu campo de ação e, assim, apartá-lo como canal de representação social. Embora o Presidente García tenha assumido uma postura anti-imperialista, tentou, como parte de sua política trabalhista, organizar de modo corporativista a segmentos de trabalhadores até então não organizados sem tomar em conta o setor sindicalizado. Este foi considerado como um bloco privilegiado na pirâmide social peruana¹⁵², juntamente aos capitalistas (BALBI, 1990, p. 65).

Implementou-se um marco legal que colocou em questão de modo permanente a estabilidade no emprego dos trabalhadores. A lei N° 24.514 de maio de 1986, ou nova Lei de Estabilidade no Emprego, continha um conjunto de disposições que habilitavam a burla, com relativa facilidade, desse direito do trabalhador, cuja fonte se encontrava no Artigo 48 da Constituição peruana de 1979. Essa carta previa diversas disposições complementares para a contratação temporária, tais como o *Programa de Apoyo al Ingreso Temporal* (PAIT)¹⁵³ e o *Programa Ocupacional de Emergencia* (PROEM)¹⁵⁴. Os contratos de prestação de serviços não se encontravam regidos pelas disposições do Direito Trabalhista, mas pelo Código Civil. Assim como a prática generalizada de recorrer a diversas modalidades de fraude trabalhista, tais como o não-registro de trabalhadores por seus empregadores, a contratação temporária completou este quadro altamente limitante da sindicalização e do encaminhamento de reclamações trabalhistas.

¹⁵²Na definição social por estratos que fez o Governo García, na base da pirâmide social aparecem camponeses subempregados e desempregados que compõem 70% da População Nacional Total do país. Esses trabalhadores carecem de serviços essenciais e de proteção legal no trabalho. Colocando aos trabalhadores sindicalizados como privilegiados no topo da pirâmide.

¹⁵³Programa de Apoio à Renda Temporária (PAIT), criado em 6 de Outubro de 1985 por meio do D.S. N° O76-5-PCM (Presidência do Conselho de Ministros), como uma modalidade de subsídio ao desemprego.

¹⁵⁴PROEM: Programa Ocupacional de Emergência, criado pelo Presidente da República, estabelecendo a possibilidade de contratação temporário por um prazo de até dois anos, independentemente a atividade a desempenhar.

O processo de sindicalização também foi obstaculizado pela constante ameaça de desemprego. Além disso, havia diversos entraves de caráter legal como, por exemplo, o requisito estabelecido por lei de que o mínimo de trabalhadores para constituir um sindicato é de 20 trabalhadores. Em um grande número de empresas, porém, o volume de trabalhadores não abrangia essa quantidade de empregados. Ademais, havia dificuldades que oferecia o registro do sindicato ante as autoridades do trabalho. A esses fatores somava-se a predeterminação dos processos de negociação coletiva mediante o estabelecimento de tetos para os incrementos salariais. Assim, também, as negociações das condições de trabalho se encontravam delimitadas pela regulamentação governamental. O Ministério de Economia e Finanças, por intermédio da *Corporación Nacional de Desarrollo* (CONADE), estava encarregado de desenvolver essas normas reguladoras, as quais se constituíam em obstáculos ao processo de sindicalização. (YEPEZ; BASTIDAS, 2000).

A predeterminação dos aumentos salariais anulava os processos de livre negociação entre as partes. A política estatal outorgou incrementos salariais, muitas vezes, em níveis percentualmente superiores aos concedidos para o setor privado não-sindicalizado. Operou também de forma dissuasiva em relação à sindicalização, especialmente por tirar-lhe uma das funções essenciais da organização sindical: a contratação coletiva (especialmente no setor de Construção Civil).

Apesar das ações em detrimento do setor sindicalizado, implementadas pelo Governo García, a atividade sindical teve uma relativa reativação orgânica e reivindicativa, devido a uma progressiva recuperação econômica que se inicia no ano de 1985 até 1988, em que começa uma forte queda dos indicadores positivos, passando a uma conjuntura muito crítica para o governo, como podemos verificar na seguinte tabela:

Tabela 17 - Taxa de crescimento anual do PIB - Peru - 1985-1990

ANO	PIB GLOBAL %	PIB PER CAPITA %
1985	2,3	0,0
1986	9,2	6,9
1987	8,5	6,2
1988	8,3	-10,2
1989	-11,7	-13,5
1990	-5,4	-7,3

Fonte: *Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI). Compêndio Estadístico 1994.*

A relativa reativação sindical se traduziu em uma revitalização de suas atividades e o incremento dos movimentos reivindicativos. Este impulso conjuntural do movimento sindical se manifestou em 19 de maio de 1987, quando se efetuou a primeira paralisação nacional durante o Governo Alan García, num momento de crescimento dos salários reais. A greve expressava o descontentamento dos trabalhadores com a política de tetos salariais em um momento em que se dava um crescimento dos lucros das empresas, tornando-os mais do que proporcionais ao aumento dos salários. Tratava-se, também, de um protesto frente a um modelo político e econômico de pacto, do qual o sindicalismo havia sido excluído¹⁵⁵.

O início da política de desvalorização implementada em fins de 1987 gerou uma nova e bem sucedida paralisação nacional em janeiro de 1988, como rechaço a essa política e protesto por suas repercussões nos níveis salariais, ao aumentar a inflação. Em junho, após seis meses, convocou-se uma nova paralisação, desta vez de 48 horas e com menor contundência. Dirigia-se

¹⁵⁵O Presidente García havia proposto inicialmente o *Pacto Social y Económico*. Os trabalhadores não foram considerados para neste pacto, foi realizado somente com o setor empresarial; já na Conferência Anual de Executivos (CADE) de 1985, García havia incitado ao empresariado a apostar no país, a investir. Ao mesmo tempo, sugeriu estabelecer um mecanismo de diálogo institucionalizado ao que denominou “CADE permanente”. Em pouco tempo, foi realizada uma reunião na qual se anunciou uma série de incentivos e regras claras do jogo. Supunha-se que sobre esses dois eixos se impulsionaria a reativação econômica. Dessa maneira, o concerto via o CADE permanente, se complementava com a participação empresarial em conselhos consultivos do Instituto Nacional de Planificação (INP) e Ministério de Economia e Finanças (MEF), planejavam um mecanismo através do qual se conseguiria comprometer ao empresariado com o programa econômico. O setor empresarial foi beneficiado, neste “pacto” (BALBI; VARGAS, 1988, p. 12, tradução nossa). A autora faz uma alusão no sentido de que em tais fatos propiciou-se uma “pragmática” política de acordos, exclusivamente, com grupos empresariais selecionados, os de maior poder econômico no país, conhecidos já como os doze apóstolos. Com eles pactuou-se de modo quase silencioso, o apoio governamental para que se concretizasse o investimento proveniente dos ganhos obtidos com o processo de reativação (BALBI; VARGAS, 1988, p. 14, tradução nossa).

contra a política econômica do governo, tendo como plataforma de luta a exigência de modificar essa política e, diante da evidência da aceleração mensal da inflação, um reajuste mensal das remunerações de acordo o índice inflacionário do *Instituto Nacional de Estadística* (INE).

A priorização da luta salarial no início da recessão contribuiu para um relativo fortalecimento da atividade sindical. Em 1988 ocorre a mais violenta queda salarial registrada (BALBI, 1990). Esse é também o ano de mais intenso incremento da atividade grevista dos trabalhadores, durante o segundo semestre, quando se desata o que se conhece como hiperinflação.

Tabela 18 – Total de greves - Trabalhadores afetados e horas/homem não trabalhadas – Peru 1986 a 1988

Ano	1986	1987	1988
Total de Greves	513	720	804
Trabalhadores Afetados	239.266	304.087	678.592
Horas/Homem não trabalhadas	16.867	19.070	38.207

Fonte: *Ministerio de Trabajo y Promoción Social- Perú*.
Elaboração: *Actualidad Económica* N^o 105, 1989, p. 25.

É preciso salientar que o impulso mobilizador deste auge grevista foi a defesa de um direito conquistado, nesse mesmo ano, como se verá a seguir, um contexto de recessão, e não, a radicalização contra os efeitos trabalhistas dessa. O impulso mobilizador das numerosas paralisações e greves realizadas nos meses de novembro e dezembro de 1988 foi a exigência da revogação do Decreto Supremo N^o 041, que anulava o estipulado pelo D.L. n^o 025 de agosto de 1988, mediante o qual se estabeleciam indexações salariais, estipulando tetos de acordo com a inflação.

Mobilizaram-se amplamente categorias como, as dos bancários e dos têxteis, que exigiam a anulação do Decreto Supremo 041. Numerosas paralisações e greves em diversos ramos da

produção, buscavam o que se conceituava como direito adquirido de preservar o poder aquisitivo dos salários. Ainda que o Decreto Supremo fosse finalmente revogado em novembro de 1988, seguiu como sustentáculo de um sem número de greves de sindicatos que exigiam que se aplicassem as indexações salariais, conforme o pactuado segundo o Decreto Supremo 025-88.

O ano de 1988 terminou com três paralisações nacionais. Contudo, podia-se perceber problemas internos no sindicalismo classista da CGTP – o mesmo acontecia com as demais centrais –, de caráter organizacional, como também político. Esses problemas se refletiram nas últimas paralisações nacionais convocadas pela CGTP em outubro e em janeiro de 1988. Nesse ano, começou a objetivar dispersão na organização sindical, acentuada pela profundidade da recessão e a conseqüente queda violenta dos salários. Os assessores governamentais expressavam que o aumento dos níveis salarial nos dois primeiros anos havia sido maiores do que o planejado, e que os desequilíbrios que se estavam gerando entre a produção e a demanda seria resolvida com a contração dos salários. A partir deste período, acelera-se a inflação, assim como se intensifica o bloqueio econômico internacional¹⁵⁶.

6.5 Ponto de inflexão do Governo García: o início da crise do governo da APRA

Esta conjuntura é muito especial pelos acontecimentos desenrolados a partir da mensagem à nação pelo presidente García, efetuado no aniversário pátrio – em 27 de julho de 1987 –, em que propôs o Projeto de Lei de *Estatización del Sistema Financiero*. Os interesses que esse projeto afetava correspondiam aos mais importantes grupos de poder financeiro no Peru.

¹⁵⁶O governo de García recebeu a sanção do Sistema Financeiro Internacional quando anunciou que somente pagaria 10% das exportações, ficando o Peru catalogado como país inegável para o crédito internacional pelos organismos internacionais.

Um dos problemas fundamentais em debate era o poder desses grupos econômicos, as mais de 400 sociedades anônimas controladas ou influenciadas pelo grupo que controlava o sistema financeiro privado. Este grupo social, considerado pelo governo como representante da burguesia foi denominado “os 12 apóstolos”. O governo García havia lhe concedido vários incentivos tributários, como um sistema cambial com base no Mercado Único de Câmbios (MUC). Um Dólar MUC, valia a metade do Dólar Comercial. Graças a esses incentivos, esse grupo conseguiu obter um lucro que sobre passou os quatro bilhões de dólares, mas somente reinvestiu 20% destes lucros: o restante foi remetido para fora do país. Por essa razão o governo de Alan García viu-se obrigado a tomar a determinação de estatização do sistema financeiro, como uma revanche contra esse grupo, que havia traído o famoso *pacto* tácito que assumiu a *Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas Financiera de Esmpresarios* (CONFIEP), com o governo populista de García (EL BANCÁRIO N^o 18, 1989).

Tabela 19 – Número de empresas vinculadas aos três principais grupos financeiros, por ramo de atividade econômica – Peru – 1989

RAMOS DE ATIVIDADE	Número de Empresas por Grupo		
	Banco CRÉDITO	Banco WIESE	Banco LIMA
Indústria alimentícia	16	5	6
Bebidas e Tabaco	5	4	4
Comercio de alimentos	3	-	-
Finanças e comercio	15	6	8
Metal-mecânica e afins	18	6	5
Mineração e petróleo	7	7	2
Vivenda e construção	25	5	4
Tecidos e confecções	7	4	6
Empresas várias	9	2	3

Fonte: Elaboração Própria, com base em dados da *Federación de Empleados Bancários 1989*.

O propósito da estatização do sistema financeiro era afetar às mais importantes sociedades anônimas, controladas ou influenciadas pelos grupos de poder dominavam o

sistema financeiro privado. O grupo mais afetado seria o pertencente ao Banco de Crédito, que contavam com o maior número de empresas nas diversas áreas da produção e serviços, como pode ser apreciado na anterior Tabela.

O projeto de estatização deu lugar a múltiplos debates, mas o que se levantou como ponto principal foi o papel do Estado no desenvolvimento nacional. Um tema que começou a ser discutido foi a confiança dos investidores no governo. Afirma-se que esta situação havia dividido o país, como no dizer de Althaus (1991), da imprensa conservadora:

O governo de García tentou expropriar os bancos privados que haviam sido parcialmente expropriados por Velasco para tornar-los instrumentos redistributivos e corporativos ideais: ao final, o dirigismo corporativista se diluiu numa configuração heterogênea de prebendas populistas e demagógicas, acabando por dividir o país (ALTHAUS, 1991, p. 76, tradução nossa).

O problema da confiança para muitos homens e mulheres dos segmentos sociais mais ricos – e não somente destes – do Peru não se origina no proverbial ceticismo frente ao governo de García. Sua origem era mais profunda: vinha da emergência, com força cada vez maior, de vastas camadas populares que pretendiam exercer seus direitos e liberdades, que reclamavam e exigiam justiça, e igualdade de oportunidades. O problema da confiança transcendia a economia. Entretanto, o problema da confiança também se fazia sentir na direção inversa. Tratava-se da desconfiança popular nas elites do país.

A reação do poder dos banqueiros traduziu-se num empenho publicitário e de apelo ao Poder Judiciário¹⁵⁷, através do qual trataram de convencer a população de que os juizes estavam defendendo a democracia no conflito como os bancos privados.

¹⁵⁷Enquanto se discutia a lei de expropriação no Congresso, os donos de bancos e outras empresas financeiras recorreram a vários juizes para que se garantisse o seu direito de propriedade ante a ameaça da aprovação dessa Lei. Nem bem recebidas às demandas, os juizes com uma presteza inusitada ditaram medidas cautelares, ordenando

Os grupos empresariais nacionais reagiram contra a política do Governo García, no qual havia inicialmente confiado¹⁵⁸. Estes grupos argumentavam que vinham recebendo arremetidas do Estado, que datavam desde as reformas velasquistas até o intento estatizante de García. Este último episódio obrigou os maiores banqueiros e empresários a sair às ruas para defender suas propriedades-chaves. Intensificava-se o temor de um governo da Esquerda Unida. Portanto, para esses segmentos sociais era urgente fazer algo. Foi então que se organizou uma reação aglutinada para reverter à estatização em 1987. Vargas Llosa, que estava nesse momento no Peru, utilizou seu capital cultural e pessoal para liderá-la, abrindo as comportas a uma nova etapa da política peruana e da presença aberta dos grandes conglomerados econômicos nacionais.

A medida de expropriação dos bancos privados transformou o panorama político nacional, o que significava romper unilateralmente as negociações com o empresariado em geral, e obrigou as esquerdas e suas bases sociais a alinhar-se como a proposta de estatização¹⁵⁹. Nessa conjuntura, Cotler (1988), sustentava que:

Havia sido necessário “extremar” a sociedade para colocá-la em sua órbita; em outras palavras, Alan García buscava impor, arriscando seu prestígio e o do partido, uma medida que devia democratizar a sociedade sem contar com ela, recordando as fórmulas políticas que buscam democratizar a sociedade por via autoritária (COTLER, 1988, p. 188, tradução nossa).

O presidente García tomou uma medida de caráter político, que tinha como objetivo afetar diretamente o coração do sistema financeiro, ante as facilidades que estes grupos obtiveram do

diversos ministros e outros altos funcionários que se abstivessem de aplicar os aspectos inconstitucionais da Lei (RONCAGLIO, 1987, p. 31, tradução nossa).

¹⁵⁸ O banqueiro Dionísio Romero, proprietário do Banco de Crédito do Peru, manifestou em um programa televisivo, e reproduzido na Revista QUEHACER (1987): “que seu grupo havia financiado a campanha de Alan García, assim como antes havia financiado simultaneamente a AP, o PPC e da APRA o que se tornou um *strip-tease* político sem precedentes” (RONCAGLIO, 1987, p. 29, tradução nossa).

¹⁵⁹ Organizações sindicais que eram próximas à esquerda como a Federação dos Empregados Bancários, apoiaram o projeto de Estatização do Sistema Financeiro, com uma série de ações, e ainda, com o enfrentamento dos representantes dos Banqueiros durante a discussão de sua Carta de Reclamos, que se realizava em agosto do ano 1987 (EL BANCÁRIO N^o 19, 1988, p. 36, tradução nossa).

governo *aprista*. Segundo o governo, o re-investimento dos lucros no país, não foi feito, pior ainda, haviam intensificado a fuga de esses ganhos.

Em um claro enfrentamento de interesses no cenário político. Pela primeira vez durante muito tempo, a Ação Popular e o Partido Popular Cristão, que haviam perdido toda iniciativa política a partir de 1983, nesta conjuntura (1987), conseguiram reaparecer à luz pública, passando a um terreno ideológico: o da defesa da propriedade privada e da oposição ao fortalecimento do Estado. Articularam uma frente anti-estatizadora, que provocou a unidade da direita. Mario Vargas Llosa, o intelectual que denunciou a “ameaça totalitária”, estava na vanguarda do movimento. Então, os empresários saíram às ruas a gritar “o povo unido jamais será vencido”¹⁶⁰; lançaram-se à política, pedindo a unidade dos partidos e a renovação dos dirigentes, o que culminaria com a criação da Frente Democrática (FREDEMO) em 1988.

Nos anos seguintes, até o fim de governo, a crise se agravou; os fenômenos da recessão e da inflação foram constantes. Dezembro de 1987 marcou o início de uma política de depreciações para equilibrar as contas externas. Só em meados de 1988 os efeitos da recessão seriam bruscamente sentidos, quando, em resposta à escassez de divisas da indústria, colocou-se fim à estabilização da taxa de câmbio. Encetou-se o abandono da heterodoxia e aceleraram-se as políticas de desvalorização da moeda peruana, que provocaram o incremento da inflação e, portanto, a queda do salário real. No mês de maio de 1988, as estatísticas já mostravam a recessão nos setores com maior porcentagem de insumos importados (borracha, plásticos e material de transporte), devido à carência de divisas (GAMERO, 1989, p. 24).

¹⁶⁰ Segundo Rubio Correa (1987): “[...] o abalo político que sacode o país desde 28 de Julho conduz a trocar papéis. Exemplos: os banqueiros com os bancários; o Presidente do Banco de Crédito (Dionísio Romero) com o Secretário Geral da FEB (Federação de Empregados Bancários) Augusto García Duque, o primeiro saindo a manifestar às ruas, o outro, observando-o passar” (RUBIO CORREA, 1987, p. 08, tradução nossa).

O desencadeamento de uma exorbitante inflação e de uma recessão levou o governo de Garcia a implantar reajustes periódicos dos índices de preços, os quais se tornaram conhecidos como os “*paquetazos*”¹⁶¹. O primeiro reajuste ocorreu em setembro de 1988, alcançando 114% naquele mês e acarretando uma drástica contração dos salários reais. Posteriormente, começou-se a estabelecer férias antecipadas nas empresas, assim como reduções de jornadas¹⁶² e fechamento de turnos. Além disso, procedeu-se à redução de pessoal em regime temporário e também dos trabalhadores que se encontravam vinculados ao Programa de Emergência de Emprego Mínimo (PROEM), que autorizava as empresas a contratar trabalhadores sem estabilidade no emprego, por períodos entre três meses e dois anos.

Os primeiros meses de 1989 presenciaram a intensificação da recessão, o incremento da inflação, a queda do salário real e dos níveis de emprego; como no ano anterior, esse ano terminou com uma queda do PIB de -10,1% , sendo os setores mais afetados a manufatura com -19,2% e a construção com -15,9%. Dado o contínuo aguçamento da recessão, o primeiro semestre de 1989 supunha uma marcada diminuição da atividade grevista em relação a 1988; porém, a atividade grevista se fazia sentir em setores assalariados não-fabris como os dos bancários, o de eletricidade, o telefônico e o ferroviário, que buscavam preservar formas de indexação salarial.

Em 1989, a atividade grevista se resumiu a somente uma paralisação nacional, efetuada no início do ano. A contínua queda salarial e as dificuldades de centralização das lutas sindicais em

¹⁶¹“*Paquetazo*” foi o nome dado às medidas econômicas que o governo de Alan García, adotava periodicamente, com a finalidade de equilibrar o *déficit* fiscal.

¹⁶²Segundo Balbi (1987): “Os sindicatos fabris hoje, preferem negociar com a empresa ao constatar que não existem condições para enfrentar as reduções de jornada, de turnos, a queda da produção e o fechamento da fábrica por causa da greve. Assim, encontramos em diversos sindicatos classistas de montadoras (Motor, Nissan) arranjos de férias antecipadas e licenças com gozo e sem gozo de direitos que implicam a aceitação do fechamento temporário da fábrica por um, dois, ou três meses; ou, também, a redução da jornada” (BALBI, 1989, p. 69, tradução nossa).

torno de demandas de indexação salarial levantadas pela CGTP, mostravam uma considerável debilitação do movimento sindical.

Tabela 20 - Paralisações Nacionais Convocadas pela CGTP durante o Governo da APRA - Peru 1987-1989

Data da Paralisação	Ano
19 de maio	1987
18 de fevereiro	1988
23 de junho	1988*
13 outubro	1988
28 de janeiro	1989

Fonte: elaboração própria. Com base em dados do *Instituto Nacional de Estadística* 1990.

* Paralisação de 48 horas

Os empregados do setor público também suportaram uma forte deterioração de suas remunerações, reagindo com mobilizações e paralisações durante o ano de 1989. Contudo, não obtiveram formas coordenadas de paralisação e de luta. As diversas repartições do setor se mobilizaram isoladamente, buscando solucionar problemas específicos. Embora os trabalhadores do setor público tenham conseguido o reconhecimento da *Confederación Intersectorial de Trabajadores Estatales* (CITE)¹⁶³, não conseguiram unificar os diversos conflitos com os demais sindicatos.

As possibilidades de centralização das lutas sindicais eram débeis, com exceção da realização da *Asamblea Nacional Popular* (ANP), realizada de 19 a 22 de novembro de 1987, no distrito de *Villa el Salvador*, em Lima. Foi o acontecimento mais importante deste período, reconhecido não somente em setores da esquerda, mas também entre dirigentes do governo e porta-vozes de posições mais conservadoras da direita peruana. Foi um evento que não passou inadvertido na esfera oficial da política peruana. A convocatória de 2.364 delegados das

¹⁶³CITE-Confederação Intersetorial de Trabalhadores Estatais, reconhecida em 2 de maio de 1989.

principais organizações populares do Peru superou as expectativas mais otimistas, como refletem os comunicados de boas-vindas e as declarações da comissão organizadora da ANP¹⁶⁴.

Apesar destas tentativas de centralização do movimento popular, este novo organismo teve uma curta vigência. A luta política gerada pelo governo da APRA e a recomposição da direita intensificaram um debate ideológico liberal. Ganharam mais atenção os partidos de esquerda, os quais continuaram trabalhando para consolidar a tentativa de centralização do movimento popular. No entanto, essa tentativa se diluiu no transcorrer de 1988 e 1989.

A representação partidária de esquerda não conseguiu afiançar as vias de canalização das demandas dos assalariados que pudessem consolidar estratégias de institucionalização de direitos no terreno da legalidade democrática. Sem obter vantagem neste terreno, deixou-se levar pela lógica eleitoral democrático-constitucional, priorizando a atividade parlamentar. Nessas condições o sindicalismo radicalizou sua linha de atuação de força já clássicas, que historicamente caracterizaram o movimento sindical peruano, ou seja, apelou para o permanente uso da força como única estratégia do movimento sindical.

6.6 O fim do Governo García: bases sócio - políticas do neopopulismo

A política populista do governo García propiciou melhorias quanto aos patamares da desigualdade social no Peru. Procurou gerar um processo de incorporação social, através do modelo econômico que incorporava o crescimento da demanda como instrumento de desenvolvimento econômico (JIMÉNEZ, 1987, p. 45). Assim antepor as reivindicações

¹⁶⁴A *Asamblea Nacional Popular* (ANP) significou uma proposta e uma tentativa de ampliar o espaço de representação e de representatividade da CGTP, que não conseguiu – ainda que sua legitimidade para os delegados fosse total e sua vigência indiscutivelmente aplaudida –, representar todo o movimento social e a nova institucionalidade surgida dos trabalhadores informais, organizações de mulheres, dos trabalhadores em restaurantes populares, das mães dos “*comites del vaso de leche*”, dos estudantes e de outros setores que não estão constituídas por operários nem por camponeses.

nacionalistas frente a supostos inimigos externos (genericamente referidos como sendo o imperialismo), mediante um movimento hegemônico de cooptação massiva de apoio. Mas esse populismo com o intento de estabelecer uma hegemonia¹⁶⁵ agonizou prisioneiro do desequilíbrio entre receita e despesa, além da inflação desencadeada. As medidas que deram sustentação e materialidade ao regime *aprista* não puderam ser aplicadas até o final, devido a fatores como a crise fiscal, o isolamento internacional do Peru e o boicote interno de parte da burguesia financeira, colocando em questão a política implementada pelo Presidente García. Expressa em um nacionalismo estatista, essa política condenou ao Peru a um isolamento no âmbito financeiro internacional.

No entanto, durante todo o período do Governo García, apelou-se constantemente ao carisma do presidente, tentando consolidar seu partido de massa. Foram vários os fatores que produziram o descontentamento da população. O distanciamento do Presidente García com relação a diferentes camadas sociais foi sistemático, a começar com as camadas que dizia representar, tais como os mais pobres e desempregados. Ademais, o confronto com a classe empresarial durante a falida *estatización del sistema financiero* possibilitou que a direita política se rearticulasse em torno de Vargas Llosa. O discurso liberal – com forte conteúdo anti-estatista – se converteu em tema da agenda política. Soma-se a esse quadro o esgotamento do modelo de desenvolvimento heterodoxo que buscava reativar a economia mediante o incremento da demanda e a aplicação de políticas estatais expansivas. Sua continuidade forçada intensificou a crise em níveis realmente álgidos com a conseqüente deterioração, não só da economia, mas também da política. Esgotaram-se a possibilidade de continuação de políticas populistas, como aponta Ianni (1989):

¹⁶⁵Na perspectiva gramsciana (1984), o que estabelece uma hegemonia é um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma capacidade de direção.

No Peru, em 1985, o aprista Alan García chegou ao poder fora do tempo. Ainda que procure vestir a sua mensagem de entonação social-democrata, mesmo assim não é verossímil. Parece duplamente anacrônico. Como aprista, chegou em outro tempo, demasiado tarde. Agora a economia e a sociedade peruanas, em suas relações internas e com as multinacionais, não permitiriam um experimento populista. As contradições sociais, não só de classes, mas também regionais, raciais e culturais, estão agravadas, já não há espaços para um pacto de heterogêneos, se é que houve em algum momento. Como social-democrata, chegou fora do tempo e do lugar. Um país que não alcançou a democracia, que se subdivide em nacionalidades e regiões bastante diversas e opostas na quais as classes dominantes não permitem que se forme o povo, como coletividades de cidadãos em que o trabalhador é explorado pelas classes dominantes locais e estrangeiras, nesse país não há espaços para a social-democracia. Bem ou mal, esta diz respeito a um estágio avançado da democracia burguesa (IANNI, 1989, p. 119).

No entanto, o Presidente García voltou ao governo em julho de 2006, com um novo ciclo populista, pela segunda vez¹⁶⁶.

Importante linha de desgaste é a que se refere ao tratamento da violência política. O combate militar na luta “anti-terrorista” gradualmente levaria à transgressão dos direitos humanos¹⁶⁷. Exemplos disso são o massacre dos presos em junho de 1986¹⁶⁸, assim como as execuções extrajudiciais e demais desaparecimentos.

O resultado dessa política no contexto internacional foi que o Presidente García passou de herói a vilão. Este foi o reflexo da grande campanha publicitária que realizou a recomposta direita peruana, a qual utilizou quase a totalidade da mídia, com a finalidade de desprestigiar as políticas do Estado e atacar o caráter nacionalista do Governo de García. Ademais, a *Frente*

¹⁶⁶Em sua mensagem de pose, tratou de convencer aos cidadãos mais isolados do Estado, de que o novo governo tomaria decisões que lhes incluam. Assim a parte de maior efeito de sua intervenção se concentrou no tema da austeridade, acima de tudo nos salários do Executivo e do Congresso (BALLON, 2006, p. 15, tradução nossa).

¹⁶⁷Entre 1985 e 1990, forças do Estado, em errônea estratégia anti-subversiva, cometeram gravíssimas violações dos direitos humanos contra civis com total impunidade. A *Comisión de la Verdad* estima que seriam 6.200. Esses fatos converteram ao Governo de García no mais denunciado pela desapareição forçada de pessoas nos últimos 20 anos, entre 1980 e 2000. (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, tradução nossa).

¹⁶⁸A 18 de junho de 1986 produziu-se o *Masacre de los Penales*. Na ilha *El Frontón* os amotinados tomaram como reféns membros do pessoal e da polícia que custodiavam o centro penitenciário. O Vice Ministro do Interior, Agustín Mantilla chegou ao presídio por ordem do Presidente da República e anunciou a suspensão do diálogo, a pesar dos protestos das autoridades judiciais. Enquanto que o Vice Ministro mantinha comunicação por rádio com Palácio de Governo, iniciou-se o assalto por parte das Forças Especiais da Marinha. Demoliu-se o prédio com 119 internos dentro. Os responsáveis da Marinha de Guerra nunca foram processados. (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, tradução nossa).

Democrática (FREDEMO) soube capitalizar os erros da esquerda¹⁶⁹ que, em lugar de orientar os vastos setores do eleitorado, os dispersaram. Esse agrupamento – a FREDEMO – recebeu o apoio incondicional dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, até consolidar uma Frente de todos os setores da direita, agitando em favor de um enfoque de livre mercado, ao estilo chileno então implementado. Encontrou em Hernando de Soto¹⁷⁰ seu ideólogo do movimento conservador e impeliu a candidatura de Mario Vargas Llosa à Presidência da República em 1990.

A queda vertical do aprismo deveu-se também à deterioração da economia. Eis alguns dos indicadores econômicos no final do período, constantes da Tabela a seguir:

Tabela 21 - Indicadores econômicos do período do Governo Aprista – Peru 1985-1990

ANO	CRESCIMENTO PIB GLOBAL % Anual	INFLAÇÃO % Anual	DÍVIDA EXTERNA (Em bilhões de dólares)	GASTO SOCIAL (Em bilhões de <i>Intis</i> - moeda nacional)
1985	2,3	158,0	13,8	101,6
1986	9,2	63,0	14,4	128,08
1987	8,5	115,0	15,4	98,14
1988	-8,3	1.722,3	16,2	76,17
1989	-11,7	2.775,3	18,5	54,64
1990	-5,4	7.649,7	19,8	35,62

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do *Banco Central Reserva del Peru*, 1992.

Como se pode apreciar na Tabela acima, a evolução do PIB, as elevadas taxas de inflação e o incremento da dívida externa, ademais dos recortes nos gastos sociais no decorrer dos três últimos anos, apresentaram saldos negativos.

A coalizão política de centro-esquerda ficou enfraquecida, e foi então que, com Vargas Llosa e a FREDEMO, iniciou-se o mais recente movimento político rumo à direita. O auge da

¹⁶⁹A Esquerda Unida, nas eleições municipais de 1988, apresentou duas candidaturas concorrentes entre si: a de Henry Pease e a de Henrique Bernales.

¹⁷⁰Hernando de Soto, economista e presidente do Instituto Libertad e Democracia (ILD), autor do livro “*El Otro Sendero*” em 1987, sua mensagem penetrou em alguns setores. Formulou uma dura crítica ao Estado, assim como aos políticos e à política como explicação da brecha crescente entre o Estado e a Sociedade.

crise peruana não deixou espaço para negociar as mudanças que se eram necessárias. O movimento sindical e os movimentos populares ficaram cada vez mais limitados em suas capacidades de mobilização; as contundentes ações do *Sendero Luminoso* deram o acabamento aos contornos de um panorama de crise, a qual não pôde ser revertida pelo desgastado Governo García.

Todas estas ações repercutiram profundamente no movimento sindical. Aprofundou-se a crise, houve o colapso de ramos produtivos, tais como a manufatura, a agricultura, como produto da acelerada inflação, paralisando os investimentos e a demanda interna, provocando a queda dos salários reais, uma situação crítica para o trabalhador assalariado. Cabe ressaltar que as sucessivas divisões no plano político e associativo terminou por gerar um processo de distanciamento dos trabalhadores da base com respeito a suas organizações e dirigentes sindicais. Some-se a estes problemas, os relacionados à violência política iniciada em maio de 1980 – que se mantém até a primeira metade dos anos 90 – e tem-se um quadro dramático do movimento sindical naquela conjuntura. Esse processo complexo da violência política ocasionou numerosas vítimas entre as lideranças sindicais, fundamentalmente pela ação do Estado sob pretexto de combater o Sendero Luminoso.

Faz-se necessário mencionar, para completar o quadro até aqui descrito, o impacto da derrota do socialismo do leste Europeu sobre as perspectivas dos sindicatos peruanos, em conjunto com os demais movimentos populares e com as organizações política da esquerda, ao se verem questionados em sua capacidade de criar uma alternativa à crise de emprego e salários, mantendo a defesa dos espaços anteriormente conquistados.

6.7 A eleição de Alberto Fujimori e o início do neopopulismo no Peru

Um ponto que atravessou todas as forças políticas na conjuntura em que se deu o domínio do Governo de Fujimori é relativo à necessidade de um programa de ajuste estrutural. Dada a magnitude dos desequilíbrios então existente indicado pela dramática queda do PIB e pela hiperinflação, tornou-se manifesta a necessidade, para qualquer governo que assumisse em 28 de julho de 1990, de priorizar minimamente o tratamento econômico. Nessa perspectiva, havia duas opções claras:

- (1) A gradualista que, com matizes, foi proposta pela Esquerda Unida e pela Esquerda Socialista – as quais não puderam encontrar unidade para concorrer nessas próximas eleições –, assim como pela PARA;
- (2) A proposta de “*Shock*” da FREDEMO, que residia não só em sua dureza, mas também em sua transparência, propondo cingir-se a uma camisa de força de modo a reduzir a inflação a 10% anuais.

Alberto Fujimori¹⁷¹ não figurava nas estatísticas durante quase todo o período eleitoral; somente em março apareceu em cena, um candidato desconhecido, que seria a mais importante personagem dessas eleições. Convertido em candidato, mostrou seu rechaço aos partidos políticos e sua busca de “soluções técnicas e não, políticas”. Aparecendo como uma alternativa contraposta à direita, atraiu uma porcentagem alta de eleitores incrédulos, impermeáveis frente à multimilionária publicidade *Fredemista*, assim como às debilitadas esquerdas e à desgastada APRA. Tratava-se principalmente de eleitores do mundo popular, das camadas mais baixas, entre os quais se recrutava grande parte dos indecisos. As opções de centro se avultavam nessas faixas, já que os partidos de direita e de esquerda se organizavam em função do Peru formal.

¹⁷¹ Alberto Fujimori, descendente japonês de segunda geração, Engenheiro Agrônomo, professor de Matemática, depois de ser eleito reitor da Universidade Agrária “*La Molina*”, mostrou um temperamento autoritário e uma capacidade para manobras políticas. Posteriormente conseguiu ser presidente da Assembléia Nacional de Reitores, um novo passo foi seu ingresso no Canal de Televisão do Estado, como diretor do Programa “*Concertando*”, onde dispôs de uma tribuna de alcance nacional.

O problema eleitoral se tornou visivelmente sócio-cultural: a FREDEMO era um agrupamento de classe alta, contemplado pelas camadas mais baixas, e essencialmente pelos indivíduos que se encontravam na informalidade, os quais iam adquirindo maior presença, como algo distante e alheio a eles. Assim foi muito mais fácil chegar a eles um *outsider* que começou a ser conhecido como o *chino*, que falava de “honradez, tecnologia e trabalho”, três conceitos que foram vistos positivamente pelas maiorias informais e despolitizadas. Uma mistura de ambigüidade ideológica, já que se colocava rejeitando a proposta liberal da FREDEMO, mas apelando a um discurso efficientista, invocando a incorporação da tecnologia produzida no Sudeste Asiático e, que segundo ele, traseira ao país. Fatos que facilitaram que sua mensagem tenha uma ampla penetração nos setores populares, permitindo o Alberto Fujimori realizar a façanha de ultrapassar os 20% da votação nacional, na primeira roda eleitoral.

A FREDEMO se isolara ao arremeter com fúria contra a APRA e as esquerdas, quando ficou evidente que estas forças buscariam fechar a passagem a Vargas Llosa. Especialmente criticando a proposta de implantar um *shock* econômico como medida imediata para tentar deter a inflação. Ademais, da proposta de desregular as relações trabalhistas, o que possibilitou a reação do movimento sindical que se aderiu junto aos partidos da esquerda e da APRA, a desenvolver uma ofensiva contra as propostas de Vargas Llosa.

Entre essas brechas, abriu-se passagem à candidatura de Fujimori. Entre os indecisos se concentrava o descrédito do sistema político tradicional. A opção política de centro, os reflexos de uma crise vivida como desagregação, e nas demandas interpeladas pelo lema “honradez, trabalho, tecnologia”, as modificações do imaginário coletivo enraizadas na informalização da economia e o surgimento de novos sujeitos sociais. O resultado correspondeu ao reflexo do sentir das camadas mais baixas da sociedade peruana, que na última hora, sancionaram um voto majoritário.

Os apelos ao mesmo tempo modernizantes e populares, inovadores no cenário eleitoral se manifestaram com uma proposta denominada “Cambio 90”, de Fujimori. A direita liberal não conseguiria articular a demanda de progresso a partir de uma matriz popular. A sua vez, as esquerdas permaneciam atreladas no passado, desde uma matriz popular *clasista* ou populista. Embora a FREDEMO articulasse um discurso renovado, mas não correspondeu com as tendências profundas da sociedade peruana, que no momento da eleição sancionaram a proposta de re-privatização do poder, com reminiscências oligárquicas, o qual se fez inviável o mandato de Vargas Llosa, que esperava legitimar uma proposta liberal contra um Peru popular e mestiço que emergia nas últimas décadas.

Logo após sua vitória das eleições, Fujimori, antes de assumir o governo, realizou uma viagem aos Estados Unidos e ao Japão¹⁷². Quando regressou, mudou toda a sua equipe de assessores¹⁷³, entre os quais se encontravam técnicos e acadêmicos de convicção progressista e de esquerda. Começou a diversificar seu entorno e deixou de lado os que haviam tornado possível o triunfo eleitoral. Colocando em sua assessoria indivíduos recomendados pelo FMI, com a finalidade de implementar um modelo econômico seguindo as diretrizes dessas instituições multilaterais.

Na seqüência, a inflação do mês ascendeu a 397%. Os assalariados, uma vez mais, terminariam pagando os custos desse “*Shock*”, aplicado com a finalidade de estabilizar a

¹⁷²Segundo Carlos Boloña (1993), a única pessoa próxima do Presidente que acreditava na economia de mercado era Hernando de Soto, o presidente do Instituto Liberdade e Democracia. O engenheiro havia recorrido a ele, sobretudo depois do primeiro turno, interessado em suas idéias acerca do setor informal e supostamente, com conhecimento das desavenças pessoais que o haviam afastado de Vargas Llosa. De Soto persuadiu o engenheiro Fujimori a realizar uma viagem aos Estados Unidos como presidente eleito, para entrevistar-se com os representantes dos organismos financeiros internacionais e melhorar sua imagem e a do país frente a eles; sugeriu-lhe também que fizesse de cada um desses um diálogo frutífero. Para isso, dever-se-ia rodear de técnicos e assessores capazes de sintonizar as inquietudes e absorver as interrogações dos porta-vozes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BOLOÑA, 1993, p. 22, tradução nossa).

¹⁷³Segundo Adrianzen (1990), é verdade que alguns assessores que ficaram (ou os deixaram) no caminho; saíram da equipe econômica Santiago Roca, Oscar Ugarteche e Adolfo Figueroa, que tinham uma orientação não precisamente liberal (ADRIANZEN, 1990, p. 04, tradução nossa).

economia. Dentre os que experimentaram maior deterioração de suas remunerações estavam os trabalhadores da administração pública e os indivíduos que trabalhavam nas empresas estatais. Com apenas 100% de aumento – em relação à inflação que era 3 vezes a mais –, esse conjunto de trabalhadores (constitui 34% da população assalariada) teve um corte salarial de 59,8% em um só mês (agosto de 1990). Por seu lado, os trabalhadores do setor privado registraram uma diminuição de 39,7% em seus salários reais, enquanto a parcela da PEA, sujeita à remuneração mínima, experimentou um declínio de seu poder aquisitivo de 19,5% (GAMERO, 1990, p. 11, tradução nossa).

O Governo Fujimori deu preponderância a uma aliança tácita com o Exército, com a fim de manter a “tranqüilidade interna”. Desde logo apareceram novas tendências políticas que reluziam o tipo de dominação que vinha sendo adotada pelo Presidente. Sobre as medidas implementadas¹⁷⁴, nenhum setor social foi consultado, inexistindo qualquer forma de negociação. A surpresa era a melhor tática presidencial, acompanhada de um estilo autoritário que começava a perfilar o manejo governamental.

Traços de um cesarismo que se vinha impondo em sua dominação. Há enormes semelhanças entre os traços que caracterizam o cesarismo segundo Weber (1994) e o bonapartismo segundo Gramsci (1985). Weber, ao invocar a figura de um líder carismático, justifica que as democracias de massas tendem a dar um giro cesarístico. Em Parlamento e Governo na Alemanha reorganizada, afirma:

Isto significa, atendendo à natureza deste fenômeno, um giro cesarístico na seleção dos líderes. E, em realidade, todas as democracias tendem a isso. O instrumento especificamente cesarístico é o plebiscito. Este não é uma “votação” ou uma “eleição usual”, senão uma profissão de “fé” na vocação de líder, que assume para si esta aclamação (WEBER, 1994, p. 232, tradução nossa).

¹⁷⁴Dentro das medidas implantadas que nunca foram pactuadas, foi a reforma econômica, conhecido como o “*fujishock*”, proposta que inicialmente foi proposto pelo candidato Vargas Llosa, que foi rejeitado pela maioria da população.

A esse respeito é importante assinalar uma semelhança que há entre a noção de dominação carismática e a definição que faz Gramsci do cesarismo em seus *Cuadernos de la Cárcel* (1986):

[...] Mas se bem que o cesarismo expressa sempre a solução “arbitraria” confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, nem sempre tem o mesmo significado histórico. (GRAMSCI, 1986, p. 102, tradução nossa).

Gramsci (1986) considera que cesarismo corresponde a um conjunto de circunstâncias sociais, econômicas e políticas concretas, que têm como resultado que nenhuma de duas grandes forças sociais (ou alianças de forças sociais) que se enfrentam pode estabelecer seu domínio, o que leva ao surgimento de uma terceira força (um líder heróico) que se impõe autocraticamente,

O cesarismo tem, no entanto, uma margem, mais o menos maior, segundo os países e o significado na estrutura mundial, porque uma forma social tem “sempre” possibilidades marginais de ulterior desenvolvimento e ordenamento organizativo, e especialmente pode contar com a debilidade relativa da força antagonista e progressiva, pela natureza e o modo de vida peculiar desta. O cesarismo moderno mais que militar é policial (GRAMSCI, 1986, p. 106, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, também há diferenças substanciais entre estes dois autores. Weber (1994; 1982;) faz ênfase no aspecto cultural. Em relação ao carisma, há uma associação entre o surgimento de lideranças carismáticas e as situações urgentes ou extraordinárias, ademais, há uma predisposição natural das maças a uma *excitabilidade*; predisposição adormecida por muito tempo, mas em determinadas circunstancias históricas se podem ativar, manifestando-se no reconhecimento das qualidades sobrenaturais de um líder ou um profeta. O carisma é uma qualidade que logra frutificar porque existem mitos, crenças e manifestações de fé arraigadas nas pessoas, que com freqüência acabam sendo em muitas sociedades-antigas ou modernas decisivas

na configuração das relações de poder. Poder-se-ia afirmar, que para Weber (1994), a ação social é manifestada com frequência em termos afetivos e emotivos.

No entanto, Gramsci – com uma raiz marxista-leninista – faz ênfase no aspecto econômico social. Sobre o cesarismo, Gramsci (1986) argumenta que se podem dar soluções cesaristas sem um César, é dizer, sem nenhuma personalidade histórica no intermédio (GRAMSCI, 1986, p. 102, tradução nossa). O cesarismo se manifestaria na forma de coalizões de governo mais o menos dinâmicas, que frutificam especialmente em sistemas parlamentares. Por tanto, para ele, o aparecimento do carisma é só uma possibilidade entre outras e podem ocorrer em situações consideradas de urgentes ou cesaristas.

Gramsci reconhece a importância do descobrimento do carisma por parte de Weber; inclusive, poder-se-ia dizer, que Gramsci percebeu que a *excitabilidade* – à que se refere Weber – é um estado propiciado pelo próprio líder carismático com sua paixão e impetuosidade, mais que um clima previamente existente sobre o qual se apoiaria ele mesmo. Assim aponta o autor:

Ser apaixonados significa ter o don de apaixonar aos demais. É um estímulo formidável. Essa é a vantagem dos partidos carismáticos sobre os outros, baseados em um programa bem definido e nos interesse de classe. (Gramsci 1975, p. 127, tradução nossa).

Podem-se perceber as diferenças epistemológicas e teóricas que tem Gramsci e Weber. Para o marxista italiano, o líder carismático é quem cria com sua prédica e sua paixão, o estado de excitabilidade das massas (reaparece aqui em certa forma a figura do ativista leninista). Por conseguinte, para Gramsci a afetividade e emotividade são só aspectos adjetivos, mas não substantivos que acompanham aos processos socio-políticos.

7 AJUSTE ESTRUTURAL E SINDICALISMO NO BRASIL HOJE

Este capítulo, na primeira parte, são abordados temáticas referentes ao ajuste estrutural e o sindicalismo no Brasil durante a década dos anos 90, o processo de abertura comercial durante o Governo Collor (1990-1992), assim como a implantação de um neopopulismo. Dessa maneira, pretende-se abordar as reformas estruturais e as novas formas de concertação do corte neocorporativista, a implantação dos planos econômicos, como o Plano Real. Na segunda parte, é feita uma reconstrução das relações trabalhistas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, das atividades sindicais da CUT, também, analisar-se-á as rupturas e continuidades do corporativismo nos anos 90, o processo de desregulamentação e o reajuste neocorporativista, e finalmente a ação sindical frente ao processo de desregulamentação.

7.1 Desregulamentação e abertura comercial durante o Governo Collor: a emergência do neopopulismo

No Brasil, o processo de reestruturação econômica ocorrida nos últimos 20 anos teve início no Governo de Sarney, que implantou em 1986 o “Plano Cruzado”, criando uma nova moeda e, posteriormente o “Plano Verão”¹⁷⁵. Esses planos tiveram pouco sucesso no controle da inflação, do desemprego, da desaceleração econômica e, sobretudo, dos conflitos sociais¹⁷⁶. No

¹⁷⁵Em 1989 o Governo Sarney enviou ao Congresso, junto com a legislação sobre o Plano Verão, a Medida Provisória – (MP) Nº 26, de janeiro, que autorizava a privatização de todas as empresas do Estado, com exceção das que estavam protegidas pela Constituição. A proposta, que enfrentou a oposição dos líderes dos dois maiores partidos do Congresso (Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)) foi derrotada por uma ampla maioria de 350 votos, contando com 77 favoráveis e nenhuma abstenção (ALMEIDA, 1999, p. 13).

¹⁷⁶Essa etapa foi marcada por importantes e contínuas greves operárias como a de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, que foi reprimida duramente pelo exército em fins de 1988, assim como pelo incremento dos conflitos na área rural (PÉREZ CRUZ, 2004, p. 112, tradução nossa). Para Vianna (1996) o fermento é a democracia, tal como se manifesta no processo de massificação da cidadania, ora em curso, cuja expressão paradigmática é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Em razão da singularidade da demanda social desse movimento – a *terra*, um bem de natureza política –, cada avanço seu na agenda da democratização social tem incidido positivamente no avanço da democracia política, inclusive porque leva ao isolamento os setores mais retrógrados das elites, cuja sustentação política tradicionalmente derivou do exclusivo agrário (VIANNA, 1996, p. 14).

decorrer da década de 90, implantaram-se os planos “Collor” e “Real” que promoveram ajustes estruturais na economia (PÉREZ CRUZ, 2004, tradução nossa).

O Governo Collor procedeu, no começo dos anos 90, a uma profunda reforma do Estado brasileiro. A reforma começou com um processo de desregulamentação econômica e de abertura do mercado, na tentativa de diminuir a taxa de inflação¹⁷⁷. Ao mesmo tempo, esse governo pretendeu demonstrar o poder presidencial na implantação de suas políticas¹⁷⁸, assim como a necessidade de negociar com atores político-sociais e com instituições internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Reafirmou-se a autoridade executiva e causou assombro entre os investidores já no dia seguinte da posse do novo presidente (16 de março de 1990) a apresentação de um plano integral de redução da inflação e do déficit federal, de liberalização do comércio e de modernização da economia¹⁷⁹. Como nessa conjuntura

¹⁷⁷O Plano Collor atingiu diretamente as aplicações no setor financeiro. As retiradas das cadernetas de poupança e das contas correntes ficaram limitadas a um montante fixo ou a até 20% do saldo total. Os valores que excedessem os limites estipulados ficaram retidos pelo Banco Central, sob a promessa de serem devolvidos após 18 meses com correção monetária e juros anuais de 6%. A retirada do restante antes do prazo poderia ocorrer, mas apenas através de leilões, com deságio. O câmbio seria flutuante, fixado pelo mercado, e seriam reduzidas as barreiras à importação. "A livre iniciativa é a única via para um crescimento sustentado e progressista", disse Collor aos ministros (CHOQUE, 1990).

¹⁷⁸Collor provinha da elite; porém, não tinha nenhum partido forte que o apoiasse. Apesar de ser um *outsider*, soube usar com eficiência o *marketing* político, especialmente, temas sobre moralização. Conforme Ruiz (2003), propunha combater os altos salários do funcionalismo público, cujos membros denominavam marajás. Teve, para se eleger o apoio da mídia mais poderosa do país (RUIZ, 2003, p. 1).

¹⁷⁹A apresentação de um programa de estabilização elaborado pela equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, o *Plano Brasil Novo*, mais conhecido como *Plano Collor* determinou:

- A extinção do Cruzado Novo e a volta do Cruzeiro como moeda nacional;
- O bloqueio, por 18 meses, dos depósitos em contas correntes e cadernetas de poupança que ultrapassassem os 50 000 Cruzados Novos;
- O congelamento de preços e salários;
- O fim de subsídios e incentivos fiscais;
- O lançamento do Programa Nacional de Desestatização;
- A extinção de vários órgãos do governo, entre eles, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

Além disso, imóveis, veículos e aviões do governo foram colocados à venda. Os objetivos do plano eram enxugar a máquina administrativa do Estado, acabar com a inflação e modernizar a economia. As medidas causaram grande impacto e afetaram a vida da população em geral, dos trabalhadores aos empresários, porém os resultados não foram satisfatórios (BRASIL ESCOLA, 2005, p. 1).

o partido do governo só controlava 5% da Câmara Federal¹⁸⁰, o presidente confiscou por decreto aproximadamente 80% dos haveres financeiros líquidos do Brasil (METTENHEIM, 2001, p. 174).

Segundo Mettenheim (2001), a administração de Collor teve sucesso nas metas de curto prazo, produzindo rapidamente um superávit fiscal, taxas de juros mais baixas, prazos mais longos para a dívida pública e um tipo de câmbio estável. Ademais, durante 1990, recebeu um forte apoio da mídia e do público, pelo que não teve inconvenientes para enfrentar a oposição – no Congresso nem na sociedade – e passou por cima de governadores que se encontravam no fim de seus mandatos, mais preocupados com a sucessão em seus respectivos Estados do que com a organização, eventualmente, de uma força de oposição em âmbito nacional (METTENHEIM, 2001, p. 175). Conforme o autor citado, o Governo Collor pretendeu exercer o poder dissociado da classe política e de seus mecanismos tradicionais de *policy* e reduziu as despesas do Estado¹⁸¹, desorganizando a administração pública com dispensas arbitrárias de funcionários.

O governo Collor (1990-1992) tratou de forma imediata da questão da privatização¹⁸². Essa se tornou um ingrediente importante do programa de reformas econômicas, considerado indissociável da política de estabilização da moeda. As novas regras de privatização faziam parte do conjunto de medidas provisórias enviadas ao Congresso, que instituía o Plano Brasil¹⁸³.

¹⁸⁰ Mesmo sem contar com uma máquina partidária significativa e com militância nos estados – pois sua candidatura estava abrigada na legenda do Partido da Renovação Nacional (PRN), de escassa representação no Congresso –, Collor teve sucesso na mídia, bateu seus concorrentes nos dois turnos e se tornou, 30 anos depois de Jânio Quadros (1961), o primeiro presidente do Brasil eleito de forma direta (FRANCESCHINI, 2005, p 1).

¹⁸¹ O governo Collor, ao assumir o poder, promoveu uma redução considerável do número de pastas ministeriais, passando de 15 (no governo anterior de Sarney) para nove. Houve, assim, uma centralização das competências no Executivo (MARTUSCELLI, 2005, p. 44).

¹⁸² A privatização de empresas públicas implicava em levar adiante dois planos: um, de criação do marco institucional-legal da mudança e outro, de execução da nova política.

¹⁸³ O Plano Collor foi desenvolvido em duas fases. No Plano I, a inflação foi reduzida através da retirada do dinheiro de circulação. A partir daí iniciou-se a maior recessão da história do país, com aumento do desemprego, fechamento de muitas empresas e diminuição considerável da produção, com queda de 26% em abril de 1990 em relação a abril de 1989. As empresas optaram por reduzir a produção, a jornada de trabalho e os salários, e passaram a demitir funcionários. Em São Paulo deixaram de existir, nos primeiros seis meses de 1990, 170 mil postos de trabalho, sendo

Depois de aprovadas pelo Congresso, deram origem à Lei nº. 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND)¹⁸⁴. A nova lei definia uma lista inicial de empresas públicas a serem vendidas, concedia ao Executivo a prerrogativa de incluir ou excluir empresas, estabelecia as regras para venda em leilão e transferia ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) a administração do programa¹⁸⁵. A Legislação complementar amparada na Lei nº. 8.250, de 24 de outubro de 1991, estabeleceu as moedas de privatização, permitindo a utilização de vários tipos de títulos públicos nos leilões de privatização¹⁸⁶. Assim, foi iniciada a privatização das empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes (ALMEIDA, 1999).

Outros aspectos contemplados no plano econômico foram: 1) saneamento das finanças do Estado através da privatização do setor econômico estatal, da redução da burocracia pública, do corte no gasto fiscal e de uma reforma tributária que incrementasse os ingressos estatais; 2) abertura e desregulamentação gradual da economia por meio do desmonte das restrições às importações e da liberalização dos mercados nacionais de capitais. O objetivo central do plano era forçar a reestruturação e a modernização da indústria brasileira (DOMBOIS; PRIES, 2000).

Referindo acerca das medidas implantadas através do Plano Collor, Antunes (2005) afirma que se poderia pensar em uma aproximação do modelo de governo com o do bonapartismo¹⁸⁷, tendo em vista a prevalência dos interesses do grande capital e a carência, ao

o resultado mais negativo desde a crise do início da década de 80. Cumpre destacar que o Produto Interno Bruto diminuiu de US\$ 453 bilhões em 1989 para US\$ 433 bilhões em 1990. O processo inflacionário entra em cena novamente com um índice mensal de 19,39% em dezembro de 1990 e de 1.198% em todo o ano 1991. O governo decreta o Plano Collor II em 31 de janeiro de 1991, mediante o qual pratica uma política de juros altos, faz um grande esforço para desindexar a economia e tenta o congelamento de preços e salários (RUIZ, 2003, p. 1).

¹⁸⁴A lei foi regulamentada pelo Decreto nº. 99.463, de 16 de agosto de 1990.

¹⁸⁵Decreto nº. 99.464, de 16 de agosto de 1990.

¹⁸⁶Segundo Almeida (1999), as moedas de privatização permitidas eram Debêntures da Siderbrás (SIBR), Certificados de Privatização (CP), Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), Créditos Vencidos Renegociados Securitizados (DISEC), Títulos da Dívida Agrária (TODA), Títulos da Dívida Externa (DIVEX) e Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal (CEF), Notas do Tesouro Nacional série M (NTN-M).

¹⁸⁷Expressa a forma de governo na qual o executivo concentra todo o poder em sua liderança carismática, como representante direto da nação, colocando-se como árbitro imparcial perante todas as classes. Traz o objetivo de

mesmo tempo, de uma massa capaz de calibrar a autonomia relativa das classes dominantes.

Assim, aponta Antunes (2005):

Aqui aflora a representação mais difusa, mas real, dos “descamisados”, dos “pés descalços” este enorme contingente que vivencia em sua cotidianidade condições das mais adversas. E que crê na figura do presidente, dando-lhe apoio muitas vezes incondicional. E Collor usa com enorme sabedoria política esta “relação com as massas”. Lembre-se aqui da fala presidencial no Parlatório, no dia da posse, quando jurou dar “a vida”, se necessário, para defender “os pobres” (ANTUNES, 2004, p. 8).

O sentido essencial dos interesses dominantes é tentar uma recomposição – pela violência legal ou pela convicção – de seu controle sobre a sociedade civil, utilizando formas de coação desde o Estado, ou seja, uma solução "cesarista" ou “bonapartista”. É preciso salientar que o bonapartismo está próximo do conceito de cesarismo. Passa pelo próprio modelo da revolução a partir de cima gerada por Bismarck, salientando o fato de se assumir como uma ditadura modernizante. Essa foi a forma como o Governo Collor conduziu a uma constante regressão do poder parlamentar, encaminhando ao Congresso medidas provisórias, muitas das quais contradiziam a Constituição de 1988. Pode-se afirmar que o afastamento da Constituição e do Parlamento, com procedimentos de cunho autoritário, representou um traço do cesarismo conforme encontrado no estudo clássico de Weber (1982) sobre o “bismarkismo”.

E verdade que o "bonapartismo" e o "cesarismo" não são sinônimos, mas passam a ser parte de uma família semântica. O bonapartismo estaria marcado pelo complexo de superioridade, precisa de manifestações, ainda que ilusórias, demonstradoras do apoio ao líder, porque o superior precisa do inferior para experimentar o sentimento do seu próprio valor e não o contrário, como seria normal. O cesarismo admitiu formas de representação parlamentar, sempre as fez depender do poder policial e militar. Assumiu, sobretudo o diálogo direto entre as massas

consolidação do regime contra a oposição de grupos radicais. Visa fortalecer o grupo dominante e enfraquecer os adversários internos (MEGALE, 2005, p.1).

populares e o líder, considerado um representante direto de uma soberania una e indivisível. Gramsci (1985) nos *Cuadernos*, o regime se sustenta numa “grande personalidade”, razão pela qual essa forma de dominação se reveste de uma arbitrariedade muito forte.

Portanto, o cesarismo é um fenômeno político que procura explicar, numa situação de crise, o entrelaço de forças políticas que permite o surgimento de um líder providencial, constrói a ponte política para um novo tipo de Estado em que as forças em luta possam conviver. Expressa uma solução arbitrária confiada a uma grande personalidade, uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças, mas não sempre tem um mesmo significado histórico. O cesarismo tem uma vertente subjetiva (composta pelo desejo e a luta pelo poder de um ator que procura um poder com uma legitimidade pessoal, bem como na sua ideologia e prática) e uma vertente objetiva (o reconhecimento, por parte da sede do poder – seja ele o soberano ou o povo –, de uma legitimidade e uma capacidade para governar o país com base num poder unipessoal). Pela sua natureza, o cesarismo tende a procurar a sua confirmação plebiscitária, podendo assumir formas democráticas ou não-democráticas, o que assenta mais na ideologia inerente ao ator do que à sua prática política. Segundo Gramsci (1986) pode existir um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo. O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda às forças progressivas a triunfar, ainda que seja com certos compromissos e temperamentos limitativos da vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a triunfar às forças regressivas, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais têm um valor, uma importância e um significado diferentes que no caso anterior.

Assim, o Governo Collor, com o objetivo obter o consentimento de diferentes camadas, criou-se um enorme aparato de associações. Essa nascente maquinaria, sem intervenção

parlamentar, foi quem enfrentou os setores políticos que estavam na oposição. O resultado foi uma centralização do poder em mãos de uns poucos indivíduos e, finalmente em um só.

Durante sua permanência à frente do governo, o presidente Collor articulou um tipo de dominação para assegurar a governabilidade com sua política econômica (identificada com a queda da inflação) e com uma relação de tipo imperial, por cima e direto, com as camadas baixas dispersas. Procurando condicionar a agenda da democracia social à jurisdição de parte da razão e do cálculo propriamente políticos, a intervenção social contou com a comunhão da *intelligentsia* e dos movimentos organizados (VIANNA, 2000). Abarcou frações das camadas dominantes, como as representadas pelo grande capital bancário e financeiro e o grande capital industrial, assim como de setores diversos das camadas médias das camadas mais baixas dos trabalhadores sindicalizados. Conquistando apoio tanto dos grandes empresários e das grandes empresas de comunicação, quanto angariando a simpatia da população de baixa renda e de baixa escolaridade, como atestavam as pesquisas de intenções de voto. O Governo Collor encarnou, de acordo com Boito Jr. (1999), uma variante da dominação neopopulista.

Os grandes empresários e os meios de comunicação juntaram-se para apoiar o candidato viável da burguesia, e Collor soube juntar esse apoio dos “de cima” com a simpatia que ele angariara entre os “de baixo” – as pesquisas de intenção de voto indicaram que a maioria dos eleitores dos estratos de renda mais baixa pretendia votar em Collor. A fórmula do sucesso foi a retórica neoliberal (crítica aos “privilégios dos funcionários públicos”, “aos cartórios e aos monopólios”) apresentada numa linguagem de conotação popular – seu refrão de campanha, como se recorda, era a “caça aos marajás” (BOITO JR., 1999, p. 119).

Uma característica importante do Governo Collor foi a de desenvolver uma relação “adversarial” com as instituições intermediárias¹⁸⁸, resultando em um projeto político com muito

¹⁸⁸A abertura comercial como política competitiva tinha a intenção de mobilizar e modernizar a produção industrial, com produtos estrangeiros inseridos no mercado interno, o que provocou a demissão do funcionalismo público, as privatizações foram concebidas como instrumentos de contenção dos gastos públicos; a desindexação econômica foi

baixo nível de institucionalização e com um padrão organizacional basicamente eleitoral. Outra característica deste tipo de dominação apontada como neopopulismo é o fato de ser acompanhada de políticas que respondem a modelos econômicos de corte neoclássico ou neoliberal. Na prática, a aplicação dessas políticas produziu os seguintes efeitos: o ataque aos interesses do funcionalismo público, que representava o principal setor nas estatísticas de greves¹⁸⁹, empurrou esse setor para uma postura defensiva; houve uma ampliação de investimento do capital estrangeiro no país; desvalorizaram-se as estatais nos leilões, permitindo a transferência do controle de empresas altamente rentáveis para o setor privado; procedeu-se a uma maior concessão de poderes ao patronato nos processos de negociação salarial, dificultando, dessa forma, a articulação dos sindicatos na luta por direitos trabalhistas.

Segundo Vianna (2000), no discurso de posse de Collor, em 15 de março de 1990, houve uma orgulhosa declaração de princípios do ideário neoliberal. A transição política que, na interpretação dos setores conservadores, se limitara até então à reconquista da liberdade política, teria chegado, afinal, ao seu término, com a instauração da "mais ampla e efetiva liberdade econômica" que o Governo Collor viria a implementar (VIANNA, 2000).

7.2 As reformas e as novas formas de concertação neocorporativista

Da ação do Executivo deveria resultar um programa de reforma estrutural, principalmente no que diz respeito à liberação do mercado de constrangimentos externos alheios à lógica de seu

tomada como um "progresso" no campo das negociações salariais, deixando "livres" das barreiras impostas pelo Estado brasileiro, trabalhadores e empresários. (MARTUSCELLI, 2005, p. 33).

¹⁸⁹Segundo Martuscelli, durante os anos 80, o número de greves foi maior no setor privado que no setor público. No entanto, o volume de jornadas não trabalhadas mostra que as paralisações dos servidores públicos foram mais "longas e abrangentes" nesse período. De acordo com Noronha (1992, p. 53), entre 1978 e 1987, o setor privado "foi responsável pela maioria das paralisações (67,9%), mas por apenas 22,3% das jornadas perdidas. Para o [setor público] o quadro é invertido: suas 'poucas' greves foram responsáveis por mais de 70% das jornadas não trabalhadas". Essa tendência não se alterou nos dois últimos anos da década de 1980. (ALMEIDA, 1996, apud MARTUSCELLI, 2005, p. 15).

funcionamento e, muito especialmente, à contraposição a Constituição de 1988. Tal reforma girava em torno de um plano dito ortodoxo de estabilização monetária. Os principais aspectos da política econômica do Governo Collor foram à brusca abertura comercial, o enxugamento do quadro de funcionários públicos, a política de “livre negociação salarial”¹⁹⁰, a eliminação da política salarial que repunha automaticamente a perda salarial decorrente da inflação¹⁹¹ e os incentivos à participação do capital financeiro nos processos de privatização. Além disso, o governo realizou uma série de intervenções na economia que feriu os interesses econômicos corporativos do setor público¹⁹².

Segundo Pio (2003), é possível perceber a criação de diversas arenas institucionais de articulação entre os interesses das agências públicas e do setor privado:

No âmbito das negociações estruturais existiam duas arenas de articulação [entre] governo e sociedade: (i) a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), composta por representantes do governo e por 211 empresários da indústria e do setor financeiro, onde as discussões giravam em torno de temas como tributos, infra-estrutura e comércio exterior, e de áreas como agricultura e energia; e (ii) Grupo de Investidores Estrangeiros (GIE), composto por 20 empresários e banqueiros que discutiam formas de aumentar os investimentos estrangeiros no país. Ambas arenas desprezavam a representação dos trabalhadores, o que levou o governo Itamar Franco [no período posterior ao analisado aqui] a criar a Comissão dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM). (PIO, 2003, p. 14).

¹⁹⁰ A negociação salarial dos anos 90 sustentou-se no contexto neoliberal, apresentando uma diferença em relação aos anos 80, em que o conteúdo estava marcado pela resistência à intervenção estatal e se associava à defesa da liberdade e da autonomia sindical. Conforme Galvão (2003), nos anos 90, a livre negociação passa a integrar tanto o repertório de representantes do capital quanto do trabalho, muito embora os objetivos que cada um desses segmentos pretenda alcançar com essa medida seja completamente distinta enquanto: os sindicatos combativos, ligados à CUT, continuam a encará-la como uma maneira de ampliar a participação sindical no processo de negociação coletiva, fortalecendo as organizações dos trabalhadores, a burguesia e parte do movimento sindical buscam reduzir algumas formas de intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho, restringindo os constrangimentos legais à compra e à venda da força de trabalho. Assim, enquanto a primeira perspectiva estava associada à tentativa de democratizar as relações de trabalho, a segunda vinculava-se à limitação de direitos (GALVÃO, 2003, pp. 182-183).

¹⁹¹ A lei 8.030/90 alterou a política salarial.

¹⁹² Uma mostra disso foi a política de congelamento de preços combinada com a abertura comercial brusca – tal qual implementada pelo Governo Collor desde o primeiro ano de mandato – impôs sérias dificuldades para o crescimento da indústria no país. Ademais, do congelamento dos salários diante de um período de alta inflacionária produz efeitos perversos sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados. (MARTUSCELLI, 2005, p. 16).

Essa articulação foi possível através do restabelecimento das Câmaras Setoriais como mecanismos de descongelamento de preços previsto pelo Plano Collor II e também como possível instrumento de negociação entre governo, empresários e trabalhadores. As Câmaras Setoriais contemplaram discussões amplas, em relação às seguintes questões: as relações entre o capital e o trabalho, as políticas de incentivo ao investimento privado, o aumento da competitividade setorial, a incidência da carga tributária e, conseqüentemente, o papel do comércio exterior, posto que todas essas questões fossem tratadas procurando minimizar os efeitos da liberalização do comércio. Mas, assim mesmo, não conseguiram se articular como um sistema viável¹⁹³, principalmente devido à redução da capacidade de negociação política do governo (PIO, 2003).

O governo de Collor tentou implementar novas formas de concertação tripartites entre empresários, sindicatos¹⁹⁴ e Estado, que tentavam ir além das relações trabalhistas. A CUT aceitou participar das reuniões das câmaras tripartites junto com membros da equipe governamental e do empresariado. Essas reuniões, que ficaram conhecidas como “entendimento nacional”, foram convocadas pelo Governo Federal, em setembro de 1990, visando ao controle da inflação e à redução das atividades grevistas. Nessas negociações, a CUT priorizou a realização de acordos, em relação à mobilização social contra a política econômica, reduzindo, portanto, suas reivindicações à reposição das perdas salariais. Devido ao fato de o Governo

¹⁹³Em 1993, havia 23 Câmaras Setoriais, mas só em duas, as da indústria automotiva e da construção naval, chegou-se a acordos. Os acordos tripartites da indústria automotiva tiveram especial importância, apresentando um esquema de regulação concertada em nível setorial, que incluiu também políticas trabalhistas. (DOMBOIS; PRIES, 2000, p. 189, tradução nossa).

¹⁹⁴Durante o Governo Collor, em 1991, foi criada, com o apoio do governo federal e da FIESP, a Força Sindical, representando um importante acontecimento no cenário sindical brasileiro. Segundo Martucelli (2005), essa central sindical tornou-se um instrumento político da difusão do neoliberalismo no seio das classes trabalhadoras e para a descaracterização do sindicalismo combativo, liderado pela CUT. A Força Sindical fomentou a difusão da ideologia anti-estatista no seio do sindicalismo através da crítica ao funcionalismo público, aos incentivos do Estado às empresas estatais em detrimento das empresas do setor privado e à precariedade dos serviços públicos. No que se refere à ação da Força Sindical, observou-se, durante o Governo Collor, a articulação de duas frentes principais, a participação ativa nos processos de privatização das empresas estatais e de desregulamentação do mercado de trabalho e em boicotes de greves gerais organizadas pela CUT e pela CGT (MARTUSCELLI, 2005, p. 29).

Collor não ter contemplado nenhuma proposta do movimento sindical, não se estabeleceram acordos entre as partes, e o “entendimento nacional” fracassou em dezembro do mesmo ano (MARTUSCELLI, 2005).

Em março de 1992, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC teve a iniciativa de firmar assinar um acordo com o Governo Federal e os empresários, na Câmara Setorial da Indústria Automobilística. De acordo com Dombois e Pries (2000):

Redução dos impostos aos veículos novos em 12% em média (...). Redução das alíquotas do IPI e ICMS e das margens de lucro das montadoras, dos fornecedores de autopeças e das concessionárias; correção mensal dos salários com ajuste automático às taxas de inflação, estabilidade no emprego pelo mesmo período para toda a base metalúrgica; aceitação por parte do sindicato da necessidade de modernizar a produção (DOMBOIS; PRIES, 2000, p. 209, tradução nossa).

Essa nova estratégia sindical, caracterizada como “propositiva”, foi aprovada na plenária de 1990¹⁹⁵. A sua orientação geral foi a de delinear propostas e disputá-las nos fóruns tripartites de trabalhadores, empresários e governo (DOS SANTOS, 2003). Como alternativa ao confronto – que valorizava excessivamente a ação grevista predominante nos anos 80 – do modelo econômico, a CUT adotou uma atitude participacionista ativa para a discussão de temas nos fóruns tripartites. Essa nova linha sindical da Articulação, assim denominada, afastou-a crescentemente da esquerda cutista, que mantinha o discurso classista de confronto dos inícios da CUT. Esse processo culminou com a formação de dois campos políticos que passaram a disputar os rumos da central sindical a partir do 4º Congresso Nacional da CUT (CONCUT 1991)¹⁹⁶.

¹⁹⁵ *Plano de Ação da CUT*, texto apresentado à Plenária nacional da CUT em agosto de 1990 pela Articulação Sindical.

¹⁹⁶ A partir do 4º CONCUT a composição destes blocos políticos tem sofrido variações. De acordo com Rodrigues (1999): “no interior do sindicalismo - CUT há, grosso modo, duas posições bastante distintas [...] De um lado, encontra-se a esquerda contratualista, representada pela Articulação Sindical e tendências afins. De outro, a esquerda socialista, cujos principais pilares são: a Alternativa Sindical Socialista (ASS), o setor sindical do PSTU e a Corrente Sindical Classista, entre outros” (RODRIGUES, 1999, p. 73). Em dezembro de 2001, o setor ligado à tendência petista Democracia Socialista (DS) rompeu com a ASS e organizou a corrente CUT Socialista e Democrática (CSD). Permaneceram na ASS as correntes petistas Força Socialista (FS), Tendência Marxista (TM) e o Fórum Socialista

Segundo Boito Jr. (2003), a CUT substituiu a estratégia de ação sindical de massa e de oposição, que comandou a atuação dessa central ao longo dos anos 80, pela estratégia sindical dita propositiva dos anos 90. Assim, aponta o autor:

Essa estratégia sindical tem levado o sindicalismo contestatário a conciliar com a política econômica do governo. Ela representou um rebaixamento da plataforma reivindicativa da central e uma valorização do acordo com governo e com os empresários, em detrimento da ação grevista e de massa. Na base da central, muitos sindicatos fecharam-se num insulamento corporativista servindo, em alguns casos, de base de apoio para os pleitos dos empresários do “seu” setor junto ao governo – como ocorreu com a câmara setorial da indústria automotiva (BOITO Jr., 2003, p.23).

Segundo Martuscelli (2005), a política assumida pela CUT passou a ser assimilada como uma prática de conciliação ao invés de resistência. O pragmatismo que repercutia nas posições adotadas pela CUT nesse período levou-a a participar da definição da política governamental, com a condição de renunciar à política de confronto ao modelo econômico, assim como de abandonar a luta e a denúncia do conjunto da política neoliberal (MARTUSCELLI, 2005, p.38).

Segundo Carvalho e Simões (1991)¹⁹⁷, a CUT adotou esse modelo de participação com a intenção manifesta de não se isolar politicamente e de apresentar na mesa de negociações uma plataforma dos trabalhadores contra a recessão, a queda do salário e o desemprego. Assim apontam os autores:

A retomada da idéia do pacto social, agora com o nome de entendimento nacional, é iniciativa do governo para a cooptação e também uma ofensiva política e ideológica ao sindicalismo combativo no sentido de isolá-lo, mostrando para a sociedade que o governo se dispõe a negociar e a CUT não. Independentemente da posição da CUT, prevalecerá nos meios de comunicação a versão que o governo escolher (...) Com sua proposta de pacto, o governo busca um bode expiatório para as dificuldades que já encontra na aplicação de sua política econômica (CARVALHO; SIMÕES, 1991, p. 1).

(FrS) e grupos regionais. Outra tendência petista, a Articulação de Esquerda (AE), também participa da *esquerda socialista*. O Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) é o campo hegemônico pelo PSTU; a Unidade Classista, corrente sindical do PCB, também compõe a esquerda socialista (RODRIGUES, 1999).

¹⁹⁷Durval de Carvalho diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região e membro da Executiva Nacional da CUT; Renato Simões desempenhou-se como assessor da diretoria do Sindicato de Campinas e Região e membro da Executiva Estadual do DR/PT-SP, em 1991.

Dessa negociação resultaria uma forma de acordo social, o que poderia ser qualificado como um neocorporativismo setorial. Segundo Boito Jr. (1996),

[...] A estratégia propositiva acoplou-se, por intermédio das câmaras setoriais, à tendência neocorporativista que começou a marcar a ação sindical na base. A estratégia propositiva e neocorporativismo da CUT é, diferentemente do neoliberalismo da Força Sindical que nada mais faz além de repetir e defender a política neoliberal do governo no interior do movimento sindical, um amálgama complexo das concepções práticas de um sindicalismo agressivo no plano reivindicativo, que é tradição na CUT, com a ideologia e a política neoliberal (BOITO Jr., 1996, p. 9).

No entanto, os avanços políticos do Governo Collor só foram temporários. A inflação ressurgiu¹⁹⁸, devido, principalmente à incapacidade do presidente de obter um acordo com as empresas e os trabalhadores sobre pautas salariais e preços. Ademais, o Governo Collor, viu-se envolvido em situações ilícitas, com acumulação de processos e acusações de corrupção¹⁹⁹. A mídia brasileira, que tinha apoiado a instauração do Governo Collor, difundiu amplamente, à época, as manifestações sociais contrárias a esse mesmo governo, provindas de diversos setores da sociedade civil.

O tipo de dominação implantada pelo governo Collor – combinação de populismo com neoliberalismo, ou neopopulismo –, não levou em consideração as instituições de intermediação entre o Estado e a sociedade civil, tais como sindicatos, empresas estatais, o empresariado nacional. Nessa perspectiva, a economia deveria prevalecer sobre a política, visando estabelecer uma dominação racional que vinculasse *intelligentzia* tecnocrática e massas desorganizadas.

¹⁹⁸A inflação acumulada de março de 90 a março de 91 foi de 931,45%, segundo cálculos do DIEESE (CRONOLOGIA, 2000, p. 1).

¹⁹⁹A situação tornou-se tão escandalosa que o irmão do presidente concedeu uma entrevista, no mês de abril de 1992, à revista *Veja*, denunciando um imenso esquema de malversação de dinheiro público liderado por Paulo César Farias (o “PC”), justamente o ex-tesoureiro da campanha de Collor. Frente a alarmante denúncia, no mês de maio do mesmo ano, no Congresso Nacional instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). (STACCIARINI, 2002, p.277).

Dessa maneira, passou-se por cima das formas organizadas e das instituições da sociedade civil, tipificadas como de caráter corporativo (VIANNA, 2000).

O esboroamento do corporativismo de Estado tenderia a dar lugar, nas condições em que "os valores democráticos tendem a ser hegemônicos", a um novo tipo de corporativismo. Segundo Tapia e Gomes (2002), os vários estudiosos do neocorporativismo na década de setenta definiram-o

[...] em função da presença, no Governo, de partidos não hostis ao mundo do trabalho; na existência de sindicatos geralmente bem estruturados, dotados de recursos técnicos e financeiros, com forte poder de mobilização, ouvidos formal ou informalmente no momento de tomada de decisões econômicas de importância nacional ou local; na persistência de costumes favoráveis ao diálogo e ao compromisso entre poder Executivo e as partes sociais, mas também entre os principais partidos políticos (VATTA, apud TAPIA; GOMES, 2002, p. 7).

Uma transformação político-ideológica do novo sindicalismo pode ser sinteticamente caracterizada como a transição de um sindicalismo de 'massa e confronto' para um sindicalismo marcado pelo 'neocorporativismo' (BOITO JR., 1994, p. 23). Uma metamorfose político-ideológica da CUT nos anos 90, que se caracterizaria, principalmente, pela vigência de uma política sindical de cariz consertativo permeada por uma lógica corporativista setorial. Nessa perspectiva, seria através da "concertação social", cuja instância superior seriam os fóruns tripartites setoriais, considerados, inclusive, modelos de elaboração e implementação de política pública (ou de "gestão econômica"), que poderíamos encontrar a saída para a crise do sindicalismo e do capitalismo brasileiro (um dos maiores resultados do sindicalismo neocorporativista foi a implementação, de 1991 a 1994, da câmara setorial da indústria automotiva, considerada, por vários autores, um modelo de novas relações entre capital e trabalho assalariado no Brasil, o que seria considerado como o corporativismo de mercado, ou o denominado neocorporativismo societal (que, no caso brasileiro, assume um sentido setorial,

principalmente nas condições do novo complexo de reestruturação produtiva) (ALVES, 2000, p. 119).

Segundo Boito Jr. (1994) e Alves (2000), estariam diante do predomínio de um sindicalismo caracterizado por “novo corporativismo de participação”. Nessa perspectiva, seria através da “concertação social”, cuja instância superior seriam os fóruns tripartites setoriais, considerados, inclusive, modelos de elaboração e implementação de política pública (ou de “gestão econômica”), que poderíamos encontrar a saída para a crise do sindicalismo e do capitalismo brasileiro (um dos maiores resultados do sindicalismo neocorporativista foi a implementação, de 1991 a 1994, da câmara setorial da indústria automotiva, considerada, por vários autores, um modelo de novas relações entre capital e trabalho assalariado no Brasil (Arbix, 1995; Frederico, 1994; Oliveira, 1993; apud Alves, 2000).

O presidente Collor carecia de um sustento político de base que pudesse mantê-lo no poder, pelo que acabou sofrendo o processo de *impeachment*. Collor teve que renunciar a seu governo²⁰⁰, marcado mais pela corrupção do que pela reforma do Estado que se propusera fazer. Assumiu a presidência da República o Vice-Presidente, Itamar Franco, com um governo mais voltado para tentar reduzir os índices do déficit público e para conter a inflação, sem conseguir resultados satisfatórios. O programa de desestatização e privatização da economia, iniciado no governo anterior, prosseguiu lentamente. As negociações com o FMI foram adiadas e as reformas do Estado cessaram por um curto período, finalizando assim um curto ciclo do neopopulismo do Governo Collor no Brasil.

²⁰⁰Entre junho e agosto de 1992 a CPI desenvolveu os trabalhos, cuja divulgação provocou uma série crescente e ininterrupta de manifestações populares. O descontentamento expresso nas grandes cidades exigia o *impeachment* do Presidente. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara de Deputados votou favoravelmente ao impedimento. O apoio ao Presidente foi apenas de 38 votos. Manifestaram-se a favor do *impeachment* 441 deputados, o que representava mais de 100 votos do número mínimo previsto pela Constituição (Artigo 86) para suspender o presidente e permitir seu julgamento pelo Senado. Collor foi suspenso por 180 dias, até que o Senado ultimasse seu julgamento por crimes de responsabilidade. Com a suspensão assumiu a Presidência o vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco (BRASILESCOLA, 2005, p.1).

Embora, autores como Vasconcelos (2005); Weyland (1997) apontam que no discurso das Prioridades Sociais, do tudo pelo social, apresenta-se o resgate de mecanismos populistas e uma aproximação neopopulista – ainda antes do Governo Collor – visando estabelecer laços simbólicos entre os programas heterodoxos de estabilização e o assistencialismo em suas formas de enfrentamento. Mas o neopopulismo como novo tipo de populismo se acentua com o Governo Collor, quando apelou a setores não organizados e a mídia o retratava como um salvador da pátria, principalmente em relação à caça aos marajás. Sua promessa era de governar para os descamisados e tornar o Brasil aberto para o desenvolvimento Global. Ademais de implantar um programa econômico de corte neoclássico. Assim aponta Boito Jr. (2004):

Fernando Collor de Melo conclamou os “descamisados” a apoiarem a sua luta contra os “marajás” e obteve, como se sabe, sucesso eleitoral. Se estiverem corretas as pesquisas de intenção de voto, nas eleições de 1989, 1994 e 1998, a candidatura Lula foi derrotada pelos eleitores que se situam na base da pirâmide de distribuição de renda – as famílias com renda inferior a cinco salários mínimos mensais. Os trabalhadores mais pobres e desorganizados votaram, em sua maioria, nos candidatos neoliberais. O que é isso? Mera demagogia? Liderança carismática? Nada disso. Trata-se do novo populismo, ressurgente no Brasil e na América Latina (BOITO JR., 2004, p. 1).

O neopopulismo emerge em outra época, no âmbito da globalização, que se tornou nítido a partir dos anos 1980. Em linhas gerais, o Estado mudou de configuração, sem deixar de ter relevância (há neopopulismos mais fortes e mais fracos em função da consistência dos respectivos Estados), e a base de apoio ao populismo mudou. O neopopulismo não se assenta sobre a classe trabalhadora organizada, hoje sem a importância de outros tempos, mas, sobretudo, em massas marginalizadas, predominantemente urbanas.

7.3 O Plano Real

Uma nova segunda etapa inicia-se a partir da substituição de Fernando Collor de Melo pelo Vice-Presidente Itamar Franco, em setembro de 1992. No novo contexto, o desenho

econômico, de abertura comercial e privatizações, manteve as suas linhas básicas. Em maio de 1993 o Ministro de Fazenda Eliseu Rezende demitiu-se, abrindo o caminho para a nomeação de Fernando Henrique Cardoso. Esse último ocupava até então a carteira de Relações Exteriores do governo e era favorável às metas do programa de modernização de Collor, tendo assinalado que “[...] dito programa foi assimilado pelo Congresso e está estaqueado na sociedade” (AZEVEDO; PEREIRA; GOMES, 1998, p. 9).

Segundo os autores, no momento em que Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, a economia estava se recuperando e começando a passar por um momento razoável, após a recessão de 1990-1991. As reservas internacionais do Brasil encontravam-se elevadas, em função principalmente da conjuntura financeira internacional favorável. Essas condições possibilitaram a implantação do Plano Real. No Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, assessor de Fernando Henrique Cardoso, implantou como primeira medida um programa de emergência, o Programa de Ação Imediata (PAI), para equilibrar as finanças públicas. Participou desse trabalho inicial uma equipe mista, formada pelo grupo da PUC do Rio e pelo grupo de São Paulo²⁰¹.

Um dos objetivos imediatos dessa equipe foi formular um plano que diminuísse a inflação (seis planos anteriores não haviam conseguido atingir essa meta), que na época atingia 32% ao mês. As questões monetárias assumiram relevância central. O objetivo era reorganizar a economia com um artifício que transformasse a moeda inflacionada em uma nova moeda, através de uma amarração geral dos preços a um indexador. A estratégia consistiu na passagem da moeda inflacionada para uma moeda indexada, um medidor diário de inflação, chamado Unidade Real de Valor (URV). O Banco Central escolheu esse indexador como uma média dos índices que

²⁰¹Grupos de profissionais que se encontravam vinculados a José Serra e a Sérgio Motta (AZEVEDO; PEREIRA; GOMES, 1998).

eram usados para corrigir diariamente a taxa de câmbio. Procurava-se atrair o dinheiro de fora. (PIO, 2003).

O Plano Real possibilitou e garantiu que os capitais pudessem agir livremente, podendo sair, sem perdas, no momento em que achassem melhor. A lei que criou o Real garantiu, por um ano, que o governo vendesse dólares no mercado de câmbio à cotação de um dólar por um real.

Ao apresentar o seu programa de estabilização, o Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso – nessa função até maio de 1994 – manteve as linhas gerais da política econômica do Ex-Presidente Collor de Mello. Isso pode ser observado na seguinte declaração de Cardoso:

O Brasil vive hoje um momento histórico singular. Vem, progressivamente, consolidando destacada posição no concerto das nações mediante maior presença comercial no exterior com decidida expansão das exportações e maior exposição à competição externa, com uma bem sucedida abertura comercial e financeira, aliadas à normalização das relações com a comunidade financeira internacional (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, apud AZEVEDO; PEREIRA; GOMES, 1998, p. 14).

Sua tese central sustentava que o equilíbrio macro-econômico é um passo indispensável para levar a sociedade brasileira à rota do desenvolvimento econômico e social. Isso coincidia com os interesses da elite transnacional da grande burguesia brasileira e respondia às concepções econômicas de inspiração neoclássica. Dois efeitos básicos decorrentes da abertura da economia são indicados por Pio (2003):

Em primeiro lugar, a ênfase atribuída à liberalização enquanto instrumento de combate à inflação faz com que se estimule o aumento das importações de produtos estrangeiros, com ou sem similares nacionais, inclusive através da sobrevalorização cambial. Em segundo lugar, e como consequência do ponto anterior, o crescimento das importações combinado à redução dos incentivos às exportações tende a provocar desequilíbrios na balança comercial e, por consequência, na balança de pagamentos (exportação - importação + fluxo de capitais), inaceitáveis do ponto de vista dos investidores internacionais. Tais desequilíbrios são sanados via elevação da taxa de juros, com vistas a atrair capitais externos, e através da utilização de instrumentos de contenção do crédito, para inibir o consumo privado (PIO, 2003, p. 16).

O Plano Real viria a concentrar as decisões governamentais no núcleo burocrático constituído pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. O processo decisório foi nitidamente concentrado nessas instituições, posto que os instrumentos macro-econômicos de gestão ficaram bastante restritos: taxa de câmbio, taxa de juros, controle do crédito, em relação aos quais a representação de interesses não opera de forma institucionalizada. Em decorrência dessa política, foi se esvaziando o mecanismo das câmaras setoriais, até mesmo naqueles setores em que o mesmo havia obtido sucesso no passado recente, como o automotivo. Não apenas as prerrogativas de concessão de benefícios públicos (incentivos e subsídios), mas até mesmo a fixação das alíquotas de importação permaneceu sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda (PIO, 2003).

Desenvolveu-se uma forma de governo em que a dominação assumiu um viés burocrático, fazendo com que a capacidade dos atores sociais dependesse do núcleo localizado no Estado. Evitava-se, sob a alegação de imperativos técnicos, qualquer possibilidade de controle democrático da política econômica. Essa predica no Governo Cardoso, viria a propiciar a construção de novas perspectivas para o desenvolvimento capitalista no Brasil, fundamentadas em um novo modelo de Estado e de economia, tendo como referencia a inserção do país em um mundo globalizado.

7.4 As relações trabalhistas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso

A intersecção entre política e economia foi uma questão chave no debate em torno da ascensão de Fernando Henrique ao governo. Já eleito, às vésperas de assumir a Presidência da República, Cardoso, em seu discurso de despedida do Senado, em linha de continuidade com

declaração anterior do Ex-Presidente Collor, afirmou o fim da era Vargas. O processo de transição política se fecharia com a primazia do privado sobre o público (COUTINHO, 2000).

A eleição de Cardoso como Presidente da República em 1994, for influenciada pelo Plano Real²⁰². Esse foi apresentado, pelos seus autores como o instrumento capaz de dominar uma economia em desordem, favorecendo o apoio da maioria da população a Cardoso. O governo definiu a necessidade de conduzir uma reforma do Estado, ainda que isto implicasse na revisão de alguns postulados constitucionais. As propostas de reforma centraram-se no corte dos gastos públicos, na redução dos impostos e em um amplo programa de privatizações de empresas estatais. Argumentava-se, no âmbito governamental, que essas medidas seriam fundamentais para a recuperação do equilíbrio orçamentário do governo, para o ajuste das contas públicas e para a retomada do crescimento econômico. Para cumprir esses objetivos, o Governo de Cardoso adotou uma política de coalizões. Como aponta Fiori (1997):

No rol dos créditos direitistas deste início de governo, não se pode esquecer: a) a forma como tem levado à frente esse projeto de ‘modernização política’ do país, apoiado por partidos políticos que têm como meta a ampliação imediata de suas bancadas parlamentares, pela via da cooptação fisiológica de parlamentares eleitos por outras legendas e programas; b) a maneira autoritária e prepotente com que tem enfrentado o movimento sindical, em particular a greve dos petroleiros, sobretudo levando-se em conta a subserviência que tem demonstrado no manejo de suas relações como o núcleo duro da direita mais tradicional (FIORI, 1997, p. 60).

A reforma do Estado proposta pelo Governo Cardoso foi apresentada como uma condição para o ingresso do Brasil na “modernidade globalizada”. A chave ideológica do projeto de governo foi colocada na eficiência administrativa (PEREZ CRUZ, 2004, p. 118), materializando-se em iniciativas que mudaram institucional e patrimonialmente a relação entre Estado e

²⁰²O Plano Real foi lançado em junho de 1994 e formulado pela equipe do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Uma importante valorização da nova moeda ocorreu no início de 1995: um real comprava 1,25 dólares. O Plano, por sua vez, tornara-se a grande realização de FHC, conduzindo-o à Presidência da República do Brasil.

mercado. Visou-se reduzir a participação estatal nas atividades econômicas e dar tratamento igual às empresas de capital nacional e estrangeiro, planejando um curso de descentralização da administração e de transferência de funções setor privado e às instâncias locais como as prefeituras (PEREZ CRUZ, 2004).

Assim, o governo conseguiu a aprovação quase integral de projetos de reforma constitucional que submeteu ao Congresso Nacional. Segundo Sallum (2001), os projetos mais importantes foram: a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobras, a qual se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a possibilidade de o Estado conceder o direito de exploração dos serviços de telecomunicação (telefonia fixa e móvel, exploração de satélites) a empresas privadas (até então, empresas públicas detinham o monopólio das concessões).

Além de desencadear esse conjunto de reformas constitucionais, o Governo de Cardoso estimulou a aprovação por parte do Congresso de leis complementares que regulassem a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, já prevista na Constituição de 1988 (eletricidade, rodovias, ferrovias). Ademais, conseguiu a aprovação de uma lei de proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais nos moldes recomendados pelo GATT (*General Agreement of Trade and Tariffs*) e preservou o programa de abertura comercial. Sustentado pela legislação que permitia e regulava a venda de empresas estatais, existente desde o período Collor, e pelas reformas constitucionais promovidas desde 1995, o Governo Cardoso executou um amplo programa de privatizações e de concessões tanto no âmbito federal como no estadual. Esse conjunto de iniciativas contou com a articulação política do bloco hegemônico formado pela grande maioria dos parlamentares, os burocratas do Executivo, o empresariado de diversos

segmentos e a mídia, entre outros segmentos sociais, com larga penetração em parte do sindicalismo urbano, na classe média e em camadas baixas da população. As medidas legislativas foram aprovadas com facilidade pelo Congresso Nacional, contando com a oposição de setores políticos de esquerda que defendiam as idéias de "patrimônio público" e de "economia nacional" (SALLUM, 2003, p. 45).

Procedeu a modificações no capítulo da constituição brasileira que diz respeito à ordem econômica, favorecendo os interesses da burguesia nacional e do capital financeiro internacional. A desregulamentação evidenciou-se na liberalização da política financeira, na abertura de mercado nas áreas de eletrônicos e de informática, e na privatização de diversos setores tradicionalmente sob o monopólio do Estado, tais como o das telecomunicações, o portuário e o petroquímico.

A política de privatização ganhou impulso durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a pesar da oposição de parcela das organizações sindicais²⁰³ e de grupos de esquerda. Isso foi possível porque na arena institucional, a coligação político-partidária que dava apoio ao governo de Cardoso dominava não apenas o Executivo Federal, mas também o Legislativo, tendo ademais importante presença nas unidades Federação.

Assim, em menos de oito anos – como se pode constatar na Tabela abaixo –, uma parte significativa das empresas do Estado passou para o controle privado. Entre 1991 e 1998, foram vendidas 63 empresas controladas pelo Governo Federal. Nesse período, ocorreram também importantes privatizações nas unidades da federação. Até o final de 1998, o programa federal

²⁰³E necessário salientar que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) atuou em um campo sindical dividido, especialmente pela ação da Força Sindical, que apoiou tanto o processo de privatização quanto o projeto neoliberal do governo. Assim, na oposição da CUT às privatizações, e nas suas tentativas de organizar greves contra a política econômica neoliberal, houve ações contrárias, em vários casos com sucesso, da Força Sindical (BOITO Jr., 2003).

arrecadou US\$ 57,5 bilhões, descontando as dívidas transferidas aos novos proprietários, como resultado do processo de privatizações (ALMEIDA, 1999).

Tabela 22 - Resultados das Privatizações por Período Presidencial e Tipo de Moeda (US\$ milhões)

Período	Número de Empresas	Pagamentos em Dinheiro	Pagamentos Totais	% Em dinheiro
1981/84	20	- (1)	188,51	-
1985/89	18	-	548,30	-
1990/92	18	4.015,00	5.371,00	74,7
1993/94	15	4.593,00	11.096,00	41,4
1995/98	30	11.033,00	16.938,00	65,1
1998	-	26.557,00	28.682,00	92,6
Total 1981/1989	38	-	736,81	-
Total 1990/1998	63	46.198,00	62.087,00	74,4

(1) Sem informação

Fonte: Almeida, 1999, p. 5.

Como se pode observar na Tabela acima, durante o Governo de Cardoso o processo de privatizações abrangeu 30 empresas (período 1995-1998), denotando a sua importância na reforma estrutural do Estado. Para esse fim foi modificada de forma substancial a Lei nº. 8.031/90, criadora do Programa Nacional de Desestatização (PND) no Governo Collor e regulamentada pelo Decreto nº. 99.463, de 16 de agosto de 1990. A Constituição sofreu entre 1995 e 1996, emendas do Congresso, o que possibilitou a inclusão, no programa de privatizações, das empresas de telecomunicações, de eletricidade, de navegação de cabotagem, de gás e de petróleo, até então monopólios estatais (ALMEIDA, 1999).

Durante a administração do Presidente Cardoso, foram levadas à liquidação 18 empresas públicas e sociedades em que o Estado tinha participação – cinco de essas ocorreram durante seu primeiro mandato. De 1996 a 1999 o processo de privatização das empresas teve expansão para o

âmbito dos Estados, incluindo os setores elétrico, ferroviário, financeiro, de seguros, de transportes, de telecomunicações e de gás²⁰⁴.

Segundo Almeida (1999), o processo de privatizações começou em setores a respeito dos quais havia uma firme maioria parlamentar favorável à transferência para o setor privado – a qual diminuía da direita para a esquerda do leque partidário – de empresas dos ramos siderúrgico, químico, petroquímico e de fertilizantes. As emendas constitucionais autorizando a passagem para o setor privado da navegação de cabotagem, do gás, da mineração de ferro, das telecomunicações e da eletricidade vieram depois que a política de privatizações em geral havia alcançado certo grau de legitimidade (ALMEIDA, 1999).

Os atores sociais assumiram diferentes posicionamentos em relação a esse processo. Por um lado, algumas associações empresariais favoráveis à venda das empresas públicas participaram ativamente durante o debate parlamentar no referente a certas leis, como a que fixou as regras de concessão dos serviços públicos a grupos privados. Por outro lado, os trabalhadores do setor público e os sindicatos de empregados contrários à privatização – embora estivessem ausentes na fase legislativa –, levaram adiante uma forte oposição no momento em que o programa foi posto em andamento. A oposição incluía partidos políticos de esquerda, trabalhadores de empresas estatais e sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os sindicatos pertencentes à Força Sindical apoiaram o processo de privatizações, especialmente depois que a Lei nº. 8.031, de 12 abril de 1990, garantiu aos trabalhadores e empregados das empresas estatais uma porcentagem das ações leiloadas. Além dos protestos públicos, os recursos judiciais – mediante o poder de veto do Poder Judiciário – representaram a

²⁰⁴A Lei 9.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe o regime de concessão e permissão de serviços públicos tornou possível a continuação desse processo. O art. 1º amplia o processo para os Estados. Assim aponta o parágrafo único “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios proverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços” (SERAFICO, 2002, p. 83).

principal estratégia, que visou obstruir o processo de privatizações. A Tabela a seguir mostra o número de empresas privatizadas, por setor, entre 1991 e 1997, bem como ações legais.

Tabela 23 – Número de Empresas Privatizadas e Ações Legais apresentadas ao Judiciário por Setor de Atividade Econômica 1991-1997

Setor	Número de Empresas Privatizadas	Número de Ações legais
Siderúrgico	8	92
Químico e Petroquímico	14	105
Fertilizantes	4	35
Elétrico	6	35
Ferrovário	1	19
Mineração	1	148
Bancos	1	4
Outros	3	22
Total	38	460

Fonte: Oliveira 1998, apud Almeida, 1999, p. 14.

A renda gerada através do processo de privatizações não incrementou os cofres públicos, já que grande parte dela foi perdida na crise de janeiro de 1999. Além disso, de acordo com alguns autores, o Estado, antes de proceder à privatização das empresas, investiu fortemente para melhorá-las. Conforme Lesbaupin e Mineiro (2002):

O exemplo mais escandaloso é o da Telebrás, onde o governo investiu, nos dois anos e meio que precederam sua venda, R\$ 21 bilhões para a ampliação das redes, das instalações e da infra-estrutura. Depois disto, vendeu-a por R\$ 22,2 bilhões, afirmando que foi muito acima do preço mínimo (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 30).

A fortaleza do novo sistema financeiro sustentava-se em fortes empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da comunidade financeira internacional. O Governo Cardoso realizou acordos com seus credores públicos e privados, reescalando os pagamentos da dívida externa e trocando títulos antigos por novos. Essas medidas conduziram, na última década, a um

crescimento do volume total da inversão estrangeira direta no Brasil, de 3.000%²⁰⁵. Cumpre acrescentar que com a reforma do comércio exterior foram reduzidas as tarifas de importação, de uma média de 32% em 1990 para 12 e 13 %, em 1998, sendo que a tarifa máxima se reduziu, no mesmo período, de 105% a 35%. Como resultado desta última reforma, o Brasil se converteu em uma das economias mais abertas do mundo, sem restrições quantitativas às importações (PEREZ CRUZ, 2004, p. 121).

7.5 O sindicalismo no Brasil: rupturas e continuidades do corporativismo nos anos 90

O sindicalismo brasileiro desenvolveu-se, na segunda metade do século XX, no contexto político e econômico baseado no modelo de industrialização por substituição de importações. Isso significou a formação de um sistema organizativo que prevaleceu até hoje, em boa medida está centrado na matriz do Estado, sendo que as organizações corporativas constituíram um modo peculiar de relação entre Estado e Sociedade.

No bojo da luta pela redemocratização, ocorreu, em 1974, o I Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Teve como pontos centrais a liberdade sindical, a criação de uma lei básica de trabalho que contemplasse os direitos fundamentais dos trabalhadores e a contratação coletiva do trabalho. Emerge desse modo, um novo sindicalismo que, entre outras bandeiras de luta, questiona a subordinação dos sindicatos ao Estado.

Conforme referido em capítulo anterior, os anos 80 caracterizaram-se pelo crescimento, fortalecimento e consolidação da CUT no cenário político nacional, apesar das crises econômicas e da recessão. A partir de 1990, o Governo Collor abriu caminho para uma agenda de reformas em assuntos tais como a abertura da economia, a privatização de empresas do Estado, a

²⁰⁵Se em 1997 esse tipo de investimentos alcançou US\$ 20,7 bilhões de dólares, em 2002 chegou aos US\$ 227,689 (IBGE; BCB, 2005).

competitividade internacional, a criação do Mercosul, a reestruturação industrial, a implantação das Câmaras Setoriais, a reforma administrativa do Estado e a flexibilização dos direitos trabalhistas e da Previdência Social (DIEESE, 2001, p. 197). Essas políticas tiveram como resultado, no âmbito do mercado de trabalho, o crescimento da precarização da ocupação e do desemprego, ampliando-se a fragmentação dos coletivos de trabalhadores, devido ao forte impacto dessa nova conjuntura sobre as organizações sindicais. Conforme depoimento do Secretário de Política Sindical da CUT, em 1994:

Enquanto a CUT liderava um bloco de forças que derrubou o Presidente da República por corrupção, a indústria brasileira batia recorde de produtividade do trabalho (28% em 1991-93), o salário mínimo e o salário médio caíam a níveis nunca vistos, a indústria completava a supressão de dois milhões de empregos (período 1988-92); 74% das empresas do Brasil recolhiam irregularmente (ou não recolhiam) o FGTS e a Previdência Social. Nos grandes centros industriais, aproximadamente um a cada dois trabalhadores, fazia horas extras sem que sequer fossem respeitadas as restrições legais; multiplicavam-se as denúncias sobre a existência de trabalho escravo, entre outros exemplos de como os anos 90 vêm sendo um cenário de terror no mundo do trabalho (ROSSETO, 1994, p.1-2).

As transformações do mercado de trabalho colocaram aos trabalhadores em uma situação desfavorável. Grande parte dos sindicatos ficou enfraquecida pela perda crescente de membros, decorrente principalmente da redução dos postos de trabalho e das terceirizações. A dificuldade de mobilização das bases sindicais pode ser ilustrada pela Tabela abaixo, que aponta a queda do número de greves ocorrida ao longo da década de 90.

Tabela 24 - Número de Greves no Brasil 1990-1997

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Número de Greves	810	680	250	480	300	230	250	90

Fonte: Alves, 2000.

Na Tabela acima se pode notar uma queda importante e sistemática da atividade sindical grevista, desde a implantação das políticas econômicas e trabalhistas dos governos Collor e

Cardoso. A prática sindical que compreendia greves gerais, de categorias e ainda por empresas, que caracterizou as mais diversas expressões da organização dos trabalhadores no decorrer dos anos 80, estava regredindo.

É preciso salientar que a partir de meados dos anos 80 ocorreu um progressivo afrouxamento do controle governamental sobre a vida interna dos sindicatos. Os traços básicos do sistema corporativista implantados pelo Governo de Getúlio Vargas, na década 1930, baseados nos pilares do direito e da jurisprudência trabalhista, como instituições reguladoras e centrais e pelo sistema de representação de grupos organizados de patrões e empregados determinado e controlado pelo Estado²⁰⁶, começavam a ser modificados.

Cabe lembrar, aqui, que nos anos 70 e 80 havia ocorrido a emergência do assim chamado novo sindicalismo, com a criação da maior central brasileira (CUT), que baseava sua ação em uma forte contestação à estrutura sindical subordinada ao Estado. Já nos anos 90 a identidade do novo sindicalismo²⁰⁷ cutista foi desaparecendo e dando lugar a certa adaptação ativa ao modelo existente. Esse processo levou, conforme alguns autores, a uma acomodação ao corporativismo, expressa, por exemplo, na fraca capacidade de organização sindical no interior das empresas (CARDOSO, 1999).

A Constituição de 1988 garantiu a manutenção de muitos benefícios do sistema corporativista, expressa na autonomia sindical – embora se mantivesse a unicidade, a qual havia sido inicialmente rejeitada pelo sindicalismo cutista – e a afirmação da liberdade de associação sindical, sem a necessidade de autorização ou intervenção do Estado contemplada no artigo 8º da

²⁰⁶ As leis sociais do Estado Novo do Governo de Getúlio Vargas definiram pela primeira vez os direitos sociais dos trabalhadores, tais como o direito à Previdência Social, a fixação da jornada de trabalho em oito horas de serviço, e o salário mínimo legal. Em 1943, implantou-se a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que regulamenta detalhadamente as relações trabalhistas, tanto individuais como coletivas e cujos elementos mais importantes mantem-se até hoje (DOMBOIS; PRIES, 2000, p. 182).

²⁰⁷ Aqui se utiliza o conceito de identidade no sentido de um conjunto de práticas e discursos que alimentaram a disputa de hegemonia no interior do movimento sindical brasileiro no período.

Constituição. A formação de sindicatos por categoria profissional e não por ramo de atividade foi também um aspecto positivo da Constituição de 1988, pois assim se evitaria a criação de diferentes organizações de trabalhadores em uma mesma empresa. Também foi consagrado o direito de sindicalização dos funcionários públicos e a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais. Essas mudanças favoreceram o aparecimento de novos sindicatos e a fragmentação de categorias já organizadas. Surgiram a partir de então alguns sindicatos organizados por profissão. Conforme Antunes (1995):

Pode-se dizer que a Constituição, promulgada em outubro de 1988, consolidou o trânsito da ditadura militar para o conservadorismo civil no Brasil. A maioria parlamentar dominante impediu que mudanças substanciais fossem conquistadas e manteve, no essencial, o caráter conservador da Carta Constitucional. Apesar disto, houve pontos de avanço para os trabalhadores que o capital e seus representantes procuram obstar e inviabilizar através da legislação complementar (ANTUNES, 1995, p. 42).

Ao sindicato oficialmente reconhecido pelo Estado mantido, até hoje, também, o direito ao imposto sindical. Mediante essa cotização obrigatória todos os trabalhadores assalariados, afiliados ou não ao sindicato oficial da respectiva categoria, fazem uma contribuição econômica equivalente a um dia de seu salário no ano.

No referente à negociação coletiva, tem-se um modelo de forte intervenção estatal, o chamado “poder normativo” ou a “sentença normativa”. Trata-se de um modelo de intervenção estatal que afirma o sistema corporativista. Se as partes não alcançam um acordo, a Magistratura do Trabalho pode intervir no conflito e ditar um laudo de cumprimento obrigatório. Esse laudo assemelha-se, ao que deveria ser um Acordo Coletivo ou um Convênio Coletivo²⁰⁸.

²⁰⁸O mesmo é resultado de uma arbitragem pública obrigatória. Seu requerimento possibilita que a parte insatisfeita interponha recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Uma sentença definitiva do TST demora de três a cinco anos. Gera-se, assim, um vazio normativo que pressiona os sindicatos de trabalhadores a negociar sempre à baixa, para não ficarem atrelados a uma situação que pode levar vários anos para ser resolvida.

Ao mesmo tempo, fortaleceram-se as centrais sindicais, criadas no decorrer da década de 80, colocando os trabalhadores como atores relevantes do cenário político brasileiro.

A ação sindical ultrapassou o âmbito das relações capital e trabalho, adquirindo um contorno institucional mais amplo. Principalmente após a Constituição de 1988, intensificaram-se os embates em relação às políticas salariais no Congresso Nacional. A partir desse momento, começava a ficar claro que os problemas do mundo do trabalho não poderiam mais ser resolvidos no espaço corporativista, que a inflação tinha causas complexas e que reformas estruturais seriam necessárias para debelar o processo inflacionário (DIEESE, 2001, p. 196).

Nessa conjuntura, novas conquistas sindicais foram obtidas, como o direito de greve, previsto no Art. 9 da Constituição. Além disso, foi aprovada após a promulgação da constituição de 1988, uma Lei de Greve com avanços importantes, em comparação com as formas de regulação desse direito em outros países, como, por exemplo, é o caso do Peru.

As mudanças normativas do direito de greve respondem, no Brasil, a determinados fatores históricos, que se situam na conjuntura do final da ditadura militar, no contexto das lutas pela obtenção das liberdades democráticas (BOITO JR., 2003). A conformação normativa mais favorável ao trabalhador, como é o caso do Programa Seguro-Desemprego, criado em 1986 e inserido na Constituição de 1988, manteve o arcabouço legal da estrutura corporativa. Na Carta Constitucional estipulou-se, a formação de um fundo público destinado a garantir os recursos necessários à concessão do benefício (o seguro de desemprego) aos desempregados. Esse fundo foi efetivado com a criação do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), pela Lei nº 7.998/90, com a finalidade de custear além do programa de seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, mediante o encaminhamento de 40% da receita para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os benefícios estabelecidos pela Constituição de 1988, porém, entraram em contradição com as grandes transformações do mundo do trabalho da década de 90. Essas estavam inseridas no processo de desregulamentação da economia e, conseqüentemente, das relações trabalhistas, bem como de privatização das empresas estatais. Priorizava-se, nas orientações políticas governamentais, a máxima liberal segundo a qual deixados a si mesmos, os agentes encontrarão pontos de equilíbrio sempre mais eficientes do que aqueles fomentados pelas instituições, sejam elas da sociedade civil (no estudo em foco, os sindicatos) ou do Estado.

7.6 O processo de desregulamentação e o reajuste neocorporativista

As mudanças nas relações de poder decorrentes dos processos econômicos e sociais, induzidos pela política neoclássica, levaram à ascensão da ideologia do Estado mínimo, associada à política de ajuste fiscal. No âmbito das relações trabalhistas, a abertura comercial e financeira dividiu politicamente os trabalhadores, que passaram a ocupar-se em ritmo crescente. Além disso, reduziu-se o poder econômico e a influência política do empresariado industrial nacional em favor do capital financeiro. Esses processos provocaram a redução e desconcentração do segmento industrial do operariado brasileiro. Nesta perspectiva, Boito Jr. (2003) aponta que esses processos criaram muitas dificuldades para o avanço do movimento popular no Brasil, nas décadas de 1990 e de 2000:

[...] podemos pensar os pilares da política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos: a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais; b) o círculo intermediário, representando a política de privatização e c) o círculo menor e central da figura, representando a abertura comercial e financeira. Os interesses da grande maioria dos trabalhadores ficam do lado de fora dessa figura de três círculos, já que tais interesses não são contemplados pelo neoliberalismo. Todos os três círculos abarcam apenas interesses da burguesia e do imperialismo, mas cada um deles abarca, sucessivamente, do círculo maior ao menor, interesses de fração cada vez mais restritos (BOITO JR., 2003, p. 10).

A mudança do sistema brasileiro de relações de trabalho passou a ser um elemento de ajuste econômico e de redefinição do papel do Estado. Nesse contexto foram apresentadas argumentações – principalmente do setor empresarial –, sobre a excessiva regulação do mercado de trabalho, com questionamentos à legislação trabalhista e sindical, considerada rígida, frente ao novo contexto internacional e até mesmo um entrave para a inserção do país no processo de globalização em curso (CARDOSO, 2001). Justificava-se desse modo a reformulação do sistema de relações de trabalho, como forma de proporcionar um maior compromisso na relação entre capital e trabalho, na busca de uma maior produtividade e competitividade.

Para a validação de suas decisões, o Executivo recorreu regularmente à prática da edição de Medidas Provisórias (MPs), para a implantação de reformas econômicas, trabalhistas e comerciais.

No que se refere ao trabalho, essas iniciativas serviram para reconfigurar importantes alterações, conducentes à flexibilização e à desregulamentação do sistema trabalhista e sindical do Brasil²⁰⁹.

A partir de 1994 se formula um conjunto de propostas tendentes à alteração do sistema de relações de trabalho, em termos de sua flexibilização como parte do programa de Governo Cardoso, tendo por objetivo a modernização econômica e social do Brasil e sua inserção competitiva no mercado internacional. Para isso, argumentava-se sobre a necessidade de flexibilizar as relações trabalhistas como parte do processo de racionalização produtiva das empresas. Essas propostas eram apresentadas como forma de concorrência capitalista e de

²⁰⁹Os elementos constitutivos do sistema de organização sindical e negociação coletiva herdados da legislação getulista – e que foram preservados pela Constituição de 1988 – porém não foram alterados substancialmente. Os elementos referidos são: o monopólio da representação sindical, garantido por meio da unicidade sindical; a mediação e arbitragem compulsórias, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e fundamentalmente, do poder normativo da Justiça do Trabalho; a solução de conflitos individuais com a intervenção direta do Estado; e a função cooperativa dos sindicatos, que permitem a função assistencialista em oposição à atividade reivindicatória e à contribuição sindical obrigatória (KREIM, 1999, p. 256).

favorecer a incorporação de tecnologia de ponta, acarretando maior flexibilidade produtiva das empresas e relações de trabalho flexíveis. A esse respeito Krein (1999) afirma:

A discussão da alteração do sistema brasileiro de relações de trabalho passa a ser, então, um elemento do ajuste econômico e da redefinição do papel do Estado na sociedade brasileira (KREIN, 1999, p. 264).

Seguindo essa perspectiva, vigente no Governo Cardoso, dever-se-ia tornar mais flexível o conjunto de regras relativas às relações de trabalho, de modo a preservar o número de empregos.

Essa flexibilidade deveria possibilitar, por exemplo, que empresas e trabalhadores negociassem livremente um leque tão vasto quanto possível de tópicos, tais como o número de horas extras etc. e deveria resultar também em menores custos para a contratação de trabalhadores (CARDOSO, F. Henrique, apud KREIN, 1999, p. 265).

O processo flexibilizador se implantou através das Medidas Provisórias, principalmente a MP n° 794 de dezembro de 1994, que contempla a legislação sobre a participação nos lucros ou resultados (PLR). Regulamentada pelo Artigo 7° da Constituição Federal de 1988, assegura o direito, desvinculado da remuneração, de os trabalhadores participarem nos lucros ou resultados das empresas. Assim, aponta Krein (1999):

A MP prevê que a participação nos lucros ou resultados seja objeto de negociação entre a empresa, ou sindicato patronal, e uma comissão de representantes da respectiva empresa, ou pelo sindicato da respectiva categoria. O resultado da negociação deve ser formalizado em um acordo coletivo entre as partes, fixando os direitos de participação, as condições (mecanismos de aferição dos indicadores) e os prazos para o pagamento da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). No caso de frustrada a negociação direta, além dos mecanismos tradicionais do direito coletivo brasileiro, a legislação possibilita às partes, em comum acordo, recorrerem à mediação ou à arbitragem pública ou privada (KREIN, 1999, p. 267).

Com o decreto n° 2.100/96, o governo brasileiro questionou a Convenção 158 da OIT, posição pouco favorável às organizações sindicais²¹⁰. Apesar de o governo brasileiro ter ratificado a referida convenção, a denunciou sob o argumento de estar obstaculizando as relações de trabalho do novo contexto econômico globalizado. As medidas provenientes do Executivo Federal tinham o fim de alterar profundamente o sistema de relações de trabalho. Assim aponta o Presidente da CUT-RS em entrevista 2003:

[...] Esse governo abriu vários caminhos com a finalidade de tentar precarizar os direitos trabalhistas: um caminho desenvolvido pelos empregadores, que foi tentar flexibilizar no local mesmo contratos individuais, precarizar individualmente no âmbito da empresa; um segundo espaço da precarização foi a partir das medidas provisórias implementadas pelo executivo federal; e terceiro, a influência desta lógica exercida nesses anos atingiu também o judiciário; várias decisões no campo judiciário, especialmente o Judiciário Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, deu jurisprudência tendente a precarizar e à retirada de direitos (Entrevista com Presidente da CUT-RS, 2003;).

Outras medidas orientadas a modificar as relações de trabalho tinham por objetivo enfraquecer a estabilidade dos servidores públicos e facilitar a sua demissão. Essas medidas faziam parte do programa privatista e forçavam à subordinação das negociações coletivas à política econômica de combate à inflação. Por exemplo: a introdução da livre negociação esteve condicionada à indexação dos salários; a perda do poder de compra dos salários, mostrada por Oliveira e Siqueira Neto (1998), em que oito categorias do Estado de São Paulo perderam durante o Plano real.

Um conjunto de 13 medidas do Governo Cardoso, apontaram diretamente à modificação das relações de trabalho e das negociações coletivas. Além do questionamento da Convenção 158

²¹⁰A convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabelece normas que limitam o poder absoluto do empregador para efetuar demissões. De acordo com este dispositivo, precisa-se cumprir com determinados requisitos para a dispensa individual como coletiva. A regulamentação jurídica da demissão contempla: o direito de defesa, a tentativa de reversão das dispensas coletivas e o envolvimento das autoridades locais na reversão total ou parcial dos cortes coletivos (KREIN, 1999, p. 269).

da OIT²¹¹, outras medidas foram orientadas a flexibilizar a jornada de trabalho, como a adoção do mecanismo de banco de horas, que permite a compensação das horas-extras ao longo de um ano de trabalho. Essas mudanças institucionais se tornaram fortes mecanismos de pressão sobre os sindicatos cujas lutas passaram a privilegiar a manutenção do emprego. No Quadro 2 detalham-se as medidas que visaram alterar as relações trabalhistas.

Quadro 2 - Principais medidas adotadas sobre a Legislação Trabalhista no Governo Cardoso - 1994-1998

Medidas	Conteúdo
MP 1.029/94 - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	Introduz a negociação dos trabalhadores na participação dos lucros e resultados; além disso, abre a possibilidade de mediação pública ou privada nesse processo.
MP 1.053/94 – Política Salarial (Plano Real)	Elimina os reajustes salariais com intervenção do Estado; introduz a livre negociação proibindo as cláusulas de reajuste automático de salários.
Portaria 865/95 – Fiscalização do Ministério de Trabalho	Impede a atuação [dos sindicatos], quando há conflito, entre a legislação e o acordo/convenção coletiva; permite que os acordos e convenções reduzam direitos acertados anteriormente.
Decreto 2.100/96 – Denúncia da Convenção 158 da OIT	Elimina qualquer mecanismo que iniba a demissão imotivada; reafirma a possibilidade de demissão sem justa causa.
Portaria 2/96 Trabalho temporário	Amplia a possibilidade de utilização da Lei Nº 6.019/74 de contrato temporário de trabalho; generaliza a possibilidade de utilização do contrato de trabalho precário.
MP 1.906/97 – Salário mínimo sem índice de reajuste	Elimina o índice de reajuste oficial de correção do salário mínimo, cujo valor passa a ser definido pelo Poder Executivo.
Lei 9.601/94 – Trabalho por tempo determinado	Desvincula o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados; muda os critérios de rescisão e reduz as contribuições sociais, cria o banco de horas.
Lei 8.949/94 – Cooperativas profissionais ou de prestação de serviços	Possibilita que os trabalhadores se organizem em cooperativas de prestação de serviços e executem o trabalho dentro de uma empresa, sem a caracterização de vínculo empregatício e, portanto, sem os direitos trabalhistas assegurados na legislação e na Constituição.
Decreto 2.066/96 – Limitação da ação sindical no setor público	Limita o número de dirigente sindicais no setor público; prevê punições para os servidores grevistas.
Lei 9.801/99 complementar 96/99 - Demissão do setor público	Disciplina os limites das despesas com pessoal e estabelece o prazo de dois anos para as demissões por excesso de pessoal; regulamenta a demissão de servidores públicos estáveis por excesso de pessoal.
MP 1.620/98) Ultratividade dos acordos e convenções	Tenta substituir a Lei Nº 8.534/92, que previa a validade dos acordos e convenções até que eles não fossem renegociados entre sindicatos de trabalhadores e empresários.

²¹¹Esta concessão estabelece normas que limitam o poder absoluto do empregador para demitir livremente. Em janeiro de 1995 o governo brasileiro, após de 10 meses de entrar em vigência, a denunciou, provocando o retiro dessa norma pública internacional, com o decreto Nº 2.100/96 do Poder Executivo, com a justificativa de que esta convenção estaria obstruindo as relações de trabalho (KREIN, 1999, p. 269).

MP 1.709/98 Trabalho em tempo parcial	Introduz a possibilidade de a jornada em tempo parcial ser de até 25 horas semanais; determina que o salário e os direitos trabalhistas sejam fixados conforme a duração da jornada trabalhada; não prevê a participação do sindicato na negociação coletiva.
MP 1.709/98 Banco de horas	Amplia de quatro meses para um ano o prazo de compensação das jornadas semanais extraordinárias de trabalho, através de acordo ou convenção coletiva.
MP 1.726/98 Suspensão do contrato de trabalho	Possibilita a suspensão do contrato de trabalho, por certo período, vinculada a um processo de qualificação profissional, desde que negociado entre as partes; garante ao trabalhador, em caso de demissão no término da suspensão do contrato de trabalho, o direito de receber as verbas rescisórias e multa equivalente a um salário.

Fonte: DIEESE-Cesit, 1999, p. 289.

A flexibilização da contratação da força de trabalho passou a ser implementada através da Medida Provisória que permite a contratação por tempo determinado; a ampliação da contratação temporária; a introdução do contrato em tempo parcial e a suspensão do contrato de trabalho (como é apontado no Quadro 2). Assim, a reformulação do arcabouço jurídico e legal das relações trabalhistas como parte da redefinição do Estado, gerou um processo de privatização de regras anteriormente públicas e sociais, levando grande parte dos trabalhadores a ficarem sem acesso a direitos sociais e à cobertura da negociação coletiva. Além disso, as transformações do mercado do trabalho enfraqueceram também as organizações sindicais, as quais, em sua maioria, terminaram negociando suas demandas em um contexto político e social adverso. As mudanças nas relações trabalhistas no Governo Cardoso são apontadas pelo Advogado Trabalhista, entrevistado em 2004:

Com o governo de FHC, em vários segmentos se perderam cláusulas, não só perderam, mas tivemos que adequar cláusulas que acabaram gerando uma diminuição da capacidade econômica da classe trabalhadora, como por exemplo, o banco de horas, que foi instituído através de uma lei no governo de FHC. A questão da flexibilização da jornada de trabalho trouxe um prejuízo grande, na medida em que os trabalhadores deixaram de receber horas extras, isso gerou uma diminuição no poder de compra, no meu ponto de vista, com outro agravante. Na verdade, o banco de horas é alimentador do desemprego, porque quando a empresa tem produção em alta, em lugar de contratar trabalhadores, ela compensa com esse banco de horas um maior tempo de trabalho. Na realidade, a idéia do banco de horas na época se deu na legislação porque as empresas argumentavam que tinham uma

capacidade de produção baixa, elas precisavam demitir empregados, e com a criação do banco de horas eles não precisariam fazer isso, eles dariam em folga ou diminuição de jornada para compensar os picos de produção (Entrevista com Advogado Trabalhista, 2004).

Assim, ocorreu uma mudança radical da pauta de demandas do sindicalismo, em função das transformações da produção, da organização e na gestão do trabalho, isto é, da chamada reestruturação produtiva. A agenda sindical voltou-se para o interior da empresa, para a discussão de temas mais diretamente relacionados à problemática do trabalho, como os referentes à organização e à gestão do trabalho, à remuneração variável, como é o caso da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), ou, ainda, os que dizem respeito à flexibilização da jornada de trabalho, como o banco de horas, entre outros.

7.7 A ação sindical neocorporativista frente ao processo de desregulamentação

As medidas implantadas tiveram repercussões imediatas em setores importantes do sindicalismo como o industrial e o bancário. Por um lado, a indústria do ABC foi atingida pela abertura comercial e pela descentralização do complexo automobilístico. Segundo o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira (ANFAVEA, 2005)²¹², os investimentos novos foram para o Paraná, o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás e interior do Estado de São Paulo.

Por outro lado, o setor bancário foi um dos maiores afetados. O processo de reestruturação do sistema financeiro e a conseqüente internacionalização da economia trouxeram como conseqüência a concentração econômica do primeiro, abrindo o caminho, a partir do Plano Real, para a privatização ou liquidação de bancos estaduais.

²¹²ANFAVEA - Anuário da Indústria Automobilística Brasileira / *Brazilian Automotive Industry Yearbook* 2005.

Segundo Cardoso (1999), a variação absoluta negativa do setor industrial (entre 1994 e 1998) foi avassaladora. No setor financeiro, 500 mil empregos com carteira assinada foram eliminados. Como consequência disso os sindicatos bancários diminuiu em mais de 200 mil o seu número de filiados (180 mil depois de 1994). Em poucos anos, esses sindicatos viram sua base de arrecadação cair a quase a metade, tendo em conta os 1 milhão 100 mil postos formais existentes em 1988. Em termos relativos, a redução foi mais intensa nos bancos do que na indústria. Essa está relacionada á reestruturação do sistema financeiro, a qual combinou pelo menos quatro movimentos: a privatização ou liquidação de bancos estaduais; a consequente redução da oferta de bancos de varejo, que empregavam mais trabalhadores; a internacionalização e concentração econômica do sistema financeiro como um todo; e a informatização do atendimento ao cliente, cada vez menos dependente da agência (CARDOSO, 1999, p. 72).

Os trabalhadores do setor financeiro foram, até 1990, um dos segmentos mais ativos e com destacada organização, no âmbito da prática sindical, não se restringindo aos limites das reivindicações corporativas. As lutas e mobilizações desses trabalhadores contribuíram de modo relevante para o surgimento do novo sindicalismo. A grande importância do sistema financeiro na economia outorgou um *status* especial a esses trabalhadores, muitas vezes considerados como uma “aristocracia de trabalhadores”. Essa situação possibilitou um alto nível de organização e grande poder de barganha e pressão.

Após 1994, o mercado de trabalho no Brasil tendeu a aprofundar o ajuste estrutural, crescendo, a partir daí, o índice de desemprego aberto. O processo de reestruturação²¹³ – além de

²¹³Compreendeu a implementação de novas formas de organização do processo de trabalho (vinculadas ao aperfeiçoamento contínuo dos processos e à constituição do trabalhador polivalente/multifuncional), de contratação (estagiários, terceirizados, contratação temporária, etc.) e gerenciamento (Qualidade Total) da força de trabalho, de uma nova base tecnológica (centrada na microeletrônica), e de privatização ou liquidação de bancos públicos. Ao

envolver relações salariais flexíveis – impõe um controle mais eficiente do processo de trabalho e dos trabalhadores (com a incorporação da automação e de novas formas de organização), e reforça, colocando ênfase na individualização das relações de trabalho. Cumpre ressaltar que esse processo levou à alteração de prioridades no agir dos sindicatos. Assim, a remuneração da força de trabalho foi deslocada do centro das reivindicações, sendo substituída por demandas de manutenção dos postos de trabalho, ameaçada pelos processos de re-estruturação em curso.

Os impactos negativos sobre a organização sindical, são comentados em Periscópio (2002), o relatório do Boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo, conforme segue:

A taxa de sindicalização caiu drasticamente em números absolutos na indústria de transformação, acompanhando a destruição de 1,7 milhões dos pouco mais de 8 milhões de empregos com carteira assinada nas indústrias existentes em 1988. Em percentual, entre 1988 e 1998, houve uma queda na taxa de sindicalização de 30% a 27% na indústria. Outro setor fortemente afetado foi o dos bancários, que perderam 500 mil empregos com carteira assinada de um total de 1,1 milhão de postos formais existentes em 1988. Ali, houve uma perda de 200 mil filiados, mas é importante frisar que, à diferença da indústria, nos bancos e instituições de crédito a densidade sindical era de quase 50% em 1988 (PERISCÓPIO, 2002, p. 8).

Embora a taxa de sindicalização da População Ocupada Assalariada (POA) no âmbito nacional não tenha apresentado uma variação muito importante, durante os 10 anos compreendidos entre 1988 e 1998 a supressão de postos de trabalho exerceu um impacto considerável sobre a filiação sindical dos setores metalúrgico, bancário e os pertencentes ao funcionalismo público²¹⁴, entre outros. Assim, emprego e filiação, pilares do sindicalismo cutista dos anos 80, passaram à defensiva.

que cabe acrescentar a liberação da entrada de bancos estrangeiros no mercado, a criação dos bancos múltiplos e a desregulamentação do mercado financeiro (ALVES, 2000).

²¹⁴Segundo Alves (2002), o setor público é ainda um importante empregador no país. Segundo levantamento do BNDES, com base no RAIS (Relação Anual das Informações Sociais), relativo a 2000, 25,3% dos 28 milhões de empregos formais em todo o Brasil estão na administração pública. Entretanto, de 1992 a 1998, mudou o perfil do funcionário público no país, com a maior presença do servidor sem vínculo empregatício estável. A porcentagem de servidores públicos regidos pela CLT caiu de 35,5% em 1992 para 23,0% em 1998; a de estatutários teve um pequeno aumento de 49,4% para 53,5% e os outros tipos de vínculo empregatício, ou seja, temporários, tiveram um

Em suma, a diminuta variação na taxa de filiação sindical da População Ocupada Assalariada (POA) no país, de 1,9 pontos percentuais no período, esconde uma perda substancial de adeptos na indústria como um todo e na indústria de transformação em particular, sobretudo naqueles segmentos mais expostos à abertura comercial: metalúrgica, mecânica (que inclui bens de capital), material elétrico, material de transportes (especialmente autopeças) e têxtil. E esconde, também, a crise no sindicalismo bancário. Nestes dois casos, a queda em números absolutos tem diretamente a ver com o ajuste econômico, ou pelo menos com dois de seus pilares mais salientes: a abertura comercial com valorização cambial, que obrigou as empresas a uma profunda reestruturação produtiva centrada, sobretudo, na destruição de postos de trabalho; e a abertura do sistema financeiro, que concentrou e informatizou os serviços bancários (CARDOSO, 1999, p. 73).

As medidas levadas adiante pelo sindicalismo para enfrentar o contexto crítico, que se tinha configurado a partir das diversas mudanças de ordem política, econômica e tecnológica, resultaram ineficazes, pois não eram de fácil aplicação. Conforme já mencionado, dá-se uma grande redução da quantidade de greves; no período em foco a queda da taxa de sindicalização e a maior fragilidade dos sindicatos nas negociações coletivas, foram os resultados das mudanças operadas no arcabouço normativo, particularmente no que respeita ao aumento das ocupações não regulamentadas.

As ações da CUT, para enfrentar o processo flexibilizador, centraram-se em estratégias para preservar as fontes de trabalho remunerado²¹⁵. Um exemplo nessa direção refere-se a quando a Ford anunciou o fechamento de uma fábrica de motores. O Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, dirigido por Vicentinho²¹⁶ – mais com fins político-simbólicos – organizou uma visita de uma comissão do sindicato à sede da empresa em Detroit. Quando essa comissão retornou da visita, propôs ao Ministro de Economia recriar as Câmaras

aumento significativo, de 11,7% para 19,7%. Esses dados indicam a precarização do trabalho também no setor público durante a chamada década neoliberal (ALVES, 2002, p. 83).

²¹⁵Criou-se uma ação sindical defensivista de novo tipo, capaz de garantir a sobrevivência das bases sindicais e de seus aparatos burocráticos, sob a ofensiva do capital. Assim, de práticas de resistência passou-se à formulação de novas estratégias sindicais e políticas (ALVES, 2000, p. 88).

²¹⁶Vicente Paulo da Silva, quem se converteu posteriormente no presidente da CUT.

Setoriais²¹⁷, dessa vez com um programa ampliado (DOMBOIS; PRIES, 2000, p. 209). No final de 1991 houve um encontro de 32 entidades, abrangendo sindicatos de trabalhadores, organizações patronais, autoridades locais, regionais e nacionais, e representantes das empresas montadoras. Com a participação dos sindicatos da CUT, expediu-se o primeiro *Acordo Setorial Automotivo*, que entrou em vigência em março de 1992 e que continha as seguintes regulações, resultantes do compromisso assumido pelos participantes:

Redução dos impostos aos automotores novos em aproximadamente um 12% (correspondendo a cerca da quarta parte desse imposto, que era bastante elevado). Redução dos ganhos em um 10% (distribuída entre os fabricantes, os distribuidores e os vendedores). Ajuste automático mensal dos salários de acordo com o movimento das taxas de inflação; Manutenção do emprego na indústria automotiva. Aceitação sindical da modernização da produção. (DOMBOIS; PRIES, 2000, p. 209, tradução nossa).

Só as duas primeiras regulamentações, por meio das quais o Estado e os consórcios automotivos renunciam a uma parte de seus ingressos, conduziram a uma redução dos preços finais de automotores novos de 22% (DOMBOIS; PRIES, 2000, p. 210, tradução nossa).

Essas mudanças levaram à participação dos sindicatos da CUT, em espaços institucionais tripartites e abertos à negociação. Essa participação surgiu e se desenvolveu no contexto da restauração da democracia representativa no País. Os fóruns institucionais propiciaram uma mudança na forma de ação sindical, pois, agora, precisava-se do apoio do Estado para a resolução e negociação dos confrontos entre capital e trabalho. É o caso, por exemplo, da experiência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – estudado por diferentes autores –, a qual pode ser analisada em três períodos: um primeiro de 1990 até 1995, que atravessa o governo Collor em uma conjuntura instável, até a posse de FHC, em cujo primeiro termo de governo se apostou na fórmula da Câmara Setorial do Setor Automotivo; um segundo, de 1995 a 1998, em que

²¹⁷As câmaras setoriais foram erigidas inicialmente no governo de Sarney, especialmente, para coordenar uma reestruturação industrial entre o Estado e as empresas.

prevaleceu um quadro conflituoso, em uma dinâmica associada à defesa do emprego, entre 1997 e 1998 se apresenta uma retração da produção e o aumento da concorrência, causando impacto direto nos trabalhadores²¹⁸; um terceiro, de dezembro de 1998 até hoje, no qual se destacam novas ações (PERISCÓPIO, 2002, p. 1).

Nesse último período, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filiado à CUT) evidenciava sinais de continuidade em políticas de acordos, princípio formulado pelo sindicato, para aumentar a produção, as vendas no mercado interno, as exportações e a geração de empregos no setor; embora, a partir de 1995, as câmaras setoriais tenham sido esvaziadas. Moreira (2002), do Correio Sindical do Mercosul, rotulava: “Proposta traz câmara setorial de volta”, com o seguinte depoimento do presidente do sindicato Luis Marinho da CUT:

...Nós conseguimos avanços importantes em um momento que a indústria automotiva vivia uma crise. Empresários, trabalhadores e governo conseguiram se entender sobre formas de aumentar a produção e o emprego. O governo abriu mão de parte dos impostos, a produção cresceu e o nível de emprego foi mantido. O resultado: mais vendas e maior arrecadação de impostos. Pena que o governo Fernando Henrique Cardoso não se interessou em manter esse entendimento, disse o presidente do sindicato, Luiz Marinho (MOREIRA, 2002, p. 1).

O processo de negociação nos espaços institucionais diferencia-se da forma clássica no Brasil, de negociação coletiva de trabalho. Através dele se busca reconstruir um certo grau de consenso entre empresários, trabalhadores e governo. Cada tema proposto recebe um tratamento específico, abordado dentro de uma visão de conjunto. Outras duas características a serem

²¹⁸Segundo o Índice do Boletim DIEESE - Janeiro e Fevereiro de 1999, o impacto direto dessa redução nos níveis de produção devido à queda na demanda ocorreu no final de 1998, durante o tradicional período de férias coletivas, quando a empresa demitiu, por carta, 2.800 funcionários (cerca de 41% do total) da fábrica de São Bernardo do Campo, sem buscar previamente o diálogo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com a comissão de fábrica. Diante de tal situação e sob a orientação do sindicato e da comissão de fábrica, os trabalhadores responderam rapidamente à atitude da empresa. Mesmo tendo sido demitidos, eles entraram na fábrica e ocuparam seus lugares para retomar a produção, sensibilizando o país e afirmando claramente a disposição de lutar pelos seus empregos (DIEESE, 1999, p. 1).

destacadas são o reconhecimento da representatividade, da legitimidade e da autonomia de cada um dos atores e a preservação de suas identidades. Este tipo de negociação propõe diretrizes estratégicas, planos de trabalho ou mesmo projetos concernentes ao respectivo fórum, podendo ter maior ou menor repercussão ou importância de acordo com o peso político do ator ali representado. Desenvolvem-se, assim, as estratégias propositivas de corte neocorporativista, no sindicalismo cutista; considerado como produto das novas condições do processo de reestruturação produtiva, que deu lugar a uma maior disposição para o diálogo do que o confronto com o capital (cujo exemplo clássico é o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC). Autores como Alves (2000); Boito Jr. (1996), apontam as tendências neocorporativas de participação e de negociação, que passaram a prosperar no sindicalismo da CUT, decorrente da nova conjuntura político-ideológica que se apresentava no país: a política econômica recessiva, a crise do socialismo e a ofensiva ideológica do neoliberalismo em escala internacional.

Essas mudanças nas estratégias sindicais ocorreram a partir da IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 em Belo Horizonte, em que a direção da Central propôs e fez aprovar a proposta de um “sindicalismo propositivo”, como alternativa ao sindicalismo contestatório, combativo, dos anos da ditadura. Passava-se assim a uma postura de negociação, de elaboração de propostas e de políticas a serem apresentadas e negociadas, que reunissem os atores sociais (governo, empresariado e trabalhadores, em boa parte através de seus sindicatos). Um ano depois, no IV Congresso Nacional da CUT (CONCUT), realizado em São Paulo, em setembro de 1991, ditas mudanças estratégicas foram ratificadas com dificuldades em sua direção²¹⁹. Para implementar a nova estratégia sindical, caracterizada como propositiva, era

²¹⁹O Congresso foi permeado pelo conflito entre as diversas correntes, algumas delas situadas em linhas mais à esquerda, predominando as lutas pelo controle da Executiva Nacional, o que provocou o seu encerramento antecipado. De todo modo, o grupo de compunha a Executiva Nacional assegurou para si o controle da direção e dessa forma, obteve a afirmação da nova estratégia. Nesse mesmo IV CONCUT, eram perceptíveis as diferenças na

preciso substituir a perspectiva do confronto contra o modelo econômico que valorizava excessivamente a ação grevista (predominante nos anos 80) por outra, na qual a CUT passasse a adotar uma participação ativa, apresentando propostas (chamadas de realistas) para sua discussão (DOS SANTOS, 2003). Em 1994 a CUT já participava de diversos fóruns tripartites, dentre eles o Conselho Nacional do Trabalho, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e o Conselho Nacional de Previdência Social (BOITO JR., 1999, p. 144).

Houve, assim, um movimento dos setores cutistas hegemônicos, no sentido de mudar a estratégia do confronto pela da negociação, e nesse sentido a experiência das Câmaras Setoriais²²⁰ é o principal exemplo do novo padrão de ação sindical adotado a partir de então. Essa nova estratégia propõe implantar, paulatinamente, um novo padrão de ação do sindicalismo da CUT, que transite de uma ação mais conflituosa para outra, de busca de diálogo e de negociação (RODRIGUES, 1997).

O processo que se vem analisando foi constatado por diferentes autores e desde perspectivas diferentes. Ramalho (1994) conclui, ao se referir à CUT, que "[...] já é possível detectar uma mudança na estratégia sindical desta central" (RAMALHO, 1994, p. 169). Por sua vez, desde uma perspectiva oficial da CUT, Lopes (2001)²²¹ reconhece que essa central de trabalhadores teve que enfrentar o novo cenário intensificando os esforços para viabilizar seu

composição dos blocos políticos internos. Em uma análise dessa época, Rodrigues (1999) afirma que: “[...] no interior do sindicalismo - CUT há, grosso modo, duas posições bastante distintas [...]. De um lado, encontra-se a esquerda contratualista, representada pela Articulação Sindical e tendências afins. De outro, a esquerda socialista, cujos principais pilares são: a Alternativa Sindical Socialista, o setor sindical do PSTU e a Corrente Sindical Classista, entre outros” (RODRIGUES, 1999, p. 73).

²²⁰Segundo Diniz (2000), a postura das elites tecnocráticas, francamente contrárias à abertura de espaços de negociação no interior do aparelho estatal para a discussão da política econômica em geral e, particularmente, de política industrial, seria, aliás, um dos fatores responsáveis pelo esvaziamento das Câmaras Setoriais a partir de 1995 (DINIZ, 2000, p. 21).

²²¹Adhemar Lopes de Almeida, Diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo no período de 1979 a 1984. Teve seu mandato cassado pelo regime militar, desde então atua como assessor de política sindical, ocupando no ano 2001, o cargo de Coordenador do Escritório Nacional da Central Única dos Trabalhadores CUT/Brasil em Brasília/DF.

projeto de organização sindical. Conforme esse autor, os empresários passaram a disputar com os sindicatos, mediante a introdução de técnicas de gestão participativa (métodos pelos quais o trabalhador é convidado a compartilhar os objetivos da empresa, procurando-se minimizar o conflito no local de trabalho), o apoio dos trabalhadores.

Assim, se a trajetória do sindicalismo desde meados dos anos 70, até inícios dos anos 90, caracterizou-se pela ação combativa e de confronto, passando posteriormente para uma postura que enfatiza linhas de ação propositivas e negociadoras vigentes até agora. Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial de um sindicalismo combativo, de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para outro, pautado pelo trinômio de reposição-negociação-participação, dentro da ordem capitalista. Esse processo de mudança, contudo, não vem ocorrendo de forma tranqüila. Pelo contrário, houve no interior da CUT uma relação bastante conflituosa entre as diversas correntes político-ideológicas que a compõem. Em alguns momentos os conflitos tenderam a se acirrar, principalmente por ocasião da realização dos congressos e encontros da Central, ou ainda quando da deflagração de alguma ação grevista de maior fôlego, como foi o caso da greve dos petroleiros no primeiro semestre de 1995 (TUMOLO, 1998, p. 1).

O desafio maior para o sindicalismo decorre da ampliação da esfera do mercado. Nesse novo contexto, o sindicalismo ensaiou novas formulas para enfrentar o processo flexibilizador, já que o desemprego atingia percentuais significativos e abatia de modo agudo os setores mais ativos do sindicalismo cutista²²².

²²² Segundo Tumolo (1998, p.1), o desemprego é causa eficiente da crise sindical, isto é, elemento objetivo de competição no interior do mercado de trabalho e elemento subjetivo de fragilização das instituições de representação. O crescimento do desemprego, da precarização, da informalização e a heterogeneidade de contratos esgarçam a possibilidade de uma efetiva solidariedade de classe, fragilizando a ação sindical. A ocorrência de contratos de trabalho por tempo determinado atinge diretamente a construção da identidade do trabalhador. Ainda, para Alves (2002, p. 84) a nova geração de operários e de empregados, aqueles com estatuto salarial formal e representando um contingente nuclear da força de trabalho, diante da constituição de um precário mundo do trabalho, tende a ter, como

Nessa linha de orientação, entendia-se que se faziam necessárias práticas sindicais que valorizassem cada vez mais a negociação, seja com os poderes públicos em seus diversos níveis, seja com o patronato, visando estabelecer ações contra a eliminação de empregos. A mudança da estratégia de confrontação para a de negociação foi deslocando a atuação das centrais para fora dos limites das reivindicações corporativas de cada entidade local, levando o sindicalismo para uma posição ativa no plano mais geral da sociedade e até mesmo do Estado²²³.

Autores como Alves (2000) salientam a trajetória do sindicalismo cutista, como uma passagem, no plano da estratégia sindical da confrontação à da “concertação social”, de caráter neocorporativista. Este tende a prevalecer cada vez mais na prática sindical, principalmente na linha hegemônica no interior da CUT, isto é, um neocorporativismo substituindo a tendente a debilitar a estratégia contestatória que caracterizou a luta política e sindical dos anos 80 (ALVES, 2000). Segundo esse autor, o processo que se vem narrando indicaria o desenvolvimento de um tipo de “sindicalismo de resultados” no interior da CUT, isto é, a emergência de uma vertente de estilo social-democrata, com maior disposição para o diálogo do que para o confronto com o capital (ALVES, 1996, p. 156). Na mesma perspectiva, Boito Jr. (1999), salienta a passagem de um sindicalismo de massa e de confronto para um sindicalismo neocorporativista de participação.

O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo (BOITO JR., 1999, p. 144).

observa Rodrigues no caso dos metalúrgicos do ABC, uma postura mais pragmática e mais realista na relação capital-trabalho. Os jovens operários assumem uma atitude dita pró-ativa; ao mesmo tempo, incorporaram uma consciência de direitos e de participação sindical, embora limitada, no caso dos metalúrgicos do ABC, principalmente das montadoras.

²²³É preciso salientar, que a mudança da CUT foi desenvolvida ao longo da década de 1990. Embora a Força Sindical já fizesse esses acordos.

O neocorporativismo sindical baseia-se e mantém a matriz corporativista (fundada na unicidade sindical, na contribuição sindical obrigatória e na tutela do Estado, particularmente da Justiça do Trabalho, sobre a atividade reivindicatória dos trabalhadores), outrora criticada pelas esquerdas sindicais por ser considerada incompatível com "princípios democráticos". Paradoxalmente, passou a ser combatida, desde meados dos anos 80, pelas elites econômicas e governamentais por ser considerada inadequada aos propósitos de uma política macroeconômica que privilegia o livre mercado.

Hoje, a estrutura sindical brasileira não apenas remanesce com poucas modificações, mas também é definida pelas mesmas correntes sindicais que proclamaram no passado recente, a sua extinção. Em um período de profunda disjunção para o sindicalismo cutista, a permanência de elementos dessa estrutura como a *unicidade sindical* e o *imposto sindical*²²⁴ tornam-se cruciais.

A unicidade sindical e o imposto sindical foram sistematicamente rejeitados pela CUT, desde a sua primeira Plenária (1985), essa postura foi defendida no II CONCURT realizado no mesmo ano, com a *Campanha pelo Fim do Imposto e da Unicidade Sindical*, e assim sucessivamente até o V CONCURT, realizado em 1994 (PANORAMA, 2002, p. 146). O argumento sustentado era o de que o *princípio da unicidade* e o *imposto sindical* conduziam à organização sindical a um grau significativo de enfraquecimento e a capacidade de luta por melhorias das condições de vida do trabalhador. O secretário de Política Sindical da CUT de 1992 a 1994, apontava:

[...] entendemos que o sindicalismo da CUT e os trabalhadores em geral só têm a ganhar se a camisa-de-força da unicidade e o "monopólio de representação" imposto pelo Estado caírem. Portanto, é fundamental que sejam

²²⁴O imposto sindical é uma arrecadação obrigatória estabelecida por lei. No mês de março de cada ano é descontado um dia de trabalho de cada empregado (equivalente a 3,33% do salário). Esse desconto é depositado na Caixa Econômica Federal –entidade do governo – e, no mês de junho, é repassado às centrais sindicais com a finalidade de manter a estrutura sindical do país. Desse imposto 60% são destinados ao sindicato de base, outro 5% vai para a federação – entidade de segundo grau –, outro 15% vai para a confederação e um 20% vai para o Ministério do Trabalho.

consagradas as garantias para o exercício livre da organização sindical, como por exemplo, o acesso às empresas, a estabilidade para os detentores de mandatos sindicais (ROSSETTO, 1993, p.1).

No entanto, outras organizações assumiram uma posição oposta o do sindicalismo da CUT, sob o argumento de que a Constituição de 1988 já teria desatrelado o sindicalismo do Estado, particularmente, do Ministério do Trabalho. Segundo essa perspectiva, o texto constitucional teria consagrado a liberdade e a autonomia sindicais, não existindo motivos para a quebra da *unicidade*, a qual representaria uma conquista no terreno da organização dos trabalhadores, que faz do sindicalismo brasileiro um dos mais sólidos de América²²⁵. Conforme CARLEIAL (2004), a posição das centrais sindicais sobre a unicidade até recentemente é diferenciada, inclusive internamente, no caso da CUT. Como a continuação se vê:

A posição das centrais sobre as reformas e sobre a *unicidade* em especial:
 CUT: a corrente Articulação e a corrente Alternativa são contrárias à manutenção da unicidade; a corrente Classista é favorável à manutenção; Força Sindical: é pela extinção da unicidade passando por um período de transição; CGT: é favorável à manutenção da unicidade; SDS: defende a extinção da unicidade; CAT: é favorável à manutenção da unicidade; CGTB: é favorável à manutenção da unicidade (CARLEIAL, 2004, p. 1).

As discrepâncias em relação à unicidade sindical vinham-se manifestando desde a ditadura militar. Em diversas oportunidades em que sindicatos, federações e confederações debatiam a estratégia e os rumos a serem adotados pelo movimento sindical brasileiro, quase invariavelmente colocava-se em discussão a conveniência da ratificação da Convenção n.º. 87 da OIT²²⁶. Nessas ocasiões, uma parcela das lideranças colocava que a autonomia e a liberdade

²²⁵Segundo a PLADES (2004, p. 42) Até o ano 2003, A *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* AFL–CIO dos Estados Unidos, conta com 13 milhões de filiados; a CUT–Brasil, com mais de sete milhões de filiados; a *Christian Life Community* (CLC) do Canadá, conta com 2 milhões e meio de filiados. No Brasil, a CUT conta com uma taxa de filiação de 10% do total de trabalhadores ocupados.

²²⁶A Convenção n.º. 87 da OIT, aprovada em 1948 na 31ª Sessão da Conferência Intersindical do Trabalho, realizada em São Francisco, Califórnia, USA, estabelecia, nos artigos 3º a 7º, princípios de autonomia sindical bastante avançado para a época. O artigo 2º possibilita a criação de vários Sindicatos, Federações e Confederações representativos da uma mesma categoria profissional, e de sindicatos por empresa, por bairro, por partido e por religião.

sindicais dependiam da ratificação da Convenção nº. 87, a qual foi ratificada pelo Congresso, levaria o Estado brasileiro a não mais intervir no movimento sindical. Argumentava-se, de um lado, que a unicidade sindical era herdeira da Era Vargas, e que tinha sido elaborada com o propósito de atrelar os sindicatos ao Estado, para que os trabalhadores tivessem menos força nas suas reivindicações. De outro lado, afirmava-se que o grande número de sindicatos existentes no Brasil privilegiava o “peleguismo”²²⁷, afastando os trabalhadores.

A situação do movimento sindical depois da Constituição de 1988 tornou-se bastante distinta da que se apresentou durante a ditadura, quando existia forte ingerência do Estado sobre as organizações dos trabalhadores. Exemplos são as intervenções do Estado nos sindicatos²²⁸, o estatuto-padrão, o impedimento de formar organizações intersindicais, assim como a criação de centrais, além da fiscalização e das exigências burocráticas do Ministério do Trabalho. A CUT mantém, na atualidade (2005), a mesma posição, embora convivam no seu interior correntes opostas, como afirma um importante dirigente sindical da CUT²²⁹:

É uma central sindical bastante ampla com vários segmentos e posições ideológicas, tem gente que não vêm desde a fundação da CUT, vêm depois porque achavam que era cedo para criar uma central sindical, neste momento acham que é muito perigoso de acabar com a unicidade sindical e acabar com o imposto sindical. Temos uma visão majoritária na CUT e não abriremos mão dela, a CUT nasceu na década de 80 propondo mudanças na estrutura sindical brasileira, aliás o presidente Lula 25 anos atrás era cassado e preso exatamente brigando contra essa estrutura sindical (Depoimento do Presidente da CUT)²³⁰

²²⁷O “peleguismo” nasceu durante o governo de Vargas. Pelego é o termo utilizado para designar o líder sindical, trabalhador, que faz o jogo do governo e das entidades patronais, aquele que se coloca como o “amaciador” das relações entre Estado e trabalhadores. O Pelego é aquele que serve de correia de transmissão entre governo e trabalhadores, fazendo com que a política do Estado tenha maior aceitação entre os trabalhadores, se utilizando de fórmulas variadas, desde a defesa simples da política oficial até a desmobilização dos trabalhadores (HISTORIA NET, 2005, p.1).

²²⁸As centrais sindicais mais importantes como a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foram abolidas. Entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho interveio 536 vezes em organizações sindicais, demitindo a suas lideranças e nomeando interventores (KECK, 1988, p. 388).

²²⁹Entrevista ao Canal Livre da TV Bandeirantes, feita pelos jornalistas Fernando Mitre e Antonio Teles aos presidentes da CUT, Luis Marinho, e da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva. Domingo, 13 de março de 2005.

²³⁰Depoimento de Presidente da CUT, Luis Marinho, em entrevista ao Canal Livre da TV Bandeirantes, em São Paulo, a 13 de março de 2005.

Segundo o presidente da CUT (2005), essa instituição assume a defesa de uma reforma que elimine a unicidade e o imposto sindical. Propõem também a liberdade e autonomia sindical, amparada na convenção N° 87 da OIT, pois ela abriria a possibilidade de pluralismo sindical “com mais de uma central, com mais de um sindicato em um mesmo espaço, com a possibilidade de que qualquer um possa abrir um sindicato, desde que os trabalhadores queiram” (Depoimento de Luis Marinho, Presidente da CUT, 2005). Para essa central de trabalhadores, a liberdade sindical diminuiria o número de sindicatos, pois o modelo atual favorece a criação de um sindicato por outros interesses que não os dos trabalhadores. Essas outras motivações, ao fazê-lo dividem uma região, uma cidade ou uma corporação.

Além disso, o imposto sindical seria substituído por uma mensalidade sindical voluntária, decidida em assembléia de trabalhadores, limitada a 1% do salário percebido no ano anterior. Para sua criação, o sindicato deveria obter uma filiação mínima de 20% sobre o total de indivíduos que compõem a base.

Essa mesma linha é assumida pela Força Sindical. Conforme o presidente dessa central sindical, à época da pesquisa (2005):

Essa proposta demorou 400 horas de negociação, entre a Força Sindical, a CUT, e as demais centrais sindicais, o governo, o empresariado. Em fim, foram 2 anos e poucos, quase dois anos e meio de negociação e nos chegamos a uma proposta, e essa proposta tem o apoio da CUT, e da Força Sindical. Por tanto, nos vamos a defender juntos essas mudanças no congresso nacional (Depoimento do Presidente da Força Sindical)²³¹

A Força Sindical defende o desenvolvimento de negociações entre os diferentes sindicatos envolvidos em uma mesma empresa ou setor de atividade, na que geralmente há de 20 a 40 sindicatos. Nessa visão, é preciso organizar o movimento sindical para poder participar com sucesso das negociações trabalhistas. Conforme o Presidente dessa central sindical “[...] com

²³¹Depoimento do presidente Paulo Pereira da Silva, da Força sindical, em entrevista ao Canal Livre da TV Bandeirante, em São Paulo, a 13 de março de 2005.

tanto sindicato é uma verdadeira confusão, o trabalhador nem sabe a que sindicato pertence” (Depoimento do Presidente da Força Sindical)²³². Nesse sentido, afirma-se a necessidade de negociação nos âmbitos nacional e setorial.

Os argumentos a favor da manutenção da unicidade e do imposto sindical sustentam-se no fato de que as empresas se vêem obrigadas a negociar com o sindicato ou com a federação, caso contrário, teme-se que as direções empresariais passassem a estimular a criação de sindicatos por empresa. Segundo depoimento de um entrevistado da área jurídica de diversos sindicatos²³³ à época da pesquisa (2004):

A CUT discute a unicidade sindical e o imposto sindical. Nos inícios dos anos 90, por exemplo, na indústria da alimentação havia bases que não tinham sindicatos e eram representadas pela Federação. Para exigir o cumprimento do dissídio coletivo que a Federação tinha negociado, as empresas fomentaram a criação de sindicatos locais, que estavam ligados mais ao pessoal da administração da empresa, para tirar à Federação da negociação, já que era uma entidade de segundo grau. Ali me dei conta que se nos acabarmos com a unicidade sindical, na verdade tu não vais acabar com o sindicato pelego, mesmo que tires o imposto sindical. Eu concordo que se tire o imposto sindical para que tu crie outras formas de contribuição, uma vez que o sindicato demonstre que trabalha pela categoria nas negociações. Se acabar com a unicidade sindical, eu penso que vamos criar muito mais sindicato pelego do que efetivamente se vai acabar com eles, porque criando pluralismo sindical tu vais permitir que as empresas negociem com o sindicato o que elas quiser (Entrevista com Advogado Trabalhista, 2004).

Nessa perspectiva, corre-se o risco de desenvolvimento de sindicatos condizentes com as posições empresariais (os denominados sindicatos “pelegos”), pois sob a figura do pluralismo sindical as empresas poderiam fomentar a emergência de organizações de trabalhadores mais afins com os seus interesses. O pluralismo sindical pode resultar válido em um contexto de pleno emprego, em que o trabalhador pode escolher a organização que lhe parece mais favorável. Mas

²³²Depoimento de presidente da Força sindical em entrevista ao Canal Livre da TV Bandeirantes, em São Paulo, a 13 de março de 2005.

²³³ Este escritório esta fazendo em dezembro 40 anos de advocacia trabalhista, eu tenho 43 anos e tenho 17 anos de formado, nosso trabalho esta voltado à área sindical dos empregados, nos em Rio Grande do Sul atuamos para 7 sindicatos diferentes com vários sedimentos em cada um deles (Entrevista com advogado trabalhista realizada para este estudo, em Porto Alegre, em abril 2004).

no contexto brasileiro, pode levar a um alto grau de dispersão. Conforme dirigente sindical da CUT “[...] hoje são cerca de 18.000 sindicatos em todo o país, e a cada dia surgem pelo menos mais três, atraídos pelo imposto sindical” (Depoimento do presidente da CUT)²³⁴. Devido ao risco de ocorrência de uma dispersão na base – ante a eventualidade de eliminação da unicidade e do imposto sindical –, o movimento sindical em seu conjunto defende que a estrutura do sindicalismo brasileiro e mantendo seu perfil histórico, inclusive a dependência do Estado.

Segundo Naves (2004), a unicidade sindical, o sindicato único estabelecido por lei, é a concessão pelo Estado do monopólio legal da representação de uma categoria por um determinado sindicato. A existência da unicidade sindical depende da existência da investidura sindical. Conforme o autor acima:

Para que haja unicidade sindical é necessário que o sindicato seja oficial e subordinado a algum ramo do aparelho de Estado, o ramo incumbido de deliberar qual é o único sindicato que representa um determinado segmento de trabalhadores (NAVES, 1999, p. 1).

Dito de outro modo, a unicidade sindical é incompatível com a autonomia dos sindicatos diante do Estado. Esta autonomia pressupõe a plena liberdade para a formação de sindicatos, isto é, o direito irrestrito ao pluralismo sindical (NAVES, 1999). Para esse autor, o elemento fundamental que caracteriza a estrutura sindical no Brasil é a chamada "investidura sindical", isto é, a concessão pelo Estado da "carta sindical", através da qual é conferido ao sindicato o poder de representação e de negociação. Configura-se, assim, um sindicalismo de Estado, não porque o sindicato esteja "atrelado" a esse último, mas porque é parte integrante do mesmo. A rigor, o sindicato no Brasil está subordinado à burocracia estatal.

As centrais sindicais questionam o caráter regressivo das políticas governamentais, mas não oferecem grande resistência a elas. Conforme avançam as propostas empresariais e

²³⁴Depoimento de Presidente da CUT, em entrevista ao Canal Livre da TV Bandeirantes, em São Paulo, em 13 de março de 2005.

governamentais relacionadas à flexibilização e à desregulamentação das relações de trabalho, diminui a resistência sindical a essas medidas. Cumpre destacar que o aprofundamento das reformas estruturais também produziu impactos no interior da CUT, a qual, nos anos 80, se caracterizava pela combatividade e pela oposição às políticas governamentais. Já nos anos 90, acabou aderindo ao que anteriormente considerava como “privilégios”. Estes costumavam ser atribuídos à intervenção do Estado e eram considerados responsáveis pelas desigualdades dos direitos sociais existentes entre o setor rural e o urbano, entre o público e o privado, entre o trabalhador com carteira assinada e o desprotegido legalmente, e entre diversas categorias profissionais (GALVÃO, 2000).

As centrais sindicais não atribuem maiores problemas à descentralização da negociação coletiva, já que os sindicatos e seus filiados adotaram estratégias de luta em arenas específicas (a exemplo das câmaras setoriais) e recorrem cada vez mais a acordos por empresa, em detrimento de acordos que envolvem coletividades maiores. No referente à estrutura sindical, o posicionamento das centrais é bastante ambíguo. Embora a CUT e a Força Sindical tenham, em algum momento de suas trajetórias, manifestando críticas ao corporativismo sindical subordinado ao Estado (principalmente no plano do discurso), ambas as centrais parecem ter recuado diante das amplas reformas estruturais promovidas na economia brasileira. No lugar da defesa genérica de liberdade e autonomia sindicais, passaram a defender a manutenção da estrutura corporativista que, de entrave à livre organização sindical, passa a ser considerada uma proteção, uma garantia aos direitos sindicais e trabalhistas, crescentemente ameaçados pelos governos que implantaram políticas de corte neoclássico.

As mudanças nas orientações políticas do sindicalismo cutista têm substituído a posição de enfrentamento pela negociação, criticada por autores como Boito Jr. (1994); Alves (1996), (2000); Antunes (1995), para quem essas orientações se ancoraram em um caráter defensivo e

neocorporativista. Essas atuações foram geradas na perspectiva de minimizar os efeitos da crise do emprego, com atuações tanto para dentro e fora da categoria²³⁵, combinando interesses dos trabalhadores. Também, agiram (o sindicalismo da CUT) em contra do processo de desindustrialização que se operava como produto da fuga de montadoras (através da Câmara Regional do ABC), influenciando na política industrial do país, após de cinco anos do esvaziamento das Câmaras Setoriais. Apesar disso, pode-se afirmar que a maioria das conquistas da década de 1980 foi mantida como herança da estrutura corporativa. Ainda que houvesse perdas para todos os sindicatos, no entanto, de menor significado.

Assim, o sindicalismo brasileiro mais atuante lutou para manter conquistas dos anos 1980, chegando a obter alguns avanços, assim como certo poder de intervenção. Nesse sentido, o sindicalismo metalúrgico do ABC paulista, por exemplo, continua sendo um modelo nacional. Portanto, os setores mais organizados do sindicalismo brasileiro dão mostras de estar buscando caminhos alternativos para enfrentar os obstáculos que se lhes apresentam, ainda que sob grandes dificuldades.

Contudo, as publicações e os depoimentos da diretoria da CUT apontam que houve a tendência de um leve crescimento na filiação sindical à Central, conforme salienta o Presidente da CUT-RS em entrevista em 2003:

O número de sindicatos filiados à CUT continua crescendo, lentamente, mas vem crescendo. O número de trabalhadores também vem crescendo, lentamente, mas tem crescido. Hoje tem em torno de 7,500.000 filiados; 21 milhões de trabalhadores são representados pela CUT no Brasil (Entrevista com o Presidente da CUT-RS, 2003)

²³⁵Quando nos referimos “para dentro e para fora da categoria” salientamos a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a influencia na política industrial e no quadro macroeconômico do país a partir da luta pelo emprego. Ademais de acordos presentes em cláusulas que condenam o trabalho infantil e a discriminação de trabalhadores – portadores do HIV, deficientes físicos, mulheres, idosos, pela opção sexual, pela diferença racial.

Os dados do IBGE em 2003 mostram que a taxa de crescimento de sindicalização – em forma geral – durante a última década tem se incrementado em 4,0%, no período 1992 a 2001 (IBGE, 2003).

No que respeita à estrutura organizacional da CUT, os documentos e os depoimentos de suas lideranças apontam para uma constante adaptação da organização em função a suas necessidades, considerando-a como uma organização flexível e horizontal, diferente da velha estrutura vertical. Dessa forma, a CUT procura a integração das categorias através de debates em relação a suas demandas, a suas reivindicações. Assim, a convocatória para o Congresso Nacional é realizada a cada 3 anos – o que seria a instância superior –, com uma executiva nacional de 25 membros, a forma como está conformada a Diretoria Nacional é apontada pelo Presidente da CUT-RS em entrevista 2003:

[...] A particularidade desta organização é que a Diretoria Nacional não é eleita em Congresso, o que seria uma nova experiência que mostra a horizontalidade. Ela tem uma direção delegada, permitindo que cada Estado tenha um número de delegados que conformem a Diretoria Nacional, em uma reunião pode ir um companheiro, em outra reunião vai outro, como um sistema de rodízio que dá oportunidade à CUT para que várias pessoas participem no debate nacional (Entrevista ao Presidente da CUT-RS, 2003).

A organização na instância Estadual que está organizada em 27 Estados, tem uma executiva de 11 membros e três suplentes, além da liberdade que os Estados têm para organizar as regionais.

8 MOTIVAÇÕES E ESTRATÉGIAS DO AJUSTE ESTRUTURAL NO PERU: A EMERGENCIA DO NOVO CLASSISMO

Neste capítulo, analisam-se os antecedentes, as motivações desenvolvidas pelo Instituto Libertad y Democracia, as estratégias do ajuste estrutural no Peru durante a primeira etapa do Governo Fujimori (1990-1992), que deu início a uma profunda transformação do Estado, ao mesmo tempo, uma drástica reforma trabalhista. As características mais importantes da estruturação do regime neopopulista autoritário, acompanhadas de políticas que respondem a modelos econômicos de corte neoclássico ou neoliberal desenvolvido durante os dois períodos do Governo Fujimori (1990-2000).

Também se faz uma análise da ação sindical frente ao processo de reforma estrutural conducente à flexibilização das relações trabalhistas. A problemática enfrentada pelos sindicatos em obter alguns benefícios favoráveis para os trabalhadores, devido a que o movimento sindical não era mais o centro de atenção dos partidos de centro e de esquerda, gerando um contexto de enfraquecimento e de crise sindical produto de um somatório de fatores. Também é analisada a desregulamentação normativa no plano das relações trabalhistas que levou à deterioração dos rendimentos e das condições de trabalho, provocando a perda de credibilidade por parte dos trabalhadores em suas organizações sindicais.

8.1 Antecedentes

No processo de mudanças estruturais no Peru, a população migrante oriunda principalmente das regiões andinas que se dirigiu às grandes cidades, representou um componente crítico. A sua presença crescente nos grandes centros urbanos teve importância crucial para o retorno ao sistema político democrático-constitucional (1980-1990). Essa

importância foi percebida pela proposta liberal-conservadora, encarnada pelo *Instituto Libertad y Democracia*, dirigida por Hernando de Soto, que serviu de sustento ideológico ao Governo Fujimori, após vencer as eleições de 1990. Os intelectuais considerados liberais incorporaram em seu discurso essa presença e lhe deram um novo sentido. Da perspectiva reivindicatória das camadas populares, passaram para uma perspectiva empresarial, de valorização da iniciativa individual.

É preciso salientar que o crescimento da população urbana – principalmente nas grandes cidades – constitui um processo social extremadamente relevante no decorrer das últimas décadas (Tabela 25). De um país rural passa-se a um país urbano, o que acarreta uma mudança cultural em que uma população de tradição andina insere-se gradativamente na dinâmica urbana, na qual o conceito central é o de progresso. A idéia de progresso é constituída a partir da confluência da laboriosidade andina (a noção de trabalho é central nessa cultura) com o individualismo (valor presente na modernidade ocidental capitalista). A proposta liberal-conservadora de Hernando de Soto (1986) resulta uma reinterpretação da presença crescente das camadas populares imigrantes nas grandes cidades durante as últimas quatro (1960 a 1990) décadas²³⁶.

Tabela 25 - População urbana e rural Peru, 1940-1992.

ANO	ÁREA URBANA (%)	ÁREA RURAL (%)
1940	35,4	64,6
1961	47,4	52,6
1972	59,5	40,5
1981	65,2	34,8
1992	70,1	29,9

FONTE: Instituto Nacional de Estadística (INEI), Censos de 1940, 1961, 1972, 1981, 1992.

²³⁶As profundas transformações sociais originadas pelas migrações populacionais foram analisadas de diferentes perspectivas no que se refere ao trabalho. Parodi (1986); Balbi (1989); Vildoso (1992); e Portocarrero e Tapia (1993) mostraram as identidades culturais que subjazem à organização e à política sindical; os conflitos e dissidências entre os trabalhadores nativos e os imigrantes, principalmente da serra peruana.

Como será visto a seguir, as teses do Instituto Liberdade e Democracia (ILD) foram difundidas por Hernando de Soto, através do livro *El Otro Sendero*, publicado em 1986, com um prólogo de Mario Vargas Llosa²³⁷. Nessa obra, aponta-se o Estado como o culpado do atraso do capitalismo no Peru, devido a sua ineficiência burocrática e a sua intervenção controladora. Segundo essa perspectiva, a sociedade peruana estaria submetida a um regime mercantilista²³⁸, isto é, uma economia baseada em grupos privilegiados protegidos pelo Estado. Além da crítica da burocracia estatal, difunde-se a idéia de generalização da propriedade e da iniciativa privada. O lema “Fazer do Peru um país de proprietários e de empresários” teve um forte impacto na comunidade acadêmica, assim como na opinião pública, sendo divulgado tanto pela direita da Frente Democrática (FREDEMO) quanto pela *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (PARA); e difundido entre setores políticos de esquerda que começaram a valorizar a problemática da pequena empresa e da microempresa. Por sua vez, o êxito eleitoral de Fujimori, em 1990, expressa e reforça o crescente interesse por um mundo empresarial mais próximo dos setores médios e populares. De Soto (1986) aponta que é preciso romper com o “preconceito antiempresarial” da direita e da esquerda:

No que se refere à esquerda, parece prevalecer um romantismo que faz com que, geralmente, se elogie e até venere o homem do povo, sob a condição de este se ater a um papel estritamente dependente e ser um trabalhador sem idéias nem capacidade de organização. Ele é visto como um sujeito que requerem programas de assistência, similares aos que necessitam os inválidos e os desempregados. Essa atitude não é muito distinta do paternalismo de direita, que também simpatiza com a pessoa de extração popular quando se limita à leal servidão, ao artesanato ou ao folclore, mas que a rechaça quando abre seu próprio negócio e recebem rendimentos, negociando seus preços segundo os ditames do mercado (DE SOTO, 1986, p. 296, tradução nossa).

²³⁷O inovador ideário do ILD foi elogiado pelos presidentes Reagan e Bush em vários foros internacionais como uma contribuição ao desenvolvimento capitalista dos países pobres.

²³⁸Esse diagnóstico considera que o Peru encontra-se em uma fase final do Mercantilismo, etapa que já teria sido ultrapassada pelos países industrializados. O mercantilismo peruano, sempre nessa visão, estaria atravessando, na época, uma etapa de decomposição similar à que caracterizou o declínio do mercantilismo europeu, no fim do século XVIII e no início do século XX (DE SOTO, 1986, p. 262).

Segundo as teses do ILD, a propriedade privada – particularmente nas camadas mais baixas –, constitui o meio mais eficiente para obter o crescimento econômico e participar da democracia. Esse argumento adquiriu força ante a queda dos regimes socialistas, que haviam feito da propriedade coletiva e estatal um dos pilares de seu sistema econômico e social. Relaciona a propriedade privada com a liberdade de associação e de contratação, e opõe-se ao monopólio e aos privilégios de capitais privados, inclusive e de modo não menos importante, do Estado. Além disso, questiona um suposto monopólio dos trabalhadores sobre seu posto de trabalho, isto é, a estabilidade trabalhista. A forma em que o ILD enfoca a propriedade privada sustenta-se em uma série de estudos realizados pelas correntes neoliberais norte-americanas, especialmente do chamado “movimento dos direitos de propriedade”, cujos objetivos ocupam um lugar central na análise de De Soto (1986).

O autor propõe a destruição do mercantilismo (etapa considerada pré-capitalista) e a transição para um capitalismo mais original. Na sociedade mercantilista, conforme a visão analisada, existem três personagens principais: os “empresários privados mais poderosos” aliados ao Estado, o Estado propriamente dito e os empresários informais (DE SOTO, 1986, pp. 273-282). Os assalariados não fazem parte da tríade proposta pelo autor citado e os problemas trabalhistas praticamente não são mencionados. Conforme De Soto, a aliança entre o “Estado redistribuidor” e as poderosas “coalizões redistributivas” é que impede o progresso dos empresários informais, ao colocar diante desses um emaranhado legal chamado “direito redistributivo”. O dano principal está na aliança de classes privilegiadas com o Estado.

A abordagem de De Soto em relação ao Estado²³⁹ – considerado o causador dos males do país entre outras conseqüências –, impedindo o progresso do empresariado informal, influenciou decisivamente a política do Governo de Fujimori. Segundo Boloña (1993), foi com base nas idéias de De Soto que o Presidente do Peru considerou prioritário normalizar a situação do país frente à comunidade financeira internacional. Em outras palavras, considerou importante obter a reinserção econômico-financeira do Peru no sistema internacional, sendo, para isso, fundamental aplicar um programa de ajuste estrutural que “colocasse a casa em ordem” e fosse do agrado dos comissionados do FMI e do Banco Mundial (BOLOÑA, 1993, p. 21). Daí em diante, Fujimori passou a defender não somente um radical programa de ajuste, mas uma política de médio prazo destinada a impor mudanças estruturais de orientação neoliberal. É necessário salientar que a crise deixada pelo anterior governo havia deixado condições favoráveis para a implantação dessas propostas²⁴⁰.

O início do Governo Fujimori foi marcado por uma severa crise econômica e política; além disso, a violência política interna após 10 anos de acionamento do Sendero Luminoso tornou aguda a crise política.

8.2 O ajuste estrutural no Peru e a reforma trabalhista: visão geral

Durante a primeira etapa do seu governo, Alberto Fujimori (1990-1992) não contava com maioria parlamentar. No congresso bicameral que iniciou em 1990, o agrupamento eleitoral do

²³⁹Segundo Fernandes (1996), o Estado, considerado, sob as teses desenvolvimentistas, um instrumento de construção das condições de desenvolvimento passou a ser apontado como o responsável de todas as crises. A intervenção do Estado na economia é apresentada, abstrata e mitificadamente, como tendência estatizante que cerceia a liberdade dos indivíduos (FERNANDES, 1996, p. 18).

²⁴⁰Trata-se, aqui, fundamentalmente de dois fatos presentes do Governo do APRA sob a presidência de Alan García (1985-1990): primeiro, o falido intento de estatização do sistema financeiro, que terminou facilitando o avanço das teses neoliberais que se auto-proclamavam como exclusivas saídas para os problemas do país; e segundo, o forte processo de hiperinflação poucas vezes visto na história do país. Esses fatos desprestigiaram fortemente o *aprimo* (de orientação social-democrata) e também setores políticos de esquerda.

Presidente, Cambio 90, obteve apenas 32 deputados e 14 senadores, que representava 23% e 18% do total de membros de cada câmara, respectivamente. Dessa maneira, aparecia como a terceira força política do país depois da Frente Democrática (FREDEMO) o agrupamento da direita peruana liderado por Vargas Llosa, obteve 62 deputados e 21 senadores, o que representava 30% e 32% dos membros, e do APRA, que obteve 53 deputados, fazendo um 25% e, 17 senadores que representou um 25%.

O governo iniciou, em agosto de 1990, um forte ajuste econômico estrutural, sob o nome de Programa de Estabilização. Esse foi seguido imediatamente por reformas com conteúdos radicais para mudar o Estado, as instituições e, sobretudo, para mudar a estrutura do poder vigente.

Durante os primeiros anos, o governo realizou alianças pragmáticas sobre assuntos pontuais com as principais forças políticas. Dessa maneira, o Executivo poderia dar viabilidade a algumas das medidas que finalmente colocou em prática. Por exemplo, o Governo se apoiou na bancada da FREDEMO para dar sanção legislativa a seu programa econômico.

Após de seis meses do início do seu governo, em fevereiro de 1991, Fujimori substituiu seu gabinete ministerial, no qual se encontravam técnicos de diversas tendências, por outro mais liberal, em que se destacavam técnicos recomendados pelo FMI, como é o caso de Carlos Boloña Behr, que passa a ocupar o Ministério de Economia e Finanças²⁴¹.

No decorrer do ano de 1991, Fujimori utilizou o julgamento, ante o poder judiciário, do seu antecessor o Presidente Alan García, acusado de enriquecimento ilícito, para fazer um contraste político com a situação anterior. Além disso, questionou o Parlamento, o Poder

²⁴¹No depoimento seguinte, desse ministro de governo de Fujimori, constata-se o projeto de realizar drásticas mudanças, as quais, posteriormente, revelariam ser de cunho liberal. Boloña (1993) aponta: “[...] falei ao Presidente que estava disposto a aceitar o cargo, mas somente se fosse para ir a fundo com as reformas estruturais. Ele consentiu, ainda que, quiçá, sem tomar o peso devido das minhas palavras. Mas eu falava sério” (BOLONA, 1993, p. 28).

Judiciário, o funcionalismo público e os sindicatos, por considerá-los obstáculos para a implantação do seu projeto.

O tipo de dominação²⁴² que se instaurou com o Governo de Fujimori se caracterizou por uma correlação de forças políticas e econômicas de confronto. Durante os primeiros 15 meses de governo (julho de 1990 a setembro de 1991), Fujimori fundamentou seu poder na formulação de políticas públicas²⁴³, afastou-se do “Cambio 90”, o qual estava integrado principalmente por representantes de pequenos empresários e de comunidades evangélico-protestantes, ambos os grupos com escassa experiência política. A quase totalidade dos membros do gabinete era formada por políticos independentes que tinham sido nomeados por Fujimori. Ao mesmo tempo em que se afastava do “Cambio 90”, o presidente fazia alianças com integrantes políticos vinculados às Forças Armadas, fundamentalmente ao Exército.

Fujimori conseguiu que o parlamento aprovasse a Lei Nº. 25.327 em 17 de junho de 1991, intitulada “Delegação de Faculdades Legislativas”. Essa lei permitiu que o Governo emitisse promulgasse um número significativo de decretos legislativos (chegaram a 126) e iniciasse uma profunda reforma do Estado, dando curso à privatização das empresas públicas, diluindo ou eliminando direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores e militarizando as suas organizações em nome da luta anti-subversiva. (PEASE, 1994).

Em uma primeira etapa da reforma do Estado, o Governo Fujimori efetuou uma reestruturação da propriedade no Peru. Venderam-se, mediante leilão da Bolsa de Valores, ações

²⁴²Para Weber (1992), no que diz respeito à dominação, importa o sentido e o grau de sua aceitação como norma válida mais do que a obediência real – tanto pelos dominadores, que afirmam e acreditam ter autoridade para o mando, quanto pelos dominados, que crêem nessa autoridade e interiorizam seu dever de obediência.

²⁴³O Governo Fujimori procurou construir uma base de apoio apelando aos principais excluídos do anterior modelo industrial substitutivo de importações (ISI), conformada fundamentalmente por setores da economia informal, caracterizados pela carência de organizações que os representem e que defendam seus direitos. Um dos primeiros apoios obtidos teve por origem organizações lideradas por mulheres, os refeitórios populares, localizados em áreas periféricas das cidades e impulsionados pelo *Ministério de la Mujer y el Desarrollo Humano*. Ao mesmo tempo, criou-se o *Fondo Comum de Desarrollo* (FONCODES), instituição encarregada de canalizar recursos para as políticas sociais (GUERRA, 1999, p. 104-105).

das empresas públicas ao setor privado, arrecadando-se 2,3 milhões de dólares. As empresas vendidas foram a Sogewiesa Leasing S.A. e as Companhias de Minas Buenaventura. Em 1988 existiam, no Peru, 180 empresas estatais, as quais geravam 15% do PIB, empregavam 200 mil funcionários e possuíam um valor em ativos (no caso das empresas não-financeiras) de 5,5 bilhões de dólares (BOLONA, 1993, p. 123). As empresas mais importantes se encontravam, na época, nos setores de petróleo, energia, mineração e telecomunicações.

No que respeita à política trabalhista do Governo Fujimori, essa tratou de influenciar os mecanismos (como a negociação coletiva) mediante os quais os sindicatos intervinham na fixação e evolução dos salários. Isso contribuiu para o enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos frente às empresas. O processo de desregulamentação das relações trabalhistas foi desenvolvido em quatro etapas, as quais configuram um panorama substancialmente diferente do que existia em 1990. Estabeleceu-se uma nova legislação, orientada por conceitos e princípios que pouco a pouco se foram institucionalizando. Na primeira etapa, o Governo implementou uma vez iniciada sua administração, um conjunto de *Decretos Supremos de Urgência*, procurando ajustar o regime trabalhista até então vigente, considerado incompatível com o modelo econômico que se pretendia implantar. Essa legislação de emergência representou o início do que posteriormente viria a ser o quadro da desregulamentação da legislação trabalhista e abarcou diversos âmbitos do Direito do Trabalho.

No início foram promulgados decretos supremos sobre o reajuste de remunerações salariais – conhecidos como o “fujishok” –, que tinham como objetivo limitar e regular os aumentos obtidos por negociação coletiva. No caso dos trabalhadores não sujeitos à negociação coletiva, os aumentos passariam a ser efetivados através de bonificações especiais de acordo com o custo de vida; e no dos trabalhadores sujeitos à negociação coletiva, através de bonificações transitórias.

Posteriormente – sempre na primeira etapa – promulgaram-se Decretos Supremos em matérias relacionadas com a contratação por tempo determinado. Assim foram outorgados: o Decreto Supremo n° 077900-TR, de 21 de dezembro de 1990, referente à contratação de jovens em formação, o Decreto Supremo n°. 064-90-TR de 27 de setembro de 1990, referente à prestação de serviços através de cooperativas de trabalhadores, o Decreto Supremo n° 014-91-TR de 13 de março de 1991, referente à compensação por tempo serviços; e os Decretos Supremos n° 015 e n° 022-91-TR de 13 de março de 1991 e de 05 de Abril de 1991, respectivamente, referentes ao regime de compensação por tempo de serviços de trabalhadores empregados e operários sujeitos ao regime trabalhista comum da atividade privada (NUNURA, 1993, p. 93-94, tradução nossa).

Sob o amparo de faculdades legislativas, o Governo Fujimori iniciou uma segunda etapa da reforma trabalhista, caracterizada pela promulgação de vários decretos legislativos por parte do Poder Executivo. Isso permitiu legislar em matéria de fomento de emprego, o que significou mudanças nas regras do jogo institucionais do mercado de trabalho. A modificação da norma de estabilidade no emprego, através do Decreto Legislativo N° 728, de 11 de setembro de 1991, denominado Lei de Fomento ao Emprego, alterou a forma de ingresso no posto de trabalho e de saída, admitindo a demissão sem necessidade de justificativa por parte do empregador. Consolidando-se assim a flexibilização das relações de trabalho, afetando outros direitos trabalhistas²⁴⁴.

²⁴⁴Conforme se depreende dos decretos legislativos n° 650 de 24 de julho de 1991 "Lei de compensação por tempo de Serviços"; n°. 677 de 07 de outubro de 1991 "Lei de participação de trabalhadores na empresa"; n° 688 de 05 de novembro de 1991 "Lei de Consolidação dos Benefícios Sociais"; n° 689 de 05 de novembro de 1991 "Lei de Regulação da Contratação de Trabalhadores Estrangeiros"; n° 692 de 06 de novembro de 1991 "Lei Sobre Descansos Remunerados"; n° 718 de 10 de novembro de 1991 que cria o "Sistema Privado de Saúde", mas não foi aplicado; e n° 724 de 11 de novembro de 1991 que cria o "*Sistema Privado de Pensiones*", substituído pela lei que regula atualmente dito sistema (NUNURA, 1993).

Já nesse contexto o impacto sobre a atividade sindical podia ser visualizado. Como aponta Peasse (1994):

Mais de 60 anos de luta sindical foram enterrados com uma lei que dificulta a atividade sindical e a negociação coletiva até limites incríveis. Aí se querem que os sindicatos consultem tudo as assembleias. Nessas intervém pessoal alheio ao sindicato, porque todos os trabalhadores – sindicalizados ou não – decidem a greve; fomenta-se o paralelismo sindical e se tomam todas as medidas possíveis para enfraquecer as organizações de trabalhadores (PEASE, 1994, p. 96, tradução nossa).

De acordo com as exigências das instituições financeiras internacionais, as medidas tomadas para levar adiante a reforma do Estado eram, até esse momento, insuficientes. Devia-se, então, ir “mais a fundo”, com o objetivo de o Peru sair da “condição de inelegível”²⁴⁵, posição na qual tinha ficado durante o período do Governo Alan García. O Fundo Monetário Internacional (FMI) tinha assinado com o Peru um programa de estabilização econômico denominado “Acumulação de Direitos”, para o período de setembro de 1991 a dezembro de 1992. Como consta no seguinte documento do Fundo Monetário Internacional:

O programa econômico de médio prazo apoiado pelo FMI se baseia na aplicação de políticas orientadas ao mercado. A estabilização da economia deve ser acompanhada de reformas estruturais em matéria tributária, da previdência social, das empresas públicas, do sistema bancário e do aparelho legal para o investimento estrangeiro. Por sua vez, o governo deverá progredir substancialmente no estabelecimento de relações com seus credores estrangeiros. (BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU, 1992, tradução nossa).

Para o governo era necessário ter condições favoráveis para a execução do projeto requerido pelas instituições financeiras, as quais determinavam as linhas mestras da condução econômica. Para isso contava com o apoio dos países mais fortes do “Grupo dos Sete”, como o

²⁴⁵Durante o governo de García o Peru tinha sido declarado país inelegível ante a comunidade financeira internacional, por assumir que só pagaria à dívida externa a parcela de 10% das exportações.

Japão²⁴⁶, e do poder econômico das instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Esses organismos, junto com instituições divulgadoras do ideário neoliberal, como é o caso do Clube de Paris, tinham o interesse de liquidar toda proposta considerada “populista”, “progressista”, “nacionalista”, ou “socialista”. Como argumenta Octávio Ianni (1996),

[...] os principais guardiões dos ideais e das práticas neoliberais em todas as partes do mundo têm sido o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional de Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) sendo que esta organização multilateral é a herdeira do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Três guardiões dos ideais e das práticas do neoliberalismo; ou a santíssima trindade guardiã do capital em geral, um ente ubíquo como um deus (IANNI, 1996, p. 8).

Como se desprende da análise do autor, se aplica também para o caso peruano, essas instituições passaram a ser reitoras das futuras políticas econômicas dos países do Terceiro Mundo.

8.3 O regime neopopulista autoritário no Peru (1990-2000)

O neopopulismo autoritário implica em uma forma de dominação²⁴⁷ que atenta para os seguintes principais aspectos: a) a personalização da liderança política, isto é, o predomínio do carisma pessoal do líder na representação política (construída com forte apoio da mídia); b) o

²⁴⁶Fujimori fez uma visita aos Estados Unidos e posteriormente ao Japão. Embora não se tenha informado oficialmente quais foram os acordos celebrados no Japão e nos Estados Unidos, pode-se presumir que os representantes do governo desse país condicionaram sua colaboração à assinatura de um acordo do Peru com o FMI (BOLOÑA, 1993, p. 23).

²⁴⁷ Para Weber (1992), cada forma de dominação gera tensões e conflitos específicos na luta pelo poder. Além de enfatizar a burocracia como a forma mais racional de exercer uma dominação, Weber também afirma que a burocracia está sujeita a adaptações que lhe permitam atender os interesses dominantes. O autor refere à emergência de um corpo burocrático que, no intuito de preservar os interesses hegemônicos, reproduz as relações de dominação.

enfraquecimento dos mecanismos institucionais partidários; e c) a influência de fatores culturais no intercâmbio político, isto é, a mediação de elementos simbólicos e emocionais nas relações clientelistas e patrimonialistas entre líder e seguidores.

A aprovação da nova Constituição foi um momento importante no processo de legitimação do regime neopopulista autoritário²⁴⁸. Outro fator que contribuiu para a legitimação do regime foi à sistemática descrença da população nos partidos políticos e nas lideranças tradicionais, o que acabou beneficiando a implantação de medidas definidas como contrárias ao modelo anterior. O neopopulismo pode ser compreendido, então, como uma forma de manifestação das camadas inferiores da população para demonstrar sua insatisfação com a democracia constitucional. Nesse sentido, esse tipo de regime tem no setor informal não-organizado sua reserva principal de apoio.

Os segmentos populacionais que receberam limitados benefícios do anterior modelo industrial substitutivo de importações (ISI) tiveram poucas possibilidades de se inserirem em atividades “formais”. Alimentados pelo enorme e constante fluxo migratório das populações empobrecidas do setor rural (MATOS MAR, 1976; ADAMS; VALDIVIA, 1991), esses setores geraram estratégias de sobrevivência baseadas em “atividades econômicas desenvolvidas à margem da ‘legalidade’ existente e sem a proteção do Estado” (ADAMS; VALDIVIA, 1991, p. 19). De acordo com isso, a maior parte do setor informal não possui vínculos com organizações

²⁴⁸Segundo Weber (1992), a forma de legitimação carismática, tradicional ou racional, define o tipo de ordem social. A legitimação racional consiste formalmente na fé em um direito condicionado e delimitado para transmitir ordens (desde leis até instruções mais concretas em uma ordem singular). Quando essa forma de domínio se articula plenamente, até se configura o domínio legal através do aparato burocrático. Na dominação tradicional, a forma como o poder político se organiza e se legitima está fundamentado no poder arbitrário e pessoal do governante. A dominação carismática, que de certo modo tem a ver com a tradicional, cujo domínio é feito através do carisma. Significa que os subordinados vêem no líder condições especiais de domínio, de santidade, de heroísmo; e Weber (1992) aponta que a constituição dessa forma de dominação, também, não é racional, uma vez que o líder vai escolher para os seus quadros administrativos aquelas pessoas que dizem amém a ele, que o endeusam, que fazem parte do mesmo grupo, com a mesma forma de pensar, e que estão todos sempre solidários com o “chefe”, não há critérios de mérito.

de abrangência nacional, constituindo uma população a que apelou, com sucesso, o Governo Fujimori²⁴⁹.

Outras duas características importantes do neopopulismo são: a) fazer-se acompanhar de políticas que respondem a modelos econômicos de corte neoclássico ou neoliberal; e b) utilizar mecanismos clientelistas amplamente difundidos, que geram o apoio de amplos setores empobrecidos da população (COTLER; GROMPONE, 2001; ARIAS, 1996).

No contexto de ajuste estrutural, as políticas focalizadas de benefícios seletivos e direcionadas a setores específicos foram úteis para a construção de redes clientelistas. Essas políticas não tiveram grande impacto fiscal e foram funcionais à troca de apoio político. Conforme Trocello (2000) chama atenção sobre a análise de Roberts, a nova variante populista:

[...] está associada com a decomposição de formas institucionalizadas de representação política que freqüentemente se produz durante períodos de transtorno social e econômico. Sua emergência demonstra que o populismo pode se adaptar à era neoliberal e que não está definido pelo dispêndio fiscal, pois ainda restringidos pela austeridade fiscal e pelas reformas do mercado, os líderes personalistas tinham descoberto diversos instrumentos políticos e econômicos para movimentar o apoio dos setores populares quando as instituições intermediárias estavam em crise (ROBERTS, apud TROCELLO, 2000, p 5, tradução nossa).

O ajuste estrutural implantado pelo regime de Fujimori, desde 1990, acelerou o enfraquecimento das estruturas e instituições sociais associadas à estrutura produtiva prévia e às relações entre o Estado e a sociedade. O aparelho sindical dos trabalhadores reduziu-se drasticamente e as entidades civis de intermediação política, em particular, os partidos políticos, viram diminuídas e precarizadas as suas bases sociais e a sua capacidade convocatória e de representação de interesses. Ao mesmo tempo, o regime foi criando uma ampla rede de

²⁴⁹Na perspectiva de Weyland (1977), a presença de novas formas de lideranças, personificadas em Fujimori no Peru, e em Collor, no Brasil, faz do populismo um regime adaptável a situações socioeconômicas e políticas diversas, que, aliás, coadjuva à criação de formas inovadoras de patrimonializar o Estado (WEYLAND, 1977, p. 12).

clientelismo e de intermediação, que permitisse dirigir os setores sociais fragmentados pela política econômica implantada (QUIJANO, 2000).

A nova Constituição permitiu que Fujimori pudesse ser novamente candidato a presidente, para as eleições de 1995. De fato, Fujimori conseguiu se reeleger por uma ampla margem de votos²⁵⁰, o que permitiu restaurar suas credenciais democráticas ante a comunidade internacional. Contudo, para a comunidade política nacional e internacional, que examinou o processo eleitoral, havia indícios sobre a disposição do regime a fazer um uso inapropriado dos procedimentos eleitorais que resultasse em seu próprio benefício, apontados por Tanaka (2001); Quijano (2000); Cotler (2001). Além disso, os autores citados apontam que existia a compreensão sobre a incapacidade dos organismos de controle eleitoral nacional e internacional identificar as irregularidades, no momento em que elas se produzissem.

A informalização política foi tomando força durante os dois períodos de Governo Fujimori. Na estrutura do Estado, um grupo limitado de pessoas instituiu vínculos de lealdade baseados em interesses compartilhados. Isso exigiu manejos de poder de natureza extra-institucional e em compromissos que se sustentassem as lealdades restritas, associadas as importantes questões como o uso privado dos recursos públicos e até mesmo o uso arbitrário da violência. Como aponta Grompone (2001), a maioria das decisões tinha características de segredo de Estado.

Uma camarilha precisa estabelecer alianças que garantam a estabilidade, mas sem permitir aos novos sócios o acesso à caixa preta em que estão registradas as principais decisões. À diferença da maioria dos autoritarismos da América Latina, não há uma articulação consistente entre o governo, as forças armadas e os grupos de poder oligopólios vinculados ao capital internacional. Não pode se constituir um bloco de poder ou um grupo relativamente articulado

²⁵⁰ Entre 14 candidatos, Fujimori obteve 64% dos votos válidos, mais do dobro do que recebeu o candidato que ocupou o segundo lugar. Isso permitiu que não fosse necessário efetuar um segundo turno. No entanto, as táticas utilizadas pelo governo em toda a instância eleitoral e as severas anomalias ocorridas na votação colocaram dúvidas sobre a interferência do governo nos resultados eleitorais (MCCLINTOCK, 1999, p. 10).

de elites dominantes. Por isso, em lugar de um pacto de dominação estabelecido em nome dos interesses gerais dos setores mais influentes, o jogo se deu no terreno das prebendas, outorgadas às companhias beneficiadas pelas privatizações em processos pouco transparentes, os benefícios tributários e do encobrimento por perda de alguns bancos, dos contratos efetuados com algumas construtoras e das exonerações para a mineração. São vínculos informais que se vão redefinindo, em lugar de um acordo de longo prazo, próprios de um autoritarismo já consolidado e que não tenha que olhar sempre para os lados (GROMPONE, 2001, p. 109, tradução nossa).

Na perspectiva dominante não havia necessidade de estabelecer mecanismos de consulta aos atores sociais, bem como se prescindia de coalizões com outros grupos políticos. O conjunto da classe política, qualificado como “tradicional”, era apontado como o culpado dos problemas que enfrentava a sociedade peruana. O isolamento das camadas empresariais nacionais em uma sociedade desestruturada era campo fértil para o estabelecimento de uma política de alianças rígida e restrita, limitada só a organismos internacionais, a alguns setores econômicos e à cúpula das Forças Armadas. O regime político seguia as prescrições dos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Esses recomendavam que o presidente e sua equipe econômica mantivessem um campo de manobra sem restrições, bem como a imposição de uma reforma econômica dirigida por reduzida equipe de técnicos isolados que definiram suas prioridades independentemente de qualquer pressão social.

A construção do regime de Fujimori implicou a articulação de compromissos, sem afetar os interesses "sagrados" da dominação capitalista. Segundo Gramsci (1984) a classe dirigente impõe a toda a sociedade as normas de conduta que estão mais ligadas a sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, a função máxima do Direito (e assim pode ser interpretada toda a reformulação legal, principalmente no campo trabalhista, levada adiante pelo Governo Fujimori) é a de pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo por ele assinalado (GRAMSCI, 1984, p. 152). A característica distintiva do Cesarismo que implantou

o Governo Fujimori foi que o Estado desenvolveu uma autonomia das forças sociais em momentos de crise onde existia uma ameaça maior à ordem social, que as camadas tradicionalmente dominantes não podem prevenir.

Segundo Giddens (1977, p. 58), Max Weber, considerou o Cesarismo como o componente carismático da Democracia, tão importante como o componente burocrático. Por tanto, o componente carismático previamente incorporado no carisma hereditário associado com os sistemas colegiados de administração teve que se construir sobre a lealdade emocional entre os líderes políticos modernos desde que seja como personalidades e a massa de seguidores. Assim, ao mesmo tempo em que Weber reconhecia os perigos potenciais do Cesarismo, os postulados de seu próprio sistema teórico lhe levaram a reconhecer a necessidade das propriedades carismáticas da liderança surgida do sufrágio de massas.

Desde o conceito de Cesarismo, torna-se relevante a captura do poder como bloco ideológico, assim foi implantado pelo Governo Fujimori, procurando constituir-se em ator social hegemônico, o Cesarismo se foi conjurando no interior do exercito. Assim, o projeto cesarista do Governo Fujimori, evidenciou seus traços autoritários em momentos de instabilidade política.

8.4 A desregulamentação das relações trabalhistas

A situação gerada pelos confrontos entre Fujimori e os demais poderes do Estado propiciaram uma crise política, na qual o mandatário se viu isolado e imobilizado pelo Poder Legislativo²⁵¹. Diante dessa questão e de outros problemas²⁵² que escapavam ao seu controle, o

²⁵¹Rospigliosi (1991) apontou que o Parlamento tinha interpelado dois ministros, da Economia e da Agricultura, assim como revogados alguns dos 126 decretos legislativos promulgados pelo governo, ainda que muitos parlamentares já vissem um enfrentamento de poderes, e a intenção do Executivo de fechar o Parlamento. “O rancor que lhe produz a revogação de um conjunto de decretos legislativos, cuja maioria precisamente tendia à criação de um Estado autoritário, motivou que Fujimori iniciasse uma escalada destrutiva que poderia ter como objetivo a busca de algum mecanismo inconstitucional para dissolver ou modificar o Parlamento” (ROSPIGLIOSI, 1991, p. 16, tradução nossa).

presidente rompeu, em 5 de abril de 1992, a ordem constitucional, através de um golpe de Estado, também foi conhecido como “autogolpe”. Para tanto, determinou o fechamento das câmaras do legislativo, com o objetivo de aprofundar o projeto econômico e contornar sua estrutura de poder, assim como afirmar o tipo de dominação instalado²⁵³.

O programa econômico de Fujimori teve o apoio dos militares, de parte da cúpula empresarial e dos donos das principais redes televisivas, rádios, e jornais, o que lhe permitiu uma grande margem de ação. O golpe de Estado afirmou o caráter autoritário do regime de Fujimori, em um contexto em que militares e tecnocratas de orientação liberal-conservadora viam como negativa qualquer participação política dos opositores. Como aponta Cotler (1995), isso está presente desde as primeiras medidas implementadas pelo governo de Fujimori.

Desde o início de sua gestão presidencial, Fujimori não ocultou sua clara vocação tecnocrática e autoritária. Suas célebres frases – “em política primeiro se pensa, depois se faz e depois se informa”, “não me caso com ninguém”, “farei cumprir as medidas custe o que custar”. Mas, além dessas frases, os chamados decretos de pacificação, estão entre as últimas manifestações de seu comportamento autoritário, ao confiar às Forças Armadas um poder insuspeito que, de fato, estaria destinado a consumir um “golpe branco”. Se algum governante com simpatias de esquerda houvesse ousado se manifestar dessa maneira, seguramente os liberais montariam uma manifestação na praça *San Martín*, acusando o presidente de querer levar o país a um sistema totalitário. Mas, pelo visto, hoje os liberais estão interessados na liberdade econômica, mais do que na política. (COTLER, 1995, 1, tradução nossa).

O Governo Fujimori articulou uma nova estrutura de poder baseada no tripé formado pelas Forças Armadas, a cúpula empresarial e sua própria cúpula²⁵⁴. Procurou criar uma opinião favorável ao regime, contando com o apoio dos principais meios de comunicação e com as

²⁵²Referimo-nos às ações cada vez mais contundentes do Sendero Luminoso, utilizado como pretexto para o autogolpe.

²⁵³Fujimori teve a pretensão de obter sua legitimidade. Como é apontado por Weber, “Sua própria pretensão de legitimidade pode ser tão absoluta por razão de uma comunidade ocasional de interesses entre o soberano e seu quadro frente aos dominados” (WEBER, 1992, p. 171, tradução nossa).

²⁵⁴O advogado Vladimiro Montesinos foi o articulador desta cúpula, constituindo-se em chefe do *Servicio de Inteligencia Nacional* (SIN).

expectativas de uma ampla parcela da população que havia recebido pouca atenção dos governos anteriores.

Com o golpe de Estado, o presidente tentava aprofundar as liberdades econômicas, contrapondo-se à proposta política com a qual tinha sido eleito. Acelerou-se, assim, o trânsito para uma economia de mercado globalizada, aprofundou-se o tipo de dominação e articulou-se uma nova estrutura no poder, sustentada pelas Forças Armadas, pelos empresários e pela cúpula do governo. Desenvolveu-se um regime ditatorial em que se obstaculizaram o livre funcionamento dos partidos políticos e foram reprimidas as instituições da sociedade civil.

A ditadura é caracterizada da seguinte maneira por Bobbio (1990):

As características fundamentais da ditadura moderna evidenciam-se na discussão da relação da ditadura com o despotismo, o absolutismo, a tirania, a autocracia e o autoritarismo. São três em minha opinião, essas características: a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de amplos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; e a precariedade das regras de sucessão no poder (BOBBIO, 1990, p. 41).

Fortalecido com a nova estrutura de poder, o Presidente suspendeu a Constituição de 1979, fez deter em prisões os líderes de oposição, desmanchou o Congresso e desmantelou o poder judiciário. O Peru converteu-se no único país latino-americano, na época, que sofria uma ruptura na democracia constitucional.

O golpe de Estado deu origem a uma terceira etapa do processo de desregulamentação das relações trabalhistas. Nessa etapa, o governo ditatorial, autodenominado *De Emergencia y Reconstrucción Nacional*, promulgou uma série de decretos leis. O processo flexibilizador foi complementado com um conjunto de reformas e levado adiante sem oposição política e desconsiderando qualquer necessidade de fazer acordos. Isso permitiu exercer uma liberdade absoluta para flexibilizar o Direito de Trabalho. O decreto lei n° 25.593 de 03 de dezembro de

1992, denominado *Ley de Facultades del Empleador*, representou um elemento central desse processo. Com essa lei, o governo reformou as relações coletivas de trabalho, favoreceu a desregulamentação em três eixos centrais: a sindicalização²⁵⁵, a negociação coletiva²⁵⁶ e a greve²⁵⁷. (OTOYA, 2004). Além disso, um conjunto de disposições legais²⁵⁸ completou essa etapa.

A captura, em setembro de 1992, dos líderes do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso representou um momento significativo na consolidação do governo de Fujimori²⁵⁹. Esse acontecimento permitiu justificar a decisão golpista e reforçar o seu apoio. O Serviço de Inteligência (SIN) foi super-dimensionado, acrescentando sua influência política, ao concentrar informação e análise da violência política, do tráfico ilícito de drogas e, particularmente, das atividades desenvolvidas pelos grupos opositores ao governo²⁶⁰.

A cúpula governante decidiu dar um forte impulso às políticas sociais, obtendo assim o respaldo dos setores mais empobrecidos da sociedade, os quais constituem cerca da metade da

²⁵⁵Os sindicatos foram proibidos de dedicar-se a atividades políticas ou lucrativas. Foi adotado um modelo primitivo do foro sindical, no qual se reserva a proteção pelo exercício da liberdade sindical só a certos dirigentes. Em contraposição, o empregador passa a ter absoluta liberdade para demitir os trabalhadores. (OTOYA, 2004, p. 5-6).

²⁵⁶A regulação da negociação coletiva determinava seu trânsito por etapas prévias: de trato direto, de conciliação, de mediação e depois de forma optativa por greve ou arbitragem. Foram reduzidos os níveis de negociação por ramo de atividade ou sindicato, favorecendo, assim, às empresas onde o poder sindical é baixo. Passa-se à condição de instabilidade dos Convênios Coletivos quanto à duração dos benefícios pactuados e à revisão integral dos existentes (OTOYA, 2004, p. 6).

²⁵⁷As greves foram declaradas ilegais na maioria das oportunidades. Passou-se a admitir um modelo mais tradicional de greve, cuja única finalidade é a reclamação de benefícios trabalhistas, foram proibidas as greves políticas ou de solidariedade, existindo uma única modalidade: a cessação total e contínua das atividades, com abandono do lugar de trabalho. De todo modo, se atribuiu à greve efeitos negativos como a perda de remuneração, quando não fossem declaradas ilegais (OTOYA, 2004, p. 7).

²⁵⁸As normas legais que fazem parte dessa terceira etapa são: o Decreto Lei n° 26.136, de 30 de dezembro de 1992, sobre *Jornadas Ordinárias y Extraordinárias de Trabajo*; n° 25.897 de 06 de dezembro de 1992, sobre o *Sistema Privado de Pensiones*; n° 25.920, de 03 de dezembro de 1992, sobre *Intereses por Deudas de Carácter de Pensiones*; n° 26.102 de 29 de dezembro de 1992 intitulado *Código del niño y del Adolescente*; n° 26.116 de 30 de dezembro de 1992 nomeado *Ley de reestructuración Empresarial*, e n° 26.135, de 30 de dezembro de 1992, sobre normas relativas aos *Fechamentos de Centros de Trabajo Sin Autorización de la Autoridad del Trabajo* (COMUNIDAD, 2005, p. 2).

²⁵⁹A data dessa captura foi favorável ao governo (12 de setembro de 1992), porque era próxima às eleições do Congresso Constituinte: uma peça a mais (muito importante) na consolidação do regime autocrático do presidente Fujimori.

²⁶⁰Estas ações fizeram que Vladimiro Montesinos consolidasse sua posição chave no entorno presidencial, ao extremo de organizar e controlar a agenda política e a atividade cotidiana do Presidente.

população e, em particular, das mulheres nesses setores sociais, o que coincide com as propostas dos organismos multilaterais de crédito que procuram diminuir a pobreza. Para isso, além de conceder especial interesse à canalização da assistência estatal às mulheres nesses setores sociais, o governo promoveu a participação de mulheres profissionais em áreas diversas como a Administração Pública e o Sistema Político, e decretou dispositivos favoráveis à organização por iniciativa de mulheres de refeitórios populares (COTLER, 2001, p. 37).

A concentração do poder e o incremento substantivo do gasto social facilitaram o controle e a execução das políticas sociais, em detrimento de outras áreas do governo. A este respeito argumenta Cotler (2001):

Com efeito, 25% do orçamento do País destinam-se ao Ministério da Presidência, que já conta com os recursos externos destinados a combater a pobreza, enquanto a alocação aos governos locais atinge 3% do mesmo (COTLER, 2001, p. 38, tradução nossa).

A partir daí estabeleceu-se uma relação direta entre o Presidente Fujimori e setores importantes das camadas populares, os quais passaram a percebê-lo como seu representante pessoal. Essa relação reforçou-se pelo cooptação de lideranças provenientes das enfraquecidas organizações populares locais, assim como de setores políticos de esquerda. Outro fator que contribuiu para consolidar a relação do Presidente com as camadas populares foi o controle exercido pelo Serviço de Inteligência Nacional (SIN) sobre a mídia (canais de televisão, jornais e rádios), fazendo uma campanha de desprestígio dos veículos que questionavam o regime. Assim, o assistencialismo e o controle da mídia permitiram que o Presidente Fujimori consolidasse seu apoio entre os setores mais pobres da população. Desenvolveu-se, desse modo, uma extrema personalização do poder e uma dependência das camadas populares em relação ao Estado. O Executivo, nesse processo, contou com a adesão dos organismos multilaterais de crédito, principalmente do Fundo Monetário Internacional (COTLER, 2001, p. 39).

O tipo de dominação instaurado teve como base uma aliança entre o Presidente Fujimori e as Forças Armadas. O envolvimento ativo dos setores militares na vida política teve início com os primeiros resultados positivos atingidos na repressão dos grupos guerrilheiros Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Túpac Amaru. A mencionada aliança permitiu salvaguardar, a princípio, as formalidades democráticas. O Presidente, porém, cedia cada vez mais espaço à intervenção militar em um período histórico em que os golpes de Estado estavam desacreditados.

Depois do golpe de Estado de 1992, a situação política tornou-se instável e o sucesso político das medidas de força tornou-se incerto. No entanto, Fujimori tomou a iniciativa de formação do Congresso Constituinte Democrático (CCD) e de elaboração de uma nova Constituição que deveria ser aprovada mediante um *Referendum*. A criação de uma nova Constituição, em 1993, permitiu consolidar o regime autoritário. No *Referendum*, que permitiu a aprovação da nova constituição, identificou-se irregularidades que não chegaram a se materializar em impugnação do resultado final. Não houve nenhuma força social capaz de mudar o resultado imposto (GROMPONE, 2001, p. 107).

É preciso salientar, que houve uma significativa pressão internacional para que se realizasse o chamado a uma Assembléia Constituinte – a mesma que foi convocada para o dia 22 de novembro de 1992 – elaborou a nova Constituição aprovada por *Referendum* em 31 de outubro de 1993. A promulgação da nova Constituição questionou a vocação democrática do regime, já que foi questionada – por diferentes organizações – a transparência do processo. Os resultados do *referendum* são apresentados na seguinte Tabela:

Tabela 26 - Resultado nacional do Referendum de outubro de 1993 (votos válidos)

OPÇÃO	TOTAL	%
SIM	3.895.763	52,3
NÃO	3.548.338	47,7
Total de votantes	11.620.820	100,0

Fonte: Tuesta, 1994, p. 129.

A nova Constituição aprovada por uma pequena diferença de votos, constituiu um instrumento que permitiu ao Governo Fujimori aprofundar o modelo que havia sido iniciado a partir das reformas estruturais. De acordo com Boloña (1993), tendo como referência o economista inglês Adam Smith, não é possível chegar a uma economia de mercado sem um sistema de normas que defina apropriadamente os “direitos das pessoas”, sem um marco que ordene e limite o poder utilizado nas funções de governo.

A economia está a tal ponto atada ao direito, que foi em suas origens um apêndice dos cursos de Jurisprudência. Ela deve seu desenvolvimento científico, em realidade, a um arguto acadêmico da matéria jurisprudencial da Universidade de Glasgow no século XVIII, o professor Adam Smith. Jamais serão suficientemente enfatizadas suas palavras quando adverte que o comércio e a manufatura poucas vezes podem florescer durante muito tempo em um Estado que não desfrute de uma ordenada administração de justiça, onde as pessoas não se sintam seguras da posse de suas propriedades, no qual o cumprimento dos contratos não seja amparado pela lei e no qual a autoridade não se ocupe de forma permanente de obrigar a que se paguem as dívidas. Em poucas palavras, o comércio e a manufatura poucas vezes podem florescer em um Estado onde não exista certo grau de confiança na justiça do Governo (BOLONA, 1993, p. 144, tradução nossa).

A nova Constituição significou uma quarta etapa do processo de desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas desenvolvido pelo Governo Fujimori. Entre as normas legais reformuladas mais importantes nessa matéria se encontram as seguintes: a Lei n° 26.183, de 13 de maio de 1993, que criou o *Sistema Privado de Pensiones*; a Lei n° 26.196, de 10 de junho de 1993, que modifica a Lei de Contratação de Trabalhadores Estrangeiros; a Lei n° 26.233, de 17 de outubro de 1993, que modifica a Taxa de *Contribución al Fondo Nacional de*

Vivienda (FONAVI); e a Lei n° 26.331, de 23 de março de 1994, que modifica o direito a descanso em Feriados e outros dias (PLADES, 2004).

O processo de desregulamentação e de flexibilização das relações trabalhistas foi levado adiante unilateralmente pelo Estado, à margem de toda negociação – omitindo todo mecanismo de controle, compensação, contrapartida e contrapeso – e conduzindo a um processo de precarização do emprego. Nesse processo, não foram verificados nas empresas quaisquer inovações tecnológicas, investimentos, reconversões ou empreendimentos que fizessem necessária uma legislação flexível ou uma flexibilização jurídica associada a uma flexibilização real. Neste caso, está-se frente a uma experiência flexibilizadora contrastante com o caso Brasileiro²⁶¹, assim como o dos países do núcleo orgânico²⁶². É necessário distinguir o caso da desregulamentação unilateral sem condicionamentos nem contraprestação dos empresários, como a imposta no Peru, da flexibilização negociada e condicionada que propõe a OIT (2001). Para esta organização:

[...] as concessões dos trabalhadores recebem uma contrapartida econômica ou institucional, mas talvez a diferença mais importante dá-se na forma de levar adiante a flexibilização, isso tem a ver com o papel do Estado e com os organismos institucionais (OIT, 2001, p. 44 tradução nossa).

Ademais, o regime de Fujimori legalizou varias formas de trabalho temporário, eventual, assim como estabeleceu legalmente requisitos para a constituição ou filiação a um sindicato. As duas medidas, de flexibilização e de controle sindical, afetaram o poder de negociação dos sindicatos, devido a que foi reduzindo o número de trabalhadores afiliados. Ao legalizar o

²⁶¹No Brasil, a flexibilização das normas levou a um movimento de deslocamento (do Estado para o interior das empresas) e fragmentação do *locus* de definição das normas que regulam as relações de trabalho, a partir da década de 1990, justamente num contexto em que o poder de barganha dos trabalhadores decrescia (BEZERRA, 2006, p. 110).

²⁶²Na Europa, o Estado não tem poder para tornar decisões unilaterais nessa área. As partes criam normas flexíveis e o Estado cria condições para isso, assumindo um papel ativo tanto através da política de emprego (por exemplo, serviço público de emprego, incluindo o pagamento de seguro de desemprego e outras prestações de seguridade social, formação e requalificação profissional) como de exonerações e subsídios (GARCÍA Rey, 2001, p. 1).

trabalho eventual, criaram-se impedimentos de fato à sindicalização dos trabalhadores submetidos a essa forma de emprego, posto que os sindicatos não podem garantir sua estabilidade. No que respeita ao controle sindical na área privada, a lei determina que só possam se constituir sindicatos em empresas com mais de 20 trabalhadores, sendo excluídos da afiliação os executivos que têm poder delegado dos proprietários. No caso das empresas pequenas (com menos de 20 trabalhadores), só podem ser criados comitês de sindicatos, os quais na prática têm limitadas possibilidades de ação, porque não possuem nenhuma capacidade de decisão nem autonomia.

A nova Constituição Política do Estado Peruano, vigente a partir do 1º de janeiro de 1994, trouxe importantes alterações em matéria trabalhista. Entre as principais, podem se mencionar as seguintes: a eliminação da referência ao trabalho como fonte de riqueza – contida na Constituição de 1979 –, embora o mesmo continue sendo considerado base do bem-estar social e meio de realização pessoal (Art. 22 da Constituição de 1993); e a atenuação da intervenção do Estado na esfera do trabalho e dos direitos trabalhistas, que eram anteriormente objeto de “atenção prioritária” consignado no Artigo 42º da Constituição de 1979. Nessa Carta Constitucional o Estado reconhece o trabalho como fonte principal da riqueza. Como se detecta nas afirmações a seguir apontadas, contidas nesse mesmo documento.

- “O trabalho é um direito e um dever social”;
- “Corresponde ao Estado promover as condições econômicas e sociais que eliminem a pobreza e assegurem por igual, aos habitantes da República, a oportunidade de uma ocupação útil que os proteja contra o desemprego e o subemprego em quaisquer de suas manifestações”;
- “Em toda relação trabalhista fica proibida qualquer condição que impeça o exercício dos direitos constitucionais dos trabalhadores e que desconheça ou rebaixe sua dignidade”;

- “O trabalho em suas diversas modalidades é objeto de proteção pelo Estado, sem diminuição alguma dentro de um regime de igualdade de trato”. “A lei assinala a proporção preferencial que corresponde aos trabalhadores nacionais tanto no número como no valor de suas remunerações na empresa, em relação aos trabalhadores estrangeiros”.

No texto de 1993, os direitos trabalhistas, assim como todos os direitos sociais perderam o *status* de direitos fundamentais da pessoa, contemplados na constituição de 1979. São várias as manifestações dessa tendência. No que diz respeito aos direitos trabalhistas, de um lado, as especificações na nova Constituição, em uma série de matérias referidas ao seu conteúdo essencial, aos limites para seu exercício e aos mecanismos de proteção, são remetidas à Lei, produzindo certa perda de conteúdo. Isso adquire particular importância no caso do direito de estabilidade no emprego, o qual é regulado de maneira pouco precisa. Com efeito, no Art. 27, a Constituição indica que “a lei outorga ao trabalhador proteção adequada contra a demissão arbitrária”, sem especificar as características essenciais dessa proteção. No que diz respeito ao direito de greve, estabelecem-se limitações ao seu exercício e admite-se a possibilidade de exceções, que serão reguladas pelo Estado (não necessariamente por Lei), sem explicitação de parâmetros para a ação dos órgãos normativos e de resolução de conflitos. Além disso, a nova Constituição omite vários direitos trabalhistas que estavam expressamente considerados no texto de 1979, particularmente os relacionados aos benefícios familiares e à compensação por tempo de serviço.

A existência e regulação dos direitos trabalhistas ficaram isoladas de um marco jurídico mais amplo, como é o caso da legislação trabalhista, ou de âmbitos de negociação como os que são estabelecidos nos pactos entre atores coletivos. Antes mesmo da elaboração e aprovação da Constituição de 1993, as normas referentes a quase todos os direitos trabalhistas já tinha sido

modificadas. Um traço indicativo do tipo de reformas levado adiante é que, em sua maior parte, essas foram realizadas mediante normas expedidas pelo Poder Executivo, o qual permitiu a reestruturação de muitas empresas estatais e a liquidação de outras²⁶³.

As principais tendências da reforma trabalhista podem ser observadas na desregulamentação das relações de trabalho. Excluíram-se, de forma total ou parcial, certos segmentos ocupacionais do alcance da normatividade do trabalho. Isso ocorreu, não só nos convênios de formação juvenil a partir de práticas profissionais e nos contratos de aprendizagem, como também nas disposições sobre cooperativas de trabalhadores: situações nas quais se admitiu a possibilidade de exclusão das disposições trabalhistas. Essas medidas, que mudaram o regime jurídico, reduziram a massa de trabalhadores vinculados aos sindicatos, conforme destaca o especialista da OIT em entrevista:

Las opiniones que voy a verter, son más desde la perspectiva personal que institucional. Primero, yo diría, sin ninguna duda, que la situación que se vivió en Perú durante el período de Fujimori, fue un proceso, más que de flexibilización, de des-regulación laboral y de pérdida de reconocimiento de la relación laboral, porque mucha de la normativa excluía la aplicación de varios aspectos fundamentales de carácter laboral, entre ellos la libertad sindical a un conglomerado importante de trabajadores y trabajadoras (Entrevista com especialista da OIT, 2004).

As mudanças das relações de trabalho no Peru afetaram os princípios básicos da organização sindical, pois, diversas formas de greve foram declaradas ilegais, proibiu-se a negociação coletiva por sector de atividade, ampliaram-se as prerrogativas do patronato, reduziu-se a filiação sindical e se limitaram as possibilidades de vantagens socioeconômicas para os trabalhadores. O regime de Fujimori conseguiu desalentar a sindicalização e a mobilização sindical. Segundo a ONG *Programa Laboral de Desarrollo* (PLADES, 2004), compilando cifras

²⁶³ No Primeiro ano de governo (Julho de 1990 a 1991), Fujimori ao pedir poderes extraordinários ao Congresso através da Lei Nº 25.327 de 17 de junho de 1991, emanou 126 Decretos Leis que lhe permitiu fechar muitas empresas públicas como os Bancos de Fomento, que foram liquidados, sob o amparo do Decreto Legislativo (sobre o saneamento financeiro) nº 637 de 1991.

da OIT, num lapso de 10 anos (1990-2000) diminuiu num 76,3% a quantidade total de convênios coletivos. Já no Brasil, a diferença do Peru, o movimento sindical conseguiu manter as conquistas dos anos 80, chegando a obter alguns avanços numa realidade desfavorável em relação ao sindicalismo peruano. É possível perceber, por exemplo, que o sindicalismo metalúrgico do ABC paulista continua sendo um modelo nacional, desenvolvendo estratégias em acordos propositivos.

Com relação ao contexto coletivo, também foi imposto um número significativo de Decretos Leis, como o N° 25.593, de 3 de dezembro de 1992, denominado *Ley de Facultades del Empleador*, que regula as normas contidas nas relações coletivas de trabalho. Esse Decreto Lei obriga a revisão dos direitos e benefícios convencionais pautados anteriormente à norma, e introduz o conceito de caducidade das convenções coletivas, isto é, a extinção ou vencimento, nos convênios coletivos, de todos os benefícios conquistados, salvo menção expressa de seu caráter permanente. Além disso, o uso intensivo de formas de terceirização passou a impedir que um importante número de trabalhadores que ingressasse em alguma atividade econômica se incorporasse aos sindicatos.

Importante fator com forte impacto sobre a ação sindical foi a privatização das empresas públicas, as quais tinham chegado a representar cerca de 50% do investimento nacional e significavam, portanto, um espaço com grande desenvolvimento do sindicalismo. O processo de privatização afetou drasticamente, hoje, os direitos obtidos pelos trabalhadores das empresas públicas. Esse processo atingiu as empresas públicas mais importantes como pode ser observado no Quadro seguinte:

Quadro 3 – Modificações do Regime Jurídico das Empresas Estatais Mais Importantes – Peru, situação em 1994

EMPRESAS	Nº de Trabalhadores a início do Governo de Fujimori	SITUAÇÃO
1) Minero Peru	5.000	P
2) Centromin Perú	18.500	P
3) Minas Tintaya	1.500	P
4) Hierro Perú	3.200	P
5) Sider Perú	5.600	P
6) Paramonga	4.500	P
7) Petro-Perú	9.700	M
8) Pesca Perú	3.700	P
9) ENCI	3.100	L
10) ECASA	4.300	L
11) CORPAC	3.893	P
12) Entel Perú	10.400	P
13) Aero Perú	2.160	P
14) SIMA	1.500	P
15) Electro Perú	2.400	P
16) Enafer Perú (ferrocarriles)	5.996	E
17) Compañía Peruana de Vapores	1.350	P
18) Banco da Nação	9.800	E
19) Banco Continental	5.800	P
20) Banco C. Hipotecario	1.500	L
21) Interbanc	3.000	P
22) Banco Popular	3.700	L
23) Banco Agrário	5.500	L
24) Banco de a Vivenda	1.350	L
25) Banco Industrial	3.450	L
26) Banco Mineiro	1.600	L
TOTAL	122.519	

Fonte: PERÚ ECONÓMICO Nº 08, 1994, p. 18.

Nota: P - Privatizada; L - Liquidada; E - Ainda continua como empresa do Estado; M – Mista - parte privatizada e parte ainda do Estado.

As medidas implantadas pelo Governo Fujimori tiveram conseqüências imediatas para os trabalhadores assalariados do setor público, já que a maioria das empresas foram privatizadas e o setor financeiro estatal, liquidado. Nos bancos liquidados encontravam-se as bases mais importantes da Federação de trabalhadores bancários, a qual constituía a base mais importante da *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP). As empresas que ficaram em poder do Estado foram redimensionadas e posteriormente outorgadas em concessão. Só o Banco da Nação permanece até hoje como propriedade do Estado. No terreno econômico

houve, de um lado, uma redução drástica dos salários, aproximando-se a remuneração econômica da maioria dos trabalhadores do valor do salário mínimo legal. De outro lado, as fortes quedas nas vendas e na produção das empresas determinaram à imposição de fechamentos de algumas empresas, sob o argumento de estarem quebradas, como consequência férias forçadas e demissões em massa de trabalhadores. Essas ações repercutiram negativamente na ação sindical, como pode ser constatado na seguinte Tabela:

Tabela 27 - Evolução das greves segundo diferentes causas e horas-homem não trabalhadas Peru (1990-1994)

ANO	GREVES			Trabalhadores Implicados			Horas/Homem não trabalhadas
	Por reivindicações trabalhistas	Outras causas (*)	Total	Por Reivindicações trabalhistas	Causas Outras	Total Em mil horas	Total em mil horas
1990	200	413	613	74.724	183.510	258.234	15.223.166
1991	126	189	315	48.613	132.115	180.728	8.880.886
1992	97	122	219	36.318	78.338	114.656	2.319.379
1993	106	45	151	21.290	21.290	41.474	2.167.764
1994	27	33	60	15.164	15.164	21.102	389.415

(*) Aqui se consignam greves por solidariedade com reivindicações mais gerais.

Fonte: *Instituto Nacional de Estadística. Asociación Laboral para el Desarrollo* (ADEC-ATC), 1996, p. 9.

Na Tabela anterior, pode-se apreciar a diminuição gradativa, em quatro anos, da atividade sindical. Além disso, fatores estruturais das organizações sindicais representaram obstáculos para responder com eficácia aos efeitos da crise econômica, assim como das políticas de estabilização e das reformas estruturais. A manutenção de velhas práticas – como o burocratismo e o elitismo vertical²⁶⁴ – na condução das organizações sindicais, e a relação utilitária estabelecida desde os

²⁶⁴O desenvolvimento do burocratismo e do elitismo sindical conduziu a um esvaziamento dos sindicatos de base. Esse processo foi apontado por Anderson (1978), em um nível mais geral, ao advertir que em certo nível de desenvolvimento burocrático partido e sindicato, na sociedade capitalista, tendem a funcionar como um reflexo das instituições burguesas (ANDERSON, 1978, p. 66). Embora tenha relação com análise mais geral desse autor, o burocratismo no Peru, foi possível pela própria estrutura organizativa que os sindicatos adotaram que permitiu que as altas direções, especialmente no âmbito nacional, atuassem segundo interesses particulares. Em casos extremos, muitos dirigentes faziam do burocratismo sindical um modo de vida.

partidos políticos²⁶⁵, abriram espaço para que se desenvolvesse em setores significativos dos trabalhadores a percepção de que os sindicatos não respondiam aos seus interesses e que era indistinto participar ou não da atividade sindical.

A possibilidade de obter algumas reformas favoráveis para os trabalhadores se tornava cada vez mais difícil, devido a que o movimento sindical não era mais o centro de atenção dos partidos de centro e de esquerda.

Gerou-se um contexto de enfraquecimento e de crise sindical produto de um somatório de fatores. Aos apontados acima se devem acrescentar: a) a crise recessiva da economia; b) a desregulamentação normativa no plano das relações trabalhistas, isto é, o relaxamento das disposições protetoras dos trabalhadores, que levou à deterioração dos rendimentos e das condições de trabalho; e c) a perda de credibilidade por parte dos trabalhadores em suas organizações sindicais. A procura de alternativas de emprego, complementares ao trabalho assalariado e as enfraquecidas práticas sindicais não conseguiram se contrapor à diminuição da renda e à precarização das condições de trabalho. Com isso, disseminou-se o retraimento quanto à disposição dos trabalhadores para a luta sindical e, conseqüentemente, ao seu afastamento progressivo das fileiras do sindicalismo. O enfraquecimento dos sindicatos gerou grande dificuldade na formação de novos quadros dirigentes, além de ter mudado as percepções das novas lideranças, como é apontado na entrevista com o Diretor do Instituto de Estudios Sindicales (IDESI)

[...] Las dirigencias sindicales en los últimos 10 o 12 años, han variado su mentalidad, han ido cambiando de estrategia. Por ejemplo, hoy en día,

²⁶⁵Segundo Rospigliosi (1988), essa prática teve origem nos anos 70, quando numerosos partidos de esquerda competiam, mais o menos abertamente, nos locais de trabalho, para ganhar a adesão dos trabalhadores. Nessa época, em muitas organizações trabalhistas, para se tornar uma liderança sindical, era necessário ser integrante de um partido político de esquerda. Os grupos políticos tinham atingido tal grau de influência que era praticamente impossível fazer parte das cúpulas sindicais sem estar afiliado – ou pelo menos adquirir algum compromisso ou aliança – com um partido de esquerda. Isso era mais acentuado no caso das federações – ou outras instâncias organizativas superiores – do que nos sindicatos de base (ROSPIGLIOSI, 1988, p. 27).

cuando el movimiento sindical habla de concertación social, habla de diálogo social, no genera el rechazo de los años 80, entonces hay una nueva mentalidad de la dirigencia sindical, a tal punto, que ellos consideran que en el Perú tenemos que instaurar mecanismos de dialogo social, en donde se pueda construir caminos, que el conflicto se viabilice civilizadamente. Aquí, en el Perú, ha habido 12 años de intensa violencia política, que le costo al movimiento sindical, que inclusive, su Secretario General - Pedro Huillca - fuese asesinado, como él, varios dirigentes fueron muertos (Entrevista com o Diretor do IESI, 2004).

Outro problema de caráter estrutural enfrentado, até hoje, pelo sindicalismo peruano, é o aumento dos movimentos migratórios em direção aos centros urbanos mais importantes, e ao mesmo tempo, o crescimento da marginalidade urbana, com graves conseqüências econômicas, sociais e culturais²⁶⁶. Esse processo alterou profundamente os padrões de crescimento econômico, assim como o desenvolvimento social e político (BERNEDO; BASTIDAS, 2000).

A migração provocou, desde o início da década de 70, um crescimento do setor informal urbano, chegando a constituir, nessa época, mais de uma terça parte da População Econômica Ativa (PEA). Já no final do século passado essa proporção tinha atingido quase dois terços da PEA. Assim, de uma média aproximada de um milhão de pessoas em 1970, passou se a quatro milhões no ano 2000 (BERNEDO; BASTIDAS, 2000, p. 14-15). Essa tendência pode ser notada nos porcentuais de desemprego de subemprego e emprego, durante os anos 80 e o início dos anos 90, apresentados na Tabela a continuação:

²⁶⁶ A bibliografia sobre o processo migratório e suas manifestações é de grande amplitude. Um dos iniciadores de esses analise é o Instituto de Estudos Peruanos (IEP) (realizados por Matos Mar, como iniciador); ademais, uma ampla gama de autores publicou a revista *Urbanização, Migrações e Mudanças na Sociedade Peruana*, entre 1960 e o início dos anos 90, também desenvolvido pelo (IEP). No aspecto demográfico, as publicações do Centro de Estudos de População e Desenvolvimento (CEPD), a Associação Multidisciplinar de Investigação e Desenvolvimento em População (AMIDEP) e o Instituto Andino de Desenvolvimento e Estudos em População (INANDEP), além das organizações acadêmicas universitárias e as repartições oficiais, sobretudo no Ministério de Trabalho e no *Instituto Nacional de Estadística e Informática* (INEI).

Tabela 28 - Desemprego, subemprego e emprego no Peru (1980-1991).

Nível de Emprego	1980 (1)	1981	1982	1983	1984	1985	1991 (2)
Emprego formal	66,9	66,4	65,4	157,7	54,3	47,4	36,5
Subemprego	26,0	26,8	28,0	133,3	36,8	42,5	57,5
Desemprego	7,1	6,8	6,6	19,0	8,9	10,1	6,0
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Promoção Social (MTPS), 1990 e CEDAL (1999, p. 38).

Notas: (1) dados de 1980 a 1985 foram tomados do MTPS. (2) dados de 1991 foram tomados do *Centro de Asesoría Laboral del Perú* (CEDAL).

Como se pode observar, o emprego formal teve uma queda constante durante toda a década dos anos 80, passando de 66,9% em 1980 para 36,5% em 1991. Uma trajetória inversa é notada na taxa de subemprego, que passou de 26% em 1980 para 57,5% em 1991. O crescimento do subemprego esta associada, em parte, ao crescimento das migrações internas de força de trabalho. O desemprego teve um comportamento crescente entre 1982 e 1985. Já o ano 1991 expressa um declínio significativo. Contudo, existem questionamentos acerca da validade dos dados proporcionados por organismos oficiais que, à época proporcionaram esse dado estatístico²⁶⁷.

Portanto, o sindicalismo não só tem sofrido um impacto quantitativo negativo, ao mudar sua base econômica e social, como também ficou enfraquecido em seu papel na condução e defesa dos interesses dos trabalhadores assalariados. O impacto negativo também pode ser detectado no interior dos locais de trabalho: setores com uma forte tradição sindical, como os bancários, os mineiros e outros, já não são mais significativos na organização sindical, porque todos os bancos do Estado foram liquidados, além da privatização de muitos centros mineiros.

²⁶⁷Existem algumas evidências sobre o fato do governo de Fujimori modificar as estatísticas sobre o comportamento macroeconômico e sobre diversos dados, entre os que se encontram as taxas de desemprego. Segundo o estudo de Quijano (2000), o fujimorismo tem mentido sistematicamente, durante dez anos, sobre as cifras macroeconômicas inflacionando em mais de 10% o Produto Bruto Interno (PBI) entre 1990 e 2000. A inexatidão deste último dado foi reconhecida, oficialmente, pelo Instituto Nacional de Estadística e Informática INEI (QUIJANO, 2000, p. 1, tradução nossa).

Esses são alguns fatos que contribuíram para a diminuição da presença do movimento sindical na sociedade e na política peruana.

A instauração da nova Constituição desenvolveu fortes tendências desagregadoras, competitivas e individualistas. O próprio Estado foi reconfigurado, para sua articulação com a reorganização dos interesses dominantes. Com o Estado reforçado, todo o seu espaço ganhou nova qualidade e a dominação política foi redefinida. A coerção como “monopólio legítimo da violência” (WEBER, 1992), como ação típica do Estado visto como “sociedade política”, tinha de ser cada vez mais sintonizada com a “fabricação” de novos consensos²⁶⁸.

Cumprе lembrar que a tendência à autonomização da burocracia segundo Gramsci (1984; 1986), (direção tecnicamente adestrada) entra em contradição com a direção política da sociedade (partidos e parlamento) e estabelece um ponto de crise no Estado Moderno, em sua forma “social democrático burocrático”. A dimensão burocrática dos intelectuais pertence a um dos dois grandes planos da superestrutura: o da sociedade política, encarregada do governo jurídico por meio de uma camada social que funda seu poder em um saber especializado. Uma segunda dimensão da função intelectual na sociedade, igualmente relevante, é a de construtora de consensos, de valores, de representações coletivas no seno da sociedade civil.

O regime de Fujimori foi caracterizado de diversas formas, entre as quais, ditadura (PEASE, 1994); ditadura militar-tecnocrática e despótica (QUIJANO, 2000)²⁶⁹; neopopulismo (WEYLAND, 1997); autoritarismo (ARIAS, 2001; COTLER, 2001; DEGREGORI, 2000; GROMPONE, 2001; VEGA CENTENO, 2000; TANAKA, 2001). Um dos conceitos mais

²⁶⁸Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci (1986), esclarece que o ato de governar requer continuar a buscar o “consenso dos governados”, mas não apenas como “consenso genérico e vago” que “se afirma no instante das eleições”, e sim como “consenso organizado”, recoberto de coerção.

²⁶⁹O Fujimorismo emergiu como um regime político novo na história política da América Latina: uma ditadura militar, com caráter, orientação e estrutura despótica, mas com uma parafernália institucional democrático-liberal. Esse peculiar amálgama o levaria a operar nos anos seguintes como uma ditadura militar-tecnocrática. (QUIJANO, 2000, p. 1, tradução nossa).

usados foi esse último. Todos os autores citados concordam com o diagnóstico referente ao autoritarismo²⁷⁰. Pode-se afirmar que o Governo Fujimori configurou-se como um regime neopopulista autoritário, que des-institucionalizou as estruturas de poder²⁷¹ e ampliou as atribuições do serviço de inteligência, o qual, por seu turno, excedeu qualquer mecanismo de controle.

8.5 A ação sindical no Peru frente ao processo flexibilizador

A flexibilização das relações trabalhistas implantada unilateralmente, pelo Governo Fujimori ampara o empregador para diminuir ou eliminar benefícios trabalhistas sem a participação dos trabalhadores (ERMIDA, 2001, p. 19). As medidas adotadas, desde o início desse governo, foram dirigidas a aprofundar a flexibilização do mercado de trabalho e a regular a negociação coletiva, as greves e os sindicatos. Cumpre mencionar, também, a reforma da Previdência Social, com a implantação de um Sistema Privado de Previdência, através das *Administradoras de Fondo de Pensiones* (AFPs), como uma alternativa ao sistema de seguridade social administrado pelo Estado, o *Instituto Peruano de Seguridad Social* (IPSS). A vinculação a um plano privado de Previdência depende da capitalização individual efetuada por cada trabalhador, através de suas contribuições econômicas obrigatórias. Essas reformas significaram um retrocesso no campo da função compensadora da legislação trabalhista e da tutela coletiva, pois a ampliação da margem decisória para o nível individual implicou na prática, em um

²⁷⁰Segundo Linz (1975), os regimes autoritários são sistemas políticos com um pluralismo limitado e não-responsável, sem ideologia reitora, mas com mentalidades próprias, sem mobilização, exceto em alguns momentos de seu desenvolvimento no qual um líder, ou, às vezes, um pequeno grupo exerce seu poder dentro de parâmetros formalmente perversos e bastante perecíveis. (LINZ, 1975, p. 175).

²⁷¹Esse processo inicia-se com o dismantelamento das instituições do Estado de Direito, como a independência do Poder Judiciário, da *Fiscalia de la Nación* e do Conselho Nacional da Magistratura. Cumpre enfatizar a fragilidade das instituições do Poder Judiciário, a qual favoreceu a chamada “Lei de interpretação autêntica” que autorizou a reeleição presidencial.

incremento substancial da vontade do empregador. Uma síntese dessas é apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 4 - Desregulamentação das relações trabalhistas durante o primeiro governo de Fujimori (1990-1995)

Etapas	Medidas	Conteúdo
1ª Etapa. Decretos de Urgência Início do governo em 1990. Trata-se de uma legislação de emergência	Decretos Supremos Nº. 077-90-TR, de 21.12.90. Nº 064-90-TR de 27.09.90. Nº 014-91-TR de 13.03.91, e o Nº. 015-91-TR de 02.2.91	Contratação por tempo determinado de jovens em formação Prestação de serviços através de cooperativas de trabalhadores Compensação por tempo de serviço
2ª Etapa Caracteriza-se pela promulgação de Decretos legislativos, ao amparo de faculdades atribuídas mediante Lei nº. 25327 do 17.06.91.	Decretos Legislativos Nº 650 de 24.07.91 Nº 677 de 07.10.91 Nº 688 de 05.11.91 Nº 689 de 05.11.91 Nº 692 de 06.11.91 Nº 718 de 10.11.91 Nº 724 de 11.11.91 Nº 728 de 11.11.91	Lei de compensação por tempo de serviço Lei de participação de trabalhadores na empresa Lei de consolidação dos benefícios sociais Lei de regulamentação de contratação de trabalhadores estrangeiros Lei sobre descansos remunerados Lei de criação do Sistema Privado de Saúde Lei de criação do Sistema Privado de Pensões (revogada pela atual lei nº 728 de fomento do emprego) Lei de fomento do emprego
3ª Etapa Inicia-se com o golpe de Estado em 5 de abril de 1992. Decretos Leis ditados pelo governo autodenominado " <i>De emergencia y Reconstrucción Nacional</i> "	Decreto Lei Nº 25.593 de 03.12.92 Nº 26.136 de 30.12.92 Nº 25.897 de 06.12.92 Nº 25.920 de 03.12.92 Nº 26.102 de 29.12.92 Nº 26.116 de 30.12.92 Nº 26.135 de 30.12.92	Lei sobre direitos do empregador Lei sobre jornadas ordinárias e extraordinárias de trabalho Lei sobre o Sistema Privado de Pensões Lei sobre juros por dívidas de pensões Código do menor e do adolescente Lei de reestruturação empresarial Lei sobre normas relativas ao fechamento de locais de trabalho: exigência de concordância da autoridade de trabalho
4ª Etapa Inicia com a nova constituição de 1993	Lei Nº 26.183 de 13.05.93 Nº 26.196 de 10.06.93 Nº 26.233 de 17.10.93 Nº 26.331 de 23.03.94	Lei que cria o Sistema Privado de Pensões Lei que modifica a contratação de trabalhadores estrangeiros Lei que modifica a Taxa de <i>Contribución al Fondo Nacional de Vivienda (FONAVI)</i> Lei que modifica o direito ao descanso em dias feriados e outros

Fonte: Elaboração própria.

Esse processo foi desenvolvido tanto na esfera individual quanto a coletiva. No relativo aos direitos individuais, a promulgação do Decreto Legislativo nº 728, denominado Lei de

Fomento do Emprego, produziu as seguintes mudanças: a) no âmbito da estabilidade no trabalho, incrementaram-se a dez as modalidades contratuais por tempo determinado. Além disso, os prazos para esses contratos foram incrementados e o requisito de aprovação previa do Ministério de Trabalho se converteu em automático; b) extinguiu-se a estabilidade no trabalho, através da demissão injustificada e com o dever único do empregador de pagamento de indenização. Regulou-se um maior número de causas de demissão justificada e se ampliou e facilitou a demissão coletiva. Estabeleceu-se um prazo de caducidade para que os trabalhadores levassem adiante suas demandas, não só em relação à reposição salarial, mas também à indenização; c) no âmbito da flexibilidade interna à organização, instituíram-se critérios de produtividade e competitividade na determinação das jornadas de trabalho e dos descansos (VIEIRA; VILLAVICENCIO; CORTÉS, 2004).

No campo das relações coletivas de trabalho, outorgou-se, em 1992, o Decreto Lei Nº 25.593. Esse decreto recebeu 16 objeções do Comitê de Liberdade Sindical da OIT. A norma legal favorecia a desregulamentação da sindicalização, da negociação coletiva e do regime de greves.

As características principais desse Decreto Lei são as seguintes: a) sua elaboração não foi negociada com os atores do sistema de relações trabalhistas, o que expressa uma diferença em relação a outros países como o Brasil, o Uruguai, a Venezuela, a República Dominicana e o Paraguai, em que a diferença do Peru persiste o modelo tradicional de regulação das relações coletivas de trabalho²⁷²; e b) expressa uma visão restritiva e controladora (VIEIRA; VILLAVICENCIO; CORTÉS, 2004).

Em matéria de negociação coletiva, abandona-se a arbitragem obrigatória do Estado. Criou-se uma forma de arbitragem onerosa e pouco razoável, pois obriga o árbitro a optar pela

²⁷²Essas drásticas mudanças ratificam as características de cunho autoritário e restritivo do caso peruano.

proposta de cada parte. A isso, deve ser acrescentado que as greves foram declaradas ilegais na maioria das oportunidades (OTOYA, 2004, 7). Na seguinte Tabela registra-se o impacto da regulação desse Decreto Lei de 1992 sobre a conseqüente queda das negociações coletivas.

Tabela 29 - Negociação Coletiva no Peru (1990-2003)

Ano	Convenções Coletivas apresentadas (A)	Negociações Resolvidas (B)	Variação B/A %
1990	2.015	1762	87,4 %
1991	1.941	1402	72,2 %
1992	1.104	273	24,7 %
1993	1.461	1059	72,4 %
1994	1.350	883	65,4 %
1995	1.271	803	63,1 %
1996	998	623	62,4 %
1997	846	627	74,1 %
1998	728	564	77,4 %
1999	652	468	71,7 %
2000	576	409	71,0 %
2001	533	418	78,4 %
2002	524	444	84,7 %
2003	535	371	69,3 %

Fonte: *Progama Laboral de Desarrollo* (Plades), 2004, p. 10. Elaboração própria da variação B/A, em percentuais.

No âmbito das organizações dos trabalhadores determinou-se uma estrutura de sindicato por empresa. No referente à constituição de organizações sindicais, o sistema implantado não favoreceu a criação de novos sindicatos. Segundo Otoyá (2004, p. 8), as diferenças acumuladas entre o registro e extinção de sindicatos por períodos, encontramos que para o período de 1993 a 2000, tem-se por resultado -74. É dizer, que entre 1993 e o ano 2000, era mais os sindicatos que se extinguíam que aqueles que nasciam. Impuseram-se, também, requisitos rigorosos para a constituição de sindicatos, para a eleição de dirigentes e para a filiação (um número de 100 afiliados para qualquer sindicato, assim como a superação de um período probatório de antigüidade superior a um ano na empresa). Estabeleceu-se a possibilidade de abertura de mais de

uma personalidade jurídica, o que poderia derivar no cancelamento administrativo do registro sindical e impedir assim a representação dos trabalhadores no âmbito do trabalho.

Consagra-se, assim, um foro sindical simbólico e limitado, já que não existe um processo específico nem medidas processuais eficazes que combatam a violação da liberdade sindical e a redução da proteção legal à demissão ou à transferência injustificada do trabalhador. O tratamento do conflito obedece a uma consideração quase patológica do mesmo, através das seguintes características: a) redução a um espaço mínimo de expressão; b) regulação adscrita a um modelo *quase-contratual*, no qual se admite a greve no processo de negociação coletiva, embora com requisitos muito exigentes (maioria absoluta dos trabalhadores da empresa ou unidade de produção); e c) ilegalidade de todas as modalidades de greve que constituam suspensão total de atividades e abandono do local de trabalho. Prevê-se a possibilidade de greve por descumprimento legal ou convencional do empregador, mas só quando obtida sentença judicial a esse respeito, o que impede o uso na prática dessa medida de pressão (VIEIRA; VILLAVICENCIO; CORTÉS, 2004, p. 45).

Tabela 30 - Atividade Grevista no Peru (1990-2003)

Ano	Número de Greves	Índice 1990=100
1990	613	100%
1991	315	51,3%
1992	219	35,7%
1993	151	24,6%
1994	168	27,4%
1995	102	16,6%
1996	77	12,5%
1997	66	19,7%
1998	58	9,4%
1999	71	11,5%
2000	37	6,0%
2001	40	6,5%
2002	64	10,4%
2003	68	11,9%

Fonte: *Programa Laboral de Desarrollo* (Plades), 2004, p. 11. Elaboração própria dos índices.

Na Tabela acima se pode observar uma queda importante do exercício do direito de greve durante toda a década de 1990. Mas, pode-se perceber um ligeiro incremento nos percentuais dessa prática sindical em 2002 e em 2003, devido fundamentalmente à queda do regime que atrelou o movimento sindical desde o início dos anos 90. O especialista da OIT entrevistado destaca a recuperação da sindicalização:

[...] se observa una tenue recuperación de la tasa de sindicalización, pero todavía queda el autoritarismo y, sobre todo, la estructura que se mantiene en las empresas que se descentralizaron, en las que la sub-contratación es una norma generalizada, eso pasa en todas las empresas formales. Ahí vale la pena señalar varios problemas de tipo sindical (Entrevista com especialista da OIT, 2004).

O movimento sindical teve, aliás, que enfrentar obstáculos não só legais, mas a violência política desenvolvida pelo Sendero Luminoso e pelo Movimento Revolucionário Tupac Amáru.

É preciso salientar que entre os trabalhadores assalariados nem todos tinham a possibilidade legal de formar um sindicato. A legislação trabalhista contempla a constituição de um sindicato somente em empresas com um mínimo de 20 trabalhadores. No caso das empresas de menor porte, podem-se conformar um comitê composto pelo menos dois trabalhadores. Isto significa a redução da possibilidade de participar ativamente de um sindicato. Assim, 60,3% dos trabalhadores do setor privado peruano são assalariados, dos quais as três quartas partes trabalham em empresas de pequeno porte (menos de 10 trabalhadores) (GARAVITO, 2004, p. 4). A autora argumenta que os trabalhadores com possibilidade de se sindicalizar constituem menos da quarta parte da força laboral assalariada do setor privado. É somente no setor público que existe o percentual exigido em relação ao número mínimo de trabalhadores requerido para a sindicalização (GARAVITO, 2004, p. 5). Na seguinte Tabela pode-se observar a queda no percentual de afiliação sindical do setor privado.

Tabela 31 - Evolução em percentuais da variação entre a população sindicalizada População Assalariada no Peru (1982-1996)

Ano	População Assalariada (A)	População Sindicalizada (B)	Varição B/A %
1982	626.000	235.000	33%
1990	966.000	143.000	15%
1993	1.154.000	90.000	8%
1996	1.210.000	35.000	3%

Fonte: *Centro de Asesoría Laboral del Perú* (CEDAL), 1999, p. 43. Elaboração própria da variação B/A, em percentuais.

Como pode ser notado, existe uma tendência à queda da variação entre a população sindicalizada e a população assalariada. Essa tendência pode ser observada, também, na Tabela a continuação, onde se registra a queda do número de trabalhadores vinculados a empresas com sindicato, assim como, nessas ultimas, a queda do número de afiliados.

Tabela 32 - Trabalhadores assalariados do setor privado na região metropolitana de Lima, segundo acesso à sindicalização

Ano	Trabalhadores de empresas com sindicatos			Totais A/B	Trabalhadores de empresas sem sindicato (C)	% (C)	Total PEA Assalariada	% Total
	Afiliados (A)	% (A)	Não afiliados (B)					
1990	142.582	53,1%	125.863	268.445	697.522	72,2%	965.967	100,0%
1991	120.112	43,3%	157.190	277.302	727.116	72,3%	1.004.418	100,0%
1992	106.766	46,8%	121.258	228.024	801.589	77,8%	1.029.613	100,0%
1993	90.035	43,0%	119.117	209.152	945.415	81,8%	1.154.567	100,0%
1994	94.868	40,8%	137.222	232.090	1.004.010	81,2%	1.236.100	100,0%
1995	57.520	39,7%	87.216	144.736	1.144.344	88,7%	1.289.080	100,0%
1996	35.546	40,6%	51.886	87.432	1.122.890	92,7%	1.210.322	100,0%

Fonte: *Centro de Asesoría Laboral del Perú* (CEDAL), 1999, p. 44. Elaboração própria dos percentuais.

Como se pode constatar nas tabelas anteriores existe uma tendência nacional de queda da sindicalização, tanto entre trabalhadores pertencentes a empresas com sindicato quanto em número de filiados. A População não assalariada apresentou um crescimento relevante à época, ultrapassando a fração assalariada. Em 1996, a população assalariada correspondia a 29.5% da PEA total, em tanto que a PEA não assalariada alcançava o 60.5%. Desta última, 29.1%

correspondiam a trabalhadores informais. A taxa de filiação correspondente à PEA assalariada, que em 1990 era de 15% tinha diminuído, em 1996, para 3% (tabela 31). No seguinte Quadro pode-se constatar novamente a tendência que se vem analisando.

Quadro 5 - Situação de Trabalho e Filiação Sindical no Peru (1995)

PEA (População Economicamente Ativa) 8.640.000 (100%)	
OCUPADOS 7.776.000 90% da PEA total	DESEMPREGADOS 864.0 10% da PEA total
ASSALARIADOS 2.550.000 29% da PEA total 32,8% da PEA ocupada	NÃO ASSALARIADOS 5.226.000 60,5% da PEA total 67,2% da população ocupada
SETOR PRIVADO 1.560.000 18,1% da PEA total 20,1% da população ocupada 61,2% da população assalariada	SETOR PÚBLICO 790.000 9,1% da PEA total 10,2% da população ocupada 31% da população assalariada
SINDICALIZADOS - Setor Privado 325.000 3,8% da PEA total 4,2% da população ocupada 12,7% da população assalariada 20,8% da população assalariada privada	SINDICALIZADOS - Setor Público 282.000 3,3% da PEA total 3,6% da população ocupada 11,1% da população assalariada 35,7% da população assalariada Pública
NÃO-SINDICALIZADOS - Setor Privado 1.235.000 14,3% da PEA total 15,9% da população ocupada 48,4% da população assalariada 79,2% da população assalariada do setor privado	NÃO-SINDICALIZADOS - Setor Público 508.000 5,8 % da PEA total 6,5 % da população ocupada 19,9% da população assalariada 64,3% da população assalariada do setor público
TOTAL DE SINDICALIZADOS = 607.000 7,1% da PEA total 7,8% da população ocupada	

Fonte: Instituto de Estudios Sindicales (IESI), 1997, p. 16.

Junto com os processos de desregulamentação, flexibilização e individualização das relações trabalhistas se devem destacar as mudanças operadas na estrutura social e econômica originadas pela onda migratória²⁷³. A migração contribuiu para um incremento considerável da população assalariada e também para um substancial crescimento do setor informal, tendo conduzido, este último aspecto, para uma perda de capacidade de interlocução do sindicalismo

²⁷³Vários autores analisaram as profundas transformações sociais dos organismos sindicais constituídos com origem na migração interna. Parodi (1986) afirma que “*Ser obrero es relativo*”, mostrando, assim, os conflitos e dissidências entre o operário “crioulo” ou nativo e o imigrante, principalmente da serra, por sua diferente visão em relação ao trabalho e ao enfrentamento com os patrões. Nessa linha de argumentação também são importantes as identidades culturais que subjazem à organização e a política sindical, especialmente na versão do sindicalismo classista. Para isso, cumpre destacar os seguintes trabalhos: Balbi (1989); Vildoso (1992) e Portocarrero e Tapia (1993).

frente ao Estado. Em suma, é a própria legitimidade do sindicalismo em seu conjunto, como espaço de organização e representação dos trabalhadores que resultou seriamente questionada.

Cumprе destacar que as transformações que vêm sendo analisadas tiveram um impacto direto sobre as bases – tanto econômicas quanto de fornecimento de dirigentes sindicais – da maior central sindical peruana: a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP). Os dirigentes da CGTP provinham, principalmente, de sindicatos e federações das empresas públicas²⁷⁴, as quais, em sua maioria, foram privatizadas, sendo previamente submetidas a um processo de “racionalização” de pessoal, com no mínimo uma redução de em torno de 60% de seu quadro de funcionários. Também houve as que foram liquidadas, como no caso dos bancos de fomento²⁷⁵. Sobre o processo de clausura dos bancos estatais, o Secretário de Relações Internacionais da CGTP, em entrevista realizada para este estudo, na época da pesquisa, afirmou que:

[...] A FEB (Federación de Empleados Bancários) tinha um 75% de sua filiação nos Bancos de Fomento, Estatal e Associada. Com sua liquidação reduziu-se dramaticamente, mas ficava ainda o Banco Popular que tinha mais de 3.000 afiliados e era um Banco muito importante; era o mais forte, tinha mil correspondentes estrangeiros. Não entanto, esse banco não se privatizou, senão liquidou-se. A liquidação não obedecia a razões de ordem técnico ou financeiro, senão que teve um caráter político. O objetivo era acabar com o último reduto de luta da Federação Bancária. Essa é uma das razões pelas quais foi liquidado (Entrevista com Secretário de Relações Internacionais da CGTP, 2004).

²⁷⁴A *Confederación General de Trabajadores* (CGTP) tinha nove dirigentes que provinham da *Federación de Empleados Bancários* (FEB). O Secretário Geral da CGTP, à época do regime militar (1968-1979), foi, em três gestões, Eduardo Castillo Sanchez. Esse dirigente sindical procedia do Banco Popular do Peru. Esse banco, como a maioria dos bancos estatais, foi liquidado.

²⁷⁵A liquidação dos bancos de fomento e de parte dos Bancos Associados do Estado teve um forte impacto negativo sobre o movimento sindical. A Federação Bancária se constituía como o eixo da CGTP, da qual era considerada sua “coluna vertebral”. A “poderosa Federação Bancária” tinha, aliás, muitos representantes na Diretoria da CGTP. Além disso, o apoio econômico e logístico dessa última provinha da Federação Bancária. O grosso dos filiados à FEB procedia dos bancos de fomento (aproximadamente 65% dos filiados). Ao serem fechados os Bancos de Fomento e a Banca Associada (*Banco Agrário, Banco de la Vivienda, Banco Indústria, Banco Hipotecário e Banco Popular*), todo esse contingente de trabalhadores “ficou na rua”. Assim o Governo Fujimori afetou de forma dupla o movimento sindical, ao atuar primeiro, sobre o setor bancário e assim, conseqüentemente, sobre a maior central sindical peruana.

O governo implementou um programa de redução de pessoal orientado para o setor público bancário que significou um impacto direto sobre a *Federación de Empleados Bancários* (FEB). Esse programa foi levado adiante através da modalidade de convite individual de demissão voluntária com um incentivo econômico por ano de serviço. No entanto, os trabalhadores que decidiram não renunciar foram declarados excedentes e demitidos sem nenhum incentivo econômico. Além disso, foram demitidos, com base no Decreto Lei nº 25.735, nove dirigentes da Diretoria Nacional da Federação Bancária²⁷⁶. De acordo com o governo, tais medidas tinham por objetivo a implantação de uma administração estatal eficiente que pudesse atingir uma estabilidade econômica e um equilíbrio financeiro (CEDAL, 1999, p. 94). Nessa perspectiva argumentava o Ministro de Economia à época:

No mercado de trabalho, desregula-se a contratação e a demissão nos dois primeiros anos e meio, e se liberalizam as negociações salariais nos seguintes quatro [anos] e meio [...] As reformas indubitavelmente trarão consigo ajustes difíceis. A inflação e o desemprego agravar-se-ão na medida em que se eliminem os controles de preços e fiquem em evidência as verdadeiras perdas econômicas de algumas atividades. A oposição política poderia aumentar ante essa situação e ante a intensificação da desigualdade na distribuição da renda produzidas depois de uma modificação radical da estrutura dos incentivos. Mas, em seguida, poderia começar a aumentar a exportação e a disponibilidade de bens de consumo (BOLONIA, 1994, p. 133-134, tradução nossa).

O plano do governo – de desmonte do sistema de relações trabalhistas existentes e alcançadas em anos imediatamente anteriores –, estava voltado a rechaçar explicitamente qualquer tipo de conflitividade social, que questionasse tanto a “paz social” quanto os níveis de produção e de produtividade estabelecidos pelo capital. Sua implantação provocou, portanto, o imobilismo e a crise da atividade sindical, registrados nas tabelas 30, 31 e 32.

²⁷⁶Desse modo, a Federação Bancária foi praticamente liquidada. Seu Secretário Geral; Ismael Vasquez, em entrevista realizada para este estudo, em 2004, declarou que: “[...] dos 30.000 afiliados da Federação de Empregados Bancários (FEB) no início do governo de Fujimori, agora contamos com menos de 600 afiliados. Assim não podemos fazer nada” (Entrevista com dirigente sindical da FEB, 2004, tradução nossa).

O sindicalismo peruano também foi afetado pela divisão de suas organizações, em particular nos níveis das Federações e das Centrais. Entre as primeiras, temos a influência dos alinhamentos sindicais internacionais com conseqüente adoção de determinadas correntes ideológicas e políticas. Houve um esforço constante das organizações sindicais mundiais como a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), a Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e a Federação Sindical Mundial (FSM) e de suas filiais regionais, a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), a Confederação Latino-americana de Trabalhadores (CLAT), e *Congreso Permanente de la Unidad Sindical de los Trabajadores de América Latina* (CEPUSTAL), para criar associações filiadas em cada país. Esses alinhamentos internacionais reproduziram-se em toda a estrutura do sindicalismo peruano, determinando a existência de Centrais Nacionais, Federações e Sindicatos de Base vinculados a cada corrente sindical internacional, em aberta concorrência entre eles para incrementar a base de filiados e a presença no âmbito nacional.

Como resposta imediata ao processo flexibilizador do governo, as organizações sindicais optaram, desde 1990, por recorrer ao Comitê de Liberdade Sindical (CSL) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), contra o governo peruano, pela violação dos princípios de liberdade sindical e de autonomia coletiva, contidos nos acordos internacionais da OIT. Para isso, o movimento sindical contou diretamente com a assessoria do *Centro de Asesoría Laboral del Perú* (CEDAL)²⁷⁷, que ofereceu assessoria técnica para a elaboração e acompanhamento da

²⁷⁷O CEDAL é uma das poucas instituições (ONGs), junto com a PLADES, que continuam desenvolvendo assessoria e pesquisa sobre o mundo do trabalho no Peru. As outras instituições que efetuavam esses estudos, incluídas as instituições acadêmicas, não se interessam mais pela questão do trabalho. O Secretário Geral da CGTP, Juan José Gorriti assinalou, à época da pesquisa, que: “Temos relação, principalmente, com organismos como *Planificación y Desarrollo* (PLADES) e o *Centro de Asesoría Laboral* (CEDAL), [...] porque são as duas únicas organizações que se têm mantido na área do trabalho – com as diferenças que há entre as duas – e repercutem positivamente em nosso trabalho. Outras como a *Asociación Laboral para el Desarrollo* ADEC-ATC, *Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo* (DESCO), deixaram de abordar a área do trabalho. Embora, trabalhamos com eles em questões, já não

maioria das ações apresentadas ante o CLS-OIT. Essa ação do sindicalismo peruano constituiu uma dimensão útil da defesa dos direitos dos trabalhadores, desenvolvida ao longo do período de sua crise (1990-1999). A importância da OIT é apontada pelo Secretário Geral da CGTP em entrevista:

[...] Para nosotros es una institución muy importante, que ha desarrollado buena labor en el período que hemos sido golpeados, porque quedo demostrado ante ellos, la falta de diálogo y concertación del empresariado y del Estado, ellos organizaban diferentes eventos en la época de Fujimori, solo íbamos nosotros con ellos, por supuesto los profesionales que eran invitados, no iban nunca los empresarios ni los representante del gobierno, mandaban muchas veces jefecitos de cuarto o quinto nivel, jefecitos de direcciones menores y a veces ni iban. Pero ellos (OIT) perseverantemente han estado realizando eventos, creemos que han desarrollado un trabajo importante. (Entrevista com Secretário Geral da CGTP, 2004).

O Comitê de Liberdade Sindical da OIT elaborou 16 objeções ao Decreto-Lei 25.593, considerando-o lesivo as Convenções 87 e 98, ratificados pelo Peru, ao encontrar incompatibilidades em vários artigos²⁷⁸. Nesse período, entre 1990 e 1999, o CLS-OIT pronunciou-se em 26 oportunidades contra o governo peruano, com resoluções e recomendações para que este adotasse medidas retificadoras. Entre as organizações sindicais demandantes encontravam-se sete Confederações Nacionais, 13 Federações, 13 Sindicatos de Base e 6 organizações sindicais internacionais (CEDAL, 1999, p. 48).

tem que ver com o movimento trabalhista, senão com o trabalho infantil ou com questões sociais referentes às mulheres, em que eles estão focados agora”. (Entrevista com Secretario Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

²⁷⁸A OIT encontrou incompatibilidades nas seguintes regulamentações: (i) a possibilidade de cancelamento do registro sindical por via administrativa; (ii) o requisito para ser membro de um sindicato, o trabalhador não se encontrar em período ou estágio provatorio; (iii) a proibição da afiliação conjunta a organizações sindicais de empresa e de ramo de atividade; (iv) a exigência de ser membro ativo ou de ter um tempo de serviço de pelo menos um ano para integrar a junta diretiva; (v) a obrigação de renegociar os convênios coletivos vigentes; (vi) a elaboração de uma lista muito ampla de serviços públicos essenciais; (vii) a possibilidade de o Executivo determinar o reinício do trabalho frente a certas greves; (viii) a consideração sobre as modalidades irregulares de greve; (ix) a intervenção da Autoridade do Trabalho na determinação do serviço mínimo; (x) os requisitos numéricos para adotar o acordo de realização das greves; e (xi) as restrições sobre as finalidades das greves (PLADES, 2004, p.7).

Algumas dessas ações tiveram um resultado positivo, mas só depois da queda do regime de Fujimori. A Lei Nº 27.912, publicada em janeiro de 2003, que buscava levantar as objeções que formulara o Comitê de Liberdade Sindical da OIT, reformou a Lei de *Relaciones Colectivas de Trabajo*, sendo seus principais termos os seguintes: a) a eliminação das proibições gerais relativas à atividade política do sindicato; b) a supressão do requisito de superação do período probatório para o trabalhador poder afiliar-se a uma organização sindical; c) a redução de 100 para 50 do número de trabalhadores necessário para constituir um sindicato supra-empresarial; d) a anulação do poder administrativo do Estado de cancelar o registro sindical; e) a revogação da caducidade dos convênios coletivos ao termo de sua vigência, voltando à norma anterior, que estabelecia a permanência do acordado, enquanto não seja modificado por um acordo coletivo posterior; f) a eliminação da capacidade do Poder Executivo de ordenar o reinício das atividades de trabalho nos casos de greves em que se considere que, estendem-se por um tempo excessivo, comprometem gravemente uma empresa do setor produtivo, derivam em atos de violência ou assumem características graves (VIEIRA; VILLAVICENCIO; CORTÉS, 2004, p. 45).

No Peru, o processo de ajuste estrutural e de reformas econômicas foi efetuado, até 1997, de acordo com os termos fixados pelos organismos internacionais e pelos investidores estrangeiros. Em relação às privatizações, as vendas atingiram US\$ 2 bilhões e 620 milhões, em 1994; US\$ 1 bilhão e 100 milhões, em 1995 e US\$ 1 bilhão e 100 milhões, em 1996. Em 1997, produziu-se uma mudança política no que se refere às privatizações, devido à questão de ordem política, em função da sua continuidade de Fujimori no governo. Foi então postergada a venda já planejada das poucas empresas públicas que ficavam por privatizar, o processo de privatização foi adiado indefinidamente (GROMPONE, 2001, p. 118).

9 CRISE E RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NO PERU: NOVOS DESAFIOS

O último capítulo que ora segue busca analisar, na primeira parte, a violência política no Peru – tanto de parte do Sendero como do Estado –, sua relação com o movimento sindical. A organização do Sendero Luminoso em referência ao setor sindical. A captura de seu líder e o aproveitamento do regime para aprofundar seus traços neopopulistas.

A continuação se desenvolve a tentativa de re-ascenso do sindicalismo, o processo de rearticulação com novos setores. O início do enfraquecimento do regime fujimorista, a tentativa de se eleger por um terceiro período. A continuação se faz uma análise do processo de reconfiguração do sindicalismo da CGTP, a solidariedade sindical internacional e a reorganização do que se tem denominado como novo classismo, a mudança na sua estrutura organizativa frente ao novo cenário, após da queda de Fujimori.

9.1 A violência política no Peru e o movimento sindical peruano

9.1.1 Organização do Sendero Luminoso

A violência política no Peru representou um dos fatores mais importantes da crise do movimento sindical peruano. Constituiu, aliás, um dos principais argumentos utilizados pelo regime de Fujimori na repressão do movimento sindical. No decorrer da década de 80 e no início década de 90, houve uma intensa presença de atividades guerrilheiras no cenário político peruano. Cumpre mencionar que os grupos guerrilheiros, o Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso (PCP-SL) e, em menor medida, o *Movimento Revolucionário Túpac Amaru* (MRTA) expandiram-se no interior do movimento sindical.

Desde que o Sendero Luminoso iniciou a luta armada²⁷⁹, desenvolveu uma primeira etapa na estratégia guerrilheira em que o objetivo principal foi “[...] fazer do campo o teatro principal das ações e, das cidades, o complemento necessário” (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 409). Durante os primeiros anos, esse grupo guerrilheiro questionou o movimento sindical, definindo-o como economicista e conciliador. Os militantes sindicais que recrutava nos locais de trabalho não desenvolviam um trabalho dentro dos sindicatos, mas sim em outros âmbitos de ação.

Em 1983, como parte dos esforços de “Reorganização do Partido”, setores que deram origem a Sendero Luminoso definiram um plano de ampliação de suas bases sociais, criando o Movimento Revolucionário de Defesa do Povo (MRDP), em perspectiva de desenvolver centros de resistência em cada cidade e a preparação de uma futura insurreição, a qual se esperava ocorresse quando as forças do campo “assultassem” as cidades em combinação com o levantamento do interior do país (ARCE, 1989).

A partir de seu Primeiro Congresso, efetuado em 1987, o Sendero Luminoso deu um novo direcionamento a sua política, concedendo, na estratégia político-militar estabelecida para obter a insurreição, uma nova significação às cidades. Em vários de seus documentos indicava-se a importância que deveria ter o denominado *Movimiento Revolucionario de Defensa del Pueblo* (MRDP). Esse movimento estaria conformado por *Organismos Autogenerados*, semi-

²⁷⁹O movimento Sendero Luminoso criou-se em 17 de maio de 1980, dia de eleições para a Presidência da República e de representantes legislativos do Congresso. Iniciou suas ações invadindo a Prefeitura de *Chuschi*, distrito de Ayacucho, e queimando os registros dos eleitores desse lugar. Na época esse incidente não teve repercussão pública. Esse grupo guerrilheiro rejeitava toda opção política democrática e constitucional, questionava as diversas posições políticas e assumia a luta militar, como única via pela qual um governo democrático e popular poderia dirigir uma “revolução anti-feudal e antiimperialista”. Originalmente, constituiu-se como uma fração do “*Bandera Roja*”, divisão maoísta do “Partido Comunista” que, em 1964, convencida da importância da “*Guerra Popular*”, condenou firmemente todas as outras correntes políticas da esquerda peruana. Tratava-se de um movimento independente de qualquer direção internacional de esquerda. Declarava-se maoísta, e defendia a “revolução cultural” e o chamado “bando dos quatro”, sustentando a tese da democracia popular. Na sua concepção, Marx, Lênin e Mao representavam, nessa ordem, três etapas (“*três espadas*”) dentro da história da revolução socialista e Sendero Luminoso abriria uma quarta etapa (Abimael Guzmán ou “camarada Gonzalo” seria a “quarta espada”). Pretendia ser um movimento político mundial e seu chefe, um líder desse nível (GONZALES, 1997, p 19).

clandestinos, que ligariam o partido com “as massas” e realizariam um trabalho direto em sindicatos, federações, associações de refeitórios populares, bairros, universidades e demais organizações. Todos esses seriam, nessa concepção, centros de resistência para a continuidade da guerra popular e para a preparação da futura insurreição, constituindo uma forma de centralizar o poder e organizar “as massas” nas diversas formas demandadas pelas estratégias de luta.

9.1.2 O Sendero e o sindicalismo

No campo sindical, o Sendero Luminoso atribuiu ao *Movimiento Obrero de Trabajadores Clasistas* (MOTC)²⁸⁰ as funções de organismo encarregado do recrutamento de trabalhadores e de traçar as ações correspondentes. Estas últimas acentuaram-se nos principais centros fabris e representaram a base para a gestação das “paralisações armadas”²⁸¹, com as quais se tentava controlar qualquer luta popular, disputando a hegemonia e a convocatória do movimento sindical e de suas principais centrais.

A segunda etapa se inaugura em 1987 com as novas preocupações discutidas em seu Primeiro Congresso. A estratégia do PCP-SL era radicalizar as lutas dos sindicatos localizados ao longo da Estrada Central – avenida da cidade de Lima, onde estava estabelecido quase todo o setor industrial –, sob a tese do “abandono” do classismo por parte das lideranças identificadas com os partidos da esquerda legal. Para isso, criou-se um organismo de centralização sindical: o *Comité de Lucha de Obreros y Trabajadores Clasistas de la Carretera Central* (CLOTCC).

²⁸⁰O PCP-SL já nos anos 70 havia gerado o *Movimiento Obrero de Trabajadores Clasistas* (MOTC), cujo objetivo era articular o *Partido* com os trabalhadores urbanos, ainda que na prática não obtivesse presença entre as massas sindicalizadas, senão entre camelos e informais. Seria uma das causas pela qual se oponha às greves, considerando-as “revisonistas”, pelo fato que sua condução estava em mãos da CGTP. Nos anos seguintes organizou uma escola sindical entre os mineiros de Cerro de Pasco, com a intenção de captar e formar quadros, mas aparentemente não teve êxito, perdendo notoriedade nesse âmbito até mediados dos anos 80, quando reaparece empregando outras táticas. É provável que desde essa estivesse integrando e educando os trabalhadores que anos depois dirigiram os atentados perpetrados por essa organização (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 476, tradução nossa).

²⁸¹Faziam convocações a populações de diferentes localidades, com a finalidade de paralisar todo tipo de atividade.

Desse modo, desenvolveu-se uma intensa tarefa de presença e de propaganda, com pequenas manifestações na saída das fábricas, com o objetivo de recrutamento de novos militantes.

Mas o desenvolvimento do *gran plan de conquistar bases de apoyo* nas cidades implicava, além das tarefas de propaganda, em ações de tipo militar. Assim, procedeu-se à destruição da infra-estrutura de fábricas em que havia conflitos trabalhistas, como foram os casos, entre outros, das empresas Nissan, Bayer, Bata-Rímac, Papelera Atlas, Manylsa, Cope e Carbolán²⁸². Ao mesmo tempo, iniciaram-se “aniquilamentos seletivos”, isto é, execuções de quadros sindicais de empresas fabris²⁸³. Também se procedeu à execução de funcionários de empresas. Em março de 1988, os membros do sindicato da empresa *Corporación Peruana* (Cope)²⁸⁴ – localizada na Estrada Central –, se encontravam discutindo sua convenção coletiva, quando uma integrante de Sendero Luminoso assassinou o gerente de relaciones industriais. O sindicato – que estava controlado pelo *Comité de Lucha de Obreros Clasistas* (CLOTCC), organismo criado para agir no interior dos sindicatos – decretou uma greve geral indefinida com a

²⁸²Em 5 de maio de 1987 foi atacada a transnacional canadense “Bata”. As perdas, segundo os diretores, chegou a ser de 10 milhões de Intis (US\$ 8.410.00 conforme cálculos do autor) toda a fábrica foi incendiada. Foram destruídas mais de 50 máquinas e 600 operários de fábrica viram-se seriamente afetados na sua estabilidade de emprego. Conforme Chavez (1987) “O tipo de explosivo surpreendeu a policia, se tratava do C-13-4 de exclusivo uso militar, de consistência gelatinosa, envolvido em bolsas de plástico. Segundo a polícia, essas cargas não precisam de detonador, aderem facilmente às paredes e explodem pela ação do calor” (CHAVES, 1987, p. 24, tradução nossa).

²⁸³Trata-se, aqui, fundamentalmente, da mudança de estratégia implementada pelo PCP-SL, pouco antes de iniciar-se o “Quinto Grande Plano” (de agosto de 1989 a fevereiro de 1990), que consistia em transferir “o centro da guerra” para a cidade. Assim, foi assassinado o presidente da Federação Nacional de Trabalhadores Mineiros, Metalúrgicos e Siderúrgicos do Peru, Saúl Cantoral Huamani em 7 de fevereiro de 1989. Em 7 de maio de 1989 foi a vez de Antonio de Cajachahua e em 16 de maio a de Ceferino Requis, ambos líderes de mineiros das bases de CENTROMIN, nos assentamentos de Cerro de Pasco e Morococha. Em 31 de outubro foi executado Enrique Castilla, Secretário Geral da Federação de Trabalhadores do Complexo *La Unión* e membro do Comitê Central do Partido Unificado Mariateguista (PUM). Essa foi uma das poucas execuções reivindicadas em documento da organização guerrilheira. Sobre a mesma, o líder do PCP-SL Abimael Guzmán afirmou em um documento acerca da primeira campanha do “Quinto Grande Plano”: “Esse crime não resultou benéfico para a estratégia *senderista* (...) Não o desmascararam [a Castilla] ante o proletariado e o povo; deveria difundir todas a suas maldades, como traía suas lutas, como se vendia à empresa, como suspendia o Congresso Têxtil cada vez que atuávamos, revelando temor de nossas posições políticas, do debate, e delatando-nos como infiltrados. Aprendamos a lição: previamente a um aniquilamento seletivo, se deve desmascarar [o alvo], explicar às massas” (PAEZ, 1993, p. 8, tradução nossa).

²⁸⁴A COPE produzia tubos para pasta dental, embalagens para produtos alimentícios, embalagens de plástico e produtos para lubrificantes. Era uma fábrica única em seu gênero no país e sua rentabilidade era tão alta como as das companhias cervejarias Cristal e Pilsen. (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 471, tradução nossa).

toma das instalações da fábrica²⁸⁵. Depois de 50 dias de greve, os trabalhadores foram reprimidos de forma violenta, com intervenção da polícia, as lideranças também foram demitidas. As demandas dos trabalhadores foram atendidas somente em parte de sua negociação coletiva. De igual forma, em abril de 1988 um grupo de integrantes de Sendero Luminoso, que se havia introduzido entre trabalhadores que estavam em greve, assassinou o gerente da fábrica *Hilados S.A.*. Posteriormente, o jornal desse grupo guerrilheiro, *El Diario*, assinalava como “correto” a ação. (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 471).

Assim, as ações no campo sindical de grupos guerrilheiros como o Sendero Luminoso tiveram um forte impacto pela violência com que agiam. O informe da *Comisión de la Verdad*²⁸⁶ (2003) apontou que:

Segundo *El Diario*, a constituição da CLOTCC foi um “ponto histórico [...] que se diferenciou nitidamente das [organizações] que costumam organizar os revisionistas, oportunistas de Esquerda Unida e a Apra fascista”. Goyo Moscoso, da Papeleira Atlas e presidente da Comissão Organizadora do Sindicato da Empresa, afirmou em seu Congresso, que “nosso objetivo é centralizar as massas trabalhadoras, dotando-as de uma organização de novo tipo de acordo com a conjuntura atual, em outras palavras colocar a organização em função da tomada do poder”. Ao finalizar evento, Moscoso seria ratificado como presidente da Mesa Diretiva do Congresso (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 472, tradução nossa).

Segundo o informe da *Comisión de la Verdad* (2003), no manifesto de fundação da CLOTCC, publicado no jornal do Sendero Luminoso *El Diario*, em 29 de maio de 1988, expressavam-se os objetivos do PCP-SL no sindicalismo. O texto abre com uma citação de Marx: “A classe operária é revolucionária ou não é nada. A conquista do poder político tem devindo a

²⁸⁵Os trabalhadores da COPE tomaram a fábrica reivindicando a convenção coletiva e a contratação por tempo indeterminado dos trabalhadores temporários. As reivindicações eram similares às propostas do CLOTCCC (*Comité de Lucha de Obreros y Trabajadores Clasistas de la Carretera Central*) (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 471, tradução nossa).

²⁸⁶A *Comisión de la Verdad y Reconciliación Nacional*, foi criada durante o Governo Transitório de Valentin Paniagua em 4 de junio de 2001, mediante DS No. 065-2001-PCM, integrado por personalidades de diferentes organismos da sociedade civil, como a Igreja, Universidades, ONGs, entre outros. Apoiada pelo governo e com a finalidade de clarear diversas violações dos direitos humanos. O informe final da *Comisión de la Verdad*, foi entregue em 28 de agosto de 2003.

ser, pelo tanto, o grande dever da classe operária” (EL DIARIO, 1988, p. 3, tradução nossa). Sua plataforma abrangia nove pontos, ressaltando exigências ao governo aprista (tipificado como “fascista e corporativo encabeçado pelo demagogo García”) de convenções renováveis em lugar dos anuais. Assim, o PCP-SL estimava que pudesse garantir uma situação de enfrentamento permanente, “tendo em conta que só se conquistam direitos e benefícios com luta e se defendem com luta, já que o problema se reduz às forças respectivas dos contrários” (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 471, tradução nossa). O PCP-SL almejava convencer os operários de que suas reivindicações não seriam atendidas sob a situação imperante e que a única saída era a *guerra popular* (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 472, tradução nossa).

Outro dos objetivos estratégicos do PCP-SL era aumentar a tensão nas empresas produtivas, aprofundando o conflito entre a direção e os trabalhadores. Nesse caso, as ameaças e o denominado “aniquilamento” resultavam uma ferramenta fundamental, para dar força a alguns sindicatos enfraquecidos em sua capacidade de negociação devido à recessão econômica. Entre 1990 e 1992, muitos dos funcionários empresariais foram vítimas da ação *senderista* de “aniquilamentos seletivos”²⁸⁷. Esses atos tinham uma dupla finalidade: primeiro, mostrar que efetivamente se produzia uma intensificação da luta de classes no país e, segundo, ganhar uma corrente de simpatia entre os trabalhadores que estavam em condições menos favoráveis.

A partir do “Quinto Grande Plano”, a estratégia do Sendero Luminoso tentou atuar internamente nas organizações sindicais. Assim, integrantes dessa organização guerrilheira entraram em disputa na condução das lutas e na direção das organizações sindicais, conquistando cargos de direção em distintas bases.

²⁸⁷ Em 1990 a tática de Sendero se inverteu. A maioria de mortos foram empresários, começou em 19 de janeiro com o assassinato do gerente de Famesa, Juan Chacaltana Cruces. No total, os vitimados do lado das empresas foram 10 e dos trabalhadores, um: Roberto Chiara, em 17 de abril, dirigente de Calçados Diamante [militante da esquerda legal] (PAEZ, 1993, p. 8, tradução nossa).

Balbi (1995), pesquisadora de DESCO, autora de uma série de estudos sobre essa questão, entrevistou trabalhadores de fábricas cujos empresários haviam sido vitimados. Chegou, assim, à conclusão de que os operários se sentiram como se fossem recompensados com o “*ajusticiamento*” dessas pessoas, que tinham a particularidade de ter sido o alvo do rancor de seus empregados. Conforme Balbi (1995), os *senderistas* não executavam qualquer empresário, escolhiam os que contavam com maior rejeição entre os trabalhadores.

Quando o mataram [o empresário de minha fábrica] fazia meses que não me sentia tão contente, porque esse gerente era um explorador [...] Os empresários acreditavam que os trabalhadores eram do Sendero Luminoso e já começaram a nos olhar com temor e respeito. [...] Quando a companheira que estava vinculada ao Sendero Luminoso se demitiu nos sentimos como órfãs (Depoimento de trabalhadora de empresa *apud* BALBI, 1995, p. 191, tradução nossa).

Com efeito, o assassinato sistemático de empresários fez com que a *Direção Nacional Contra o Terrorismo* (Dincote)²⁸⁸ intensificasse seu agir nos centros fabris, especialmente na *Carretera Central*. Para tanto, eram aplicadas detenções arbitrárias que tinham por origem denúncias de empregadores, referentes a dirigentes sindicais de quem suspeitavam que pertencessem ao Sendero Luminoso. Os dirigentes das empresas costumavam, muitas vezes, dar por finalizada uma negociação sob a acusação de os trabalhadores do sindicato pertencer à organização guerrilheira.

Conforme um depoimento, à época, de um líder sindical da Carretera Central (Centro Industrial de Lima): “[...] vários companheiros foram apontados como terroristas [...] os empresários iniciaram uma caça às bruxas. Para tal aproveitaram o pânico” (PAEZ, 1993, p. 9). Integrantes das forças policiais também informavam, à época, como pode ser observado no

²⁸⁸ Apêndice da Polícia Nacional.

seguinte depoimento, que os sindicalistas eram compreendidos como membros de Sendero Luminoso.

O sindicalismo de esquerda foi bastante golpeado pela repressão (...). Uma fonte da DINCOTE sustentou o respeito: “definitivamente, os sindicatos se converteram em focos da subversão”. O problema residia em que não se podia diferenciar entre um operário senderista e um dirigente esquerdista radical. A confusão seguramente nos conduziu a efetuar detenções incorretas. (Depoimento de integrante da policia peruana *apud* PAEZ, 1993, p. 9, tradução nossa).

A polícia constatou em muitos dos assassinatos de empresários e dirigentes e executivos de algumas empresas, a participação de operários das fábricas que eram de propriedade das vítimas. As ações do grupo guerrilheiro, para opor-se ao “imobilismo e ao pacifismo” do sindicalismo de esquerda, incluíam provocar e recorrer à violência frente às forças de segurança, misturando-se de forma anônima nas mobilizações, greves e passeatas dos trabalhadores.

Em 28 de janeiro de 1988, dia em que a CGTP havia convocado uma paralisação nacional de atividades, questionando a política econômica do governo *aprista*, supostos integrantes do Sendero Luminoso, participaram sem serem identificados de uma passeata da Central de Trabalhadores, na Praça 2 de Maio, tentando fazer um atentado contra a sede da CGTP e assassinar um dirigente nacional do Partido Comunista Peruano (PCP), sem lograr seus objetivos. Essas ações eram consideradas partes da luta prática contra o revisionismo e naquele caso concreto, levaram a um enfrentamento militar entre *cegetepistas* e *senderistas* (BALBI, 1989, p. 75).

Tais ações receberam respostas dissimiles entre os trabalhadores. De um lado, havia uma ampla opinião desaprovação, na medida em que não contribuíam para a atenção e a solução satisfatória da pauta anual de reivindicações, em um período em que os sindicatos ainda tinham capacidade de negociação e em que os salários não estavam tão erodidos em seu poder aquisitivo. Nesse sentido, as estratégias adotadas não atingiram o objetivo buscado de adesão ao partido que

preconizava o fim da exploração do operário por via da guerra popular. De outro lado, o PCP-SL poderia ver-se favorecido por outros fatores como a aceitação pelos trabalhadores, por certas ações qualificadas de “heróicas” ou a identidade com os trabalhadores devido a fazer em parte da mesma origem étnica e classista. Segundo o informe da *Comisión de la Verdad*:

Em discussões com companheiros lideranças operárias daqui, da Estrada Central, eles me dizem: “bom, pois, os companheiros dão a vida, estão se jogando, fazem a luta armada [...] Se não se faz isto, a gente está ferrada; e em segundo lugar, o Sendero é o homem do povo, é o trabalhador, é o *cholo*, o mestiço como ele” [...] “Então, quando tu não tens claro que este é um projeto político antagônico ao teu, os laços sociais de comunidade de trabalho, de identidade racial são mais fortes e não podes enfrentá-los. Isso é o que tenho constatado com companheiros da liderança”. (OTTA, 1989 apud COMISION DE LA VERDAD, 2003, p. 1989, tradução nossa).

O sindicalismo peruano encontrou-se, com freqüência, entre duas frentes: a da guerrilha que lutava para capturar as organizações sindicais, para ampliar suas bases de sustentação; e a das forças de repressão, que identificava as associações em geral, e as organizações populares e de apoio social em particular, como focos ou aliados do Sendero Luminoso. Nesse contexto, em dezembro de 1992, foi assassinado Pedro Huillca, Secretário Geral da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP)²⁸⁹, dirigente que representava uma linha de renovação do sindicalismo peruano.

Conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no caso do assassinato do dirigente sindical Pedro Huillca, a responsabilidade era do Estado peruano. Esse dirigente, segundo a CIDH, teria sido assassinado pelo “Grupo Colina” (comando de aniquilamento do SIN)²⁹⁰. Para a CIDH existiam indícios suficientes sobre o fato de que para a

²⁸⁹As informações do governo sobre o assassinato desse dirigente sindical apontavam o Sendero Luminoso como o autor. Na revista de análise especializada “*Cuadernos Laborales*” afirmava-se que “[...] o crime de Pedro Huillca voltou a atenção do país sobre o Sendero Luminoso e seus planos de expansão, internalização e direção do movimento operário organizado”. Entretanto, para o governo foi um “último esperneio do golpeado *senderismo*” (PAEZ, 1993, p. 8, tradução nossa).

²⁹⁰O *Servicio de Inteligencia Nacional* é uma organização cuja existência é prévia ao início da violência política. Além disso, foi reforçado pelo governo do Presidente Fujimori. Essa organização atuava fora da legalidade

execução de Pedro Huillca houve ter uma motivação política. Segundo o Presidente da Comissão de Direitos Humanos no Peru, essa execução era “[...] produto de uma operação encoberta de inteligência militar e tolerada por diversas autoridades e instituições nacionais” (ROJAS, apud LA REPUBLICA, 2005, p. 3). O presidente de dita comissão Pablo Rojas argumentava:

O assassinato de Pedro Huillca repercutiu de maneira muito negativa na representação sindical, o amedontramento contribuiu a sua desarticulação e, evidentemente, favoreceu os propósitos de Fujimori de dismantelar toda a legislação de trabalho. Meses antes que Huillca fosse assassinado, este se apresentou no CADE (Conferencia Anual de Executivos) e advertiu que o movimento sindical lutaria em defesa dos direitos trabalhistas, justo quando Fujimori articulava a estratégia para os restringi-los (ROJAS, apud *La República*, 2005, p. 3, tradução nossa).

A questão dos operativos próprios das “táticas de guerra suja” não apareceu com o poder formal, mas sim teve origem no momento em que as Forças Armadas passaram a enfrentar a Sendero Luminoso.

No final dos anos 80 foi desenvolvida uma nova estratégia de “luta anti-subversiva” e o “Plano Político Militar” das Forças Armadas (FFAA). De acordo com o informe da *Comisión de la Verdad* (2003), durante 1989, ao mesmo tempo em que se implementava uma nova estratégia “anti-subversiva”, um grupo de militares e civis preparavam um plano de golpe de Estado cujo objetivo era introduzir um sistema de “democracia dirigida”²⁹¹. Dentro da nova estratégia

institucional, nem sempre contando com provas ou entregando os suspeitos à Justiça. A situação de guerra interna justificava na sua concepção, a utilização de métodos ilegais de repressão como as execuções extrajudiciais. Em torno do SIN organizou-se um poder informal. O SIN buscou dar a orientação geral da “luta anti-subversiva”, e controlar as Forças Armadas. O SIN cresceu em importância, orçamento e poder. Os chefes militares passaram a ser vigiados e as promoções foram decididas pela máxima autoridade política. Paralelamente, criou-se um grupo paramilitar de “justiceiros” denominados “Colina”, que havia realizado várias operações de eliminação de pessoas (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, tradução nossa).

²⁹¹Conforme o informe da *Comisión de la Verdad* (2003), existia um diagnóstico que apontava que “nenhuma organização política dentro do marco institucional existente está com capacidade de combater com êxito o Sendero nem de corrigir a trajetória do capitalismo”. Esse plano político-militar – divulgado depois na mídia como “*Plan Verde*” – buscava estabelecer um governo militar secreto, de poder real ou “domínio estratégico” não suscetível de desgaste político, que governe efetivamente o país, oculto atrás do governo eleito. Contemplava para isso a criação de uma série de instâncias especiais de governo, de fachada e de poder real. Estabelecia-se que esse seria o remédio para os males que os partidos políticos trouxeram ao país, especialmente a denominada “experiência apro-

requerida, o plano contemplaria reformas estruturais do aparato do Estado, em particular as necessárias para eliminar a hiper-inflação – objetivo principal de curto prazo – e restabelecer o crédito internacional. O plano continha uma versão radical do ajuste estrutural liberal da economia, linha promovida pelo governo dos Estados Unidos, a principal fonte potencial de ajuda militar e econômica. Definia-se, também, uma serie de reformas que oferecessem condições políticas e legais às operações militares e de inteligência. Além disso, propunha-se fomentar e apoiar a conformação de Comitês de Auto-defesa nas zonas rurais da Serra, onde a população começava a entrar em conflito com o controle de PCP-SL. Era o inicio da etapa final das ações do Sendero no setor rural. Além disso, nessa região implantou-se intensamente a estratégia de eliminação seletiva por parte das Instituições Militares, especialmente durante 1990, não só contra os comitês populares das comunidades camponesas, mas também contra organismos localizados em universidades e assentamentos humanos urbanos (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 19).

9.1.3 A captura de Abimael Guzmán

Segundo o informe da *Comisión de la Verdad* (2003) houve, nos dois primeiros anos da década de 90, uma situação especial de guerra interna, na qual parecia possível uma vitória militar do PCP-SL. Por esse motivo, segundo essa Comissão, a população começou a dar consentimento às medidas do governo de Fujimori. Assim, o golpe de 5 de abril de 1992 contou com respaldo popular e o Presidente recebeu o apoio de importantes setores da população. A captura, pela DINCOTE, em 12 de setembro de 1992, de toda a direção política do Sendero Luminoso, contribuiu para dar maior legitimidade ao regime de Fujimori. Este fato teve uma

subversiva”, uma referência ao partido do governo da APRA e aos grupos guerrilheiros (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2003, p. 63, tradução nossa).

singular importância, devido à proximidade das eleições do Congresso Constituinte, representando um momento significativo de consolidação do Governo Fujimori.

O governo apresentou Abimael Guzmán, líder do Sendero Luminoso, como um criminoso comum e não como o chefe de um partido político que utilizava métodos violentos para chegar ao poder. A dimensão social e política de 12 anos de violência política no Peru ficaram, assim, ocultadas pelas autoridades no governo.

A captura da direção do Sendero Luminoso passou a ser um elemento importante de popularidade do governo nos seguintes anos, especialmente a partir de 1993, quando se iniciou um declínio notável das ações guerrilheiras. Nessa época começou a se consolidar a nova estrutura estatal do regime, centralizada no Serviço de Inteligência Nacional (SIN). Tendo esse como seu principal aparato político, o governo implementou uma série de mudanças da legislação que eliminavam a independência dos poderes do Estado, tendo como objetivo central o não julgamento de agentes estatais acusados de violações aos direitos humanos ao longo do conflito político interno. Esse processo terá um ponto importante, em Junho de 1995, com a aprovação da “Lei de Anistia” Nº 26.479 pela maioria do partido governista no Congresso Constitucional Democrático.

Posteriormente à queda do líder do Sendero Luminoso, o Governo Fujimori passou a reforçar um tipo de dominação que responde a uma concepção vertical do poder, um cesarismo autoritário, que desenvolveu e aprofundou o projeto proposto com o golpe de Estado de abril de 1992. O governo utilizou, com fins eleitorais e de controle político, a estrutura militar desenvolvida no combate da ação guerrilheira. Além disso, explorou, na mídia, com fins de acumulação política, as últimas ações militares de grande impacto da guerra interna, usando diante da população o discurso de ameaça do “terrorismo”. As operações militares deixaram de ser um meio para capturar líderes guerrilheiros e combater as ações do PCP-SL e do MRTA, e

passaram a ser um meio de propaganda do governo. Além disso, procurava-se, desde o governo, evadir os questionamentos relativos à violação dos direitos humanos do regime. Isso foi possível, em grande medida, pelo progressivo e quase total controle da mídia, através do uso de recursos econômicos do Estado²⁹².

O Governo Fujimori desenvolveu, na época, uma estrutura combinada de dominação carismática e autoritária²⁹³, conformada por um sistema político de cooptação e outro de representação, que tendia a ocultar as relações patrimoniais e as relações de dependência pessoal. Além de uma ordem que combinara elementos racional-legais e patrimonialista, imprimiu a marca de um particularismo privatista, primando pelo direito administrativo sobre o direito civil, nessa forma de ordenamento o indivíduo é considerado desprovido de direitos diante do Estado. O Executivo optou por substituir o sistema legal existente por outro destinado a remover o arcabouço jurídico de proteção aos trabalhadores e a Constituição Política peruana.

9.2 Declínio, tentativa de re-ascenso da organização sindical e o fim do regime de Fujimori e tentativa de re-ascenso do sindicalismo

9.2.1 O início do fim do regime de Fujimori

O regime de Fujimori desenvolveu um projeto de transformação estrutural da sociedade peruana, consolidando em torno do Presidente uma coalizão de interesses bastante forte que combinava neoliberalismo na economia e neopopulismo na política. Isso se refletiu no apoio que obteve dos setores econômicos dominantes, assim como de grande parte da população. Os altos

²⁹²Foram vários donos de Empresas Televisivas (*Panamericana TV*), (*América TV*), (*Global TV*); jornais como (*El Expreso*, *El Chino*, *AJA*, *Chuchi*), que acabaram envolvidos em juízos e mandatos de detenção, por receber dinheiro de Vladimiro Montesinos, por colocar a linha editorial o serviço do regime.

²⁹³Weber (1992) afirma que a forma mais pura de dominação carismática é o tipo autoritário e imperativo. Ao mesmo tempo, classifica a dominação carismática como sendo instável, pois nada há que assegure a perpetuidade da devoção afetiva dos dominados em relação ao dominador.

níveis de aprovação que o regime obteve consolidaram uma liderança personalista com traços carismáticos. Como se pode constatar na Tabela 33, a media de aprovação à gestão presidencial, no período entre dezembro de 1990 e outubro de 1996, foi de 65.84%.

Tabela 33 - Porcentagem de aprovação à gestão presidencial por camadas sociais na Região Metropolitana de Lima

Períodos	A	B	C	D	% media
Julho a dezembro 1990	44,83	47,33	55,66	61,00	54,30
Janeiro de 1991 a setembro 1991	35,66	36,22	38,66	38,40	38,00
Outubro de 1991 a outubro de 1996	67,81	62,14	62,09	62,67	65,84
Novembro de 1996 a dezembro de 98	38,77	33,61	38,03	42,92	39,53
Janeiro 99 – Abr. 2000	0,68	8,25	5,69	54,31	47,81

Fonte: Empresa Apoyo. TANAKA, 2001, p.14.

Nota: As colunas referem-se às diferentes camadas sociais da população. Assim, A refere-se às camadas altas; B, às camadas medias; C e D, às camadas baixas.

Segundo Tanaka (2001), o regime de Fujimori teve cinco grandes etapas: uma primeira de “lua de mel” (1990); uma segunda de crise (até o terceiro trimestre de 1991) e uma terceira, de consolidação e hegemonia (de final de 1991 até meados de 1996). Esta terceira etapa tem duas fases: a primeira caracterizada pela aprovação política (entre 1992 e meados de 1993, tendo como picos o golpe militar de abril de 1992 e a captura do principal líder de Sendero Luminoso, em setembro do mesmo ano) e a segunda caracterizada por uma legitimidade econômica (desde a metade de 1993 até a metade de 1996). A quarta etapa é de crise, desde a segunda metade do ano de 1996 até início de 1999. A quinta etapa é a da queda do regime, abrange o ano de 1999 e os primeiros meses do ano de 2000 (TANAKA, 2001, p. 16, tradução nossa). Além dessas etapas, é preciso salientar, mais uma sexta etapa, quando Fujimori foi re-eleito para um terceiro período de 2000-2005, em 8 de Abril (primeira ronda), em 3 de junho de 2000 (a segunda volta), antes da queda final do Fujimorismo.

No início de 1996, a aprovação do regime começou a declinar, embora houvesse um forte controle da mídia²⁹⁴. Os níveis de desaprovação foram maiores aos registrados na primeira metade da década (tabela 34). A maioria do governo no Congresso começou a traçar uma estratégia que conduzisse à reeleição presidencial, no que seria mais um terceiro mandato. Para isso remeter-se-ia à lei N° 26.657 “*de interpretación auténtica de la Constitución*”, de agosto de 1996²⁹⁵. Além disso, o governo limitou o exercício de um *Referendum* consagrado pela Constituição de 1993, pois poderiam reverter medidas impopulares.

As relações entre governo e oposição começaram a ficar mais tensas em 1996, sobretudo em torno da constitucionalidade da reeleição de Fujimori. A oposição iniciou um processo de convocatória a um novo *Referendum*, em setembro de 1996, questionando a “lei de interpretação autêntica”. Cumpre salientar que houve uma articulação de organizações de oposição exteriores ao sistema político, com a participação de estudantes universitários e da CGTP, a qual começou a questionar abertamente a política trabalhista do regime. Posteriormente, o Prefeito de Lima (de agrupação política independente)²⁹⁶ aderiu ao movimento de oposição ao regime. De acordo com o Secretário Geral da CGTP, à época:

A partir de 1996, abraçando a solidariedade internacional, o movimento sindical começou a reorganizar-se. Tinha-se que sair a brigar na rua; lembro que a primeira passeata que fizemos, já na direção da CGTP, foi a 26 de Janeiro de 1996, quando saímos todos os trabalhadores. Todo esse ano [de 1997] foi de passeatas de trabalhadores. Iniciou-se a articulação com outros setores da sociedade. Foi assim que a 5 de junho de 1997 fizemos uma caminhada com um grupo de estudantes da Universidade Católica, San Marcos, toda uma

²⁹⁴A TV e a imprensa *chicha* (a denominada imprensa “amarela”) eram aríetes do regime. Conforme Lorakan (2001), o *Servicio de Inteligencia Nacional* (SIN) ditava determinadas informações e os jornalistas criavam e amplificavam os fatos. A DINOS (*Dirección Nacional de Operaciones Sicosociales*) foi criada pelo SIN para responder a um conflito externo com Equador, e permaneceu funcionando para tarefas relacionadas com a denominada guerra interna (LORA CAN, 2001).

²⁹⁵ Segundo a Constituição de 1993, só existe reeleição imediata por um período. Na interpretação do governo dessa lei, estabelecia-se que o primeiro período de Fujimori tinha sido o iniciado em 1995 e não o iniciado em 1990. Conforme essa interpretação, em 1990 Fujimori teria sido eleito segundo a Constituição de 1979.

²⁹⁶ Esse representante político tinha sido eleito com a agrupação “Somos Lima” primeiro e “Somos Peru” posteriormente, em 1995 e 1998.

participação importante, mais coordenada. Os analistas dessa época pretendiam negar a essência classista da passeata e diziam que os estudantes tinham saído de uma forma espontânea, sem direção. Na realidade isso foi organizado com muito tempo, a coordenação com partidos progressistas de esquerda. Nesse momento todos os que não estavam com o governo apareciam como progressistas. Claro, “Somos Peru” apoiou na luta, tinha muitas prefeituras ganhas (Entrevista com o Secretário Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

Segundo pesquisas de opinião pública (*APOYO, Opinión de Mercado*), a maioria da população estava de acordo com a convocatória a um *Referendum*, bem como não aprovava a reeleição de Fujimori. Para evitar o *Referendum*, o Governo Fujimori pressionou o Congresso para que votasse leis inconstitucionais e enfrentou o Tribunal Constitucional, o qual veio a ser desativado em maio de 1997, por meio do Congresso. Em agosto de 1997, o Congresso promulgou uma lei para evitar que ocorresse o *Referendum* (TANAKA, 2001).

Além dos acontecimentos e complicações jurídicas descritas, esses sucessos tiveram impacto sobre a credibilidade do regime de Fujimori. Assim, a oposição passou a dividir, em um primeiro momento, e a obter, posteriormente, uma porcentagem maior, das preferências de aprovação no trimestre junho-agosto de 1997 (TANAKA, 2001). A conjuntura política estava caracterizada, à época, entre outras questões, pela destituição que o governo fez dos juizes do Tribunal Constitucional, pelas passeatas estudantis de protesto contra essa medida e pela campanha da oposição pela realização do *Referendum*. Desse modo, houve uma convergência de setores dissimiles de oposição em torno de temas substantivos, com iguais objetivos.

9.2.2 Um terceiro período eleitoral de Fujimori

Em fins de 1998, podia se prever que as eleições a serem realizadas em abril de 2000 teriam como resultado a vitória do recém re-eleito Prefeito de Lima, Alberto Andrade. Parecia impossível, à época, que o Fujimorismo fosse capaz de se recuperar do declínio sistemático de

quase três anos. O regime de Fujimori começava a enfrentar reações de oposição ao governo, assim lembra o Presidente do IESSI:

Allá, por el año de 1998, cuando el movimiento sindical ganaba un poco más de prestigio, cambiaron las estrategias y se puso más dura la dictadura. Comenzó a aparecer una serie de cosas que aumentaron el desprestigio del Fujimorismo. El movimiento sindical comenzó a jugar un papel que incluso va mas allá de lo reivindicativo, digamos que no era su papel natural, pero que estaba obligado a jugar porque la representación política del movimiento sindical no existía, los que antes eran sus referentes políticos, ya no existían. Entonces yo recuerdo, producto de la nueva mentalidad, que se comenzó a utilizar nuevos instrumentos, el planeamiento estratégico, no sólo comprarse una computadora; había también nuevos elementos de gestión administrativa que aparecían en el sindicato, entonces, cuando se comenzaba a estudiar esto, la CGTP llegó a la conclusión de que su objetivo principal - la recuperación de los derechos sindicales - no era posible si no caía la dictadura. Estábamos en una situación en la cual, si se reclamaba ante el Tribunal de Garantías Constitucionales, éste estaba copado por el fujimorismo, si se iba a la Fiscalía, igual; el Poder Judicial, igual; el Parlamento con mayoría de Fujimori; el Ejecutivo, ni hablar (Entrevista com o Diretor do IESI, 2004).

Apesar disso, a oposição não conseguiu se impor na disputa política. Ao longo de 1999, Fujimori obteve uma recuperação nos níveis de aceitação da população e de intenção de voto frente às eleições em 2000. Neste ano, Fujimori obteve, finalmente, uma importante votação²⁹⁷, como se observa na tabela 35.

Tabela 35 – Intenção de voto e votação presidencial – Peru 1999-2000

Candidatos à Presidencia	Outubro 1999	Janeiro 2000	Fevereiro 2000	Março 2000	Abril 2000*
Alberto Fujimori	36,0	41,0	39,0	38,0	46,0
Alberto Andrade	19,0	16,0	14,0	8,0	2,8
Luis Castañeda	19,0	4,0	12,0	5,0	1,7
Alejandro Toledo	6,0	7,0	10,0	27,0	37,0
Outros	20,0	22,0	25,0	22,0	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

²⁹⁷Cumprе salientar que houve muitas denúncias sobre irregularidades na apuração dos votos, embora houvesse coincidência quanto aos resultados finais, de instituições de opinião como Transparência Internacional (organização não governamental especializada na avaliação do funcionamento dos regimes democráticos) e dos organismos oficiais. Pode-se cogitar que os limites da oposição ao regime estavam fora do sistema político formal, pois essa só se tornava visível nas passeatas de estudantes de trabalhadores. O regime, por seu turno, tentava transmitir – através do apoio da mídia –, os avanços obtidos em matéria econômica, a solução do conflito territorial com o Equador e o significado da mencionada captura do líder do Sendero Luminoso.

Fonte: TANAKA, 2001, p. 24.

* 9 de Abril de 2000 – resultados eleitorales.

Os resultados da eleição presidencial de 9 de abril de 2000 expressam o tipo de dominação que tinha sido implantado em 10 anos do Governo Fujimori. Como se afirmou anteriormente, o controle e o monitoramento de grande parte da mídia jogaram um papel importante²⁹⁸. Essa tendeu a privilegiar a informação proporcionada pelo *Servicio de Inteligencia Nacional* (SIN). A mídia foi parte da maquina em prol da re-eleição, tentando garantir a legitimidade do governo.

O controle sobre a mídia traduziu-se na mudança de preferência de candidato. Assim, por exemplo, publicidade contrária a um candidato de oposição, como foi o caso de Alberto Andrade, implicou que de 19 % de aceitação que esse candidato tinha, em 1999, passasse a ser de 2,8% nas eleições de abril do ano 2000.

A votação obtida pelo posteriormente Presidente Alejandro Toledo foi resultado do crescimento nos três meses anteriores à eleição presidencial. Pode-se afirmar que o *Servicio de Inteligencia* não conseguiu obstaculizar sua candidatura. Os resultados mostraram Fujimori com 46%, dos votos – embora fossem questionados devido à denúncia de irregularidades²⁹⁹.

Uma vez determinado o segundo turno, o candidato da oposição liderava uma coalizão de setores que recém chegavam ao campo político. A questão que se colocava para a oposição política era a de participar do segundo turno, procurando obter o apoio das camadas sociais que escolheram Fujimori no primeiro turno, ou questionar os procedimentos eleitorais do primeiro

²⁹⁸No campo da informação - além de controlar os principais meios de comunicação – o regime contava com imprensa própria. Importantes gastos foram direcionados para que proprietários de importantes jornais como o *Diário Expreso*, ou de televisão, como a *Panamericana Televisión* e *América Televisión*, se submetessem ao controle de sua linha editorial. É preciso salientar que todos estes proprietários de meios de comunicação, atualmente estão sendo procurados pela justiça peruana. No caso dos proprietários de *América Televisión* todos foram extraditados da Argentina e atualmente foram sentenciados a oito anos de cadeia.

²⁹⁹No dia 9 de abril, às 4 da tarde, todas as empresas de pesquisa de opinião deram como vitorioso a Alejandro Toledo contra Fujimori, com cifras que oscilavam entre 46% para o primeiro e 42% para o último. Mas às 9 da noite, as mesmas instituições de opinião, com informação das atas oficiais, deram um resultado inverso (TANAKA, 2001).

turno, optando pela mobilização popular. A poucas semanas do segundo turno, a oposição política negou-se a participar do segundo turno. Desse modo, a 28 de maio, um só candidato, o Presidente Fujimori, sem a presença de observadores nacionais e estrangeiros e sem representantes da oposição, apresentou-se ao segundo turno. Os resultados oficiais deram a Fujimori 51,22% dos votos (COTLER; GROMPONE, 2001).

Segundo Tanaka (2001), entre 28 de maio e 28 de julho (época de mudança de mandato), três espaços adquiriram importância crucial na situação política peruana: o âmbito internacional, do Congresso e da mobilização popular. A oposição política ao regime questionou nesses três cenários a vitória eleitoral de Fujimori. No cenário internacional, as disputas ocorreram na Assembléia Geral da Organização de Estados Americanos (OEA), celebrada em Winsor, Canadá. O governo peruano procurou o reconhecimento da eleição e a oposição, a aplicação da Resolução 1.080 da OEA, previsto para casos de “interrupção violenta da ordem constitucional”. Apesar dos questionamentos que recebeu, o governo conseguiu seu objetivo imediato de reconhecimento da eleição, ainda que tivesse que aceitar o estabelecimento de uma missão permanente da OEA no Peru, voltada aos objetivos de “democratização”. É nessa conjuntura em que a CGTP é nomeada como representante da Sociedade Civil pela OEA, assim sublinha o Diretor do IESSI:

[...] La Central se la jugó enteramente, y eso hizo que ganara representatividad, legitimidad en la sociedad y un espacio, a tal punto que ahora participa y es un interlocutor valido, en cuanto haya espacio de dialogo. En la época de Fujimori, cuando se instaló aquí la mesa de la OEA, la CGTP participó como representante de la Sociedad Civil en la mesa de concertación de la OEA, que buscaba una salida política en el Perú (Entrevista com o Diretor do IESI, 2004).

No Congresso, a situação política tornava-se adversa ao regime, já que a aliança fujimorista “Peru 2000” obteve 52 cadeiras de 120. Existia a possibilidade de declarar deserto o cargo de Presidente, estabelecer um governo provisório e convocar novamente a eleições. No

entanto, antes da instalação do novo Congresso, o Fujimorismo tinha conseguido elevar o número de seus congressistas de 52 a 64, utilizando meios econômicos para obter apoio de alguns legisladores. Na eleição da nova mesa diretoria do Congresso (unicameral), em 27 de julho, a chapa do governo conseguiu 70 votos e a da oposição, apenas 46. Para tanto foi crucial o mencionado uso de meios econômicos para obter o apoio de congressistas e também a recente chegada ao campo político dos movimentos de oposição (COTLER; GROMPONE, 2001, pp. 60-61).

Houve um apelo da oposição através de práticas de mobilização dos trabalhadores características dos anos 80. Organizou-se a passeata dos “*Cuatro Suyos*”³⁰⁰ que deu lugar a manifestações importantes contra o regime nos dias 26 e 27 de julho. No dia 28 de julho, no entanto, Fujimori reassumiu o cargo de Presidente da República. Já no centro da cidade de Lima ocorriam enfrentamentos políticos entre setores da oposição e a polícia que tiveram como consequência a morte de seis pessoas (VICH, 2006, p. 7).

Outros acontecimentos tiveram, também, um impacto sobre a legitimidade do regime de Fujimori. Em 21 de agosto de 2000, o Presidente e seu principal assessor, Vladimiro Montesinos, anunciaram a descoberta de uma rede de venda de armas ao grupo guerrilheiro das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia* (FARC), por um grupo de traficantes. Posteriormente, surgiram informações sobre o fato de que altos comandos do exército peruano, e o próprio assessor presidencial, estarem diretamente implicados nesse ato de comércio ilegal (TANAKA, 2001, p. 76). Isso colocava uma forte contradição entre o regime e os interesses estratégicos dos Estados Unidos na região. Assim, desencadeou-se fortes pressões para afastar do governo o

³⁰⁰Em lembrança à organização do Império Incaico, que esteve dividido em quatro regiões: “*Colla-suyo*”, “*Chinchay-Suyo*”, “*Conti-Suyo*”, “*Anti-Suyo*”.

principal assessor presidencial³⁰¹. Configurava-se assim uma fratura dos interesses na estrutura de poder.

No dia 14 de setembro de 2000 foi divulgado pela mídia um vídeo, em que o assessor presidencial obtinha o apoio de um congressista, para ser parte da bancada do governo, através da utilização de meios econômicos. Esse acontecimento teve um impacto direto sobre o regime de Fujimori. No dia 16 de setembro de 2000, Fujimori anunciou um novo chamado às eleições (COTLER; GROMPONE, 2001, pp. 73-74).

Fujimori pretendia assim romper a aliança com seu principal assessor durante 10 anos. Montesinos, por sua vez, contava com um sólido respaldo da cúpula das Forças Armadas, e preparava uma tentativa de golpe de Estado. No entanto, Fujimori já havia feito um chamado para fazer uma transferência do governo no dia 28 de julho de 2001. Isso gerava uma nova situação política. No dia 13 de novembro de 2000, a oposição política conseguiu censurar a mesa diretoria do Congresso. Ocorreu, assim, uma fratura no núcleo de poder. Em 16 de novembro, Valentín Paniagua (representante de *Acción Popular* no congresso) foi eleito Presidente do Congresso. Isso gerou a possibilidade de declarar deserto o cargo da Presidência da República. No dia 20 de novembro de 2000, Alberto Fujimori renunciou à Presidência, desde Japão, quando voltava da viagem em que assistiu à na reunião da *Cooperación Económica Ásia Pacífico* (APEC) em Brumei, na Ásia, em sua condição de Presidente do Peru. Ficando no Japão e evadindo suas responsabilidades (CIDOB, 2006, p. 1, tradução nossa).

³⁰¹Vladimiro Montesinos, ex-agente da CIA, atuava com apoio do Departamento de Estado dos EE.UU, e preparava os planos do *Sistema de Inteligencia Nacional* (SIN), executados com o aval das Forças Armadas, através dos poderes do Estado, monopolizados pela cúpula no poder. A intervenção das agências norte-americanas como a *Drug Enforcement Agency* (DEA) e a Central de Inteligência Americana (CIA), boicotaram as gestões de asilo em Panamá de Montesinos, embora a própria OEA, coordenara essa possibilidade. Além disso, surgiram informações, na época, de contas bancárias secretas desse assessor presidencial, na Suíça e em outros países. Isso obrigou à volta de Montesinos ao Peru, em outubro de 2000, e sua posterior fuga.

9.3 O Novo Classismo?

9.3.1 Rearticulação do sindicalismo da CGTP

O quadro político até aqui analisado, especialmente no que se refere às mudanças no mundo do trabalho, configuraram um novo cenário. O sindicalismo peruano e a sua maior Central (CGTP) enfrentaram em uma conjuntura fortemente adversa. A esse respeito argumenta o Secretário Geral da CGTP:

Nós dizíamos, nesse período, que havia que deixar de se lamentar, que nossa prática estava fraca e que tínhamos sido golpeados. Mas, havia também que pensar porque não tínhamos desaparecido?. O que estava acontecendo no movimento?. Havia a solidariedade internacional, havia a perseverança dos dirigentes que tinham defendido as instituições, mas além das discrepâncias entre si. Nesse momento, as discrepâncias se reduziram a zero. Essas discrepâncias entre setores populares na democracia aparecem latentes porque os revolucionários querem revolução. Contra a ditadura desapareceram ou pelo menos se minimizam e emerge um sentido anti-ditadura foi o que se deu nessa conjuntura (Entrevista com Secretário Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

A luta contra o regime de Fujimori tornou-se o centro político das propostas dos principais atores sociais da oposição. Havia entre eles uma preocupação com o modo e os recursos que permitissem reconstruir a sociedade civil e o sistema político constitucional. Tratava-se de um reconhecimento dos limites, da fraqueza e da fragmentação social com que se tinha atuado ante um regime que exercia a dominação através da repressão e de diversos métodos de controle. A Organização dos Estados Americanos (OEA) em agosto de 2000 formou uma Comissão Democratizadora com integrantes da sociedade civil, denominada “mesa de acordo”. Nessa Comissão participou a CGTP, como um dos representantes da sociedade civil, sendo considerada seu principal referente. A Comissão buscava o restabelecimento da institucionalidade política. Foi nesse momento – da luta pelo fim do regime de Fujimori, no ano 2000 – que a CGTP obteve importante reconhecimento enquanto organização representativa dos trabalhadores,

perante a sociedade e o sistema político do País. Conforme o Secretário de Organização dessa Central Sindical, à época da pesquisa:

A presença da CGTP esteve localizada na luta contra o regime [de Fujimori], e foi um acordo do X Congresso que traçou uma linha de luta frontal contra a ditadura. Isso explica porque a CGTP esteve na mesa de diálogo pela democracia, com o patrocínio da OEA, antes da queda de Fujimori. Agora está presente – e se vê como algo natural – e é o mais importante, a presença da CGTP em todos os foros; no Acordo Nacional, no Comitê de Luta Contra a Pobreza, seguimos lutando por uma política econômica a serviço da população, por uma descentralização efetiva, contra a dívida externa, por um orçamento que responda aos problemas sociais (Entrevista com Secretario Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

Na passeata dos “*Cuatro Suyos*”, convocada e encabeçada pelo candidato Toledo – em 28 de julho de 2000, dia da tomada de mando por Fujimori – participaram ativamente a CGTP, outras organizações sindicais, estudantes, artistas, frentes regionais de diferentes localidades, e colégios profissionais. O objetivo comum era a queda do regime de Fujimori. Nessa ocasião, a maior central sindical se colocava como importante representante da sociedade civil. De acordo com Cotler e Grompone (2001):

Com suas enfraquecidas forças, o movimento sindical colocava pela primeira vez com insistência uma reivindicação democrática sobre o discurso maximalista e as demandas pontuais. Os colégios profissionais [organizações que agrupam os diferentes ramos da atividade profissional] compreenderam que as demandas de cada uma de suas corporações requeriam um arcabouço jurídico que oferecesse as garantias, a segurança e as oportunidades do Estado de Direito (COTLER; GROMPONE, 2001, p. 159, tradução nossa).

9.3.2 Solidariedade internacional

A direção da CGTP tentava reverter o quadro crítico. A CGTP implementou, assim, nos últimos anos (1996), um conjunto de ações tendentes a se recolocar no cenário político e institucional, a partir da rearticulação sindical, ao mesmo tempo em que propugnava a criação de

uma nova estrutura sindical. Conforme seu Secretário Geral, esse processo havia sido iniciado em 1994.

A partir do ano de 1996 tratamos de reestruturar o movimento sindical, baseando-nos em uma idéia importante: a de que, apesar de tudo o que tinham feito, haviam pretendido fazer desaparecer o movimento sindical, mas não haviam conseguido. Isso com base em alguns fatos relevantes. O primeiro era a condição de classe da Central e do movimento, que entre seus preceitos tem a solidariedade de classe internacional. Por exemplo, é um fato que a Central melhorou sua condição através de programas de apoio e desenvolvimento institucional. Em 1994, com a CGIL (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*) da Itália, as principais organizações daqui puderam-se capacitar e através dessa capacitação, se fortalecer. (...) Segundo, a Central nunca deixou de estar ativa, ainda que com dificuldades. Há que lembrar que quando assassinaram Pedro Huillca, trataram de envolver lideranças da Central no episódio; logicamente depois se demonstrou que foi o governo, a mesma máfia que quis obscurecer o fato (Entrevista com dirigente sindical da CGTP, 2004, tradução nossa).

De fato, um dos aspectos mais importantes, que permitiu recompor a ação sindical da CGTP, foi a emergência da solidariedade internacional, que começou com a ajuda da *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL) da Itália. Isso possibilitou desenvolver o projeto Fortalecimento da Organização Sindical (FOS), através da criação do *Instituto de Estudios Sindicales* (IESI), e capacitar lideranças sindicais em diferentes pontos do país. Mais adiante houve alguns projetos importantes apoiados pela organização sindical *Netherlands Trade Union Confederation* (FNV), da Holanda e pela organização denominada *Comisiones Obreras*, da Espanha, que desenvolveram projetos de fomento sindical com a Comunidade Andina, no *Consejo Consultivo Laboral Andino*. Além disso, houve uma importante participação solidária da *Union de Trabajadores* (UGT) da Espanha, organização com a qual a Central peruana mantinha, até a época da pesquisa, acordos importantes, como a ajuda a imigrantes peruanos no exterior, conforme informações obtidas em Entrevista com dirigente sindical da CGTP, em 2004.

Sobre a importância da solidariedade internacional sindical o Diretor do IESI apontou:

[...] como ex-líder sindical metalúrgico, até os anos 90, assumi a responsabilidade da condução do movimento sindical. Um fator importante é que a partir do momento em que o movimento sindical reconheceu que havia uma crise, as coisas começaram a variar; é um processo complexo. Uma das primeiras coisas era a formação sindical. Como criar um espaço aberto e amplo para discutir esses problemas? [Era necessário] criar insumos para uma nova estratégia sindical. Nisso a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), da Itália, interessou-se e nos ajudou a formar um instituto. A partir disso, [tivemos que] desenhar novos conteúdos, [colocar] novos temas de debate, que era a vontade das lideranças da central. Por exemplo, que é a globalização? Quais são seus efeitos? Que é o liberalismo? Por que nossa organização anterior não estava bem? Isso foi importante. Mas o mais importante foi: por que o setor que ficou no movimento sindical nunca se resignou a perder seus direitos ou a definhar? [...] houve uma parte combativa que persistiu na luta, nas alianças e conseguiu manter o núcleo duro do movimento sindical, que permitiu resistir às demissões. Porque afortunadamente não era só uma vanguarda, como também uma geração, ou seja, uns caíam e outros apareciam. É verdade que isso traz muitas dificuldades e inexperiência. Na mesma Central, os quadros tiveram que promover níveis de aprendizagem; em outros casos, fazer mudanças, mas essa vontade persistiu. Então, a partir disso, a CGTP começou a ganhar entre os setores opostos ao neoliberalismo um grande respeito. Quando esses setores cresceram a CGTP foi vista com bons olhos; quando [uma parte importante] do País decidiu que Fujimori não deveria prosseguir, a Central jogou um papel importante (Entrevista com Diretor do IESSI, 2004, tradução nossa).

Além disso, duas instituições, *Planificación y Desarrollo* (PLADES) e o *Centro de Asesoría Laboral* (CEDAL), foram as únicas continuando a trabalhar sobre a questão do trabalho. Já outras ONGs, como *Asociación Laboral para el Desarrollo* (ADEC-ATC) e o *Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo* (DESCO), abandonaram o estudo do mundo do trabalho.

A *Organización Internacional del Trabajo* (OIT) foi também uma instituição que teve papel importante para a recuperação do movimento sindical peruano. Conforme o Secretário Geral da CGTP (2004):

A OIT para nós é uma instituição muito importante que desenvolveu um bom trabalho no período em que fomos golpeados. Ficou demonstrada perante elas a falta de diálogo e procura de acordos entre o empresariado e o governo. Eles [a OIT] organizavam diferentes eventos na época de Fujimori, e só

ficávamos nós, a OIT e os profissionais que eram convidados. Os empresários e o governo não iam nunca. Muitas vezes mandavam funcionários de quarto ou quinto nível, de direções menores. E às vezes nem [esses] iam. Mas eles [a OIT] perseverantemente estiveram financiando eventos, conversando com as partes, com os empresários, com o governo e conosco, para que se pudessem aproximar as posições. Esse é um papel importante e nós estamos participando ativamente. (Entrevista com Secretário Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

A Central sindical começou, gradativamente, readquirir certo grau de representatividade no contexto laboral. Contudo, apresentava, na época, escassa capacidade para exercer uma representação efetiva de todos os trabalhadores, devido à manutenção das restrições legais (referentes à organização sindical) e à falta de uma adequada estrutura orgânica que a permitisse chegar aos diferentes sindicatos. A CGTP optou, então, por fazer alterações na sua estrutura organizativa, para ir além das restrições legais e incorporar outros setores. As lideranças entrevistadas concordaram com a opinião que estava ocorrendo “[...] uma recuperação do movimento sindical, após da queda de Fujimori, porque se estão formando novos sindicatos estão aparecendo novos líderes, é um fato que ninguém pode negar” (Entrevista com dirigente sindical da CGTP, 2004, tradução nossa).

Mas ainda existiam problemas de organização e de exercício de uma efetiva representação, conforme se discutirá a seguir.

9.3.3 A reorganização da CGTP

O processo de reconfiguração da CGTP passou a ser uma questão fundamental dos novos rumos a serem seguidos pelo sindicalismo do Peru. O movimento sindical atravessou um período em que toda a estrutura institucional da nação, o Judiciário, o Congresso e o Poder Executivo sofreram intervenção do fujimorismo. Isso impedia que o sindicalismo agisse de forma legal. Só depois da queda do regime de Fujimori é que a CGTP iniciou (a partir de 2000) um processo de reconhecimento e de identificação das suas dificuldades organizacionais. Isso significou um auto-

exame da própria estrutura da direção nacional, da gestão sindical, e, posteriormente, uma reorganização de sua estrutura orgânica. Por exemplo, os quadros sindicais de base, eram escassos na direção nacional e em toda a estrutura organizacional da CGTP. Cumpre destacar que esses dirigentes devem desenvolver atividades de distinta ordem e importância, desde administrativas até de direção sindical. Conforme seu Secretário Geral, à época da pesquisa:

A direção atual da CGTP obedece às secretarias tradicionais, isso não funciona. Precisamos funcionar em nível de departamentos. Por exemplo, temos a Secretaria de Defesa com 5 secretários, mas não todos esses funcionam igual. Um dos secretários é o Secretário Geral de Mineiros e todo o tempo passa na sua organização dos mineiros, [o que é] lógico. O outro secretário de defesa é Secretário Geral da [*Federación Nacional de Administración Pública*] FENTAP, e Secretário Departamental em Arequipa; só assiste às reuniões formais do Secretariado da CGTP. Ele nos informa, mas não pode fazer ação direta pela CGTP. Na prática, funcionamos com dois secretários de defesa e com algumas pessoas que nos ajudam. Por isso, precisamos de um departamento que se constitua com um, dois ou três responsáveis de defesa, além de advogados assessores. Outro exemplo, na Secretaria Relações Internacionais há um só responsável que nem secretaria tem, é Eduardo Castillo. Na Secretaria de Relações Internacionais as fazem entre ele, o Secretário Geral Adjunto e eu. No que podemos, fazemos rodízio. O que estamos propondo à CGTP deve ir até uma estrutura de conformação do diretório por departamentos e não por secretarias (Entrevista com Secretário da CGTP, 2004, tradução nossa).

Percebe-se a necessidade de uma estrutura que separe os trabalhos de administração e os de gestão sindical, bem como de determinar os papéis e funções de cada dirigente no quadro da diretoria da central. A estrutura baseada em secretarias não fomenta o trabalho em equipe, pelo contrário, leva a que os dirigentes desempenhem suas atividades com excessiva autonomia, porque não da conta de suas ações a ninguém, ausência de coordenação e de fiscalização, e escasso planejamento.

A escassez de recursos econômicos é questão que afeta a estrutura interna da CGTP. O enfraquecimento do movimento sindical tem significado a impossibilidade, para as organizações afiliadas à CGTP, de efetivar com suas correspondentes mensalidades. Os sindicatos e federações

vêm repassando suas cotas esporadicamente e nem sempre essas contribuições atingem com a cota estabelecida. Segundo seu Secretario Geral, à época da pesquisa:

Não há organização que funcione sem economia. A CGTP tem o grande problema de que [...] suas principais bases não pagam suas cotas. O *Sindicato Único de Trabajadores en la Educación Peruana* (SUTEP), o da Construção Civil, os Telefônicos, os da Luz e Força, não efetuam os pagamentos de suas cotas. Por diferentes problemas, mas não o fazem. Por exemplo, o sindicato do Banco da Nação não paga porque tem as contas embargadas; os telefônicos, porque têm problemas com os processos judiciais e todo o dinheiro se gasta nisso. Os da Construção Civil, porque teve sete anos sem negociação salarial, porque sua única fonte de rendimentos era a negociação salarial. O SUTEP, porque fecharam sua inscrição no INAP – *Instituto Nacional de Administración Pública*. Nenhuma organização paga, então, o que temos definido é que tem que haver uma cotização, isso se deve acertar, ainda que esta seja mínima no caso de não poder cumprir com toda a cotização. Os únicos sindicatos que pagam são dos sindicatos pequenos, que recorrem freqüentemente à ação direta da CGTP, é dizer à defesa de seu listado de reivindicações, mas recebendo só dos pequenos não da para nada. A CGTP vive dos alugueis que tem no primeiro andar. Se a CGTP não fosse dona deste prédio poderia ter desaparecido. (Entrevista com Secretário Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

A situação econômica negativa agravou-se ao serem fechadas as organizações sindicais que davam suporte econômico e logístico a essa Central, como foi o caso da Federação Bancária³⁰². Além disso, importantes bases de trabalhadores da CGTP não efetuavam o pagamento de suas cotas, por motivos políticos (por exemplo, Federações ou sindicatos que estavam ideologicamente à margem da Central, no faziam nada para pagar suas cotas, é o caso do SUTEP). Cabe ainda mencionar que a legislação trabalhista não estabelece nenhum mecanismo automático pagamentos de cotas das organizações sindicais para Central.

A estratégia que a central sindical adotou, centrou-se na recuperação dos direitos e da estrutura organizacional. Para isso, apoiou-se na mobilização social contra o regime fujimorista. Procurava-se, assim, usufruir das possibilidades de diálogo em todos os espaços possíveis, de interação com organizações como as Frentes Regionais, bem como fazer acordos que

³⁰²Em entrevista, à época da pesquisa, o Secretario de Relações Internacionais da Central apontava que “o local que tem a Central foi comprado pelos bancários” (Entrevista com o Secretario de Relações Internacionais da CGTP, 2004, tradução nossa).

permitissem recuperar e estreitar os vínculos com suas bases. Tratava-se de romper com o vínculo que ainda tinham a época da pesquisa, com a tradição de muitos sindicalistas identificados com o classismo, associado à velha estrutura organizativa. Para isso, colocou-se como objetivo a realização de um Congresso Nacional Estatutário, no qual seria proposto reestruturar organicamente a central. De acordo com o Secretario Geral, à época da pesquisa:

Nosso objetivo era chegar ao Congresso Estatutário, no qual pudéssemos reestruturar organicamente a Central. Nisso temos trabalhado desde o ano de 2001 até 2003. Fizemos uma série de eventos, tanto regionais para todo o país como setoriais. Em todos esses eventos houve críticas e contribuições aos documentos iniciais. Com todos esses eventos convocamos uma Conferência Nacional. Aí se acordou chamar um Congresso Nacional Estatutário. O Congresso realizou-se em Outubro de 2003. O resultado foi feliz, muito discutido, por momentos tensos, porque havia facções que pensavam que queríamos fazê-las desaparecer, outros que acreditavam que modificar a estrutura da CGTP era abandonar os princípios classistas. Como fazer as pessoas entenderem que o classismo não tem que ver com a estrutura sindical? A estrutura é uma questão administrativa? Uma questão de funcionamento? O classismo é uma questão de princípios, então, o novo traz problemas (Entrevista com o Secretario Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

A CGTP iniciou nos últimos anos um processo de reestruturação organizativa e programática, para tentar reverter à ofensiva anti-sindical dos anos 90, bem como a dispersão organizativa resultante do fracionamento das divisões políticas. Essa fragmentação foi um dos pontos sobre os que mais incidiu a crítica de diferentes setores internos aos sindicatos à CGTP e a suas lideranças³⁰³.

A fragmentação, juntamente com a dependência política, o economicismo, a ausência de capacitação política podem ser entendidas como críticas “clássicas”, visto que se tornaram questionamentos permanentes no âmbito sindical. Nesse sentido, são questões que foram

³⁰³ A CGTP esteve vinculada ideologicamente, desde sua fundação, a setores políticos de esquerda, particularmente ao PCU (*Partido Comunista Unidad*) alinhado à outrora URSS. Já outros setores de esquerda, como os maoístas e os trotskistas, desenvolveram organizações paralelas ou federações independentes da Central e uma linha de oposição ao governo. A estratégia era consolidar as organizações vicinais e sindicais como espaços de predica política. Emergindo, uma camada de lideranças sindicais com uma dupla identidade: de um lado, a representação sindical e de outro, a filiação partidária, que impedia o desenvolvimento da democracia sindical, ao condenar as outras posições políticas e sindicais (BERNEDO e BASTIDAS, 2000).

amplamente analisadas por autores como Balbi (1989); Sulmont (1982); Rospigliosi (1988); Bernedo e Bastidas (2000) e Toche (2003). Perduraram e se estenderam, desde os anos 70 até os dias atuais. Por serem as mais tratadas e analisadas, havia, à época da pesquisa, declarações dentro do movimento sindical sobre a necessidade de serem enfrentadas.

A temática denominada “clássica” é produto da dependência das organizações sindicais em relação a partidos e setores políticos e, inclusive, de caudilhismos pessoais, o que contribuiu para a deterioração de suas capacidades e potencialidades.

Mais além das abordagens ditas clássicas, faz-se necessário considerar que assim como houve mudanças no mundo do trabalho, o mundo da organização sindical modificou-se quantitativa e qualitativamente. De um lado, a diminuição do trabalho formal e regulado tem contribuído, no caso peruano, para diminuir a população integrante de cada sindicato tradicional. De outro lado, constata-se a emergência de novas formas de ação sindical, de um novo classismo, para cujo desenvolvimento é fundamental o papel desempenhado pela solidariedade internacional. O mapa das alianças internacionais e a subordinação a certas regularidades ideológicas, nos últimos anos, têm-se modificado substancialmente.

A organização do movimento sindical remete a mudanças em que as articulações nacionais e internacionais percorrem um caminho inovador. O ressurgimento da CGTP permite afirmar que se trata de uma nova forma de pensar a sindicalização, perante uma organização mais participativa e menos monitorada por interesses alheios a prática sindical. A crise do sindicalismo tradicional está levando à emergência de novas formas de representação sindical, as quais definem um amplo campo de possibilidades para o novo sindicalismo classista, primando o legado de sua formação sindical.

As mudanças que vêm desenvolvendo no que respeita à principal Central de trabalhadores

no Peru em sua prática sindical, apresentam uma aproximação a um “novo classismo”, pois sua retomada se tem baseado nos princípios de solidariedade sindical internacional e, ao mesmo tempo, na incorporação na sua estrutura sindical de uma organização mais flexível. Isso, no entanto, não significa abandonar os princípios que sustentaram sua formação, a qual é produto da articulação ideológica do legado de Mariátegui – defendida às vezes com bastante ênfase – e de um conjunto de reivindicações com uma conotação de pertença de classe. A partir daí criam-se formas organizativas que estabelecem um discurso e fundam a ação sindical. Conforme assinala o Secretário Geral da CGTP:

[...] houve um companheiro que manifestou: “no documento do estatuto não esta definida claramente a declaração de princípios, em que resgata o espírito classista da Central que nos legou Mariátegui”. Na verdade, o único aspecto que não havia mudado no estatuto era essa declaração de princípios que Mariátegui deixou. Mas se você quer, vamos a agregar mais do que Mariátegui deixou, vamos agregar o classismo. Era o medo, queriam ver em cada um dos artigos do estatuto, a afirmação de que a CGTP é uma central classista, queriam que o classismo estivesse em tudo. Esse tipo de pensamento está presente (Entrevista com o Secretario Geral da CGTP, 2004, tradução nossa).

A representação política dos trabalhadores também vem sofrendo modificações, o que se expressa na crise de todas as formas partidárias que pretenderam, no decorrer do período entre 1970 e 2004, assumir a representação dos trabalhadores, tanto dos setores políticos de esquerda, surgida de uma matriz comunista, como das variantes social-democratas e até as populistas. A implantação das políticas hegemônicas de corte neoclássico, conhecidas como “neoliberais”, levaram a desenvolver novas formas de expressão e organização dos trabalhadores. Segundo aponta um funcionário da OIT-Peru:

[...] eu sou um otimista moderado, no sentido de que a CGTP passou o momento mais difícil de sua trajetória histórica. Eu acredito que na CGTP se gerou um processo de reflexão, de discussão sobre a construção democrática do

país, que permeou não somente aos dirigentes nacionais, senão outros quadros intermediários. Enquanto a CGTP priorizar o trabalho educativo de seus quadros sindicais, e continuar priorizando seu trabalho de reestruturação para se adequar à nova conformação do mercado de trabalho deste País, enquanto a CGTP continuar ativa no cenário sócio-político, acho que a CGTP tem um futuro promissor e poderá seguir sendo a Central sindical mais forte, maior e a mais representativa do Peru (Entrevista com funcionário da OIT, 2004, tradução nossa).

As novas formas de articulação mantêm no centro de suas propostas os interesses dos trabalhadores; mas os sindicatos até agora enfrentam as debilidades produzidas pelas transformações estruturais originadas pela mudança de modelo econômico e a conseguinte transformação do papel do Estado como distribuidor de recursos e mediador de interesses entre o capital e o trabalho.

Os recuos da representação sindical de base necessitam ser entendidos no contexto da confluência de reformas estruturais – através de reformas econômicas de corte neoclássico – e da violência política, esta última colocando a líderes e ativistas sindicais sob a pressão, de um lado das Forças Militares e, de outro, dos movimentos guerrilheiros. Constata-se também à fragilização dos Partidos Políticos, já desde o final dos anos 80, o que tem possibilitado a emergência de lideranças autodenominadas “independentes” e personalistas.

O Governo Fujimori é a experiência mais saliente, ainda que não a única dentre os principais líderes políticos latino-americanos que implantou uma dominação que se aproxima de uma forma de cesarismo neopopulista. Não obstante o seu forte impacto sobre os sindicatos, que perderam filiados e espaço político, esses últimos prosseguem desempenhando seus papéis como atores da sociedade civil. Conforme aponta um funcionário da OIT, em entrevista:

[...] o que se deu aqui é um processo de resistência e sobrevivência, não cabe nenhuma dúvida. Com a queda das taxas de sindicalização que se apresentaram, os trabalhadores organizados nos sindicatos constituem um dos setores mais estruturados do Peru (Entrevista com funcionário da OIT, 2004, tradução nossa).

Esse depoimento do funcionário da OIT salienta a importância que teve e ainda tem o sindicalismo, que nos últimos anos recuperou parcialmente sua capacidade de representação dos trabalhadores, como importante ator no cenário político nacional peruano.

CONCLUSÃO

Neste estudo analisaram-se as mudanças da organização sindical dos trabalhadores no Brasil e no Peru, articuladas às conjunturas econômico-políticas em que essas transformações ocorreram, especialmente no que respeita aos últimos 20 anos do século passado. Embora as organizações sindicais tenham se constituído como sujeitos sociais de grande envergadura política no Brasil e no Peru, os trabalhadores, hoje, enfrentam enormes dificuldades face à precarização do trabalho, considerando-se, principalmente, as transformações tecnológicas e o processo de globalização.

As profundas mudanças das relações entre capital e trabalho, associadas às inovações dos sistemas produtivos, generalizaram a implementação de medidas de flexibilidade nas relações trabalhistas, ainda que sejam consideradas as particularidades sócio-históricas de cada país. Essas mudanças representaram ganhos de produtividade, ao mesmo tempo em que geraram enormes contingentes de desempregados, subempregados e trabalhadores informais, atingindo, de forma direta, as organizações dos trabalhadores.

São já bem conhecidas, como vários autores têm mostrado, as relações entre as inovações técnico-organizacionais operadas na atividade econômica e as mudanças da ação sindical. No entanto, é importante considerar que as mudanças técnicas dos padrões produtivos estão sujeitas, também, ao modo como as forças políticas e econômicas interagem entre si. Assim, as decisões tomadas no âmbito do Estado e da política macroeconômica, as quais expressam interesses políticos e concepções teórico-ideológicas, são importantes. No presente estudo constatou-se que essas inter-relações têm adquirido uma dinamicidade própria, não prevista por grande parte das análises que, ao longo dos anos 90, vinham apontando o “fim do sindicalismo”. Afirmava-se ser essa uma das mais relevantes conseqüências das medidas implantadas no âmbito dos Estados

nacionais, conforme as diretrizes dos organismos financeiros internacionais, ancoradas no Protocolo do Consenso de Washington.

Ao contrário dessas previsões, verificou-se, ao examinar e contrastar os casos brasileiro e peruano, que o sindicalismo não desapareceu, nem sequer apresenta indícios dessa natureza, embora tenha se modificado profundamente. Mais ainda, caminhos diversos foram sendo tomados na reorganização da atuação sindical. As formas de organização e de mobilização das entidades sindicais, em articulação com os avanços obtidos na conquista de direitos civis e na construção de um Estado Democrático Constitucional explicam, em boa medida, as diferenças constatadas em cada um dos casos considerados. Em suma, procurou-se mostrar, ao longo deste estudo, que as transformações do sindicalismo não resultam apenas de processos econômicos e tecnológicos, mas estão igualmente vinculadas aos componentes do sistema político. Por essa razão é que o enfoque da presente tese se fez sobre a relação entre sindicalismo e ação do Estado, procurando identificar os contrastes mais relevantes entre os dois casos selecionados para estudo, o Brasil e o Peru e, ao mesmo tempo, entre diferentes períodos de governo em cada um desses países, no que respeita, especialmente, aos anos 80 e 90 do século XX.

A correlação de forças políticas e econômicas no Peru, durante o período focado, favoreceu a emergência e a permanência, por um período razoavelmente prolongado, considerada a instabilidade política que caracteriza as sociedades nacionais latino-americanas, do regime neopopulista, de cunho altamente regressivo. No Brasil, em contraste, uma forma assemelhada de dominação, que se fez presente nos primórdios dos anos 90, não obteve a mesma capacidade de legitimação.

A realidade das relações de trabalho no Peru e no Brasil vem sendo marcada não somente por determinações provenientes das inovações técnico-organizacionais nas atividades produtivas, mas também

pelas diretrizes e prioridades político-econômicas determinadas pelos dirigentes e representantes governamentais, assim como pelos interesses sócio-econômicos privados a que se articulam.

A partir da abertura econômica no Peru e no Brasil, durante a década de noventa, submeteu-se as empresas nacionais à concorrência do mercado internacional. Instituiu-se uma política econômica que abandonou a inversão produtiva pública, principalmente nas atividades em que o Estado mantinha presença direta. Nesse contexto, desenvolveram-se profundas transformações no mundo do trabalho, atingindo a estrutura político-ideológica e organizacional do sindicalismo corporativista no Brasil, e classista no Peru.

O processo flexibilizador no Brasil passou a receber maior ênfase a partir do governo de Fernando Collor de Mello (março de 1990 a setembro de 1992), quando foram suspensas as barreiras tarifárias para as compras no exterior e se implantou um programa quadriannual de redução progressiva das tarifas de importação (SALLUM, 2001). Ao mesmo tempo, implantou-se um programa de desregulamentação das atividades econômicas e de privatização das empresas estatais, com a finalidade de recuperar as finanças públicas e reduzir, aos poucos, o papel impulsor do Estado na atividade produtiva.

O processo de desregulamentação econômica do Governo Collor esteve associado à abertura econômica. Essa deu lugar à redução drástica das tarifas oficiais para a importação de veículos automotores. Isso permitiu um incremento acelerado de carros importados (de 6.100, em 1990 para 420.000, em 1995), com efeitos nocivos para a indústria automotriz – sendo o alvo as montadoras do ABCD –, a tal ponto que a Ford anunciou o fechamento de sua montadora de motores de caminhões (DOMBOIS; PRIES, 2000).

O impacto sobre as organizações dos trabalhadores nos anos 90 atingiu não apenas o setor privado da economia brasileira, mas também o setor público. A partir do Governo Collor (1990-

1992), e principalmente no Governo Cardoso (1995-1999), a administração pública tornou-se alvo das políticas de reorganização do Estado. O corte dos investimentos, que tinha por objetivo atingir um *superávit* primário capaz de cumprir as metas impostas pelo FMI, prejudicou os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores do setor público, atingindo assim importante pilar do sindicalismo.

No caso peruano, o processo de desregulamentação e flexibilização iniciou-se pouco tempo após Alberto Fujimori assumir o governo em 1990. Começou pela alteração radical do sistema de relações laborais, a partir de restrições jurídicas ao contrato trabalhista, o que permitiu a demissão de muitos trabalhadores. Entre 1991 e 1992, geraram-se 923 decretos legislativos do poder executivo (em virtude de faculdades legislativas delegadas pelo Congresso Peruano). Esse pacote de medidas compreendia a liberalização da atividade econômica, a desregulamentação do trabalho e privatização das empresas estatais. A desregulamentação ocorrida no Peru foi extrema e não negociada com os demais atores envolvidos – menos ainda com as organizações sindicais. Foi dirigida indistintamente, tanto para o setor público como para o privado, através de decretos governamentais.

Através do processo de desregulamentação, não só se realizaram alterações dos direitos individuais do trabalhador, mas também foram abrangidas questões estratégicas para a organização sindical através da mudança da normatização das relações coletivas de trabalho. No universo assalariado, tanto público como privado, as novas normas laborais foram destruindo, progressivamente, os mecanismos legais e a prática judicial que amparava o desenvolvimento dos sindicatos. Ao destruir a estabilidade no emprego também foram, na prática, possibilidades de ação sindical.

Argumentou-se, nesta tese, que a desregulamentação das relações trabalhistas, paralelamente à redução dos empregos estáveis, aumentou em grandes proporções os

contingentes de trabalhadores, homens e mulheres, em regime de trabalho de tempo parcial, de trabalho assalariado temporário, bem como em ampla gama de atividades informais. As bases de afiliação sindical foram reduzidas, em relação a algumas categorias de trabalhadores foram até mesmo extintas, como no caso dos sindicatos dos empregados de empresas estatais peruanas fechadas pelo Governo Fujimori. Nesse país, ademais, a fragilidade dos partidos políticos e a fragmentação dos grupos de esquerda propiciou a disponibilização de importantes segmentos da população aos apelos de um populismo emergente, desta feita combinado com políticas neoliberais. Neste estudo, esse fenômeno é entendido como neopopulismo, o qual se assenta, sobretudo, nas massas marginalizadas, predominantemente urbanas. No Peru, o enfraquecimento do regime neopopulista de Fujimori possibilitou, no final da década de 90, a formação de redes de cooperação sindical internacional, das quais emergiu o novo classismo. A noção de novo classismo, à diferença do sentido tradicional do termo (o qual se refere a um sindicalismo com conotação de luta de classes), tem como componente principal a solidariedade internacional dos trabalhadores organizados.

No Brasil, as lutas sindicais de meados dos anos 70 e no decorrer dos anos 80 consistiram em buscar o reconhecimento do papel social dos sindicatos, cabendo lembrar que nesse contexto foi criada a CUT. Cultivou-se, a partir de então, uma postura reativo-reivindicativa, pela qual essa organização conquistou legitimidade frente à opinião pública, juntamente com outras instituições que defendiam os Direitos Humanos, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), situando-se, portanto, entre as instituições que mais desfrutavam da confiança da população brasileira.

O sindicalismo da CUT tornou-se, o principal baluarte de defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros. No entanto, nos anos 90, na assim chamada Década Neoliberal, ocorreram importantes mudanças de orientação do sindicalismo cutista. Passa-se de uma

orientação de confronto para uma orientação propositiva, opção essa assumida a partir do III Congresso da CUT, em 1988.

Detecta-se, a partir de então, o desenvolvimento do que se considera, nesta tese, uma tendência neocorporativista na ação da CUT. Ademais percebe-se a adoção de formas de atuação sindical que se aproximam de um neopragmatismo, com a incorporação do discurso da “concertação social”.

A constituição de um novo mundo do trabalho, representado pelo desemprego estrutural e pela precarização, decorrente do novo padrão de acumulação flexível, contribuiu decisivamente para o refluxo do movimento sindical, mas não promoveu o seu desaparecimento como ator coletivo. Assistiu-se nos anos 90, à transição de um sindicalismo combativo para um sindicalismo marcado pelo neocorporativismo. Segundo Boito Jr. (2001), a partir do Governo Collor (1990-1992), as tendências neocorporativas de participação e de negociação passaram a prosperar no sindicalismo brasileiro. Na visão desse mesmo autor, a nova conjuntura econômica e político-ideológica do país, caracterizada pela abertura econômica e pela ofensiva ideológica do neoliberalismo, associada, em escala internacional, com a crise do socialismo afetou significativamente a organização e a luta sindical no Brasil.

A partir de então, o sindicalismo no Brasil foi assumindo novas configurações, neste estudo entendidas como constitutivas de um sindicalismo neocorporativista de participação. Essas novas configurações representam importantes estratégias políticas de resistência dos trabalhadores sindicalizados, diante da consolidação das novas formas de produção, altamente poupadoras de postos de trabalho assalariado regulamentado.

No Peru, no decorrer do período entre 1985 e inícios da década de 2000, o movimento sindical foi marcado pela implantação de políticas de ajuste estrutural prescritas pelo protocolo do Consenso de Washington. As mudanças drásticas da Constituição da República em 1993, e da

legislação trabalhista, assim como os programas de privatização e de fechamento de empresas públicas, em associação com as políticas de austeridade destinadas a melhorar a balança comercial, agravaram os índices de desemprego, promoveram o crescimento do setor informal da economia e a multiplicação das modalidades de trabalho precário. A essas tendências, como se procurou apontar no decorrer do presente estudo, sobrepôs-se de forma trágica a violência política interna, que afetou diretamente a organização dos trabalhadores sindicalizados.

Procurava-se um incremento de competitividade do aparato produtivo através da diminuição dos custos trabalhistas, da reorganização das empresas, da introdução da flexibilidade trabalhista, ao mesmo tempo em que se buscava restringir as práticas corporativistas, tanto das empresas quanto das lideranças sindicais (ZAPATA, 2003; DE LA GARZA, 1992). Não só se tratava de facilitar o acesso das empresas multinacionais ao mercado interno, mas também de implementar um processo de transformação político-institucional no país (ZATAPA, 2003). Durante o Governo Fujimori (1990 - 2000), assistiu-se a uma profunda deterioração da organização sindical, particularmente da Confederación General de Trabajadores del Perú, a CGTP.

No entanto, o movimento sindical peruano sobreviveu a essa conjuntura crítica. A CGTP vem expressando atualmente a necessidade de uma profunda mudança organizacional, através da qual se possa produzir um espaço plural, com a perspectiva de desenvolver uma nova política de frente única. Algumas mudanças têm sido implementadas, com o apoio de organizações internacionais, fundamentalmente, do sindicalismo europeu, como é o caso da *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* (CCOO), da Espanha, da *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), da Itália e da *Fédération Générale du Travail de Belgique* (FGTB), da Bélgica. Essas centrais sindicais têm contribuído decisivamente para reverter o quadro crítico da GCTP, através de ações como, por exemplo, o financiamento do *Instituto de Estudios Sindicales* (IESI),

que trabalha diretamente no assessoramento da CGTP. Ao mesmo tempo, vêm apoiando o estabelecimento de assessorias políticas e trabalhistas para o movimento sindical peruano, bem como a adequação de sua estrutura organizacional nos âmbitos local, regional e nacional, buscando fazer frente ao novo perfil do mercado de trabalho.

A CGTP está voltando a ocupar, pelo menos em parte, os espaços perdidos durante a década de 1990, com vistas à direção do movimento sindical e também postulando-se como um dos eixos articuladores da sociedade civil. Recorde-se que foi essa a instituição em torno da qual se articulou, a partir 1997, o movimento de protesto contra o regime neopopulista de Fujimori. Além disso, em novembro de 2000, essa mesma entidade foi nomeada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) como instituição representante da sociedade civil, encarregada de coordenar ações, juntamente com outras entidades, visando à redemocratização da sociedade peruana. Nesse contexto mais recente, a CGTP inaugurou novas formas de articulação sindical, nesta tese denominadas novo classismo.

Os movimentos sindicais no Brasil e no Peru enfrentaram, em contextos de ajuste estrutural, em grandes linhas similares, claras diferenças quanto as suas possibilidades de atuar no que respeita à questão das relações entre capital e trabalho, em função das opções dos atores responsáveis pelas políticas estatais, dos atores empresariais, das particularidades da inserção de cada um desses países na divisão internacional do trabalho e não menos importante das suas trajetórias políticas e organizações.

Ademais, fatores de natureza político-institucional, como a implantação, no início da década de 1990, de um exercício de dominação política caracterizada por mecanismos clientelísticos e combinada com políticas de cunho neoliberal, vieram a gerar o apoio de setores carentes não organizados, resultando no que nesta tese se entende como neopopulismo. No cenário mais recente, a CUT e a CGTP vêm se consolidando como atores políticos nacionais e

internacionais, a partir da criação de novas formas de atuação sindical: o neocorporativismo, no cenário político do Brasil, e o novo classismo, no caso do Peru.

As principais diferenças entre os dois casos estudados podem ser apreciadas no seguinte quadro comparativo:

Quadro 6 - Principais tendências entre Brasil e o Peru (1990-2000)

VARIAVEIS	PAÍSES	ANOS 1990-2000
Orientações político-ideológico predominantes na ação estatal	BRASIL	- Neopopulismo com tendências bonapartistas e neoliberalismo (1990-1992) - Neoliberalismo (1993-2000)
	PERU	- Neopopulismo com tendências cesaristas neoliberalismo (1990-2000)
Organização Sindical	BRASIL (CUT)	Fortalecimento: - novas formas de negociação - neocorporativismo
	PERÚ (CGTP)	Crise e sobrevivência: - repressão do Estado - repressão do Sendero - disputas ideológicas internas - emergência do novo classismo
Política Econômica	BRASIL	- Abertura econômica e comercial - Privatizações
	PERÚ	- Abertura econômica e comercial - Privatizações
Direitos Trabalhistas	BRASIL	- Medidas Provisórias - Denúncia da Convenção 158 da OIT - Flexibilização de direitos Trabalhistas
	PERÚ	- Desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho - Mudanças drásticas dos direitos contidos na nova Carta Constitucional de 1992
Movimento Sindical e Articulação Política	BRASIL	PT e apoio de outros partidos de esquerda
	PERÚ	- Esquerda PC-Unidade - APRA - Sendero Luminoso até 1992

Mudanças das relações de trabalho	BRASIL	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações nas taxas de sindicalização - Desemprego - Terceirização - Precarização - Subemprego - Exclusão - Informalidade - Novos acordos e neocorporativismo
	PERÚ	<ul style="list-style-type: none"> - Altas taxas de desemprego - Baixas taxas de sindicalização - Terceirização - Subemprego - Precarização - Exclusão - Informalidade acentuada
Base Social do Movimento Sindical (Principais atividades)	BRASIL	<ul style="list-style-type: none"> - Comércio - Serviços - Indústria de transformação - Construção Civil - Setor Público - Pequena produção agropecuária
	PERU	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços - Construção Civil - Setor Público - Produção agropecuária do campesinato

Fonte: Elaboração própria

Referências

- ABRAMO, Lais, LEITE, Márcia. Novas institucionalidades e novas formas de regulação no mundo do trabalho. **GT Trabalho e sociedade**, XXII Encontro Anual da ANPOCS Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998.
- ABRAMO, Laís. Sindicatos y transición democrática. In: **El sindicalismo Latinoamericano en los noventa**. Santiago Chile: CLACSO Planeta, 1991.
- ADAMS, Norma; VALDIVIA, Néstor. **Los otros empresarios: ética de migrantes y formación de empresas en Lima**. Lima: Instituto de estudios peruanos. IEP, 1991. p. 185.
- AGLIETA, Michel. **Regulación y crisis del capitalismo. la experiencia de los Estados Unidos**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1979.
- ADRIANZEN, Alberto. Juntos pero no revueltos: proceso electoral en marcha **QUEHACER**. n. 68. p 4-9. Lima, 1990.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. **Dados**. [online]. 1999, vol.42, no.3 p.421-451. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2005.
- ALTHAUS, Jaime. **La Triste Historia del Centralismo Distributivo**. Lima: DESCO, p. 76. 1991.
- ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 15, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jan 2006.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ALVES, Giovanni. **Ofensiva Neoliberal, Toyotismo e Fragmentação de Classe**. Universidade e Sociedade, N° 10, SP, Janeiro de 1996.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. A nova degradação do trabalho na era da globalização. 2ª ed. Londrina: Práxis, 1999.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**. n. 19, p. 71-94. 2002.
- AMIN, Samir. La economía política del siglo XX. **La Belle Époque**, 2000. Disponível em: <<http://www.rcci.net/globalizacion/2000/fg129.htm>>. Acesso em: 20 set. 2005.

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós Neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANDERSON, Perry. **As antinomias de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p 117-148.
- ANFAVEA. Informações gerais e aspectos econômicos e sociais. **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira**. Brazilian Automotive Industry Yearbook. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/Anuario2005/Cap01_2005_1-3.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2005.
- ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. maio/ago. 2004, vol.25, no.87 [], p.335-351. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é o sindicalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente. 1991.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Escrita 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). São Paulo: Autores Associados, p192, 2004.
- ARIAS, Quincot César. **Modernización Autoritaria**. Lima: Fundación Friedrich Ebert. Lima Perú. 1994
- ARIAS, Quincot César. **Entre la Utopía y el Cinismo**. Lima: Fundación Friedrich Ebert. 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: UNESP. 1994.
- AZEVEDO, Carlos; PEREIRA, Raimundo; GOMES, Luiz Marcos. **O esquema tático de Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <http://www.isg.nl/labouragain/documents/pereira/3381_1./azevedo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2004.
- BALBI Carmen, Radicalismo y Classismo en el Movimiento Sindical Peruana. Lima: Socialismo y Participación. p. 96. 1994.
- BALBI, Carmen Rosa. Sendero Luminoso El fin de una Historia en Lima. In: **Pretextos** n. 7. p. 185. Lima: DESCO. 1995.

- BALBI, Carmen Rosa. Um balance Del sindicalismo – 1985-1989. **Actualidad Econômica**. n. 114. Lima, 1990.
- BALBI, Carmen Rosa. **Identidad Clasista En El Sindicalismo: Su impacto en las Fábricas**. Lima: DESCO. 1989.
- BALBI, Carmen Rosa. **Organización Sindical y Crisis Económica**. Lima: Estudios de Derecho y Socied, pg. 196. 1984.
- BALBI, Carmen Rosa; VARGAS, Juan Carlos. Estabilización y ajuste: el sindicalismo en la encrucijada. **QUEHACER**. n. 44, 1988.
- BALBI, Rosa. **Balance del sindicalismo peruano en los 80**. Cuadernos Laborales n° 87. 1993.
- BALBI, Rosa. **Identidad clasista en el sindicalismo: su impacto en las fábricas**. Lima: Centro de estudios y promoción del desarrollo. DESCO, 1989.
- BALLÓN, Eduardo. **Movimientos sociales y crisis: el caso peruano**. Lima: DESCO. 1986.
- BANCO CENTRAL DE RESERVA. BCR del Perú. **Memória**. 1999, Boletín trimestral. Lima: BCRP, 1999.
- BANCO CENTRAL DE RESERVA. BCR del Perú **Memória**. 1992, Boletín trimestral. Lima: BCRP, 1992.
- BARBOSA, Nilmar de Oliveira. **Salário mínimo no milagre econômico brasileiro de 1968 à 1973**. 2005. Disponível em: <http://www.anhanguera.edu.br/publicacoes/caderno_economia/Artigo13_Nilmar.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2006.
- BARBOSA, Nilmar. **PIB e salário mínimo no milagre econômico brasileiro de 1968 a 1973**. Disponível em: <http://www.anhanguera.edu.br/publicacoes/caderno_economia/Artigo13_Nilmar.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2006.
- BARBOZA FILHO, Rubem. Populismo: uma revisão crítica. In: **Seminário Populismo e Educação** - 1a. Semana do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFJF, 1986, Juiz de Fora. Anais da 1a. Semana do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Juiz de Fora, 1986. p. 57-69.
- BCRP; INEI. **Mercado Laboral: Desempleo**. 2005. Disponível em: <http://www.bcrp.gob.pe/bcr/dmdocuments/Metadata/docs/Metadata_Desempleo.doc>. Acesso em: 23 jan. 2006.
- BECK, Ulrich. **¿Que es la Globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización**. Barcelona: Paidós Ibérica S.A, 1998.

BERNEDO, Jorge. Población y empleo: evolución en el largo plazo. In: **Empleo en el Perú**. Bernedo Jorge _____ (Org.). Lima: ADEC-ATC, 1990.

BERNEDO, Jorge; BASTIDAS, Aliaga María. **Sindicatos en el Perú: agenda para el cambio**. Lima: Fundación Friederich Ebert, 2000.

BEYNON, Huw. **As praticas do trabalho em mutação**. In Antunes Ricardo. _____(org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Bomtempo: 1999.

BEZERRA, Gustavo Antonio. Normas Trabalhistas e Modelo de Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo: um Capitulo do Medo?. **UFRJ/IFCS**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa/mestrado/Texto_completo_249.prn.pdf>. Acesso em: 2 out. 2006.

BLANCAS, Bustamante Carlos. **El Derecho de la Estabilidad en el Trabajo**. 1st ed. Lima, Perú: Asociación Laboral Para el Desarrollo, 1991.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, p. 41. 1990.

BOITO Jr., Armando. Vargas e a herança populista. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 39. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/039/39cboito.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2006.

BOITO Jr., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, 1986. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/ce marx/criticamarxista/CM3armando.pdf>>. Acesso em 12 Janeiro 2004.

BOITO Jr., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. **Seminário Intermediário USP**, 2003. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Armandointer03.rtf>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO Jr., Armando. **Vargas e a herança populista**. 2004. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2004/ju263pag02.html>. Acesso em: 15 set. 2005.

BOLOÑA, Carlos. **Cambio de Rumbo**. Lima, ILM-SIL, p. 21. 1993,.

BONFIGLIO, Jovani. **La Migración Estranjera en el Perú**. Lima: DESCO. 1982.

BORGES, Vavy Pacheco. O populismo e sua história: debate e crítica. **Rev. bras. Hist.** [online]. 2002, vol.22. no.43 p.235-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 fev. 2006.

BOUNICORE, Augusto. **O 1968 operário.** A greve de Contagem – MG. 2006. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=7159>>. Acesso em: 28 set. 2006

BOYER, Robert. **La théorie de la régulation: une analyse critique**, Paris: Éditions La Découverte 1986.

BRASIL ESCOLA. **As irregularidades no governo Collor.** Disponível In: <<http://www.brasilecola.com/historiab/collor3.htm>>. Acesso em: 20 set. 2005.

BRASIL. Peleguismo. **Brasil República.** 2005. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.asp?codigo=705>>. Acesso em: 20 set. 2005.

BUCALEM, Levi. **Burocratas & Burocracias.** Books Brasil Fonte Digital © 2006. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org>>. Acesso em: 3 de set. 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas. n. 14. p. 153-174. 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade/download/revista_14/06-Cacciamali.pdf>. Acesso em: 22 out. 2006.

CALCAGNO Alfredo. **Ajuste estrutural, custo social y modalidades de desarrollo en América Latina.** CLASCO. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/sader/cap04.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2006.

CÂMARA Americana. **Câmara Americana comemora 90 anos de incentivo às relações Brasil-EUA.** 2006. Disponível em: <http://www.amchamrio.com.br/publicacoes/bb/2006/04_bb_abr_06/capa_abre.htm>. Acesso em: 9 abr. 2006.

CAMPELLO DE ZOUZA, Maria do Carmo. A Nova República Brasileira: sob a Espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred Estepan____ (org.). **Democratizando Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p 351-394 1988.

CARDOSO Adalberto Moreira. Problemas de representação do sindicalismo brasileiro o que aconteceu com a filiação sindical? In: “Los sindicatos frente a los procesos de transición política. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. In: **Trabajo, sujetos y organizaciones laborales.** DE LA GARZA TOLEDO, Enrique.____(org.) Buenos Aires: CLACSO, octubre de 2001. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>>. Acesso em: 10 jun. 2004.

CARDOSO Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1999. p 186.

CARDOSO, Adalberto M. Trabalhar, Verbo Transitivo: Trajetórias Ocupacionais de Trabalhadores da Indústria Automobilística. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2006.

CARDOSO, Adalberto M. Trabalhar, Verbo Transitivo: Trajetórias Ocupacionais de Trabalhadores da Indústria Automobilística. **Dados**. 1998, vol.41, no.4, p.701-750. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2005.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Economia x Sociologia: eficiência ou democracia nas relações de trabalho?. **Dados**. [online]. 2000, vol.43, no.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 ago. 2005.

CARDOSO, Adalberto. **Da promessa integradora à insegurança sócio-econômica**. XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. 2003. Campinas. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/adalberto_da_promessa_integradora.pdf?PHPSESSID=e4ba466308fba1a6a6292471bffa01a>. Acesso em: 21 nov. 2004.

CARDOSO, Adalberto. Problemas de representação do sindicalismo brasileiro: o que aconteceu com a filiação sindical? In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique _____ (org.). **Los sindicatos frente a los procesos de transición política**. Buenos Aires: CLACSO, p. 55-89. 2001.

CARLEIAL, Marcelo. Unicidade e Pluralidade Sindical. **DireitoNet**, 2004. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/14/15/1415/>>. Acesso em: 22 jul. 2005.

CARRILHO DA COSTA, **Sindicalização e greves: história recente do movimento sindical brasileiro**. 2005. Fonte: OCDE. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol2n6/walber.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2005.

CARTA-TESTAMENTO. **Carta-testamento de Getúlio Vargas**. 2005. Disponível em: <<http://www.unificado.com.br/calendario/08/carta.htm>>. Acesso em: 20 out. 2005.

CARTIER, Jean Bresson. **Corrupción institucionalizada y neocorporativismo, con ejemplos del caso francés**. Nueva Sociedad 145, septiembre-octubre 1996. Caracas: Nueva Sociedad. p 110-125. 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary. Gênero e poder no espaço sindical. Revista de Estudos Feministas, vol. 3, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ/IFICH, 1995.

CERVI, Emerson Urizzi. As sete vidas do populismo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 17, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2006.

CEDAL. **Libro Blanco - Sobre la violación de los Derechos Humanos Laborales y Sindicales en el Perú 1990 – 1999**. Lima: CEDAL-ORIT. 1999.

CEPAL. **La brecha de la equidad**. Santiago de Chile: CEPAL, 1997.

CEPAL. **Panorama Social de America Latina 1999-200**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

CIDOB. Alberto Fujimori. **Centro de investigacion de relaciones internacionales y desarrollo**, 2006. Disponível em: <http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/peru/alberto_fujimori>. Acesso em: 29 out. 2006.

COLINO César. **Método comparativo**. Dicionario crítico de Ciências Sociais. Madrid. 2000. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario/M/metodocomparativo_a.htm>. Acesso em: 14 jun. 2006.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Informe final de la Comisión de la Verdad**. 2003. XI Tomos e anexos. Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>>. Acesso em: 23 ago. 2005.

COMUNIDAD. Reforma laboral em el Peru. **Comunidad Derecho**. Disponível em: <<http://comunidad.vlex.com/ricardo/>>. Acesso 20 out. 2005.

CORIAT, Benjamin. **Pensar al Revés**. Madrid: XXI Editores, 1992.

COSTA, Célia Maria. **Manifesto dos coronéis**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/manifestocoroneis.htm>. Acesso em: 23 nov. 2006.

COSTA, Márcia da Silva. (2005), O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 20 n. 59. RBCS Vol. 20 nº. 59 outubro/2005. p 111-170. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a08v2059.pdf>>. Acesso em: 5 de jan. 2006.

COTLER, Julio. **Crisis Política y Populismo Militar en el Perú**. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 31. 1971.

COTLER, Julio. Intervenções militares e “transferencia do poder aos civis” no Peru. In: **Transições do regime autoritário: America latina**. (Org). Guillermo O’Donnell. São Paulo: Vértice. 1988.

COTLER, Julio. **Las bases del corporativismo en el Perú**. Lima: PUC, p. 2. 1974.

COTLER, Julio. **Crisis de los Partidos Políticos**. Lima: IEP, p. 172. 1989.

COTLER, Julio. **Crisis política y Populismo militar en el Perú**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971, p. 2.

COTLER, Julio. Resúmen semanal. **Revista Desco** n. 652, 1995.

COTLER, Julio; GROMPONE, Romeo. **El fuji-morismo. Ascenso y caída de un régimen autoritario**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes. In: **Gramsci e o Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>> Acesso, 22-11-2005.

COUTO, Kelly. **A Coluna da Esperança**. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag1204-33.htm>>. Acesso em: 09 out. 2006.

CONSTITUCIÓN Política del Perú, 1979.

CONSTITUCIÓN Política del Perú, 2003.

CONSTITUIÇÃO Política do Brasil, 1988.

CRONOLOGIA. **Arquivo SMABC**. 2000. Disponível em: <<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#CRONOLOGIA>>. Acesso em: 2 mar. 2006.

CROZIER, Michel. Movimento operário e conflitos do trabalho. In: FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre (org.). **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Cultrix, 1992. p 202.

CRUZ, Sebastião Velasco e. As peripécias do quatro na política brasileira. **Lua Nova.**, São Paulo, n. 64, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2006.

CRUZ, Sebastião Velasco. **As peripécias do quatro na política brasileira**. Lua Nova, n. 64, p.39-45 jan./abr. 2005.

CUT. **A Central Única de Trabalhadores de ontem e hoje**. 2006. Disponível em: <<http://www.cutrj.org.br/historia1.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2006.

CUT. **Retrospectiva Histórica da CUT**. 13 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.cutrj.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 10 set. 2005.

CHAVES, Jorge. Bata en el Suelo. **Revista SI**. n.12. Lima. 1987

CHOQUE. do plano Collor é o maior de toda a história. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 março 1990. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/almaque/dinheiro>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

DA SILVA GAMA, Carlos Frederico Pereira. **O milagre econômico brasileiro**. 2003. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=1553&cat=Teses_Monologo>. Acesso em: 12 jan. 2006.

DE CARVALHO, Durval; SIMÕES, Renato. Centralismo Burocrático: com os pés no chão. **Teoria e Debate**. Fundação Perseu Abramo, 1991. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=688>> Acesso em: 23 nov. 2004.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Epistemología de las Teorías sobre Modelos de Producción. In: **Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI**. (org), DE LA GARZA, Toledo Enrique. Buenos Aires: CLACSO. 1999. Disponível em: <www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/garza1/lgrupo1.html - 10k ->. Acesso em: 21 out. 2002.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Problemas clásicos y actuales de la crisis del trabajo. In: **El trabajo del futuro. El futuro del trabajo**. (org), NEFFA, Julio César. Buenos Aires: CLACSO, p 11-31. 2001. Disponível em: <[http://168.96.200.17/ar/libros/neffa/1garza.pdf#search="](http://168.96.200.17/ar/libros/neffa/1garza.pdf#search=)>. Acesso em: 12 nov. 2002.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. ¿Hacia dónde va la Teoría Social? In: de la Garza Toledo (org.) **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México: FCE, p. 169. 2000.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Alternativas sindicais en América latina. In: Cultura y trabajo: **Revista de la ENS**, no. 61. ENS, Escuela Nacional Sindical, Medellín, Colombia. 2003. Disponível em: <<http://www.ens.org.co/articulos.htm?x=48559&cmd=c-1-61>>. Acesso em: 12 out. 2004.

DE LA TORRE, Carlos.: Populist Seduction in Latin America. The Ecuadorian Experience. Research in International Studies. Latin America Series No. 32. OHIO University. 2000. Disponível em <http://editorial.unab.edu.co/revistas/reflexion/pdfs/ana_49_1_c.pdf#search=%22origenes%20del%20populismo%20%22>. Acesso em: 12 out. 2004.

DE QUEIROZ, António Augusto. **Movimento Sindical: passado, presente e futuro**. Série Estudos Políticos. Ano II Brasília-DF. 2000. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em <<http://www.diap.org.br/publicidades/PDF/MovSindical.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2005.

DE SOTO, Hernando. **El Otro Sendero**, Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1986.

DIEESE. Balanço das negociações de reajustes salariais no primeiro semestre de 2006. **Estudos e Pesquisas**. Ano 3 – n. 25, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estpesq25092006_pisos.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2006.

DIEESE. Ford: da reversão das demissões ao acordo emergencial. **Índice do Boletim - Janeiro e Fevereiro de 1999**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/bol/neg/negjan99.xml>>. Acesso em: 8 jan. 2005.

DIEESE. **La situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DINIZ, Eli. A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privado. **Rev. Sociologia Política**. Curitiba, n. 14, p. 7-28, jun. 2000

DINIZ, Eli. **Empresariado, Estado e Desenvolvimento: novas tendências no limiar do novo milênio**. 2002. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/estpol5.1.doc>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

DINIZ, Eli. Planejando o desenvolvimento: a centralidade da dimensão político democrática. **Seminário Brasil em Desenvolvimento** - Data: 29/09/2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento/pdfs/planejando_o_desenvolvimento_a_centralidade_da_dimensao_politico_democratica.pdf>. Acesso em 20 Janeiro 2006.

DITADURA. **Ditadura Militar no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/ditadura/>>. Acesso em: 2 dez. 2006.

DIVULGAÇÃO do Plano Cohen colaborou para a instauração do Estado Novo. 2005. Centro de Pesquisa e Documentação de **História Contemporânea do Brasil** – CPDOC. Disponível em: <http://www.unificado.com.br/calendario/09/plano_cohen.htm>. Acesso em: 12 out. 2006.

DOMBOIS, Rainer; PRIES, Ludger. **Relaciones laborales entre mercado y Estado. Sendas de transformación en América Latina**. Fundación Volkswagen / Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 2000. p. 272.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastián. **Macroeconomía del Populismo en Latino América**. Lima: FFE, Trimestre Económico Enero/Marzo. 1990. p. 146.

DOS ANJOS, Maria. **Retrospectiva da economia brasileira nos últimos 45 anos**, Revista FAEBUSINESS, n.4, dez. 2002. Disponível em <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n4_dezembro_2002/economia1_retrospectiva_da_economia_brasileira_nos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2006.

DOS SANTOS, Sérgio Tadeu. O atual debate no sindicalismo-CUT sobre organização sindical. Apresentados no **Seminário Intermediário USP**. – 2003. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Tadeuinter03.rtf>>. Acesso 07-12-2005.

- DUBEUX, Julio Ramalho. **História da República do Brasil**. 2005. <<http://elogica.br.inter.net/crdubeux/hsarney.html>>. Acesso em: 23 nov. 2005.
- ELDER, Joseph. **Comparative Cross-National Methodology**, Annual Review of Sociology, 2, 1976 pp. 209-230.
- ELEIÇÃO. difícil de esquecer. 2005. Terra. Almanaque. **Aula de política**. Disponível em <<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/aula/esquecer.htm>>. Acesso em 2 set. 2006.
- EL BANCÁRIO, Revista de la Federación de Empleados Bancários. N^o 18, Lima: FEB. 1989.
- EL DIARIO. **Entrevista del siglo**, Semanario. Lima: El diario. 1988.
- ENTREVISTA, Entrevista ao Canal Livre da TV Bandeirantes, feita pelos jornalistas Fernando Mitre e Antonio Teles ao presidente da CUT, Luis Marinho e Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical, Domingo 13 de março de 2005.
- ERMIDA, Oscar. **La fl exhibilidad**. Fondo de Cultura Universitaria, Montevideo. 2000
- ESPINOZA, Pena Henry; RIOS, Salas Vanessa. **Protección Social en Salud para trabajadores del Sector Informal Urbano: Conceptos, mecanismos y una propuesta**. Unidad de Investigación Centro de Estudios para el Desarrollo – CEDEP. 2005. Disponível em: <http://www.consortio.org/CIES/html/pdfs/WIEGO_EspinozaRios.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2006.
- ÊXODO e transformação. 2005. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pais/historia/sec_xx/>. Acesso em 20 dez. 2005.
- FAUSTO, Boris. **Historia concisa do Brasil**. São Paulo: edusp Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FAUSTO, Boris. El populismo en la vida política brasileña; **Revista de Occidente**, núm. 174, noviembre, Madrid. 1995.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, FDE, 1994.
- FERNANDES, Dias Edmundo. Capital e Trabalho: a Nova Dominação. **Universidade e Sociedade** n. 10 p. 18, 1995.
- FERNANDES, Dias, Edmundo. Capital e Trabalho a nova Dominação. **Universidade Sociedade**. n. 10 Janeiro. 1996.
- FERRER, Anthony. **La Burguesía Industrial en el desarrollo Peruano**. Lima, ESAN, p. 110.1984
- FINKEL , Lucila. **La Organización Social del Trabajo**. Madrid: Piramides, 1994.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In: STEPAN, Alfred Estepan ____ (org.). **Democratizando Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 137-197

FORRESTER, Viviane. **El horror econômico**. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires. 1997.

FRANCESCHINI, Luiz Felipe. **Marajás e caras-pintadas: a memória do governo Collor nas páginas de o globo**. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/doze/luiz_felipe_12.htm>. Acesso em: 20 mar. 2005.

FRANCESCHINI, Luiz Felipe. **Marajás e caras-pintadas: a memória do governo collar nas páginas de o globo**. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/doze/luiz_felipe_12.htm>. Acesso em: 12 fev. 2005.

WILS, Fritz. **Los industriales, la industrialización y el Estado-Nación en el Perú**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1979.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas São Paulo.

GALVÃO, Andréia. **Relações de trabalho, direitos sociais e políticas neoliberais: elementos para uma análise da estrutura sindical brasileira nos anos 90**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/download/Andreia1.rtf>>. Acesso em: 21 mai. 2003.

GAMERO, Julio. Depresion económica y éxitos Del shock gradual: las dos caras de la moneda. **QUEHACER**. n. 57. p. 23-28. 1988.

GAMERO, Julio; BALBI, Carmen Rosa. **Los trabajadores en los 80 entre la formalidad y la informalidad**. Lima: Desco, 1991.

GARAVITO, Cecilia. Sindicatos y Diálogo Social, **Palestra**. Pontificia Universidad Católica del Peru. Portal de Asuntos Públicos ©. 2004. Disponível em: <<http://palestra.pucp.edu.pe/index.php?id=176&num=1>>. Acesso em: 22 dez. 2005.

GARCÍA, Moriyon E. **Sindicalismo DicPC**. 2001. Disponível em: <<http://www.mercaba.org/DicPC/S/sindicalismo.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2005.

GARCÍA, Rey José. **El sindicalismo alternativo del siglo XXI**. 2001. Disponível In: <<http://www.rebellion.org/izquierda/sindicalsigloxxi030201.htm>. 2001>. Acesso em 14 jun. 2005.

GASKELL, George. Individual and group interviewing, in Bauer M and G Gaskell (eds) **Qualitative researching with text, image and sound**. London: Sage, 2000. p 38-56.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociología y Teoría Social**. (Reflexiones sobre el pensamiento social clásico y contemporáneo). Barcelona: Paidós, 1997.

GIGLI, Juan Manuel. **Neoliberalismo y Ajuste Estructural en América Latina**. 2001. Disponible em: http://www.juangigli.com.ar/ajuste_estructural_juan_gigli.pdf#search=%22Gigli%20Neoliberalismo%20y%20Ajuste%20Estructural%20en%20Am%C3%A9rica%20Latina.%22. Acesso em: 20 jun. 2005.

GODIO Julio, **Los Sindicatos en las economías de mercado en la América Latina**. Editora: Fundación Friedrich Ebert de Colombia. Bogotá: FESCOL, 1993.

GOLDENBERG, Boris. **Los sindicatos en América Latina**. Hannover: Fundación Friederich Ebert 1964.

GONZALES DE OLARTE, Efraín. **El Péndulo Peruano**. Lima: Instituto Estudios Peruanos, p. 32. 1993.

GONZALES, Raúl. **Sendero, desgaste e crise estratégica**. QUEHACER, n° 64, p. 08. Lima, 1984.

GONZALEZ, Raúl. ¿Qué pasa con Sendero Luminoso?. **QUEHACER**. n° 64. p. 33-40. Lima, 1990.

GORZ, Andre. **Adiós al proletariado**. Barcelona: Siglo veintiuno, 1981.

GOUNET, Thomas. **Contra o Toyotismo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Carcel**. Mexico: Era, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Notas sobre Maquiavelo, sobre Política y sobre el Estado Moderno**.; Traducción de Jose M. Aricó; 2º Edición; México D.F.: Ed. Juan Pablos, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, 6a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Pasado y Presente**. México D.F: Juan Pablos, 1977.

GUERRA GARCÍA, Gustavo. La Reforma del Estado en el Perú: pautas para reestructurar el poder ejecutivo, Lima, Agenda Peru, p 253. 1999.

- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSWAN, Eric. **Entrevistado pela Revista *Marka* No 72**, em 4 maio. p. 20-21. Lima, 1978.
- HOBBSWAN, Eric. **Trabajadores**. Madrid: Critica, 1980.
- IANNI, Octavio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. São Paulo: Ática, p. 119. 1989.
- IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 320. 2004.
- IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IANNI, Octavio. **Neoliberalismo e Socialismo**. Primeira Versão No 65. Campinas IFCH/UNICAMP 1996.
- IESI. **Informe**. Lima: IESI. 1997.
- JARD DA SILVA, Sidney. Companheiros Servidores: o avanço do sindicalismo do setor público na CUT. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 16. n. 46, jun, 2001. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/rbcs/rbcs46.htm#p7>>. Acesso em: 23 abr. 2004.
- JIMENEZ, Edgar. **Neoliberalismo e Identidade Nacional na América Latina**. Universidade e Sociedade n^o 08, 1995.
- JIMÉNEZ, Felix. **Demanda, inflación, crecimiento económico y estado: enfoques en conflicto**. Lima, CEDEP. 1987.
- JIMÉNEZ, Félix. **El modelo neoliberal peruano: límites, consecuencias sociales y perspectivas**. CLASCO. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/sader/cap07.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2004.
- JIMENEZ, Felix. La redefinición de la heterodoxia económica. **QUEHACER**. n. 48, p. 44-48. Lima, 1987.
- JIMÉNEZ, Félix. Perú 1990-1995: Algunos Efectos del Proceso de Ajuste en la Balanza de Pagos y el Crecimiento?. **Socialismo y Participación**. Lima: CEDEP, n.70. 1995
- KECK, Margaret. O novo sindicalismo na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred Estepam ____ (orgs.). **Democratizando Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p 381-440. 1988.
- KOHAN, Nestor. Gramsci y Marx: hegemonía y poder en la teoría marxista. **UBA**. Disponível em: <http://www.geocities.com/catedragramsci/textos/S_Gramsci_y_marx.htm>. Acesso em: 13 nov. 2003.

KREIN, J. Dari. Reforma no sistema de relações de trabalho no Brasil. In: **Emprego e desenvolvimento tecnológico**, São Paulo, Dieese/Cesit/Unicamp. 1999.

LACLAU, Ernesto. **En defensa de la razón populista**. Entrevista por Costa Flavia del **Clarín**. Disponível em: <<http://lists.econ.utah.edu/pipermail/reconquista-popular/2002-August/003350.html>>. Acesso em: 22 mai. 2004.

LACLAU, Ernesto. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. **NUEVA SOCIEDAD** 2005. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3381_1.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2006.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. **Corporativismo**. 2004. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/corporat/>>. Acesso em: 08 ago. 2005.

LEITE, Márcia de Paula. A crise operária e a questão sindical. In M. T. Fleury e R. M. Fischer, **Processo e relações de trabalho no Brasil**, São Paulo, Atlas. 1992

LEITE, Márcia De Paula. Work and society in a process of change. **Sociologias.**, Porto Alegre, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222000000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2006.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O Desmonte da Nação em Dados**, p. 69, Vozes, Petrópolis, 2002.

LIEDKE, Elida Rubini. **Labor control in dependent development. A case study of the brazilian electronics industry in Rio Grande do Sul**. 1988. Tese (Doutorado) – Department of Sociology at Brown University, Brown.

LIEDKE, Elida. Relações de Trabalho. In: **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. CATANI, Antonio D.; HOLZMANN Lorena. ____ (orgs.). Porto Alegre: UFRGS. 2006 . p. 242-248.

LIJPHART, Arend. **Comparative Politics and the Comparative Method**, in: APSR 65, 682–693 1971 pp. 682-693.

LINZ, Juan J. Totalitarian and Authoritarian Regimes, in Fred I. Greenstein y Nelson W. Polsby (org.): **Handbook of Political Science: Macropolitical Theory**. Addison- Wesley, Reading, , Massachusetts, p 175-411, 1975.

LODOLA, Germán. Neopopulismo y compensaciones a los perdedores del cambio económico en América Latina. **Dossier**. 2004. Disponível em: <http://www.kas.org.ar/DialogoPolitico/Dialog/2004/DialPol2_04/uno.pdf#search='El populismo por Lodola'>. Acesso em: 20 abr. 2004.

LOPES, Adhemar. Transição política e reconstrução sindical no Brasil. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique ____ (org.). **Los sindicatos frente a los procesos de transición política**. Buenos Aires: CLACSO, p. 92-101. 2001.

LORA CAM, Jorge. **El Perú: CIA, corrupción y la débil reaparición de los sujetos bajo subalternidad electoral**. 2001. Disponible em: <<http://www.rcci.net/globalizacion/2001/fg172.htm>>. Acesso em: 20 out. 2005.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARÇAL, Gildo. **O revolucionário da ordem (ciência política e especificidade da América Latina em Oliveiros S. Ferreira**. 1999. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv158.htm>>. Aceso em: 12 jul. 2004.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Los Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. Lima: Amauta, 1969.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Historia de la crisis mundial**. Lima: Amauta. 1973

MARKA. **A dívida Peruana**, Revista Marka, n. 62, p. 18. Lima, 1978

MARKA. **Como Será la Purga**, Revista Marka, n. 84, 12. Lima, 1978.

MARQUES, Guilherme. **O Novo Sindicalismo, a Estrutura Sindical e a Voz dos Trabalhadores**. Entrevista de Rosângela Gil e Sérgio Domingues, em 13 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.portalpopular.org.br/opiniao2005/varios/varios-36.htm>>. Acesso em 7 out. 2005.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. **O destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 1999.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. 2005. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/Dissertamartuscelli.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2006.

MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Sindicalismo**. São Paulo: CHED, 1981.

MARX, Karl; ENGÉLS, Federico. **O manifesto do Partido Comunista**. In: Obras Esquidas. Moscu: Progreso, 1983. p. 33-60.

MATOS MAR, José. **Desborde Popular y Crisis del Estado** Lima, IEP, 1984.

MAYORGA, René Antonio. Antipolítica y neopopulismo en América latina. **Serie Convivencias (XV)**. 1995. Disponível em:

<<http://www.chasque.apc.org/frontpage/relacion/anteriores/9710/antipoliti.html>>. Acesso em: 22 jul. 2004.

MAZZEI, Arnaldo José França. O Legado de Vargas. **Historia Viva**. n 10, ago. 2004. Disponível em <http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/materia_25.html>. Acesso 21 set. 2005.

MCCLINTOCK, Cynthia. **Resucitando la designación de régimen autoritario? Perú bajo Fujimori, 1995-1998**. Facultad de Ciencias Políticas. Universidad George Washington, D.C. 2005. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/McClintock.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990. dez. 2001, Texto para discussão n. 852. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0852.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2005.

MEDINA NÚÑEZ, Ignacio. **El nuevo corporativismo espiral**. Estudios sobre Estado y Sociedad. v. I, n. 2. ene-abr. 1995. México. Disponível em: <<http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/espiral/espiralpdf/Espir2/193-229.pdf#search=%22El%20nuevo%20Corporativismo%20Espiral%2C%20Estudios%20sobre%20Estado%20y%20Sociedad.%20Vol%20I.%20No.%202.%20Enero%20Abril%20de%201995%20M%C3%A9xico%22>>. Acesso em: 12 ago. 2005.

MEGALE, Januário. Alguns “ismos” das Ciências Sociais. **Copyleft LCC©**, 2005. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/ismos.htm>>. Aceso em: 12 out. 2005.

MELENEU NETO, José. Desemprego e luta de classes. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, pp. 75-108. 1996.

MELO, Marcus André. Crise, reforma do Estado e governabilidade. **Rev. Bras. Ci. Soc.** [online]. Feb. 1998, vol.13, no.36. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100016&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 10 dez. 2005.

MENDES, Gilmar. Democracia brasileira maior desafio do Brasil é superar as desigualdades, **Revista Consultor Jurídico**, 22 fev. 2005. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/33075,1>>. Acesso em: 10 nov. 2005

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1988. Disponível em: <<http://www.marcillio.com/rio/hirepds.html>>. Acesso em: 12 de jan. 2006.

MERCADANTE, Aloízio. Resultados para quem?. **Teoria e Debate**. nº.1. dez/1987. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/td/Td01/td1_trabalhadores.htm>. Acesso em 12 set. 2002.

METTENHEIM, Kurt E. von. Presidencialismo, democracia y gobernabilidad en Brasil. In: **Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina**. LANZARO, Jorge ____ (org.). ISBN 950-9231-65-7 Buenos Aires: CLACSO, agosto de 2001. p 163-188. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/lanzaro/mettenheim.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2004.

LUNA, Segura German. Apuntes para la historia cronológica del Aprismo. In: **La tribuna**. 2005. Disponível em: <http://72.14.209.104/search?q=cache:FfMlhqY-WIYJ:la-tribuna.org/index2.php%3Foption%3Dcom_content%26do_pdf%3D1%26id%3D39+en+1944,+convencion+clandestina+del+partido+aprista,+se+da+el+nacimiento+de+la+confederacion+d+e+trabajadores+del+peru&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=8&gl=pe>. Acesso em: 23 Jul. 2006.

MEZA, Hugo Eduardo. A Evolução da Economia Peruana no Período 1950-2000: Meio Século de Transformações e a Procura de Relações Internacionais. **Cadernos ROLAM/USP** (ano 2 - vol. 2 -), 2003. p. 79-109.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2006. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-01882000000100008

MONTEIRO, Cláudio. Uma Breve História da Economia Política da Defesa da Concorrência. **SEAE/MF Documento de Trabalho**. n. 22. Disponível em: <https://gestaoeae.fazenda.gov.br/central_documentos/documento_trabalho/2002-1/doctrab22.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2006.

MONTOYA, Rodrigo. San Marcos: el pulmon del Perú. **QUEHACER**. n. 154. 2005. p. 56-63.

MOTEZ, Bernard; TOURAINÉ, Alain. Tipologia da ação operária segundo a sociedade global. In: FRIEDMANN, George; NAVILLE, Pierre. ____ (Org.). Tratado de sociologia do trabalho. Trad. Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.

MOREIRA, Marcelo. Proposta traz câmara setorial de volta. In: **Correio Sindical Mercosul**. Brasil Metalúrgicos/ABC, 10/04/2002. Disponível em <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=3813>>. Acesso em: 16 set. 2005.

MORAES, Corrêa Reginaldo. Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, n. 6, 1994. p. 6-11.

MOREIRA, Neiva. **Modelo Peruano**. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 1975. p 228.

NAVARRETE, Julio. The development of sociology in Peru: introductory notes. **Sociologias**. [online]. July/Dec. 2005, no. 14 p.302-337. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2006.

NAVARRO, Vicente. **Produção e estado de bem estar: o contexto político das reformas**. São Paulo: LUA NOVA/28/29 CEDEC, 1993.

NAVES, Márcio. Quando o Sindicalismo Desorganiza: Um estudo da tutela governamental sobre os trabalhadores. **Teoria e Debate** n. 19. Fundação Perseu Abramo, 1992. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=892>>. Acesso em: 26 out. 2005.

NEFFA, Júlio César. Crisis y emergencia de nuevos Modelos Productivos. In: De la Garza Enrique. (org.). **Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

NEFFA, Julio César. Presentación del debate reciente sobre el fin del trabajo. In: **El trabajo del futuro. El futuro del trabajo**. (org), NEFFA, Julio César. Buenos Aires: CLACSO, p 11-31. 2001. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/neffa/3neffa.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2002.

NUNURA, Juan. **Salarios y negociación colectiva: 1960-1992**. Lima: ADEC-ATC. p. 195. 1993.

OFFE, Claus. New Social Movements: Challenging The Boundaries of Institutional Politics. **Social Research**, Vol. 52, n° 4. pp 817-868. 1985.

OIT, **Anexo Estadístico. Oficina Regional para América Latina y el Caribe**. 2000. Disponível em: <<http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/publ/panorama/2000/anexos.html>>. Acesso em: 14 abr. 2005.

OIT. **Empleo, Productividad e Ingresos Perú 1990-96**. 1998. Disponível em: <http://www.oitandina.org.pe/publ/peru/doc67/cap1_2.shtml>. Acesso em: 2 mar. 2006.

OIT. **Estudios sobre la flexibilidad en el Peru**, Of. Area y equipo técnico multidisciplinario para los países andinos. Lima: OIT, 2000. p.124.

OIT. **Lenta respuesta del mercado laboral a la recuperación económica** 2001. Disponível em: <<http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/publ/panorama/2000/panorama.html>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

OIT-CIDUTAL. Sindicalización y población. Estadísticas. 2000. **OIT**. Disponível em: <<http://utal.org/servicidutes6.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OTOYA, Calle Johan. La reforma laboral de los noventa y sus efectos en el ámbito sindical. **PLADES** 2004, **Proyecto VISO** – **PLADES**. Disponível em:

http://www.grade.org.pe/Eventos/Economia_Laboral/papers/Johan%20Otoya.pdf Acesso em: 25 de jul. 2005.

OTTA, Vicente. Violencia y movimiento sindical. In: Denis Sulmont ____ (org). **Red Peruana de Educación Popular y Sindicalismo**. Lima: RPEPS. 1989.

PAEZ, Angel. La guerra en las fábricas. **Cuadernos Laborales**. Lima n. 86, p. 8. marzo, 1993.

PARODI, Jorge. **Los sindicatos en la Democracia Vacía**. Buenos Aires: CLACSO, p. 97. 1985.

PARTIDOS Políticos do Brasil. 2005. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/partidos/>>. Acesso em: 12 dez 2005.

PAULIES, Verônica. **Disseminação de experiências de gestão pública - o caso do Programa de Renda Mínima no Brasil (1991-1997)**. Vol 34. 2004. Disponível em: <http://72.14.207.104/search?q=cache:-kBzRXPIIPoJ:inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%252034.pdf+A+convocatoria+%C3%A0+uma+nova+constitui%C3%A7%C3%A3o+em+1986&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1&ie=UTF-8>. Acesso em: 10 Fevereiro 2006.

PEASE, Henry. **El segundo belaundismo en el nuevo régimen político peruano**. Informe de Investigación. Mimeo, DESCO. 1986.

PEASE, Henry. **Los anos de la langosta**. Lima: La Voz, p. 110. 1994.

PÉREZ CRUZ, Felipe de J. Neoliberalismo en Brasil: perspectiva desde América Latina. **Cuadernos de Nuestra America**. n. 33 , vol XVII Enero Junio, La Habana, 2004.

PERISCÓPIO. Uma nova etapa para o movimento sindical brasileiro, Boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo. **Periscópio**, 2002. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/periscopio;>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

PERISCÓPIO. **Uma nova etapa para o movimento sindical brasileiro**. Boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo – Periscópio – 2002. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/periscopio;>> Acesso em: 10 out. 2005.

PETRAS, James. LA PORTE, Robert. **Perú, ¿Transformación Revolucionária o Modernización**. México: Alianza p. 110. 1981.

PETRAS, James. Neoliberalismo, crise e política eleitoral. 2002. Disponível em <<http://www.rebellion.org/petras/petras190902.htm>>. Acesso em: 10 out. 2003.

PINTO, Jaime Nogueira. **A Direita e as Direitas**. Lisboa: Difel, 1996.

PIO, Carlos. **Liberalização do Comércio: Padrões de Interação entre Elites Burocráticas e Atores Sociais**. Disponível em: <<http://www.unb.br/irel/carlospio/liberalizacao.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2005.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. **La segunda ruptura industrial**. Madrid: Alianza 1990.

POCHMANN, Mario. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: CARLOS, Alonso B. & MATOSO Jorge E. L (orgs). **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Escrita, p. 271. 1996.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci y el Novecento. **Facultad de Ciencias Sociales, UBA, CONICET**. Trabalho apresentado para o encontro da Fondazione Instituto Gramsci en Cagliari (Italia), del 15 al 18 de abril de 1997. Disponível In <<http://es.geocities.com/sucellus23/587.htm>>. Acesso em 20 jul. 2005.

PORTOCARRERO MAISCH, Gonzalo; TAPIA, Rafael. **Trabajadores, sindicalismo y política en el Peru de hoy**. Lima: ADEC-ATC, 1993.

QUEHACER. Carta de Intencion del FMI. **QUEHACER**. n. 28. p. 20-27. Lima, 1984.

QUEHACER. El modelo de Alan García y los éxitos iniciales. **QUEHACER**. n. 36. p. 21-27. Lima, 1985.

QUIJANO, Aníbal, "**Marginalidad**" e "**Informalidad**" en debate. 2002. Disponível em: <<http://www.memoria.com.mx/131/quijano.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2005.

QUIJANO, Aníbal. El Fujimorismo, la OEA y el Perú. 2000. **Agencia Latinoamericana de Información**. Disponível em <<http://alainet.org/docs/872.html>>. Acesso em: 16 nov. 2005.

QUIJANO, Aníbal. **La Coyuntura Política y las Tareas de la Clase Obrera**. Lima: PUC, p.38. 1973.

QUIJANO, Aníbal. **Nacionalismo y Neoimperialismo**. Lima: PUC, 1981.

QUIROGA, Aníbal. **El Modelo Global de Constitución**, Lima, FFE, 1994, p. 31

ABRAMO, Laís. **Sindicatos y transición democrática**. In El sindicalismo Latinoamericano en los noventa. Santiago Chile: CLACSO Planeta, 1991.

RAMALHO, José Ricardo. As diversas faces da negociação no meio sindical brasileiro. In.: MARTINS, Heloisa de Souza; _____ (org.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo : HUCITEC - CEDI/NETS. 1994.

RENNER, Cecília Helena Ornellas. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. In: **Seminário Intermediário USP – 2003**. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Ceciliainter03.rtf>>. Aceso em: 10 abr.2005.

RIBEIRO Darcy, **Getúlio Vargas**. 1994. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/flid2001/legadodevargas.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2004.

RIFKIN, Jeremi. **El fin del trabajo**. Barcelona: Paidós. 1997.

RODRIGUES, Iran Jácome A trajetória do novo sindicalismo. In: RODRIGUES, Iran Jácome ____ (org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Leôncio M. **CUT : militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**, São Paulo: Edusp, 1999.

ROJAS, Pablo. Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), dicta sentencia en caso Pedro Huilca. **La Republica**. Lima Perú, jueves 24 de marzo de 2005, p. 7.

RONCAGLIO, Rafael. De Espinasos y Libertades. **QUEHACER**. n. 48. p. 27-33. Lima, 1987.

ROSPIGLIOSI, Fernando. **Juventud obrera y los Partidos de Izquierda**. Lima: IEP, p.33. 1988.

ROSPIGLIOSI, Fernando. Las elecciones peruanas de 1990. Cerdas-Cruz, R., J. Rial y D Zovatto____ (org.) **Elecciones y democracia en América Latina 1988-1991. Una tarea inconclusa.**, San José, Costa Rica, IIDH/CAPEL. p. 345-388. 1991.

ROSSETO, Miguel. Trabalhadores: A proposta do movimento sindical. **Teoria e Debate** n. 23. Fundação Perseu Abramo, 1994. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1059>> Aceso em: 20 maio 2004

RUBIO CORREA, Marcial. El amparo de los banqueros o la justicia desamparada, In: **QUEHACER**, n 49. 1987.

RUIZ, Manoel. **A história do plano Collor**. Disponível em: <<http://www.sociedadedigital.com.br.php?artigo=114&item=4>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

RUIZ, Manoel. A História do Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e Cruzado novo. **Sociedade Digital** 11 set. 2003. Disponível em: <<http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=112&item=4>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

SABINO, Carlos. Perú: entre el Liberalismo y el Despotismo. In: **El Fracaso del Intervencionismo: Apertura y Libre Mercado en América Latina**. Caracas: Panapo, 1999.

SACHS Jeffrey, **Populismo econômico : ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina**. Pereira, Luiz Carlos Bresser (Org.). São Paulo: Editora Nobel. 1991.

SALLUM JR., Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 Mar 2005.

SANTISTEBAN, Jorge. **La Huelga en el Perú**. Lima, IEP, 1980.

SALLUM, Brasílio Jr. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: Economia, **La insígnia**. 2 de fev. 2001. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2001/febrero/econ_002.htm>. Acesso em: 13 dez. 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro **Revista brasileira de Ciências Sociais**. vol.14 n.41 São Paulo. Oct. 1999. p 103-120. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2004.

SCHDYDLOSKY, Daniel; WICHT, Juan Julio. **Anatomía de un Fracasso Económico: Perú 1968-1978**. L Lima: CIUP, p. 38. 1990.

SCHUMPETER, Joshep. **The Dynamics of Competition and Monopoly**, Hunter A., Monopoly and Competition, Londres, Penguin Books. 1969.

SCHWARTZMAN Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Retrato de um Fantasma, editorial do *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, Campus. Janeiro de 1982. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/edjb82.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2004.

SCHWARTZMAN Simon. **Sentidos do corporativismo**. 1987. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/corporat.htm> ->. Acesso em: 12 mar. 2004

SCHWARTZMAN, Simon. A abertura política e a dignificação da função pública. **Revista do Serviço Público**. n. 2. Brasília 1984. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/digna.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2004.

SENTIDOS Históricos. **Sociedade na era Vargas**. 2005. Disponível em: <<http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/sociedade-na-era-vargas.html>>. Acesso em: 24 set. 2005.

SERÁFICO, Bastos de A. Carvalho Marcelo. **A reforma do Estado no Brasil**. 2002. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia da UNICAMP.

SILVA, Ricardo. Ideologia de estado e autoritarismo no Brasil. **Cadernos de pesquisa**. n. 26. abr. 2001. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2026.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2006.

SINTEF. **Origens do sindicalismo no Brasil**. 2005. Disponível em <<http://www.sintsef.org.br/sindicalismo.htm>>. Acesso em: 12 out. 2005.

SKIDMORE, Thomas E.. Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985. In: STEPAN, Alfred Estepan _____ (org.). *Democratizando Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 233-254. 1988. .

SKOCPOL, Theda. **Social Revolutions in the Modern World (Cambridge Studies in Comparative Politics) (Paperback)** Cambridge University Press, 1994.

SPYROPOULOS, Georges. **Sindicalismo y Sociedad. problemas actuales del sindicalismo en el mundo**. Buenos Aires, Humanitas, 1991.

STACCIARINI, José Enrique. Etica, la humanidad está a favor acciones de la ciudadanía – de “acusación” de Collor al “Cero de Fome” de governo Lula. **Terra Livre**. n. 19 p. 273-284. São Paulo. 2002. Disponível em : <http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/18_Etica__humanidade_e_acoes_por_cidadania.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2005.

STEPAN, Alfred. **Estado corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STEPAN, Alfred. **The State and Society, Peru in Comparative Perspective**. New Jersey: Princeton, 1978.

SULMONT, Denis. **Historia del movimiento Obrero**. Lima: Desco, pág 87. 1981.

TAMAYO CAÑO, Xavier. **El Consenso de Washington**. Disponível em <<http://www.launion.com.ar/230303/230303opi00a.htm>>. Acesso em 15 maio 2003.

TANAKA, Martín. **¿Crónica de una muerte anunciada?** determinismo, voluntarismo, actores y poderes estructurales en el Perú, 1980-2000. Lima: Instituto de Estudios Peruanos. IEP. 2001.

TANAKA, Martin. **Los sistemas de partidos en los países andinos, 1980–2005: reformismo institucional, autoritarismos competitivos y los desafíos actuales**. Working Paper #324 - March 2006. Disponível em <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/324.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2006.

TAPIA, Jorge Ruben; GOMES, Eduardo R. **Concertações Sociais, Integração européia e a Reforma da regulação social: redefinindo a agenda clássica do neocorporativismo?**. 2002. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/poleco2.2.doc>>. Acesso em: 23 abr. 2005

TENENTISMO. **Wikipédia, a enciclopédia livre**. 2005. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tenentismo>>. Acesso em 12 nov. 2005.

TIRONI, Eugenio. **El Credo Neoliberal: ideología de los Chicago Boys, El liberalismo real**. Santiago de Chile: Edições Sur. 1986.

TOCHE, Medrano Eduardo. La sindicalización hasta los años 70. In: **Informe Comisión da Verdad 2003**. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/peru/libros/cv/iii/32.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2005.

THOMPSON E.P. **The Nature of Work**, Londres: MacMillan. 1983.

TROCELLO, María Gloria. Dos primos hermanos: patrimonialismo y populismo. **Kairos**. Año 4 Nº 6, 2do. Semestre. 2000. Disponível em: <<http://brava.fices.unsl.edu.ar/~kairos/k06-03.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2004.

TRONCOSO LEONE, Eugênia. A mulher no atual mercado de trabalho CESIT, **Carta Social e do Trabalho**, n. 3 – jan./abr. 2006. Instituto de Economia da Unicamp.

TRÓPIA VIEIRA, Patrícia. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas São Paulo.

TUESTA, Soldevilla Fernando. **Perú Político en Cifras**. Lima: FFE, 1994. p. 67.

TUMOLO, Paulo Sergio. **A Central Única dos Trabalhadores do Brasil diante do novo padrão de acumulação de capital: dilemas e desafios**. 1998. Disponível em: <http://www.espaces-arx.eu.org/Marx_98/Contributions/Autres%20contributions/Tumolo.html>. Acesso em: 31 mar. 2005.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fighting hunger in Brazil: a historical analysis from Presidents Vargas to Lula. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 4, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Dec 2006. doi: 10.1590/S1415-52732005000400001.

VERDERA, Francisco. Estrategias de desarrollo, estructura productiva y empleo en el Perú (1950-1988). In: **Empleo en el Perú**. Bernedo Jorge _____ (Org.). Lima: ADEC-ATC, 1990.

VERSIANI, Flávio; SUZIGAN, Wilson. O Processo Brasileiro de Industrialização: uma Visão Geral. Universidade de Brasília; Departamento de Economia. 1990. 46p, **Série Textos Didáticos, 10**. Disponível em: <<http://www.unb.br/face/eco/textos/industrializacao.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados**. [online]. 1996, vol.39, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. O Plano Real e o centro político. **Jornal do Brasil**, 10 jul. 1998, p. 11. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv26.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

VIANNA, Luiz. A história absolvida. Entrevista para **Margens**. dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2004/agosto/cul_037.htm>. Acesso em: 27 Setembro 2005).

VIANNA, Werneck Luis. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil:, Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Werneck Luiz. **A esquerda e os quinze anos da transição**, 2000. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=173> >. Acesso em: 23 nov. 2004.

VICH, Victor. Desobediencia simbólica Performance, participación y política al final de la dictadura fujimorista. **Instituto de Estudios Peruanos (IEP)**, 2001. Disponível em: <http://hemi.nyu.edu/course-nyu/yuya/vich_essay.doc>. Acesso em: 12 set. 2006.

VIEIRA, Tostes Marta; VILLAVICENCIO, Rios Alfredo; CORTÉS, Carcelén, Juan Carlos. **Diálogo social sobre formación en el Perú**. OIT-CINTERFOR, 2004. 144p. Aportes para el Diálogo Social y la Formación, 10. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/aporte/apor10/index.ht>>. Acesso em: 12 out. 2006.

VILAS, Carlos M.. Recycled populism or just more neoliberalism? The myth of latin american "neopopulism". **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 22, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2006.

VILDOSO, Carmen. **Sindicalismo clasista: certezas e incertidumbres**. Lima: Edaprospro, 1992.

VILLARAN, Fernando. Un punto en la agenda del próximo gobierno: La promoción del Buen Empleo, **Pontificia Universidad Católica del Perú** Palestra Portal de Asuntos Públicos ©. Lima 2004. Disponível em: <<http://palestra.pucp.edu.pe/index.php?id=189>> Acesso em: 12 out. 2006.

VISSER, Jelle. Syndicalisme et Désyndicalisation. Le Mouvement Social. **Ouvrières**, n. 162, 1993.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. (Org.); CARRION, Raul. (Org.). **Globalização, Neoliberalismo e Privatizações**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS / Prefeitura de Porto Alegre / CEDESP - RS, 1997. v. 1. p. 311.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Conferencia magistral en el XX° Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, México, 2 al 6 de octubre de 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Después del Liberalismo**. Mexico: Siglo veintiuno, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **La reestructuración capitalista y el sistema-mundo**. 1997. Disponível em: <<http://www.fbc.binghamton.edu/wlameri.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2002.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: Cohn, Gabriel ____ (Org.). **Max Weber: sociologia**. Col. "Grandes Cientistas Sociais", 3ª ed., São Paulo: Ática, pp. 128-141, 1980.

WEBER, Max. La objetividad cognoscitiva de la ciencia social y de la política social (1904), in Max WEBER, **Ensayos sobre metodología sociológica**, Buenos Aires: Amorrortu. 1990

WEBER, Max. **La Ética Protestante y el Espíritu de Capitalismo**. Barcelona: Península. 1979.

WEBER. Max. **Economía y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica. 1992.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989

WEGUELIN, João Marcos. **Intentona Comunista**. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj34.htm>>. Acesso em: 4 de jan. 2006.

WEYLAND, Kurt. Neopopulismo y neoliberalismo en América Latina: afinidades inesperadas. In: **Revista Pretextos**, N°10, Lima, DESCO, 1997. p.7-43.

WHITAKER, João Sette. **Globalização: um ajuste estrutural do sistema capitalista mundial**. 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/j_whitaker/globque.html>. Acesso em: 03 dez. 2005.

WIKIPÉDIA, 2005. **A enciclopédia livre**. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Press%C3%A3o_social_sobre_o_Regime_Militar_de_1964#O_desencadeamento_da_espiral_inflacion.C3.A1ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Press%C3%A3o_social_sobre_o_Regime_Militar_de_1964#O_desencadeamento_da_espiral_inflacion.C3.A1ria;)>. Acesso em 20 set. 2005. 2005).

YEPEZ, Del Castillo Isabel; BERNEDO, Jorge. **La sindicalización en el Perú**. Fundación F. Ebert, Pontificia Universidad Católica, Lima, 1983.

YEPEZ, Del Castillo, Isabel; BERNEDO, Jorge, **El Sindicalismo en el Perú**. Lima: Fundación Friederich Ebert, 1985.

ZAPATA, Francisco. ¿Crisis en el sindicalismo en América Latina?. Working Paper #302 – January 2003. Disponível em: <<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/zapata.pdf> >. Acesso em: 12 abr. 2004.

ZAPATA, Francisco. **Crise do Sindicalismo a America Latina**. DADOS VOL 37, 1995.

ZAPATA, Francisco. Historia del movimiento obrero en América Latina y sus formas de investigación. In: DE LA GARZA, Enrique _____ (Org). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.